



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**AS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO: DISPUTAS,
CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES DO MUNDO RURAL.**

ANA CAROLINA AGUERRI BORGES DA SILVA

CAMPINAS

2017

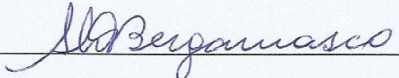
ANA CAROLINA AGUERRI BORGES DA SILVA

**AS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO: DISPUTAS, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES
DO MUNDO RURAL**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA ANA CAROLINA AGUERRI BORGES DA SILVA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2013/17952-4

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Si38a Silva, Ana Carolina Aguerri Borges da, 1977-
As águas do rio São Francisco : disputas, conflitos e representações do mundo rural / Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Transposição de águas - São Francisco, Rio. 2. Democracia. 3. Meio ambiente. 4. Classes sociais. 5. Conflitos sociais. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The waters of the river San Francisco : disputes, conflicts and representations of the rural world

Palavras-chave em inglês:

Transposition of waters - River San Francisco

Democracy

Environment

Social classes

Social conflicts

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Paulo Alves de Lima Filho

Maria Orlanda Pinassi

Rodrigo Constante Martins

Data de defesa: 24-03-2017

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 24 de março de 2017, considerou a candidata Ana Carolina Aguerri Borges da Silva aprovada.

Profa. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco Presidente UNICAMP

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa Membro UNICAMP

Prof. Dr. Paulo Alves de Lima Filho Membro FATEC

Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi Membro UNESP

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins Membro UFSCAR

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Dedico este trabalho a dois grandes seres humanos que foram fundamentais à minha formação; sinônimos de generosidade, honestidade, integridade e acima de tudo humanismo. Sem o incentivo de ambos esta tese não existiria.

*À memória do meu querido pai,
por guiar-me através das lembranças de sua (nossa) história,
por conduzir-me pelo fio que nos une: o seu amor de pai, o seu amor de homem do campo, por levar-me ao reencontro do “ser-tão” que ainda há em mim.*

*À memória do meu querido padrinho,
amigo e mestre Felipe Luiz Gomes e Silva,
“el grande pinotador de frevo”,
com quem aprendi a amar o Nordeste.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado é fruto de longos anos de dedicação e de escolhas que envolveram muitas pessoas. Para a sua existência foi necessário que em meados da década de 1990 meus pais tivessem me apoiado e incentivado a estudar ao invés de ingressar no mercado de trabalho -como a maioria dos jovens da minha classe social fazem - seguindo quase um ciclo natural em que começam a vender a sua força de trabalho para gerar renda e ajudar na complementação das despesas da família. Meus pais, que eram trabalhadores rurais abriram mão de várias realizações materiais para que suas filhas pudessem estudar com o intuito de que no futuro tivéssemos uma vida melhor do que a deles.

Após anos distante da vida rural e me dedicando às Ciências Sociais encontrei um objeto de estudos que me reconectaria à minha história de vida. Encontrar trabalhadores rurais e ribeirinhos sãofranciscanos foi como reencontrar a mim mesma, aquela menina que vivia num sítio num pequeno município do extremo Noroeste Paulista e que sonhava um dia poder ajudar seus pais a terem uma vida melhor. Por isso, sou imensamente grata ao meu pai Manoel (*in memoriam*) e à minha mãe Vera, pelo apoio, pelo incentivo, por ser fruto de tanto amor e aprendizado decorrente das resistências cotidianas contra as injustiças dessa sociedade.

A vida me deu de presente um companheiro, Adilson Marques Gennari, a quem devo agradecer de forma especial pelo constante apoio, pela leitura atenta e paciente deste trabalho, por todas as nossas conversas sobre esta tese, e especialmente, por cuidar de mim quando precisei. Agradeço especialmente à minha filha Amarílis, por ser o maior presente que a vida me deu, mas devo também desculpar-me pelas horas de convívio roubadas pela dedicação a este trabalho nos últimos anos.

Às minhas irmãs Gabriela e Maria Teresa, por anos de amor e de apoio. À minha querida avó Ernestina (*in memoriam*), quem me ensinou, quando pequenina, o que é a solidariedade franciscana. À minha querida tia Tala, que plantou em mim as primeiras sementes de uma visão crítica sobre a sociedade. Devo agradecê-la também por ter apoiado os meus estudos, quando me ajudou a fazer o cursinho pré-vestibular em São Paulo e também pelas conversas inteligentes e pelas músicas que embalam e embalam a minha vida.

Gostaria de agradecer também de forma especial ao amigo, padrinho e mestre Prof. Felipe Gomes, pelo apoio, incentivo, por nossa última conversa em que pude dialogar sobre a finalização desta tese. Por dividir comigo a sua paixão pelo Nordeste. Lembrar sua partida sempre será uma tristeza, mas a sua alegria pernambucana estará sempre presente!

À minha querida amiga (quase mãe) Wanda Jorge, quem também partiu, há quase um ano, deixando um enorme vazio. Devo agradecer pela nossa amizade, pelas nossas horas de conversas sobre a vida, em que pude dividir minhas angústias e expectativas sobre este trabalho. Agradeço a ela e à suas queridas filhas Marina, Nádia e Laís, por mais uma vez abrirem as portas da casa “das sete mulheres” para me acolher durante o período em que realizei as disciplinas do doutorado na Unicamp.

À minha família pernambucana, por me receber, acolher e amar como se eu sempre estivesse ali. À minha querida amiga Silvia Arcanjo, à Dona Cotinha, ao Sr. Miguel, à minha afilhada Andrea, às minhas queridas amigas Nerivalda e Nina. À Cilene, Lindo, Serginho e Miguel Filho. Às minhas lindas “crianças” Maria Laura, Catarina e João Miguel.

Ao meu amigo Antonio Lopes, o índio Tumbalalá! Não há palavras que possam expressar o quanto sou grata por esse encontro! Obrigada por guiar-me nessas águas do nosso Velho Chico.

Aos meus amigos caatingueiros, Marcos Carvalho e Alvaro Severo, muito obrigada, pelo feliz encontro, pelo aprendizado sertanejo, pela ajuda durante o trabalho de campo e principalmente pela amizade!

Ao querido Josemar Pinzoh, por receber-me tão gentilmente em sua casa em Juazeiro (BA) na ocasião da primeira viagem de campo. À Thais Riguetto pela ajuda ao indicar-me uma lista de pessoas que poderiam me ajudar ao longo do meu percurso de pesquisa de campo. Às queridas Alzeni Tomáz e Maria José Marinheiro por todo o apoio durante o trabalho de campo. Da mesma forma devo agradecer à querida Renata Belzunces e ao amigo Tiago Rodrigues pela ajuda fundamental no início do trabalho ao apresentar-me o querido Ruben Siqueira, a quem devo um agradecimento enorme!

Aos meus amigos de longa data, dos tempos de graduação na Unesp, em Araraquara. Amigos dos mutirões do NEC/PUC no Vale do Ribeira, dos tempos em que tínhamos os olhos cheios de brilho, sedentos por transformar o mundo. Obrigada por esta rica experiência que colaborou para a minha formação enquanto pesquisadora e ser

humano. Sigamos na luta: “Companheiros, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar” (Antonio Machado).

Gostaria de agradecer também aos amigos do Doutorado, especialmente àqueles que dividiram comigo a empreitada de realizar dois anos consecutivos do Fórum “Transversando nas Ciências Sociais”. Às queridas Victória Zuniga, Milene Ribas e Maria Teresa Manfredo. Aos amigos Sérgio Mendes, Marco Tobón, Sinuê Neckel e aos demais amigos que compartilharam desse importante aprendizado.

À minha querida amiga Camilla Massaro e ao querido Maurício Foganholo, pela amizade sincera de tantos anos, por serem pacientes ao me ouvirem em vários momentos, por me acolherem muitas e muitas vezes em Campinas.

À querida amiga Tais Matheus e ao amigo Du Paiva, por serem tão presentes nos últimos tempos, pelas conversas e pela amizade verdadeira!

À querida amiga Lureen Asei, pela ajuda imprescindível durante a formatação das imagens, tabelas, quadros e gráficos, mas principalmente pela amizade, por fazer com que esta fase se tornasse menos solitária.

Agradeço àqueles que fazem parte deste trabalho - todos que foram entrevistados durante a pesquisa de campo-, que dispuseram de seu tempo, de suas vidas para colaborar com esta pesquisa. Sem esta contribuição esta tese não existiria!

Ao professor Arsenio Oswaldo Sevá Filho (*in memoriam*), pelas conversas no início do doutorado, pelo aprendizado e principalmente por nos deixar o legado de fazer ciência comprometida com a humanidade.

Ao Prof. Jean-Paul Billaud, por receber-me no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces – LADYSS - Université Paris X, por nossas conversas que resultaram num enorme aprendizado. Aos colegas que convivi no Laboratório, especialmente ao apoio e amizade recebidos das queridas Renata Souza Seidl e Manuelle Lago. Agradeço de forma especial à Secretária Beatrice Moellic por tanta gentileza e dedicação com que me acolheu.

Gostaria de agradecer à Profa. Dra. Stefania Barca, coordenadora do Grupo de Estudos Ecologia e Sociedade do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, por acolher-me durante a visita técnica realizada junto ao seu grupo. Devo agradecer também à amiga Lúcia Oliveira por compartilhar momentos acadêmicos no Grupo de Estudos e também pela nossa amizade.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, especialmente ao Reginaldo, à Maria Rita e à Beatriz.

Às minhas queridas amigas Adelma e Marina, por dividirem comigo irmanamente estes momentos, por vezes muito difíceis, por vezes felizes. Obrigada pela amizade sincera!

À Profa. Ghislaine Duqué pela participação durante a qualificação da tese. Ao Prof. Rodrigo Constante Martins, pelas fundamentais sugestões e observações durante a banca de qualificação e pela importante contribuição na banca de defesa desta tese. Ao Prof. Valeriano Costa, pelo incentivo, pelo diálogo e pela contribuição ao participar da banca de defesa. Ao querido Prof. Paulo Lima, agradeço não apenas a honra de tê-lo na banca de defesa, mas também por durante a graduação ter plantado em mim a semente da emancipação humana. Gostaria de agradecer à Profa. Maria Orlanda Pinassi, pela oportunidade de dialogar com tamanha generosidade, sensibilidade e conhecimento durante a banca de defesa desta tese.

Agradeço especialmente à orientadora Profa. Sonia Bergamasco, pela acolhida e principalmente pela confiança depositada em meu trabalho.

À FAPESP - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro e institucional ao conceder a Bolsa de Doutorado (Proc. 2013/17952-4) e a Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (Proc. 2014/08780-8).

*Seguindo, absorvo a paisagem
Ouço, na curva seca do rio, nos confins
Na textura estéril da não-umidade, um clamor*

*Incandescidas claves de sol ao céu
Em acesos acordes compõem
Trilhas de tristeza e dor*

*Numa cantiga de rasgos e estalidos
Estrilham casacas-de-couro
Irrequietos duetos*

*Tanto sol, quase nenhuma sombra
Sem arvoredos um rouxinol
Trina e me alerta*

*Cantai! Cantai! Quem canta
O espírito realimenta
Males espanta*

*Pergunto-me: Como é que pode haver
Alguma beira de rio sem cor
E sem passaredo?*

*Bem longe, aquele escombrosombrio
Desenfeita a margem direita
À margem esquerda, medro*

*Reflexivo, em dispersos pensamentos
Num voo, venço o curso do rio
E vejo, longe, sumir*

Prossigo em firmes passos

Enfeitam os espaços

Acesos colibris

(Virgílio Siqueira. À margem de um
rio seco)¹.

¹ Virgílio Siqueira é um poeta pernambucano, nascido no sertão do Araripe, vive há diversos anos em Petrolina, às margens do rio São Francisco. Estudioso e sensível dedica-se a escrever sobre a realidade e a cultura de sua região. É também artesão, realiza suas próprias publicações, faz seus livros, os distribui pela região e presenteia muitos que não são dali, mas que se encantam com o seu trabalho. Fui presenteadada por suas palavras em forma de poesia, assim como por algumas conversas sobre meus estudos. A escolha deste poema para epígrafe desse trabalho se dá por duas razões: em primeiro lugar, escolhi em toda a escrita da minha tese privilegiar a fala dos sujeitos envolvidos, e em segundo lugar este poema explicita o meu envolvimento com a temática, assim como o significado de luta dos ribeirinhos que como colibris reconstroem as margens deste rio, mesmo diante de tantos escombros em seu curso.

Resumo

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco visa integrar as bacias do rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional, por meio da construção de dois eixos principais com a captação de água em municípios do estado de Pernambuco para levar água para o sertão de Pernambuco, interior e região metropolitana do Ceará, interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Há um complexo processo de conflitos de interesses que envolve uma gama de atores sociais: comunidades tradicionais, ambientalistas, órgãos dos governos municipal, estadual e federal, partidos políticos, empresários etc. Esta pesquisa tem o objetivo de desenvolver uma análise sobre os conflitos durante o processo que antecedeu a aprovação do projeto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Para atingirmos tal objetivo, a metodologia se baseou na releitura do processo de participação dos atores sociais representados, principalmente, no Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Como procedimento de pesquisa, utilizamos levantamento bibliográfico, documental e hemeroteca, além de entrevistas de trabalho de campo. Após análise aprofundada, entendemos que todo o debate e os conflitos em torno da transposição são frutos de um arranjo político dentro da classe dominante em contraposição aos interesses da classe trabalhadora. Verificamos que os maiores defensores da transposição estão vinculados a uma nova fração da classe do setor agrário exportador. É esse complexo processo que viabilizou, depois de séculos, a aprovação do projeto de transposição do rio São Francisco no governo de Lula.

Palavras-chave: transposição de águas – São Francisco, rio; democracia; meio ambiente; classes sociais; conflitos sociais.

Abstract:

The project to transposition the waters of the São Francisco River aims to integrate the basins of the São Francisco river into the northern Northeast basins with the construction of two main axes with the capture of water in municipalities of the state of Pernambuco to bring water to the backlands of Pernambuco, interior and metropolitan region of Ceará, interior of Rio Grande do Norte and Paraíba. There is a complex process of conflicts of interest involving a range of social actors: traditional communities, environmentalists, municipal, state and federal government bodies, political parties, entrepreneurs, etc. This research aims to develop an analysis of the conflicts during the process that preceded the approval of the project by the National Council of Water Resources. In order to reach this goal, we use a methodology based on re-reading the process of participation of the social actors represented mainly in the São Francisco River Basin Committee. As a research procedure we used bibliographical, documentary, newspaper library and fieldwork interviews. After thorough analysis, we understand that all the debate and conflicts surrounding the transposition is the result of a political arrangement within the ruling class as opposed to the interests of the working class. We find that the major proponents of transposition are linked to a new fraction of the agricultural exporting class. It is a complex process that will make possible, after centuries, the approval of the project of transposition of the São Francisco river in the government of Lula.

Key words: transposition of waters - river San Francisco; democracy; environment; social classes; social conflicts.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS e GRÁFICOS

Figuras

Figura 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Figura 2. Mapa oficial do Projeto de Integração

Figura 3. Imagem do Projeto de Transposição em sua totalidade

Figura 4. Organograma da estrutura organizacional do CBHSF

Figura 05: Esboço Geral do Canal do Sertão Alagoano

Tabelas

Tabela 01: Porcentagem dos votos dos Representantes da Sociedade

Tabela 02: Porcentagem dos votos dos Representantes do Governo

Quadros

Quadro 01 - Conflitos por água na Bacia do Rio São Francisco

Quadro 02. Resumo das outorgas concedidas de múltiplos usos na Bacia do rio São Francisco

Quadro 03: Distribuição da população das comunidades quilombolas.

Quadro 04: Demonstração dos Votos Favoráveis à aprovação da Recomendação de Disponibilidade Hídrica do rio São Francisco para bacias externas

Quadro 05: Demonstração dos Votos Contrários à aprovação da Recomendação de Disponibilidade Hídrica do rio São Francisco para bacias externas

Quadro 06: Demonstração das Abstenções à aprovação da Recomendação de Disponibilidade Hídrica do rio São Francisco para bacias externas

Quadro 07: Posicionamento dos governos dos Estados envolvidos no projeto de transposição

Gráficos

Gráfico 01. Distribuição dos votos por setores do CNRH Gráfico 01. Distribuição dos votos por setores do CNRH

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABENC – Associação dos Engenheiros Civis do Brasil**
- ABONG- Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais**
- ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos**
- ADITAL – Agência de Informação Tito de Alencar para América Latina**
- AEABA – Associação dos Economistas Aposentados da Bahia**
- AGU - Advocacia Geral da União**
- AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras**
- ANA – Agência Nacional das Águas**
- ANAMURI – Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Chile)**
- ANAP – Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (Cuba)**
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica**
- ANOTE – Agência de Notícias Esperança**
- ANUC – UR – Asociación Nacional de Usuarios Campesinos de Colombia**
- APEDEMA- Associação dos Pescadores Esportivos e de Defesa do Meio Ambiente do Extremo Sul da Bahia**
- APENOC- Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba (Argentina)**
- APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES**
- ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro**
- AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros**
- ATR – Associação dos Advogados da Terra**
- BAPO – Unión Nacional de Productores Beliceños (Belize)**
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**
- CAA – Povos e Comunidades Tradicionais**
- CADR - Comissão da Amazônia de Desenvolvimento Regional**
- CAINDR - Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional**
- CAMIC- Centro de Atendimento dos Migrantes e Indígenas da Cidade –Roraima**
- CANEZ - Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora (Venezuela)**

CBHSF- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz

CCC – Central Campesina Cardenista (México)

CCP Confederación Campesina del Peru

CDDH-Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Roraima

CEBs- Comunidades Eclesiais de Base

CERH-Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CERIS-Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CIC – Centro Industrial do Ceará

CIMI - Indigenista Missionário

CINDRA – Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

CIOAC – Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos Historica (México)

CIPP - Complexo Industrial e Portuário do Pecém

CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo

CMP-Central de Movimentos Populares

CNA – Coordenador Nacional Agrario (Colômbia)

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNL-Conselho Nacional de Leigos

CNPA – Coordinadora Nacional Plan de Ayala (México)

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

CODUC - Coalición de Organizaciones Democráticas Urbanas y Campesinas (México)

CONAMUCA – Confederación Nacional de Mujeres Campesinas (República Dominicana)

CONIC-Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPP – Comissão Pastoral dos Pescadores

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRB-Conferência dos Religiosos do Brasil

CREA – Conselho Nacional de Engenharia e Agronomia

CSCB – Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia

CSP - Companhia Siderúrgica do Pecém

CSUTCB – Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia

CTIL - Câmara Técnica Institucional e Legal

CTOC - Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

CTPLANO - Câmaras de Plano, Programas e Projetos

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

EPIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental

ESPLAR-Centro de Pesquisa e Assessoria

FAMESF – Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco

FAOR- Fórum da Amazônia Oriental

FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

FBOMA – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

FDA – Fórum de Defesa Ambiental

FEIC - Federação das Indústrias do Ceará

FENAJUFE – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

FENDH-Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

FENOCIN – Confederación de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (Ecuador)

FENSUAGRO – Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (Colômbia)

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FNCEZ – Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora (Venezuela)

FNMCB “BS” – Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa”

FUNAGUAS- Fundação Águas do Piauí

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais

FUNDIFRAN – Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco

GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia

GEF – Global Environmental Facility

GEJA-Grupo Especial de Jovens e Adolescentes – Acre

GTA-Grupo de Trabalho Amazônico

IAMBA – Instituto de Ação Ambiental da Bahia

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Nacionais Renováveis

IBRADES-Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social

IFOCS – Inspeção Federal de Obras contra a Seca

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

ITEREÍ - Refúgio Particular de Animais Nativos

JOC Brasil - Juventude Operária Católica

JUFRA – Juventude Franciscana do Brasil

LADYSS - Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces

MAB-Movimento dos Atingidos por Barragem

MCP - Movimiento Campesino Paraguayo (Paraguay)

MIN – Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNCI - Movimiento Nacional Campesino Indígena (Argentina)

MNDH- Movimento Nacional dos Direitos Humanos

MOCASE – Movimento Campesino de Santiago Del Estero (Argentina)

MOPS/SE; Movimento Consulta Popular

MPA – Movimento Pequenos Agricultores

MPP/MPKP – Movimento Campesino de Papay en Haiti

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

P1MC – Programa Um milhão de Cisternas

PACS- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PBHSF - Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PP- Partido Progressista

PPA – Plano Plurianual

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPB- Partido Pacifista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

REDEH-Rede de Desenvolvimento Humano

REPRIB-Rede Brasileira de Integração dos Povos

RITS-Rede de Informação do Terceiro Setor

SASOP – Serviço de Assessoria à Organização Populares Rurais

SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SENGE – Sindicato dos Engenheiros

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

SINDAE- Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto

SINERGIA- Sindicato dos Eletricitários

SINFRAJUPE – Serviço Inter-Franciscano de Justiça Paz e Ecologia

SPM - Serviço Pastoral do Migrante

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCU – Tribunal de Contas da União

UCP-COCITRA – Coordenadora de Organizaciones Campesinas, Indígenas y de Trabajadores Rurales de Argentina

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura

UNESP- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNE-União Nacional dos Estudantes

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

VPR- Vila Produtiva Rural

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
INTRODUÇÃO	32
CAPÍTULO I: O (RE)ENCONTRO COM UM RIO: ADENTRANDO O VELHO CHICO. ...	52
1.1 Introdução	52
1.2 O Rio São Francisco: dados gerais, aspectos culturais, econômicos e políticos	53
1.3 O projeto de transposição do rio São Francisco sob uma perspectiva histórica.....	64
1.4. O projeto de transposição do rio São Francisco: sobre o projeto aprovado	77
1.5 Das águas do capital às águas da vida.....	90
1.6 Considerações Finais.....	102
CAPÍTULO II: DEMOCRACIA E CONFLITOS SOCIAIS: OS ATORES SOCIAIS REPRESENTANTES NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.	104
2.1 Introdução	104
2.2 O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: características gerais em uma perspectiva nacional.	105
2.3 O projeto de transposição do rio São Francisco como catalisador de atores sociais: posicionamentos e disputas	112
2.3.1 Mapeando os atores.....	112
2.3.2 Sobre a participação dos atores sociais	117
2.3.3 Os atores e seus posicionamentos: a quem a transposição interessa?	129
2.4 As estratégias de debate e luta contra a transposição	137
2.4.1 O plano decenal.....	137
2.4.2 Sobre o processo Administrativo nº001/2004.....	147
2.4.3 Outras ações	154
2.5 O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco como ator político: sobre espaço público e democracia participativa.....	157
2.6 Considerações Finais.....	164
CAPÍTULO III: DEMOCRACIA E CONFLITOS SOCIAIS: PARA ALÉM DO COMITÊ ..	166
3.1 Introdução	166
3.2 O projeto de transposição como catalisador de movimentos sociais: posicionamento político e suas estratégias políticas.....	167
3.3 As estratégias de publicização do problema: os jejuns de Dom Cappio	185
3.4 A população expropriada pela transposição do rio São Francisco: agricultores, indígenas, quilombolas.	208
3.5 Considerações Finais.....	233

CAPÍTULO IV: O (RE) ENCONTRO COM O RIO SÃO FRANCISCO: O NOVO CHICO	237
4.1 Introdução	237
4.2 O debate institucional do Ministério da Integração: a Audiência Pública na Câmara dos Deputados.....	238
4.2.1 A exposição de Ciro Gomes.....	238
4.2.2 O debate com os parlamentares.....	249
4.3. Sobre a aprovação do projeto no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	261
4.3.1. Sobre a votação: “deliberação sobre a proposta de Resolução que aprova o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”	271
4.4 Das Velhas às Novas elites: a transposição do rio São Francisco e os interesses políticos na região nordestina	279
4.4.1 Das velhas às novas elites empresariais: o CIC e a transposição do rio São Francisco	293
4.5 Considerações finais.....	298
CONSIDERAÇÕES FINAIS	302
REFERÊNCIAS	313
BIBLIOGRAFIA CITADA:	314
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:	324
DOCUMENTOS CITADOS:.....	330
DOCUMENTOS CONSULTADOS:.....	333
JORNAIS CITADOS	343
JORNAIS CONSULTADOS:	350
APÊNDICES.....	359
APÊNDICE n° 01. RELATO DE VIAGEM	360
APÊNDICE n° 02. FIGURA COM INDICAÇÃO DOS LOCAIS DO TRABALHO DE CAMPO.....	374
APÊNDICE n° 03 – QUADRO COM AS LISTA DAS ENTRVISTAS REALIZADAS E A QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS.....	375
APÊNDICE n° 04. FOTOGRAFIAS REALIZADAS DURANTE AS VIAGENS DE TRABALHO DE CAMPO.....	377
ANEXOS.....	401
ANEXO n° 01. RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	402
ANEXO n° 02 – Propagandas do Projeto de Transposição.	403
ANEXO n° 03 Mapa referente ao território indígena Truká e a identificação da área da transposição.....	404

ANEXO n° 04. Mapa referente ao território indígena Tumbalalá e a identificação da área da transposição.....	405
---	-----

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de doutorado propõe-se a analisar os conflitos dos atores sociais envolvidos no debate em torno do projeto de transposição do rio São Francisco. Tal projeto tornou-se obra, no Nordeste Brasileiro, apesar das pressões contrárias exercidas pela sociedade organizada em movimentos sociais. Há quase uma década, essa obra está em curso e alimenta a esperança daqueles que anseiam ter acesso à água, um bem público que se encontra, cada vez mais, transformado em mercadoria.

Escolher um objeto de pesquisa de doutorado não é tarefa muito fácil, principalmente quando o que procuramos é coerência nessa escolha. Nós sabemos que, no campo das Ciências Sociais, existem inúmeras possibilidades, e é preciso muito foco para identificarmos exatamente o que queremos. Todavia, pensar em estudar algo relacionado ao rio São Francisco é deveras fascinante para muitos estudiosos. Recordo-me da primeira vez em que vi esse rio, foi no ano de 2001, em Minas Gerais, próximo ao município de Pirapora, numa viagem a caminho de Salvador, na ocasião em que era estudante do curso de Ciências Sociais na Unesp de Araraquara e participaria de uma das Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Era julho e, sob uma ponte que atravessávamos, via-se praticamente um fio d'água. Eram tempos decorrentes de uma grande seca – alguns afirmam que 2001 foi o prolongamento da seca do final da década de 1990 – e o rio São Francisco sofria com a pior falta de chuva da sua história, tempos inclusive de apagão energético no Brasil. Não fosse a placa indicando a quem pertencia aquelas poucas águas, não saberia que o tão esperado rio parecia mais um pequeno riacho.

Guardei essa lembrança por anos. Diversas outras escolhas foram feitas, desde os estudos durante a graduação sobre a Implementação da Política Ambiental Brasileira, quando cumpri o Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Araraquara), passando pelo Mestrado em Sociologia, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), quando me debrucei sobre a análise da atuação do Movimento Ambientalista durante as Conferências da ONU ocorridas no Brasil na década de 1990. Os estudos sobre a questão ambiental me levariam, em 2010, a me aventurar no campo dos Direitos Humanos, quando decidi fazer uma especialização na Faculdade de Direito da Universidade em Coimbra, em Portugal, e, assim, cada vez mais me aproximar da temática sobre os conflitos por água, ao

empreender um trabalho de pesquisa sobre Direito à água e a desigualdade no seu acesso. Ao retornar ao Brasil em 2011, já havia decidido realizar uma pesquisa de doutorado sobre a transposição do rio São Francisco. Nesse intento, elaborei um projeto que me permitiu ingressar no doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas no ano de 2012 e, portanto, reencontrar-me com o Velho e, ainda, exuberante rio São Francisco.

Essa temática já me seduzira desde o ano de 2007, quando tomei conhecimento sobre o projeto de transposição a partir da segunda greve de fome de Frei Luiz Cappio. A atitude corajosa e militante de Dom Cappio fez com que milhares de pessoas soubessem da existência de tal projeto. Acredito que, assim como eu, boa parte dos brasileiros, principalmente aqueles que não vivem na região nordestina, souberam de tal problemática a partir desse momento histórico.

Mas o que me levaria a dedicar-me a esse tema? Eu precisei responder algo parecido na ocasião da entrevista de ingresso no doutorado em Ciências Sociais nesta instituição. Lembro que tal questionamento partiu do Prof. Fernando Lourenço e, com muita convicção, respondi que, apesar de ser Cientista Social e, por pressuposto, estudar a sociedade, até aquele momento essa sociedade parecia para mim, no sentido epistemológico, algo quase burocrático. Ao mesmo tempo, eu tinha a convicção de que, ao me envolver com a questão proposta, eu finalmente me sentiria exercendo a minha função de pesquisadora na área das Ciências Sociais, pelo fato de compreender *a priori* que esse objeto de pesquisa teria vida quando eu encontrasse o que E. P. Thompson define como “sujeitos de carne e osso”. A expectativa era de muito aprendizado: poder estudar um assunto tão polêmico que envolve questões interdisciplinares/transdisciplinares, além a história de uma região do Brasil que é riquíssima num sentido amplo, embora subjugada a preconceitos diversos. Ademais, esse estudo permitiria a possibilidade de ousar na difícil compreensão das contradições da nossa complexa sociedade.

Devo dizer que o percurso de estudos, a pesquisa e o enfrentamento empírico e teórico não foram realizados de forma linear, muito menos com a tranquilidade esperada, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de vista pessoal. Após um ano e meio de disciplinas, a necessidade de reformulação do projeto para a Fapesp e problemas graves de saúde na família – período em que me dividi entre a dedicação ao curso de doutorado e o acompanhamento da luta diária do meu querido pai contra um raro linfoma, que finalizaria em sua precoce partida –, decidi, em outubro de 2013, na

iminência de uma depressão, ir ao (re)encontro do rio São Francisco, o que pessoalmente significou um renascimento e, profissionalmente, um grande desafio. É a partir desse momento que se inicia uma espécie de luta diária entre fazer pesquisa, fazer ciência, sem deixar que os laços criados com todas aquelas pessoas de carne e osso, chamadas teoricamente de atores sociais, estejam merecidamente presentes nessa tese. Diversos momentos ficaram marcados durante toda essa caminhada, mas as sábias palavras de Ruben Siqueira são muito significativas: “A verdade maior é que quem bebe da água do Velho Chico, ou fica ou volta”. E, nesse caso, essas águas já fazem parte do meu ser, das minhas escolhas e da minha história; e sim, eu sempre voltarei ao reencontro delas.

Os caminhos da pesquisa

Compartilhamos das reflexões da Profa. Dulce Whitaker (2002) ao pensarmos uma ciência que está em busca da explicação e do desvelamento de fatores que não estão claros para o conhecimento do senso comum e, em geral, o contrariam. Nesse sentido, cabe ao pesquisador os cuidados especiais para colher e trabalhar os dados (sejam qualitativos ou quantitativos). Portanto, nossa pesquisa caracteriza-se, em primeiro momento, pela natureza qualitativa, descritiva e exploratória. Assim, para atingirmos o objetivo proposto no projeto, traçamos nossas estratégias de pesquisa a partir de procedimentos metodológicos delimitados em: 1) Pesquisa de Campo (entrevistas com atores sociais envolvidos); 2) Pesquisa documental; 3) Pesquisa hemerotécnica e 4) Pesquisa Bibliográfica. Consequentemente, é imprescindível a análise de todo o material levantado.

Descrição das etapas da pesquisa

Definimos como estratégia – baseada no mapeamento dos atores sociais envolvidos com a questão da transposição – delinear um itinerário que partiria dos atores representados no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e, com base nos seus relatos e indicações, encontraríamos outros atores sociais também fundamentais para reconstrução da problemática, que participaram ou não do CBHSF, porém que atuaram, de alguma forma, nesse processo de “negociação” e conflito em torno do projeto de transposição.

Foi então, a partir da reconstrução dos “itinerários de negociação dos atores sociais” como “caminho efetivamente seguido em termos de conteúdo e forma”, identificado como metodologia por Jean-Eudes Beuret (2006), em sua obra: *La conduite de la concertation*, que traçamos nosso itinerário de pesquisa, realizado principalmente nas viagens de campo. Essa metodologia está relacionada a processos os quais ocorrem entre atores de um território em torno de uma problemática, permitindo que eles se encontrem para o estabelecimento de diálogos capazes de promover uma construção coletiva de visões, objetivos e projetos comuns, tendo em vista agir e/ou decidir em conjunto.

Com base nessa metodologia, realizamos uma pré-pesquisa a partir do levantamento dos principais atores sociais envolvidos na questão estudada a partir de indicações fornecidas por um dos membros da Comissão Pastoral da Terra da Bahia e da Articulação São Francisco, e também a partir de informações contidas na página oficial² do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. O acesso total à lista dos atores referentes ao período estudado só foi possível em janeiro de 2014. Dessa forma, traçamos uma lista de entrevistados e, à medida que as entrevistas aconteciam, outros atores sociais eram indicados por aqueles já entrevistados, o que nos permitiu utilizar a metodologia de construção de itinerários de atores sociais, desenvolvida por Beuret (2006).

Foram quatro viagens de campo^{3 4} realizadas entre o ano de 2013 e 2015. Tais viagens tiveram papel fundamental para atingirmos o objetivo de entrevistar⁵ atores sociais envolvidos na problemática estudada, como também a fim de conhecermos a realidade social, política e cultural desses atores e dessa região brasileira. Entendemos essa estratégia como fundamental para auxiliar-nos na compreensão do objeto estudado, no sentido de que, ao vivenciarmos essa região, podemos tornar o objeto mais próximo

² Naquele momento, a página do CBHSF não estava atualizada, pois o Comitê acabara de contratar sua Agência Delegatária, a AGB Peixes, com essa transição, o antigo acervo virtual havia sido retirado da página e a Secretaria da AGB Peixes estava em processo de organização. Obtivemos informação sobre os atores após envio de e-mail solicitando a lista dos participantes do Comitê das Gestões 2003-2005 e 2005-2007, a qual foi enviada incorretamente fato que só fora descoberto após enviar e-mail para diversos atores da lista solicitando entrevista. Portanto, o mapeamento ficou bastante dificultado e esse cenário só foi se modificando após a primeira entrevista realizada em outubro de 2013 com o atual presidente do CBHSF, que nos forneceu alguns nomes de atores sociais relevantes e em seguida com a pesquisa realizada no próprio acervo do CBHSF, em Penedo (AL), na ocasião da segunda viagem de campo, em janeiro de 2014, ao encontrar um livro publicado em comemoração aos 10 anos do CBHSF no qual constava as listas solicitadas.

³ O detalhamento sobre as viagens realizadas para pesquisa de campo está disponível no Apêndice nº 01: O rio que se fez Rio – um relato de viagem.

⁴ Ver figura com indicações dos locais do trabalho de campo no Apêndice nº 02.

⁵ Ver quadro com a lista das entrevistas realizadas e a quantidade de entrevistados no Apêndice nº 03.

e mais real para o pesquisador. A seguir, descrevemos, de forma sucinta, as viagens de campo realizadas durante esta pesquisa.

Em outubro de 2013, iniciamos a realização das viagens de campo para esta pesquisa. A primeira teve início na cidade de Maceió, onde pudemos realizar entrevistas com dois atores sociais fundamentais para nossa pesquisa. O primeiro deles foi o atual Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, também representante do Fórum de Defesa Ambiental FDA e integrante do CBHSF desde a sua fundação no ano de 2003, quando ocupou o cargo de Diretor da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas. O segundo foi o atual Superintendente da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas, que foi representante (suplente) do CBHSF no cargo de assessor do Secretário dos Recursos Hídricos de Alagoas, entre 2003 e 2005.

Com essas duas entrevistas, obtivemos algumas indicações dos atores sociais importantes para nosso debate. A partir dessas indicações, continuamos traçando nosso caminho de pesquisa. Para tanto, a viagem seguiu para a região do Vale do São Francisco, região do Submédio São Francisco, no dia 27 de outubro de 2013 e terminou no dia 12 de novembro de 2013. Nesse período, percorremos alguns locais fundamentais para nossa pesquisa e conversamos com diversos atores sociais – pescadores, pessoas envolvidas com os movimentos sociais na região do Vale do São Francisco, indígenas da etnia Truká e Tumbalalá, membros da CPT e Frei Luiz –, assim como estivemos pela primeira vez em um dos canteiros da obra. A viagem resultou em algumas entrevistas e mais indicações de atores sociais para as próximas entrevistas.

A segunda viagem de campo foi realizada no início de janeiro de 2014, mas, dessa vez, o início se deu pela foz do rio São Francisco, ou seja, pela região do Baixo São Francisco, desde Piaçabuçu (AL) e Penedo (AL), onde pudemos conversar com pescadores, membros do CBHSF e representantes de ONGs. Seguimos nossa viagem rumo ao estado de Sergipe, onde estivemos em Poço Redondo com representantes do MPA, a Cáritas e autoridades municipais; em seguida fomos a Paulo Afonso (BA), onde entrevistamos membros da Comissão Pastoral dos Pescadores e representantes de diversas etnias indígenas do Submédio e Baixo São Francisco. Nessa viagem, ainda retornamos à Cabrobó (PE) e lá realizamos entrevistas com Caciques da Etnia Truká, com quilombolas da região e também com trabalhadores rurais assentados nas Vilas Produtivas Rurais. Seguimos para Petrolina (PE) e Juazeiro (PE), onde fizemos

entrevistas com representantes da Codevasf e de ONGs, ambos participantes do CBHSF.

Na terceira viagem de campo, entre maio e junho de 2014, estivemos na região do Pajeú (PE) e Salgueiro (PE) e pudemos conversar com representantes da área de ensino e pesquisa, representantes de comunidades quilombolas e representantes de sindicatos rurais. Terminamos essa viagem em Recife, onde realizamos entrevista na sede da CHESF com um de seus representantes junto ao CBHSF. Finalmente, durante a quarta e última viagem de campo, realizada em julho de 2015, uma semana após o retorno do Estágio de Pesquisa de Doutorado no Exterior, ao voltarmos à região do Submédio São Francisco para finalizar as entrevistas de campo, conversamos com três políticos da região do Vale do São Francisco que estiveram diretamente ligados ao debate sobre a transposição do rio.

O trabalho de campo também nos permitiu a realização de fotografias, o que compreendemos como algo que vai além do simples registro; é um documento histórico. Ademais, as imagens também podem auxiliar na interpretação da realidade observada. Entretanto, temos ciência de que

tomar a imagem fotográfica como documento social em termos absolutos envolve as mesmas dificuldades que há quando se toma a palavra falada, o depoimento, a entrevista, em termos absolutos, com referência sociológica, que são as dificuldades de sua insuficiência e de suas limitações (MARTINS, 2009a: 11).

Apesar de não termos a pretensão de fazer um estudo no campo da sociologia visual, entendemos que a imagem pode ser um elemento auxiliador na construção da análise sociológica. Por isso as fotografias presentes nesta tese foram escolhidas entre outras tantas, para traçar uma narrativa sobre o objeto estudado. Portanto, essas imagens não são meras ilustrações.

Embora as entrevistas tenham grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa, outras estratégias foram imprescindíveis para a realização deste trabalho. A pesquisa documental, empreendida diretamente no acervo do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco foi fundamental, pois nos permitiu, por meio dos registros em seus documentos internos (atas das reuniões, Memória das Reuniões, correspondências, requerimentos, moções etc.), compreendermos todo o diálogo realizado entre os atores sociais participantes deste espaço público. Os documentos da Comissão Pastoral da Terra e da Articulação São Francisco Vivo nos ajudaram a mapear os conflitos na bacia hidrográfica do rio São Francisco motivados pelo projeto

de transposição. Assim como os documentos oficiais dos órgãos governamentais envolvidos, como os do Ministério da Integração Nacional, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional da Água, do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos e da Câmara dos Deputados, todos fundamentais para entendermos nosso objeto.

Outra estratégia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi a pesquisa hemerotécnica, recurso já utilizado desde as primeiras pesquisas acadêmicas que elaboramos, seja na graduação ou no mestrado, e que nos permite uma maior aproximação do real e uma melhor compreensão histórica sobre o processo. Para tanto, pesquisamos em jornais da grande imprensa da seguinte forma⁶: por meio do acervo digital da Folha de São Paulo, desde janeiro de 2002 a dezembro de 2007; acervo físico do Jornal de Petrolina Gazzeta do São Francisco entre janeiro de 2002 a dezembro de 2005; e pesquisa geral na Internet, em que pudemos ter acesso a diversas notícias, desde jornais da grande imprensa a jornais e blogs locais.

Realizamos também uma longa pesquisa bibliográfica com o objetivo de conhecer o maior número possível de trabalhos escritos a respeito da nossa temática. Nesse intento, utilizamos diversas bases e acervos, especialmente das Universidades paulistas, Unicamp, Usp, Unesp e Ufscar. Cabe também destacar que foi fundamental a pesquisa bibliográfica em três Universidades da região Nordeste: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A visita ao acervo bibliográfico dessas universidades aconteceu durante a realização do trabalho de campo.

O cumprimento do Estágio de Pesquisa no Exterior, realizado junto ao Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS), concedeu-nos acesso a uma bibliografia inexistente no Brasil sobre a democracia participativa e também permitiu dialogar tanto com pesquisadores franceses, quanto de outros países. Durante esse período, tive a oportunidade de realizar duas viagens de visita técnica ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Portugal, com o Grupo de Estudos Ecologia e Sociedade, que me proporcionou o contato com debates sobre a questão ambiental com renomados pesquisadores europeus.

⁶ Antes de realizarmos a pesquisa hemerotécnica da forma descrita acima, tentamos realizá-la por meio dos acervos da Biblioteca da Unicamp e também da Unesp. Entretanto, em ambas bibliotecas não existem mais acervos físicos dos jornais.

Todas as estratégias de pesquisa descritas acima foram igualmente fundamentais para que tomássemos conhecimento profundo sobre o objeto estudado e, dessa forma, pudéssemos construir, além de um panorama detalhado sobre a questão, também uma análise que permitisse a reflexão necessária para a defesa de nossa hipótese.

Apresentação da estrutura da tese

Na **Introdução**, problematizamos os principais conceitos a serem seguidos em nossa tese e que são a estrutura, ou seja, o eixo teórico condutor da reflexão e da análise aprofundadas nos capítulos seguintes, tais como: os conceitos de classe social, de luta de classes, de conflitos sociais e ambientais, além da definição de democracia, no sentido clássico e também brasileiro.

No **Primeiro Capítulo** denominado **O Encontro com o Rio São Francisco – O Velho Chico**, tratamos dos aspectos gerais sobre o Rio São Francisco e da definição do projeto de transposição, bem como elaboramos um debate envolvendo duas perspectivas com relação ao rio: uma no sentido do capital, ou seja, da água como recursos naturais, no sentido de mercadoria, e outro na perspectiva simbólica do rio, isto é, na perspectiva daqueles que “vivem do e com o Rio”, a população ribeirinha.

No **Segundo Capítulo: Democracia e Conflitos Sociais: os atores sociais representados no Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco**, partimos dos pontos principais sobre a formação do Comitê e da apresentação de seus atores sociais, passando pela análise do comitê como ator político e pelo papel da democracia participativa, no caso da gestão de águas. Em outro tópico, fizemos a análise da problemática da transposição como catalisadora de atores sociais junto ao comitê e seguimos com o posicionamento dos atores e suas estratégias de luta.

No **Terceiro Capítulo: Democracia e Conflitos Sociais: para além do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco**, introduzimos a questão, identificando os atores sociais envolvidos, os movimentos sociais que sustentaram as suas ações, assim como as suas estratégias de luta. No segundo item desse capítulo, tratamos dos fatos históricos relacionados aos jejuns realizados por Frei Luiz Cappio, como uma estratégia de luta, pautada principalmente na publicização da problemática e na reivindicação do diálogo do Estado com a sociedade civil. No último item, dedicamo-nos a tratar da população expropriada pela transposição do rio São Francisco (agricultores, indígenas e

quilombolas), no sentido de analisarmos a participação ou não dessa população no debate sobre a aprovação do projeto.

No **Quarto Capítulo: O (Re)Encontro com o Rio São Francisco: o Novo Chico**, realizamos uma análise sobre os arranjos políticos em torno da transposição do rio São Francisco a partir da identificação do posicionamento dos atores políticos e seus partidos, assim como dos debates institucionais ocorridos no âmbito do Congresso Nacional. Nesse capítulo também analisamos a reunião do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos que resultou na aprovação da viabilidade hídrica para o projeto em questão e, por fim, abordamos os arranjos políticos na região nordestina a fim de identificarmos os principais interessados neste projeto.

Por último, na conclusão deste estudo, fizemos uma recapitulação e uma reflexão de tudo que foi trabalhado ao longo desta tese, com foco no desenvolvimento de argumentos empíricos e teóricos que sustentam a nossa hipótese.

INTRODUÇÃO

Durante quase dois séculos, diversas propostas políticas apontaram a ideia de fazer um grande projeto de transposição das águas do rio São Francisco com a justificativa de abastecer o Nordeste Setentrional e, dessa forma, sanar os problemas sociais considerados decorrentes da escassez de água dessa região. Entretanto, essa ideia configurou-se apenas como tentativas até que, no início do século XXI, após um processo longo e complexo de opiniões divergentes, essa obra, considerada de grande impacto econômico e ambiental, tornou-se fato histórico.

Esse acontecimento se deu durante o atual regime democrático e se configurou num momento importantíssimo para o surgimento e a consolidação de espaços de debate onde a sociedade civil pudesse exercer seu direito à democracia. Entretanto, devido à existência de muitos os atores sociais insatisfeitos com a aprovação do Projeto de Transposição do rio São Francisco, no ano de 2005, decorrente da decisão tomada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) de consentir com a utilização das águas do rio São Francisco para usos externos, entendemos que ela não pode ser caracterizada como um processo amplamente democrático, pois ignorou o posicionamento contrário de diversos atores sociais envolvidos diretamente com o projeto.

Um dos órgãos mais engajados nesse processo de diálogo, negociação e posicionamento crítico ao Projeto de Transposição foi o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, que consideraria a aprovação da transposição legítima desde que a água captada fosse destinada apenas para garantir o abastecimento para o consumo humano e a dessedentação animal. Entretanto, como ressalta Empinotti (2011), o projeto foi aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos com o objetivo de expandir o uso das águas do rio São Francisco para atividades agrícolas e industriais.

A afirmação acima direcionou as reflexões empreendidas nesta tese, e é a partir dessa questão que definimos o objetivo geral da pesquisa da seguinte forma: sistematizar e compreender os interesses, negociações e conflitos dos atores envolvidos na aprovação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

Apesar da existência de interesses difusos, no momento preliminar à pesquisa, identificamos os diversos atores ligados à questão abordada, sendo eles: trabalhadores rurais, ribeirinhos (pescadores, indígenas, quilombolas, vazanteiros), atores organizados

em sindicatos, movimentos sociais, atores pertencentes ao agronegócio e hidronegócio, indústria da construção civil e partidos políticos.

Mais detalhadamente, a análise elaborada ao longo desta tese, além de ter como foco os interesses e conflitos sociais em torno das negociações e da aprovação do projeto de transposição pretende compreender a dinâmica dos grupos, classes e frações de classe que sustentam os arranjos e negociações, assim como o debate e a participação dos atores elencados nas decisões relacionadas à aprovação do projeto de transposição.

Para tanto, a ênfase da pesquisa empírica ocorreu a partir do mapeamento dos atores sociais representados no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e, com base nesse estudo, construímos uma espécie de itinerário desses atores. Essa estratégia permitiu o encontro e o delineamento (ou mapeamento) dos atores envolvidos no processo de debate e conflito de uma forma dinâmica, em que os próprios atores sociais indicaram outros atores sociais relevantes. Essa maneira de conduzir a pesquisa nos direcionou a uma reconstrução da história de modo menos hermético, permitindo, em certos pontos, a inclusão dos referidos atores também no processo de pesquisa.

Nossa hipótese estabelecida no projeto era de que, ao verificarmos os conflitos e interesses em torno da transposição do rio São Francisco, poderíamos entender quais os arranjos políticos e os objetivos reais que fizeram com que o projeto fosse aprovado, quem eram os atores sociais envolvidos e também quais justificativas fizeram com que a sua legitimação por parte da sociedade tenha ocorrido. A partir dos conflitos observados, constatamos que a aprovação da obra foi sustentada por interesses de frações da classe dominante, por meio da resolução de uma instituição estatal, no caso, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos com o aval do Ministério do Meio Ambiente. Tal reflexão foi guiada por alguns questionamentos: de que forma se deu a participação da sociedade civil nessa decisão? Haveria uma legitimação da sociedade? Houve a participação de atores de diferentes setores e diferentes interesses? Todos esses atores participaram e opinaram de forma equitativa? Esse processo envolveu diversos conflitos, quais foram? Quais foram as estratégias de defesa de interesses dos diversos atores? Podemos chamar esse processo de “aprovação”?

A partir dessas indagações, traçamos o objetivo de compreender a quais setores da sociedade a obra está vinculada, a quem esta obra interessa (diferentes classes e frações de classe), assim como se essas classes são beneficiadas ou não com uma “nova” indústria da seca. Toda essa problematização foi conduzida pela ideia de que o processo de debate, conflito e aprovação do projeto de transposição do rio São

Francisco poderia nos levar à compreensão de que, nesse cenário político, clássicas estruturas da sociedade brasileira (atualmente com outras roupagens) ainda permanecem. Nesse aspecto, avaliamos que, diante de interesses por disputas no acesso e expropriação de recursos naturais, como é o caso da água, a participação de vários setores da sociedade está subordinada às tomadas de decisões e seus arranjos advindos de interesses da classe dominante e suas frações. Conforme nos ensinou Florestan Fernandes (1981a), essa classe e suas frações, submetem toda a sociedade a um poder que se impõe de cima para baixo e, para atingir seus objetivos, recorre a quaisquer meios a fim de que prevaleçam seus interesses, coloca-se como fonte de sua própria legitimidade e, por conseguinte, transforma o Estado Nacional e democrático em instrumento para atingir seus objetivos.

Sendo assim, a relevância de tal pesquisa e sua análise justifica-se pelo fato de que a transposição do Rio São Francisco, com sua obra em curso, ainda desperta controvérsias e indagações que merecem uma elucidação aprofundada, tornando-se essencial – para a compreensão dos processos sociais e seus pressupostos – a investigação dos conflitos dos sujeitos “de carne e osso” envolvidos no projeto em questão. Além disso, a transposição do Rio São Francisco representa algo de grande envergadura social e econômica, no sentido de que tem poder de interferir efetivamente nas estruturas econômicas e sociais da região.

Do conceito de classes aos conflitos sociais

A sociedade capitalista é dividida em classes sociais, em frações e extratos de classe – no sentido marxista. Nesse paradigma, a transformação social pressupõe a existência da luta de classes, constituída como motor da história. De acordo com o prefácio escrito por Engels para o livro *O 18 Brumário*, Marx fora quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, segundo a qual:

todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas expressão mais ou menos clara de lutas entre classes, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente. (MARX, 1978: 12).

Sendo assim, a historicidade, ou seja, a transitoriedade do capitalismo, depende do desenvolvimento dos antagonismos e das lutas das classes sociais, em que o colapso

final do capitalismo se daria por meio do confronto entre o proletariado e a burguesia. Tal processo seria possível por essas duas classes serem apontadas por Marx como as classes sociais substantivas do sistema capitalista, no qual a burguesia é a classe revolucionária que constrói o capitalismo, suprimindo o feudalismo; e o proletariado seria a classe revolucionária que nega o capitalismo e luta para construir uma sociedade sem classes, isto é, o socialismo (IANNI, 1980: 14).

Nessa perspectiva, como já dito anteriormente, a sociedade capitalista é essencialmente aquela em que a burguesia e o proletariado são classes sociais revolucionárias e antagônicas. Isso se dá pelo fato de que enquanto uma instaura o capitalismo, a outra começa a lutar pela sua destruição. Ao mesmo tempo, por constituir-se como a classe que se apropria da mais-valia, a burguesia deixa de ser revolucionária desde sua constituição e passa a preocupar-se com a preservação do *status quo* (IANNI, 1980: 17).

Na sociedade contemporânea, essa estrutura de divisão das classes não desaparece, entretanto ela torna-se mais complexa à medida que a sociedade também se modifica. Dessa maneira, ocorre um desdobramento desta estrutura da divisão de classes, que Rodrigues (2005: 94) define como dividida em classes de rendas, ou seja, em ricos e pobres. De forma simplificada, as classes sociais podem ser diferenciadas entre, “de um lado, aqueles que detêm o poder, o dinheiro, o conhecimento e o domínio das técnicas e, de outro, os que possuem a força de trabalho e que vivem em geral no limite da sobrevivência”.

Como desdobramento da estrutura clássica do capitalismo, atualmente vivemos uma etapa bem definida desse sistema baseado na produção e no consumo, também na propriedade dos meios de produção e na busca incessante de lucro e de poder por parte dos donos do capital.

Segundo o Prof. Osvaldo Sevá Filho (2012), a procura pelo lucro e pelo poder se concretiza mediante alguns mecanismos pertencentes à história econômica e social da sociedade capitalista dos últimos séculos. Esses mecanismos são: a expropriação de todos os bens comuns e dos recursos que pertencem ou são utilizados pelos grupos mais pobres e mais desorganizados da sociedade; e a sua transformação, de uma parte, em proletariados – constituída por uma grande massa desempregada ou subempregada - e,

noutra parte, em assalariados – os quais são formalmente vendedores de sua força de trabalho no denominado “mercado de trabalho”.

Compreendemos que a estrutura fundadora do sistema capitalista, evidenciada pela existência de antagonismos e conflitos de classes, permanece existente nos dias atuais. Apesar de, muitas vezes, serem atribuídas novas denominações a esse processo, o significado dessa estrutura permanece. Nesse aspecto, entendemos que alguns conceitos são, com frequência, denominados de formas diferentes para explicar problemas considerados hodiernos, como é o caso dos conflitos ambientais. Diante disso, Rodrigues (2005: 98) faz a seguinte observação:

os deslocamentos discursivos impedem que se compreenda que os conflitos de classe passaram, na agenda política internacional, para os conflitos de gerações? Impede que se analise a importância do território para a reprodução ampliada do capital? Dificulta a análise do espaço, da produção do espaço, do poder dos detentores do conhecimento, da tecnologia na apropriação das riquezas naturais.

Na mesma perspectiva, na América Latina, multiplicam-se também os conflitos fundiários e étnicos (SEVÁ FILHO, 2010). Portanto, o conceito de acumulação primitiva do capital, explicado por Marx (1989)⁷ e atualizado como espoliação por David Harvey (2010)⁸, mantém-se atual, no sentido de que “o cercamento da terra prossegue por meio de distintos rearranjos fundiários desencadeados pelas expansões do agronegócio (soja, milho, pastagens), das minerações, das represas hidrelétricas, das monoflorestas industriais (eucaliptais, canaviais)” (SEVÁ FILHO, 2010).

É importante salientar que não estamos utilizando os conceitos aqui trabalhados de forma anacrônica. Em verdade, dada a permanência da sociedade capitalista e,

⁷ Processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. Nesse aspecto, a expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes. Ainda, afirma que: “o último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos” (MARX, 1980: 845).

⁸ A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e tem um caráter onipresente, sem importar a etapa histórica. Por exemplo, a recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer coisa menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultado da total transformação da natureza em mercadoria, ação fortemente identificada no processo de privatização da água e outros serviços públicos que constitui uma nova onda do “cercamento dos bens comuns” (HARVEY, 2010:110-111).

portanto, do capital, suas características perduram seja por meio da extração de mais-valia, quanto pela acumulação primitiva (Marx, 1980) ou processual – como nos explica Francisco de Oliveira (1981) –, ou mesmo na definição de David Harvey (2010), como processo de espoliação. Concordamos com Sevá Filho (2010: 02) quando ele afirma que “essa alavanca de acumulação nunca acabou, e sim foi se deslocando no interior dos países capitalistas, de uma região para outra, tomou novas formas de expropriação de outros bens comuns como as matas, os litorais, os rios”.

Nesse mesmo viés, podemos compreender que

com a hegemonia do regime capitalista, e particularmente com o avanço das formas de dominação monetária e financeira, os conflitos são essencialmente lutas em torno de direitos políticos específicos de classes proprietárias e das demais classes sociais (SEVÁ FILHO, 1997: 55).

Em outras palavras, a luta pelo poder e a luta contra o poder relacionam-se à luta pela posse de recursos, pela posse e usufruto de patrimônios naturais e construídos com a luta pela mobilização e controle da força de trabalho humana, da energia e do saber individuais e coletivos (SEVÁ FILHO, 1997).

Esse cenário de disputas pode ser considerado como o reflexo de uma sociedade em que uma das principais bases de sua reprodução/manutenção encontra-se em dois aspectos:

as forças produtivas do capitalismo, postas em movimento há aproximadamente 500 anos, transformam-se, no final do século XX e início do século XXI, em forças destrutivas, com descomunal impacto sobre a devastação ambiental, bem como a devastação dos seres humanos enquanto força de trabalho, ou seja, as mesmas forças que promovem o aumento da produção reproduzem a natureza e os homens como dejetos de um processo industrial caracterizado pela hiperprodutividade do trabalho” (GENNARI & SILVA, 2009: 07).

A forma como a sociedade capitalista se organiza implica problemas sociais e também ambientais, já que eles são interligados. Nesse aspecto, apesar de mudanças significativas, a sociedade capitalista carrega em sua estrutura a tensão originária dos conflitos sociais: a dicotomia entre os interesses da burguesia – como classe dominante – e os interesses da classe trabalhadora. Desse modo, “os problemas do trabalho não desaparecem, mas são englobados num conjunto mais amplo” (TOURAINÉ, 1989: 10).

Compreendemos a afirmação de Touraine (1989: 14) de que “o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular, ele está em toda a parte”. Apesar disso, entendemos que o contingente da sociedade que sofre com a destruição ambiental de forma mais violenta, com certeza, está ligado à classe trabalhadora e suas frações, pois os conflitos decorrentes de tal processo são evidenciados pelas lutas dos trabalhadores que são reconhecidos principalmente por suas lutas étnicas e culturais, como por exemplo, o caso dos indígenas e quilombolas. Nesse aspecto, como afirma Touraine (1989: 16), o conflito “deve ser introduzido e reconhecido em todos os domínios da vida social e particularmente ao nível da organização social e cultural, portanto, da ordem estabelecida”.

Concordamos com a análise de Florestan Fernandes desenvolvida em sua obra *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina* (1981b: 37-38), quando o autor afirma que: “as classes sociais se sobrepõem a outras categorias sociais de agrupamento, de solidariedade e de articulação às sociedades nacionais”:

a “sociedade de classes” possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucionalizado e, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais (FERNANDES, 1981B: 33).

Nos países da América Latina, as classes sociais se manifestam, segundo Florestan Fernandes (1981b: 39), como “formações histórico-sociais típicas”, apresentando variações em três níveis distintos: o primeiro como das bases perceptivas e cognitivas das atitudes e comportamentos de classe; o segundo, dos conteúdos e orientações da consciência e relações de classe; e o terceiro, da diferenciação, da articulação e da oposição das classes sociais entre si, mas que não são simples produtos de diferenças socioculturais ou de tempo histórico. Ainda que possuam características específicas, Florestan observa que as classes sociais “não ‘são diferentes’ na América Latina e sim que, o que é diferente, é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social”.

Do ponto de vista do clássico Marx (1986: 107), com o “desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são

mais forças produtivas, mas forças destrutivas”. É nesse sentido que identificamos como conflitos sociais problemas que envolvem questões vindas dos chamados conflitos ambientais.

István Mészáros, no seu trabalho *Produção Destrutiva e Estado Capitalista* (1989: 104), desenvolveu tal reflexão no sentido de que, para ele, “o estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental”.

Sendo assim, aos conflitos sociais são incorporadas disputas cada vez mais acirradas pela apropriação dos recursos naturais, como forma de expropriação desses recursos como meios de produção da classe trabalhadora, transformados em forças produtivas nas mãos da burguesia e, ao mesmo tempo, em força destrutiva, no sentido de que, ao destruir a natureza ou impedir a apropriação pela classe trabalhadora, a burguesia concentra tais riquezas e as transforma em objeto de dominação.

Conflitos Sociais e a questão ambiental

Segundo Herculano (2006), os conflitos podem ser percebidos de formas diferentes nas Ciências Sociais: como disfunções, como perturbações da ordem que precisam ser sanadas – no sentido em que foi desenvolvido pela Sociologia de Talcott Parsons e pela escola Funcionalista. Mas os conflitos também se definem como constitutivos da sociedade moderna, a qual, conforme Max Weber (1988), distingue-se das outras sociedades por criar mecanismos racionais (leis, códigos, tribunais etc) para lidar com esses conflitos.

Na perspectiva marxista, os conflitos são fundamentais para que haja a possibilidade de rupturas e a decorrência de mudanças. Nesse aspecto, de acordo com Herculano (2006), os conflitos podem ser identificados também como elementos fundamentais para a criação de identidades. É a partir da tomada de consciência, isto é, a partir da conscientização da contradição vivida, que se tem a criação do novo, o que envolve a definição da situação e da identidade dos contendores por eles próprios, tendo como passo seguinte a escolha das estratégias de ação.

A compreensão sobre conflitos ambientais é diversa e depende da perspectiva de análise, assim como da abordagem teórica escolhida. Nesse sentido, vê-los de uma ou

de outra forma está ligado também às ideologias que inspiram esse olhar. Conseqüentemente, teremos diferentes soluções, ou passos, para uma solução, pensadas de acordo com cada visão (HERCULANO, 2006).

Diante disso, é preciso admitir que “conceitos e expressões presentes no debate ambiental são frequentemente utilizados com acepções diversas” (VIÉGAS, 2009: 151). Sendo que a própria ideia de questão ambiental é elaborada de forma difusa. A ideia de questão ambiental relaciona-se ao conjunto da discussão ambiental, que envolve tanto questões de conflitos, lutas, problemas ambientais, mas também o próprio debate conceitual-metodológico sobre o meio ambiente.

Da perspectiva da sociologia ambiental, a concepção de ambiente, principalmente no que diz respeito aos conflitos ambientais, é construída desde a década de 1970, passando por análises que criticavam os clássicos da sociologia, atribuindo a eles uma ausência da questão ambiental em suas teorias sobre a sociedade, até a ideia de que a raiz da sociologia ambiental está na constatação de que sociedade e natureza devem ser analisadas de forma interligadas (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

Portanto, no campo da sociologia ambiental, o ambiente passa a ser concebido como um paradigma. Seus primeiros teóricos, como Catton e Dunlap, fizeram a proposta de uma redefinição do campo disciplinar. Numa outra perspectiva, encontra-se a visão da sociedade de risco e da modernização ecológica, que substitui a ideia de ordem social pela de risco sistêmico⁹, atribuindo à modernização um novo padrão reflexivo para o paradigma da escassez. Nessa abordagem, outros teóricos foram incorporados ao debate, como por exemplo Giddens e, assim, a sociologia ambiental passou a ter como seu principal objeto de estudo o aspecto eminentemente social dos problemas e das questões ambientais (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

Entretanto, concordamos com Acselrad (2010: 02), ao afirmar que a distribuição dos riscos e danos ambientais é desigual, pois tais riscos e danos penalizam em particular grupos sociais de baixa renda e também grupos étnicos, da mesma forma que

⁹ Sociedade de risco é uma “fase de desenvolvimento da sociedade moderna na qual os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem, cada vez mais, a escapar às instituições de monitorização e proteção da sociedade industrial” (BECK; GIDDENS; LASH, 2000).

o acesso dos benefícios ambientais do desenvolvimento são distribuídos de forma desigual, de modo que os grupos sociais de alta renda possuem mais acesso.

De modo semelhante, as reflexões sobre o Ecologismo dos Pobres, elaboradas pelo Prof. Joan Martinez Alier, nos ensinam que atualmente os conflitos movem-se em torno dos direitos de pescadores, camponeses, extrativistas, entre outros. Em outras palavras, os conflitos estão relacionados à sobrevivência e ao sustento desses sujeitos. Ao mesmo tempo, nesses conflitos, estão incluídas a luta pelo direito dos indivíduos de reproduzirem suas tradicionais práticas de vida e também as questões relacionadas à dívida ecológica das trocas desiguais no comércio. São conflitos que remetem ao sustento e à sobrevivência desses sujeitos, às lutas pela soberania alimentar, pelos direitos humanos, assim como pelos direitos territoriais comunitários. São necessárias estratégias de enfrentamento às atividades econômicas que promovem a destruição tanto do meio ambiente quanto das formas de vida dessas comunidades, como por exemplo, a carcinicultura comercial (que degrada mangues), as formas de extração mineral e petrolífera, as florestas uniformes da indústria da celulose, a pesca industrial, a construção de grandes obras hídricas e várias outras (HERCULANO, 2006).

Os conflitos ambientais podem ser vistos, muitas vezes, como casos isolados – casos pontuais que podem ser resolvidos em escala e dimensão geográfica –, outras vezes são percebidos como estruturais – derivados de antagonismo profundo entre economia e ambiente, numa perspectiva mais ampla e global tendo sempre e necessariamente tais dimensões (HERCULANO, 2006).

Portanto, na perspectiva da ecologia política, conforme Martinez-Alier (2015), os conflitos ambientais envolvem diversos atores que possuem distintos interesses, valores, culturas, saberes e também diferentes graus de poder. Dessa forma, a ênfase desses conflitos não deve ser dada na sua resolução e sim na sua exacerbação. Isso porque a resolução de conflitos ambientais, pode até diminuir os impactos ambientais em escala local ou regional, entretanto, aparecerão outros impactos em outras escalas, o que levará a produção de outros conflitos

Sendo assim, o conflito ambiental é entendido sob a premissa de que grupos locais, não inseridos no sistema capitalista, poderiam engrossar o conflito de classes na medida em que passam a sofrer com os processos de expansão do capital em suas áreas.

Dito de outra forma, os conflitos ambientais, nessa visão configuram ampliações das lutas de classes (HERCULANO, 2006).

Num outro aspecto, há linhas de pensamentos que relacionam fundamentalmente a ideia de conflitos ambientais com a centralidade dos mecanismos de resolução de conflitos, tal como faz Libiszewski (1993 apud FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014: 51), “que define a corrente de resolução de conflitos ambientais como emergente de um desdobramento do campo de resoluções de conflitos sociais e segurança, formulado para mitigar causas de violência”.

No cenário latino-americano, as relações entre ambiente e sociologia ganham contornos diferentes; nas pesquisas sobre a temática, as disputas em torno da biodiversidade ganham centralidade. Nessa linha, a luta por território exercida pelos grupos étnicos pode ser identificada como uma luta cultural por autonomia e pela autodeterminação, “na qual a mobilização desses grupos para exercer o controle sobre os usos da biodiversidade contida nos seus territórios constitui um fator imprescindível para a sua sobrevivência cultural e política” (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014: 44).

Numa perspectiva de reflexão baseada nos conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu (2000), podemos compreender que essas lutas se encontram também no campo simbólico. Para Viégas (2009), estes preceitos indicam que há uma enorme diversidade de significados e motivações que orientam os atores sociais em direção às lutas identificadas como ambientais. Sendo que,

o campo ambiental, tal como os campos jurídico e político definidos por Bourdieu, constitui-se também em um espaço social de diferenciações, onde são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no bojo das quais agentes se esforçam para manter ou para transformar a estrutura das relações existentes no campo, legitimando ou deslegitimando práticas sociais ou culturais. No interior deste espaço de posições ligadas por relações de força específicas, os indivíduos estão dispostos de acordo com estruturas desiguais de acesso, uso, apropriação, distribuição e controle sobre os territórios e sobre o conjunto de recursos materiais e simbólicos (VIÉGAS, 2009: 153, grifo nosso).

Segundo Herculano (2006), os conflitos podem ou não ser estruturalmente antagônicos. Em outras palavras, os conflitos ambientais não são estruturalmente antagônicos quando dizem respeito às disputas entre iguais e/ou quando ficam contidos em uma dada escala ou dimensão geográfica. Acselrad (2004b) identifica os conflitos

ambientais como lutas sociais, econômicas e políticas, mas também como lutas simbólicas.

No ponto de vista ecossocialista, os conflitos ambientais são definidos como conflitos socioambientais e configuram-se em instrumentos de construção de uma nova sociedade. Além disso, segundo Martinez-Alier (2008, 2015), uma situação de conflito raramente se dá como caso isolado, ou seja, ela pode ser repetida em diversos locais do planeta e, dessa forma, configurar-se como estratégia de resistência ao estabelecer redes e alianças entre os protagonistas desses casos.

Nesse aspecto, o Ecologismo dos Pobres diz respeito à maioria da humanidade, especialmente à população dos países periféricos. Assim como, na perspectiva das teorias desenvolvidas no campo da reflexão sobre justiça ambiental, a denúncia da existência de desigualdades ambientais sugere que ocorre uma distribuição desigual com relação ao acesso ao meio ambiente.

Nesse aspecto,

o capital, por seu lado, mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos. Os atores com menos força para escolher seus ambientes, por sua vez, organizam-se para resistir à degradação forçada que é imposta aos seus ambientes ou ao deslocamento forçado a que são submetidos quando seus ambientes interessam à valorização capitalista (ACSELRAD, 2004:09).

Entendemos que se faz necessária a escolha de uma análise que tenha por base as contradições das classes sociais. Dessa forma, mesmo se tomarmos uma investigação dos conflitos ambientais por um prisma cultural no que diz respeito à existência, por exemplo, de racismos ambientais, é preciso uma interface com as classes. Em outras palavras, tal escolha nos remete a compreender que as questões dos conflitos ambientais estão vinculadas a problemas mais estruturais da sociedade, como é o caso da desigualdade, da exploração e das lutas de classes, o que não torna as questões raciais, étnicas, culturais e éticas excluídas ou de menor importância. Na verdade, entendemos que, por esse viés de análise em que as classes são centrais, as políticas etnocidas e de exclusão, recorrentes nos dias de hoje, são, na verdade, decorrências, ou expressões das contradições das classes levadas a nível internacional (HERCULANO, 2006).

Por fim, o campo teórico sobre conflitos ambientais é um campo ainda em construção e abriga diversas formulações e caminhos de análise. Nossa aspiração é, neste trabalho, a partir de teorias sociológicas já construídas, principalmente no que diz respeito à compreensão da realidade brasileira, traçar uma abordagem própria, com base nas visões dos clássicos da sociologia, assim como dos grandes teóricos clássicos da análise da realidade brasileira. No campo ambiental, dialogaremos com teóricos da ecologia política, da justiça ambiental e da perspectiva ecossocialista, ou seja, mediante uma visão pautada num renovado campo marxista que faremos a construção do nosso próprio campo de análise sobre a questão estudada. Não pretendemos, com suporte em grandes teorias, extrair modelos de interpretação, e sim compreendermos a dinâmica do problema aqui estudado considerando essas teorias e as contradições nelas existentes.

As especificidades da democracia brasileira e a questão ambiental: reflexões iniciais

Segundo Florestan Fernandes (1981b: 34), existe um “intenso debate sobre as consequências e as implicações das evoluções recentes do capitalismo, o qual visa ‘pôr em xeque’ a utilidade do conceito de classe social e a própria validade da noção de sociedade de classes”. Assim como Florestan, partimos da premissa de que esse debate é, sob muitos aspectos, pouco preciso, sendo elemento constitutivo da crise ideológica que abala o mundo em que vivemos.

Nesse sentido, observamos que a moderna sociedade democrática burguesa é fundamentalmente constituída por classes sociais, isto é, a existência da sociedade burguesa pressupõe a existência de uma sociedade de classes. Dessa forma, a democracia burguesa é um fenômeno histórico que ganhou uma grande importância a partir dos eventos clássicos na Inglaterra, França e EUA, os quais constituíram os principais conceitos e consensos sobre a definição da democracia clássica moderna.

O conceito moderno de democracia é produzido principalmente no bojo de transformações políticas decorrentes do final dos regimes autoritários no mundo ocidental: após o término da Guerra Fria – a derrocada do Stalinismo na União Soviética –, como também, nos países do hemisfério Sul, o fim das ditaduras da América Latina. Portanto, é durante a segunda metade da década de 1980 que o mundo ocidental assiste ao triunfo da forma democrática liberal, decorrente do término das

ditaduras e totalitarismos governamentais em diversas sociedades ocidentais. Nesse momento,

cientistas políticos, ensaístas e a imprensa tematizaram este momento como sendo o de uma transição democrática, um tempo onde o consenso sobre os valores da democracia estaria sendo rapidamente restabelecido entre as forças políticas internas a cada sociedade. (PAOLI, 1999: 07).

Desse modo, segundo Touraine (1996:17), a democracia foi, de certa maneira, vencedora e “se impõe atualmente como a forma normal de organização política”. Touraine (1996: 19) afirma aceitar a definição de democracia já defendida por Norberto Bobbio a partir de três princípios institucionais: em primeiro lugar, como um conjunto de regras que estabelecem “quem está autorizado a tomar decisões coletivas e quais procedimentos deverão ser adotados”. Em segundo lugar, a ideia de que um regime será mais democrático, “quanto maior for o número de pessoas que participam, direta ou indiretamente, das tomadas de decisões” (TOURAINÉ, 1996: 19). E, por último, o princípio de que a democracia

apoiar-se na substituição de uma concepção orgânica da sociedade por uma visão individualista cujos elementos principais são a ideia de contrato, a substituição do ser político segundo Aristóteles pelo *homo economicus* e pelo utilitarismo e sua busca de felicidade para a maioria das pessoas (TOURAINÉ, 1996: 19) .

Entretanto, a construção democrática é um processo complexo, desigual e distinto, em forma e ritmo, em cada nação na América Latina, da mesma forma que a consolidação da democracia não significa apenas a existência de uma democracia eleitoral, mas “o seu aprofundamento e ampliação para novas esferas da vida pública e, portanto, à extensão mesma do conceito de política e cidadania” (DAGNINO, 2006:07).

Nesse aspecto, Florestan Fernandes (1972:166) afirma que “numa sociedade democrática, os homens devem estar permanentemente preparados para vigiar seus deveres inalienáveis e usufruir seus direitos legítimos”. Para se entender a construção da democracia no Brasil, é preciso compreender a chamada “revolução brasileira”. O estudioso identifica ainda que o cerne sociológico da “revolução brasileira” está na compreensão da relação de influências histórico-sociais que, no Brasil, ganha novas formas e o conteúdo inerente à organização da sociedade brasileira.

Dessa forma, Florestan faz uma reflexão sobre a democracia brasileira a partir do seu caráter radical que separa o problema substantivo da democracia do problema da

revolução social (TÓTORA, 1999). Portanto, ao falar em democracia, Florestan Fernandes (1981a) se refere à Revolução Burguesa, que consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que conduziram à desagregação do regime escravocrata-senhorio e à formação de uma sociedade de classes no Brasil.

Para Francisco de Oliveira (1999), a definição de burguesia em Florestan Fernandes está na afirmação de que, não havendo rompido nunca com as bases do poder latifundiário e, ao mesmo tempo, cedendo sua primazia ao poder internacional, a burguesia nacional realiza a passagem para a dominação econômica de classes sem qualquer ruptura revolucionária.

Contudo, ao falar em “Revolução Burguesa”, Florestan Fernandes (1981a: 21) afirma não pretender explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus, mas compreender quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam “como e por que se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social”. Nesse sentido, a Revolução Burguesa, segundo o autor, não constituiu um episódio histórico, e sim um fenômeno estrutural que é possível de se reproduzir em modos relativamente variáveis, dependendo de certas condições ou circunstâncias,

desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade, e do Estado (FERNANDES, 1981a: 21).

Para Florestan, a partir da análise dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais como forma de dominação de uma sociedade marcada pela contradição de classes, podemos compreender os conflitos entre interesses antagônicos que expressam as relações de dominação existentes. É dentro desse marco teórico que a democracia se situa com problema de investigação (TÓTORA, 1999).

Dessa forma, “em uma sociedade de classes distintas e antagônicas não se pode atribuir à democracia um ‘valor em si’, pois seu sentido e significado variam de acordo com interesses de classe” (TÓTORA, 1999:110). Nesse sentido, é possível afirmar que, “as classes sociais se manifestam nas sociedades latino-americanas como formações histórico-sociais típicas (FERNANDES, 1981b: 39)”.

Ao se falar em democracia, entendemos que é fundamental analisá-la num sentido dialético, no qual a democracia pode ser definida como algo que é tanto “determinada” pela realidade histórica e social em que se desenvolve, como também “determina”, ou em outras palavras, constrói historicamente essa realidade, vinculada imprescindivelmente às características culturais, econômicas, sociais e políticas da sociedade.

Nesse sentido, Florestan Fernandes (1981a: 20) afirma que

falar em Revolução Burguesa consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil.

Segundo Tótorá (1999), Florestan dá um sentido próprio à democracia ao partir da premissa de que a sociedade civil é a sociedade burguesa, ou seja, uma sociedade de classes, e é na formação das classes sociais, nas suas lutas e seus antagonismos, que se esclarece o alcance da democracia. Em outras palavras, podemos dizer que só é possível falar em democracia numa sociedade burguesa e, sendo essa sociedade burguesa, pressupõe-se a existência de classes sociais.

A igualdade política, requisito para a existência da democracia, “não é somente a atribuição dos mesmos direitos a todos os cidadãos; é também um meio de compensar as desigualdades sociais, em nome de direitos morais” (TOURAINÉ, 1996: 37).

Diferente da burguesia dos países de capitalismo hegemônico, que lideraram uma revolução nacional e democrática, nas nações periféricas, as burguesias perderam a oportunidade histórica de construir uma democracia sob sua hegemonia. Não se pode ignorar o valor estratégico que assumiu o Estado no desenvolvimento capitalista na periferia. Nesse caso, a revolução burguesa foi um fenômeno de natureza política, em que as estruturas de poder estatal foram instrumentalizadas em favor de interesses burgueses dominantes (TÓTORA, 1999).

Sendo assim, a revolução burguesa depende das forças sociais em jogo e das soluções políticas para o conflito de classes. Para Florestan Fernandes (1981b), na América Latina, as classes sociais operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e excluir os demais. É por esse motivo, que

elas não podem oferecer e canalizar socialmente “transições viáveis”, porque a “revolução dentro da ordem” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiadas, porque as massas despossuídas estão tentando aprender como realizar a “revolução contra a ordem”, e porque o entendimento entre as classes tornou-se impossível, sem medidas concretas de descolonização acelerada (em

relação a fatores externos e internos dos velhos e novos colonialismos) (FERNANDES, 1981b: 42-43).

Isso significa que a democracia se torna funcional apenas para as classes que detêm poder (social, econômico e político) e, no caso do Brasil, são as classes dominantes que possuem esse poder e o utilizam seja por meio “legítimo”, através do Estado, seja por vias escusas, lançando mão da violência privada. Em outras palavras, “com tamanha concentração de poder, as classes dominantes lograram êxito em dissociar o desenvolvimento capitalista da revolução democrática nacional” (TÓTORA, 1999: 118).

Nesse sentido, Manuel Correa de Andrade (1985: 19) afirma que “o Estado é inegavelmente, um instrumento das classes dominantes, visando manter os seus privilégios e vantagens, face às reivindicações das classes dominadas”. Porém, o autor nos alerta de que a estrutura de classes não é simples, o que não permite estabelecer uma linha demarcatória direta entre as “classes dominantes” e as “classes dominadas”, entre os detentores dos meios de produção e os expropriados que se limitam a vender a sua força de trabalho”, pois é preciso levar em consideração que, em ambos os grupos, há uma multiplicidade de interesses, sendo, muitas vezes, interesses comuns e, outras vezes, interesses contrários.

Entretanto,

na medida em que Florestan não desvincula a democracia do seu conteúdo de classes, a democracia burguesa e seus mecanismos formais de participação política – parlamento representativo e o sufrágio universal – têm uma importância apenas instrumental. Nesse sentido, o autor não se distingue da tradição marxista. Democracia burguesa e dominação burguesa são partes do mesmo processo. Todavia, nas formas clássicas de democracia burguesa, a luta e o conflito de classes ganham legitimidade na sociedade política. Sob a democracia burguesa, mesmo nos marcos do capitalismo, é possível a participação política, embora desigual, das classes trabalhadoras no controle dos interesses coletivos (TÓTORA, 1999: 120).

A realidade brasileira é marcada por um capitalismo que possui suas bases na estrutura de uma sociedade escravocrata senhorial. Nesse sentido, a formação da classe dominante brasileira encontra-se intrinsecamente vinculada a esse fato, e seu desdobramento se dará numa sociedade moderna, em que as elites, fruto dessa formação, constituem-se e se “perpetuam” resistentes às transformações sociais reivindicadas pelas classes subalternas.

Para Manuel Correia de Andrade (1985), as estruturas *espaciais*, ou seja, a sociedade não pode ser observada como categoria permanente. É preciso considerar que, ao contrário de ser estático, esse espaço produzido é dinâmico e que, a partir de injunções dialéticas, são produzidas transformações contínuas na sociedade, como por exemplo, transformações sociais que provocam alterações no acesso à renda e ao poder dos vários grupos e classes sociais, assim como as alterações que provocam uma maior concentração de renda e de poder da classe dominante.

Desse modo, a democracia institucionalizada, explicitada na sua acepção representativa sob a forma do sufrágio universal, é a expressão da democracia burguesa, calcada numa sociedade de classes, em que a desigualdade de poder é uma de suas principais características. Assim, a existência dos conflitos e a luta de classes podem ser identificadas como estratégias para a transformação social, na qual as classes subalternas possam lutar e conquistar seus direitos civis, políticos e sociais, no sentido de realizar as reformas e revoluções que a burguesia brasileira não realizou.

É nesse contexto de longo percurso histórico, pautado na ideia da construção de uma democracia “efetiva”, defendida por vários setores da sociedade, mas também contraditoriamente marcada por resquícios da desigualdade fundadora da sociedade brasileira, que o projeto de transposição do Rio São Francisco é materializado em forma de obra, aprovada por alguns órgãos do governo federal. No entanto, esse processo não se deu de forma tranquila, embora tenha sido mitificado como uma proposta a ser debatida democraticamente com a sociedade brasileira e apesar da criação de espaços públicos (DAGNINO, 2002).

Neste sentido, ainda que diante de um processo aparente de democracia burguesa, combinado com mecanismos modernos de participação, como por exemplo, a democracia participativa, as estruturas fundadoras da sociedade de classes brasileira permanecem. Esse processo fica evidenciado no caso do nosso objeto de pesquisa, no qual os movimentos sociais organizados, utilizando seus instrumentos de pressão, fora ou dentro de espaços políticos (comitê de bacia, por exemplo) foram submetidos ao poder da classe dominante, tal qual um instrumento do “arranjo pelo alto”, como nas teses de Florestan Fernandes: “a revolução burguesa foi um fenômeno de natureza política em que as estruturas de poder estatal foram instrumentalizadas em favor de interesses burgueses dominantes” (TÓTORA, 1999: 117).

Ao analisarmos a questão da democracia em nosso objeto de estudo, ou seja, os interesses e conflitos em torno do projeto de transposição do rio São Francisco, estamos investigando um aspecto universal da realidade brasileira que está inserido no campo dos problemas ambientais, uma vez que nos interessa pesquisar o processo em relação ao uso da água do rio São Francisco, isto é, lidaremos com uma problemática relacionada às questões ambientais, e, nesse aspecto,

entendemos que a questão ambiental tem sido representada no discurso dominante como questão universal, afetando todo o mundo (e ninguém diretamente). Mas a realidade é mais complexa: o ambiente apresenta-se de facto como campo de disputas e conflitos pela profunda desigualdade na forma como os problemas ambientais, da escala local à escala global, afetam diferentes grupos humanos e áreas geográficas, bem como as outras formas de vida. É a partir desta constatação que surge o conceito de “desigualdades ambientais”, que evidencia a distribuição desigual dos custos e benefícios do desenvolvimento econômico, contribuindo para agravar o desfavorecimento dos grupos sociais mais vulneráveis. As desigualdades ambientais podem resultar da extração e utilização de recursos naturais, de mudanças climáticas, dos desastres naturais e dos riscos associados às novas tecnologias e à atividade industrial. A distribuição desigual do poder entre os diferentes atores, a sociedade civil, o Estado e o mercado contribuem para agravar estas desigualdades, propiciando uma capacidade diferenciada na apropriação de recursos naturais e na produção de impactos negativos para o ambiente e saúde, o bem-estar e a capacidade de subsistência das comunidades afetadas (BARCA, 2012).

Nessa perspectiva, além dos impactos ambientais representarem um problema em si, os conflitos sociais estão no bojo dessa questão quando são identificados com os conflitos ambientais, que

envolvem disputas por terra com populações tradicionais (indígenas, quilombolas) e camponesas, sistematicamente com casos de violação de direitos humanos, ameaças e assassinatos, além da histórica contradição capital-trabalho, refletida em casos atuais de contradições análogas à escravidão e ao trabalho extenuante, comuns nos cultivos de cana-de-açúcar e nas carvoarias (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013: 47).

Assim como no caso das hidrelétricas, analisado no trabalho *Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil*, por Porto, Finamore e Ferreira (2013), o movimento contrário ao projeto de transposição do rio São Francisco denuncia a falta de transparência e participação social no projeto, além da precariedade nos estudos de impacto ambiental.

É possível afirmar que os conflitos ambientais podem ser entendidos como conflitos distributivos relacionados aos diversos recursos naturais, ou seja, como as contradições sobre a apropriação material e econômica, além dos impactos sobre o meio ambiente, os territórios e saúde da população atingida. Dessa forma, o que está em jogo

são disputas por valores e visões de mundo que definem as lógicas e os sentidos do trabalho, da economia e da própria vida, cujas contradições se tornam mais evidentes a partir do agravamento da crise ambiental e social (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013).

Em países situados na América Latina, na África e na Ásia, os conflitos ambientais estão fortemente relacionados à sua história colonial – caracterizada pela “função” fornecedora de matérias-primas aos países centrais do atual sistema capitalista. Segundo Porto, Finamore e Ferreira (2013), Tal fato constitutivo vincula-se às práticas contemporâneas na atual fase no capitalismo globalizado: onde o modelo energético é extrativista (mineração e petróleo) e o agronegócio está voltado à produção de commodities.

Contudo, compreendemos que os conflitos ambientais podem ser entendidos como conflitos no sentido clássico marxista, em que o conflito ambiental é uma forma para designar os conflitos entre classes sociais no sistema capitalista. Nesse sentido concordamos com o Prof. Sevá Filho (2005: 285), ao afirmar que “as mega-obras são campos de ação dos interesses de classes e de grupos sociais, cenário de disputas de oportunidades de lucros e de exercício de poder em âmbito extra-local e extra-nacional”. Dessa maneira, consideramos que a elucidação dos interesses sociais e concretos, contidos no processo de aprovação do Projeto de transposição do rio São Francisco, pode esclarecer os reais interesses econômicos e políticos de classes e frações de classe específicas, geradores de conflitos e lutas sociais, que carregam, no bojo de sua essência, tanto a utopia da transformação social, quanto a manutenção de uma ordem autocrática secular.

CAPÍTULO I: O (RE)ENCONTRO COM UM RIO: ADENTRANDO O VELHO CHICO.

É um Rio,
 É um ribeirinho
 São as águas do velho caminhante
 É um Chico
 São as águas das Gerais
 Talvez um Rio que não exista mais
 Um pescador com sua rede vazia
 e com o coração apertado
 Rio sangrante
 Rio doente
 É o Velho Chico:
 que existe e resiste!
 (Damião-Movimento dos Pequenos Agricultores
 Poço Redondo-Sergipe)

1.1 Introdução

Pensar no rio São Francisco é imediatamente lembrar do nome carinhoso que os sertanejos lhe atribuíram: Velho Chico. Para este trabalho, Velho Chico não significa apenas um nome, mas a ideia de que, durante muito tempo, esse rio foi concebido como um rio da vida, um rio que torna possível a existência de vida na caatinga do sertão nordestino. Neste primeiro capítulo, (re)encontramo-nos¹⁰ com o rio São Francisco por meio da sua história e da relação com a questão do projeto de transposição.

Nesse intento, na primeira parte, construiremos um cenário histórico e social sobre esse rio, a partir dos seus aspectos gerais, calcados em significados históricos, culturais, econômicos e políticos. Na segunda parte deste capítulo, buscaremos introduzir aspectos do processo histórico que antecederam a aprovação do projeto de transposição do rio São Francisco, desde o surgimento da ideia de transpor suas águas no século XIX até a sua reelaboração no Governo Fernando Henrique Cardoso.

A terceira parte diz respeito ao projeto atual, aprovado durante o Primeiro Governo Lula. Procuramos mostrar, de forma geral, como se deu essa aprovação, além

¹⁰ A escolha de escrever (re)encontro no título deste capítulo se deu, em primeiro lugar, pelo fato já exposto na Apresentação deste trabalho: entender que já se havia “encontrado” este rio em meados do ano de 2001. Ademais, o sentido de reencontro decorre também da compreensão de que o rio São Francisco possui uma importância tão genuína para nós brasileiros que, ainda que nunca tivéssemos estado diante dele, entendemos que ele faz parte das nossas vidas, como se sempre o conhecêssemos. Por outro lado, houve, realmente, um encontro com este rio durante as viagens de campo e também em todo o processo de estudos sobre a temática desta tese, o que permitiu conhecer a sua história e a história de seu povo e, ao mesmo tempo, reencontrar a minha história enquanto brasileira por compreender que este rio é algo de um significado muito amplo não só para o nordeste, mas para todo o nosso país.

de esclarecer o projeto no sentido estrutural, ou, em outras palavras, explicitar a dimensão técnica desse projeto, assim como as contradições e opiniões divergentes.

Na quarta parte, analisaremos a questão da água e seus significados, tanto no que se refere ao seu valor atribuído como mercadoria, situação em que identificamos alguns conflitos em torno das águas do rio São Francisco; como no que tange ao valor não econômico das águas desse rio para as comunidades são-franciscanas.

1.2 O Rio São Francisco: dados gerais, aspectos culturais, econômicos e políticos

O rio São Francisco¹¹, esse gigante que percorre aproximadamente 2800 km desde o Sudeste até o Nordeste, fora batizado por nossos ancestrais indígenas como rio Opará. Opará, que quer dizer “rio mar”, carrega em sua história diversas lendas¹²¹³ e mitos que compõem um dos mais belos imaginários da cultura popular brasileira.

Esse rio tem como mitologia fundadora a história de que, em um Chapadão – hoje Minas Gerais –, onde viviam diversas tribos indígenas, antigos guerreiros partiram em guerra rumo ao Norte. Eles eram tantos que seus passos abriram um enorme sulco na terra no longo caminho que percorreram. Entre eles, vivia uma bela índia chamada Iati, que, com a morte de seu amado índio guerreiro durante tal guerra, chorou tanto que suas lágrimas foram derramadas Chapadão¹⁴ abaixo, formando uma grande queda d’água, cachoeira que hoje chamamos de Casca d’Anta¹⁵¹⁶, situada na Serra da Canastra¹⁷. Segundo essa mitologia, as lágrimas transformadas em cascata percorreram

¹¹ Ver fotografia 01, 02, 03, 04, 05 e 06 no Apêndice 04.

¹² Além dessa lenda sobre a origem do rio, muitas outras histórias (lendas, mitos e crenças) compõem o imaginário popular dessa região, como por exemplo, a existência de figuras mitológicas como o “nego d’água”, que é descrito como um ser de cabeça grande e olho no meio da testa. De acordo com essa lenda, o nego d’água costuma aparecer para os pescadores e outras pessoas que estiverem navegando no rio. Às gargalhadas, ele derruba a canoa de quem se recusar a lhe dar peixes. Há também uma versão contada por Sr. Toinho Pescador, figura importante em Penedo (AL). Ele nos contou que o Nego d’água aparece durante a piracema para assustar os pescadores que estiverem desrespeitando a natureza ao pescar nessa época. Sr. Toinho, orgulhoso da função, chegou a se intitular como “O Nego d’água do rio São Francisco”, numa alusão à ideia de ser ele um importante defensor desse rio (Anotações do Caderno de Campo n.02, janeiro de 2014).

¹³ Ver fotografia 07 e 08 no Apêndice 04.

¹⁴ Ver fotografia 09 em Apêndice 04.

¹⁵ Conforme o Professor Sevá Filho (2005: 17), a Casca D’Anta, uma fenda de 200 metros na muralha rochosa da Serra da Canastra por onde despenca o rio São Francisco, é uma das raridades dentre as paisagens fluviais monumentais que já foram um dia alteradas, mas que, de alguma forma, estão protegidas.

¹⁶ Ver fotografia 10 em Apêndice 04.

¹⁷ A Serra da Canastra encontra-se no Parque Nacional da Serra da Canastra – PNSC e constitui-se de uma área de aproximadamente 200 mil hectares. Esse parque foi criado em 03 de abril de 1972, por meio do Decreto nº 70.355 e está situado na região sudoeste do Estado de Minas Gerais, abrangendo os

todo o caminho deixado pelos guerreiros até desagurem no mar e formarem, assim, o que atualmente conhecemos como rio São Francisco.

A historiografia oficial nos conta que, no dia 04 de outubro de 1501, uma expedição portuguesa, comandada por André Gonçalves e Américo Vespúcio e que descia a costa brasileira desde o cabo de São Roque, chegou até a foz do rio São Francisco, situada onde atualmente denominamos como os estados de Alagoas e Sergipe. O Opará dos indígenas daquela região recebeu dos portugueses um novo nome em homenagem ao santo daquele dia, o São Francisco.

Em 1503, outra expedição alcançou foz do rio São Francisco, comandada por Gonçalo Coelho e também acompanhada por Américo Vespúcio. Desde então, esse rio passou a ser visitado regularmente pelas naus europeias para, mais tarde, se tornar o principal canal que levaria os portugueses a colonizarem os sertões goianos, o que hoje entendemos por Brasil-Central (CODEVASF, 2007).

A luta dos índios ao resistirem à colonização fez com que, somente após duas décadas da chegada dos portugueses à foz do rio São Francisco, fosse fundado o primeiro povoado às suas margens. Isso aconteceu em 1522, quando o primeiro donatário da capitania de Pernambuco, o português Duarte Coelho, funda o povoado que hoje conhecemos como Penedo (AL)¹⁸, a histórica cidade Alagoana, atualmente declarada patrimônio histórico brasileiro. Com a autorização da Coroa Portuguesa, no ano de 1543, inicia-se na região a criação de gado, atividade econômica que marca a história do Vale do São Francisco e dá outra forma de chamar esse rio: o Rio dos Currais (CODEVASF, 2007).

Em seu longo trajeto geográfico e histórico, o rio Opará recebe outros nomes¹⁹, como por exemplo, Velho Chico, assim chamado carinhosamente pelo povo dos sertões

municípios de São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita. A região é muito importante no que diz respeito à questão hídrica brasileira, pois é considerada um grande divisor de bacias hidrográficas, caracterizado por uma densa rede de drenagem e tributários, onde encontram-se várias nascentes que alimentam os diversos cursos de água como o rio Grande, o ribeirão Santo Antônio, o ribeirão Grande, o rio São Francisco, o rio Araguari e o rio Santo Antônio. (SILVA & BERNARDES, s/d).

¹⁸ Além dessa versão sobre a origem desse município, existe outra que atribui sua criação a Duarte Coelho de Albuquerque, filho de Duarte Coelho, que herdou a capitania. Após realizar duas bandeiras, sendo que uma delas se dirigiu ao sul e atingiu o rio São Francisco em 1560 e 1565. Entretanto, há registros de que a primeira sesmária na região data de 1596 e que o povoado só foi fundado oficialmente a partir de 1613 e, em 1623, teria sido elevado a Vila de São Francisco. Após sofrer invasões holandesas em 1637, somente oito anos depois, voltaria ao domínio dos portugueses sendo denominada Vila do Penedo do São Francisco, que seria elevada à categoria de cidade somente em 1842, quando passa a ser chamada apenas de Penedo (IPHAN, s/d).

¹⁹ O rio São Francisco ainda foi considerado Rio dos Currais, quando relacionado à pecuária extensiva que também foi responsável pela penetração e ocupação dos sertões. Segundo Arraes (2013), foi Pedro

de Minas e do Nordeste. Segundo Camelo Filho (2005), é a partir de um cenário mais contemporâneo que ele passa a ocupar o imaginário da sociedade brasileira como o Rio da Integração Nacional. Tal nome se justifica pelo fato de o rio São Francisco ter servido de canal para o povoamento e controle do interior brasileiro e de ligação entre as regiões Nordeste e Sudeste.

Segundo os dados geográficos, ao nascer na Serra da Canastra, decorrente do rio Samburá, de um pequeno fio d'água, suas águas serpenteiam um imenso território e banham uma bacia hidrográfica de aproximadamente 640 quilômetros quadrados, o que corresponde a cerca de 7,5% do território brasileiro. O rio São Francisco atravessa cinco estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, contrariando o fluxo natural de outros rios ao seguir seu caminho num “contra-fluxo” no sentido Sul-Norte, de Minas até unir/separar²⁰ Bahia e Pernambuco para, em seguida, mudar de direção continuando seu curso até os estados de Alagoas e Sergipe, onde, mais uma vez, modifica sua direção para finalmente desaguar²¹ no Oceano Atlântico. Esse percurso se consolida após banhar mais de quinhentos municípios, em que vivem cerca de 13 milhões de pessoas.

O Rio São Francisco, pode-se dizer, é um milagre da natureza, pois faz o capricho de correr ao contrário e se estende do Sul, mais abaixo, para o Norte, mais alto, devido à falha geológica denominada “depressão sanfranciscana”. Isto o torna muito vulnerável, pois a pequena declividade (em média 7,4 cm por km) na maior parte de sua extensão, justamente a que recebe poucos afluentes, favorece o desbarrancamento e assoreamento (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007: 9).

Contudo, sua riqueza não se resume somente ao seu bioma. Ao levar água para todo esse território, o rio São Francisco transporta

vida e sobrevida a uma imensa biodiversidade e a milhares de pessoas, o Velho Chico que corria sem rumo certo, engolia margens, formava lagoas e se jogava dentro do mar, esse rio cultural e marcante ainda é belo, mas, hoje, maltratado, explorado e usurpado com suas águas pelas construções de barragens que

Taques de Almeida, em carta datada do dia 20 de março de 1700, que classificou esse rio como rio dos Currais. Tal motivo se dá pelo fato de que o povoamento do território dos sertões foi estimulado pelo movimento do gado e fortalecido pelo desenvolvimento de caminhos terrestres e fluviais em cooperação com a diversidade racial (índios, africanos e portugueses), que desencadeou no surgimento de uma paisagem *sui generis*, decorrente do encontro dessas três culturas (BURKE, 2005).

²⁰ A ideia de união e separação que ocorre simultaneamente está relacionada ao fato de que o rio cumpre a função geográfica de definir os limites entre os estados, bem como cumpre a função social de estabelecer uma ligação cotidiana da população que vive às suas margens, na medida em que permite que essas pessoas sejam transportadas de um lugar para o outro. Além disso, ao estabelecer a sociabilidade entre esses indivíduos, que são de certa forma marcados pela divisão territorial e simbólica dos estados, ao mesmo tempo produzem e reproduzem uma cultura marcadamente são-franciscana.

²¹ Ver fotografia 11 e 12 no Apêndice 04.

provocam a redução de sua vazão natural, se arrasta envenenado pelo “progresso”, fraquejando em sua foz. A água do mar avança sobre seu leito (ZINCLAIR, 2010: 232).

Com exceção de alguns quilômetros que o rio percorre dentro do Parque Nacional da Serra da Canastra²² – onde encontra-se de certa forma protegido e preservado –, em todos os outros locais que banha, sofre algum tipo de intervenção técnica. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Três Marias, a vazão do rio passa a ser controlada nessa região da bacia hidrográfica, que é denominada Alto São Francisco. Entretanto, é a partir da Represa de Sobradinho²³ que o rio foi praticamente todo modificado, no sentido de que não se pode mais falar em rio natural, pois, com o controle de sua vazão, transforma-se em rio artificial.

²² O Parque Nacional da Serra da Canastra situa-se no sudoeste de Minas Gerais, ao norte do Rio Grande – Lago de Furnas e Lago Mascarrenhas de Morais. É composto de várias fitofisionomias do bioma Cerrado com predomínio de vários tipos de campos. Criado pelo Decreto nº 70.355, de 03 de abril de 1972, com 200 mil hectares, preserva as nascentes do rio São Francisco e vários outros monumentos. Tiveram 70 mil hectares indenizados no Chapadão da Canastra e têm 130 mil hectares na região da Babilônia, abrangendo os municípios de Capitólio, Vargem Bonita, São João Batista do Glória e Delfinópolis por regularizar. Os pontos mais procurados são a nascente do rio São Francisco, a parte alta da Casca D’Anta, primeira cachoeira do rio São Francisco com 186 metros de altura, e sua parte baixa. O parque é um divisor natural de águas das bacias dos rios São Francisco e Paraná, neste caso contribuindo ao sul com o rio Grande e ao norte com o rio Paranaíba, através do rio Araguari que nasce dentro do parque. Fonte: ICMBIO. **Parque nacional da serra da canastra.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertas-a-visitacao/198-parque-nacional-da-serra-da-canastra.html>>. [Acesso em: 03 de janeiro de 2015.](#)

²³ Ver fotografia 13 e 14 no Apêndice 04.



Figura 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
Fonte: ANA/GEF/PNUMA/OEA.

Ainda com relação às primeiras ocupações realizadas às margens do rio São Francisco, podemos afirmar que ocorreram com o objetivo de promoção de uma colonização interna no sentido de um povoamento da região. Nesse aspecto, o rio São Francisco foi fundamental, pois, segundo Magalhães (1978), além do mar, que se constitui como o caminho de todas as civilizações, o grande caminho da civilização brasileira é o rio São Francisco.

Durante o período Colonial, o rio São Francisco foi fundamental para a ocupação da região, uma vez que permitiu a penetração para o interior do território, bem como o controle do povoamento pela Coroa Portuguesa e a expansão do seu domínio para além do litoral, desde a foz do rio e se estendendo cerca de 300 km para o interior, onde teve início o desenvolvimento da pecuária extensiva, fundamental para o desenvolvimento da economia açucareira, realizada na costa litorânea (CAMELO FILHO, 2005).

De acordo com Coelho (2005), decorrente do processo de ocupação realizado às margens do Velho Chico, formou-se um “verdadeiro colar de agrupamentos humanos” que deu origem às cidades ribeirinhas existentes até hoje. Essa característica é fundamentalmente específica desse rio, pois esse fenômeno não ocorreu ao longo de outros rios brasileiros, como os da bacia do rio Amazonas e do rio Prata.

Entretanto, cabe ressaltar que às suas margens também habitavam, muito antes do século XVI, comunidades indígenas²⁴ pré-históricas, desde tempos remotos, milhares de anos antes da colonização portuguesa (MARTIN, 1998).

Antes dos sertanistas devassarem os sertões do Brasil, diferentes tribos indígenas habitavam aquela vasta área, facilitando o trabalho dos portugueses, haja vista as trilhas e caminhos elaborados pelos nativos e a existência das “línguas”²⁵ que auxiliavam o devassamento do incógnito interior. Além de colaborar para a transformação da paisagem territorial sertaneja, os índios, em associação com os colonizadores (nesta categoria enquadrados os missionários das distintas ordens religiosas) contribuíram para a formação da teia de aldeamentos missioneiros, compondo um dos conjuntos do sistema urbano implantado ao longo do curso fluvial do São Francisco (ARRAES, 2013: 48).

Nesse sentido, o rio São Francisco foi fundamental para a ocupação do Brasil pelos colonizadores à medida que foi a porta de entrada para o território das minas e de todo o interior. Foi também a rota para serem atingidos os campos do Piauí e Maranhão, assim como as bacias do Tocantins-Araguaia e do Paraná (COELHO, 2005). Nesse período de mineração²⁶, a pecuária também se expandiu no Vale do São Francisco e

²⁴ As etnias indígenas que hoje habitam a bacia do rio São Francisco são de origem dos indígenas Cariri e Caetés.

²⁵ Segundo Arraes (2013), as “línguas” eram índios que participavam do devassamento do território junto aos colonizadores os auxiliando como seus intérpretes.

²⁶ Ao longo de sua história de exploração capitalista, a utilização do rio São Francisco para usos econômicos como a mineração, a carvoaria e a siderurgia “remetem à permanência de um modelo de exploração econômica que, se não for substancialmente modificado, de nada adiantarão os esforços de revitalização” (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007: 08). A atividade de mineração na Bacia do rio São Francisco representa 20% da atividade no país, o que significa que este é um dos grandes usuários de água do rio São Francisco e, portanto, responsável por grande parte da degradação desse rio. Esta questão fica ainda mais complexa quando constatado que “cerca de 40% da atividade mineral funciona de forma clandestina. Além do alto gasto de água, a mineração tem fortes impactos, como o rebaixamento de

também ocorreu um aumento significativo da população, o que tornou a região mais povoada da colônia depois das áreas produtoras de açúcar (CAMELO FILHO, 2005).

Em verdade, o “rio dos currais” revelou-se uma dádiva da natureza, porque ele, exatamente ele, é que permitiu a montagem de uma estrutura indispensável à manutenção e ao progresso da colônia. Empreendimento gigantesco que se apoiou na pecuária, especialmente em bovinos, equinos e muares, introduzidos no país pelos portugueses e espanhóis (COELHO, 2005: 30).

Além disso, é fundamental a importância que o rio São Francisco teve como via para transporte de alimentos destinados ao suprimento das minas de ouro. Milho, feijão, carne seca, rapadura e farinha eram levados juntamente com escravos e garimpeiros de outras regiões. Ademais, seu canal serviu como saída (evasão) de ouro destinado a chegar a Salvador (CAMELO FILHO, 2005).

O rio São Francisco desempenharia um fundamental papel no que diz respeito à navegação durante a Segunda Guerra Mundial, como via estratégica para assegurar o suprimento de mercadorias no interior do país, em caso de ocupação do litoral. A sua navegação fluvial tinha dois percursos: da sua foz a Piranhas (AL) e de Juazeiro (BA) a Pirapora (MG). Era feita em barcos simples, baseados na navegação indígena e, somente a partir de 1866, é que foram introduzidos os primeiros barcos a vapor (CAMELO FILHO, 2005).

Após a proclamação da independência, a elite brasileira depositou esperanças no progresso do interior do país, sendo que um dos instrumentos para essa arrancada seria o desenvolvimento da navegação pelo Velho Chico. Entretanto, na virada do século XIX para o século XX, foram desfavorecendo esses sonhos, pois a grande novidade era a construção de estradas de ferro (COELHO, 2005: 43).

Ao longo de sua história, a influência do rio São Francisco no contexto econômico e político nacional, sofreu altos e baixos. Em certas épocas, parecia que o desenvolvimento do Brasil dependia de sua existência; em outras, não tinha nenhuma importância para o Estado brasileiro, sendo que um dos fatores para seu esquecimento foi a abertura do caminho entre as Minas de Ouro e o Rio de Janeiro pela Coroa Portuguesa. Por isso, durante algumas décadas o rio São Francisco deixou de desempenhar um papel fundamental na economia brasileira e, assim, os interesses com relação ao rio entram numa fase de estagnação (COELHO, 2005).

lençóis freáticos, assoreamento e contaminação das águas, solo e ar (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007: 20)”.

Após um longo período de estagnação, o interesse pelo rio São Francisco é retomado e suas águas passam a representar fator fundamental para impulsionar o desenvolvimento do nordeste através da produção de energia elétrica²⁷. Sua característica fundamental é o fato de ser um rio perene²⁸.

Dessa forma, a construção de barragens ao longo do curso do rio São Francisco a partir do século XX, desde Três Marias até Xingó, significa uma transformação radical do Velho Chico. Segundo Coelho (2005: 111): “Três Marias, decreta a maioria do rio, sendo o reconhecimento *urbi et orbi* do valor fundamental de suas águas para gerar energia elétrica em abundância”.

Para Mello (2011: 37), a barragem de Três Marias foi construída com finalidade múltipla, o que à época era algo raro. Foi o primeiro grande exemplo de barragem implantada com finalidades múltiplas e tinha o objetivo de regularização do rio São Francisco, de beneficiamento à navegação interior e da geração de energia elétrica.

Já Coelho (2005) questiona o que foi feito do rio São Francisco do século XX em diante, principalmente o fato de que fora transformado radicalmente, iniciando com Três Marias (MG), e submetido a planos governamentais com a finalidade de transformá-lo em canal alimentador de turbinas de centrais hidrelétricas. Nesse sentido, é partindo da construção de usinas hidrelétricas que o rio São Francisco é colocado no fluxo da história da concentração do capital (SEVÁ FILHO, 2008).

A maioria das barragens do Brasil encontra-se instaladas na Região Nordeste (MELLO, 2011). Sendo que o rio São Francisco concentra sete delas, que, juntas, têm capacidade instalada de produção de 10.356MW, o que corresponde a 17% da capacidade instalada no país e 98% da região Nordeste (TUPINAMBÁ, 2010). Essas usinas foram construídas a partir da década de 1950; em ordem cronológica, temos: as hidrelétricas do Complexo Paulo Afonso I, Paulo Afonso II, Paulo Afonso III e Paulo Afonso IV – inauguradas consecutivamente nos anos de 1954, 1961, 1971 e 1979; a Usina Moxotó, localizada no estado de Alagoas e inaugurada no ano de 1977; a Usina Luiz Gonzaga, conhecida como Usina Hidrelétrica de Itaparica, localizada entre os

²⁷ A primeira hidrelétrica do São Francisco, Angiquinho, foi inaugurada em 26 de janeiro de 1913. Foi também a primeira usina hidrelétrica do Nordeste, localizada na margem alagoana da cachoeira de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, próxima ao atual Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso (VASCONCELOS, 2011: 113).

²⁸ Existem três tipos de rios: rios efêmeros, rios intermitentes ou temporários e rios perenes. Os rios efêmeros existem somente quando ocorrem chuvas torrenciais, ou seja, chuvas fortes. Os rios intermitentes são aqueles cujos leitos secam ou congelam durante algum período do ano. Os perenes são os que possuem vazão durante todo o ano. O rio São Francisco é considerado um rio perene, possuindo 168 afluentes, constituídos de 99 perenes e 69 intermitentes (CBHSF, 20--).

estados de Pernambuco e Bahia e inaugurada em 1988; a Usina Hidrelétrica do Xingó, localizada entre os estados de Alagoas e Sergipe e inaugurada em 1994.

As modificações mais significativas no regime de vazões do Rio São Francisco ocorreram a partir do início das atividades dos complexos hidrelétricos de Três Marias (MG), construído em 1952, e de Sobradinho (BA), em 1979. Tais complexos, além de terem a função de produzir energia hidrelétrica, também foram desenvolvidos como estratégia de controle das cheias do rio. A hidrelétrica de Sobradinho (BA), foi estruturada para acumular 34 bilhões de metros cúbicos de água e para inundar mais de quatro mil quilômetros quadrados, de sete municípios baianos (COELHO, 2005). Sobradinho está entre os maiores espelhos d'água artificiais do planeta Terra. Segundo Godinho e Godinho (2003: 16): “entre a barragem de Três Marias e o reservatório de Sobradinho, numa extensão de cerca de 1.050 km, o rio flui livre de barramentos, apresenta extensas várzeas, particularmente a jusante da foz do rio Paracatu, e recebe a grande maioria dos principais afluentes”.

Essas represas também são utilizadas para abastecimento público e irrigação, o que evidencia, por um lado, conquistas econômicas relevantes. Entretanto, para a implantação dessas hidrelétricas, milhares de famílias habitantes das zonas urbanas e rurais foram atingidas, sendo que milhares de pessoas foram retiradas à força de suas casas – cerca de 23.880 famílias foram expulsas por causa da construção de Moxotó, Sobradinho e Itaparica. Além disso, ao destruírem suas casas por meio das inundações dessas hidrelétricas construídas em suas áreas, atingem não somente as residências, mas fundamentalmente a cultura e a memória dessa população. Nesse aspecto, essas obras configuram-se como um processo de “morte social e natural dos rios”, que, em grande medida, é resultado de políticas desenvolvimentistas (TUPINAMBÁ, 2010).

O caráter de Rio da Unidade Nacional, atribuído ao rio São Francisco, tem relevância até os primórdios do século XX (COELHO, 2005). Para Camelo Filho (2005), apesar das águas do rio São Francisco terem sido a base do desenvolvimento da região que ele banha – fato que o caracterizava como Rio da Unidade Nacional –, as disputas por suas águas passam a ser o eixo de fortes conflitos políticos e sociais.

Ao mesmo tempo em que promovem o “desenvolvimento” da região, essas obras “faraônicas” provocam principalmente o enriquecimento das corporações de diversos setores econômicos. Além disso, essas construções também modificaram substancialmente a paisagem geográfica natural do rio e de sua região, causando

catastróficos impactos ambientais para a vida humana e todo o ecossistema (SANTOS, 2010).

Nesse aspecto, os grandes projetos de desenvolvimento na região caracterizam-se por serem excludentes, por deixarem de fora dos seus benefícios a maioria dos seus trabalhadores, numa região em que a pobreza e também a desigualdade continuam inabaláveis, a despeito da modernização de alguns setores econômicos existentes, desde a nascente até a foz do rio (CAMELO FILHO, 2005).

Ao longo do seu percurso, as águas do rio São Francisco são captadas com o objetivo de atender aos interesses do capital. Suas águas são utilizadas para a geração de energia, através das usinas hidrelétricas, e também para alimentar atividades do agronegócio que usa a água via projetos de irrigação (CRUZ, R., 2010). Além das sete Usinas Hidrelétricas já existentes no rio São Francisco, que comprometem em torno de 80 % da sua vazão e desalojaram mais de 140 mil pessoas, outros projetos visam à construção de outras grandes hidrelétricas, assim como PCHs, que são Pequenas Centrais Hidrelétricas a serem construídas em seus afluentes e subafluentes em toda a bacia (SIQUEIRA, 2010).

A exploração das águas do São Francisco produz um rio debilitado, já no limite de seu esgotamento (CRUZ, R., 2010). Embora participem da geração de energia, as barragens contribuem principalmente para a alteração dos ciclos naturais de cheia e vazante do rio, comprometendo as lagoas marginais e interrompendo o ciclo reprodutivo e migratório dos peixes (TUPINAMBÁ, 2010).

Ademais, as barragens hidrelétricas produzem também forte impacto negativo na pesca, acarretando seu declínio. A regularização do regime hidrológico exercido por meio de barragens é uma das formas mais devastadoras de degradação de águas, pois o barramento pode modificar o regime hidrológico natural do rio, bem como a qualidade de sua água. Essas intervenções provocam mudanças nos habitats de desovas de peixes, além disso, as barragens interferem na rota migratória dos peixes a partir do momento em que são construídas, uma vez que são barreiras intransponíveis em suas rotas migratórias em períodos de piracema (GODINHO; GODINHO, 2003).

Apesar de diversas constatações científicas sobre os problemas gerados pela construção de barragens hidrelétricas, localizadas principalmente nas regiões do Submédio e Baixo São Francisco, novos projetos estão previstos nesse trecho do rio, como por exemplo, Pedra Branca (PE) e Riacho Seco (PE), Itamotinga (BA/PE) – que

afetará o povo baiano de mesmo nome, com cerca de 20 mil moradores – e Pão de Açúcar (SE/AL) que prevê a inundação da histórica Piranhas (AL) (SIQUEIRA, 2010).

Outro elemento relevante é o processo de irrigação que é desenvolvido em todo o Vale do São Francisco. Ao mesmo tempo em que se produzem as mais variadas culturas destinadas a suprir necessidades do mercado interno – muitas vezes cultivadas por agricultores familiares, inclusive nas vazantes do rio, e que compõem a alimentação básica da população regional e do país, como por exemplo, milho, feijão, arroz, mandioca, batata doce e cebola – há uma grande produção de frutas voltadas para o mercado externo (CAMELO FILHO, 2005). Esse amplo processo de desenvolvimento resultou em um reduzido número de atividades agrícolas ancoradas na fruticultura irrigada, as quais consomem grandes investimentos financeiros e atendem aos interesses principalmente de empresas multinacionais, na medida em que essa produção é destinada à exportação.

Segundo Nancy Mangabeira Unger (2001), os investimentos em irrigação no Vale do São Francisco utilizam um amplo montante de recursos financeiros dos cofres públicos e respondem aos interesses de uma pequena parcela da sociedade, principalmente as empresas multinacionais. A região do Sertão Submédio do São Francisco passou a ser chamada de Nova Califórnia devido à grande geração de commodities. Entretanto, a vida da população trabalhadora ribeirinha não melhorou em nada, permanecendo na mesma estrutura de concentração de renda, concentração de terra e exploração dos trabalhadores, que vendem sua força de trabalho para os empresários do agrobusiness que investem e exploram a região.

Contudo, entendemos que o rio São Francisco não se compõe apenas daquilo que hegemonicamente entendemos como natural, ou seja, suas águas, seus peixes e toda a sua biota, incluindo matas ciliares, ilhas, áreas de vazante e as veredas de Minas Gerais. O rio São Francisco é composto também de gente, de trabalhadores que escolhem ou já tradicionalmente vivem, reproduzem-se e produzem sua cultura a partir dele: os pescadores, vazanteiros, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, entre outros (THÉ, 2010).

Apesar de não ser a maioria das pessoas que habitam a região da Bacia do Rio São Francisco, estes trabalhadores são sujeitos fundamentais na preservação da existência desse rio (THÉ, 2010). Tais sujeitos resistem às agressões provocadas ao rio, desde as poluições – industriais, domésticas e agrícolas –, também à irrigação de grande escala destinada à produção para o agronegócio, aos efeitos das antigas barragens e à

ameaça da construção de novas barragens, bem como às transposições, desde as pequenas até à “megalomaniaca” transposição em curso. Seja no cotidiano ou em ações organizadas em grupos, essa gente resiste há anos no sentido de viver do rio e para o rio São Francisco.

O rio São Francisco, ao longo da sua história, constitui-se como rio Opará, Velho Chico, Rio dos Currais, Rio da Unidade Nacional e desloca-se no tempo e no espaço como rio do capital. Desde as interferências das primeiras usinas hidrelétricas e dos projetos de irrigação – todos vislumbrando o desenvolvimento capitalista –, o rio São Francisco é tomado de assalto durante séculos, por projetos utilitaristas que não respeitam seus limites ecológicos nem a população de sua bacia que vive desse rio. Suas águas são objeto de interesses pelo capital seja em tempos de política liberal, seja em tempos de política neoliberal.

1.3 O projeto de transposição do rio São Francisco sob uma perspectiva histórica

A região Nordeste do Brasil possui características específicas que a diferenciam das demais regiões brasileiras. Um de seus aspectos mais marcantes é o fato de que, no interior dessa região, nos chamados sertões, está situado o semiárido brasileiro²⁹. Essa região possui ecossistemas diversificados, desde as secas caatingas, os cerrados e até as matas ciliares ao longo dos cursos d'água perenes. Esse sertão é marcado no imaginário nacional como um espaço semidesértico (UNGER, 2001). O clima do semiárido brasileiro é composto predominantemente por altas temperaturas, curtos períodos de chuvas abundantes e longos períodos de estiagem. A maior parte da região é coberta pelo bioma da Caatinga³⁰, específico da região, caracterizado, principalmente, por ser

²⁹ É uma região semiárida de um tipo muito particular, porque a precipitação pluviométrica é normalmente alta, predominando uma estrutura social muito frágil, dependente diretamente da agricultura (FURTADO, 1998).

³⁰ Esta palavra é originária da língua Tupi: *caa* quer dizer mato, vegetação, e *tinga* quer dizer branco, ou seja, na cultura popular caatinga quer dizer mato branco. Entretanto existem divergências com relação a essa afirmação, uma vez que alguns estudiosos da língua indígena afirmam que *caa* não se refere nesse caso ao mato propriamente dito, mas à composição de morros e vegetação; outros atribuem origem diferente ao termo, considerando que houve uma abreviatura: ao invés de branca (*tinga*), a origem seria *tinínga* (seco) e, portanto, a tradução poderia ser mato seco. Independente de qual tradução esteja correta, a caatinga é uma vegetação de aparência ressequida e tortuosa que se estende sobre as chapadas nordestinas, constituída de forma rala, que deixa à mostra o solo argiloso e pedregoso debaixo dos arbustos e das árvores. É predominante também a presença de cactos de diferentes espécies e os arbustos cheios de espinhos e de ramos retorcidos, que, durante a estação seca, perdem completamente as folhas. Entretanto, também existem algumas árvores de maior porte, que atingem no máximo 10 metros de altura

adaptável a períodos longos de seca. Assim como sua vegetação³¹, a população do sertão nordestino ao longo de séculos de ocupação dessa região, também desenvolveu formas de se adaptar e sobreviver às intempéries do clima local.

O nordeste seco do Brasil possui uma área total de 700 mil km², onde vivem cerca de 23 milhões de brasileiros, dentre os quais quatro milhões de camponeses sem terra, marcados por uma relação telúrica com a rusticidade física e ecológica dos sertões, sob uma estrutura agrária particularmente perversa³². É uma das regiões semiáridas mais povoadas entre todas as terras secas existentes nos trópicos e ou entre trópicos (AB'SABER, 1999).

Os recorrentes períodos de seca sempre contribuíram para o agravamento das mazelas sociais³³ existentes na região. Sendo assim, debates políticos sobre possíveis soluções para os problemas decorrentes das secas, desde o século XIX, incluíram a possibilidade de utilizar as águas do São Francisco para solucionar tais problemas. Esses discursos estiveram sempre pautados em ideias salvacionistas, no sentido de que os problemas sociais e econômicos dessa região seriam resolvidos após a realização da transposição do rio São Francisco, questão que suscita diversas análises e, conseqüentemente, grandes controvérsias. Entretanto, sabemos que a seca não é o gerador dos problemas sociais existentes nessa região brasileira, e sim um dos elementos de intensificação desses problemas.

e se destacam na paisagem (BRANCO, 2003). Apesar desse cenário seco e aparentemente inóspito, esse bioma, existente somente no Brasil, está muito adaptado ao clima e ao solo do sertão, assim como ao índice pluviométrico baixo, pois essa vegetação necessita apenas de poucas gotas d'água para aos nossos olhos renovar-se e tornar-se verde novamente. Segundo Branco (2003:11), quando chove, os rios secos, que mais parecem estradas poeirentas e pedregosas que sulcam a terra, enchem-se quase repentinamente, formando "torrentes de águas velozes e barrentas, que afogam os vales, inundam as terras, transportando os restos mortos de vegetação e rolando cascalhos nos leitos pedregosos. As terras, tostadas e ressequidas por muitos meses de sol, encharcam-se rapidamente, como uma grande esponja sedenta de umidade". A chuva então descortina uma beleza que parece ter ficado adormecida à sua espera, a caatinga e sua abundante riqueza.

³¹ Ver fotografias 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 disponíveis no Apêndice 04.

³² Entendemos como "perversa" o fato de haver uma concentração fundiária na região nordeste, na qual, de acordo com Manuel Correa de Andrade (1985: 02), "a problemática social é agravada com a consolidação do controle da propriedade da terra e dos canais de dominação política pelas oligarquias locais, agora aliadas a grandes empresas nacionais e transnacionais". Essa concentração fundiária, baseada na existência de latifúndios e minifúndios, é a principal causadora da pobreza nessa região, pois, nessa estrutura onde poucos controlam quase toda a terra apropriada e a subutilizam, o acesso à terra pelos agricultores que a cultivam e colaboram com o abastecimento regular da região é dificultado. Dessa forma, o controle da propriedade da terra por uma pequena minoria provoca a existência de uma ociosidade da mão de obra, o desemprego e o subemprego, crônicos na região.

³³ Sobre essa questão, cabe salientar que concordamos com Manoel Correa de Andrade (1985) quando afirma que o Nordeste é uma região rica e economicamente viável, sendo que os grandes problemas sociais dessa região são mais o resultado da ação do homem do que de falhas da natureza, portanto, os problemas advindos da seca são resultantes, principalmente, de uma estrutura social profundamente concentradora e injusta.

Celso Furtado (1998), um dos mais importantes intelectuais que se debruçou a estudar o Nordeste, concluiu que os problemas sociais dessa região são decorrentes do seu subdesenvolvimento e da exploração pelas próprias elites nordestinas e por grupos de diferentes regiões do país. Dessa forma, quem se beneficia com a seca são certos grupos, particularmente quem vive direta ou indiretamente da seca, tornando a seca um negócio denominado *indústria da seca*³⁴.

É nesse cenário que, durante o século XIX, surge a ideia de transpor parte das águas do rio São Francisco, mais especificamente no ano de 1847, quando o engenheiro Marcos de Macedo apresenta ao Parlamento e a Dom Pedro II um projeto que objetivava a construção de barragens e canais que levariam água do rio São Francisco para as regiões mais secas do Nordeste brasileiro.

Foram diversos os momentos³⁵ da história brasileira em que esse projeto reapareceu, tanto entre discussões políticas e campanhas eleitorais, quanto no meio científico, sempre marcado por opiniões opositoras, contraditórias, além de ocultos interesses. Essa ideia foi tão recorrente que passou a ocupar também o imaginário de diversos intelectuais, como por exemplo, Euclides da Cunha. Tal imaginário apoiava-se na ideia do rio São Francisco ser o “rio da integração nacional”.

Durante o século XX, o Estado Brasileiro passa a interferir sistematicamente no semiárido brasileiro com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região e, por isso, diversos projetos de infraestrutura são implantados. O apoio ao projeto de transpor as águas do rio São Francisco é crescente principalmente após

³⁴ Compreendemos a indústria da seca como um fenômeno político, em que uma minoria detentora de capital e poder se utiliza da seca para benefício próprio, no sentido de que, por um lado, empresários dessa região fazem captação de água nos rios e a vendem por meio de caminhão-pipa, por outro lado, grupos políticos, ao fazerem doações de caminhão-pipa à população que não tem acesso à água, estabelecem uma relação de dívida, em que os “favorecidos”, para retribuir à “benevolência” desses políticos passam a ser seus eleitores. Esse fenômeno faz parte da prática clientelista remanescente da tradicional oligarquia dessa região. Além disso, segundo Andrade (1985), esses fazendeiros e comerciantes da região, os quais se beneficiam do flagelo da seca, também o fazem por muitas vezes adquirirem a preço baixo animais e propriedades daqueles que decidem migrar por não conseguirem sobreviver da agricultura e pecuária nos períodos de seca. Ademais, em tempos de seca, muitos investimentos públicos chegam à região e são aplicados em obras de infraestrutura que vão beneficiar as propriedades rurais desses fazendeiros. Com as frentes de emergência, ocorre a circulação de capital que vai alimentar o comércio local, beneficiando, portanto, os comerciantes. Nessa perspectiva, a seca é um problema para a população pobre, entretanto pode ser vista como benefício para os ricos.

³⁵ Em 1883, essa ideia recebe críticas do Prof. José Américo dos Santos, do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, que avaliou a obra como inviável. Entretanto, no primeiro decênio do século XX, no ano de 1913, o Prof. Clodomiro Pereira da Silva, da Escola Politécnica de São Paulo, defende a transposição como meio de assegurar uma oferta regular de água ao Semiárido nordestino, mas em 1913, o projeto é novamente criticado, dessa vez pelo Eng. Arrojado Lisboa, que, na época, era diretor da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS (CAMPOS; STUART, 2001).

grandes secas na região. Segundo Andrade (2002), essas políticas visam também à recuperação do Vale do São Francisco, com o objetivo de criar condições econômicas favoráveis à fixação das populações em suas margens para conter o fluxo migratório para o Sudeste. Pertencente a um projeto geopolítico de consolidação da unidade nacional, tenta-se pela primeira vez realizar um planejamento regional no Brasil. Entretanto, a partir do Governo Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas, os objetivos de desenvolvimento da região se modificaram e passaram a priorizar grandes obras como rodovias e hidrelétricas.

Os primeiros estudos de engenharia e de viabilidade econômica e financeira do projeto de transposição foram realizados durante a década de 1980, quando o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), incorporado ao Plano de Irrigação do Semiárido, retoma o interesse pela transposição com o objetivo de complementar as águas dos rios nordestinos com uma captação de 42,4m³/s de sua vazão (LIMA, 2005).

Na década de 1990, durante do Governo de Itamar Franco (1992-1994), o Ministro da Integração Nacional, Aluísio Alves (ex-governador do Rio Grande do Norte), propõe a construção um canal no município de Cabrobó (PE), que retiraria 150m³/s de água e beneficiaria áreas do Ceará e do Rio Grande do Norte. Entretanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) não aprovou o projeto por considerá-lo com gastos elevados, e o Ministério da Agricultura alegou que a obra não fazia parte do planejamento da administração federal (COELHO, 2004).

No ano de 1994, o projeto de transposição do rio São Francisco é elaborado sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) (MELLO, 2008). É criado um Grupo de Trabalho sobre o “Projeto São Francisco”, no âmbito da Câmara dos Deputados Federais. Junto à execução do Projeto, estava prevista a privatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, como uma das formas de financiamento para o empreendimento. O projeto também incluía a proposta de transposição do rio do Sono, no Tocantins, para o rio São Francisco, como medida compensatória para a perda de recursos hídricos do São Francisco. O projeto e seus custos foram justificados com o argumento de que os gastos com a viabilidade da obra seriam menores se comparados aos gastos com medidas emergenciais contra a seca. Além disso, a sua execução geraria empregos, o que aumentaria a sustentabilidade econômica e social da região (ANDRADE, 2002).

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o grande defensor do projeto de transposição foi o então Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra³⁶ (PMDB), que, em janeiro de 2001, declarou que as obras da transposição começariam em agosto do mesmo ano, antes mesmo da obra ser analisada pelos parlamentares da Comissão Especial, tal fato foi gerador de polêmica no Congresso Nacional.

Ao demonstrar grande interesse na execução dessa obra, Fernando Bezerra atua de forma a acelerar o processo de aprovação do projeto para rapidamente poder executar a obra, como podemos verificar no trecho da notícia³⁷ abaixo:

o projeto de transposição do rio São Francisco, cujo impacto ambiental está sendo avaliado pelo IBAMA deverá ser liberado até o fim de abril. Assim que tiver a aprovação do IBAMA, vamos dar início ao processo licitatório.

Compreendemos tal atitude como antidemocrática, no sentido de que, ao acelerar o processo, submetendo o projeto diretamente à análise do IBAMA, sem antes ouvir a opinião da sociedade, o então Ministro agiu de forma autoritária, o que, como veremos, acarretou questionamentos de diversos setores da sociedade.

As polêmicas, opiniões e posições divergentes em torno do projeto de transposição eram evidentes. Enquanto Fernando Bezerra utilizava seu cargo de Ministro da Integração Nacional para avançar com o projeto, políticos como, por exemplo, Heloísa Helena, na época Senadora pelo PT de Alagoas posicionava-se totalmente contrária ao projeto, argumentando que: “o congresso nunca aprovou essa obra gigantesca. Precisamos discutir impactos ambientais antes de tomar qualquer decisão”³⁸. Além disso, a opinião da Senadora era de que existiam alternativas para combater os problemas relacionados à seca no nordeste setentrional e que essa obra seria realizada para beneficiar empreiteiras e fazendeiros.

Nem mesmo o Relatório de Impacto Ambiental havia sido entregue, o Ministro já havia feito a declaração da quantidade de verba que seria destinada à obra, valor em torno de 170 bilhões de reais. Além da Senadora, citada anteriormente, o Sr. Clementino Coelho, que estava exercendo o cargo de Deputado do Estado de Pernambuco pelo PPB, também se posicionou de forma crítica com relação ao projeto ao afirmar que:

³⁶ Fernando Luiz Gonzaga Bezerra nasceu em Santa Cruz, Rio Grande do Norte, no dia 20 de fevereiro de 1941. É Engenheiro Civil, foi Ministro da Integração Nacional de 09 de julho de 1999 a 15 de maio de 2001. Não confundir com o ex-Ministro da Integração Nacional (2011-2013) Fernando Bezerra Coelho (PSB).

³⁷ MUDANÇA na SUDENE e Transposição já estão com data marcada para ocorrer. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 13 jan. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

³⁸ DECLARAÇÃO de Fernando Bezerra sobre a Transposição gera polêmica. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 18-21 jan. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

O ministro gostaria que isso acontecesse. Mas ele não pode ignorar o Legislativo que ainda não tomou nenhuma decisão, estamos num regime democrático. Não posso acreditar que o governo imponha uma vontade própria sem analisar a opinião de todos (...). A transposição poderá gerar vários efeitos ambientais ainda não conhecidos. Precisamos ouvir o IBAMA antes de tomar qualquer decisão³⁹

Apesar das críticas, Fernando Bezerra sempre se posicionou de forma enfática na defesa da transposição ao garantir, diversas vezes, que o projeto sairia do papel em pouco tempo, ainda naquele mesmo ano (2001). Tal pressa, como já mencionado, demonstrava um interesse praticamente pessoal. Ao afirmar que o IBAMA enviaria a licença ambiental rapidamente, até o dia 15 de abril, entrou em contradição com a declaração da assessoria do Ministério do Meio Ambiente de que não havia nenhuma previsão de entrega do Relatório de Impacto Ambiental da obra. Tais acontecimentos revelam o interesse pessoal do Ministro Fernando Bezerra em realizar a obra, assim como na evidente pressa em obter a aprovação do projeto, sem que houvesse consulta ou debate com a sociedade.

Nesse mesmo período, a Câmara Técnica dos Deputados criou o Grupo de Trabalho sobre a transposição e realizou 18 audiências públicas. Em contrapartida, entidades da sociedade civil que não foram convidadas para participar das audiências se mobilizaram em defesa do rio São Francisco. As audiências públicas foram realizadas com a presença de representantes dos governos e empresários. Segundo Mello (2008: 106), “foram convidados o presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o empresário Antônio Ermírio de Moraes (vice-presidente do grupo Votorantim) e um professor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo”.

A primeira audiência pública, organizada pelo Ministério da Integração Nacional e realizada pelo IBAMA, aconteceu na cidade de Sousa, no estado da Paraíba. Cabe salientar que esse município pertence a uma das bacias receptoras do projeto de transposição. As demais audiências públicas foram realizadas nas cidades de Natal (RN), Fortaleza (CE), Aracaju (SE), Penedo (AL), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Juazeiro (BA) e Salgueiro (PE). O objetivo das audiências era examinar o projeto de transposição e definir a licença ambiental que permitiria a licitação da obra e conseqüentemente seu início. Nessa versão do projeto, o governo federal afirmava que o

³⁹ DECLARAÇÃO de Fernando Bezerra sobre a Transposição gera polêmica. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 18-21 jan. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

benefício seria para oito milhões de pessoas do Nordeste Setentrional. Além disso, a obra seria realizada até o ano de 2005 com um custo total de três bilhões de reais. Segundo o então Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra:

É o mesmo valor que o governo federal gastou com as frentes de trabalho e com as cestas básicas na última seca. As audiências terão o caráter de sessões públicas organizadas com o objetivo de debater o empreendimento sob o ponto de vista ambiental e dar elementos para que o IBAMA decida sobre a sua adequação à Legislação Ambiental⁴⁰.

Durante todo esse processo, a sociedade se organizou para questionar o andamento das discussões e principalmente a viabilidade do projeto de transposição. A rapidez com que se deu a proposta do projeto, assim como a possibilidade de sua aprovação desencadearam um movimento em que as entidades se organizaram para impedir a realização das audiências públicas. Essa estratégia, em nosso ponto de vista, significou uma forma de impedir que, naquele momento, a obra fosse aprovada de modo irresponsável, sem antes ser levada ao público para o debate. Tal situação demonstrou que os movimentos sociais conseguiram estabelecer um meio de lutar, a partir da organização e do diálogo, que são elementos fundamentais para a existência da democracia.

Além de pontuar que era preciso um diálogo mais claro sobre o projeto, ao impedir a realização das audiências públicas, os movimentos sociais questionaram também a premência da criação de um Comitê de Bacia para o rio São Francisco, afirmando que o processo de legitimação do projeto estava se contrapondo à lei 9.433/97, que esclarece a necessidade da existência de um Comitê responsável por realizar debates e decisões coletivas sobre as questões que envolvessem o rio São Francisco. Na ocasião, o deputado Edson Duarte, do PV da Bahia, esclareceu que:

as entidades não são contra levar água a quem tem sede, mas falta na sua avaliação, um consórcio que realize um estudo e prove a viabilidade do projeto. Esse estudo que seria discutido nas audiências é falho porque só contempla até onde eles querem levar a água, o que demonstra a irresponsabilidade na condução do processo⁴¹.

Diante da contradição do processo e das opiniões divergentes, a possibilidade do projeto de transposição tornar-se realidade provocou uma reação da sociedade. Podemos dizer que a possibilidade da realização do projeto de transposição impulsionou a

⁴⁰ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco volta a ser debatida pela população. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 18-29 mar. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

⁴¹ IBAMA mantém audiência pública para licenciamento da transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 01-07 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

organização ou talvez a reorganização do movimento social em torno do rio São Francisco. Isso provocou, de certa forma, a articulação e a união de diferentes entidades – com diferentes objetivos, mas que se uniram fortalecidos por uma questão em comum: a defesa do rio São Francisco – e chamou à luta inúmeras pessoas com o mesmo interesse em defender o rio que dependem para viver. Esse fato fica evidente em diversos momentos, como por exemplo, na passeata que aconteceu na cidade de Juazeiro (BA) no dia 10 de abril de 2001:

O coro de vozes em defesa do “Velho Chico” ecoou mais forte na terça-feira (10), quando milhares de pessoas saíram às ruas de Juazeiro protestando contra o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. A manifestação que envolveu vários segmentos da sociedade organizada teve início na Praça Imaculada e culminou com um grande ato na Praça da Bíblia. Enquanto manifestantes gritavam palavras de ordem, e no trio Kiwi artistas regionais cantavam músicas relacionadas ao rio, nas águas barqueiros promoviam um cortejo fluvial, demonstrando seu descontentamento com a proposta que objetiva transportar parte da água do já cansado “Velho Chico”, para o estado do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará⁴².

A sociedade civil, além de buscar compreender os interesses do projeto, também definiu seus posicionamentos como atores sociais. Apesar da complexa estrutura social e política, o cenário político e o posicionamento de seus atores podem ser evidenciados da seguinte maneira:

os ambientalistas criticam o projeto de transposição afirmando que a sua execução não modificará muito a realidade social do semiárido, destacando por esse motivo o caráter de ser um projeto enganoso. Além disso, apontaram uma infinidade de problemas que a transposição trará ao meio ambiente⁴³.

Entendemos que Ministério da Integração Nacional, juntamente com o IBAMA, utilizou a realização das audiências públicas como uma estratégia de convencimento e legitimação para a aprovação do projeto de transposição, mas isso se realizaria independente do ponto de vista da sociedade.

Entretanto, a sociedade civil demonstrou sua capacidade de organização e principalmente de clareza sobre as estratégias de luta. Uma das reivindicações das entidades era de que as audiências públicas fossem realizadas nas cidades à margem do rio São Francisco, ou seja, nos municípios pertencentes à bacia doadora, onde vivem a população diretamente afetada pelos problemas do rio. Com exceção de Juazeiro (BA) e Penedo (AL), todas as audiências públicas foram realizadas em municípios distantes do

⁴² TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco volta a ser debatida pela população. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 18-29 mar. 2001. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴³ ESPECIALISTAS advertem que, da forma como está, a proposta vai atingir menos de 5% da área castigada pela seca. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 15 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

rio São Francisco, fato que motivou ainda mais o posicionamento contrário à realização das audiências.

Dessa forma, o movimento social recorreu à Justiça e, conseqüentemente, a audiência que estava marcada para ser realizada em Salvador (BA) no dia 09 de abril de 2001 e a audiência que seria realizada em Juazeiro (BA) no dia 10 de abril foram suspensas por decisão do

Superior Tribunal da Justiça (STJ), os encontros foram suspensos diante de uma ação civil pública impetrada pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), com o apoio de duas entidades e políticos da região, que apontavam irregularidades no Relatório de Impacto Ambiental⁴⁴.

Na mesma perspectiva, na cidade de Salvador (BA), deputados da Bahia e de Sergipe somaram-se a 25 entidades ambientalistas e organizaram, no dia 09 de abril, uma manifestação contra a privatização⁴⁵. Por sua vez, em Juazeiro (BA), ocorreram protestos e manifestações contra a transposição das águas do rio São Francisco disseminando outros protestos em diversas cidades ribeirinhas.

Para Roberto Malvezzi (Gogó), que é membro da Comissão Pastoral da Terra, todo esse processo demonstra que

Finalmente o povo do Vale acordou e começa a tomar consciência do que está acontecendo e reagindo contra esse projeto, que quer tirar o pouco de vida que ainda resta ao rio. Este é o primeiro sinal de que o povo está atento e não vai deixar que o governo siga em frente com esse projeto que só trará prejuízos para todos nós.⁴⁶

Outro ator social importante e que se manifestou foi Edson Duarte, na ocasião Deputado Estadual pelo PV da Bahia. O Sr. Edson afirmou que a suspensão das audiências públicas era uma vitória para as pessoas e entidades que assinaram a ação civil e que lutam pela revitalização do rio São Francisco. Ademais, seu posicionamento em relação ao projeto de transposição é de que o governo não havia provado a sua viabilidade. Sua colocação em defesa do rio é clara:

Estamos de posse de vários documentos atestando que este é um projeto que não funciona e está sendo feito de forma irresponsável para beneficiar meia dúzia de protegidos. O rio está doente, está morrendo e não recebe nenhum

⁴⁴ TRANSPOSIÇÃO motiva protesto em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 15-21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

⁴⁵ TRANSPOSIÇÃO motiva protesto em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 15-21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

⁴⁶ TRANSPOSIÇÃO motiva protesto em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 15-21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

cuidado. Então vamos continuar com nossa posição contrária e convocando toda população para engrossar as fileiras e não deixar que matem nosso rio.⁴⁷

Nesse momento, a deputada Moema Gramacho, do PT-BA cobrou das autoridades mais atenção com os problemas que afligem o rio, atenção necessária para garantir a sobrevivência da bacia e não acabar com o pouco de água que ainda restava. Outro político que também esteve presente apoiando o movimento foi o prefeito de Juazeiro, Joseph Bandeira (PT), que lembrou a importância que o rio São Francisco tem para o Nordeste Brasileiro. Posicionou-se contra o projeto no formato que estava sendo proposto por entender que ele não levava em conta os impactos ambientais, tampouco a participação da sociedade no debate sobre a proposta. Para ele, “o governo não pode executar um projeto dessa natureza sem antes ouvir as comunidades ribeirinhas, sem prestigiar as lideranças políticas dos estados banhados pelas águas do rio São Francisco”⁴⁸.

Vários foram os problemas que se desenvolveram em relação às audiências, como podemos observar, por exemplo, na notícia abaixo que foi publicada na Folha de São Paulo:

Liminares e pancadaria suspenderam o processo de audiências públicas de análise do relatório de impacto ambiental da transposição do rio São Francisco. Sem a realização das audiências, o Ibama não pode autorizar a obra. Em Salvador, Juazeiro (CE) e Petrolina (PE), as reuniões foram canceladas por decisões judiciais. Em Aracaju, os funcionários do IBAMA tiveram que sair escoltados por agentes da Polícia Federal depois de serem ameaçados de agressão. Em Belo Horizonte, a reunião foi interrompida por protestos de ambientalistas.⁴⁹

Além do prefeito de Juazeiro (BA), outros políticos de cidades ribeirinhas vizinhas a Juazeiro estiveram presentes na manifestação. Políticos de Curaçá (BA), Sento Sé (BA), Casa Nova (BA) e Sobradinho (BA). Juvenilson Passos (PMDB), prefeito de Sento Sé, firmou seu apoio ao movimento ao declarar que “esta luta é uma luta de todos que vivem a borda do rio e sofrem as amarguras da seca”⁵⁰. Da mesma

⁴⁷ GRITO de Manifestantes ecoa pelas margens do Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

⁴⁸ GRITO de Manifestantes ecoa pelas margens do Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

⁴⁹ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco é complexa, dizem peritos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 jul. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u22867.shtml> Acesso em: 02 de janeiro de 2015.

⁵⁰ GRITO de Manifestantes ecoa pelas margens do Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

forma, o prefeito de Curaça, Sr. Salvador Lopes (PSDB), afirmou que “movimentos como esse fortalecem a luta em defesa do ‘Velho Chico’ e fortalecem a região”⁵¹.

Um dos aspectos positivos desse movimento é que as entidades organizadas conseguiram chamar a atenção da população da região para observarem os problemas de degradação que o rio São Francisco vem sofrendo há anos. Dessa constatação, surge a crítica ao projeto de transposição e, ao mesmo tempo, a reivindicação de um programa de revitalização.

A organização dos movimentos sociais em torno da defesa do rio e da crítica ao projeto de transposição impulsiona a criação de um espaço de debate, através do Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco⁵². A criação do Fórum contribuiu significativamente para as discussões e para o impedimento da aprovação do projeto de transposição do rio São Francisco naquele momento. Esse Fórum foi espaço de

debate e articulação das lutas das entidades da sociedade civil, a partir da troca de experiências e construção de consensos operativos, a fim de intervir nos processos atuais e futuros, que efetivamente possa garantir a conservação e a revitalização do rio São Francisco e sua bacia (ANDRADE, 2002:02).

O Fórum passa então a atuar no Vale do São Francisco, levando em suas reuniões principalmente a temática do projeto de transposição e também de revitalização do rio. Um dos encontros realizados pelo Fórum nos chama a atenção para uma das questões tratadas durante a sua reunião, na qual é colocada em discussão a temática sobre a privatização da CHESF:

o encontro aconteceu no auditório da Faculdade de Agronomia (FAMESF), discutiu, entre outros temas, a política pública para o Vale do São Francisco, o projeto de revitalização da bacia hidrográfica, a privatização da CHESF e o projeto da UNESCO de transformar o rio São Francisco em Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade. O engenheiro João Paulo Maranhão discorreu sobre a privatização da Chesf, transposição e revitalização do rio. Para ele, o debate com a sociedade para saber as prioridades do uso da água é inevitável e requer urgência.⁵³

⁵¹ GRITO de Manifestantes ecoa pelas margens do Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

⁵² Os membros do Fórum são: ABENC/BA; ABONG-BA; ADS; AEABA; APEDEMA-BA; ASA; CAA - Gentio do Ouro – BA; CAA - Norte de Minas – MG; COLÔNIAS DE PESCADORES DE REMANSO, CASA NOVA, PILÃO ARCADE E SENTO SÉ; COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES; CÁRITAS BRASILEIRA; CESE; CNBB NE III; CPT; CREA/BA; CUT-BA; FETAG-BA; FUNDIFRAN; GAMBÁ; GARRA; IRPAA; IAMBA; MOVIMENTO DE CIDADANIA PELAS ÁGUAS – Correntina/BA; PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO - PE/BA; SASOP; SENGE/BA; SINDAE-BA; SINERGIA-BA; SINFRAJUPE/BA; FÓRUM DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO – SERGIPE; COMISSÃO DE DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO DE ALAGOAS – ALAGOAS.

⁵³ IMPLANTADO Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 10-16 jun. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

Além da criação do Fórum de Defesa do rio São Francisco, a mobilização da sociedade se voltou também para a implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco como podemos observar na notícia abaixo:

A Agência Nacional das Águas (ANA) e o Instituto Manoel Neves firmaram convênio para implantar o projeto de mobilização social, que visa sensibilizar a sociedade e os poderes públicos a partir do processo de implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, previsto para ser oficializado no dia 04 de outubro deste ano.⁵⁴

Em junho de 2001, o Governo Federal determinou que o projeto de transposição fosse substituído por um projeto de revitalização a partir do Decreto – Lei nº 3883, ao mesmo tempo em que criou o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, composto pelos secretários de recursos hídricos, por dirigentes políticos dos sete estados da bacia, representantes do IBAMA, da Agência Nacional de Águas e representantes da sociedade civil (MELLO, 2004).

Portanto, ao substituir o projeto de transposição pelo projeto de revitalização, como exposto acima, o governo de Fernando Henrique desiste de sua implantação, apesar de ter sido considerado como um dos principais projetos de governo desde a sua campanha eleitoral de 1994. Os motivos que levaram o governo a desistir do projeto foram diversos. Um deles foi a ausência de consenso político em sua base de apoio, que, com a saída de Fernando Bezerra (PTB-RN) do cargo de Ministro da Integração e defensor do projeto, seria ainda mais dificultada. Outro motivo foi a previsão, naquele ano, de uma queda de 10% na produção de energia elétrica da CHESF que impossibilitou o Governo de levar esse projeto adiante. Por último, soma-se a esses fatos o cancelamento das diversas audiências públicas de análise do Relatório de Impacto Ambiental⁵⁵ devido à forte articulação do movimento social (MELLO, 2004).

Tal fato foi noticiado pelos jornais, como podemos observar a seguir:

O presidente Fernando Henrique Cardoso desistiu de realizar a transposição do rio São Francisco, uma das suas promessas eleitorais das campanhas de 1994 e 1998. A decisão foi comunicada a assessores e parlamentares. A obra, orçada

⁵⁴ CONVÊNIO viabilizará Comitê da Bacia do São Francisco. **Gazeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11-17 nov. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

⁵⁵ O pedido de licença ambiental do projeto de transposição do rio São Francisco está parado na sede do IBAMA desde setembro de 2001. Sem a autorização, as obras não podem começar. Os técnicos do IBAMA têm prazo de um ano para decidir se concedem a licença. A assessoria do IBAMA informou que o pedido está sendo analisado e que a resposta será dada dentro do prazo. O IBAMA tem o poder de exigir mudanças no projeto ou não autorizar a obra. Fonte: PEDIDO de licença de projeto no rio São Francisco está parado no IBAMA. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u15236.shtml> Acesso em 03 de janeiro de 2015.

em R\$ 3 bilhões, só não começou porque aguarda há dez meses a autorização do IBAMA⁵⁶.

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou que a razão para o cancelamento da obra foi a intensa seca vivenciada pelo nordeste naquele momento, a qual reduziu a vazão do rio São Francisco para níveis mais baixos que os 30 anos antecedentes. De acordo com o excerto da notícia abaixo, além desse motivo, outros foram declarados:

na assessoria do Planalto, são enumerados outros quatro motivos para descartar a transposição. O primeiro é circunstancial. Segundo o próprio relatório de impacto ambiental encomendado pela Integração Nacional, a obra pode derrubar em até 10% a produção de energia da Chesf (a central hidrelétrica que utiliza as águas do rio) entre os reservatórios de Itaparica e Xingó. Seria um efeito colateral politicamente indefensável em tempos de racionamento de energia. Outra causa é política: o último grande defensor da ideia no governo, Fernando Bezerra (PTB-RN), foi defenestrado em maio do ministério da Integração. Seu substituto, Ramez Tebet (PMDB-MS), não tem interesse no projeto nem base eleitoral no Nordeste. Além disso, a construção tem oposição dos políticos da Bahia, Sergipe e Alagoas. O terceiro motivo foram os seguidos adiamentos do projeto no governo FHC. Mesmo se as obras começassem amanhã, em ritmo acelerado, dificilmente FHC conseguiria inaugurar ainda como presidente o primeiro dos seis trechos da transposição⁵⁷.

A transposição do rio São Francisco não era unanimidade no governo, era defendida por políticos ligados aos estados beneficiados pelo então vice-presidente Marco Maciel, que é do estado de Pernambuco; por Tasso Jereissati, que à época era Governador do estado do Ceará, e pelo então Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra, que é do Rio Grande do Norte. Um dos políticos da oposição do governo que se posicionou contrário à transposição, foi, segundo notícia publicada na Folha de São Paulo⁵⁸, o senador Antonio Carlos Magalhães, da Bahia, que tinha ao seu lado quase todos os políticos baianos, os partidos da oposição, a CNBB e organizações ambientais.

Entretanto, para evitar o choque com as bancadas dos estados beneficiados, o governo manteve a obra em suas previsões para o ano seguinte. Mas foi apenas “jogo de cena”, pois, na realidade, o governo o substituiu por um plano de incentivo à agricultura familiar e ao plantio de árvores nas margens do rio São Francisco, orçado em R\$ 70 milhões. De acordo com Bezerra (2004), no seu último ano de governo, ou seja, em

⁵⁶ FHC desiste de transpor o rio São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 jul. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u22865.shtml> Acesso em 03 de janeiro de 2015.

⁵⁷ FHC desiste de transpor o rio São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 jul. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u22865.shtml> Acesso em 03 de janeiro de 2015.

⁵⁸ FHC vai deixar obra bilionária inacabada. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11 fev. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u15234.shtml> Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso nomeou como Ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho, que o convenceu de que seria um grande erro o projeto defendido pelo Sr. Fernando Bezerra.

Apesar do projeto de transposição do rio São Francisco ter sido mais uma vez adiado, podemos apontar alguns atores sociais que estiveram presentes no debate e que, como veremos adiante, permaneceram no cenário sobre tal questão nos anos subsequentes. Compreendemos que, por ter sido um dos principais projetos de governo nas duas campanhas eleitorais de FHC, trata-se de um projeto de interesse da bancada política do PSDB com o apoio da bancada do DEM, representada por Marco Maciel. Outro político importante que aparece como um dos principais apoiadores do projeto é Tasso Jereissati, que, além de ser da bancada do PSDB, é também do grupo de políticos do Ceará a que Ciro Gomes pertence. Outro fator importante é o posicionamento dos movimentos sociais, principalmente da região do Vale do São Francisco, os quais passam a se organizar em torno do debate sobre a transposição. Tal organização é importante para compreendermos o momento seguinte da história desse projeto, ou seja, quando, no Governo Lula, acaba sendo aprovado.

1.4. O projeto de transposição do rio São Francisco: sobre o projeto aprovado

O Projeto de transposição do rio São Francisco, que seria implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi considerado arquivado⁵⁹. Todavia, após a tomada de posse do primeiro mandato do Presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva⁶⁰, no ano de 2003, a bancada do PT demonstra interesse em discutir a possibilidade de rever esse projeto: “temos abertura para discutir o assunto. Mas é preciso ver que transposição –

⁵⁹ Em junho de 2002, o PT apresentou uma proposta para a área do meio ambiente em que descartava a transposição do rio São Francisco como forma de amenizar os efeitos da seca no nordeste. Fonte: PT pede moratória de transgênicos e descarta transpor o São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 06 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33305.shtml>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

⁶⁰ Durante um dos debates que antecederam o primeiro turno das eleições, os presidencialistas questionaram-se mutuamente sobre a transposição do rio São Francisco, como se a seca no nordeste fosse um caso isolado, questionaram no sentido de que não haverá rio São Francisco para ser transposto, porque ele secará em decorrência da devastação das áreas verdes em sua nascente. Fonte: O BRASIL em chamas. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 23 out. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2310200210.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

para quem, como, a quem serve, quanto custa e se há alternativas. Tudo será discutido com a sociedade”⁶¹.

Luis Inácio Lula da Silva apontava, desde o período de campanha eleitoral, que a questão da água no Nordeste seria prioridade para o seu governo:

O presidente eleito declarou que pretende, logo depois da posse, fazer reuniões com os governadores por região do país, sendo a primeira dedicada aos nordestinos. "Já me disseram que a seca já começou e deve se agravar. Se eu não fizer pelo Nordeste, ninguém mais fará", justificou. O presidente eleito afirmou que pretende criar um fórum para discutir a questão da água no Nordeste. O projeto mais polêmico, sobre o qual Lula não tem posição definida, é o de transposição das águas do rio São Francisco⁶².

Embora o projeto de transposição não tenha feito parte do plano de governo em sua campanha eleitoral⁶³, foi incorporado como a primeira obra de infraestrutura do Plano de Investimentos do governo federal para o período de 2004 a 2007, o chamado Plano Plurianual (PPA). Aparentemente o debate sobre o projeto seria encaminhado de forma diferente da gestão anterior, pois era evidente a necessidade de um amplo diálogo com a sociedade.

A ênfase dada à elaboração do Plano Plurianual era de que haveria uma ampla participação da sociedade civil na sua elaboração. Entretanto, mais de 500 organizações da sociedade civil reagiram ao conteúdo final do PPA, enviando uma carta pública ao presidente, em que expressavam o inconformismo em relação às decisões governamentais, as quais, para tais organizações, significariam colocar em risco a sustentabilidade do país (FONTES, 2003).

No entanto, o debate sobre a implantação do projeto de transposição foi retomado apenas no ano de 2004⁶⁴, e o projeto foi reelaborado de tal forma que, em seu

⁶¹ LULA quer garantir 40 litros d'água diários aos cidadãos. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 26 - 29 de jan. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

⁶² PETISTA afirma ter tido encontro entre amigos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 26 nov. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2611200209.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

⁶³ Em comício realizado em Garanhuns em novembro de 2002, Lula fez a seguinte declaração sobre a transposição: "Será uma decisão técnica, política e do povo". Fonte: LULA é recebido com festa em terra natal. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 23 nov. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2311200207.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

⁶⁴ Não há previsão de investimento privado para uma das mais caras obras do Plano de Investimentos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva: a chamada transposição do rio São Francisco, obra destinada a garantir o abastecimento de água para o semiárido do Nordeste. A obra deverá começar já no ano que vem e vai consumir mais de R\$ 3 bilhões até 2007. O projeto completo, no entanto, dependerá dos próximos governos e pode demorar 12 anos. Fonte: PPA prevê R\$36 bi de investimentos privados. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 04 set. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0409200316.htm>. Acesso em 03 de janeiro 2015.

novo formato, constava que 12 milhões de nordestinos seriam beneficiados com a sua implantação e, portanto, passou a ser considerado prioridade para o Governo Lula⁶⁵.

Dessa forma, retomam-se os conflitos entre aqueles que defendiam o projeto e aqueles que questionavam sua viabilidade. Ao mesmo tempo, multiplicam-se as atividades empresariais que utilizam irrigação na região são-franciscana, bem como surgem entidades que reúnem agricultores, pecuaristas e industriais para o combate de planos que pudessem colocar em risco as suas atividades. Multiplicam-se também as iniciativas da sociedade civil em defesa do rio São Francisco (COELHO, 2004).

Por um lado, estão os defensores de que o projeto está estruturado para impulsionar a realização de gigantescas obras no Nordeste, marcadas pelo reaparecimento de empresários e políticos, que pressionam de forma renitente a administração federal a fim de conseguir que essas empreitadas sejam realizadas. Segundo Coelho (2004), esse “lobby” trabalha com a atuação de pessoal qualificado para o exercício de funções bem definidas, organizando assessorias técnicas para redigir estudos, pareceres, discursos etc., além de participarem de encontros sobre o tema:

Tais assessores atuam há muitos anos com o apoio do Ministério da Integração Nacional, que contrata firmas de consultoria para realizar ou intermediar alguns estudos, como é o caso da Fundação de Ciência e Tecnologias, a Funcate. Entre empresas que elaboram pareceres quase sempre estão a VBA Consultores, os consórcios Engeorps-Harza e Jaako Pöyry-Tahal. Em segundo lugar, o lobby conta com pessoas dedicadas ao corpo-a-corpo nos bastidores da administração federal e no Congresso. Nesse ramo desempenham função relevante políticos que se comprometeram com a realização do projeto como o ex-ministro Aluísio Alves, Fernando Bezerra, senador pelo Rio Grande do Norte e o deputado Marcondes Gadelha, da Paraíba. Ademais, em terceiro lugar, nas fileiras do lobby existem pessoas que militam nos meios da comunicação, colocando artigos na imprensa, sugerindo pautas e aliciando jornalistas para que trabalhem em favor do projeto da transposição (COELHO, 2005: 177).

De acordo com Suassuna (2010), quem primeiro denunciou a existência de um lobby envolvendo as questões do projeto de transposição do rio São Francisco foi o Prof. João Abner Guimarães Jr, quando apontou que a falta de isenção do governo federal em relação a esse projeto e revelou que as decisões em torno da viabilidade do projeto de transposição não tinham sido baseadas em questões objetivas, no caso técnicas; na verdade, haveria um direcionamento político para tal decisão, sendo que esse fato demonstra que há um esquema poderoso infiltrado dentro da máquina do

⁶⁵ ARROCHO e gestão do governo mantêm projetos paralisados. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 19 out. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54552.shtml> Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

estado com o objetivo defender a manutenção da velha política de grandes obras hidráulicas para o Nordeste, a antiga Indústria da Seca.

Por outro lado, temos o posicionamento de que a obra é necessária para garantir a segurança e sustentabilidade hídrica futura, com o propósito de desenvolver a maior parte do semiárido setentrional por meio da utilização das águas da Bacia do rio São Francisco (SARMENTO, 2005).

Os interesses políticos e econômicos se dão nos três níveis: federal, estadual e municipal. No nível federal, existem políticos e empresas preocupadas exclusivamente com a manutenção da obra (indústria da construção civil), algumas delas inclusive são financiadoras de campanhas eleitorais. Nesse caso, fica claro o interesse na obra por ela mesma, ou seja, quanto mais tempo a obra durar maior será a quantidade de beneficiados – principalmente no setor da construção civil. No nível Estadual, existe também esse olhar, mas o que predomina é o interesse do desenvolvimento da região a partir do modelo de produção agroexportadora (fruticultura, carcinicultura, entre outros) somando-se à extração de minerais, como por exemplo, o alumínio, que necessita de um volume grande de água e energia para sua extração. Todas essas atividades estão relacionadas a interesses nacionais e também internacionais. Por último, com relação ao nível municipal, são relevantes os benefícios de infraestrutura para os municípios, como construção de rodovias, tratamento de esgoto, aquecimento do mercado consumidor – por conta da presença de um contingente maior de trabalhadores oriundos de outras localidades –, aquecimento no setor imobiliário, especulação fundiária, entre outros. Outro fator importante é que muitos políticos locais apoiaram essa obra para angariar votos da população, sendo assim o foco é o fortalecimento político.

Apesar das críticas feitas de forma renitente por diversos intelectuais, políticos e militantes da questão ambiental, da resistência da sociedade civil organizada através do Fórum de Defesa do São Francisco e principalmente do posicionamento contrário da maioria dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco⁶⁶, a transposição do rio São Francisco foi aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em 17 de janeiro de 2005, o qual utilizou suas competências conferidas pela

⁶⁶ É um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos previstos na Lei nº9433, de 08 de janeiro de 1997, no Decreto de 05 de junho de 2001 e na Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). A atuação e participação do CBHSF com relação ao projeto de Transposição do rio São Francisco será tratada no Segundo Capítulo desta tese.

Lei nº 9433, de 08 de janeiro de 1997 e pela Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, considerando o estabelecido no art. 35, inciso III, da Lei nº 9433 de 1997.

O governo federal obteve ontem uma vitória em relação ao projeto de transposição do rio São Francisco – um dos projetos prioritários para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em uma disputa que levou mais de seis horas, o CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos) aprovou o projeto de integração das bacias do rio, garantindo o uso econômico das águas. A aprovação de ontem era importante para garantir a continuidade do projeto. Apesar dessa vitória, o governo ainda vai enfrentar as audiências públicas e a análise final do impacto ambiental da transposição que será feita pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Ontem, o assunto chegou a ser discutido na reunião de coordenação do presidente Lula com seus ministros⁶⁷.

No documento oficial de despacho da resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), consta que a aprovação da obra foi baseada nos benefícios do projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional, justificado pela existência de carência hídrica na Região Nordeste Setentrional do Brasil e por entenderem que o rio São Francisco possui disponibilidade hídrica para a realização do projeto. Baseado em nota técnica nº 492/2004/SOC, da Agência Nacional das Águas de 23 setembro de 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional nos termos da nota técnica nº 492/2004/SOC, de 23 de setembro de 2004, da Agência Nacional das Águas – ANA; Art. 2º A Aprovação de que trata o art. 1º desta Resolução, está condicionado à obtenção e cumprimento, pelo empreendedor, dos termos constantes do licenciamento ambiental e da outorga do direito e uso de recursos hídricos, bem como de outras licenças, autorizações e exigências legais. Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação (CNRH, 2005a)⁶⁸.

É importante ressaltar que pequenas transposições das águas do rio São Francisco ocorrem há anos, mas o projeto em discussão é o maior em termos de transposição entre bacias. O atual projeto foi proposto para desviar inicialmente 30 m³/s,

⁶⁷ CONSELHO aprova exploração da água do rio São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 18 jan. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66728.shtml>. Acesso em 04 janeiro de 2015.

⁶⁸ Documento assinado pela Ministra do Meio Ambiente Marina Silva e pelo Secretário Executivo João Bosco Senra. Informações transcritas do documento oficial. Documento disponível no Anexo nº 01.

podendo chegar a 130 m³/s da vazão do rio São Francisco na divisa de Pernambuco/Bahia com o objetivo de aumentar as vazões dos rios Jaguaribe, Apodi, Açu e Paraíba, que são rios intermitentes. Visa também ao abastecimento de grandes açudes na região do nordeste setentrional. Toda essa água desbloqueará a limitação de consumo de água na região metropolitana de Fortaleza (CE) e também na cidade paraibana de Campina Grande. Além disso, a utilização das vazões adicionais poderá viabilizar a expansão, nos baixos vales e estuários dos rios receptores, bem como ampliar a irrigação em regiões produtoras de frutas e abastecer os tanques de produção de camarão, com vistas à manutenção e expansão da carcinicultura.

Essa última versão do projeto de transposição, aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em 2005, é atualmente denominada de Projeto de Integração do rio São Francisco. Este projeto, segundo informações do Ministério da Integração Nacional, tenciona beneficiar 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além das 294 comunidades rurais às margens dos canais, com a construção de Vilas Produtivas Rurais (VPRs).

Esse projeto é a maior obra de infraestrutura hídrica do país dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos. Sua extensão deverá chegar a 477 quilômetros somando-se os dois eixos (Leste⁶⁹ e Norte⁷⁰), onde haverá 14 aquedutos, 09 estações de bombeamento⁷¹, 27 reservatórios, 09 subestações de 230 quilowatts, 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta tensão e quatro túneis⁷². Toda essa infraestrutura é de responsabilidade do governo federal. Entretanto, os sistemas de distribuição de água deverão ser executados pelos governos dos estados das bacias receptoras, com apoio financeiro do governo federal.

Os dois eixos partem da margem esquerda do rio São Francisco, ambos em território Pernambucano pertencente à região do Submédio da Bacia do rio São Francisco. Possuem diferentes extensões e características.

O eixo Norte⁷³ é iniciado no município Pernambucano de Cabrobó, passando pelos municípios de Terra Nova, Verdejante, Salgueiro, ainda no estado de Pernambuco, segue até atingir o Ceará passando pelos municípios de Penaforte, Jati,

⁶⁹ Ver fotografias 16 e 27 em Apêndice 04.

⁷⁰ Ver fotografias 28, 29, 30 e 31 em Apêndice 04.

⁷¹ Ver fotografias 32, 33 e 34 em Apêndice 04.

⁷² Com 15 quilômetros de extensão, o túnel Cuncas I é o maior túnel de transporte de águas da América Latina, segundo dados do Ministério da Integração Nacional (MIN, 20-).

⁷³ O fluxo médio deste canal está previsto em 45,2m³/s (SOARES: 2013).

Brejo Santo, Mauriti e Barro, por fim, adentra o estado da Paraíba nos municípios de São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras.

O Eixo Leste⁷⁴ compreende um número bem menor de municípios: ao partir de Pernambuco, das margens do rio situado no município de Floresta, atravessa Custódia, Betânia e Sertânia, para, em seguida, encaminhar-se para a Paraíba até o município de Monteiro.



Figura 2. Mapa oficial do Projeto de Integração.

Fonte: Ministério da Integração Nacional. EIA-RIMA 2004. Relatório de Impacto Ambiental.

O projeto pode ser comparado a uma grande estrada formada por canais de terra de 25 m de largura, revestidos por uma fina camada de cinco centímetros de espessura de concreto, alimentados por grandes bombas para elevar as águas entre os degraus sucessivos, praticamente horizontais e com dezenas de quilômetros de comprimento. Os canais se desenvolvem serpenteando morro acima as encostas da margem esquerda da bacia do rio São Francisco até alcançar os divisores d'água dessa bacia com as bacias contíguas. Pelo Eixo Leste, $\frac{1}{4}$ das águas do Projeto chegarão ao rio Paraíba e através do Eixo Norte, o maior com capacidade para transportar $\frac{3}{4}$ da vazão total, os canais ultrapassarão o divisor da bacia do rio Jaguaribe e seguirão pelos pontos mais altos até encontrar condições de perfurar os divisores das bacias dos rios Piranhas no estado da Paraíba e Apodi no estado do Rio Grande do Norte (GUIMARÃES JR, 2010: 163).

⁷⁴ O fluxo médio deste canal está previsto em 18,3 m³/s (SOARES: 2013).

Entretanto, a estrutura acima exposta diz respeito à construção das principais calhas do projeto, as quais são de inteira responsabilidade do governo federal. O projeto, em sua totalidade, é muito mais amplo, pois inclui a construção de adutoras de distribuição de água para a região receptora. As grandes proporções do projeto podem ser compreendidas pela expectativa com relação à garantia de segurança hídrica apontada pelo Ministério da Integração, pois, ao interligar os açudes estratégicos do nordeste setentrional com o rio São Francisco, o projeto prevê um enorme benefício para os quatro estados receptores, ou seja, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Conforme dados do Ministério da Integração (BRASIL, 2017)⁷⁵, o estado de Pernambuco terá a disponibilidade hídrica aumentada na metade de sua fronteira sul, através dos dois eixos e com a construção de adutoras para garantir o abastecimento do Agreste e do Sertão Pernambucanos, assim como o aumento da garantia hídrica proporcionada pelos reservatórios estaduais de Entremontes e Poço da Cruz, que permitirão o aumento da demanda hídrica das bacias dos rios Pajeú e Moxotó. Essa região possui 113 municípios e 2,9 milhões de pessoas. No estado do Rio Grande do Norte, está previsto o aumento da oferta hídrica proporcionada pelos reservatórios estaduais de Santa Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves, que suprem a demanda por água da população das Bacias do Apodi, Piranhas-Açu, Ceará-Mirim e também da faixa litorânea e norte. A expectativa é de que haja segurança hídrica para 94 municípios, onde habitam 1,2 milhão de pessoas.

Ainda segundo dados oficiais do Ministério da Integração, na Paraíba, o crescimento da oferta hídrica será proporcionado pelos reservatórios estaduais Epitácio Pessoa, Acauã, Engenheiro-Ávidos, Coremas e Mãe D'água, responsáveis pelo suprimento de água da maior parte da população das bacias do Paraíba e Piranhas em 127 municípios, com 2,5 milhões de habitantes. Por último, o estado do Ceará visa à expansão da garantia de oferta hídrica proporcionada pelos reservatórios (açudes) do Castanhão, de Orós e Banabuiú, que já estão integrados aos açudes Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião. Esse recurso hídrico é utilizado pela maior parte da população das Bacias do Jaguaribe e Metropolitanas, com cinco milhões de habitantes de 56

⁷⁵ Informações consultadas na página oficial do Ministério da Integração Nacional, com relação aos benefícios proporcionados pelo Projeto de Integração do rio São Francisco. Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco.** Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/beneficios>. Acesso em: 18/01/2015.

municípios. A região do Cariri-Cearense também está prevista como beneficiária, pois haverá o aumento da disponibilidade hídrica do Rio Salgado, tornando assim o abastecimento permanente para tal região, que é a segunda mais povoada do estado do Ceará.



Figura 3. Imagem do Projeto de Transposição em sua totalidade.
Fonte: REMA Brasil. A transposição do rio São Francisco e os impactos ambientais decorrentes dele.

Portanto, para que a obra seja totalmente finalizada, será necessária a construção de adutoras que levariam a água acumulada nos reservatórios abastecidos pelas calhas principais do projeto (Eixo Norte e Eixo Leste). Esses eixos de distribuição de água deverão ser executados pelos governos dos estados com apoio financeiro federal. O investimento federal previsto, de acordo com dados do Ministério da Integração (2016), é de R\$ 285 milhões, sendo que, desse total, R\$ 93,9 milhões serão destinados para o estado do Ceará, R\$ 134, 84 milhões para Pernambuco, R\$ 35,71 milhões para Paraíba e 20,7 milhões para a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI). Além da disponibilização dessas verbas, o Ministério da Integração também se comprometeu em apoiar os estados com o fornecimento dos projetos executivos dessas obras.

Ainda sobre as ações relacionadas ao projeto, está prevista a construção de 18 Vilas Produtivas Rurais, chamadas de VPRs, as quais são destinadas ao reassentamento das 847 famílias que moravam na faixa da obra, nos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. Segundo dados oficiais do Ministério da Integração Nacional, essas vilas foram projetadas para possuir uma infraestrutura composta por: casas de 99 m², postos de saúde, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, além de rede de água, esgoto e energia elétrica. Os moradores também devem receber o que o Ministério chama de setores produtivos, que são áreas com, no mínimo, cinco hectares para cada beneficiário, sendo que um hectare deverá ser irrigado.

Entretanto, depoimentos de moradores da Vila Produtiva Rural Captação⁷⁶, localizada ao lado do início do eixo Norte no município de Cabrobó (PE), e também da Vila Produtiva Rural Negreiros⁷⁷, no Município de Salgueiro (PE), que foram as primeiras Vilas construídas pelo Ministério da Integração Nacional, afirmavam que toda essa infraestrutura “prometida” pelo Estado não foi recebida pelos moradores. Na realidade, o que eles receberam foi um lote medindo 5x100 com uma casa de 9 m², numa área⁷⁸ composta por várias casas e uma caixa d’água de 20 mil litros⁷⁹ para o abastecimento de toda a Vila. De acordo com essas pessoas, a terra cultivável que eles esperam ainda não foi recebida. Esses moradores, que são trabalhadores rurais, não estão exercendo suas atividades, pois aguardam as terras prometidas, em contrapartida, recebem um salário mínimo mensal para sobreviverem.

⁷⁶ Um dos moradores da VPR Captação relatou em entrevista que a água fornecida a esta VPR é abastecida por caminhão-pipa. A VPR é composta por quase 30 famílias e possui uma caixa d’água de 20 mil litros que é abastecida três vezes por semana. Não podem plantar, por isso cultiva arroz próximo à VPR, mas em uma propriedade de terceiros. Tanto ele quanto a sua esposa, ao relatarem os problemas que enfrentam desde 2010 vivendo nessa Vila, afirmaram que, apesar de tudo, estão melhores do que antes, pois eram trabalhadores de uma propriedade, onde trabalhavam feito escravos. Fonte: Entrevista concedida por AGRICULTOR (VPR Captação), Morador. Entrevista nº34 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2014. Anotações do Caderno de Campo nº 03 Arquivo Pessoal.

⁷⁷ As famílias que vivem nessa VPR foram retiradas do Sítio Molungu, que atualmente é um dos reservatórios do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco, onde viviam 46 famílias, das quais apenas 26 optaram pelo reassentamento, as demais foram indenizadas financeiramente e optaram por permanecer numa área próxima ao reservatório. A expectativa dessas famílias era de receber a área produtiva e também água encanada em 90 dias. A VPR Negreiros é abastecida por caminhão-pipa, destinado ao abastecimento humano; não existe água para a produção rural e nem mesmo para a dessedentação animal. Os moradores conseguem plantar somente quando chove. “[...] deixaram a gente com casa boa, deixaram, do jeito que prometeram deixaram, da casa a área é muito boa. Mas prometeram água encanada pra chegar com 90 dias e nós tava morando lá até hoje que vai fazer quatro anos agora em novembro que a gente mora lá, essa água não chegou”. Fonte: AGRICULTORA (VPR Negreiros), Liderança. Entrevista nº30 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 5 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 41’21. Arquivo Pessoal.

⁷⁸ Ver fotografias 35 e 36 do Apêndice 04.

⁷⁹ Ver fotografia 37 do Apêndice 04.

Apesar das tentativas de correção dos erros e abusos evidentes nas outras versões do projeto, desde a época de Andreazza,

o governo tenta corrigir os erros e abusos evidentes no projeto, afirmando estar levando em conta “críticas pertinentes”, quando na realidade, a concepção e os fundamentos do projeto nunca foram alterados: continuou-se a sua defesa com o traçado original dos canais (eixo norte e agora eixo leste), permaneceu o uso múltiplo das águas do rio, em sua maior parte para o agronegócio; não se levou em consideração a realidade hídrica no Nordeste – principalmente o potencial instalado nas principais represas da região – e o custo faraônico da obra (SUASSUNA, 2010: 270).

Tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista político, existem diversas críticas com relação ao Projeto de Transposição das águas do rio São Francisco. Em agosto de 2004, especialistas se encontraram em Recife na Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para discutir a transferência de águas entre grandes bacias hidrográficas e a transposição do rio São Francisco foi o centro do debate.

Segundo Suassuna (2010), os especialistas examinaram exaustivamente os volumes do rio e chegaram à conclusão de que o rio tem um volume⁸⁰ alocável de apenas 360m³/s, dos quais 335m³/s já foram outorgados, ou seja, já estão com o direito de uso assegurado. O que resta de balanço volumétrico são apenas 25m³/s, enquanto a demanda média do projeto de transposição é de 65m³/s, podendo ainda a vazão máxima atingir cerca de 127m³/s. Mesmo que utilizem as águas represadas por Sobradinho como diferencial volumétrico, isso só seria possível quando a Represa de Sobradinho estivesse com sua capacidade preenchida em 94% do total volumétrico de água. Essa aproximação volumétrica só seria possível em 40% dos anos, pois a tendência da Represa de Sobradinho, desde a época de sua construção, é de encher quatro vezes a cada 10 anos.

Nesse aspecto, de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental, elaborado em 2004:

Os níveis da água dos açudes receptores e do reservatório de Sobradinho serão definidos por um planejamento conjunto anual. Programas de computador serão utilizados para simular as várias possibilidades e facilitar a decisão. Parecido com o que já é feito no setor de geração de energia elétrica através do Sistema Interligado Nacional (SIN), o planejamento integrado de gestão conjunta e

⁸⁰ Enquanto o rio Amazonas tem uma vazão de 202.000 m³/s, o rio Tocantins tem 11.300 m³/s, o rio Paraná tem 9.700 m³/s, o rio Uruguai tem 3.700 m³/s, o rio São Francisco possui apenas 2800 m³/s de vazão média, dos quais 2100 m³/s são comprometidos com a geração de energia do sistema CHESF (ARAÚJO, 2003).

racional da água vai permitir que a quantidade de água dos açudes perdida por evaporação e sangramento seja muito menor. Essas perdas, que não ocorrerão mais, representam um ganho de água na região – é a sinergia hídrica (RIMA, 2004: 49).

Para o Prof. João Abner Guimarães Júnior (2010), o fato das obras do governo federal se concentrarem na bacia doadora, enquanto a infraestrutura de distribuição deve ser de responsabilidade dos governos estaduais, o término total do projeto poderá ser comprometido, pois além da construção das adutoras, os governos estaduais também são responsáveis pela manutenção desta grande infraestrutura. Nesse cenário,

vislumbra-se o grande risco de que concluídos os canais, dado o ritmo acelerado das obras, os mesmos deverão ficar ociosos e sem manutenção adequada por muitos anos. Além disso, com o término das obras, junto com a saída das grandes empresas, cessará todo o processo de mobilização e os empregos temporários, ficando os canais com o seu destino incerto. Com certeza persistirá o lobby pela continuidade das obras, talvez essa seja a herança do projeto, fala-se na transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco e na continuidade dos canais pelas bacias receptoras, e assim por diante, as obras da transposição não terminarão jamais, perpetuando a indústria das secas em prejuízo das políticas efetivas de desenvolvimento sustentado na região (GUIMARAES JR, 2010: 164).

Para Araújo (2003), se o projeto for fundamentado apenas a retirada de água do rio São Francisco, não terá viabilidade, pois a bacia do rio São Francisco dispõe de três milhões de hectares irrigáveis, porém a água disponível, descontada a vazão comprometida com a geração de energia elétrica, permitiria a irrigar apenas 800 mil hectares.

Do ponto de vista do abastecimento hídrico para a população do semiárido nordestino, Sarmiento (2005) aponta que, se implantado o Eixo Leste da transposição, atenderia 400 mil pessoas na Paraíba por meio das Adutoras Campina Grande e Sistema Adutor do Cariri, enquanto o Eixo Norte cobriria a demanda de 2,75 milhões de pessoas, distribuídas pelos estados da Paraíba, onde 88,5 mil pessoas seriam atendidas por meio da captação nos reservatórios do Alto Piranhas – Sistema Sousa/Cajazeiras/Marizópolis; outras 123 mil pessoas seriam atendidas por meio da captação no Rio Piancó, pelo Sistema Coremas-Sabugi. No Rio Grande do Norte, seriam 328 mil pessoas a serem abastecidas pelas adutoras Médio Oeste, Jerônimo Rosado, Sertão Central, Serra de Santana I e Piranhas-Caicó. Finalmente, no Ceará, o número de pessoas atendidas seria 2,2 milhões concentradas em Fortaleza.

Soares (2013) acredita que este seria o ponto forte do projeto: o ganho sinérgico que é proveniente do melhor aproveitamento das aflúências naturais do sistema, uma vez que é utilizada uma vazão adicional, suficiente para evitar o colapso no atendimento das demandas.

Santana Filho (2007) observa que somente a integração dos açudes existentes a uma fonte de água permanente e de grande volume, que possa ceder uma parcela de água para perenizar os açudes e rios do semiárido nordestino, garantirá a segurança hídrica da região no nordeste setentrional. Essa fonte é o rio São Francisco, que é perene e recebe água das chuvas na região central do Brasil. Nesse aspecto, haveria uma sinergia hídrica em que a água acumulada nos açudes da região poderia ser utilizada sempre que se fizesse necessário.

Para os críticos ao projeto, como Coelho (2005: 184), em primeiro lugar, o projeto teria uma análise equivocada sobre o problema das secas e da realidade do semiárido. Em segundo lugar, a obra demanda vultosos recursos utilizados para beneficiar um pequeno grupo de privilegiados, contrariando a ideia de beneficiar 12 milhões de nordestinos. Em terceiro, o desvio de parte das águas do rio será prejudicial às populações ribeirinhas, assim como nocivo ao desenvolvimento das unidades da Federação banhadas pelo rio. Em quarto e último lugar, “a conduta do governo, ao tentar impor esse projeto, é claramente autoritária e viola a legislação existente sobre a gestão dos recursos hídricos”.

Segundo Gonçalves e Oliveira (2009), a execução dessa obra de transposição faz parte de um modelo ultrapassado de desenvolvimento econômico, o qual tem em vista o crescimento ilimitado na perspectiva utilitarista da natureza, somado ao descaso em relação aos direitos territoriais dos indígenas, de terras quilombolas e de pequenos agricultores.

Apesar de toda a conjugação de esforços, a garantia do sucesso do projeto está condicionada ao término de todas as obras, principalmente ao desenvolvimento dos projetos em fase embrionária de utilização das águas transpostas e também de sua gestão (GUIMARÃES JR, 2010).

Para o professor Luiz Cruz Lima (2005), Geógrafo da Universidade Estadual do Ceará, essa água apenas resguardará a permanência de águas de alguns açudes, em um processo de sinergia hídrica, e atenderá às necessidades de sobrevivências daqueles que vivem nos longos corredores de dez quilômetros de largura por onde passa o canal dos estados receptores.

Da mesma forma que a ideia de transpor as águas do rio São Francisco através de uma grande obra possui um longo percurso histórico, a proporção de conflitos e disputas que envolvem tal assunto é gigantesca. Desde o Império até os dias de hoje, diversos atores sociais se manifestaram, ora posicionando-se contra, ora a favor, em um processo que envolve opiniões técnicas divergentes e, muitas vezes, contraditórias, além de interesses políticos privados e, ao mesmo tempo, a esperança daqueles que veem no rio a possibilidade de sobrevivência. Nesse percurso histórico, a questão que fica clara é a de que não se deve compreender o problema por meio de uma análise dualista, em que colocamos atores sociais contrários de um lado e atores sociais que apoiam de outro; há uma imensa complexidade nesse tema que merece ser aprofundada.

1.5 Das águas do capital às águas da vida

A questão da água é um dos grandes problemas da sociedade atual e também um dos grandes desafios para o futuro da humanidade. A maior parte da população mundial que é desprovida de recursos econômicos também possui pouco ou nenhum acesso à água potável, fato que indica a existência da desigualdade no acesso à água em níveis mundiais (SILVA, 2012).

Calcula-se que na superfície do planeta Terra exista cerca de um bilhão e meio de quilômetros cúbicos de água (CONTI, 1986), dos quais 97,5% é salgado e encontra-se distribuído entre mares e oceanos; 2,493% pertencem a geleiras e regiões subterrâneas (os chamados aquíferos), enquanto o restante, 0,007%, que são água doce, encontra-se em rios, lagos e na atmosfera (SILVA, 2012).

Cada vida existente no planeta depende de uma pequena fração de toda a quantidade de água existente (CONTI, 1986). A água é utilizada para diversas atividades na seguinte proporção: 85% da água são destinadas à irrigação, 10%, à indústria e apenas 5%, ao consumo humano (SILVA, 2012). A água doce também é distribuída de forma desigual entre os continentes, países e regiões do globo, sendo que a América Latina é a região mais rica em recursos hídricos, contando com 30% do total mundial, ainda que possua 2/3 das regiões áridas e semiáridas do mundo. Dos países da América Latina, o Brasil é o que possui a maior reserva de água doce superficial do mundo: 11,6%, o que corresponde a 53% da reserva de água doce da América do Sul (SILVA, 2012).

Apesar disso, há regiões no Brasil que sofrem com a falta de acesso à água, bem como não possuem saneamento básico. Dessa forma, a abundância de água no território não significa acesso de toda a população. Há ainda países que possuem grandes áreas áridas ou semiáridas, o que dificulta ainda mais o acesso à água. É o caso do semiárido brasileiro, que está localizado no nordeste e tem a sua história marcada não só por problemas relacionados à pouca abundância de água, mas principalmente à questão de uma má distribuição acompanhada por conflitos hídricos e fundiários.

[...] em meio à abundância de água no país, ao menos no que se refere à quantidade disponível, é possível constatar o contraste de acesso à água no caso do nordeste brasileiro. Essa oposição quanto ao acesso não está associada unicamente às características naturais climáticas, mas principalmente, às decisões geopolíticas associadas à manutenção da hegemonia latifundiária e do mercado da água (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2009: 114).

Desse modo, ao abordarmos a questão hídrica brasileira, necessariamente devemos falar sobre o rio São Francisco, que pode ser considerado como um “oásis no sertão”, uma vez que suas águas garantem a sobrevivência de milhares de brasileiros que vivem na sua bacia. A utilização de sua água é evidentemente reconhecida como de caráter múltiplo, no sentido de que é utilizada para o abastecimento público, o saneamento básico, a geração de energia, processos industriais, a irrigação, a pesca, o lazer e também a navegação, conforme observa Gonçalves e Oliveira (2009: 116). Cabe salientar que a parte significativa desse recurso destinada à produção energética e à irrigação, compõe um histórico recorrente na exploração do rio São Francisco, bem como de outros recursos hídricos brasileiros.

Embora possua uso múltiplo, a água tem se transformado cada vez mais em mercadoria por meio da apropriação privada dos meios de produção, em que, segundo Fracalanza (2005: 26):

No caso da exploração dos recursos naturais, é importante considerar de que forma se dá o processo produtivo e quem é o beneficiado pelo mesmo. De fato, apesar de a degradação não conhecer fronteiras, a exploração dos recursos naturais e a poluição decorrente dos processos produtivos atingem de forma distinta os diferentes países, de acordo com as técnicas produtivas utilizadas e com a exploração da mais-valia onde se dão estas atividades.

Sendo assim, existem diversas formas de privatização da água: desde a privatização dos órgãos de gestão e distribuição, perfuração de poços profundos feitos por empresas privadas, perfuração e comercialização de água mineral, utilização das águas dos rios para interesses privados (como por exemplo, a irrigação), também o

controle das águas do rio por barragens e transferência de águas de uma bacia para outra. Nesse caso, para Barban (2009), a construção de barragens é uma forma das construtoras captarem o dinheiro público, como acontece recorrentemente no Brasil.

Mas a privatização da água não ocorre somente pelo controle do fornecimento de água e saneamento. Ela vem crescendo, por um lado, por meio da compra de suas fontes minerais por empresas transnacionais, como Danone, Pepsi, Coca-Cola e Nestlé, que, juntas, movimentam mais de 40 bilhões de dólares por ano só no ramo da água. De outro, especialmente no Brasil, a privatização ocorre pela construção de barragens e hidrelétricas, pela irrigação no agronegócio, pela carcinicultura, pela transposição de rios para canais e reservatórios, toda ela destinada aos interesses de empresas multinacionais (CRUZ, 2010: 48).

Dessa maneira, a água assume papel de mercadoria na sociedade capitalista a partir do momento em que lhe é atribuída valores de troca no mercado, o que, segundo Fracalanza (2005: 30), “gera controvérsias que estão relacionadas, no paradigma dominante, à atribuição de valor monetário para recursos naturais que são ditos como propriedade comum”. Nesse sentido,

as formas de apropriação da água estão relacionadas aos valores de uso da água, ou seja, aos diferentes usos que se faz da água [...] Todavia, os conflitos pela água não se dão exclusivamente pelos usos da água para a criação de valor, com emprego de trabalho humano. Os conflitos também estão associados ao valor intrínseco da água, em sentido amplo, e à sua degradação (FRACALANZA, 2005: 31).

A apropriação da água de modo privado e desigual tem acarretado diversos conflitos nos últimos anos por todo o globo. Esse fato é ainda mais problemático em regiões em que esse recurso natural não é encontrado de forma fácil e abundante. É o caso do Semiárido Brasileiro, que, por ser o rio São Francisco um dos dois únicos rios perenes nesta região, suas águas são motivo para disputa e conflito.

Estudos apontam que essa será a maior questão geopolítica nos próximos anos, por envolver disputas de poder sobre um dos principais recursos ambientais, sem o qual não pode haver vida na Terra. E quando se fala em “próximos anos” não estamos nos referindo a algo muito distante, que pode acontecer daqui a 100 ou 200 anos. Trata-se de um fato que já vem acontecendo, mas que talvez, em 20 ou no máximo 50 anos, se torne a questão mais central da política e da economia internacionais: o acesso e o controle da água, sobretudo a água potável (CRUZ, 2010: 42).

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, nos últimos 10 anos, a bacia do rio São Francisco tem presenciado diversos conflitos por água, tais como os indicados no quadro a seguir:

ANO	UF	Nº.	LOCAL/DATA DO REGISTRO	TIPO DE CONFLITO	SITUAÇÃO DO CONFLITO
2005	AL	01	-Porto Real do Colégio: Transposição do Rio São Francisco/22/03/2005	Uso e preservação	Divergência
	BA	02	-Bom Jesus da Lapa – Comunidade Remanescente de Quilombo Piranhas/08/09/2005	Apropriação particular (70 famílias envolvidas)	Destruição e poluição
	MG	03	-Três Marias – Barragem Três Marias/Cia. Mineira de Metais.11/11/2005	Barragens e Açudes	Destruição e/ou poluição
	PE	04 05	-Cabrobó – Índios Truká/22/05/2005⁸¹ -Cabrobó – Transposição do rio São Francisco 29/09/2005	Uso e preservação 700 famílias Uso e preservação	Diminuição do acesso à água Divergência
2006	MG	06	-Três Marias. Votorantim –VM/Barragem Três Marias/CMM. 28/03/2006	Barragem e Açude – 480 famílias	Destruição e/ou poluição
	SE	07 08	-Amparo de São Francisco – Comunidade Quilombola Pontal dos Crioulos/Lagoa dos Campinhos. 06/05/2006 - Brejo Grande. Povoado Samarém. 26/07/2006	Apropriação particular (120 famílias) Apropriação particular (70 famílias)	Impedimento de acesso à água Impedimento de acesso à água
2007	AL	09	-Delmiro Gouveia. Barragem da CHESF. 19/03/2007	Barragens e Açudes (1800 famílias)	Impedimento de acesso à água
	BA	10	-Rodelas/Glória/Paulo Afonso. Barragem de Itaparica. 24/07/2007	Barragens e Açudes (700 famílias)	Não reassentamento
	MG	11 12	-Pirapora/Três Marias. Votorantim – VM/ Barragem Três Marias/CMM/Cemig. 30/03/2007 -Pirapora/Várzea da Plama/Ibiaf. Barra do Guaicui/Rio das Velhas/São Francisco. 15/10/2007	Barragens e Açudes (1500 famílias) Uso e preservação (120 famílias)	Destruição e/ou poluição Destruição e/ou poluição
	PE	13 14 15	- Cabrobó. Índios Truká/Tonho da Latinha. 07/08/2007 - Cabrobó. Transposição do rio São Francisco. 26/06/2007 - Cabrobó. Transposição do rio São Francisco. Petrolina. 03/02/2007.	Uso e preservação (500 famílias) Uso e preservação Uso e preservação (1900 famílias) Barragem e Açudes	Destruição do histórico-cultural Divergência Divergência Impedimento de acesso à água
2008	BA	16 17 18	-Juazeiro. Área Projeto Irrigação Salitre. 17/07/2008. -Rodelas/Glória/Paulo Afonso. Barragem de Itaparica. 09/11/2008 -Sento Sé/Jussara/Itaguaçu da Bahia/Xique-Xique. Projeto Baixio do Irecê. 15/08/2008.	Barragens e Açudes (312 famílias) Barragens e Açudes (90 famílias) Apropriação particular (873 famílias)	Diminuição do acesso à água. Não cumprimento de procedimentos legais Ameaça de Expropriação
	PE	19	-Petrolândia. Barragem de Itaparica/CHESF. 02/10/2008.	Barragens e Açudes (1800 famílias)	Reassentamento Inadequado
2009	BA	20	-Casa Nova – Mulungu. 01/07/2009	Apropriação particular (30 famílias)	Impedimento de acesso à água
2010	BA	21 22 23	-Curaça. Comunidade Cerca de Pedra/Ferrete/Sítio Poços/UHE Riacho Seco e Pedra Branca. 06/02/2010. -Juazeiro. Área do Projeto de Irrigação Salitre. 21/08/2010. -Rodelas/Glória/Paulo Afonso. Barragem de Itaparica.	Barragens e Açudes (400 famílias) Barragens e Açudes (312 famílias)	Diminuição de acesso à água. Diminuição do acesso à água. Não reassentamento.

⁸¹ A área da atual EBI-1, início do canal da transposição do rio São Francisco (Eixo Norte) está sob processo de reconhecimento como território indígena da etnia Truká. Os indígenas Truká estabeleceram seu posicionamento contrário à transposição do rio São Francisco desde 1993, quando o projeto foi anunciado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso. Na época o projeto previa seu início na ponta da Ilha de Assumpção (território indígena Truká, já reconhecido), teria poucos quilômetros acima à construção de uma barragem, em Pedra Branca, que acarretaria na inundação dessa Ilha. Com a resistência dos indígenas truká, o projeto foi estrategicamente modificado, e o canal foi previsto para a área chamada Cerrote do Corgonho, entretanto esta área também é território indígena (Informações baseadas em entrevista realizada com o Cacique Neguinho Truká, na Ilha de Assumpção, em maio de 2014).

			18/01/2010.	Barragens e Açudes (780 famílias)	
	PE	24	-Cabrobó/Floresta/Betânia. Transposição do rio São Francisco. 19/10/2010.	Uso e preservação (1020 famílias).	Divergência
		25	-Floresta. Assentamento Serra Negra. 05/05/2010⁸².	Uso e preservação (700 famílias).	Falha de projeto de reassentamento.
2011	PE	26	-Cabrobó. Comunidade Jatobá/Transposição do rio São Francisco/PAC. 22/02/2011	Barragens e açudes (116 famílias).	Não cumprimento de procedimento legal.
		27	-Petrolina. Fazenda Lagoa da Pedra. 22/02/2011.	Uso e preservação (103 famílias)	Impedimento de acesso à água.
		28	-Petrolina. Comunidade Quilombola Cupira/Barragem Riacho Seco/PAC. 22/02/2011.	Barragens e Açudes (250 famílias).	Ameaça de Expropriação.
2012	BA	29	-Bom Jesus da Lapa. Quilombo Lagoa das Piranhas. 05/11/2012.	Uso e preservação (98 famílias)	Destruição e/ou poluição.
	PE	30	-Floresta. Assentamento Serra Negra. 08/02/2012	Uso e preservação (700 famílias)	Falta de reassentamento.
2013	AL	31	-Penedo. Colônia de Pescadores Z-12/Transposição São Francisco. 04/10/2013.	Uso e preservação.	Diminuição de acesso à água.
		32	-Orocó. Comunidade do Riacho Brígida/Transposição do rio-São Francisco. 24/05/2013.	Uso e preservação.	Diminuição de acesso à água.
2014	MG	33	-Belo Horizonte. Colônia de Pescadores/Transposição do rio São Francisco. 30/11/2014.	Uso e preservação (75 famílias)	Diminuição de Acesso à água.
	PE	34	-Cabrobó. Índios Truká/Transposição do rio São Francisco/PAC. 13/03/2014.	Uso e preservação (500 famílias)	Não cumprimento de procedimentos legais.
		35	-Floresta. Índios Pipipã/Transposição do rio São Francisco/PAC. 14/03/2014.	Uso e preservação (400 famílias)	Não cumprimento de procedimentos legais.

Quadro 01 - Conflitos por água na Bacia do Rio São Francisco

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra, disponíveis na página oficial da CPT Nacional.

Entre 2005 e 2014, foram registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) 45 conflitos por água em toda a Bacia do São Francisco, como podemos observar no quadro acima. Desses 45 conflitos, 15 estão diretamente relacionados à transposição do rio São Francisco (conflitos destacados em negrito). Em outras palavras, 43% dos

⁸² O Assentamento Serra Negra está localizado na área rural do município de Floresta (PE) onde, desde 2009, estão sendo realizadas obras do canal (eixo leste) da transposição do rio São Francisco. Os conflitos nesse assentamento se deram por dois motivos: primeiro pela questão fundiária, pois o assentamento Serra Negra é uma área reivindicada pela FUNAI como sendo terra indígena da etnia Pipipã, porém a demarcação dessas terras está pendente e o canal da transposição corta ao meio as terras onde famílias foram assentadas pelo INCRA; o segundo confronto se deu pelo não cumprimento dos acordos feitos com a empresa ENGESA, do consórcio ENGESA-KAMPER. Foi estabelecido um acordo em que 80 pessoas do assentamento seriam empregadas na obra, entretanto só criaram 20 postos de trabalho para essa população. Outro descumprimento foi com relação à poeira da estrada causada pelos caminhões e máquinas da obra: estabeleceu-se que a empresa umedecesse a estrada para diminuir a quantidade de poeira que chegava à moradia das pessoas, contudo a empresa cumpriu somente no início e depois deixou de fazê-lo. Outra questão diz respeito às rachaduras nas casas, causadas por detonações durante a obra. Essas casas não foram consertadas e os moradores também não receberam nenhum tipo de indenização. Todos esses fatores instigaram a insatisfação dos assentados, o que finalizou em manifestação e paralisação da obra, pois os veículos da obra foram impedidos de circular. Fonte: Entrevista concedida por DIOCESE, Floresta. Entrevista nº 11 [nov. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Floresta (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 1h34'52'' Arquivo Pessoal.

conflitos registrados ao longo de nove anos na bacia do rio São Francisco estão relacionados à transposição, dos quais a maioria está fundamentada em problemas como: destruição e/ou poluição da água, diminuição ou impedimento no acesso à água, não reassentamento, reassentamento inadequado ou falha no projeto de reassentamento da população atingida por barragem ou construção de açudes, além do não cumprimento de procedimento legal por parte dos órgãos responsáveis pelo projeto.

É relevante também apontarmos que a diversidade dos usos múltiplos da água está sendo cada vez mais reduzida, em contraponto à utilização da água para fins de produção energética e para a irrigação, que são predominantes no Vale do São Francisco. Tal fato é notado devido à expansão da fruticultura irrigada e com as novas demandas por energia (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2009).

Podemos observar, no quadro a seguir, que o predomínio da outorga de águas na bacia do rio São Francisco está relacionado à agricultura irrigada. Nesse aspecto, segundo Gonçalves e Oliveira (2009), as altas e crescentes demandas de água para a irrigação demonstram a ampliação da área cultivada e, conseqüentemente, o impacto causado pelas atividades agrícolas, como a contaminação dos cursos d'água pela utilização de agrotóxico.

Usos do Recurso (2013)	Quantidade (m³/s)
Agricultura Irrigada	566,9m ³ /s
Aquicultura	1,1 m ³ /s
Dessedentação Animal	0,6 m ³ /s
Outros	13,7m ³ /s
Total Outorgado	657,80m³/s

Quadro 02. Resumo das outorgas concedidas de múltiplos usos na Bacia do rio São Francisco.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório Técnico Usos Múltiplos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Políticas e Prioridades.⁸³.

Embora ainda exista certo fluxo de água contínuo, característica atribuída aos rios chamados perenes, segundo Roberto Malvezzi, o rio São Francisco está se tornando um rio intermitente e encontra-se num processo de extinção rápida e fatal. Apesar disso,

⁸³ CBHSF. **Usos múltiplos na bacia hidrográfica do rio São Francisco** - Políticas e prioridades. Relatório Técnico. Salvador (BA): CBHSF, 2013. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/saladesituacao/ReducaoTemporaria/RelatoriosCHESF/2015/UsosMultiplosBaciaHidrograficaRioSaoFrancisco_Politicaprioridades.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

“fala-se em projetos de 100 mil hectares de cana irrigada em Pernambuco, 800 mil hectares de cana irrigada na Bahia, Transposição para outros estados, assim por diante”⁸⁴.

Considerados os conflitos pelos usos dos recursos hídricos sob o prisma da problemática ambiental, este vem sendo o ponto central de discussão: as modificações da natureza decorrentes da ação humana. O que está em debate não é somente destinar-se o recurso para um outro fim. O que está no centro da discussão é a forma de apropriação da água, suas transformações concretas decorrentes das diversas atividades humanas e quais os fins se busca com a apropriação deste recurso (FRACALANZA, 2005: 24).

Entretanto, a posse da água nem sempre acarretou envolvimento privado e do Estado, a água já esteve sob o controle das comunidades por todo o mundo (SHIVA, 2006). As comunidades realizavam a “gestão” de suas águas por meio de sistemas complexos de conservação e de partilha e, dessa forma, garantiam a sustentabilidade e acessibilidade de todos.

Nesse aspecto, ao contrário dos interesses voltados ao capital⁸⁵, em que a água é transformada apenas em mercadoria, a maioria das comunidades da bacia do rio São Francisco possui uma visão baseada na ideia de que as águas do rio São Francisco é um elemento vital para a sobrevivência tanto da comunidade quanto da garantia de perpetuação da riqueza natural e cultural relacionada a esse rio.

Nesse sentido, concordamos com Cruz (2009: 50) ao afirmar que é necessário construirmos uma grande aliança capaz de “fazer emergir e reemergir novos e velhos modos de vida em sociedade, em que toda e qualquer forma de vida – humana, animal e vegetal – seja vista, compreendida e sentida como parte de um mesmo e único sistema”.

Portanto, a identidade das comunidades da bacia do rio São Francisco está intrinsecamente relacionada à vida desse rio, que, atualmente, conforme Unger (2001), encontra-se numa situação limite, pois a previsão é de que, se não houver uma mudança radical nas causas de sua degradação, a bacia do rio São Francisco poderá se

⁸⁴ MALVEZZI, Roberto (Gogó). O São Francisco já é um rio intermitente. **Ecodebate**: Cidadania e Meio Ambiente. Mangaratiba (RJ). 31 jul. 2014. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2014/07/31/o-sao-francisco-ja-e-um-rio-intermitente-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

⁸⁵ Um de nossos entrevistados, afirmou que “O rio São Francisco é o diferencial porque ele traz desenvolvimento, ele gera riqueza, quando bem explorado, produção, turismo, ele traz todos os segmentos do desenvolvimento”. Entrevista concedida CODEVASF, Representante. Entrevista nº 25 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Petrolina (PE), 2013. Anotações do Caderno de Campo nº 02. Arquivo Pessoal.

transformar num “deserto irrecuperável”⁸⁶, da mesma forma que o rio poderá passar de rio perene a rio temporário.

Os “povos que vivem do (e para o) rio São Francisco” têm consciência dos problemas relacionados a esse rio, como podemos observar no depoimento de uma de nossas entrevistadas⁸⁷:

o povo indígena Tumbalalá junto com todos os outros povos indígenas, não terá vida se o rio morrer. Então a gente luta pela vida e sobrevivência desse rio, que é tudo: é a memória da história, é a memória da nossa história, é o legado dos nossos ancestrais. O Opará, o rio mar, é o grande rio. Olha, eu vi muitas lágrimas nos nossos idosos, nos nossos sábios. (informação verbal)⁸⁸

Da mesma forma, um dos representantes da etnia indígena Tuxá⁸⁹ demonstrou o conhecimento que sua comunidade possui sobre o processo de conflito que envolve a questão da transposição do rio São Francisco:

O rio é vida, é simples assim, o rio é vida, vida que dá vida, que gera vida. E não deve se tratar com vida, né, com a vida de alguém da forma que tão tratando o São Francisco. E muitos de lá do Ceará, do Pernambuco, do Alto Sertão Pernambucano, Rio Grande do Norte e outros, mandaram vários documentos pra gente dizendo: porque vocês não querem que nós tenhamos água? Porque vocês não querem que nós viemos a saciar a nossa sede, precisamos tanto igual a vocês. E nós dissemos, que nós não estávamos contra o matar da sede de outros parentes, de outros companheiros, de outros irmãos índios ou não índios. Mas que nós estávamos lutando pela vida do São Francisco (informação verbal)⁹⁰.

⁸⁶ Para o Prof. Altair Sales Barbosa, a destruição do bioma do cerrado é irreversível e compromete a existência do rio São Francisco: “A extinção do Cerrado envolve também a extinção dos grandes mananciais de água do Brasil, porque as grandes bacias hidrográficas “brotam” do Cerrado. O Rio São Francisco é uma consequência do Cerrado: ele nasce em área de Cerrado e é alimentado, em sua margem esquerda, por afluentes do Cerrado: Rio Preto, que nasce em Formosa (GO); Rio Paracatu (MG); Rio Carinhanha, no Oeste da Bahia; Rio Formoso, que nasce no Jalapão (TO) e corre para o São Francisco. Se há a degradação do Cerrado, não há rios para alimentar o São Francisco. Você pode contar no mínimo dez afluentes por ano desses grandes rios que estão desaparecendo. Fonte: BARBOSA, Altair Sales. **O cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água**. [out. 2014]. Entrevistador Gouveia, Marcelo. Goiânia (GO): Jornal Opção, 2014. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>>. Acesso em: 05 de setembro de 2015.

⁸⁷ Liderança da etnia indígena Tumbalalá, participou ativamente tanto na organização de debates junto aos indígenas da região, como também esteve presente nas mobilizações que as comunidades da região, entidades e movimentos sociais organizaram para atuarem no processo de debate sobre o projeto de transposição, no período estudado (2003-2007).

⁸⁸ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49’25”. Arquivo Pessoal.

⁸⁹ Cacique da etnia Tuxá, que vive às margens do rio São Francisco no estado da Bahia. Ele nos concedeu entrevista em Paulo Afonso, em janeiro de 2014, quando esteve presente em uma reunião das lideranças indígenas da região para discutir os problemas relacionados à saúde indígena.

⁹⁰ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tuxá), Liderança. Entrevista nº 21 [jan.2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Paulo Afonso (BA), 2014. 2 Arquivos AVCHD (.MTS) 19’16”. Arquivo Pessoal.

Tal declaração ilustra o posicionamento das comunidades ribeirinhas em relação à transposição do rio São Francisco. Apesar da divulgação midiática de que a população do Vale do São Francisco estava contra a transposição, pois não queria abrir mão das águas deste rio para outros nordestinos, o posicionamento dessas comunidades, em verdade, é de que o rio São Francisco não tem condições hídricas de transferir essas águas. Em outras palavras, a transferência de suas águas para o nordeste setentrional acarretará uma maior destruição desse rio. Ao mesmo tempo, compreendem o sentido de mercadoria atribuído às suas águas:

O rio, o rio é um lugar, né, é um lugar que junta, o rio soma os riachos secos com a água, o rio é uma síntese, né, como dizia os indígenas, o Opará, rio que vai pro mar né. Talvez o rio liga a gente, junta a gente, junta sentimento, junta Poesia, junta dor, junta alegria, o rio é o povo, o povo é o rio, é uma vamos dizer uma veia né, um pouco aí as veias abertas da América Latina, pode ser as veias abertas do sertão né, do semiárido, eu acho que o rio é uma poesia também né. E acaba sendo um objeto de grandes interesses, né. Do capital, de acumulação de riqueza, de exploração, de indiferença, o rio é um lugar de rezar também né. Lugar da reza do povo, do povo, do povo viver com o rio (informação verbal)⁹¹

Os pescadores que vivem às margens do rio São Francisco também são testemunhas dos problemas ambientais decorrentes principalmente da interferência das grandes obras hídricas que foram construídas na calha do rio. Liderança⁹² dos pescadores de Juazeiro, na Bahia, que nasceu pescador, sendo filho e neto de pescadores, tem toda a sua história de vida e de sua família relacionada ao rio São Francisco. Além de relatar os problemas de desaparecimento dos peixes na região, decorrente da falta de construção de escadas ecológicas na Represa de Sobradinho, durante entrevista, ele contou emocionado que, para ele, o rio São Francisco “É vida, vida. Sem ele ninguém vive [silêncio e lágrimas]. Ninguém sobrevive mais do rio, não. Só do rio, entendeu? Ninguém sobrevive mais não” (informação verbal)⁹³.

Para aqueles que dedicaram suas vidas navegando pelo rio São Francisco, também é visível a modificação ocorrida nas últimas décadas com relação ao que o rio foi e deixou de ser por consequência das intervenções humanas, vinculadas ao interesse

⁹¹ Entrevista concedida por EDUCAÇÃO, Uneb. Entrevista nº 23 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Paulo Afonso (BA), 2014. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 10'19". Arquivo Pessoal.

⁹² Além de liderança dos Pescadores de Juazeiro, também é representante desse setor junto ao Comitê de Bacia do rio São Francisco. Concedeu entrevista em sua casa, na Colônia dos Pescadores em Juazeiro (BA) em outubro de 2013.

⁹³ Entrevista concedida por COLÔNIA PESCADORES, Z60 Juazeiro (CBHSF). Entrevista nº 03 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 12'23. Arquivo Pessoal.

do capital. Para um de nossos entrevistados, barqueiro I⁹⁴, que também tem sua história de vida vinculada à vida desse rio e o conhece bem por navegar há anos sobre suas águas, o alerta com relação aos problemas ambientais do Velho Chico ficou evidente quando nos contou que:

eu faço parte de um segmento que acompanha a morte do rio, é lamentável! Eu inclusive de vez em quando fico emocionado quando eu falo nessa situação. Nós percebemos que o rio tá secando, o rio está secando quando você acompanha, por exemplo, uma situação dessa de geração do lago⁹⁵: a água que tá chegando e a água que tá saindo. Você vê local, trecho onde era navegável tranquilamente, hoje você não consegue passar. (informação verbal)⁹⁶

Mas o rio não tem importância somente para aqueles que vivem às suas margens,

Para quem mora mais perto, ou nas margens do rio: o rio é a vida. E para quem mora lado de cá, na terra seca o rio é a solução para uma antiquíssima dificuldade de sobrevivência nesta terra seca, porque o pessoal quer água, eles querem água e a situação os faz sentir e pensar assim, porque o ano passado teve uma situação no assentamento que não tinha água nem pra cozinhar, então, e quando vamos tomar banho, temos que medir o tanto de água que podemos usar, porque eu também vivo lá com eles, moro lá com eles lá no assentamento (informação verbal)⁹⁷

Para uma trabalhadora rural, de um município pertencente à bacia do rio São Francisco, que fica a 50 km de suas margens, o rio é

de onde a gente bebe água do rio, é a vida da gente, o rio São Francisco pra nós é igual à vida da gente é de lá que vem o líquido precioso, aqui mesmo Salgueiro é abastecido de água de lá do rio São Francisco, é muita coisa, é muita coisa, só que hoje o rio tá quase abandonado, quase que não se cuida do rio, esse projeto também saiu porque disseram que iam fazer a revitalização do rio, né. Até agora não sei se foi feito no rio a revitalização (informação verbal)⁹⁸

Há comunidades que não vivem diretamente de suas águas, mas compreendem o valor ambiental, simbólico e, portanto, vital que esse rio tem para seus povos:

⁹⁵ Em referência à Represa de Sobradinho, que fica rio acima de onde atualmente trabalha, a Ilha do Rodeador, pertencente ao município de Juazeiro (BA).

⁹⁶ Entrevista concedida por NAVEGAÇÃO, Representante. Entrevista nº 06 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 18'56". Arquivo Pessoal.

⁹⁷ Entrevista concedida por DIOCESE, Floresta. Entrevista nº 11 [nov. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Floresta (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 1h34'52". Arquivo Pessoal.

⁹⁸ Entrevista concedida por AGRICULTORA (VPR Negreiros), Liderança. Entrevista nº30 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 5 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 41'21. Arquivo Pessoal.

[...] a gente fica 76 quilômetros do rio São Francisco, e inicialmente a gente diz: – Mas porque que a gente vai brigar pelo rio São Francisco se o Rio São Francisco tá tão distante da gente o que acontece lá não vai impactar na gente aqui né, assim. Mas a gente sabe que o que acontecer lá no Japão pode impactar na gente aqui né. Então, assim, pra gente o rio São Francisco é tudo né, porque é através dele primeiro que com o andar do período de chuva a gente bebe água que vem do rio São Francisco. E assim agora nem tanto, mas antes o que a gente produzia aqui a gente ia vender na Beira do rio São Francisco também, andava esses 76 quilômetros pra ir vender lá. Assim o que acontece lá vai surtir reflexo diretamente aqui na nossa comunidade no nosso território então assim ele é de uma importância muito grande pra gente né em Conceição das Crioulas. E não só em Conceição né, ele tem uma importância em nível global né, então é fundamental que o governo ao invés de pensar em tirar a água do rio e extrair os recurso que tem dentro do rio, mas pensar na questão da preservação, da revitalização do rio São Francisco (informação verbal)⁹⁹.

Apesar da propagação de que os projetos de grande escala de desvio de água aumentam a quantidade de água disponível, em realidade, eles apenas transferem água de uma comunidade para outra e de um ecossistema para outro (SHIVA, 2006). No caso da transposição do rio São Francisco, provavelmente haverá uma pequena transferência d'água para as comunidades que realmente necessitam, aquelas que vivem da água disponibilizada por caminhões pipa. Entretanto, caso essa obra seja finalizada e caso o Velho Chico, cansado, ainda tenha “recurso hídrico” para doar, essa água será utilizada pelo interesse do capital, sobrepondo os interesses de vida da população que sabe o verdadeiro valor que esse rio tem.

Concordamos com um de nossos entrevistados ao afirmar durante entrevista realizada em Maceió (AL) que

O rio São Francisco tem significado histórico, cultural, científico e, sobretudo um significado enorme em termos de biodiversidade e principalmente em termos de segurança hídrica para o semiárido brasileiro e especificamente para a região nordeste do Brasil, incluído aí o bioma da caatinga (informação verbal)¹⁰⁰.

Para finalizar, gostaríamos de destacar a fala de uma das lideranças da região do Baixo São Francisco, que há muitos anos, vive às margens desse rio, em Paulo Afonso (BA), mas que é originária da região do rio Pajeú – um dos afluentes intermitentes do rio São Francisco. Além disso, o Pajeú é de uma das regiões que, se finalizado o projeto de transposição, será beneficiada. Uma das questões colocadas pela entrevistada diz

⁹⁹ Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Conceição das Crioulas (Representante). Entrevista nº 31 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 30'13". Arquivo Pessoal.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

respeito ao significado de pertencimento que as populações tanto ribeirinhas, quanto da região do Pajeú têm em relação ao rio São Francisco. Tal pertencimento ocorre por conta da ideia de que o rio pertence a todos aqueles que dele vive, mas também àqueles que distantes estão, mas, de alguma forma, têm uma relação, como no caso dela e de seus conterrâneos que sabem que o rio Pajeú pertence ao rio São Francisco e, da mesma maneira, a população também. Esse sentimento de pertença é fundamental porque ela estabelece o sentimento de que o rio São Francisco não é simplesmente um recurso natural – necessário para a produção de mercadoria. Nesse sentido, não seria a ideia de que a transposição vai beneficiar ou não a região que determina esse sentimento, e sim, como nos explicou:

esse sentimento que é meu, que é também dos camponeses do sertão, das caatingas que estão também, ou seriam os supostos beneficiados com a transposição, o sentimento é de pertença porque o rio é de todos nós. Mas é exatamente pelo fato do rio ser nosso, sermos pertença deste rio é que ele precisa ser melhor cuidado, ele precisa ser melhor amado, ele precisa de que se cuide dele. Quem mora na calha dele sabe melhor dizer isso, porque tá nesse percurso. Esse percurso do rio que alimenta o povo ribeirinho, os camponeses que alimenta o povo que vive deste rio. Essas populações sabe melhor dizer esse sentimento. [...] Então o rio, ele é esse, esse estrondoso ser que nos alimenta, ele nos pertence como humanos e como humanos a gente precisa dele, ele possui a grandeza da sua existência, por isso que ele precisa continuar existindo. Se a gente tiver mais uma intervenção no rio São Francisco, a gente vai quebrar, vai estraçalhar ainda o metabolismo que já está estragado, se ele nos pertence, ele faz parte da gente e nós fazemos parte dele, então esse cuidado ele é necessário, ele precisa ser melhor cuidado. Para as comunidades tradicionais, ele é isso, não é simplesmente um recurso da natureza que tá ali, que tem sua importância, nada disso, ele é um ser, ele tem vida (informação verbal)¹⁰¹.

Portanto, apesar de compreendermos que há uma complexidade nos interesses e conflitos em torno das águas do rio São Francisco, entendemos que há um eixo principal que pode conduzir essa reflexão. Esse eixo diz respeito àqueles que veem o rio São Francisco como “o rio do capital” e àqueles que veem o rio São Francisco como “o rio da vida”. Para nós, os conflitos decorrentes de disputas pelas águas do rio São Francisco se dão por um lado, no âmbito de interesses relacionados ao capital, em que as águas desse rio são reduzidas à mercadoria. Por outro lado, o “rio da vida” diz respeito ao rio das comunidades, em que suas águas são fonte fundamental de vida, no sentido não só de garantir a sobrevivência da população, mas também são fundamentais para que essas comunidades continuem se reproduzindo culturalmente. Em outras palavras, o rio São

¹⁰¹ Entrevista concedida por INDÍGENAS, Assessora (APOINME). Entrevista nº 18 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Paulo Afonso (BA), 2014. 8 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'. Arquivo Pessoal.

Francisco vai além de suas águas como recurso natural, o rio São Francisco se constitui como um ser que é fundamental para a dinâmica cultural e social da população que vive às suas margens.

1.6 Considerações Finais

No primeiro item do capítulo, explanamos um pouco do significado do rio São Francisco na perspectiva cultural, econômica e política em contexto nacional. Entendemos que esse rio é elemento fundamental no cenário do desenvolvimento econômico brasileiro, além de ter importância estratégica, tanto para a ocupação do território do interior do Brasil – ligação entre o litoral e o interior –, quanto para a ligação entre três regiões, no caso nordeste, sudeste e norte.

Outros aspectos fundamentais no que se refere ao rio São Francisco são: a sua importância como gerador de energia elétrica para toda a região nordeste e também a utilização das suas águas para a irrigação de grandes áreas rurais. A produção agrícola nessa região se dá em três escalas: produção de subsistência, produção para o mercado interno e principalmente produção em grande escala para o mercado externo. O exemplo é claro na região são-franciscana de Petrolina/Juazeiro, em que a introdução de tecnologias de irrigação foi fundamental para transformar tal região em uma das regiões de maior produção de fruticultura no país, com a produção principalmente de manga e uva.

Explicitamos também que o Vale do São Francisco é uma região muito povoada, além de imersa em conflitos há séculos, os quais, normalmente, são originários de disputas por terra e por água. Ao lado desse cenário de disputas, encontram-se diversas entidades que se organizam para encaminhar lutas na questão da distribuição de terras, no acesso à água e também na defesa do rio e das comunidades que dele vivem. Nesse cenário, a proposta de um projeto como a transposição do rio São Francisco colaborou para que esses movimentos se estruturassem, formando assim uma espécie de rede de luta, que podemos compreender a partir da atuação da Articulação São Francisco Vivo, por exemplo.

A ameaça da implantação do projeto de transposição do rio São Francisco, despertou uma ligação entre esses movimentos, que se uniram para compreender o projeto, questionar a sua viabilidade e suas consequências ao povo que vive na região,

impulsionando exercício da participação política, legítimo na sociedade brasileira contemporânea.

Dessa forma, vemos o Rio São Francisco, não mais como o rio da Integração Nacional, e sim com um rio catalisador de movimentos sociais. Tais movimentos unem diferentes trabalhadores de diferentes etnias, mas que têm em comum a necessidade da sua sobrevivência relacionada à existência do rio São Francisco. Dessa forma, essa luta se configura não só pela necessidade de manutenção da existência da água destinada à sobrevivência das comunidades são-franciscanas, como também uma luta que se configura como enfrentamento aos interesses do capital, na medida em que é resgatado o valor vital que a água tem em detrimento do seu valor como mercadoria.

CAPÍTULO II: DEMOCRACIA E CONFLITOS SOCIAIS: OS ATORES SOCIAIS REPRESENTANTES NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.

“Agora chegou o momento que vamos questionar
Fazer transposição para abastecer até Ceará
E o povo da Bacia, morrendo na seca está
O rio passando na porta, desse jeito é que não dá.”
(Pescando Cidadania. Antonio Gomes dos Santos)

2.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é elucidar o processo de debate sobre a transposição do rio São Francisco no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, assim como os conflitos decorrentes de tal processo.

A análise será feita a partir de dados obtidos durante a pesquisa documental, pesquisa hemerotécnica (jornais da grande imprensa e jornais locais), pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Tais entrevistas foram realizadas com atores sociais que participaram como representantes de diferentes setores da sociedade junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco entre os anos de 2003 a 2007, anos que antecederam a implementação do projeto de transposição.

Partiremos do pressuposto de que a criação de comitês de gestão de águas no Brasil é fundamental para contribuir com a construção de um ambiente de democracia. Tais comitês são fundamentais para fomentar o desenvolvimento e a ampliação da democracia participativa, que se desenvolve com base na participação direta de atores sociais nas decisões de gestão e democratização do acesso à água. Como consequência desse processo fomentado a partir da democracia participativa, temos a possibilidade do fortalecimento de uma democracia que tenha o caráter de combater o privilégio estabelecido historicamente por determinados grupos, setores e classes sociais em detrimento dos direitos da maioria da sociedade.

Para tanto, é fundamental identificarmos as contradições existentes nesse processo a fim de compreendermos as tensões estabelecidas através das disputas e

interesses dos diferentes atores sociais envolvidos; disputas que, muitas vezes, estão além da gestão das águas.

Este capítulo está dividido em quatro itens:

No item 2.2, **O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: características gerais**, em uma perspectiva nacional, introduzimos um debate sobre a importância da criação dos comitês de bacia num cenário de criação e fortalecimento da democracia, assim como o significado do CBHSF nesse contexto.

No item 2.3, **O projeto de transposição do rio São Francisco como catalisador de atores sociais: posicionamentos e disputas**, a partir do material coletado durante a pesquisa, principalmente as entrevistas com os atores sociais do Comitê, mostraremos o quanto o Projeto de Transposição foi tema central do comitê e ainda elemento de união de atores sociais.

Já para o item 2.4, **Os atores e seus posicionamentos: a quem a transposição interessa?**, com base no material coletado, além das entrevistas e documentos do Comitê, faremos um percurso do processo de debate e combate dos atores sociais do Comitê em relação ao Projeto de Transposição.

Por último, entendemos ser fundamental realizarmos uma reflexão sobre o papel do Comitê nesse cenário com vistas a compreendermos o caráter de ator político do CBHSF. Essas questões encontram-se no item 2.5 deste capítulo, denominado como: **O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco como ator político: sobre espaço público e democracia participativa.**

2.2 O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: características gerais em uma perspectiva nacional.

No que diz respeito à questão da água no Brasil, temos como marco histórico o ano de 1997 com a aprovação da Lei das Águas (Lei 9433/97). Segundo Rebecca Abers (2010), esse foi um passo importante na direção de uma reforma institucional que contempla o caráter de uso múltiplo da água com a proposta de um sistema de gestão de água em múltiplos níveis territoriais. Foi por causa dessa lei que foi possível a criação de comitês de bacia hidrográfica no Brasil.

De acordo com Abers (2010), embora várias leis estaduais já tivessem gerado a figura do comitê na década de 90, a lei federal propulsou a criação de diversos comitês em todo o território brasileiro. Mas ainda no início da década de 1980,

iniciou um longo processo de transformação das políticas públicas brasileiras relacionadas ao uso de recursos hídricos. No Brasil, historicamente as políticas de água eram fragmentadas e centralizadas. Nos níveis estaduais e federal, políticas públicas de energia, saneamento, irrigação e meio ambiente operavam paralelamente, mas sem integração. Canais para a participação da sociedade civil, usuários privados de água e governos locais eram praticamente inexistentes. Como resultado, emergiam conflitos entre setores e desequilíbrios na capacidade do poder público de responder às crescentes demandas sociais, em especial em regiões onde crescimento populacional e urbanização agravavam problemas de escassez de água, enchentes e poluição (ABERS, 2010: 21).

Todo esse processo acontece no período em que no Brasil está implementando, pela primeira vez, a sua política ambiental¹⁰². Dessa forma,

Em 1997, com a aprovação de uma lei que havia tramitado seis anos no Congresso Nacional, o espírito entre profissionais e ativistas envolvidos na gestão de água foi de euforia. A lei federal se comprometia nos seus fundamentos a um modelo integrado, descentralizado e participativo de gestão, com a bacia hidrográfica se tornando a unidade básica de gestão. Apresentou um conjunto de instrumentos de gestão e criou novos âmbitos decisórios, nos quais múltiplos usos de água poderiam ser negociados. Com a legislação, muitos acreditavam que uma nova concepção de gestão havia adquirido legitimidade e força legal para transformar práticas concretas (ABERS, 2010: 22).

Outra característica fundamental, no que diz respeito à formação de comitês de bacia hidrográfica no Brasil, encontra-se em um movimento de descentralização administrativa e pela participação de distintos setores sociais na gestão das águas. Segundo Martins (2015), os Comitês de Bacia Hidrográfica assumem um papel central nesse processo de gestão que é definido, por muitos estudiosos, como governança.

A governança da água no Brasil surge como um mecanismo de democratização na gestão compartilhada dos recursos hídricos, pressupondo que a sociedade local tenha maior capacidade de controlar as decisões políticas tanto em nível local, quanto em nível central. Dessa maneira, a governança da água trata de alternativas de arranjos institucionais utilizados no gerenciamento das águas a fim de evitar a poluição hídrica e a escassez (MATOS; DIAS, 2013).

Consoante Cardoso (2003), a política nacional de recursos hídricos, baseando-se no princípio da descentralização e da participação, institui a bacia hidrográfica como

¹⁰² Com relação à Política Ambiental Brasileira, foi um percurso longo até a sua implementação. Para alguns teóricos, essa política foi fruto da pressão exercida pelo movimento ambientalista crescente no Brasil na década de 1990, combinado com as diretrizes traçadas durante a Reunião da ONU sobre Meio Ambiente, que foi sediada pelo Brasil em 1992.

unidade de gestão com a criação de comitês de bacia hidrográfica. Os comitês caracterizam-se por serem órgãos de caráter colegiado e público, mantidos por recursos públicos e vinculados organicamente à estrutura administrativa de um Estado, do Distrito Federal ou da União. Existem comitês de rios federais que estão vinculados diretamente à Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), enquanto os comitês de rios estaduais estão vinculados diretamente aos órgãos de gestão dos estados.

Sobre a estrutura interna desses órgãos, os comitês são compostos por representantes dos três setores da sociedade: do poder público (União, estados, Distrito Federal e municípios), dos usuários das águas e das organizações da sociedade civil ligadas a recursos hídricos. O número de representantes de cada setor fica a critério de cada comitê. Os comitês possuem um papel estratégico no que diz respeito à política nacional de recursos hídricos, e o seu funcionamento significa o êxito da própria política das águas (CARDOSO, 2003). Em outras palavras, os comitês se caracterizam por serem colegiados participativos com assentos para o poder público, a sociedade civil e os usuários de água (ABERS, 2010).

Regulados pela legislação federal (para os rios de domínio da União) ou pelas legislações estaduais, os Comitês variam na forma de denominação dos segmentos partícipes e nos percentuais de representação destes segmentos. Mas, a despeito das fórmulas de classificação, todos integram representantes de governos (federal, estaduais e municipais), dos chamados grandes usuários do recurso e da sociedade civil organizada (ONGs, movimentos sociais, instituições de pesquisa, associações profissionais de pesquisa, associações profissionais e sindicatos, dentre outros) (MARTINS, 2015: 221-222).

Dessa forma, segundo Abers (2010), não seria correto caracterizar a década de aprovação da Lei da Água no Brasil como um período histórico de estagnação no campo da gestão da água no país, mas também seria incorreto caracterizá-la como período de transformação institucional radical. Conforme a autora citada, até o ano de 2010, mais de cem comitês de bacia estaduais e federais haviam sido criados, o que seria um indicativo positivo nesse processo. Além disso, ela afirma ser importante o fato de a cobrança de água bruta ter sido iniciado por alguns comitês, enquanto outros avançaram na criação de agências de bacia, caracterizadas como “braços executivos” dos comitês e responsáveis pela implementação de decisões.

Apesar de muitos avanços identificáveis ao longo desses anos, como por exemplo, a mobilização de pessoas e recursos financeiros, Abers (2010: 19) afirma que:

Esses avanços demoraram muito mais do que a maioria dos atores envolvidos havia imaginado. A implementação dos novos “instrumentos de gestão” incluídos na legislação continua embrionária na maioria dos estados. A criação de um sistema de outorga pelo uso da água, que possibilitaria o monitoramento de usos atuais e a previsão de usos futuros, praticamente não existe em boa parte do país.

O território de gestão das águas de cada comitê corresponde à sua bacia hidrográfica. A bacia é um redelineamento territorial que se sobrepõe às divisões político-administrativas tradicionais entre municípios, estados e países em que alianças políticas em torno da água não necessariamente se estruturam a partir dessa organização geográfica. Nesse sentido, a questão da descentralização tem se transformado num novo paradigma para as organizações, em que se juntam as ideias de modernidade administrativa e de democratização das tomadas de decisão. Da perspectiva das novas formas de governo e de administração pública, significa a possibilidade de uma maior democratização e de que o Estado assuma um novo papel, deixando às comunidades e ao capital privado a realização de tarefas antes centralizadas por ele mesmo (CARDOSO, 2003).

Para Abers (2010), a gestão da água deve ser entendida tanto como assunto “técnico” quanto político, assim como a água deve ser pensada não só como recurso econômico, mas principalmente como bem ambiental e social, de importância para toda a sociedade. Ainda para a autora, a solução para a maioria dos conflitos está em como a água deve ser usada e envolve decisões sobre prioridades, sobre as quais alguns grupos e interesses podem ganhar e perder.

Embora reconhecer os conflitos sobre o uso da água seja inevitável em um contexto em que a água limpa e abundante se torna cada vez mais rara em grande parte do Brasil, “a política” tende a ser mal vista em círculos técnicos, associada com um jogo de interesses que tende a minar a coerência técnica das decisões (ABERS, 2010: 15).

Segundo o prof. Jean-Paul Billaud (2014), a democracia participativa encontra-se no bojo do tratamento dos problemas sobre o meio ambiente, no que diz respeito ao envolvimento com o público. Billaud discute dois problemas: a democracia técnica e também os problemas subestimados pelas abordagens críticas.

Um dos aspectos mais surpreendentes das novas políticas de desenvolvimento é que, para a sua aplicação, os atores sociais são obrigados a entrar em acordo. Essa obrigação está prevista em inúmeras políticas europeias a partir da década de 1990, particularmente naquelas aplicadas à agricultura nas políticas ditas “agroambientais” ou ao espaço rural [...] Como ilustração concreta tem-se o

princípio de subsidiariedade (MILLON-DELSON, 1993) ou, de modo mais geral, o surgimento de um novo modelo de “governança”, que tende a associar, aos processos de decisão, diferentes participantes públicos e privados, que se depara com problemas cada vez mais complexos. Em todos os casos, é manifesto o desejo de envolver o pacto no processo decisório e, independentemente da posição dos atores nesse processo, a busca de um acordo ou de acordos ultrapassa uma necessidade procedimental (BILLAUD, 2014: 138-139).

Ao mesmo tempo, a ideia de participação tem redimensionado as políticas públicas e os comitês de bacia, assim como diversas outras instâncias criadas nesta concepção experimentam uma série de fragilidades para a participação de todos os atores que dela fazem parte. A implementação de uma política negociada dentro de uma estrutura de governo não raro sofre influência de determinados grupos que podem vir a resistir durante a criação de espaços participativos (CARDOSO, 2003).

Para Empinotti (2011), a criação novas instituições participativas responsáveis por promover a governança das águas no Brasil influenciou a compreensão sobre como os atores que estavam na periferia da tomada de decisões ocupam e utilizam os novos espaços, e de que forma seus posicionamentos com relação ao modelo de desenvolvimento e manejo de águas são colocados em pauta ou não. Dessa maneira, a autora entende que “a governança da água no Brasil não ocorre apenas dentro das instituições participativas, mas também nas agências se órgãos do governo, por meio de parcerias de terceiros, nas respostas do Estado a manifestações dos setores e agentes do Estado” (EMPINOTTI, 2011: 205).

Nas últimas duas décadas, o convite à participação tem permeado o discurso dos mais distintos segmentos sociais, perpassando uma ampla gama de matizes políticas. Com a ampliação do espectro político, durante décadas polarizado entre forças genericamente qualificadas como conservadoras e democráticas, diversifica-se o leque dos atores sociais que reivindicam a incorporação da participação no processo de gestão da *res publica*, passando esta a ser um elemento chave na implementação das políticas nas distintas esferas e escalas (SANTOS, 2006).

A criação de comitês de bacias no Brasil significou para a sociedade a inclusão de novos atores sociais na medida em que a descentralização desses organismos possibilitou a participação de vários setores da sociedade nesse processo (EMPINOTTI, 2011).

Em relação à criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, entendemos ter sido fundamental o papel da sociedade civil. Muitas reivindicações

foram feitas, principalmente pela população da região do Vale do São Francisco. Segundo entrevista concedida ao Jornal Gazzeta do São Francisco¹⁰³ pelo o Professor Theodomiro Araújo¹⁰⁴ – figura importante no cenário ambientalista do rio São Francisco –, o CBHSF foi criado para “coordenar a gestão integrada da água, arbitrar conflitos, disciplinar o uso e garantir a gestão participativa descentralizada e integrada das águas do rio São Francisco”. Para tanto, ele compreende ser fundamental a participação da sociedade civil nesse processo para que as pessoas tenham a responsabilidade nessa administração das águas do São Francisco.

A criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco se dá no contexto acima descrito somado à “importância social, política e econômica da bacia do rio São Francisco” (EMPINOTTI, 2011: 201). Esse comitê nasce com o objetivo de se configurar como um parlamento das águas. Desde sua criação, empenha-se em construir um espaço no qual haja a participação da sociedade civil, do Estado e dos usuários de forma homogênea e através de um amplo processo de mobilização social na região do São Francisco. Esse processo buscou envolver o poder público nas três esferas de atuação, os principais usuários da água e as entidades da sociedade civil, contabilizando ao todo cerca de 6000 pessoas (MASCARENHAS, 2009).

O CBHSF foi criado no dia 05 de junho de 2001 por decreto¹⁰⁵ presidencial. Na sua organização, o comitê apresenta-se com um total de 62 titulares membros eleitos, com uma composição tripartite em que se encontra a representação de atores sociais envolvidos na gestão dos recursos hídricos da bacia. Em termos numéricos, os usuários somam 38,7% do total dos membros, o poder público (federal, estadual e municipal) representa 32,2%, a sociedade civil detém 25,8% e as comunidades tradicionais, 3,3%, como pode ser visualizado no gráfico abaixo:

¹⁰³ MOVIMENTO tenta sensibilizar sociedade sobre criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 26 a 29 de maio de 2002. Edição 216. Página 05. Arquivo Pessoal.

¹⁰⁴ José Theodomiro Araújo, nascido num distrito de Petrolina, região semiárida, dedicou a maior parte de sua vida a estudar a região com o objetivo de romper com o estigma do flagelo da seca. Formou-se em Agronomia, orgulhoso de ser um caatingueiro do sertão pernambucano, depois de formado voltou à sua região para dedicar-se a extensão, mas também foi funcionário da Codefasf, foi carinhosamente apelidado pelo povo da região como Velho do Rio, em reconhecimento a todo o seu trabalho relacionado ao rio São Francisco.

¹⁰⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Casa Civil). Brasília (DF). Decreto de junho de 2001. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2012/05/decreto-de-criacao-cbhsf1.pdf>

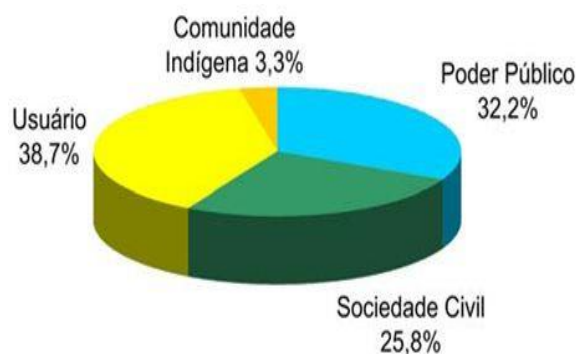


Gráfico 01. Porcentagem dos representantes no CBHSF.

Fonte: Página oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. <http://cbhsaofrancisco.org/o-cbhsf/>

Esses atores sociais são representantes de diversos setores da sociedade, tais como: abastecimento urbano, indústria e mineração, irrigação e uso agropecuário, hidroviário, pesca turismo e lazer, hidroeletricidade, organizações não governamentais; consórcios, associações intermunicipais ou associações de usuários, organizações técnicas de ensino e pesquisa, quilombolas, comunidades indígenas, poder público municipal, poder público estadual e poder público federal.

Como consta na página oficial do CBHSF, as atividades político-institucionais do Comitê são exercidas de forma permanente por uma Diretoria Colegiada, que abrange a Diretoria Executiva (presidente, vice-presidente e secretário) e os coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais – CCRs das quatro regiões fisiográficas da bacia do rio São Francisco. Em outras palavras, as ações do comitê abrangem as quatro regiões fisiográficas do rio São Francisco, ou seja, o Alto, o Baixo, o Médio e o Submédio. Por sua vez, a estrutura organizacional do CBHSF compreende: Plenário, diretoria colegiada, diretoria executiva, câmaras consultivas e regionais e câmaras técnicas. Essa estrutura pode ser visualizada no organograma abaixo:



Figura 4. Organograma da estrutura organizacional do CBHSF.

Fonte: Página oficial do CBHSF. <http://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/>

Por um lado, muitas organizações se interessaram em participar do comitê, pois entendiam que seria um espaço de negociação entre o Estado, usuários da água e organizações da sociedade civil interessadas em influenciar o governo federal a mudar a perspectiva com relação ao modelo de desenvolvimento da região semiárida (EMPINOTTI, 2011).

Ao mesmo tempo, compreendemos que a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco teve como pressuposto principal a preocupação dos atores sociais com o destino das águas, assim como a forma de utilização desse recurso natural, além da possibilidade da sociedade civil, através desse órgão, intervir no que diz respeito ao projeto de transposição do rio São Francisco.

2.3 O projeto de transposição do rio São Francisco como catalisador de atores sociais: posicionamentos e disputas

2.3.1 Mapeando os atores

As duas gestões do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, que antecederam a aprovação da transposição do rio São Francisco pelo CNRH, foram compostas por diferentes seguimentos e representantes da sociedade.

Durante a gestão dos anos 2003-2005, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco era composto por representantes dos seguintes setores **Usuários de Recursos Hídricos** (Abastecimento Urbano; Indústria e Mineração; Irrigação e Uso Agropecuário; Hidroviário; Pesca, Turismo e Lazer; da Hidroeletricidade), **Sociedade Civil** (Consórcios, Associações Intermunicipais ou Associações de Usuários, Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa, Organizações Não Governamentais e Comunidades Indígenas) e, finalmente, pelo **Poder Público** (Federal, Estadual e Municipal).

A representação dos Usuários Hídricos foi composta por um total de 47 entidades representativas, das quais 12 eram do Abastecimento Urbano¹⁰⁶ (50% membros titulares e 50% membros suplentes), 10 eram da Indústria e Mineração¹⁰⁷ (50% membros titulares e 50% membros suplentes), 12 do setor de Irrigação e Uso Agropecuário¹⁰⁸ (08 titulares e 4 suplentes), 4 do setor Hidroviário¹⁰⁹ (50% membros titulares e 50% membros suplentes), 6 entidades do setor de Pesca, Turismo e Lazer¹¹⁰ (50% membros titulares e 50% membros suplentes), 03 representantes da Hidroeletricidade¹¹¹ (todos membros titulares).

¹⁰⁶ **Titulares:** Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) de MG, Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Serviço Autônomo de Água e Esgoto –SAAE – BA, Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) – PE, Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL), Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) – PE. **Suplentes:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)-MG (com duas suplências), Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) – AL, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAECAP) – SE.

¹⁰⁷ **Titulares:** Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Companhia Mineira de Metais (CMM) – MG, Ligas de Alumínio S/A (LIASA) – MG, América S. A. Frutas e Alimentos (BA), Curtume Moderno S/A – PE. **Suplentes:** VALLÉE S/A – MG, Sindicato das Indústrias Extrativas de Ouro etc – SINDIEXTRA – MG, Italmagnésio Nordeste S/A – MG, Curtume Campelo S/A – BA, Sindicato das Indústrias de Gesso e Materiais não metálicos – PE.

¹⁰⁸ **Titulares:** Distrito de Irrigação de Jaíba – MG, Frutivale – Distrito de Irrigação Gorutuba – MG, Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais FAEMG – MG, Sindicato Rural de Pirapora – MG, Agropecuária Grande Oeste Ltda – AGOL - BA, Associação dos Produtores Rurais de Santo Sé – BA, Associação Rural da Fazenda Barra – PE, Distrito de Irrigação Perímetro Cotinguiba/Pindoba – SE. **Suplentes:** Cooperativa Agrícola de Irrigação e do Projeto Ceraíma (COOPERC) - BA, Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais do Vale do Itaguari - BA, Associação de Desenvolvimento Santa Quitéria – Sítio Estreito – PE, Associação Comercial do Sítio Salgado do Lino – AL.

¹⁰⁹ **Titulares:** Associação dos Barqueiros da Ilha dos Rodeadores – BA, CONTRAP LTDA – PE. **Suplentes:** Balsa Britania – BA, Federação dos Pescadores de Pernambuco.

¹¹⁰ **Titulares:** Federação dos Pescadores Profissionais do Estado de Minas Gerais – MG, Colônia dos Pescadores Artesanais – Z 41 Remanso – BA, Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas. **Suplentes:** Colônia dos Pescadores Z2 – MG, Associação de Pescadores Profissionais Amigos do Vale do rio Grande – ASPAVARG- BA, Associação dos Pescadores de Saúde – SE.

¹¹¹ **Titulares:** Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) – BA, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). **Suplente:** Companhia Energética da Bahia (COELBA).

Com relação à representação da Sociedade Civil, a composição foi a seguinte: 32 entidades representativas, divididas em 04 membros de Consórcios, Associações Intermunicipais ou Associações de Usuários¹¹² (50% membros titulares e 50% membros suplentes), 10 membros de Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa¹¹³ (50% membros titulares e 50% membros suplentes), 16 representantes de Organizações Não Governamentais¹¹⁴ (50% membros titulares e 50% membros suplentes) e 02 representantes das Comunidades Indígenas¹¹⁵ da Bacia, sendo um titular e outro suplente.

A representatividade do Poder Público junto ao CBHSF soma 37 membros divididos em: 06 membros do Poder Público Federal¹¹⁶ (05 membros titulares e 01 suplente); os representantes do Poder Público Estadual¹¹⁷ totalizam 14 membros, dos

¹¹² **Titulares:** Associação de Trabalhadores e Pequenos Produtores Rurais de Buriti Grande – MG, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre – BA. **Suplentes:** Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba (COOPADAP) – MG, União das Associações dos Perímetros das Barragens Sucessivas do Vale do Salitre (UAVS) – BA.

¹¹³ **Titulares:** Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Sergipe (UFS). **Suplentes:** Fundação Educacional de Divinópolis (FUNEDI) – MG, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Autarquia Educacional do Araripe (AEDA) – PE, Fundação Municipal de Ação e Formação Cultural (FUTAG) – AL, Universidade Tiradentes (UNIT) – SE.

¹¹⁴ **Titulares:** Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas (Projeto Manuelzão) - MG, Associação Engenheiros Agrônomos de Paracatu - MG, Fundação Bio-diversitas – MG, Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente – AMDA, Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco – FUNDIFRAN - BA, DIACONIA Sociedade Civil de Ação Social – PE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pão de Açúcar – AL, Movimento de Educação de Base – MEB – SE. **Suplentes:** Associação de Desenvolvimento Ambiental (ADESA) – MG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Movimento Ecológico Seiva da Terra/Renovação da Vida – MG, Organização dos Advogados do Brasil – OAB de Ouro Branco – MG, Sindicato dos Trabalhadores de Coribe – BA, Conselho Popular de Petrolina – PE, Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes – COPPABACS – AL, Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco Canoa de Tolda – SE.

¹¹⁵ **Titular:** Povo Truká- PE. **Suplente:** Povo Kariri-Xocó – AL.

¹¹⁶ **Titulares:** Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Ministério da Integração Nacional, Ministério de Minas e Energia – ANEEL (Superintendência de Estudos de Informações Hidrológicas), Ministério da Justiça. **Suplente:** Ministério de Minas e Energia, Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

¹¹⁷ **Titulares:** Secretaria de Estado de Recursos Hídricos de Pernambuco, Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Irrigação de Alagoas, Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe (SEPLANTEC), Secretaria Adjunta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Diretoria de Controle de Águas do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, Secretaria de Meio Ambiente de Recursos Hídricos e da Habilitação de Goiás, Superintendência de Recursos Hídricos de Goiás, Secretaria de Infraestrutura da Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia, Subsecretaria de Recursos Hídricos do Distrito Federal, Secretaria de Recursos Hídricos do Distrito Federal. **Suplentes:** Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos de Pernambuco, Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos de Alagoas, Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe.

quais 11 são titulares e, portanto, 3 são suplentes; finalmente, o Poder Público Municipal¹¹⁸ é composto por 16 entidades eleitas (50% titulares e 50% suplentes).

Entre os anos de 2005 a 2007, a gestão era composta pelos seguintes setores: **Usuários de Recursos Hídricos** (Abastecimento Urbano; Indústria e Mineração; Irrigação e Uso Agropecuário; Hidroviário; Pesca, Turismo e Lazer; Hidroeletricidade), **Sociedade Civil** (Organizações Não-Governamentais; Consórcios, Associações Inter-Municipais ou Associações de Usuários; Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa; Comunidades Indígenas) e **Poder Público** (Poder Público Municipal, Poder Público Estadual, Poder Público Federal).

A representação dos Usuários Hídricos foi composta por um total de 45 entidades representativas, das quais 11 eram do Abastecimento Urbano¹¹⁹, 09 eram da Indústria e Mineração¹²⁰, 12 do setor de Irrigação e Uso Agropecuário¹²¹, 03 do setor

¹¹⁸ **Titulares:** Prefeitura de São Roque de Minas, Prefeitura Municipal de São João da Lagoa – MG, Prefeitura de Três Marias – MG, Prefeitura Municipal de Ibotirama – BA, Prefeitura Municipal de Juazeiro – BA, Prefeitura Municipal de Salgueiro – PE, Prefeitura Municipal de Piranhas – AL, Prefeitura Municipal de Poço Redondo – SE. **Suplentes:** Prefeitura de Carmo do Cajuru – MG, Prefeitura Municipal de Itacarambi – MG, Prefeitura Municipal de Pirapora – MG, Prefeitura Municipal de Luiz Eduardo Magalhães – BA, Prefeitura Municipal de Santo Sé – BA, Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista – PE, Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar – AL, Prefeitura Municipal de Porto da Folha – SE.

¹¹⁹ Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa -Belo Horizonte- MG) Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa Montes Claros – MG), Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae – MG), Serviço de Abastecimento e Esgoto (SAAE Pirapora – MG), Empresa Brasileira de Água e Saneamento – EMBASA – BA, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE – Juazeiro – BA), Companhia de Abastecimento de Pernambuco (COMPESA), Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL), Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoas (SAAE), Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sergipe (SAAE).

¹²⁰ Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra), Associação Mineira de Silvicultura, V&M Florestal – MG, Italmagnésio S/A, Instituto Vallée – MG, Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Associação dos Lapidários, Artesãos e Pedristas do Município de Santo Sé – BA (ALAPMSS), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE).

¹²¹ Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros, Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas (ABANORTE), Distrito de Irrigação Jaíba – MG, Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Danilo Tumoaki Kumagai (Pessoa Física – BA), Associação dos Produtores Rurais de Santo Sé – BA, Central das Associações do Projeto Extrativista São Francisco (CAPAESF –BA), Associação Rural da Fazenda Barra (ARFAB - PE), Iolanda Weis Naressi (Pessoa Física – PE), Distrito de Irrigação do Cotinguiba/Pindoba – Propriá – SE, Cooperativa de Colonização Agropecuária de Penedo – AL (COOPENEDO).

Hidroviário¹²², 06 entidades do setor de Pesca, Turismo e Lazer¹²³, e 04 representantes da Hidroeletricidade¹²⁴.

A representação da Sociedade Civil foi composta por 34 entidades representativas, divididas em 04 membros de Consórcios, Associações Intermunicipais ou Associações de Usuários¹²⁵, 10 membros de Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa¹²⁶, 16 representantes de Organizações Não Governamentais¹²⁷ e 04 representantes das Comunidades Indígenas da Bacia¹²⁸.

Com relação ao Poder Público, seus representantes totalizam 40 membros eleitos. O Poder Público Federal¹²⁹ soma 10 membros, enquanto o Poder Público Estadual¹³⁰ contava com 14 representantes e por fim o Poder Público Municipal¹³¹ totalizava 16 membros.

¹²² Associação dos Proprietários e Condutores de Barcos da Ilha do Rodeador – BA, Colônia dos Pescadores de Ibimirim – PE, Colônia dos Pescadores José Alexandre de Melo – PE.

¹²³ Federação dos Pescadores de Minas Gerais, Colônia de Pesca Z-01 de Pirapora – MG, Colônia de Pescadores Z-41 – BA, Colônia de Pescadores Z-60 – BA, Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas, Associação dos Pescadores de Canindé de São Francisco- SE.

¹²⁴ Centrais Hidrelétricas do São Francisco (CHESF- PE), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Associação Brasileira de Pequenos e Médios Produtores de Energia (APMPE).

¹²⁵ Consórcio de Municípios do Lago de Três Marias - MG (COMLAGO), Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba - MG (CIBAPAR), União das Associações do Vale do Salitre – BA (UAVS), Associação dos Municípios da Serra Geral e Bacia do São Francisco – BA (AMAVALE).

¹²⁶ Fundação Educacional de Divinópolis – MG, Universidade Estadual de Montes Claros – MG (UNIMONTES), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Conselho de Usuários do Açude Poço da Cruz – PE, Autarquia Educacional de Serra Talhada – PE, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET).

¹²⁷ Movimento Verde de Paracatu – MG, Associação Ambientalista do Alto do São Francisco – MG, Instituto Guaicuy – MG (Projeto Manuelzão), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Centro de Ecologia Integral de Pirapora – MG, Associação Regional de Proteção Ambiental de Três Marias – MG (ARPA), Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – MG (ABAS), Instituto Grande Sertão – MG, Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco – BA (FUNDIFRAN), Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias dos Municípios de Juazeiro, Curaça, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé (BA), Associação de Desenvolvimento Comunitário Virgem dos Pobres de Paranatama – PE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Belas, Fórum de Defesa Ambiental – AL (FDA), Associação Amigos de Piaçabuçu – AL – Olha o Chico, Associação Social da Diocese – SE, Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional de Sergipe.

¹²⁸ Nação Truká – PE, Nação Tingui- Botó – AL, Nação Pankararu – PE, Nação Tumbalalá – BA.

¹²⁹ Ministério da Integração Nacional (02 cadeiras), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério dos Transportes, Ministério das Minas e Energia (02 cadeiras), Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Fundação Nacional do Índio – FUNAI (02 cadeiras).

¹³⁰ Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (02 cadeiras), Secretaria Executiva de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais de Alagoas (02 cadeiras), Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe (02 cadeiras, uma como titular e outra como suplente), Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás, Superintendência de Recursos Hídricos de Goiás, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Secretaria de Estado e Meio Ambiente e

As duas gestões do CBHSF aqui tratadas tiveram seus trabalhos fortemente relacionados ao Projeto de Transposição do rio São Francisco, principalmente por entenderem que seria fundamental a participação de atores sociais interessados em debater e decidir o destino das águas deste rio, em especial com relação ao projeto de transposição.

Para tanto, compreendemos que o projeto de transposição do rio São Francisco pode ser analisado como uma espécie de objeto catalisador de atores para o CBHSF quando verificamos a centralidade dele como temática do Comitê tanto no período que antecede a aprovação do projeto pelo CNRH, quanto no período seguinte (2005-2007), em que o projeto de transposição não deixa de ser objeto de debate, pelo contrário, os atores que já faziam parte do comitê e outros atores que passaram a ocupar cadeiras representativas de seus setores empenharam-se em traçar meios de questionar a resolução do CNRH com relação à implantação dessa obra.

Dessa maneira, mesmo que o interesse principal dos atores não estivesse relacionado de forma direta à transposição, durante muitos anos, a temática foi assunto principal de debate e conflitos no CBHSF, particularmente nas gestões que antecederam as obras.

2.3.2 Sobre a participação dos atores sociais

A primeira plenária realizada pelo Comitê foi na cidade de São Roque de Minas aconteceu no ano de 2003 e teve como principal tema de discussão a transposição do rio São Francisco. Segundo afirmação do atual presidente do CBHSF, essa plenária foi intensamente marcada pelo debate sobre a transposição:

É claro que dentro do comitê havia pontos distintos. Mas notava-se uma maioria esmagadora de opiniões contrárias à execução do projeto, as exceções ficavam, sobretudo por conta dos representantes das companhias hidrelétricas, notadamente da CHESF e das representações do governo federal, leia-se

Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMARH), Subsecretaria de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

¹³¹ Prefeitura Municipal de Montes Claros – MG, Prefeitura Municipal de Três Marias – MG, Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama – MG, Prefeitura Municipal de Urucuaia – MG, Prefeitura Municipal de Betim – MG, Prefeitura Municipal de Pitangui – MG, Prefeitura Municipal de Juazeiro – BA, Prefeitura Municipal de Sento Sé – BA, Prefeitura Municipal de Barra – BA, Prefeitura Municipal de Igaporã – BA, Prefeitura Municipal de Salgueiro – PE, Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira – PE, Prefeitura Municipal de Piranhas – AL, Prefeitura Municipal de Penedo – AL, Prefeitura Municipal de Brejo Grande – SE, Prefeitura Municipal de Pacatuba – SE.

principalmente o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Meio Ambiente (informação verbal)¹³².

A CHESF participou da formação do CBHSF e incentivou a sua criação por meio de cartas que a instituição enviou a municípios, órgãos e usuários da bacia, assim como através do treinamento para multiplicadores que tinham a função de disseminar este processo de criação do comitê por toda a bacia, conforme podemos observar no relato de uma funcionária da CHESF,

Eu fui a pessoa que deu esse treinamento para um dos multiplicadores na questão da lei de águas. Nós fomos pra Bahia em Salvador, num centro de treinamento, fizemos esse treinamento dos multiplicadores da bacia, foi e tem sido um processo riquíssimo de aprendizado e disseminação de informação, foi assim que a CHESF entrou no Comitê da Bacia do Rio São Francisco. Então todo o processo de criação nós participamos (informação verbal).¹³³

Como diversos atores sociais envolvidos afirmaram, o cenário com relação ao posicionamento dos atores sociais do CBHSF era contrário ao projeto de transposição. Ademais, os atores contrários à obra questionavam se ela prejudicaria a produção de energia gerada pela CHESF, ou seja, se essa instituição seria prejudicada com a obra da transposição por significar menos disponibilidade de água para a geração de energia. Entretanto,

Em todos os momentos em que a CHESF se colocou, ela se colocou da seguinte forma: a CHESF não é contrária à transposição, o impacto que pode ocorrer e ocorre, ele pode ser viabilizado, essa geração de energia ela pode ser viabilizada de outras fontes. Cabe à sociedade decidir e ter as informações necessárias nesse processo de avaliação e decisão da parte dela, ou seja, colocar a geração de energia como um obstáculo a esse projeto não procede. É preciso quem se posiciona de forma contrária encontrar outras razões que justifiquem essa posição, a geração de energia tem impacto? Tem. Mas ela pode ser equacionada, existem outras fontes, com a térmica e a eólica. Então são várias outras fontes que podem suprir essa quantidade de água que iria faltar pra uma geração hidráulica. Então, o nosso papel o nosso papel foi disseminar essas informações para que os diversos atores ali presentes pudessem olhar e dizer, bom, se isso aqui é equacionado, que outras razões existiriam para ser a favor ou ser contra. Mas ter as informações para ao decidir ter a exata noção do que está decidindo e como está decidindo. Então, nós participamos da reunião, a CHESF foi chamada ao Ministério da Integração para apresentar, na época era

¹³² Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

¹³³ Entrevista concedida por CHESF, Representante (CBHSF). Entrevista nº 35 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Recife (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 38'03". Arquivo Pessoal.

o Ciro Gomes, o ministro. A CHESF também foi chamada ao Ministério das Minas e Energia para apresentar essa sua posição à época era a Dilma a Ministra. Então em todos esses locais e nas reuniões que participou no Comitê foi essa a postura colocada pela CHESF (informação verbal)¹³⁴.

Além da evidente preocupação da CHESF em ocupar espaços no CBHSF desde a sua fundação, seu posicionamento em relação ao projeto de transposição é muito claro. De acordo com a entrevistada, a diretoria da CHESF estudou e analisou o projeto de transposição, do mesmo modo que o setor de operação, o qual fez análises sobre a questão do impacto da obra. Ambos chegaram à conclusão de que o impacto existe, mas é equacional.

Na época, a gente foi para o Ministério da Integração, o presidente da CHESF, o diretor de engenharia, um assessor do presidente e eu como técnica aqui do Departamento de Operação. E na época, os dados do projeto eram: no tronco norte uma vazão máxima de 99m³/s, um recalque máximo de 165, e no tronco leste, uma vazão máxima de 28m³/s e um recalque máximo de 300. Na época, as repercussões para a CHESF em termos de energia não gerada, em um determinado ano X pra uma vazão transposta de 6m³/s seria de 15 MW, 24 anos na frente uma vazão média de 63,4m³/s que era a média do projeto quando ele tivesse a pleno vapor seria cerca de 150 MW (informação verbal)¹³⁵.

A entrevistada deixa claro o posicionamento da CHESF sobre o projeto, desde a década de 1970 até o ano de 2003, argumento que fomentou o apoio à obra:

Em 1976, “a longo prazo a prioridade número 01 será irrigação, visto que a água disponível perenemente no nordeste é muito pouca, todavia vale destacar que um planejamento energético não pode ser modificado de momento sem que se pague um alto preço, querem tempo ou querem dinheiro para concluir é preciso ter uma política face ao problema. A CHESF não é proprietária da água do rio São Francisco, ela é um bem comum e escasso o que reforça a necessidade de racionalizar o seu uso aí incluído o aproveitamento de recursos hídricos de outras bacias para atendimento das necessidades locais até o crescimento dessas necessidades torne recomendável o transporte de águas do rio São Francisco a centenas de quilômetros de distância. Naquele momento em 2003, pelo presidente da CHESF, foi dito que a CHESF é usuária das águas do São Francisco, não é empecilho para a realização da transposição ou de qualquer outro projeto de uso da água que se destine ao bem público. A energia não gerada representa uma perda equacionável, a forma e fontes passíveis de utilização num sistema elétrico brasileiro interligado. Como empresa pública, a CHESF considera importante levantar ponderações tais como: tratar o assunto sob a ótica da oportunidade e do interesse público, importância de explorar os

¹³⁴ Entrevista concedida por CHESF, Representante (CBHSF). Entrevista nº 35 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Recife (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 38'03". Arquivo Pessoal.

¹³⁵ Entrevista concedida por CHESF, Representante (CBHSF). Entrevista nº 35 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Recife (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 38'03". Arquivo Pessoal.

recursos hídricos locais para depois complementar com recursos vindos de outra bacia, necessidade de vincular o projeto de transposição ao projeto de revitalização, afim de que haja sincronidade nas obras de transposição, revitalização da bacia e aumento da vazão regularizada, necessidade de definir efetivamente a aplicação da água que se requer. Na época, uma sugestão de no projeto da transposição também atuar beneficiando a Bahia e Sergipe através do aporte de água do rio Vaza Barris. A CHESF considera o projeto muito importante e coloca-se a disposição para colaborar com a sua engenharia”. Isso foi o posicionamento que a CHESF colocou em 2003 e esse posicionamento foi o que pautou a atuação da CHESF com relação a esse assunto todo esse tempo no Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco ou em qualquer outro ambiente (informação verbal)¹³⁶.

A criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco se deu em um cenário de disputas e críticas estabelecidas em torno da possibilidade da transposição ser aprovada. De certa forma, mesmo que o Comitê não tenha sido criado com o objetivo de discutir a transposição, essa questão estava diretamente ligada aos demais debates e decisões que o Comitê viesse a tomar, como é o caso da elaboração do Plano Decenal da Bacia. Segundo o diretor do CBHSF, já citado:

Foi nesse cenário que nós fomos tomando conhecimento do conteúdo do debate, mas, sobretudo porque cabia ao Comitê do São Francisco, digamos assim, definir no contexto do Plano Decenal os critérios definidores dos usos múltiplos das águas. As possibilidades que o comitê tinha de intervir diretamente no projeto da transposição eram muito limitadas porque o licenciamento ambiental da obra cabia ao Ministério do Meio Ambiente através do Ibama e a outorga também do Ministério do Meio Ambiente, através da Agência Nacional da Água, ou seja, o poder da influência do Comitê nessa questão era mais de ordem política e institucional. Ainda assim, o Comitê tirou uma resolução que determinava que as transposições deveriam ser permitidas apenas para o caso de regiões ou bacias receptoras que apresentassem a necessidade extrema para atendimento de demandas para abastecimento e dessedentação animal. Essa deliberação foi, no entanto, completamente ignorada pelo Governo Federal e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (informação verbal)¹³⁷.

Como demonstramos, outros atores sociais viram na questão da transposição uma motivação para participar do Comitê, pautados na ideia de que, ao combater essa obra, também estariam lutando pela preservação do rio, como foi o caso do presidente da Colônia de Pescadores Z-6- de Juazeiro – BA:

Eu sempre defendi o rio, sempre defendi o rio, porque nós também somos uma área degradada por causa das barragens, foi feita umas barragens malfeitas, sem

¹³⁶ Entrevista concedida por CHESF, Representante (CBHSF). Entrevista nº 35 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Recife (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 38'03". Arquivo Pessoal.

¹³⁷ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

ter uma escada ecológica para os peixes desovar, né. Então eu como um pescador, eu sinto que hoje ninguém sobrevive só do rio, não tem mais peixe, aí eu tomando conhecimento me ingressei. Como fui suplente, agora fui eleito, se não me engano há um mês, como delegado do Submédio justamente para isso, para defender o rio, porque nosso rio não está morrendo, já pode se dizer que quase já está morto, entendeu? Mas tem um jeitinho ainda, né? Mas se todos, se ingressar e lutar a favor dele né, porque senão nosso rio já era, como também os afluentes a gente tem que cuidar (informação verbal)¹³⁸.

Sobre a pesca, cabe ressaltar que, segundo documento elaborado pelo CBHSF, a atividade da pesca encontra-se em processo decadente por diversas razões, dentre elas os barramentos, a poluição oriunda dos esgotos domésticos e de atividades agrícolas e também a incompatibilidade entre a geração de energia pelas barragens e as necessidades ecológicas. Nesse aspecto:

As barragens em cascata, construídas ao longo do São Francisco, reduziram acentuadamente as cheias a jusante, impedindo a inundação das lagoas marginais e, conseqüentemente, a entrada de ovos e larvas de peixes nesses habitats. As lagoas marginais, berçários maiores da vida aquática do rio, estão praticamente destruídas. Além disso, as barragens dificultaram a migração de algumas espécies rio acima, entre elas: piau, matrinhão, curimatá, pacu, pira e as espécies marinhas robalo e pilombeta (CBHSF, 2004: 64).

Apesar dos problemas acima citados, o potencial pesqueiro na Bacia do São Francisco é expressivo, pois há uma crescente produção de peixes em reservatórios, nos quais se desenvolve a aquicultura em gaiolas ou tanques-rede. Embora exista interesse de muitos pescadores tradicionais, a maior parte deles sofrem com tal setor econômico, tendo em vista que a maioria da produção é realizada por iniciativa privada e muitos pescadores deixam de ter a autonomia que a pesca artesanal permitia para serem empregados de médios e grandes aquicultores.

Há certo consenso na opinião dos participantes do CBHSF com relação ao projeto de transposição. O atual presidente do Comitê afirma que

Como membro do Comitê eu sempre me posicionei contrário ao projeto da transposição por considerá-lo insustentável e inoportuno, isso nos termos em que ele foi concebido, em verdade a nossa concepção era de que o projeto de transposição faz parte de uma cultura herdada dos tempos da ditadura que configura uma espécie de megalomania responsável pela construção de mega obras que só trouxeram prejuízos ao país, vide o caso da transamazônica, rodovia do aço etc (informação verbal)¹³⁹.

¹³⁸ Entrevista concedida por COLÔNIA PESCADORES, Z60 Juazeiro (CBHSF). Entrevista nº 03 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 12'23. Arquivo Pessoal.

¹³⁹ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

O ex-assessor do Secretário de Recursos Hídricos de Alagoas, entre 2003-2005, e membro suplente no Comitê como representante da Secretaria de Recursos Hídricos de Alagoas relata que sua primeira participação nas reuniões no Comitê foi durante a segunda plenária realizada pelo CBHSF na cidade de Penedo e, em sua perspectiva,

O pontapé inicial de todo o processo ocorreu exatamente na plenária de outubro de 2003 em Penedo, quando já se falava na questão, quando já se existia o projeto da transposição [...] a gente sentiu que nesse evento de Penedo o governo federal queria aprovar a transposição, tanto que teve o vice-presidente da república na época veio a Penedo. José Alencar, a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva e o Ministro da Integração que na época era o Ciro Gomes. Quando você recebe numa cidade pequena, na cidade de Penedo, todo um status de presidente, fora os presidentes dos órgãos: presidente da CODEVASF, presidente da ANEEL, presidente da Agência Nacional das Águas, um evento importantíssimo. E na verdade eles estavam ali com um objetivo (informação verbal)¹⁴⁰.

Com relação ao posicionamento do Comitê diante do projeto de transposição, o entrevistado acima citado aponta:

É preciso primeiro entender o conceito do processo para depois colocar alguma posição. O Comitê, ele definiu em deliberação (plenário) que é possível fazer a transposição para outra bacia desde que confirmada necessidade, a escassez hídrica naquela bacia receptora com a finalidade de abastecimento humano (informação verbal)¹⁴¹.

Na gestão de 2003-2005, o segmento da Pesca, Turismo e Lazer contava com três representantes titulares e três suplentes divididos entre três regiões da Bacia: um representante titular e um suplente do Médio São Francisco – mais especificamente do estado de Minas Gerais –, dois representantes – sendo um titular e um suplente do Submédio São Francisco, ambos pescadores do estado da Bahia – e dois representantes do Baixo São Francisco – sendo um titular de Alagoas e um suplente de Sergipe. O representante titular do Baixo São Francisco descreveu o processo de debate sobre a transposição junto ao Comitê da seguinte forma:

O Comitê praticamente nunca apoiou diretamente a transposição. Primeiro o comitê só aprovava, que se é água para animal e pra humanidade, então podia

¹⁴⁰ Entrevista concedida por Superintendência de Recursos Hídricos (AL), Representante (CBHSF). Entrevista nº 02 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 03 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'50". Arquivo Pessoal.

¹⁴¹ Entrevista concedida por Superintendência de Recursos Hídricos (AL), Representante (CBHSF). Entrevista nº 02 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 03 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'50". Arquivo Pessoal.

ser gratuitamente, mas se sabe que não é gratuitamente, eles vão cobrar. Essa foi uma das propostas que colocamos no plano de trabalho do comitê, dentro das discussões. O outro era a questão da fiscalização e da pesquisa que o comitê tinha que fazer e a criação de comitês de bacia, né. Comitês de Apas e de rios. E foi criado bastante, então. Eu acho que faltou muito também, mais a união do povo pra cobrar e também fazer manifestos, manifestos nas prefeitura. Aqui praticamente o prefeito apoiou. E quando o Geddel saiu daqui na outra semana já foi aprovado. Aí era a pressão do povo. Embora que nós tava na pressão, no dia que ele veio aqui pra fazer essa reunião, a gente tava quilombola, pescador, professor, todo mundo na frente do banco do nordeste pra fazer a pressão pra que não acontecesse a licença pra continuar a transposição e não teve jeito, não teve jeito e foi esse prefeito que assinou (informação verbal)¹⁴².

Ainda sobre a representatividade do segmento da pesca, o atual Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que também ocupa o cargo de representante deste segmento, afirmou, em seu relato, que o debate sobre a transposição do rio São Francisco ocupou durante muitos anos a agenda do comitê:

Olha, as reuniões foram bastante complicadas, muito difíceis. O Comitê do São Francisco fiou num embate muito grande com o governo federal por conta da transposição, então nós perdemos inclusive muito tempo discutindo esse assunto. Não perdemos tempo, na verdade nós ficamos muito tempo discutindo, tentamos fazer, impetramos processo administrativo, tem 19 ações no supremo tribunal federal, tentamos fazer barrar de todas as maneiras possíveis, porque nós queríamos discutir o projeto (informação verbal)¹⁴³.

Outra questão colocada pelo entrevistado é a de que não houve consulta sobre o projeto de transposição no âmbito do CBHSF. Apesar dos membros entenderem que, por se tratar de um projeto de grande impacto, o comitê deveria ter sido consultado, isso não ocorreu formalmente. Entretanto, o Comitê fez parte do processo a partir do momento em que colocou a questão em debate em suas reuniões e também realizou reuniões com representantes do governo:

O comitê formalmente não foi consultado pelos órgãos que deveriam ser, mas mesmo assim o comitê fez parte do processo, trouxe aqui pela primeira vez num comitê do Brasil, dois ministros de estado e um vice-presidente da república pra discutir o assunto. Tentamos ali colocar, pela primeira vez quem colocou a palavra revitalização do rio São Francisco, fomos nós, na plenária de 2002. Aqui na plenária de Penedo, nós começávamos ali a tentar fazer com que o governo enxergasse que o Rio São Francisco tava morrendo e precisávamos, antes de qualquer coisa, precisávamos de um planejamento estratégico para que pudessemos ter um rio melhor. Então, nós discutimos, foram várias plenárias,

¹⁴² Entrevista concedida por PESCADOR, Representante (CBHSF). Entrevista nº 13 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 02 Arquivos AVCHD (.MTS) 22'21". Arquivo Pessoal.

¹⁴³ Entrevista concedida por CBHSF, Secretaria Executiva Baixo SF, CBHSF de. Entrevista nº 14 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Penedo (AL), 2013. 02 Arquivos AVCHD (.MTS) 22'21". Arquivo Pessoal.

vários assuntos até chegar determinado momento de o Comitê e o Governo Federal meio que se rompe (informação verbal)¹⁴⁴.

O rompimento em relação ao diálogo entre o Comitê e o Governo Federal que foi descrito acima ocorreu devido ao fato de que havia, entre os representantes de diversos Ministérios do Governo Federal – principalmente o Ministério da Integração Nacional, o órgão executor deste projeto –, o posicionamento favorável à sua aprovação, diferente do posicionamento da maioria dos representantes, o que, de certa forma, dificultou o diálogo entre os diversos atores sociais presentes no CBHSF, tornando claros os conflitos de interesses presentes neste órgão, como podemos observar na citação abaixo:

Nas plenárias, a gente via aquela divisão: o pessoal que era do contra e quem era a favor, então, nós víamos muito isto. Então, mas como o Comitê de Bacia é o organismo mais democrático que existe no país, todos tinham direito a mesmo voto, desde o pescador analfabeto ao representante do ministro e ao secretário do estado ou qualquer que seja o grande usuário, então como todos tinham o mesmo, o comitê decidiu contrário à transposição (informação verbal)¹⁴⁵.

Como explicitado no depoimento acima descrito, mesmo as forças divergentes e o peso do interesse do Governo Federal em tornar o projeto de transposição legítimo e, dessa forma, encaminhá-lo a uma aprovação não acuraram o posicionamento contrário dos demais membros do Comitê. A decisão contrária ao projeto é notória, todavia o poder do comitê se limita pelo fato do Governo Federal ter submetido a decisão da aprovação do projeto em outro órgão, que, no caso, foi o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Nota-se assim que o posicionamento crítico ao projeto de transposição é praticamente unânime pelos atores sociais representados no Comitê, desde pescadores, como o já citado representante da Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro, que afirmou em entrevista: “eu participo e participei contra, contra a transposição (informação verbal)¹⁴⁶”; como também o seguimento Hidroviário, em que o representante do Submédio São Francisco, tendo sido eleito representante da Associação dos

¹⁴⁴ Entrevista concedida por CBHSF, Secretaria Executiva Baixo SF, CBHSF de. Entrevista nº 14 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Penedo (AL), 2013. 02 Arquivos AVCHD (.MTS) 22'21". Arquivo Pessoal

¹⁴⁵ Entrevista concedida por CBHSF, Secretaria Executiva Baixo SF, CBHSF de. Entrevista nº 14 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Penedo (AL), 2013. 02 Arquivos AVCHD (.MTS) 22'21". Arquivo Pessoal.

¹⁴⁶ Entrevista concedida por COLÔNIA PESCADORES, Z60 Juazeiro (CBHSF). Entrevista nº 03 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 12'23. Arquivo Pessoal.

Proprietários e Condutores de Barco da Ilha do Rodeador no CBHSF, asseverou que, em sua opinião, a transposição do rio São Francisco é um equívoco do governo federal, em primeiro lugar, pelo custo elevado da obra, além do mau planejamento que acarretou em reconstruções de trechos e um maior gasto para os cofres públicos. Outra questão colocada pelo entrevistado é a de que o rio não tem condições para fornecer água para este projeto, segundo seu depoimento: “Nós estamos com um problema seríssimo no São Francisco: o rio está secando! (informação verbal)¹⁴⁷”. Uma vez que a escassez da água prejudica a navegação que ainda existe,

Então é complicado, a nossa navegação, eu tenho o exemplo: os barcos tão pegando, tão quebrando em bancos de areia, sem conseguir navegar, porque o rio baixou, a vazão é tão baixa que eles não tem condição. Nessa ilha que eu tenho essas embarcações da associação, é frequentada no final de semana prolongado por mais de 4 mil pessoas, envolve essa ilha, uma população, uma média de emprego de mais de mil pessoas, emprego direto e indireto. A qualquer momento nós podemos perder esse turismo, por exatamente não ter condições de navegar, então a situação é grave (informação verbal)¹⁴⁸.

De acordo com o ex-secretário executivo do CBHSF¹⁴⁹, a criação do comitê está diretamente vinculada à atuação dos movimentos sociais contrários à transposição do rio São Francisco. Para ele, esse processo significou que a sociedade compreendeu a importância da criação do comitê, pois seria um espaço de atuação da sociedade em que estariam reunidos os diversos movimentos sociais existentes principalmente no submédio e no baixo São Francisco. Ao mesmo tempo, a criação do Comitê poderia significar uma forma de legitimação da transposição:

Então, uma das motivações para a criação do comitê, eu não tenho dúvidas que foi a transposição. Pelo lado do governo também existia uma outra motivação que quando a transposição foi abordada na época do anterior presidente da república, nesse momento ele criou também o Comitê do rio São Francisco, pois precisava ter a aprovação do comitê para poder aprovar a transposição, para poder o projeto seguir em frente. Então, do lado das pessoas interessadas na própria transposição tinha também uma motivação para criar o Comitê e claro que eles previam que iam dominar a situação, que o comitê ia aprovar. Então o comitê já nasceu sob o signo da transposição, isso é uma coisa importante, e

¹⁴⁷ Entrevista concedida por NAVEGAÇÃO, Representante. Entrevista nº 06 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 18'56". Arquivo Pessoal.

¹⁴⁸ Entrevista concedida por NAVEGAÇÃO, Representante. Entrevista nº 06 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 18'56". Arquivo Pessoal.

Entrevista concedida por CBHSF, Secretaria Executiva. CBHSF nº 17 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Aracaju (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 1h16'23". Arquivo Pessoal.

dominou realmente. A primeira etapa da vida do comitê, foi muito dominada por essa polêmica (informação verbal)¹⁵⁰.

Observamos que existem dois processos dinâmicos em relação ao Comitê. Um deles é o processo de luta e disputas internas, que diz respeito à representatividade, ou seja, ao número de representantes de cada setor e, assim, ao poder que estes exercem dentro do comitê. Nesse aspecto, um dos representantes do setor da sociedade civil, mais especificamente do segmento dos povos indígenas, fez uma crítica em relação ao pequeno número de representantes desse segmento no Comitê; o número de representantes vinculados aos órgãos institucionais é muito grande se comparado, por exemplo, ao número de representantes das comunidades tradicionais. Esse fato estimulou um processo de luta por ampliação das vagas dos representantes indígenas e quilombolas com objetivo de ampliar a participação desses atores sociais junto ao comitê.

Esse fato é fundamental para a nossa reflexão, pois, ao discutirmos a questão da representatividade dos atores sociais num espaço público criado para ser um fórum de debate e decisões, configurando-se em elemento fundamental para o exercício da democracia participativa, no sentido de que tem um caráter parlamentar com relação à gestão das águas, é necessário que a sociedade esteja efetivamente representada para que se configure de tal forma.

Entretanto, ao observarmos os dados sobre os representantes junto ao Comitê, notamos que esse processo de representação e conseqüentemente de participação é contraditório, pois notamos que alguns setores da sociedade ocupam maior espaço dentro do Comitê. Conseqüentemente, esses setores representam determinadas classes e frações de classes sociais e, no processo de debate, vão naturalmente defender seus interesses. Quando não existe uma igualdade no número de atores sociais de forma proporcional entre os diferentes setores da sociedade, pode-se observar uma fissura na estrutura de uma participação igualitária, o que permite a imposição de interesses de apenas alguns setores da sociedade, os quais, muitas vezes, podem ter apoio institucional do Estado.

Nesse caso específico, o conflito gerado pela desigualdade na representatividade dos setores e de seus atores sociais e, conseqüentemente, na participação, desencadeou

¹⁵⁰ Entrevista concedida por CBHSF, Secretaria Executiva. CBHSF nº 17 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Aracaju (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 1h16'23'' Arquivo Pessoal.

um processo de organização e luta do movimento indígena para obter maior representatividade junto ao comitê. Essa situação pode ser ilustrada pela fala seguinte:

[...] o comitê de bacia era contra a transposição, mas o que eu vejo, o que eu via é que por traz tinha a ANA, a Agência Nacional das Águas, e quando ela financiava as reuniões, e quando foi para o estudo da gestão da água, parecia que ficavam a favor da transposição e os recursos que diziam que com as arrecadações seriam para a revitalização do rio não aconteceram. Procura-se aqui na região onde houve revitalização e não houve [...] os comitês de bacia junto com a ANA, porque a ANA tinha uma representação no comitê de bacia, o número maior de representante do comitê da bacia era o estado de Minas Gerais [...] e do governo, então enquanto o índio tinha somente uma representação, tinha a representação de todos os ministérios e a Funai não representa o povo indígena, a Funai representa o governo federal, representa a União. Aí você vai: o Ministério da Integração, representa a União, você procura a CHESF, seu interesse é privado, a ANA também (informação verbal)¹⁵¹.

No que tange ao processo de escolha do representante dos indígenas junto ao Comitê, segundo a entrevistada, foi realizada uma reunião na Ilha de Assumpção, em Pernambuco, na qual se decidiu o representante que participaria da primeira gestão do Comitê. Na gestão seguinte, os indígenas começaram a reivindicar mais cadeiras para o seu segmento:

Durante o governo Lula, surgiu o desejo de aumentar a representação indígena junto ao Comitê, mas o regimento não tinha essa abertura. Aí todos vieram tanto o pessoal do Ministério Público, da ATR¹⁵², que é em Salvador, a própria ANA e outras pessoas representantes do comitê. Colocaram na ata que mesmo não tendo abertura para aumentar a representatividade que dariam condições de mais duas pessoas, que no caso era eu e a Cristiane Julião, pra gente ficar eles assumindo nossas despesas de transporte e hospedagem pra gente acompanhar o ritmo do debate e da construção dessa nova história do Comitê da bacia (...) quando na segunda representação do Comitê, a gente já votou com base na convenção 169 da OIT, nós tivemos já pra ampliar uma vaga, mais uma pra indígena e criar uma para quilombola que não tinha. Eu que fiz a defesa, eu e Marcos Sabaru e depois surgiu outra vaga. Depois em Piranhas foi criada a Câmara técnica de comunidades e povos tradicionais, aí eu fiquei presidindo a câmara técnica, eu e outros indígenas. E nesse contexto houve lutas e lutas, pela demarcação, porque o marco histórico dos povos indígenas é a demarcação da terra. Com relação às terras indígenas, o governo não faz nada porque tem interesses além da transposição de construir outras barragens¹⁵³ (informação verbal)¹⁵⁴.

¹⁵¹ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

¹⁵² Associação dos Advogados da Terra.

¹⁵³ Durante uma das viagens de campo, realizada em julho de 2015, obtive informações, através de relatos feitos pela população local, de que existem dois projetos de barragem sendo elaborados para a região, que, segundo essas pessoas, encontram-se em período de pré-execução, em que medições da área estavam sendo realizadas por funcionários do Ministério da Integração nos municípios de Santa Maria da Boa

Da mesma forma, outro indígena, representante da etnia Truká, relata todo o processo de luta para a ampliação da participação dos povos indígenas junto ao Comitê:

A gente foi indicado pelos índios da bacia do São Francisco. A gente teve lá durante dois mandatos, o povo Truká já teve quatro mandatos no Comitê de Bacia. O primeiro índio foi Truká, foi Ailson dos Santos, meu irmão, que ficou lá pó dois mandatos. E durante esses quatro mandatos o que a gente conseguiu nesse comitê foi ampliar a vaga de uma para duas das populações indígenas e garantir uma vaga para população quilombola. Mas o comitê de bacia, ele é um instrumento muito político, é muito manipulado pelo governo, então o próprio governo é quem banca as reuniões do comitê de bacia, é quem elege seus presidentes, a gente tá lá dividido em segmentos, né. E aí os segmentos do governo geralmente dominam e aprovam tudo aquilo que é de interesse do governo. Então no comitê a gente vê a questão de uma posição contrária à transposição, a da revitalização, mas isso pra mim no meu entendimento, pelo menos nos dois mandatos que a gente teve lá isso serve muito de fachada, até mesmo porque o comitê ele serve mesmo pra fazer política, serve mesmo para viabilizar ou tentar minimizar o impacto do projeto de transposição na visão da sociedade brasileira, do povo brasileiro, na verdade é um jogo de carta marcada (informação verbal)¹⁵⁵.

Não foram apenas os indígenas que lutaram para a ampliação da representação junto ao Comitê. Outros representantes da Sociedade Civil fomentaram essa luta, como podemos verificar no relato abaixo:

Nós lutamos muito com relação à questão da representação, para aumentar a representação da sociedade civil e conseguimos sucesso nisso aí. Junto com representantes da Bahia e Minas Gerais a gente colocou um terço praticamente dentro do Comitê da sociedade civil. E no Baixo São Francisco, num primeiro momento, a proposta da ANA era de dividir o comitê de acordo com a área da bacia. O baixo São Francisco ficaria talvez com o Governo do Estado, um prefeito e um representante da sociedade civil por dois estados, é uma representação mínima e nós conseguimos virar o jogo, levamos a proposta pra lá e dissemos: não tem que ser o contrário, tem que ver a menor região da bacia, que no caso é o Baixo São Francisco, que o menor tinha que estar representado, depois fazia uma regra ao contrário, não era do maior para o menor e sim do menor para o maior. E conseguimos sucesso em negociar essa ideia. Tem um representante da sociedade civil de Sergipe, um de Alagoas, um representante da pesca. Com isso o Baixo São Francisco, de 4 representantes passou a ter 12. E os principais usuários, pescadores, enfim representantes dos usuários, dos

Vista (PE) e Orocó (PE). De acordo com os moradores, os dois são projetos para construção de barragens que servirão como reservatório de água para o abastecimento do Canal do Eixo Norte da transposição, tais barragens, se vierem a ser construídas, inundarão terras indígenas da etnia Tumbalalá e da etnia Truká.

¹⁵⁴ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

¹⁵⁵ Entrevista concedida por INDÍGENA (Truká), Liderança. Entrevista nº 24 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2014. 03 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 36'01". Arquivo Pessoal.

prefeitos, representantes da sociedade civil estariam contemplados (informação verbal)¹⁵⁶.

Como pode ser notado, o projeto de transposição do rio São Francisco foi tema central da agenda do CBHSF durante muito tempo. Mas não só isso, na verdade, a transposição foi uma espécie de temática unificadora dos atores sociais, sendo que, para aqueles que se colocavam contrários à execução dessa obra, ela significou uma peça fundamental de resistência. A disputa entre os atores sociais por espaço de participação configurava-se não só no posicionamento bilateral entre os atores do comitê, bem como, conforme já verificamos, no número de representante de cada segmento, no processo de ampliação e também no número de representantes por região.

Segundo Fontes (2008), a transposição das águas do rio São Francisco se configura como o maior conflito de uso de águas na história brasileira, pois envolve diretamente dez unidades da Federação. Entretanto, consoante o seguinte depoimento: “A transposição foi uma peça de resistência muito importante. Durante muito tempo o baixo São Francisco foi uma porção fundamental, digamos assim, no equilíbrio político dentro do Comitê e teve muita influência nessas negociações” (informação verbal)¹⁵⁷.

Portanto, apesar do projeto estar relacionado com toda a bacia do São Francisco, as regiões que estiveram mais organizadas em torno do debate foram as regiões do Submédio e Baixo São Francisco. Nesse aspecto, podemos afirmar que a participação dos atores do Baixo São Francisco foi fundamental para os posicionamentos com relação ao projeto de transposição.

2.3.3 Os atores e seus posicionamentos: a quem a transposição interessa?

O processo é dinâmico e a organização da luta contra a transposição do rio São Francisco possui várias facetas. Uma delas diz respeito aos atores sociais que veem a transposição como mais um elemento de destruição do rio São Francisco. No segmento Sociedade Civil, há algumas Organizações Não Governamentais, como é o caso do Conselho Popular de Petrolina, que esteve no Comitê durante a gestão (2003-2005)

¹⁵⁶ Entrevista concedida por CBHSF, Secretaria Executiva. CBHSF nº 17 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Aracaju (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 1h16'23" Arquivo Pessoal.

¹⁵⁷ Entrevista concedida por CBHSF, Secretaria Executiva. CBHSF nº 17 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Aracaju (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 1h16'23" Arquivo Pessoal.

como suplente¹⁵⁸ da entidade Diaconia, ambas do estado de Pernambuco. Essa entidade posicionou-se contrária à transposição do rio São Francisco, pois, em sua perspectiva, a transposição vai beneficiar o interesse do grande capital, e não do povo do semiárido:

A gente sempre viu a transposição como uma obra mais do interesse do grande capital do que do interesse realmente do nordestino, do pessoal do semiárido. A gente era contra essa obra porque a gente sabe que o rio São Francisco já sofreu muitas agressões e essa é assim mais uma agressão. É mais uma agressão ao rio São Francisco e não vai resolver o problema da seca no sertão e nem no nordeste. Essa água pode chegar a alguns, digamos, fazendas, indústrias, como tem proposta de criação de camarão. Mas pra resolver o problema da seca não resolve. Até porque a gente mora na beira do São Francisco e várias cidadezinhas que estão à beira do São Francisco precisa de carro pipa pra levar água a 5km. Então se fosse o fato da água passar perto da sua propriedade, quem estivesse a margem do rio São Francisco não tinha problema de seca, né? Problema de falta d'água. Então a gente nunca ficou convencido dessa proposta de que essa obra iria realmente resolver o problema da seca, pelo menos parcialmente, o problema de abastecimento de água no nordeste. Então a gente sempre se posicionou contrário a isso e continuamos (informação verbal)¹⁵⁹.

Para a representação indígena, que também se colocou contra o projeto, os beneficiados dessa obra serão o agronegócio e a construção civil:

Quem vai pagar o preço dessa água para chegar lá? A quem vai beneficiar? Só ao agronegócio e às empreiteiras! As grandes empreiteiras que fizeram seus conchavos e devem ter superfaturado as obras. No meu pensamento a transposição foi um sonho idealizado e alguém queria tirar do papel e Lula queria ser essa pessoa, um nordestino, um pernambucano, então ele acreditava que era o marco da história dele da gestão dele: a transposição [...] eu acredito que é muito difícil ficar como marco da gestão dele, pelo contrário, para os povos indígenas, o governo Lula ele se acaba na transposição do rio São Francisco, junto do povo Tumbalalá e Truká, porque ele fez de forma arbitrária, sem consulta prévia, ele feriu a lei, tanto da constituição brasileira, como a lei 169 da OIT¹⁶⁰ (informação verbal)¹⁶¹.

Na mesma perspectiva, o representante dos indígenas durante a gestão (2005-2007) do Comitê declarou quais são os setores interessados nesta obra:

¹⁵⁸ Segundo a entrevistada, o processo de escolha dos representantes do Comitê se dá em várias etapas, num processo de seleção em que as entidades inscritas devem se enquadrar nos critérios estabelecidos pelo estatuto do Comitê, após serem selecionadas, devem participar de uma reunião em que todos os interessados deverão votar e escolher as entidades representativas do seu segmento.

¹⁵⁹ Entrevista concedida por Sociedade Civil, Conselho Popular de Petrolina. Entrevista nº 26 [jan.2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Petrolina (PE), 2014. 03 Arquivos AVCHD (.MTS) 28'35". Arquivo pessoal.

¹⁶⁰ Em 2002, o Brasil ratificou Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho por meio do decreto legislativo n. 143, em vigor desde 2003. A Convenção trata dos direitos do povos indígenas e tribais. Documento disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf

¹⁶¹ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

Ah, a transposição ela vai servir ao agronegócio, né! Eu não vejo nem outros setores, eu acho que o grande empreendimento aí de fato é beneficiar o agronegócio. Então a gente dizer que nós vivemos a margem do São Francisco, aqueles que sempre conviveram no semiárido irão ser beneficiados com essa água, isso é mentira sem cabimento, né! A gente sabemos que no Ceará, na Paraíba já alguns países como Japão, Estados Unidos, China tem sondado já essa questão das terras em torno do projeto de transposição dos dois eixos. O estado do Ceará é o mais avançado né! Porque todos os políticos do Ceará se uniram nesse grande projeto de levar a água do São Francisco pra lá. Então, hoje o Ceará além do Castanhão já tem o cinturão das águas cortando todo o estado, fazendo do Ceará uma grande ilha. Então, assim Pernambuco é ao nosso ver o estado que sai menos beneficiado com isso tudo, vai ser o doador de uma coisa que amanhã ou depois não vai ter controle nenhum, né? E que não vai pertencer ao nosso estado ou a quem vive aqui opinar a respeito de que forma essa água deve chegar ou de que forma a gente deve garantir a vida do rio (informação verbal)¹⁶².

Para o segmento da Pesca, as disputas e interesses dentro do Comitê eram bem claras. Muitos afirmam que a Companhia de Hidroeletricidade do São Francisco, a CHESF, era uma das maiores interessadas na aprovação do projeto. Representante do setor de Usuários, a CHESF controla a vazão de água do São Francisco com o objetivo de geração de energia e, como já exposto neste texto, a empresa não via nenhum empecilho na execução deste projeto. Entretanto, as tensões entre os atores sociais são claras: para o Presidente da Colônia de Pescadores Z-60 do município de Juazeiro – BA, a defesa da transposição é feita pelos grandes empresários, os órgãos do governo, com propósitos além da obra em si:

Os que defendem é sempre os grandes, como por exemplo, a CHESF mesmo, entendeu? IBAMA, essas coisas tudo defende e tudo é política, tudo é política. Quem tava no poder, quem teve os cargos, vai sempre tá do lado da política, como eu lhe disse o presidente Lula pra mim é um traíra, sabe. Fez essa jornada de Minas até aqui, ele era contra com a Diocese, contra! E depois foi eleito, ele que fez (informação verbal)¹⁶³.

Ele complementa afirmando que, em seu ponto de vista, existem interesses eleitoreiros em torno dessa obra:

É uma obra eleitoreira, como eu lhe disse. Aqui a dez quilômetros do rio tem gente morrendo de sede, né? Então é eleitoreira essa obra aí [...] pode ser que não chegue não, entendeu? E pode como já recomeçou pra eleição do ano que

¹⁶² Entrevista concedida por INDÍGENA (Truká), Liderança. Entrevista nº 24 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2014. 03 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 36'01''. Arquivo Pessoal.

¹⁶³ Entrevista concedida por COLÔNIA PESCADORES, Z60 Juazeiro (CBHSF). Entrevista nº 03 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 12'23. Arquivo Pessoal.

vem, depois para de novo e como também algumas coisas tão sendo refeita de novo o que fizeram dentro da obra, canal assim, tão refazendo de novo, entendeu? Que é prejuízo de investimento das coisas erradas que faz aí, quando tá a época de eleição refaz de novo (informação verbal)¹⁶⁴.

O atual Secretário Executivo do CBHSF também defende a ideia de que a transposição vai beneficiar poucas pessoas, principalmente os grandes proprietários de terra, produtores do setor da fruticultura irrigada e também criadores de camarão do estado do Ceará. Tal como outros atores que já apontaram a problemática da dificuldade do acesso à água pelos moradores da bacia, o entrevistado afirmou que:

[...] a população da beira do rio passando sede e nós vamos levar a quantos quilômetros água do São Francisco a um custo altíssimo essa água! Quem vai pagar a conta dessa água é a população de todo o país! Não serão esses usuários. Essa obra tá custando muito caro para o bolso, para nós brasileiros, ela já foi orçada num valor, agora já está quase o triplo do valor inicial e deverá aumentar, porque a operação disso ainda é um imbróglio. Quem vai operar essa obra? Vai ser a CODEVASF? Vai ser outra empresa privada? Quem vai operar? E os custos dessa operação anual é uma caixa preta que não se diz a ninguém. [...] Se for, por exemplo, pra irrigação o valor deverá ser quadruplicado, pela deliberação que o comitê já deliberou. Hoje nós cobramos mesmo com a água da transposição como se fosse uma água pra abastecimento, porque ainda não está em operação, mas quando for operar, essa água vai ser muito cara. E os custos de energia? E os custos de operação? Então isso tudo precisa ser refletido, a população precisa ter conhecimento de tudo isso, é muita água, 127 m³ de água por segundo é muita água! (informação verbal)¹⁶⁵

Segundo documento elaborado pelo CBHSF, no ano de 2004, avaliou-se a cobertura média de rede de água em toda Bacia de 94,8%. Todavia, esse valor elevado – superior à média Brasileira – deve-se aos altos índices de cobertura dos municípios de médio e grande porte, como por exemplo Belo Horizonte e Contagem. Contraditoriamente, existem na Bacia do rio São Francisco, 17 municípios com baixíssima cobertura de rede de água – menor que 60% –, principalmente nos estados de Pernambuco e Alagoas, como podemos verificar na citação abaixo:

O déficit total de atendimento com rede de água, considerando-se como alvo a universalização dos serviços, corresponde a 494.016 hab. Analisando-se os dados elaborados por estrato populacional, observa-se que a faixa entre 5.000 e 30.000 habitantes é a que apresenta o maior déficit de cobertura (2,26% da população urbana na Bacia) (CBHSF, 2004: 47).

¹⁶⁴ Entrevista concedida por COLÔNIA PESCADORES, Z60 Juazeiro (CBHSF). Entrevista nº 03 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 12'23. Arquivo Pessoal.

¹⁶⁵ Entrevista concedida por CBHSF, Secretaria Executiva Baixo SF, CBHSF de. Entrevista nº 14 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Penedo (AL), 2013. 02 Arquivos AVCHD (.MTS) 22'21". Arquivo Pessoal.

O representante do segmento da Sociedade Civil, do setor denominado Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa, e professor da UFRPE, Campus de Serra Talhada, afirma que:

O eixo norte vai levar água para o Ceará, que tem muita água, e o discurso das pessoas que defendem a transposição é de que os açudes no semiárido são vulneráveis e evaporam muito e aproveitam pouca água que acumulam. Ora, mas o governo do estado tá construindo outro açude aqui (PE). O que a gente tem, hoje a gente tem 70 mil açudes, é uma capacidade de armazenamento de água enorme, mas política para cuidar disso não tem. Mas isso já estava antes da transposição, já estava (informação verbal)¹⁶⁶.

Esse posicionamento vai ao encontro da observação feita pelo atual presidente do CBHSF, ao identificar que a transposição, se concluída, levará água para lugares onde já existe água. Ademais, há alternativas para sanar as necessidades hídricas do nordeste setentrional que são mais viáveis que a transposição:

[...] a grande questão embutida na polêmica não dizia respeito propriamente à possibilidade de se fazer transposição de águas, mas sim ao custo benefício dessa obra. Quer dizer, na visão do Comitê, a obra era sinônimo de desperdício de recurso público, porque soluções bem mais viáveis, de baixo custo e de retorno mais rápido são possíveis, vide por exemplo, o projeto Atlas¹⁶⁷ do Nordeste concebido pela própria ANA (informação verbal)¹⁶⁸.

A representante¹⁶⁹ do Setor Hidroelétrico, funcionária da CHESF, destaca a importância do projeto de transposição para viabilizar o desenvolvimento econômico e social para a região semiárida do nordeste setentrional, principalmente para o estado da Paraíba.

O posicionamento de defesa ao projeto feito pelo ex-Secretário Adjunto de Recursos Hídricos de Pernambuco, representante do segmento Poder Público Estadual junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, é de defesa do projeto no sentido de que esta obra levará desenvolvimento para o nordeste setentrional por meio

¹⁶⁶ Entrevista concedida por EDUCAÇÃO, Representante 2 (CBHSF). Entrevista nº 28 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Serra Talhada (PE), 2014. 04 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 42'36". Arquivo pessoal.

¹⁶⁷ O Atlas do Nordeste é um projeto da Agência Nacional das Águas. Os estudos do Atlas apontam alternativas de abastecimento de água para os municípios urbanos com população acima de cinco mil habitantes. As águas utilizadas seriam de mananciais já existentes e o custo para a sua realização seria duas vezes menor que o da transposição (LISBOA, 2008).

¹⁶⁸ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

¹⁶⁹ Entrevista concedida por CHESF, Representante (CBHSF). Entrevista nº 35 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Recife (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 38'03". Arquivo Pessoal.

do setor agroexportador, a exemplo da região de Petrolina (PE). Para tanto, a água canalizada será utilizada para a irrigação das grandes plantações:

[...] a irrigação traz tudo acoplada a ela, por isso gera riqueza. O rio São Francisco significa vida, o rio São Francisco é o diferencial porque ele traz desenvolvimento ele gera riqueza. Quando bem explorado ele traz todos os segmentos do desenvolvimento (informação verbal)¹⁷⁰.

A afirmação acima demonstra a opinião dos ribeirinhos de que a transposição beneficiará os grandes agricultores em detrimento dos pequenos agricultores. Tal situação pode ser observada na fala a seguir: “Pra mim, os criadores de camarões e os agricultores, né? Os grandes agricultores, não os pequenos [...] pelo conhecimento aqui, é no Ceará”¹⁷¹.

O representante do segmento dos Hidroviários também demonstrou posicionamento contrário ao projeto de transposição, além de ter questionado a viabilidade da obra e suas contradições:

O governo quando apresentou o projeto seria exatamente água para consumo humano que é mais do que justo, mas na verdade, na verdade se você analisar, o objetivo não é esse, o objetivo foi desviado para atender outros órgãos, entendeu? Que não é consumo humano [...] Tirar água da onde? Se o rio não tem água, onde é que vai tirar essa água? Por menor que seja a transposição, hoje no rio São Francisco, ele não tem mais capacidade [...] você vê que o maior lago do país que é o lago de Sobradinho e ele tá com 23% de sua capacidade, ele tá recebendo hoje em torno de 800 m³/s e está liberando pra geração 1500 m³/s. Então é só fazer essa conta: é quase que a metade recebendo e é quase a metade liberando. Então não precisa ir longe né? Já disse tudo! Precisa se levar a sério essa situação! Eu sempre digo: o Governo Federal, ele tem que arranjar outras maneiras, outros meios alternativos de energia e guardar água pra população, o principal é isso (informação verbal)¹⁷².

Nesse aspecto, segundo documento elaborado pelo CBHSF (2004:61) a respeito do Plano Decenal:

São precárias as condições atuais de navegabilidade do rio São Francisco. O rio, que sempre foi navegado sem maiores restrições entre Pirapora e Petrolina/Juazeiro (1.312km), no médio curso, e entre Piranhas e a foz (208km), no baixo curso, hoje só apresenta navegação comercial no trecho compreendido

¹⁷⁰Entrevista concedida por CODEVASF/SRHPE, Representante (CBHSF). Entrevista n° 25 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Petrolina (PE), 2014. Entrevista anotada em caderno de campo. Arquivo Pessoal

¹⁷¹Entrevista concedida por COLÔNIA PESCADORES, Z60 Juazeiro (CBHSF). Entrevista n° 03 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 12'23. Arquivo Pessoal.

¹⁷²Entrevista concedida por NAVEGAÇÃO, Representante. Entrevista n° 06 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Juazeiro (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 18'56''. Arquivo Pessoal.

entre os portos de Muquém do São Francisco (Ibotirama) e Petrolina/Juazeiro. Mesmo neste trecho, a navegação vem sofrendo revezes por deficiência de calado. Isso ocorre tanto na entrada do lago de Sobradinho, onde um intenso assoreamento multiplica os bancos de areia e altera as rotas demarcadas pelo balizamento e sinalização, e no trecho imediatamente a jusante da eclusa de Sobradinho, onde a instabilidade de operação da usina hidrelétrica altera frequentemente as profundidades disponíveis.

Para os indígenas da região, os grandes beneficiados pela obra são as empreiteiras, a elite local, assim como políticos locais:

[...] o que veio beneficiar foram às empreiteiras, as grandes empreiteiras que vieram aqui de uns consórcios, que o prefeito era louco por esses consórcios. Outro pessoal assim que o povo chama de elite de Cabrobó, os grandes aluguéis que alguém pegou, dois anos, três anos, quatro anos. Então veio beneficiar quem? As empreiteiras, dos consórcios que vieram pra aqui e o agronegócio¹⁷³.

Do ponto de vista técnico exposto no projeto oficial, os principais beneficiários seriam a população rural e urbana do semiárido, que possui dificuldade no acesso à água, e também atuaria na complementação do abastecimento de grandes cidades como Fortaleza (CE) e Campina Grande (PB). Entretanto, outro ponto polêmico colocado pelo entrevistado a seguir é a questão da irrigação:

Fala-se no projeto de irrigação e é essa a grande polêmica: por que irrigar a 700, 800 km e não irrigar a 60 km, 80 km? [...] Então fica essa pergunta: por que não priorizar a irrigação na bacia? Então um dos beneficiários seria isso: de que seria através do rio São Francisco exportar água através de fruticultura, né? Plantação de melão, de melancia, lá no nordeste setentrional. Nós temos áreas boas para fazer esse tipo de irrigação, então esse seria o maior digamos assim beneficiário: o setor dos usuários [...] seria o benefício de grandes empresários lá em cima no nordeste setentrional, do setor público para o setor privado [...] nós não temos ninguém beneficiado ainda porque o projeto ainda está em obra (informação verbal)¹⁷⁴.

Por último, mas não menos relevante, está o posicionamento de alguns atores sociais, os quais entendem que se o projeto de transposição beneficia empresas na área da construção, pode favorecer determinados políticos da região:

a questão do financiamento político, que ela proporciona também, não só diretamente, financeiramente, mas indiretamente, quem você acha que é empregado como peão de obra, na obra da transposição? Eu já trabalhei na Odebrecht e eu sei como a gente contratava, você não precisa ter capacidade

¹⁷³ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

¹⁷⁴ Entrevista concedida por Superintendência de Recursos Hídricos (AL), Representante (CBHSF). Entrevista nº 02 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 03 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'50". Arquivo Pessoal.

técnica pra ser um peão de obra, muitas vezes a coisa acontece pela indicação: o prefeito tá mandando tantas pessoas e a gente absorve.¹⁷⁵

O posicionamento praticamente unânime dos membros do CBHSF é claro. O Comitê se posicionou, apesar de conflitos internos, de forma contrária ao projeto de transposição ao definir junto ao Plano Decenal da Bacia que as águas utilizadas fora dela devem ser para locais com comprovada escassez e apenas para utilidade humana e dessedentação animal. Esse fato talvez tenha desencadeado a ação centralizadora do governo federal, ao desconsiderar tal resolução do Comitê e encaminhar a decisão sobre a aprovação do projeto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Tal estratégia autoritária configura-se em uma ação centralizadora e antidemocrática por parte do Governo Federal. Esse fato defronta a Lei das Águas que, ao instituir um organismo de bacia como o comitê, visava promover a participação da sociedade e conseqüentemente o exercício político da democracia. Nesse sentido, concordamos com Santos (2006) quando afirma que esse é um exemplo de que não estamos diante de um processo de descentralização do poder, visto que, diante de um processo de conflito de interesses, predomina o interesse de um pequeno grupo em detrimento da maioria.

A ação centralizadora e autoritária do Governo Federal, via Conselho Nacional de Recursos Hídricos, legitimada e ratificada pelo Ministério do Meio Ambiente, reforça a ideia de que realmente a população do semiárido dita como prioridade de abastecimento de água não é realmente o foco do projeto. Essa questão pode ser observada na fala do atual Presidente do CBHSF:

Na minha percepção, que era compartilhada pela maioria do comitê, a transposição atendia, sobretudo a interesses políticos eleitorais, às ambições de ganho fácil das grandes empreiteiras nacionais e sobretudo ao agronegócio de exportação frutífera do estado do Ceará. Ou seja, trocando em miúdos, em termos hídricos, a transposição não se destina – como foi alardeada à época pelo Governo Federal a matar a sede dos sertanejos do nordeste setentrional. Em verdade ela irá dar, ela irá levar água ali onde a água já existe que é o Vala do Jaguaribe, o que denota aquilo que eu disse antes: o objetivo da água não é matar a sede. É importante notar que a posição do Comitê não era dogmática, fundamentalista, o Comitê sempre admitiu que estava disposto a dialogar sobre as demandas que seriam atendidas pelo eixo leste da transposição, o que poderia ser resolvido com uma adutora, por exemplo. Porém, o eixo norte esse sim era totalmente inaceitável como solução para os problemas do semiárido, isso é importante pra não dizer que o comitê era contra, o comitê sempre esteve

¹⁷⁵ Entrevista concedida por EDUCAÇÃO, Representante 1 (CBHSF). Entrevista nº 27 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Serra Talhada (PE), 2014. 05 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 47'49''. Arquivo Pessoal.

disposto a esse diálogo. Apesar disso, o Governo Federal nunca abriu uma discussão com o Comitê a respeito da concepção da obra (informação verbal)¹⁷⁶.

Entretanto, os arranjos políticos que objetivaram a legitimação da aprovação do projeto ocorreram dentro e fora do Comitê. Segundo o ex-Secretário Executivo da gestão (2005-2007), ao aprovar outras transposições, o governo acabou manipulando a legitimação do projeto em questão. Fora do comitê, ao fazer campanhas publicitárias, o governo manipulou a opinião pública.

Para Fontes (2008), a ênfase feita pelo Governo federal em garantir que o projeto iria beneficiar a população do semiárido setentrional acabou reduzindo o semiárido brasileiro à sua metade setentrional, pois o projeto desconsidera a outra metade da população do semiárido que está na Bacia do Rio São Francisco. Entretanto, “muitas das cenas utilizadas na televisão para mostrar o drama da seca e sensibilizar para a urgência da transposição foram gravadas a pequena distância do Rio São Francisco” (FONTES, 2008: 223).

Existe uma dicotomia estabelecida entre os atores sociais envolvidos no debate sobre a transposição: de um lado, estariam os atores sociais que se posicionaram contrários ao projeto, pois são moradores da Bacia do rio São Francisco e defendem seus interesses sobre as suas águas; e de outro, aqueles que defendem a transposição como alternativa de abastecimento do nordeste setentrional. Contudo, no âmbito do CBHSF, há uma dicotomia estabelecida de outra forma: entre aqueles atores sociais que representam a sociedade, contrários ao projeto, e aqueles que representam os interesses do Governo Federal, favoráveis ao projeto. Em outras palavras, os interesses se dividem entre os atores que representam a sociedade e os atores sociais que representam os interesses do Governo Federal.

2.4 As estratégias de debate e luta contra a transposição

2.4.1 O plano decenal

No dia 29 de julho de 2004, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco aprova o Plano da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, por meio da

¹⁷⁶ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

Deliberação CBHSF nº 07 dessa mesma data em reunião plenária realizada em Juazeiro (BA). Esse documento foi elaborado com apoio e participação da Agência Nacional das Águas (ANA). Sobre o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – PBHSF (2004-2013), podemos observar que

tem como meta principal definir uma agenda para a Bacia Hidrográfica, identificando ações de gestão, programas, projetos obras e investimentos prioritários, num contexto que inclua os órgãos governamentais, a sociedade civil, os usuários e as diferentes instituições que participam do gerenciamento dos recursos hídricos, de modo a contribuir com o desenvolvimento sustentável da Bacia (CBHSF, 2004: 04-05).

Do ponto de vista do assunto desta tese, o Plano Decenal (2004-2013) é de extrema importância, pois foi por meio desse instrumento que o Comitê pôde interferir nas questões que envolvem o chamado Projeto de Integração de Bacias, no caso, o Projeto de Transposição do rio São Francisco. Nesse aspecto, o atual presidente do CBHSF relatou que a transposição:

[...] nunca esteve no âmbito do comitê. A única coisa que o governo tratou no comitê através da ANA foi o Plano Decenal, que, apesar das suas prerrogativas em termos de definição dos critérios para uso múltiplo, não tem digamos assim, nenhuma junção direta, nem na outorga e nem no licenciamento ambiental da transposição. Onde ele pode ter decisão foi através dessa resolução: que a transposição seria apenas para atender a demandas de abastecimento humano e dessedentação animal (informação verbal)¹⁷⁷.

Esse documento é baseado no princípio da Lei 9433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo com um dos seus princípios a adoção da bacia como unidade de planejamento e, dessa forma, a possibilidade da criação dos comitês de bacia, como já foi descrito anteriormente. É nesse contexto que

a Bacia Hidrográfica do São Francisco se constitui em unidade especial de planejamento do desenvolvimento do País, das mais ricas em recursos naturais renováveis e não-renováveis, principalmente quando se consideram os usos múltiplos da água dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (CBHSF, 2004: 03).

A elaboração do Plano Decenal foi uma reivindicação do Comitê durante a II Plenária do Comitê realizada no ano de 2003 na cidade de Penedo (AL), ocasião em que estiveram presentes diversas autoridades, inclusive a Ministra do Meio Ambiente, na

¹⁷⁷ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

ocasião Marina Silva, o então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, assim como o ex-vice-presidente, José de Alencar. Eles aproveitaram a circunstância para tornar pública a intenção do Governo Federal de realizar o já polêmico Projeto de Transposição do rio São Francisco. Nesse evento, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco posicionou-se da seguinte forma: “[...] o Comitê de Bacia do São Francisco arguiu que seria um contra senso efetuar a transposição sem um plano que subsidie esta posição (CBHSF, 2004: 03)”.

Segundo consta no documento elaborado em 2004 sobre Plano de Recursos Hídricos, pelo CBHSF com o apoio e participação da Agência Nacional das Águas (ANA), durante a reunião citada acima, o Governo Federal deu um prazo de seis meses para o Comitê elaborar e apresentar um Plano de Bacia em que demonstrasse, com base em estudos, as justificativas ou os argumentos que impedissem a viabilidade do Projeto de Transposição. Foi por esse motivo que o CBHSF criou o Grupo Técnico de Trabalho – GTT com representantes dos estados e órgãos federais para elaborar esse plano.

Consoante documento do CBHSF (2004) – o PBHSF – mediante um conjunto de ações regulatórias definidas por meio de uma agenda transversal entre os órgãos da administração pública, o plano visa viabilizar um conjunto de ações estratégicas, sendo que, no tocante à transposição do rio São Francisco, pode-se estabelecer ligações com a questão de definir diretrizes para a alocação/outorga e uso sustentável dos recursos hídricos, “apesar de não poder deliberar sobre a outorga, o Comitê pode sugerir aos governos sobre a outorga e uso eficiente da água”¹⁷⁸.

Da mesma forma, entendemos que um dos pontos estabelecidos pelo Plano Decenal que pode tocar e influenciar o projeto de transposição do rio São Francisco está no estabelecimento da cobrança pelo uso da água:

A cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos econômicos de gestão de recursos hídricos a ser empregado para induzir o usuário de água a uma utilização racional desses recursos, visando a criar condições de equilíbrio entre as disponibilidades e as demandas, a harmonia entre usuários competidores, a melhorar a qualidade dos efluentes lançados, além de ensejar a formação de fundos financeiros para as obras, programas e intervenções do setor (CBHSF, 2004: 10).

Embora a Lei das Águas do Brasil (9433/97) seja considerada uma das mais avançadas pelo fato de estabelecer três princípios fundamentais: 1) de que a água é um

¹⁷⁸ Jerson Kelman, que era Diretor Presidente da Agência Nacional das Águas (ANA). Fonte da citação: CBHSF. Juazeiro (BA). Memória da III Reunião Plenária realizada no dia 28 de julho de 2004 (24 páginas). Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1534 Acesso em 05 de abril de 2016.

bem comum; 2) de que a água tem valor econômico e 3) de que a gestão da água deve ser feita de forma compartilhada, baseada em critérios democráticos, para um dos nossos entrevistados, o ritmo de cobrança da água bruta é

[...] lento no país inteiro e, por conta disso, grande parte das nossas águas são ou irão ser privatizadas. O princípio de que a água tem valor econômico tampouco está sendo respeitado, porque as grandes corporações do poder econômico continuam usando a água de forma perdulária e irracional em decorrência do baixo desenvolvimento tecnológico e da falta de controle de fiscalização [...] a gestão compartilhada avança a passos de cágados porque os governos federal e estaduais abandonaram os comitês de bacia a própria sorte. Ou seja, não investem praticamente nada em inspeção e gestão das águas (informação verbal)¹⁷⁹.

Como evidenciado no trecho da entrevista acima, um dos principais instrumentos estratégicos do Plano é a fiscalização, definida como a atividade de controle e monitoramento dos usos dos recursos hídricos com caráter preventivo e repressivo.

A questão da valoração econômica também é ressaltada no PBHSF:

as decisões sobre as formas de se utilizarem, sustentavelmente, os recursos naturais da Bacia, particularmente a água, não podem ser tomadas sem que também haja uma valoração econômica desses recursos, pois estes apresentam muitas opções de alternativas para o desenvolvimento (CBHSF, 2004: 11).

Baseado no princípio de que o é a massa crítica e base decisória do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e que também possui adequado ambiente para a participação, negociação e busca do consenso necessário à elaboração e implementação do plano, o CBHSF decidiu criar um Grupo de Trabalho no qual havia representantes da ANA, da CODEVASF, dos Estados (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas) e do Distrito Federal, além da participação posterior da CEMIG, da CHESF e da Coordenação de Revitalização do Governo Federal, do MMA (CBHSF, 2004).

Além do GT mencionado acima, a elaboração do Plano também teve a participação das Câmaras Técnicas, que analisaram os trabalhos do GTT durante reuniões mensais. Eram duas Câmaras Técnicas: de Planos e Programas e de Outorga e Cobrança. Foram criadas também Câmaras Consultivas Regionais, que tiveram o

¹⁷⁹ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

objetivo principal de colher as colaborações locais para a inserção das proposições regionais e setoriais ao conteúdo do Plano (CBHSF, 2004).

As reuniões ocorreram em Brasília e nas cidades de Maceió, Belo Horizonte, Pirapora, Ibotirama, Juazeiro, Santa Maria da Vitória e Salgueiro. Dessa forma, todas as regiões fisiográficas da Bacia foram contempladas, desde o Alto São Francisco, passando pelo Médio, pelo Submédio e chegando no Baixo São Francisco. Ademais, as reuniões eram realizadas com a ampla participação dos interessados da sociedade civil, desde órgãos gestores públicos, universidades e também empresa. No total, foram 10 reuniões com aproximadamente 1000 participantes.

Os principais focos do Plano Decenal estabelecido pelo Comitê foram: estabelecer diretrizes para a alocação das águas da Bacia e para a concessão de outorgas; definir estratégias para a revitalização, recuperação e conservação hidroambiental da Bacia e, por último, elaborar programas de investimentos para a Bacia.

Como consta no Plano Decenal (CBHSF, 2004) aqui analisado, foram feitas análises sobre a demanda da água em diferentes cenários de desenvolvimento do país. Para tal análise, foram formulados cenários visando a alocação de água na bacia sendo que um deles refere-se à Transposição das Águas do rio São Francisco (Eixos Norte e Leste, dentre outros). Tal empreendimento foi levado em conta para a formulação dos cenários normativo e otimista, os índices de uso de água considerado foi o consumo médio de 25,5m³/s, previsto pelo Ministério da Integração Nacional.

Dessa forma, em um cenário normativo, que prevê o atendimento dos programas previstos pelo Plano Plurianual de Ação (2004-2007) e o cumprimento das metas previstas pelo Ministério da Integração Nacional, o consumo médio, no ano de 2004, seria de 90,90 m³/s sem a transposição e 90,94m³/s com a transposição; enquanto, para 2013, seria 134,93 m³/s sem a transposição e 160,43m³/s com a transposição. Houve, portanto, um aumento no consumo de cerca de 25m³/s, estando de acordo com o consumo estimado pelo Ministério da Integração Nacional com relação à Transposição do rio São Francisco.

Em um cenário otimista, o consumo médio total para o ano de 2004 seria de 90,94m³/s sem e com a transposição; já em 2013, seria 169,61m³/s sem a transposição e 195,11 m³/s com a transposição.

No que toca à transposição do rio São Francisco, é no processo de alocação dos recursos hídricos que podemos relacionar uma possível interferência do Comitê da

Bacia, via Plano Decenal, junto a esse projeto, pois: “o processo de alocação pressupõe a eleição de prioridades para a repartição da água, seja por tipo de uso seja por região geográfica” (CBHSF, 2004: 118).

O Plano Decenal aponta as prioridades de uso das águas, das quais, em primeiro plano, estava a utilização desse recurso para a produção energética. Entretanto, em um contexto que prioriza o desenvolvimento, outras prioridades foram definidas, como a irrigação para a agricultura, o abastecimento urbano e rural, a navegação, o turismo, a mineração, a pecuária, a produção industrial e a **exportação de água para usos externos à bacia**.

Nesse aspecto, tanto a alocação da água quanto a revisão das alocações estabelecidas de tempos em tempos devem ser sujeitas à deliberação específica do CBHSF ou atualização/revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, no qual deverá estar estabelecido os procedimentos e critérios para tais definições ou modificações (CBHSF, 2004). Combinado a essa atribuição do Comitê, encontra-se também o instrumento de outorga que diz respeito ao processo de autorização da utilização do recurso hídrico:

[...] quando o Poder Público competente, após análise técnica, autoriza o usuário solicitante a usar um determinado volume de água do manancial, sob as limitações descritas nos termos da Outorga. Essa autorização estará condicionada, a partir da aprovação do Plano, aos limites, diretrizes, critérios e prioridades de outorga definidas no mesmo. [...] Neste sentido, a alocação e o instrumento de outorga se complementam, guardando entre si uma enorme dependência. (CBHSF, 2004: 119).

Segundo o Plano Decenal (2004-2013), o processo de alocação de água em grandes bacias no Brasil constitui-se uma tarefa complexa devido ao precoce estabelecimento da prática de gestão das águas previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos. Todavia, pelo que observamos, outro fator fundamental está na existência de conflitos de interesse de usos das águas do rio São Francisco advindos de diversos setores, destacando o crescimento da agricultura irrigada e a eventual retirada de água da bacia por transposição.

Para o Comitê (CBHSF, 2004:124):

A alocação de água faz parte do processo de solução desses conflitos, tendo como unidade de planejamento a bacia hidrográfica como um todo e levando em consideração as restrições ou condicionantes de ordem legal (legislações estaduais e federal), ambiental e operacional dadas pelos níveis mínimos e máximos dos reservatórios, da navegação, do volume de espera para controle de cheias, etc.

Dessa forma,

A alocação de água na bacia do rio São Francisco, deverá ser um dos principais resultados de um pacto de gestão das águas na bacia hidrográfica. Os critérios de repartição espacial do uso da água para fins consultivos fornecerão o devido suporte para a aplicação do instrumento de outorga de direito de uso dos recursos hídricos pelas autoridades outorgantes (CBHSF, 2004: 124).

Entretanto, no que tange ao poder de decisão do Comitê em relação ao Projeto de Transposição:

[...] cabia ao Comitê do São Francisco, digamos assim, definir no contexto do Plano Decenal os critérios definidores dos usos múltiplos das águas. As possibilidades que o Comitê tinha de intervir diretamente no projeto da transposição eram muito limitadas, porque o licenciamento ambiental da obra cabia ao Ministério do Meio Ambiente através do IBAMA e a outorga também ao MMA através da Agência Nacional de Água. Ou seja, o poder de influência do Comitê nessa questão era mais de ordem política e institucional. Ainda assim, o Comitê tirou uma resolução que determinava que as transposições deveriam ser permitidas apenas para o caso de regiões ou bacias receptoras que apresentassem a necessidade extrema para atendimento de demandas de abastecimento humano e dessedentação animal. Essa deliberação foi, no entanto, completamente ignorada pelo Governo Federal e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (informação verbal)¹⁸⁰

Com referência à proposta do projeto de transposição das águas do rio São Francisco para o nordeste setentrional, o consumo total previsto para o ano de 2025 é de 65m³/s, sendo 25,5m³/s para o ano de 2013. Observa-se que, nesse projeto, a vazão de retirada máxima para a qual será solicitada outorga é de 127m³/s até 2025 (CBHSF, 2004: 132).

A utilização das águas do rio São Francisco para o projeto de transposição (Eixo Norte e Eixo Leste) enquadra-se na alocação de recursos hídricos para Uso Externo à Bacia, ou seja, é um tipo de demanda de usos que envolve a condução de águas para fora de seus limites, que são usos ditos externos à Bacia. Como podemos verificar com a citação abaixo:

[...] entre esses usos, vários se destinam ao aproveitamento da água dentro de territórios de estados ribeirinhos ao rio São Francisco e está em curso uma proposta apresentada pelo Governo Federal de que a água seja transferida para estados não ribeirinhos. Este é o caso dos estudos de transposição de águas do rio São Francisco para estados mais setentrionais do Nordeste, que nos últimos anos vem sendo desenvolvidos no Ministério da Integração Nacional (CBHSF, 2004: 142-143).

¹⁸⁰ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

Essa demanda pelo uso dos recursos hídricos da Bacia foi inicialmente apresentada ao CBHSF pelo Sr. Vice-Presidente da República, coordenador de um Grupo de Trabalho Interministerial nomeado pelo Presidente da República para analisar as propostas de transposições com uso das águas do rio São Francisco. Através da sua Deliberação nº 03, o CBHSF decidiu que só se pronunciaria de forma definitiva sobre a questão após a conclusão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e que “a análise dos Projetos de Transposição de Águas do Rio São Francisco por parte do CBHSF deverá se dar no âmbito do Plano de Recursos Hídricos da Bacia” (Art. 3º) (CBHSF, 2004: 143).

Segundo Marina Silva, na época Ministra do Meio Ambiente, durante o processo de elaboração do plano, houve o comprometimento do Governo Federal em não discutir ações na bacia sem a aprovação do Plano de Recursos Hídricos pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. O governo estava cumprindo os acordos citados, como afirmado durante a III Reunião Plenária¹⁸¹ de Juazeiro (BA) que:

[...] não podemos reduzir a sua amplitude somente à questão da transposição. É correto e adequado promover os espaços necessários para confrontar os diferentes interesses, representando o princípio da transversalidade. O Plano, ao ser aprovado, torna-se um pacto da sociedade envolvida (CBHSF, 2004).

É nesse ponto que fica claro o posicionamento do Comitê em relação ao projeto de transposição e a estratégia de interferência no projeto. Como consta no Plano Decenal, o projeto foi baseado na legislação brasileira de recursos, que estabelece o princípio do planejamento integrado e sustentável pelas Bacias Hidrográficas e da definição das prioridades e usos de suas águas por meio dos Planos de Recursos Hídricos, aprovados pelos respectivos Comitês de Bacia, baseado na Lei Federal 9433/97 (Art. 13, Parágrafo Único¹⁸²):

Em relação ao uso externo para Estados, a alocação de água fica restrita aos usos em consumo humano e dessedentação animal, em situação de escassez comprovada, não podendo ser utilizada como insumo produtivo como por exemplo, para fins de irrigação (CBHSF, 2004: 147, grifo do autor).

Dessa forma, o Comitê utilizou a o art. 1º, inciso III, da Lei 9433/97, para estabelecer os limites de utilização das águas do rio São Francisco com relação ao Projeto de Transposição ao reafirmar que o uso prioritário das águas do rio São

¹⁸¹ CBHSF. Juazeiro (BA). Memória da III Reunião Plenária realizada no dia 28 de julho de 2004 (24 páginas). Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1534 Acesso em 05 de abril de 2016.

¹⁸² Define que toda outorga estará condicionada para os usos dos recursos hídricos (Resolução N°17, Art. 8º, parágrafo 3º, inciso IIIa).

Francisco é para as necessidades internas da Bacia, com exceção da comprovação de situações de escassez.

Contudo, foi no dia 28 de julho de 2004, durante a III Reunião Plenária, realizada na cidade de Juazeiro BA, que o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, ao estabelecer os critérios de utilização das águas do rio São Francisco para outras bacias, demonstra uma atitude como estratégia de posicionamento contrária ao Projeto de Transposição, principalmente no que diz respeito aos objetivos de uso das águas pelo Eixo Norte do projeto, que, ao contrário do Eixo Leste, não possui comprovada necessidade de utilização dos recursos hídricos da bacia do São Francisco, pautado nos critérios estabelecidos pela lei acima citada.

Entretanto, houve conflito de interesses a esse respeito durante a Reunião Plenária que debateu o Plano Decenal. Marina Silva deixa claro o seu posicionamento a respeito do projeto, como podemos observar na citação¹⁸³ a seguir: “[...] Não podemos privilegiar somente os estados que tiveram a sorte de possuir as águas do rio São Francisco”. Da mesma forma, afirmou que os estados receptores do projeto de transposição vivem de migalhas. Além disso, apontou que o então Ministro Ciro Gomes não estava presente na reunião em questão para não confrontar a sua opinião com a do Comitê.

Desse modo, o posicionamento do Presidente do Comitê, José Carlos de Carvalho¹⁸⁴, foi de que: “O plano deve atender aos interesses da bacia”. Por sua vez, o Vice-Governador da Bahia, à época Heraldo Tinoco¹⁸⁵, garantiu que a transposição seria discutida de forma mais ampla e democrática possível: “ninguém pode ser contra levar água a quem precisa, mas é necessário ter consciência que esta necessidade também ocorre a poucos metros das margens do São Francisco”.

Na ocasião, a representante do Fórum Permanente¹⁸⁶ destacou a existência de conflitos pelo uso da água e lembrou que existe uma deliberação da Conferência Nacional de Meio Ambiente¹⁸⁷ que negou a transposição e afirmou que a sociedade civil

¹⁸³ CBHSF. Juazeiro (BA). Memória da III Reunião Plenária realizada no dia 28 de julho de 2004 (24 páginas). Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1534 Acesso em 05 de abril de 2016.

¹⁸⁴ CBHSF. Juazeiro (BA). Memória da III Reunião Plenária realizada no dia 28 de julho de 2004 (24 páginas). Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1534 Acesso em 05 de abril de 2016.

CBHSF. Juazeiro (BA). Memória da III Reunião Plenária realizada no dia 28 de julho de 2004 (24 páginas). Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1534 Acesso em 05 de abril de 2016.

¹⁸⁶ Ana Cacilda, representante do Fórum Permanente em Defesa do rio São Francisco, durante a III Reunião Plenária realizada em Juazeiro BA, no dia 28 de julho de 2004.

¹⁸⁷ A Conferência Nacional do Meio Ambiente foi realizada entre os dias 27 e 30 de novembro, convocada pelo Governo Federal com o objetivo de congregar diversos setores da sociedade e deliberar

é contrária a transposição do rio São Francisco. Tal como José Carlos Carvalho, seu posicionamento é claro ao afirmar que: “A transposição ou qualquer outro projeto com a sua dimensão deve estar inserido no âmbito do Comitê. Temos que discutir o projeto de revitalização não como compensação, mas como resposta às demandas dessa bacia”.

Tal posicionamento representa as decisões tomadas no decorrer da III Reunião Plenária do Comitê¹⁸⁸, realizada entre os dias 28 e 30 de julho, na qual o Plano Decenal foi aprovado pelos membros do Comitê. Assim ficou esclarecido que o Comitê resistiu às pressões do Governo Federal em relação à transposição, com o estabelecimento de que o Governo Federal retomaria o diálogo sobre a alocação e outorga do uso externo das águas do rio São Francisco. Dessa forma, o Comitê esperava que o Governo Federal analisasse a proposta do Comitê a fim de reavaliar o Projeto de Transposição. O CBHSF esclareceu à sociedade brasileira as resoluções dessa reunião por meio da Carta de Juazeiro elaborada no dia 30 de julho de 2004 durante essa III Reunião Plenária em Juazeiro.

É fundamental ressaltar que, na ocasião da aprovação do Plano Decenal em Juazeiro (BA), em que estava presente a então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, foi estabelecido um acordo entre o Comitê e Governo Federal sobre os usos externos, em que o CBHSF solicitou negociação com o Governo Federal para que fosse apresentado um programa integrado para o semiárido que englobasse não só a parte setentrional do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, mas também os estados que compunham a Bacia do São Francisco.

Para Khoury (2008), o Plano Decenal constitui-se de um instrumento legítimo que foi elaborado de forma participativa e democrática, tendo sido aprovado por unanimidade pela plenária do CBHSF, com exceção do capítulo concernente aos usos externos da água.

Entretanto, como consta em Ata da VII Reunião Plenária Ordinária do CBHSF, realizada no dia 17 de junho de 2005 em Pirapora (MG), Luiz Carlos Fontes relembra que o acordo não foi respeitado pelo Governo Federal e que foi apresentado, em troca, um parecer feito pelo MMA que estabelecia que o Comitê não tinha nenhuma competência para decidir sobre a questão.

decisões tomadas durante as reuniões. Como consta na página oficial do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente>

¹⁸⁸ Além da aprovação do Plano Decenal e da aprovação do Pedido de vistas solicitado pelo Governo Federal ao Comitê, houve a tentativa de fazer uma moção contra à Transposição do São Francisco e Repúdio ao Governo Federal, com 18 votos a favor e quorum de 37 pessoas, mas a proposta foi rejeitada.

2.4.2 Sobre o processo Administrativo nº001/2004

Consta, nos documentos do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, a abertura do Processo Administrativo nº001/2004, que diz respeito ao pedido de representação elaborado e encaminhado ao CBHSF pelas entidades da sociedade civil representadas pelo Fórum Permanente de Defesa do São Francisco, no dia 29 de julho de 2004, na ocasião da III Plenária do Comitê.

A representação apresentada pelo Fórum Permanente de Defesa do rio São Francisco resultou em abertura do Processo Administrativo 001/2004. Esse Processo Administrativo foi aberto¹⁸⁹ no dia 27 de outubro de 2004, quando submetido à análise pelos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Dessa forma, nessa mesma data, utilizando as atribuições pertinentes ao Comitê, esse órgão deliberou em Plenário: 1) instaurar o processo nº001/2004, referente ao conflito de uso de recursos hídricos; 2) o encaminhamento pela Diretoria Executiva do CBHSF para análise das Câmaras Técnicas competentes e para ouvir as partes envolvidas; 3) o prazo de 30 dias para as Câmaras Técnicas apresentarem o cronograma das atividades para análise de conflito e emissão de parecer; 4) após a análise do processo pelas Câmaras Técnicas, deveria ser submetido à deliberação pelo Plenário do Comitê; 5) Essa deliberação entraria em vigor a partir da aprovação pelo plenário do CBHSF.

O conteúdo do documento apresentado ao CBHSF é fundamentado na Constituição Federal e na Lei 9433/97, no sentido de que os corpos d'água são de domínio estadual e federal, sendo de responsabilidade da União quando banham mais de um estado. Nesse sentido, ao instituir Sistema Nacional de Recursos Hídricos, calcado na participação popular institui o comitê de Bacia Hidrográfica como gerenciador dos recursos hídricos da unidade de gestão.

Além disso, os argumentos sobre a existência de Conflito de Usos são sustentados principalmente por Deliberações realizadas pela Conferência Nacional do Meio ambiente, convocada pelo Governo Federal e realizada nos dias 27 a 30 de

¹⁸⁹ Considerando a necessidade de definir procedimentos administrativos para a análise do conflito de uso de águas em questão, a representação apresentada pelas entidades civis, que compõem o Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco e as características do projeto de Interligação do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, e a análise preliminar de impactos potenciais na gestão dos recursos hídricos da bacia, no meio ambiente e na sustentabilidade do rio São Francisco. De acordo com o artigo 38, da Lei nº9.433, de 1997, que estabelece as competências dos Comitês em arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos de usos de recursos hídricos no âmbito de sua bacia hidrográfica, essa deliberação foi realizada em Salvador e assinada pelo então Presidente do Comitê José Carlos Carvalho e pelo Secretário do CBHSF Luiz Carlos da Silveira Fontes.

novembro de 2003. Tal Conferência congregou diversos segmentos da sociedade civil e deliberou, dentre outras coisas, a **proibição**¹⁹⁰ da transposição do rio São Francisco.

É nesse sentido que o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco argumenta a existência de conflito no uso das águas da bacia do São Francisco, pois, de um lado, está a prioridade defendida pelo Governo Federal para alocação externa de recursos hídricos da bacia para o semiárido nordestino e, de outro, a prioridade reivindicada pela sociedade civil em garantir a recuperação dos recursos naturais da bacia.

Ao argumentar conflito de interesse, discute-se também a incompatibilidade do projeto com o **Princípio da Precaução** estabelecido em 1992 pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e incluído na Declaração do Rio de Janeiro Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (no princípio 15¹⁹¹). Tal princípio estabelece que

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis e para prevenir a degradação ambiental (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1992: 03).

Outro argumento relativo ao processo diz respeito ao **Princípio da Participação** popular, que é baseado na Constituição de 1988 no que se refere ao texto sobre o Princípio Democrático e a soberania popular enquanto entes fundantes do Estado democrático de Direito. Em outras palavras, esse princípio ratifica o exercício da democracia participativa por parte dos cidadãos.

Com base nos argumentos acima descritos, o Fórum Permanente de Defesa Ambiental da Bacia do Rio São Francisco encaminhou a seguinte solicitação¹⁹²:

Ante o exposto, requer que a presente representação seja recebida, decidindo o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco o CONFLITO NO USO DAS ÁGUAS da Bacia do rio São Francisco ora apresentado, considerando o poder deliberativo da Conferência Nacional do Meio Ambiente, e assegurando a

¹⁹⁰ Sobre a deliberação da Conferência Nacional do Meio Ambiente: proibir as transposições do rio São Francisco e Tocantins em quaisquer instâncias, independentemente dos resultados dos estudos de viabilidade técnica; elaborar projeto de recuperação das áreas degradadas nas cabeceiras do rio São Francisco por meio do plantio de espécies nativas. Informações extraídas da página oficial do Ministério do Meio Ambiente: MMA. Deliberações – I Conferência. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/i-conferencia/deliberacoes>.

¹⁹¹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2016.

¹⁹²Referente ao Processo 001 /2004 (CBHSF), disponível na página oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

prioridade absoluta do uso das águas em prol da melhoria das condições dos recursos ambientais da Bacia do São Francisco e dos múltiplos usos na própria Bacia do São Francisco, incompatíveis com a implementação do citado Projeto de Transposição ou Interligação de Bacia do São Francisco, devendo o poder público e a coletividade voltar-se exclusivamente para a sua revitalização. (CBHSF, 2004).

Consta ainda, nos documentos analisados, o envio de um Aditamento à representação, em que as entidades argumentam outro fator contrário ao Projeto de Transposição. Tal argumento fundamenta-se na questão da disponibilidade da vazão outorgada e prevista para a implementação do projeto em questão. O argumento se dá na ideia pautada nos dados do Plano Decenal em que:

[...] pelos dados anteriormente ressaltados tal valor já impressiona sua natureza, que alcança cerca de 36% do total de vazão alocável do rio. Considerando ainda que, dos 360m³/s de vazão alocável do Rio São Francisco, 335m³/s já foram alocados, de pronto verifica-se a total inviabilidade do Projeto, uma vez que a vazão necessária para sua implementação supera a ainda disponível para alocação, que é de apenas 25m³/s. Em síntese, a vazão necessária para a implementação integral do Projeto de Transposição do Rio São Francisco é de 127m³/s enquanto que a vazão ainda disponível para alocação é de apenas 25m³/s, fato que ilustra a completa inviabilidade do mencionado projeto.¹⁹³

Após análise do pedido, durante a realização da V Plenária¹⁹⁴ do CBHSF em caráter extraordinário, realizada em Salvador no dia 27 de outubro de 2004, que teve como tema exclusivo o referido processo, o Comitê decidiu instaurar o processo CBHSF n°001/2004, referente ao Conflito de Uso das águas da Bacia do rio São Francisco, em função do Projeto de Interligação do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição).

Dessa forma, o Comitê encaminhou, no dia 28 de outubro de 2004, um requerimento ao Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em que requer:

Que o projeto em questão, Interligação do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (TRANSPOSIÇÃO) não seja levado à consideração do CNRH, antes que o CBH-SF tenha se pronunciado sobre a Representação do Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco,

¹⁹³ Referente ao Documento Aditamento à representação, encaminhado ao CBHSF no dia 23 de outubro de 2004, pelo Fórum Permanente de Defesa do São Francisco. Documento Disponível na página oficial do CBHSF.

¹⁹⁴ A Secretaria Executiva do CBHSF determinou que esta reunião extraordinária seria presidida de consultas públicas em todas as Câmaras Consultivas Regionais, entre 14 e 23 de outubro de 2004, com o objetivo de discutir amplamente na bacia a proposta de negociação com o Governo Federal em torno da questão da transposição, sobre a ampliação dos usos externos à bacia para outros fins além de abastecimento humano e dessedentação animal e a apresentação de um plano de desenvolvimento sustentável do semi-árido e da bacia do rio São Francisco.

conforme estabelece o art. 38, da Lei Federal nº9.433, de 1997, já citado em primeira instância administrativa (CBHSF, 2004)¹⁹⁵.

O requerimento foi encaminhado aos órgãos competentes: Ministério do Meio Ambiente¹⁹⁶, Ministério da Integração Nacional¹⁹⁷, Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)¹⁹⁸, IBAMA e ANA; e nomeou as Câmaras de Plano, Programas e Projetos - CTPLANO e Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC para acompanhar o processo¹⁹⁹.

A partir desse momento, o Comitê passou a empenhar-se nesse processo administrativo. Dessa forma, traçou um cronograma de atividades²⁰⁰ dividido para ser executado de dezembro de 2004 a janeiro de 2005. Durante a VII Reunião²⁰¹ Plenária do CBHSF, realizada em junho de 2005 em Penedo, o CBHSF decide acatar o cronograma proposto pelas CTPLANO e CTOC e também suas recomendações referentes à contratação de consultores nas áreas de recursos hídricos, à implementação a Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL e ao encaminhamento do processo 001/2004, concernente ao Conflito de Uso para análise e condução do processo no âmbito do CTIL.

¹⁹⁵ Requerimento encaminhado ao Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra, no dia 28 de outubro de 2004, pelo Presidente do CBHSF José Carlos Carvalho.

Informações disponíveis no site oficial do CBHSF

¹⁹⁶ O encaminhamento do Proc. Adm. CBH-SF nº001/2004 foi encaminhado à Ministra Marina Silva pelo Secretário Executivo do CBHSF, no dia 18 de novembro de 2004, como consta documento disponível no site oficial do CBHSF.

¹⁹⁷ O encaminhamento do Proc. Adm. CBH-SF nº001/2004 foi encaminhado ao Ministro Ciro Gomes pelo Secretário Executivo do CBHSF, no dia 18 de novembro de 2004, como consta documento disponível no site oficial do CBHSF.

¹⁹⁸ O encaminhamento do Proc. Adm. CBH-SF nº001/2004 foi encaminhado ao Secretário do CNRH, João Bosco Senra, no dia 18 de novembro de 2004, como consta documento disponível no site oficial do CBHSF.

¹⁹⁹ Como consta em documento do dia 28 de outubro de 2004, a Secretaria do CBHSF, tendo como Secretário Luis Carlos da Silveira Fontes, deliberou às Câmaras Técnicas de Plano, Programa e Projetos e de Outorga e Cobrança: 1) Apresentação

de cronograma físico de atividades que envolverá a análise da representação que suscitou conflito de uso das águas na bacia hidrográfica do rio São Francisco, no prazo de 30 dias; 2) Análise, oitiva das partes envolvidas e emissão de parecer técnico à respectiva apresentação.

²⁰⁰ Foram definidas as seguintes atividades: 1) Análise dos documentos do processo; 2) Reunião das CTs para definição da estratégia, das relatorias e consultoria; 3) Análise técnica do processo pelo(s) consultore(s) externo(s); 4) Reunião das CTs para conciliação entre as partes; 5) Reunião das CTs para instrução (oitiva das partes); 6) Elaboração dos pareceres dos relatores; 7) Reunião final das CTs para apresentação de resultados e definição de encaminhamento; 8) Envio à Secretaria Executiva do CBHSF para apreciação e decisão final.

²⁰¹ Informações extraídas do Relatório Conflito de Uso do CBHSF, elaborado em 10 de julho de 2005 e disponível na página oficial do CBHSF.

Entretanto, somente em dezembro de 2005 é que a Câmara Técnica Institucional e Legal o CBHSF encaminhou o relatório²⁰². Nele consta a justificativa da impossibilidade da avaliação do processo, principalmente pelo fato das partes notificadas (Ministério da Integração e Ministério do Meio Ambiente) não terem se pronunciado a respeito, impossibilitando dessa forma o andamento do processo. Como conclusão do relatório, o CTIL sugere as seguintes medidas: 1) notificação dos Ministérios da Integração e do Meio Ambiente, na pessoa dos seus respectivos Ministros, para responderem aos termos da representação; 2) Emissão de pareceres técnicos por parte das Câmaras Técnicas de Plano, Programa e Projetos e de Outorga e Cobrança; 3) elaboração de cronograma definindo as datas das consultas e audiências públicas a serem realizadas, bem como das atividades da CTIL em relação ao processo.

Durante esse tempo, o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco encaminhou solicitações de deferimento e agilidade ao processo 001/2004 e o CBHSF, a solicitação de parecer do processo à Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos e à Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, no dia 21 de agosto de 2006, acatando, desse modo, as recomendações do CTIL. Ademais, enviou uma notificação ao Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente.

O Processo Administrativo teve papel fundamental no que diz respeito à participação da Sociedade Civil, não só das Entidades do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco, mas também de outros atores que solicitaram inclusão no Processo, tais como: Pescadores Artesanais²⁰³; Usuários do Segmento Pesca, Turismo, Lazer e

²⁰² Documento encaminhado ao pela CTIL no dia 03 de dezembro de 2005, disponível na página oficial do CBHSF.

²⁰³ Ao todo, 40 pescadores assinaram a solicitação: Colônia dos Pescadores da Z-41 de Remanso (BA), representada por Irany da Silva dos Santos, Adelson Barbosa dos Santos, Vicente de Paula Lopes, José Mariano Rodrigues dos Santos; Colônia de Pescadores da Z-49 de Pilão Arcado (BA), representada por João Alves Pereira, Suely dos Santos Oliveira, Laurindo José dos Santos, Litercílio Pereira Nonato; Colônia de Pescadores Z-23 de Petrolândia (PE), representada por Pedro João de Souza, José Jackson Barbosa da Silva, Luis Henrique da Costa; Colônia dos Pescadores Z- 19 de Piaçabuçu (AL), representada por Maria Dolores F. dos Santos, Aleandra de Oliveira dos Santos, Maria do Carmo da Silva, Antonia Rodrigues da Silva, Antonio Amorim dos Santos; Colônia dos Pescadores da Z-13 de Jatobá (PE), representada por Genival Anjos Santos, Eufrânia Maria da Silva, Ielimaria de Vasconcelos; Colônia dos Pescadores Z-27 de Belém do São Francisco (PE), representada por Américo Gomes Silva; Colônia dos Pescadores Z-29 de Floresta (PE), representada por José Joaquim da Silva, Leonardo Gonçalves Oliveira; Colônia dos Pescadores da Z-18 de Santa Maria da Boa Vista (PE), representada por Josefa Maria da Silva Cruz; Colônia de Pescadores da Z-43 de Sento Sé (BA), representada por Aracy Paes de Castro, Himê Paes Landim do Nascimento; Colônia dos Pescadores Z-60 de Juazeiro (BA), representada por Maria Alice Borges da Silva, Walter Mares de Borges; Colônia dos Pescadores da Z-42 de Casa Nova (BA), representada por Belmiro Ribeiro de Souza, Geraldo Dias dos Santos; Colônia dos Pescadores da Z-26 de Sobradinho (BA), representada por Ailton Moreira dos Santos, Alírio Alves Pinheiro, João Francisco de Barros; Colônia dos Pescadores Z-45 de Canudos (BA), representada por Maria José Malaquias dos Santos; M. F Velho Chico do Baixo São Francisco, representado por Francisco

outros Usos Não Consultivos, atuante no Baixo curso do rio São Francisco²⁰⁴; a Associação da Escola Família Agrícola de Angical (BA)²⁰⁵; e a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia²⁰⁶. Representando os povos indígenas na Bacia, Marcos Sabarú, líder indígena da etnia Tingui-Botó e Representante junto ao Comitê na Gestão (2005-2007), também apoiou o Processo Administrativo 001/2004, escrevendo uma Carta Aberta ao Comitê na qual reafirma a posição contrária dos povos indígenas da Bacia do São Francisco em relação ao projeto de Transposição do rio São Francisco.

Entende-se que esse processo foi longo e desgastante. Após o CBHSF encaminhar Ofícios para o Ministério do Meio Ambiente²⁰⁷, o Ministério da Integração Nacional²⁰⁸, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)²⁰⁹ e também para a Agência Nacional das Águas (ANA)²¹⁰, notificando prazo de 30 dias para a apresentação da defesa desses órgãos junto ao Comitê, apenas no ano de 2008 a União respondeu ao Comitê sobre o Processo Administrativo 001/2004. O Primeiro órgão a emitir uma Circular (Cir. N°001/08) foi a Agência Nacional da Águas, no dia 25 de fevereiro de 2008, a qual utilizou argumentos correlatos aos do Ministério do Meio Ambiente e também do Ministério da Integração para justificar sua solicitação de extinção do Processo Administrativo em questão.

de Assis Araújo e Mércia Silva Oliveira; CPP – Articulação Popular Baixo São Francisco de Paulo Afonso (BA), representada por Alzení Tomáz; CPP – NE de Olinda (PE), representada por Severino Antonio dos Santos; CPP-Diocese Juazeiro de Santo Sé (BA), representada por Margarida Ladislau Barbosa e CPP Diocese Juazeiro de Pilão Arcado (BA), representada por Divino Tomás da Silva.

²⁰⁴ Adesão solicitada em 08 de maio de 2008 por: Nair Rocha dos Santos de Santana do São Francisco (SE), Evaldo Soares da Silveira de Santana do São Francisco (SE), Claudionor dos Santos Gomes de Santana do São Francisco (SE), José Dijenal dos Santos Soares de Santana do São Francisco (SE), Rômulo Patriota Cota de Penedo (AL), José da Silva de Neópolis (SE), Cícero Medeiro Lima de Neópolis (SE), Antonio Gomes dos Santos de Penedo (AL), Erivaldo Martins de Araújo de Propriá (SE), Sebastião dos Santos de Propriá (AL).

²⁰⁵ Entidade do Povoado de Covas, no Município de Angical (BA), solicitou adesão no dia 18 de julho de 2008.

²⁰⁶ Entidade representada pelo presidente João Carlos Jacobsen Rodrigues, solicitou adesão no dia 29 de setembro de 2008.

²⁰⁷ SECRETARIA EXECUTIVA DO CBHSF.[Ofício] 10 de janeiro de 2008, Salvador (BA) [para] SILVA, Marina (Ministério do Meio Ambiente). Brasília (DF). 01 folha. Notificação Referente ao Processo n° 001/04 – Conflito de Uso de águas da Bacia do rio São Francisco.

²⁰⁸ SECRETARIA EXECUTIVA DO CBHSF.[Ofício] 10 de janeiro de 2008, Salvador (BA) [para] LIMA, Gedel Vieira (Ministério do Meio Ambiente). Brasília (DF). 01 folha. Ofício 001/08: Notificação Referente ao Processo n° 001/04 – Conflito de Uso de águas da Bacia do rio São Francisco.

²⁰⁹ SECRETARIA EXECUTIVA DO CBHSF.[Ofício] 10 de janeiro de 2008, Salvador (BA) [para] MARGARIDO NETO, Bazileu Alves (IBAMA). Brasília (DF). 01 folha. Ofício 001/08: Notificação Referente ao Processo n° 001/04 – Conflito de Uso de águas da Bacia do rio São Francisco.

²¹⁰ SECRETARIA EXECUTIVA DO CBHSF.[Ofício] 10 de janeiro de 2008, Salvador (BA) [para] MACHADO, José Carlos. (Agência Nacional das Águas). Brasília (DF). 01 folha. Ofício 001/08: Notificação Referente ao Processo n° 001/04 – Conflito de Uso de águas da Bacia do rio São Francisco.

Somente em março de 2008, o Ministério do Meio Ambiente encaminhou resposta²¹¹ ao Comitê afirmando, com base da Lei 9433/97, que este possui competência para arbitrar em primeira instância os conflitos pelo uso da água no limite da bacia, sendo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos a última instância arbitral. Para tanto, solicitou a extinção do Processo Administrativo ou a exclusão do Ministério do Meio Ambiente do polo passivo, pois entendeu que:

[...] nenhum dos requisitos foi preenchido, pois o pretense conflito versa um uso futuro, cujas implicações foram fartamente analisadas quando da concessão da outorga de direito de uso dos recursos hídricos pela Agência Nacional das Águas. Ora, não existindo estes requisitos não há que se falar em conflito.

Além da justificativa acima descrita, o MMA considerou que há ilegitimidade no pedido do processo com relação às partes deste. Primeiro, o Ministério afirmou que, pelo fato do Fórum Permanente de Defesa do rio São Francisco não ser uma entidade pertencente aos Usuários de Recursos Hídricos, o Ministério do Meio Ambiente também não se enquadra em tal classificação. Declarou ainda que o conteúdo do Processo Administrativo já teria sido apreciado pelo CNRH: “[...] ao ratificar a possibilidade de implantação do PISF. Portanto, manifestou-se pela inexistência de conflito, que não foi levantada em suas discussões”.

Da mesma forma, o Ministério da Integração Nacional, baseado nos mesmos argumentos apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente, com destaque à questão da ilegalidade do Fórum de Defesa do rio São Francisco para suscitar o eventual conflito quanto ao uso das águas da Bacia do rio São Francisco para o Projeto de Transposição, também solicitou a extinção do Processo Administrativo nº001/2004, ressaltando a justificativa de que não existe conflito real ou no mérito para que seja julgado improcedente a representação, como consta no Ofício²¹² nº154/2008/SE-MI, encaminhado ao Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco no dia 13 de março de 2008.

Por fim, o processo foi arquivado no dia 09 de fevereiro de 2015 de acordo com o Despacho do Comitê que acatou a recomendação da CTIL e do Comitê da Bacia que justificou o arquivamento por entender que o processo perdeu o objetivo, como consta na citação extraída da Memória da Reunião – CTIL de 05 de fevereiro de 2015:

²¹¹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. [Ofício] 13 de março de 2008, Brasília (DF) [para] MACHADO, Antonio Thomaz Gonzaga da Matta (CBHSF) 03 folhas. Ofício nº127/2008/GM/MMA. Conflito pelo uso de águas na bacia do rio São Francisco.

²¹² Este documento encontra-se disponível na página oficial do CBHSF.

O conflito pelo uso do Projeto de Transposição do São Francisco – PISF foi judicializado, tendo sido avocado ao STF em análise e mérito. A partir dessa judicialização houve uma limitação no exercício das prerrogativas do CBHSF. Inobstante a estas questões, o CBHSF deliberou, considerando o conflito de uso, e o preço da água da transposição para abastecimento humano é igual ao preço na bacia e o preço para as atividades econômicas, na alocação externa, não considera os redutores da fórmula da locação interna. Assim, a CTIL recomenda o arquivamento do processo.

2.4.3 Outras ações

Carta da Caravana

Outras ações foram organizadas no sentido de questionar a viabilidade da Transposição do rio São Francisco. O CBHSF apoiou as ações realizadas pela *Caravana em Defesa do Rio São Francisco e do Semiárido contra a transposição*²¹³. No ano de 2007, representantes do CBHSF em conjunto com lideranças de movimentos sociais, como a Frente Cearense por uma Nova Cultura da Água e a Comissão Pastoral da Terra, percorreram, durante 13 dias, onze capitais brasileiras e mais quatro cidades do interior nordestino, “promovendo debates em universidades, coletivas de imprensa, debates em rádio e televisão e visitas aos governadores dos estados” (LISBOA, 2008: 171).

Após a realização dessa caravana, as entidades encaminharam uma Carta ao Governador Jaques Wagner, da Bahia, e ao Governador Marcelo Deda, de Sergipe. Alguns membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco²¹⁴ assinaram a carta juntamente às entidades: Caravana em Defesa do São Francisco e do Semiárido e Contra a Transposição²¹⁵, Comitê da Bacia do rio das Velhas (MG)²¹⁶, Diocese de Barra (BA)²¹⁷, Articulação do Semiárido (ASA) de Recife, Coordenadoria Interestadual das Promotorias do rio São Francisco²¹⁸, Federação dos Pescadores do Baixo São Francisco

²¹³ Na ocasião da Caravana, os representantes distribuíram a Revista Águas da Ilusão, que tratava das questões sobre a transposição. Disponível em: <http://remabrasil.org:8080/virtual/r/remaatlantico.org/sul/Members/suassuna/campanhas/caravana-em-defesa-do-rio-sao-francisco-edita-a-revista-aguas-da-ilusao-e-distribui-em-11-capitais-brasileiras> Acesso em 10 de abril de 2016.

²¹⁴ Thomaz Mata Machado (Presidente do CBHSF, na ocasião) Luiz Carlos da Silveira Fontes e Yvonilde Dantas Bento Pinto Medeiros.

²¹⁵ Apolo Heringer Lisboa (coordenador geral), João Abner (Prof. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), João Suassuna (Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco – Recife), Luciano Marçal (Engenheiro Agrônomo e secretário executivo).

²¹⁶ Apolo Heringer Lisboa.

²¹⁷ Dom Frei Luiz Flávio Cappio.

²¹⁸ Ana Rúbia Torres de Carvalho (Ministério Público de Pernambuco), Eduardo Lima de Matos (Ministério Público de Sergipe) Luciana Espinheira da Costa Khoury (Ministério Público da Bahia), Luciana Imaculada de Paula (Ministério Público de Minas Gerais).

(AL)²¹⁹, Povos Indígenas da Bacia²²⁰, Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA)²²¹, Fórum Permanente de Defesa do São Francisco²²², Pastoral da Terra (BA)²²³, Frente Cearense por uma nova Cultura da Água e contra a transposição das águas do Rio São Francisco²²⁴, MST²²⁵ e Articulação do Semiárido do Ceará²²⁶.

Essa carta,²²⁷ além de reafirmar as críticas já apontadas pelo CBHSF, baseadas no Plano Decenal (2004-2013), lançou uma proposta alternativa ao Projeto de Transposição Oficial e solicitou aos governadores que atuassem junto ao então Presidente Lula para a realização de uma audiência pública com os Membros da Caravana a fim de que pudessem apresentar a proposta alternativa ao projeto.

Sobre a proposta, os membros da Caravana definiram sete pontos para o debate: o primeiro diz respeito a uma adução de água para os estados de Pernambuco e Paraíba, redimensionando o projeto da captação proposta de 28m³/s para 9m³/s; o segundo ponto propunha a suspensão do Eixo Norte; o terceiro, a adoção das obras previstas no Atlas do Nordeste para Abastecimento de Água para os não contemplados no PAC, com ênfase para o oeste do Ceará e Sertão Central/Inhamuns; o quarto item solicitava à União apoio para o desenvolvimento das tecnologias de abastecimento de água para a população do Semiárido Nordestino; o quinto requeria apoio à revitalização das bacias hidrográficas dos rios Jaguaribe no Ceará e Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte; o sexto ponto pedia apoio técnico ao CBHSF para a elaboração do Pacto de Gestão das Águas do São Francisco, com inclusão do atendimento às demandas para abastecimento humano do estado da Paraíba e consideração dos pleitos dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte para abastecimento humano e dessedentação animal; finalmente, o sétimo e último ponto requisitava a coordenação pela União da elaboração de um Plano de Desenvolvimento, sustentável e socialmente inclusivo, para todo o Semiárido Brasileiro.

Os meios jurídicos

²¹⁹ Antonio Gomes dos Santos (Toinho Pescador).

²²⁰ Marcos Sabaru, liderança do Povo Tingui-Botó.

²²¹ Renato Pêgas Paes da Cunha.

²²² Ruben Siqueira.

²²³ Ruben Siqueira.

²²⁴ Soraya Vanini Tupinambá.

²²⁵ Francisco Flávio Pereira Barbosa.

²²⁶ Lourival Almeida Aguiar.

²²⁷ Carta encaminhada no dia 28 de setembro de 2007. Está disponível nos arquivos do CBHSF.

Durante a XVII Plenária²²⁸ do CBHSF, realizada no dia 10 de dezembro de 2007, foi informado que o Tribunal Regional Federal concedeu liminar suspendendo a obra da transposição, incluindo a retirada do exército, suspensão do certificado de sustentabilidade da obra pela ANA, suspensão da decisão do CNRH até a conclusão do Processo Administrativo nº001/2004.

Para Khoury (2010), o projeto de transposição do rio São Francisco contraria o Estado Democrático de Direito, pois viola a Constituição Federal por não ter sido submetido à votação do Congresso Nacional. Além disso, apesar de terem tramitado no Supremo Tribunal Federal 14 ações judiciais, ações ajuizadas pelos Ministérios Públicos dos Estados da Bahia, Sergipe e Minas Gerais em parceria com a sociedade civil, as obras iniciaram sob a égide de uma liminar.

Esse trâmite jurídico ocorreu da seguinte forma:

no primeiro momento, o Ministério Público notificou administrativamente os órgãos públicos responsáveis pela execução do projeto, e inclusive foram feitas várias reuniões de trabalho, oportunidade em que os peritos do Ministério Público Federal apresentaram as inconsistências encontradas e foram feitas sugestões para alteração (MATOS, 2008:143).

De acordo com Matos (2008), apenas algumas sugestões de alterações no projeto foram acatadas pelos órgãos responsáveis. Ademais, o Supremo Tribunal Federal identificou a existência de conflito federativo entre os estados integrantes da bacia e os estados receptores. Entretanto, após longo período de tramitação das ações e a decisão do Tribunal Regional Federal da primeira região em suspender a decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que autorizou a viabilidade do projeto de transposição, o STF cassou a medida liminar do TRF e, a partir desse momento, não haveria mais nenhuma medida judicial ou administrativa que proibisse a execução do projeto de transposição.

As moções

Durante a Reunião Extraordinária do dia 27 de outubro de 2004, convocada para discutir o Processo Administrativo nº001/2004, o Comitê aprovou Moção²²⁹ que solicita ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a apreciação do projeto de transposição em reunião especificamente convocada para esta finalidade.

²²⁸ CBHSF. Afogados da Ingazeira (PE). Ajuda Memória das XVII e XVIII Plenárias realizadas nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 2007. Material do acervo do CBHSF.

²²⁹ CBHSF. Salvador (BA). Ata da V Reunião Plenária de Natureza Extraordinária realizada no dia 27 de outubro de 2004. Documentação fornecida pelo CBHSF.

O CBHSF aprovou e encaminhou Moção nº02²³⁰ do dia 09 de dezembro de 2005 à Agência Nacional das Águas, ao Ministério do Meio Ambiente, à Secretaria de Recursos Hídricos, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ao Ministério da Integração Nacional, solicitando:

[...] a reavaliação da outorga, concedida através da Resolução ANA nº411, de 22 de setembro de 2005 e adoção de providências relativas à elaboração de estudos complementares, visando a real comprovação da disponibilidade hídrica nas bacias doadoras e receptoras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O CBHSF aprovou e encaminhou Moção nº 03²³¹ do dia 09 de dezembro de 2005 à Agência Nacional das Águas, ao Ministério do Meio Ambiente, à Secretaria de Recursos Hídricos, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ao Ministério da Integração Nacional, solicitando:

[...] a reavaliação da sustentabilidade hídrica contida no Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica concedida pela ANA e adoção de providências relativas à elaboração de estudos complementares, visando a real comprovação da potencialidade do aproveitamento hídrico ao longo das bacias hidrográficas receptoras e doadora.

É notório todo o esforço do CBHSF em interferir nas decisões tomadas pela União no que diz respeito à transposição. Assim como também ficam claras as estratégias adotadas pelo Governo Federal em fazer parecer que a transposição foi um projeto levado à opinião pública e que a aprovação dele foi legitimada pela sociedade. Todavia, o histórico do Comitê do São Francisco nos mostra que essa legitimação não é verdadeira.

2.5 O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco como ator político: sobre espaço público e democracia participativa

No que diz respeito à construção da democracia na América Latina, o Brasil tem uma longa e diversificada história de luta para a construção de espaços de participação, processo desencadeado principalmente pela atuação dos movimentos sociais. Sua emergência se deu no final dos anos 1970, como parte da resistência contra a ditadura

²³⁰ Assinada pelo então Secretário Executivo do Comitê Anivaldo Miranda e pelo Presidente do Comitê à época Jorge Khoury. Documento disponível na página oficial do CBHSF.

²³¹ Assinada pelo então Secretário Executivo do Comitê Anivaldo Miranda e pelo Presidente do Comitê à época Jorge Khoury. Documento disponível na página oficial do CBHSF.

militar, e contribuiu decisivamente para o restabelecimento do regime democrático, que se expressou fortemente na mobilização por um discurso organizado pela luta por direitos e construção da cidadania.

Segundo Dagnino e Tatagiba (2010), a constituição de 1988 – conhecida como “Constituição Cidadã” – é um marco importante para a luta pela democracia no Brasil. Tal contexto possibilitou a criação de espaços políticos, que, conforme Telles (1994), reflete uma sociedade na qual as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento de direitos e pela representação de interesses, o que torna factível a construção de espaços públicos que confirmam legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de igualdade e de justiça venha a ser objeto de debate e de permanente e sempre reaberta negociação. Entretanto, esse é um processo que não se dá de forma harmoniosa e linear; é uma construção feita em terreno conflituoso e invariavelmente problemático da vida social.

Além disso, num regime democrático, a ordem política é fundamentada no consentimento, e as decisões políticas têm que ser continuamente fundamentadas e justificadas, o que implica ter anuência da sociedade para que adquiram validade e possam ser efetivadas. Nesse contexto, o papel da esfera pública é tornar-se a arena onde se verificam, por um lado, a aglutinação da vontade coletiva e, por outro, a justificação de decisões previamente acertadas (COSTA, 1997).

Dessa forma, trata-se de construir, entre Estado e Sociedade, a interface dada por arenas públicas que possibilitem a negociação democrática das regras de equipe e dos usos de recursos públicos. É na esfera do Estado que ocorre a constituição de parâmetros públicos que banalizam a deliberação política, regulam os modos de utilização dos recursos públicos, estabelecem as “regras do jogo” na negociação e arbitragem dos interesses envolvidos e permitem, por isso mesmo, neutralizar práticas de corporativismo e clientelismo (TELLES, 1994).

A emergência de novos atores coletivos representa o alargamento das fronteiras temáticas do espaço público. A importância do aparecimento de certos movimentos desencadeia uma ampla discussão de temas até então não entendidos e problematizados como questão de relevância social. A tematização pública desses problemas, por sua vez, tem provocado pronta intervenção política nas esferas demandadas, como é o caso do movimento ambientalista, que tem revelado crescente capacidade de sensibilização pública para as questões que propõe (COSTA, 1997).

Na mediação construída entre o Estado e a sociedade, esses espaços permitem tornar a gestão da coisa pública permeável às demandas, aspirações e temas emergentes

na sociedade civil, retirando do Estado o monopólio na definição de uma agenda de prioridades e problemas pertinentes à vida em sociedade. Ao mesmo tempo, ao contrário das práticas tradicionais de defesa corporativa de interesses no interior dos aparelhos do Estado, são esses espaços que publicizam os conflitos nas práticas de negociação. A gramática fundamental desse processo está no que Telles (1994) define como “gramática da argumentação cívica”, um processo no qual abre-se a possibilidade de se redefinir a antinomia entre interesses privados e interesses públicos através da afirmação dos direitos, o que tem como consequência o impedimento da defesa dos interesses acontecer no jogo bruto da força.

Entretanto, a sociedade brasileira tem como uma de suas principais características o estabelecimento de privilégios mantidos por alguns setores, grupos e determinadas classes sociais em detrimento do direito da maioria da sociedade. Nesse aspecto, é imprescindível a reflexão sobre a necessidade do desenvolvimento de um espaço público que tenha o objetivo de construir uma democracia participativa que estabeleça, de fato, o diálogo entre a sociedade civil e o Estado com o propósito de elaborar diretrizes que sejam capazes de superar as desigualdades da sociedade no campo social, econômico e político.

É nesse sentido que o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco ocupa espaço fundamental na constituição/construção da democracia brasileira. Além de significar a materialização dos espaços públicos, fundamental conquista no que diz respeito à democracia, pode também ser considerado fundamental ator político no que se refere à estruturação da democracia participativa.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco destaca-se por ter, na sua constituição fundadora, uma questão política no campo da gestão das águas como condutor na concepção do espaço e da condução de suas decisões. É ainda o precursor no que tange à elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, sendo a primeira Bacia Hidrográfica Brasileira a ter um Plano de Recursos Hídricos aprovado sob a égide da lei 9433, de 1997.

Sendo assim, no Brasil, durante a década de 1990, com a criação de vários conselhos consultivos e deliberativos em todos os níveis governamentais, ocorre um fortalecimento das políticas voltadas ao meio ambiente. A constituição desses organismos que pressupõem a participação de diversos segmentos da sociedade representa a politização da gestão ambiental como forma participativa para a resolução de conflitos entre os grupos envolvidos (MARTINS, 2015).

Da mesma forma, no debate internacional, a governança ambiental mantém fortes laços com estudos sobre a democracia, pois ambos estão no campo da análise dos arranjos políticos, da ampliação da participação e da construção de esferas deliberativas (MARTINS, 2015).

Nessa perspectiva, entendemos que o CBHSF configura-se como arena política e espaço público em que o exercício da democracia participativa é presente, apesar dos limites no campo decisório. O CBHSF constituiu-se como um importante articulador político a partir do momento em que representou, como interlocutor, um meio de acesso possível de estabelecimento de diálogo com o Governo Federal, no caso da transposição.

Dessa maneira, concordamos com a reflexão de Billaud (2014), quando ele afirma que esses espaços possuem a capacidade de produzir interações e articulações entre diferentes formas de “fazer a sociedade”, num processo de interligação entre a prática da tradicional democracia representativa e o exercício cada vez mais presente da prática da democracia participativa. Sabemos que essa articulação não está dada, mas deve ser um exercício de construção feito pelos diferentes coletivos em criar diversas formas de atuação democrática.

Por outro lado, fatos como a decisão de não participar dessas arenas podem significar uma forma de resistência, no sentido de que “a negativa de interação e/ou participação pode relacionar-se diretamente com as regras de recrutamento dos participantes, com o formato da participação, o desenho institucional ou a falta de crença na efetividade do espaço institucional” (MARTINS, 2015: 229).

Caso semelhante ocorreu com o CBHSF em que a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)²³² desistiu de participar do Comitê, pois, para essa entidade, não havia a possibilidade de interferência no projeto de desenvolvimento do semiárido através do Comitê. Essa associação encontrou outras formas de negociação com o Governo Federal, com vistas a interferir na Política de Desenvolvimento por meio do Projeto Um milhão de Cisternas²³³ (EMPINOTTI, 2011).

²³² A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede que propaga, defende e coloca em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político de convivência com o semiárido. É uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil, dentre as quais sindicatos, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, OSCIP, etc. A convivência com o semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque de água para as diversas atividades, desde utilização doméstica, com o consumo humano, mas também para a dessedentação animal e para a agricultura na produção de alimentos.

²³³ No início do ano 2000, a ASA desenvolveu seu primeiro programa para o abastecimento de água de beber para a população do semiárido brasileiro, e é a partir dessa iniciativa que nasce o Programa 1

Empinotti (2011) entende que, ao participarem dessas instituições, como foi o caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, as organizações acabaram legitimando as ações do governo e seus planos de desenvolvimento. Entretanto, a negociação e consenso não aconteceram.

Dessa forma, a característica deliberativa das instituições participativas é desconsiderada pelo Estado e as mesmas se tornam, na prática, apenas entidades consultivas. O espaço de negociação e influência das organizações da sociedade civil nas ações de desenvolvimento e uso da água na bacia deixa de existir e o CBHSF se transforma em mais um instituição descentralizadora, sem autonomia e influência no processo de aprovação das ações do Estado (EMPINOTTI, 2011: 204)

Neste aspecto, para Abers (2010), a falta de apoio estatal para as decisões dos comitês é recorrente, sendo que o problema vai além de respeitar (ou não) as decisões tomadas pelos atores dos comitês de bacia. O problema está na inabilidade do poder público para promover as informações técnicas necessárias sobre o uso da água, dificultando assim a eficiência da gestão deste recurso.

Já para Billaud (2014:147):

Os debates em torno da democracia participativa tratam, portanto, de sua capacidade de representar um verdadeiro instrumento de governo e, no que tange às questões ambientais nas quais ela é mais solicitada, de enfrentar as crises e os desafios criados pela experiência da finitude do mundo. Tanto pesquisadores quanto atores da sociedade civil têm consciência de que é preciso combater seus desvios (quando, por exemplo, ela acarreta a (re)legitimação dos poderes instituídos – uso que os representantes políticos geralmente fazem dela –, ou dos poderes emergentes – como às vezes acontece por parte do mundo associativo).

Contudo, a partir do momento em que o Comitê articula diversas ações, desde acatamento do Processo Administrativo nº 001/2004 às Moções, assim como a proposta alternativa à transposição, explicitada anteriormente, é demonstrado o caráter político e de ação do Comitê, e conseqüentemente das entidades e atores envolvidos. Entendemos que, embora faça parte de um jogo de manipulação pela União, o Comitê deixou bem claro o seu posicionamento crítico ao Projeto defendido e aprovado pelo Governo Federal. Desse modo, não fez parte da legitimação de fato, apesar de concordarmos que há um jogo de aparências para forjar tal ideia e, por conseguinte, fomentar a legitimidade da obra.

milhão de Cisternas, o qual passou a ser uma política de governo com recursos previstos no Orçamento Geral da União, tendo inclusive o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como elemento de segurança hídrica e alimentar.

Consoante Vanessa Empinotti (2011: 205),

Nessa dinâmica, o governo pode fazer escolhas e utilizar estratégias que fortaleçam certos grupos e enfraqueçam outras estruturas de tomada de decisão. Foi o que aconteceu com o CBHSF no momento em que o governo utilizou as estruturas do sistema de gerenciamento nacional dos recursos hídricos e da sua maioria absoluta no CNRH para aprovar o projeto de transposição do rio São Francisco sem seguir as recomendações do comitê de bacia. Consequentemente, o comitê sai enfraquecido e desmoralizado pelo governo e se torna um espaço de negociação fraco, incapaz de fazer prevalecer seu posicionamento e assim influenciar a tomada de decisão. Por outro lado, o governo fortalece parcerias unilaterais com organizações da sociedade civil, como no caso PIMC, e propicia espaços nos quais ideias vindas de fora do sistema têm alcance e eficácia, chegando a transformarem-se em políticas públicas.

Por outro lado, em função do conflito gerado pelo projeto de transposição do rio São Francisco, observa-se certa ruptura em relação ao modelo instituído pelo poder público federal – passando a participação a ser um dos elementos de conflito na relação entre Comitê e Estado. Essa situação de conflito revela fissuras no discurso hegemônico que atribuiu à participação da sociedade civil e dos usuários a definição da política das águas (SANTOS, 2006).

Ademais, os níveis de organização da sociedade civil, além de demonstrarem a complexidade dos interesses envolvidos, conferem à participação um sentido também mais complexo e amplo – chegando a romper os limites instituídos por essa mesma política – e isso se torna evidente a partir da posição autônoma assumida pelo Comitê diante do conflito da transposição. Dessa forma, a qualificação do referido processo de participação implica situá-lo no contexto político regional e nacional e no âmbito dos distintos paradigmas que transformam a complexa relação entre participação, descentralização, democracia e problemática das águas (SANTOS, 2006).

É notado que, nas últimas décadas, tenha havido um processo de modificação da atuação dos comitês, como afirma Abers (2010:21):

A necessidade de uma abordagem integrada já foi reconhecida por alguns no fim dos anos 1970, quando os primeiros comitês de bacia hidrográfica foram criados no Brasil. Esses primeiros comitês reuniam órgãos estaduais e federais em bacias federais, para propor soluções a conflitos de uso. Nos anos 1980, o reconhecimento do problema de conflitos entre usos foi complementado por demandas mais gerais por democratização. Em muitas áreas de políticas públicas, participação da sociedade civil e descentralização se tornavam propostas concretas. A ideia de que a gestão de água era apenas tarefa do governo se tornava cada vez mais insustentável.

De acordo com atores do CBHSF (2004), o processo de participação junto ao Comitê tem sido de fato lento, porém crescente e dinâmico, pois tem prosperado desde a promulgação da Constituição de 1988 nos municípios da bacia, tendo o Comitê como um órgão fundamental.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 deu destaque aos recursos hídricos e à implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Lei nº9433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou os instrumentos a serem utilizados na gestão integrada do uso da água (CBHSF, 2004), a alocação de água representa o extrato do planejamento dos recursos hídricos na bacia. Nesse contexto, o Comitê pode ser considerado um ator político fundamental para a Política citada acima, pois os planejamentos hídricos assim como a gestão das águas no Brasil pressupõem:

o envolvimento e a participação direta ou indireta de todos os atores que intervêm no processo hídrico da região, pois se trata de uma tarefa que visa à repartição da água na Bacia, de modo que a alocação é feita, em geral, por áreas e por setores usuários, sem considerar diretamente as imediatas demandas individuais de cada usuário (CBHSF, 2004: 117-118).

Apesar de compreendermos que talvez o otimismo com relação aos comitês possa ter sido exagerado, a maioria das bacias hidrográficas tem avançado em termos de capacidade de promover a gestão de água, embora essa evolução tenha sido mais lenta do que se esperava. Segundo Abers (2010: 23):

É comum que um comitê passe anos concentrando-se na mobilização de potenciais membros e na aprovação de regimentos internos. Continua sendo um sonho distante para a maior parte dos organismos formularem e aprovar planos de bacia hidrográfica, negociar preços para cobrança por uso de água, instituir agências de bacia para implementar o novo sistema de cobrança e influenciar no processo decisório dos órgãos públicos que lidam com a gestão de água (ABERS, 2010: 23).

A despeito disso, concordamos com José Carlos de Carvalho ao afirmar que “o modelo de gestão compartilhada e participativa pode representar uma ruptura com o velho modelo de gestão do Estado”²³⁴, mesmo que o caso da transposição do rio São Francisco demonstre que existem muitas dificuldades em exercer tal democracia de maneira plena.

²³⁴ Declaração feita durante a III Reunião Plenária em Juazeiro (BA) no ano de 2004. Referente ao documento: CBHSF. Juazeiro (BA). Memória da III Reunião Plenária realizada no dia 28 de julho de 2004 (24 páginas). Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1534 Acesso em 05 de abril de 2016.

2.6 Considerações Finais

Neste capítulo trabalhamos todo o processo de debate do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco no que diz respeito ao Projeto de Transposição do rio São Francisco.

Em primeiro lugar, partimos do pressuposto de que a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco está fortemente ligada às pressões exercidas pela sociedade civil, no que diz respeito a constituir um espaço de debate e interferência nas questões relacionadas ao projeto na época proposto. Além disso, mostramos que essa temática exerce a função de ser uma espécie de objeto catalisador de atores sociais dispostos a participarem do Comitê. É evidente que muitas outras questões estão envolvidas na gestão do CBHSF, entretanto, durante praticamente uma década, a temática central foi o Projeto de Transposição.

Ademais, procuramos demonstrar, neste capítulo, o posicionamento exercido pelos diversos atores de diferentes setores. O que fica evidente é que, com exceção dos órgãos ligados ao Governo Federal e de outros do setor dos usuários como é o caso da Chesf, a grande maioria dos representantes do Comitê posicionaram-se de forma crítica ao Projeto de Transposição, alguns sendo totalmente contrários à sua implantação e outros, críticos ao seu formato oficial. Há ainda contradições entre a opinião defendida pelos atores e o posicionamento do órgão representante, como é o caso da ANA. A partir do momento em que a ANA deliberou a outorga com relação ao projeto, sem acatar as restrições do comitê expressas no plano decenal, entende-se que a ANA estava a favor do projeto de transposição, mesmo tendo produzido o Atlas do Nordeste – considerado uma alternativa ao projeto de transposição pelos críticos, principalmente pela Caravana – e mesmo sendo quase evidente a opinião do seu diretor à época, que defendia a ideia de que, apesar do Comitê não possuir poder de deliberação sobre o projeto, poderia interferir por meio do Plano Decenal.

O Comitê traçou algumas estratégias para estabelecer diálogo com o Governo Federal, no sentido de propor modificações contundentes ao projeto, ao mesmo tempo em que acatou o processo elaborado pelo Fórum Permanente de Defesa do São Francisco e as Propostas escritas na Carta da Caravana em Defesa do São Francisco e do Semiárido e contra a Transposição, demonstrando o comprometimento e o caráter de

espaço público e, em última instância, ser ator político no contexto da prática da democracia participativa no Brasil.

Ainda assim, é evidente que as limitações desse órgão existem. No entanto, essas limitações são reflexos da dinâmica política brasileira, que, ao passo que estabelece avançadas formas de práticas democráticas, carrega na sua forma de existir inúmeras práticas conservadoras, utilizadas como mecanismos de defesa de interesses privados e de alguns setores da sociedade em detrimento dos interesses da maioria.

CAPÍTULO III: DEMOCRACIA E CONFLITOS SOCIAIS: PARA ALÉM DO COMITÊ

“Hoje o rio tá morrendo pela natureza dos homens que quer fazer mais barragem. O rio tá morrendo aos poucos. E esse rio tinha de tudo, toda a natureza de peixe, a capivara, o jacaré. Tinha mãe d’água, tinha nego d’água, tudo tinha dentro desse rio. O rio São Francisco é muito importante porque a gente come da água do rio, se não tiver o rio a gente morre, porque nós convive pela natureza do rio”

(Antonio Lopes –Índio Tumbalalá)

3.1 Introdução

No capítulo anterior, debruçamo-nos sobre o processo de discussão em torno do projeto de transposição no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Já neste capítulo, dedicaremos-nos à análise da atuação dos atores sociais em outros espaços. Os arranjos, os debates, as disputas e os conflitos analisados abordarão o envolvimento de diversos atores sociais, representados ou não no comitê, mas que utilizaram outros espaços, além do Comitê, para questionar ou defender o projeto de transposição.

Foram diversos os momentos em que entidades, movimentos sociais, instituições e organizações se mobilizaram – algumas vezes para debater o assunto, outras, para fazer protestos. A indignação da sociedade brasileira fora expressa também por meio jurídico, junto ao Ministério Público, como tratamos no capítulo anterior. Esse processo de conflito de interesses foi iniciado desde o final do governo FHC e retomado de forma mais intensa quando o Governo Lula anunciou que o projeto de transposição seria um dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Neste capítulo, faremos uma análise do posicionamento dos atores sociais com relação ao projeto de transposição a partir da reconstituição histórica do processo de organização em torno da luta pelo São Francisco, das estratégias de luta. Os conflitos a respeito desse processo serão expostos a partir de opiniões de diferentes atores sociais, o que nos possibilitará compreendermos os interesses desses atores sociais em torno do projeto em análise.

Para debater essas questões, dividimos o capítulo da seguinte forma:

No item 3.2. **O projeto de transposição como catalisador de movimentos sociais: posicionamento político e suas estratégias políticas**, mostraremos o processo de estabelecimento de diálogo e as pressões políticas exercidas pelos movimentos sociais e pelas organizações envolvidas com a questão da transposição, assim como as estratégias dessas organizações e dos movimentos sociais.

No item **3.3 As estratégias de publicização do problema: os jejuns de Dom Cappio**, faremos uma discussão sobre a importância das duas greves de fome realizadas pelo Bispo de Barra, Frei Luiz Cappio, como estratégia de publicização da questão da transposição e também de instrumento de pressão com relação a transposição.

No item **3.4 A população expropriada pela transposição do rio São Francisco: agricultores, indígenas, quilombolas**, trataremos das comunidades envolvidas, de seus posicionamentos e suas estratégias de diálogo com o governo federal.

Por fim, algumas considerações finais foram levantadas sobre este capítulo.

3.2 O projeto de transposição como catalisador de movimentos sociais: posicionamento político e suas estratégias políticas

Compreendemos que a proposta do projeto de transposição feita pelo Governo Federal proporcionou a diversos atores sociais o interesse em debater tal assunto e, por isso, entendemos haver um caráter catalisador, bem como o sentido de impulsionar a organização desses movimentos sociais em torno da temática da transposição, o que colaborou para a articulação dos atores sociais que já atuavam na bacia do São Francisco de forma organizada e também para a incorporação de outros atores sociais que se encontravam dispersos.

Tais atores sociais, dispersos ou organizados em entidades e movimentos sociais, encontram-se num contexto do que chamamos de conflitos socioambientais. Tal contexto pode ser observado nos depoimentos que ajudaram a compor este capítulo.

Uma de nossas entrevistadas, atualmente assessora dos indígenas, a qual se dedicou por 20 anos à Comissão Pastoral da Terra e à Comissão Pastoral dos Pescadores, esclareceu que, apesar da Pastoral já desenvolver há algum tempo debates sobre a questão da água na Bacia do rio São Francisco e também sobre a convivência do semiárido, a discussão a respeito da transposição, embora aparecesse algumas vezes,

não era o foco. Tal situação se modificou a partir da decisão do Governo Federal de realizar este projeto, pois, a partir desse episódio, a Comissão Pastoral da Terra, a Comissão Pastoral dos Pescadores, também o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de outras organizações decidiram estruturar uma articulação junto aos povos da bacia do rio São Francisco, como podemos observar no depoimento abaixo:

o Rubem ajudava na coordenação, ajuda ainda na coordenação desse projeto, então ficava uma pessoa no Alto São Francisco, uma no Médio, outra pessoa nessa região do submédio, e eu ficava aqui nessa região, nessa ponta aqui entre, passando entre o submédio até o baixo São Francisco. Então nesse processo de articulação foi possível a gente observar em que medida o povo do rio fazia essa discussão mais política em torno dos grandes projetos e junto a esse discurso dos grandes projetos a questão da transposição (informação verbal)²³⁵.

Essa articulação teve um papel importante para o debate e o posicionamento dos atores sociais contrários à transposição, apesar dos povos do Baixo São Francisco já terem visão crítica sobre a transposição muito antes da chegada da Articulação, como podemos observar abaixo:

Todos os pescadores, as comunidades tradicionais, as pessoas lá, independente dos movimentos sociais, eles sabiam e sabem ainda que as mazelas que o Baixo São Francisco sofre é em função das barragens e dos grandes projetos que foram estabelecidos. Então lá, as missas, as novenas, qualquer reunião de comunidade se debatia a transposição, se debatia as barragens, se debatia qualquer projeto que se pensasse ou que se ouvisse falar de que o estado estaria fazendo alguma coisa nas regiões do São Francisco. Então, a gente chegou num momento de muitas mobilizações, muito diálogo em relação a isso, então foi fácil de fazer a articulação nessa região, diferente do alto São Francisco, por exemplo, que parece uma coisa assim mais distante do rio, né (informação verbal).²³⁶

O estabelecimento da crítica sobre o projeto pela população ribeirinha, sobretudo aquela que vive no Baixo São Francisco, foi intensificada no processo em que o Governo Federal consolidou a realização de audiências públicas:

Quando Lula traz a tona essa questão da transposição e aí se fala das audiências públicas, nós ainda não estávamos efetivamente lidando através desse projeto de articulação, então era mais no campo mesmo dos lugares onde a gente tava atuando, então se teve todo um processo de mobilização na bacia, sobretudo na bacia do rio São Francisco e os movimentos sociais que fazia esse debate, para

²³⁵ Entrevista concedida por INDÍGENAS, Assessora. Entrevista nº 18 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Paulo Afonso (BA), 2014. 8 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'. Arquivo Pessoal.

²³⁶ Entrevista concedida por INDÍGENAS, Assessora. Entrevista nº 18 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Paulo Afonso (BA), 2014. 8 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'. Arquivo Pessoal.

discutir nas audiências o significado disso, então era o momento de contestação com relação à transposição do rio São Francisco (informação verbal)²³⁷.

Entendemos que esse momento se configurou como o primeiro passo para que ocorresse a unificação dos movimentos sociais na região em torno da questão da transposição. É a partir desse episódio, quando os movimentos sociais juntamente com os povos tradicionais da bacia do São Francisco resolveram impedir a realização das audiências públicas – ação justificada pelo fato das audiências não terem sido realizadas nos municípios da Bacia do São Francisco e sim nos grandes centros da região nordeste –, que esses atores sociais compreenderam que a presença deles nas audiências públicas serviriam, na verdade, para legitimar o projeto, e não para constituir a possibilidade de participação democrática da sociedade civil, ou seja, das audiências públicas consolidarem-se em espaço público como instrumento para a democracia participativa.

Nesse sentido, segundo o Relatório de Denúncia, *Povos indígenas do Nordeste Impactados com a Transposição do Rio São Francisco* (TOMÁZ, 20--), organizações da sociedade civil, povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas da bacia fizeram e fazem a crítica ao projeto de transposição pela falta de participação e de consulta aos povos diretamente afetados, assim como por ser uma obra que, ao invés de distribuir água para aqueles que necessitam, na realidade, acirra a disputa pela água na região do semiárido nordestino.

Apesar de colocados em situação de vítimas por parte das políticas aplicadas à região, essa população passou ao protagonismo social e político quando se organiza para contestar o projeto em questão. Segundo Siqueira (2010), o IBGE contabilizou a existência de 50 mil ONGs na Bacia do rio São Francisco, praticamente metade está no estado de Minas Gerais.

Os trabalhadores do Rio São Francisco sabem pelo que lutam. Lutam por manter seus territórios, seus modos de vida, seus lugares de trabalho. Mas ao lutarem por isto, lutam por um outro modelo econômico, por um outro modo de produção contrário ao modelo de desenvolvimento capitalista, que concentra os ganhos em poucos proprietários que vivem nos grandes centros urbanos há milhares de quilômetros de distância das margens do “Velho Chico”, deixando todo ônus da degradação ambiental provocada por sua forma gananciosa de se apropriar da natureza às populações locais, as quais dependem deste ambiente (THÉ, 2010: 44).

²³⁷ Entrevista concedida por INDÍGENAS, Assessora. Entrevista nº 18 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Paulo Afonso (BA), 2014. 8 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'. Arquivo Pessoal.

As discussões sobre o projeto de transposição foram se estabelecendo em diversos espaços e, dessa forma, incorporando diferentes atores sociais, inclusive aqueles que não vivem na bacia do rio São Francisco. Como foi o caso da I Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada entre os dias 27 e 30 de novembro de 2003²³⁸, cujo tema foi o Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente e que contou com a participação de 65 mil pessoas. Nessa ocasião, um grupo de participantes se manifestou contra o projeto de transposição, fato que não agradou o Presidente Lula. Essa conferência foi convocada pelo governo federal, congregou diversos segmentos da sociedade civil e

de forma expressa proibiu a transposição das águas do São Francisco. Essa conferência foi o resultado de uma articulação nacional, permeada pela manifestação de conferências estaduais que contaram com a participação de 65 mil pessoas. Dessa forma, ela representa um espaço qualificado que reflete os anseios dos mais diversos seguimentos da vida brasileira e, portanto, legítima para nortear as políticas públicas em matéria ambiental. Nesse movimento, que congregam correntes as mais diversificadas, destacam-se a CUT, a Cáritas e a Comissão Pastoral da Terra. Ao lado disso, representantes do Ministério Público, em vários Estados da Federação, estão recorrendo à Justiça pleiteando a suspensão de obras previstas no projeto Ciro Gomes (COELHO, 2005: 203).

Em outubro de 2004, o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco, organizou um seminário, intitulado Perspectivas de vida Sustentável, que aconteceu em Salvador no Hotel Belmar, durante os dias 24 e 25. Durante essa reunião, foram discutidas questões sobre o projeto de transposição e, ao final, os participantes elaboraram uma carta destinada às autoridades e ao povo em geral. Essa carta²³⁹ recebeu o nome de “Rio São Francisco – perspectivas de vida sustentável” e foi assinada por diversos atores sociais – estudantes, professores, profissionais liberais, profissionais de engenharia, promotores, ambientalistas, lavradores, ribeirinhos, membros de movimentos sociais, sindicatos, igrejas, ONGs –, os quais participaram da reunião e

²³⁸ Este evento teve por objetivo mobilizar, educar e ampliar a participação popular na formulação de propostas para um Brasil sustentável; definir diretrizes para consolidar e fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, como um instrumento para a sustentabilidade ambiental; diagnosticar e mapear a situação socioambiental mediante indicadores, atores sociais, percepções, prioridades. Como resultado, foram emitidas 659 deliberações de competência do Ministério do Meio Ambiente- 336 recomendações de competência de outros órgãos. Essas informações estão disponíveis no site oficial do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/i-conferencia>

²³⁹ REVITALIZAÇÃO sem transposição: carta do seminário “Rio São Francisco – perspectivas de vida sustentável. Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco. 27 out. 2004. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Revitalizacao+sem+transposicao++carta+do+seminario++Rio+Sao+Francisco+++perspectivas+de+vida+sustent/4284> Acesso em 02 fev. 2015.

somavam cerca de 300 pessoas. A carta estabelecia diversas críticas com relação ao projeto de transposição, no sentido de que esse projeto representava um caminho contrário à perspectiva autossustentável de convivência com a realidade do semiárido nordestino, ao mesmo tempo que, “ao contrário do discurso oficial, segue a velha lógica da “indústria da seca”, que impõe a grande obra hídrica como solução falsa para o problema da seca, mais manipulado do que efetivamente encarado”. Esclarecia inclusive que compreendem que, por trás do discurso com caráter “populista” de levar água para saciar a sede de 12 milhões de nordestinos, a real intenção desse projeto é

transpor para irrigar, favorecendo a fruticultura de exportação, insustentável sob todo ponto de vista, nos moldes com que é praticada no próprio Vale do São Francisco, dependente de altos subsídios públicos, descomprometida com as condições dignas de trabalho nas empresas e com a preservação do meio ambiente.²⁴⁰

Além dessas questões, a carta também foi direcionada ao Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, no sentido de apoiá-lo quanto à não deliberação sobre usos externos de água da bacia, já que o Comitê realizaria a reunião para deliberar sobre tal questão no dia seguinte, em Salvador. Nesse sentido, deixa clara a necessidade do exercício da democracia e a constatação de atitudes contraditórias do Governo Federal:

prestamos toda a nossa solidariedade, face às pressões autoritárias que vêm sofrendo do Governo Federal que quer a todo e qualquer custo impor o projeto de transposição, ameaçando até o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, ainda em fase de implantação. O Estado Democrático de Direito, tão arduamente construído neste País, com grande contribuição do Partido dos Trabalhadores, não comporta mais serem atropeladas instâncias de participação da sociedade.²⁴¹

Por fim, faz a seguinte solicitação ao Governo Federal:

Preste ao menos o debate da transposição para pôr em evidência a verdade do semiárido e da Bacia do São Francisco, suas reais dificuldades e potencialidades. Cabe ao povo da Bacia e de todo o Nordeste, à sociedade civil organizada e aos políticos que ainda estão do lado do povo, impedir a nova

²⁴⁰ REVITALIZAÇÃO sem transposição: carta do seminário “Rio São Francisco – perspectivas de vida sustentável. **Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco**. 27 out. 2004. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Revitalizacao+sem+transposicao++carta+do+seminario++Rio+Sao+Francisco+++perspectivas+de+vida+sustent/4284> Acesso em 02 fev. 2015.

²⁴¹ REVITALIZAÇÃO sem transposição: carta do seminário “Rio São Francisco – perspectivas de vida sustentável. **Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco**. 27 out. 2004. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Revitalizacao+sem+transposicao++carta+do+seminario++Rio+Sao+Francisco+++perspectivas+de+vida+sustent/4284> Acesso em 02 fev. 2015.

ameaça da transposição, pelo que ela significa de atraso, de continuísmo e de impedimento do processo de construção da verdadeira sustentabilidade da vida. E ao governo federal não cabe outra medida senão empreender programas efetivamente sustentáveis de revitalização da Bacia do São Francisco e do semiárido.²⁴²

A Universidade também compôs um setor importante no processo de debate e estabelecimento de um posicionamento crítico sobre o projeto de transposição. No ano de 2004, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) organizou um Encontro Internacional sobre transferência de águas entre Bacias Hidrográficas, cujo tema principal foi a discussão dos efeitos da proposta de transposição e revitalização de toda a bacia do rio São Francisco. O evento contou não só com a discussão técnica voltada ao impacto ambiental e à engenharia do projeto, mas também abordou diversos aspectos econômicos e sociais. Com a presença de especialistas²⁴³ sobre a questão, o encontro teve também como objetivo elaborar um documento de avaliação sobre o projeto “com o propósito de fornecer às autoridades e à sociedade uma avaliação isenta da questão, com aspectos técnicos que subsidiem o amplo debate e a tomada de decisão”.²⁴⁴

Essa reunião debateu diversos aspectos que envolvem a discussão em torno do projeto de transposição do rio São Francisco a partir de uma reflexão sobre outras

²⁴² REVITALIZAÇÃO sem transposição: carta do seminário “Rio São Francisco – perspectivas de vida sustentável. **Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco**. 27 out. 2004. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Revitalizacao+sem+transposicao++carta+do+seminario++Rio+Sao+Francisco+++perspectivas+de+vida+sustent/4284> Acesso em 02 fev. 2015.

²⁴³ Estiveram presentes no debate sobre o Projeto de Transposição: Ana Maria Cardoso de S. Gama, da Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco - CPRH-PE, Antonio Marozzi Riguetto, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Arno Maschmann de Oliveira, da Universidade Federal de Alagoas, Ascendino Flávio Dias e Silva, da Universidade Federal de Pernambuco, foi o coordenador geral do workshop, Paulo Canedo de Magalhães da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – COPPE, Carlos de Oliveira Galvão da Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba, Carlos Eduardo Morelli Tucci, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Eloísa Bastos Amorim de Moraes, do Sindicato dos Engenheiros no estado de Pernambuco – SENGE/PE, Fernando Antônio Batista Vieira, do Banco de Desenvolvimento Nacional – BNDES, Francisco de Assis da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME/CE, Francisco Lobato, do Ministério do Meio Ambiente, Frederico Augusto Tavares de Melo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, João Paulo Lobo Ferreira, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC – Portugal, João Suassuna, da Fundação Joaquim Nabuco – Pernambuco, Jose Almir Cirilo, da Universidade Federal de Pernambuco, designado coordenador científico e relator desta reunião, José Antônio Silva Aleixo, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, foi coordenador geral da reunião, José Aquino de Souza, da Universidade de Pernambuco, Leimar de Oliveira, da Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba, Lourdinha Florêncio, da Universidade Federal de Pernambuco, Luiz Carlos da Silveira Fontes, da Universidade Federal de Sergipe, Manuel Domingos Neto, da Universidade Federal do Ceará, Marcelo Cauás Asfora do Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP, foi relator da reunião, Márcio Baptista da Universidade Federal de Minas Gerais, Oscar de Moraes Cordeiro Netto, da Universidade de Brasília, Raymundo José Santos Garrido, da Universidade Federal da Bahia, Rubem La Laina da Silva, da Universidade de São Paulo, Simone Rosa da Silva, da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco e Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, da Universidade Federal da Bahia.

²⁴⁴ RECIFE sediará Encontro Internacional sobre Transferência de Águas. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 31 jul. a 02 ago. 2014. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

experiências de transferências de águas entre bacias, desde aspectos técnicos até questões sobre os conflitos de interesse. Dessa forma, esse encontro, que foi realizado por convite da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), debateu os seguintes aspectos sobre o projeto de transposição: os recursos hídricos na bacia do rio São Francisco e seus usos múltiplos (impactos ambientais na calha do São Francisco, disponibilidade hídrica na bacia do rio São Francisco, geração de energia, irrigação, demandas por água na bacia do São Francisco e vazão alocável para usos consuntivos), Disponibilidade Hídrica e Demandas na Região Destino, Considerações sobre o Projeto de Transposição de águas do São Francisco (demanda na região de destino, aspectos socioeconômicos e institucionais, receitas e custos, custo final da água, sustentabilidade do semiárido, oportunidade, viabilidade econômica, governabilidade, estratégia para implementação do projeto de transposição).

Contudo, como consta no Relatório de Discussões sobre o workshop realizado durante a reunião, foram apontadas diversas observações com relação à viabilidade técnica, econômica e social do projeto, tendo sido depreendido que:

As melhores soluções adotadas nas experiências em outros países passam por um processo de negociação séria, protocolos de compensações e de medidas mitigadoras, investimentos proporcionais pra resolver os problemas das regiões de origem e de destino da água. No nosso caso, existe concretamente o projeto de transposição de águas e acenos do governo federal de uma política de revitalização da bacia. A solução dos problemas da população rural difusa em todo o semi-árido se resume a um programa de construção de cisternas rurais que transcorre muito lentamente. Urge, assim, a construção de um plano de ação integrado nas duas regiões, com cronograma e fontes de recursos definidos. Os preceitos de prioridades, de justiça social, de racionalidade dos investimentos públicos devem ser obedecidos para o bem do país (SBPC, 2004: 14).

Segundo João Suassuna (2010: 202), especialista no assunto e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, uma das questões mais preocupantes durante essa reunião foi o fato dos representantes do Governo Federal terem mencionado uma vazão alocável do Rio São Francisco, por meio da qual seria subtraído do rio um volume de $360\text{m}^3/\text{s}$, quando, na verdade, o volume considerado pela Codevasf era de $240\text{m}^3/\text{s}$ como existente no rio “depois de descontadas as vazões dos múltiplos usos aos quais vem sendo submetido”. Após questionamentos a esse respeito, a conclusão a que chegaram foi:

Esse número é de mera conveniência. Simplesmente estipulou-se o número para se possibilitar a exequibilidade do projeto. Chegamos a indagar a alguns técnicos como se comportaria essa vazão alocável ($360\text{m}^3/\text{s}$) com a retirada da

água do rio numa situação de penúria hídrica, como o que ocorreu na Bacia do Velho Chico em 2001, ocasião na qual o rio não dispunha de água sequer para gerar energia. A resposta foi a de que, em casos como aqueles, a outorga das águas só se daria através de exaustiva negociação junto aos seus usuários (SUASSUNA, 2010: 203).

O debate feito pela comunidade científica brasileira continuou durante a 10ª Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em janeiro/fevereiro de 2005 na Universidade Federal de Pernambuco, que contou com conferências e mesas redondas sobre o projeto de transposição, uma delas ministrada pelo pesquisador João Suassuna com o tema: “Rio São Francisco: Erros e Transposição”, o mesmo pesquisador também participou de uma discussão sobre o projeto de transposição no último dia do evento.

Para Suassuna (2010), os erros com relação à transposição estão relacionados principalmente ao risco do governo priorizar a transposição e deixar de lado a revitalização, de considerar insignificante o volume de água a ser retirado do rio, sendo ele cerca de 1% da água que o rio joga ao mar, quando, na verdade, o cálculo deveria ser feito levando-se em consideração a vazão alocável de 360m³/s e não a vazão média do rio de 2800m³/s, assim, considerando a vazão alocável e os usos existentes, a retirada de 127m³/s pode significar 47% do saldo atual para usos consuntivos. Além desses equívocos, outro que merece destaque está no fato do projeto não considerar que o rio São Francisco é um rio de múltiplos usos, em que o crescimento da área irrigada é de 4% ao ano e a navegabilidade encontra-se prejudicada em vários trechos do rio devido ao assoreamento, além de que uma das principais utilizações das águas do rio é para a geração de energia. Outro problema está na não observância dos conflitos existentes nos usos das águas para irrigação e geração de energia.

Nesse aspecto, durante o Encontro Internacional sobre transferências de águas entre grandes bacias hidrográficas, realizado também pela SBPC (2004), chegou-se à conclusão de que a agricultura irrigada é a maior consumidora de água entre todos os outros usos, portanto, necessária para o atendimento das necessidades das populações e o desenvolvimento das regiões. Vale ressaltar que o potencial de áreas irrigáveis existe tanto na bacia do rio São Francisco quanto nas regiões do nordeste externas à bacia. Assim, foram salientadas as intenções do Eixo Norte,

cujo objetivo é inequivocadamente irrigação, baseia-se no princípio do aumento da sinergia dos grandes reservatórios do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. O projeto do Eixo Norte apresenta muitas incertezas no que se refere à

viabilidade econômica e não há clareza quanto ao benefício social e à distribuição de renda que poderá ser gerada com o projeto (SBPC, 2004: 13).

Além dos erros apontados acima, o Engenheiro João Suassuna (2010) evidencia outras questões relevantes como, por exemplo, o fato de que as águas serão transportadas para regiões do Nordeste onde elas já são abundantes. Segundo o pesquisador, dados da Funcate demonstram que não há déficit na região que possa impedir ou comprometer o abastecimento humano e que “diante do potencial hídrico existente, a transposição do rio São Francisco constitui-se desnecessária” (SUASSUNA, 2010: 265).

Nesse sentido, o Professor Luiz Carlos Fontes, da Universidade Federal do Sergipe, afirma que:

O que o governo quer tirar é o rio do seu leito natural, sem revitalização, para beneficiar criadores de peixes e camarão e exploradores de perímetros irrigados. A água do São Francisco não será usada para matar a sede dos cearenses, potiguares e paraibanos. O desvio do rio tem interesse meramente comercial e das empreiteiras, conclui Fontes, que é professor da Universidade Federal do Sergipe (UFS) e estudioso da área.²⁴⁵

Em contrapartida ao posicionamento do governo federal, a sociedade civil (movimentos sociais e diferentes entidades) organizou às margens do rio São Francisco, na cidade de Juazeiro (BA), diversos debates para discutir a preservação da bacia do rio São Francisco e a revitalização do rio. Segundo notícia publicada na Gazzeta do São Francisco²⁴⁶, esses debates realizados em março de 2004 contaram também com discussões públicas sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia. Participaram da reunião entidades governamentais e organizações locais, assim como o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco e o Ministério Público. No final do evento, ocorreu a segunda edição da Romaria das Águas.

A revitalização do rio São Francisco e sua transposição foram discutidas durante reunião realizada no auditório da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), promovida pelo Fórum de Defesa do Rio São Francisco e Ministério Público. Além dos representantes dessas entidades, estiveram presentes representantes de associações, entidades comunitárias e ambientalistas de vários municípios banhados pelo Velho Chico:

²⁴⁵ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 26 jan. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

²⁴⁶ RIO São Francisco é tema de seminário em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 20 a 22 mar. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

Estamos fazendo todo um processo de integração com a sociedade civil para aprimorar esse plano a partir das realidades locais. Estamos apresentando já as propostas elaboradas pelos técnicos dos ministérios para o Plano de Bacias e a proposta do governo federal para o programa de revitalização”, explicou o coordenador da Comissão de Revitalização do rio e representante do Ministério do Meio Ambiente, Maurício Laxe.²⁴⁷

O ambientalista e professor Vitório Rodrigues, que se dedica há mais de uma década às questões ambientais do rio São Francisco da região, fez críticas ao projeto de transposição, declaradas em entrevista ao Jornal Gazzeta do São Francisco:

Todos sabem da minha posição. Eu defendo até uma transposição de bacias, uma vez que a gente tem um Tocantins (rio) ainda com uma vazão de 10 mil metros cúbicos por segundo, enquanto temos um São Francisco que ao chegar ao Oceano está em torno de 800 metros cúbicos por segundo. Existe uma proposta de 1996, foi até a Codevasf que elaborou, girava em torno disso, que não chegou a virar projeto. Mas do jeito que estão programando agora, tem aí um chamado projeto São Francisco, eu não tenho muito conhecimento sobre esse projeto, porque não foi ainda apresentado à sociedade, mas se fala que é transposição inclusive para irrigação. Se fossem apenas adutoras para levar água potável para as pessoas que não tem, mas aí pergunto: se faz essa transposição para 700 quilômetros distante do rio é uma medida humana, é. Mas e os nossos ribeirinhos que muitas vezes precisam cavar buracos para encontrar água salobra? Esse pessoal quando será atendido? O rio pertence ao Brasil, mas tirar água de dentro de casa e mandar para fora enquanto não abastece nem os potes de suas próprias casas, eu acho simplesmente uma atitude incoerente.²⁴⁸

Apesar da aprovação do projeto de transposição pelo governo federal, entidades sindicais de Juazeiro (BA) reivindicaram a realização de uma audiência pública sobre o licenciamento ambiental das obras da transposição na cidade ribeirinha: “Essas entidades escreveram um abaixo-assinado que foi entregue ao Ibama”.²⁴⁹

A Frente Nacional de defesa do São Francisco e contra a transposição²⁵⁰, criada no dia 06 de janeiro de 2005, fez a seguinte crítica: “a legislação vigente determina o prazo mínimo de 30 dias para convocação de audiências públicas. As entidades iniciaram ontem a coleta de assinaturas em defesa da realização de audiência em

²⁴⁷ COMUNIDADE e Instituições Públicas discutem preservação e revitalização do Rio São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 20 a 22 de mar. 2004: Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁴⁸ RODRIGUES, Vitório. Entrevista. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 13 a 16 de mar. 2004. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁴⁹ SINDICATOS querem audiência sobre transposição em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 20 jan. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁵⁰ Esta frente foi criada com o objetivo de reunir a vasta parcela da opinião pública situada sobretudo nos estados da bacia do rio São Francisco (Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe) que são críticas à transposição do rio São Francisco. Juntamente com a criação da frente, foi determinada a criação de três comissões: comunicação, mobilização e jurídica. Informações disponíveis em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Entidades+criam+Frente+de+Defesa+do+Rio+Sao+Francisco/5819>

Juazeiro”²⁵¹. Essa crítica se refere ao pouco prazo que foi dado para que as entidades se organizassem a fim de participar das audiências.

Outras entidades também reivindicaram a realização da audiência, dentre elas: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), representações sindicais dos comerciários e também dos bancários, trabalhadores dos postos de combustíveis e do movimento cultural Comando Virgulino, assim como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro.

“Nós do movimento sindical vamos resistir contra a transposição. As condições do rio não permitem que o faça”, disse Agnaldo Meira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro (STRJ), um dos responsáveis pela mobilização. “Precisamos garantir a revitalização do rio”, reforçou. Na opinião de Meira, o Governo Federal quer excluir os ribeirinhos da discussão. “Nós não aceitamos. Estamos denunciando esta posição e vamos lutar até o fim para garantir a vida do São Francisco”, afirmou. Meira atribui a não inclusão de cidades às margens do Velho Chico ao fato da maioria dos ribeirinhos ser contrária ao projeto, demonstrada nas consultas públicas, e mobilizações populares. “Há uma nítida resistência de toda população ribeirinha”, afirmou.²⁵²

As reuniões realizadas pela sociedade civil são-franciscana não cessaram após a aprovação do projeto de transposição pelo governo federal em janeiro de 2005. Em abril do mesmo ano, representantes de todos os municípios baianos da região do submédio São Francisco encontraram-se em Juazeiro (BA), para discutir a revitalização do rio São Francisco:

Estaremos aqui com representantes de todos os municípios, que envolvem a bacia, não só os municípios que estão à beira do São Francisco. Esse evento tem o caráter de apresentar o programa de revitalização que já foi apresentado outras vezes aqui na região, mas também de apresentação de projetos das prefeituras, ONGs, associações que tenham projetos voltados à revitalização do São Francisco.²⁵³

Além das reuniões, debates, manifestações e passeatas, a sociedade civil também recorreu à justiça para contestar o projeto de transposição. Em janeiro de 2005, a seccional sergipana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SE)

ajuizou a ação civil pública contra a transposição e pediu liminar para barrar a audiência pública sobre o projeto, marcada para o próximo dia 31, em Aracaju. “Está mais do que claro que a transposição é um projeto que irá beneficiar o

²⁵¹ ENTIDADES querem realização de audiência sobre a transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 20 jan. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁵² ENTIDADES querem realização de audiência sobre a transposição. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. 20 jan. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁵³ JUAZEIRO sediará Seminário de Revitalização da Bacia do São Francisco. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. 21 a 22 de abr. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

latifundiário e o empreiteiro. O povo só perde”. Afirma o presidente da Ordem, Henri Clay Andrade.²⁵⁴

No ano anterior, a juíza federal substituta Cláudia Tourinho, da 14ª Vara Cível de Salvador, havia requerido uma liminar para suspensão do processo de licenciamento ambiental do projeto de transposição do rio São Francisco, que atendia à solicitação realizada pelos membros do Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco

em medida cautelosa preparatória para ação civil pública contra a união. Além disso também foi pedida a suspensão imediata concorrência aberta pelo Ministério da Integração Nacional, para a execução da primeira etapa da transposição. [...] A ação foi motivada pela atitude do governo federal que ignorou a competência do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco para decidir sobre as condições do rio, e se ele pode ou não ceder suas águas para outras bacias. De acordo com a advogada Ana Cacilda Reis, o governo não cumpriu as condições estabelecidas e encaminhou o pedido de licença ao Ibama, mesmo sem ter a declaração das prefeituras interessadas de estar o empreendimento em conformidade com o uso e a ocupação do solo. Além da autorização de supressão da vegetação e outorga de água que ainda não foi emitida pela Agência Nacional de Águas (ANA)²⁵⁵.

Segundo Henkes (2014), a despeito das inúmeras ações judiciais propostas para impedir a execução do Projeto de Transposição, por motivos relacionados às falhas apresentadas no licenciamento ambiental bem como à não aceitação da obra por parte da comunidade científica e dos povos afetados, e aos danos ambientais comprovados, em janeiro de 2005, todas as liminares foram negadas. Para a autora,

O número acentuado de ações judiciais propostas visando suspender a concessão das licenças ambientais em razão das falhas e omissões relevantes no EIA/RIMA evidenciam a inaceitabilidade social do Projeto e também a descon sideração de preceitos legais da PNRH; do Plano Decenal; da CF/88, no que tange ao direito-dever ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à participação e, também dos princípios do direito ambiental, como o da participação, prevenção e precaução (HENKES, 2014:528).

Em outubro de 2005, entidades e movimentos sociais que fazem parte do Fórum de Defesa do rio São Francisco se reuniram na quadra de uma escola de Juazeiro para a realização de uma Assembleia Popular para encaminhamento de propostas viáveis para o semiárido e para o rio São Francisco. De acordo com informações publicadas na Gazzeta do São Francisco, do dia 11 de outubro, onze entidades de várias cidades do

²⁵⁴ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 26 jan. de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁵⁵ ENTIDADES entram com pedido de liminar contra a transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 23 a 25 out. 2004. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

Nordeste discutiram novas estratégias de luta pela não transposição do rio São Francisco. A mobilização ganhou força após a greve de fome de Dom Luiz Cappio²⁵⁶:

O dia de hoje é um dia de trabalho e luta para estabelecer as estratégias de ação para continuar mantendo essa perspectiva de mobilização popular. Esperamos que a mobilização cresça o suficiente para impedir a transposição e conseguir a revitalização do rio e do semiárido”, falou o representante da Comissão Pastoral da Terra, Ruben Siqueira.²⁵⁷

Os militantes presentes no ato em Juazeiro e que defendiam a revitalização do rio São Francisco tinham a expectativa de ter apoio de toda a população brasileira, que, após a greve de fome de Dom Cappio e com as mobilizações populares, compreenderiam as contradições desta obra. Um dos organizadores da Assembleia realizada em Juazeiro, Gilberto Malvezzi, conhecido como Gogó, afirmou que a luta pela revitalização e contra a transposição é longa, pois “o Governo vai continuar insistindo e nós vamos continuar tentando colocar os problemas e as consequências de uma obra como essa”²⁵⁸.

Além da afirmação acima, Gogó também explicitou uma expectativa de que o Governo Federal estaria disposto a dialogar,

já que agora conseguimos quebrar o cerco que o Governo tinha feito em torno do projeto da transposição”. Ele disse que agora o Governo terá de abrir espaços para as negociações. “Pois ele não permitia um verdadeiro debate sobre esse projeto, e agora achamos que será impossível para o Governo segurar sua posição, pois a cada passo que ele der terá uma mídia e uma cobrança em cima e ele não poderá mais fazer as coisas da forma como estava fazendo antes”, falou²⁵⁹.

Após a Assembleia, a ponte Presidente Dutra, entre Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), foi o lugar escolhido por centenas de manifestantes para protestar contra a transposição das águas do rio São Francisco e em solidariedade ao bispo do município baiano de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio, há dez dias em greve de fome contra o projeto. A mobilização, que marcou o aniversário de 504 anos da descoberta do rio, interditou a ponte por quase duas horas: “[...] Esta manifestação está acontecendo no Brasil inteiro, sobretudo no Vale do São Francisco. É um gesto de solidariedade com o

²⁵⁶ Esta questão será discutida no item 3.3 “As estratégias de publicização do problema: os jejuns de Dom Cappio”.

²⁵⁷ LUTA contra a transposição ganha ato público em Juazeiro. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁵⁸ LUTA contra a transposição ganha ato público em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

²⁵⁹ LUTA contra a transposição ganha ato público em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

rio e também com o Dom Luiz, que está expondo a sua vida”, afirmou o membro nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica, Roberto Malvezzi, o Gogó.²⁶⁰

Os manifestantes presentes no ato em Juazeiro expuseram suas opiniões. Para Abidiel Pereira, militante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, da cidade de Candeias-BA, “essa mobilização é importante porque estamos lutando pelo rio e precisamos estar juntos, todos os movimentos”.²⁶¹ Na visão de Jacira Félix, integrante da Comunidade São José da Infância, a transposição não deve ser realizada porque “o rio está morrendo e não precisa de transposição e sim de revitalização”.²⁶² Um integrante do Movimento dos Trabalhadores Associados e Acampados da Bahia declarou à Gazzeta do São Francisco que “não se deve desviar o rio porque com o tempo, vai acabar ninguém ficando com ele”.

A Cáritas²⁶³, juntamente com outras entidades e movimentos sociais, como sindicatos e paróquias da região são-franciscana, participou ativamente dos protestos e debates organizados pela sociedade, estando inclusive presente na manifestação em outubro de 2005, na ocasião da comemoração do aniversário do rio São Francisco, momento em que várias barcas estiveram na calha do rio entre Juazeiro e Petrolina realizando esse protesto.

Um aspecto relevante da organização dos movimentos sociais está no processo de articulação entre os povos da bacia, possível a partir de um trabalho realizado pela Comissão Pastoral da Terra, o qual, como relata Siqueira (2010: 11), ocorreu da seguinte forma:

Ao final de 2005, consolidamos um “diagnóstico vivencial” da Bacia do Velho Chico, resultado das andanças e intercâmbios – chamados “mutirões” – que fizemos durante todo o ano com grupos populares da bacia hidrográfica, como base para uma articulação de entidades e movimentos sociais do São Francisco.

De acordo com o Relatório de Denúncia, *Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do rio São Francisco*, a transposição do rio São

²⁶⁰ PROTESTO contra a transposição do rio São Francisco interdita ponte Presidente Dutra. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

²⁶¹ OPNIÃO. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

²⁶² LUTA contra a transposição ganha ato público em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. de 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

²⁶³ Entidade de promoção e atuação social em defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa e plural. Informações disponíveis em: <http://ne3.caritas.org.br/>

Francisco foi interrompida diversas vezes devido às irregularidades na implementação do Projeto de Transposição relacionadas à insuficiência dos estudos sobre impacto ambiental e ofensa ao direito de participação. Foram mais de quinze ações judiciais em diversos estados brasileiros. Entretanto,

em 19 de dezembro de 2007, a Suprema Corte Federal – instância máxima da Justiça Brasileira –, negou-se a apreciar os recursos jurídicos apresentados pelas organizações da sociedade civil, considerando-as ilegítimas, para tanto a Suprema Corte restringiu à legitimidade aos entes estatais e só julgou recurso do Ministério Público Federal, onde proferiu entendimento pela legalidade do Projeto e que o mesmo não afetava negativamente terras indígenas (CIMI et al., 20--: 21).

Em depoimento à Campanha *Uma Vida pela Vida*, no ano de 2007²⁶⁴, o jurista Fábio Konder Comparato explicou que a aprovação da transposição das águas do rio São Francisco por decreto do Presidente da República é formalmente inconstitucional, fere os dispositivos da Constituição Federal e,

substancialmente, ela representa uma frustração da soberania popular. Eu me explico: quanto ao primeiro ponto, trata-se de um rio que banha vários estados e a constituição no artigo 22 inciso 3 declara que os rios dessa natureza são bens da União, ou seja, no fundo, eles pertencem ao povo brasileiro e, por conseguinte, há qualquer modificação no sistema de escoamento dessas águas e que modifique, portanto, o equilíbrio federativo, não pode ser decidido pelo presidente da república. O artigo 48, inciso V da Constituição determina que é da competência do Congresso Nacional com a sanção do presidente da república dispor sobre bens do domínio da União. E isto está perfeitamente de acordo com o espírito da constituição, nós somos um estado federal, portanto, os estados, as unidades que compõem essa federação, elas têm a sua autonomia, não é possível que se modifique, que se equilibre o federativo, essa disposição de bens que dizem respeito à convivência de vários estados e, diante decreto do presidente da república, isso é até um escárnio. A constituição federal dá ao presidente da república, a direção da administração federal, mas isto não é um ato administrativo. Por decreto do presidente da república, pode-se organizar o funcionamento e a organização da administração federal, pode se extinguir cargos públicos, mas jamais mudar substancialmente o patrimônio da união, que repito, não é do estado é do povo brasileiro. Aí, portanto, o que se vê é uma diminuição do poder judiciário, o poder judiciário não soube se levantar dignamente contra esta violação da constituição. Mas há algo também muito importante, a constituição diz que nós somos um estado democrático de direito, e no Artigo 1º parágrafo único declara que o poder supremo, pertence ao povo, o poder supremo não se aliena, não se entrega, ele não pode ser emprestado a governantes, só o povo pode decidir em última instância aquilo que lhe diz respeito, ora se trata de um bem que é patrimônio público, ou seja, patrimônio do povo, o povo brasileiro deveria ser consultado, de que forma? A constituição

²⁶⁴ Entrevista com Fábio Konder Comparato, extraída do Vídeo da Campanha Uma vida pela Vida: Grande Dom Luiz Cappio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RqxJifAkmXw>. Acesso em 22 de agosto de 2016

já dá essa possibilidade mediante plebiscito, Artigo 14 da constituição prevê isto. E o que que aconteceu? De maneira acintosa, o governo federal preparou arremedos de audiência pública e sabem onde se realizaram essas audiências públicas? Nas capitais dos estados, à noite em hotéis de cinco estrelas, é realmente o reflexo da mentalidade oligárquica senão ditatorial dos governantes brasileiros. Então, com que autoridade nós podemos criticar outros governantes, dizendo que eles são ditadores, eles são populistas, no caso brasileiro, é muito pior, nós somos democratas disfarçados, no fundo e na forma, nós negamos a limitação de poderes da constituição e nós não reconhecemos a soberania popular, eu espero que no fundo, ou seja, quando o supremo tribunal federal decidir o mérito da questão, ele porá soberania popular e a supremacia da constituição acima dos interesses político partidários do governo federal.

Ao iniciar as obras, o governo menosprezou diversas ações da sociedade e das instituições jurídicas contra esta obra, dentre elas, impedimento legal; denúncias de violação de direitos humanos, culturais e sócio ambientais; ação popular; audiências públicas e estudos científicos; posicionamento crítico do CBHSF e as alternativas de convivência com o semiárido. No entanto, permitiu ações truculentas do estado contra as mobilizações do povo que se colocou contrário ao projeto, reforçadas pela militarização do trecho para construção da captação da água nos dois eixos (norte e leste). Nesse sentido, conforme observa Zinclair (2010), instalou-se o rio da discórdia nacional.

Apesar dos conflitos parecerem linearmente divididos entre os que apoiavam – aqueles que potencialmente receberiam essas águas – e os que não apoiavam – a maioria dos que estão em área de captação desta água –, formaram-se, tanto na Paraíba quanto no Ceará, os dois principais estados receptores, frentes de mobilização contrárias ao projeto.

No Ceará, organizou-se a *Frente Cearense para uma nova cultura da água e contra a transposição*, que assinou junto com outros movimentos uma carta destinada ao presidente Lula, na qual reivindicavam outra postura do governo em relação ao projeto. Magnólia Said, integrante dessa organização, explica, na citação abaixo, os motivos pelos quais mesmo estando no Estado receptor, os atores sociais reunidos nessa organização se colocavam contra a transposição:

a região nordeste tem o maior índice de açudagem do mundo. São 70 mil açudes com capacidade de acumular 37 bilhões de m³ de água, bastante para atender a todos os seus usos. Esta realidade indica que a questão não é a ausência de água, mas o uso que se faz dela e a sua gestão altamente concentrada e seletiva, mobilizadora da ganância de uns poucos e dos conflitos de muitos que querem o reconhecimento da água como direito humano (SAID, 2010: 241).

Para Soraya Tupinambá (2010), também integrante da *Frente Cearense*, as enchentes no Nordeste de 2009, confirmam que não há problema de escassez, e sim de armazenagem, integração e distribuição democrática dessas águas acumuladas. Dessa forma, a questão colocada pelo movimento com relação a uma nova cultura da água significa a necessidade de um novo enfoque integrado e integrador de valores com relação à gestão dessas águas, no sentido de democratizar o seu acesso.

Para Zinclar (2010), as lutas contra a transposição das águas do rio São Francisco mostram o espírito de resistência e a disposição de construção de alternativas por parte da sociedade. Portanto, ao compreender esses conflitos, podemos entender as lutas ambientais além do ambientalismo, ou seja, que as lutas em defesa das águas do rio São Francisco e pelo acesso democrático das águas dos açudes para os povos do sertão não são lutas limitadas à defesa do meio ambiente, mas lutas que estabelecem uma estratégia em combate às contradições do capitalismo brasileiro.

Ao mesmo tempo em que está em questão a falta de democratização – no sentido de distribuição das águas acumuladas nesses açudes –, a transposição do rio São Francisco significa algo contrário à distribuição da água que é a mercantilização desse recurso natural. Nesse sentido, para Malvezzi (2010), a captação das águas do São Francisco pela transposição, no percurso dos dois eixos, será vendida às empresas receptoras nos estados receptores (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte). Essas empresas vão vender também às empresas de abastecimento urbano, principalmente àquelas que abastecerão a região metropolitana de Fortaleza, no Ceará. Por fim, essas empresas venderão a água para o consumidor final, totalizando quatro vezes a venda dessas águas captadas e configurando-se como um perverso processo de privatização das águas do rio São Francisco.

Ainda seguindo a reflexão de Malvezzi (2010: 156),

todos os intermediários vão comprar e vender, extraíndo sua margem de lucro. Além do mais, vão se apossar gratuitamente das águas de chuva estocadas nos grandes reservatórios da região. Mesmo que o preço da água transposta seja inviável – tudo indica que será –, ela será subsidiada pelos recursos públicos e pelos consumidores finais, pelo dinheiro do povo brasileiro, seja diretamente, seja indiretamente.

A despeito todas as críticas de diversos especialistas sobre a inviabilidade ambiental, econômica e social desta obra, além das críticas dos diversos movimentos sociais, a obra tornou-se realidade e irreversível, principalmente quanto aos impactos negativos que dificilmente poderão ser reparados (GUIMARÃES JR, 2010: 163).

Nesse sentido, os interesses de uma oligarquia rural em conjunto com uma oligarquia industrial, ambas detentoras de poder político tanto na região nordestina quanto no cenário político em Brasília, garantiu que esta obra beneficiasse a agroindústria dos produtores de camarão em cativeiro nos mangues do Ceará e Rio Grande do Norte, em conjunto com a agroindústria de exportação frutífera, alimentada por água de irrigação e ainda aos interesses dos industriais dos polos industriais das grandes cidades.

Essa obra não apenas beneficiará esses grupos econômicos, mas também servirá como um “mercado experimental”, que, segundo Malvezzi (2010), há tempos, é desejo do Banco Mundial de criá-lo no nordeste brasileiro, além do que, mesmo com as resistências contra a transposição de águas do rio São Francisco, esse mercado seria criado.

Dessa forma, o projeto de transposição só pode se tornar obra de forma autoritária, pois, se a participação popular fosse realmente realizada, estabelecendo um processo democrático, não seria possível a garantia dos interesses do agronegócio voltado à exportação, ou seja, o que está em jogo são os interesses dos trabalhadores rurais (camponeses, indígenas, quilombolas) contra os interesses privatizantes do capital agrícola exportador (cana-de-açúcar para produção de etanol, carcinicultura, fruticultura).

Em outras palavras,

O traçado dos canais pelos vales férteis, bem longe dos sertões secos, não deixa dúvidas quanto à destinação de 70% das águas transpostas para irrigação. A população, crédula e esperançosa, não informada sobre custo, preço e sistema de cobrança pelo uso das águas (subsídio cruzado). Na verdade, a transposição vai inaugurar no Brasil, justamente onde há problemas de escassez hídrica pela concentração e mal gerenciamento dos recursos existentes, o mercado ampliado da água, o hidronegócio, atualmente restrito a bacias paulistas e cariocas (SIQUEIRA, 2010: 19).

Ou seja,

Nossas águas, assim como terras agricultáveis, minerais abundantes e imensa biodiversidade são a nova fronteira do negócio global, longe de serem assumidos potenciais de desenvolvimentos sustentável e autônomo, em equilíbrio com as necessidades da população e a preservação da vida. Grandes obras, como a transposição do São Francisco, atestam uma opção por reciclar as mais graves questões nacionais no registro do mercado. Manipulada a sede de alegados 12 milhões de pagadores de conta, os canais da transposição levarão cobranças democráticas, da água privatizada por usuários empresariais que souberam aliar oligarquia e tecnologia (SIQUEIRA, 2010: 20).

Sendo assim, todo processo político em torno do rio São Francisco se dá desde as ações do governo e de empresas privadas que resultam em degradação ambiental e social do complexo de vida que é o rio São Francisco, bem como toda a resistência e luta das comunidades e povos que o habitam e dele dependem visceralmente. Nesse sentido, configuram-se como projetos políticos em disputa e ainda como a expressão de poderes desiguais que deixa evidente a ausência de uma real democracia (SIQUEIRA, 2010).

Projeto político, na definição da Profa. Evelina Dagnino (2002: 281), refere-se àquilo que orienta uma ação, que adquire um peso explicativo capaz de articular os resultados encontrados. Isso não significa que o Estado e a sociedade civil são forças equivalentes, que sua ação política pode ter a mesma natureza ou que as distintas determinações as quais os estruturam possam ser abstraídas ou ignoradas em nome de escolhas puramente políticas. Entretanto, se o conflito não se dá entre sociedade civil e governo, certamente expressa o conflito entre concepções distintas, projetos políticos que se confrontam no espaço público, como pode ser o caso das disputas e interesses em torno da aprovação do projeto de transposição do rio São Francisco.

Contudo, é evidente a fragilidade e a dificuldade da sociedade brasileira em construir uma sociedade plena em democracia, ainda submetida muitas vezes por medidas autoritárias deslocadas de uma tradição do passado, que permanece em algumas fissuras da transformação social, no sentido exposto por Dagnino (2002) como os mecanismos que bloqueiam a partilha efetiva de poderes nos espaços, sendo que, muitos deles têm origem em concepções políticas resistentes à democratização dos processos de tomada de decisão, enquanto outros se relacionam com características estruturais do funcionamento do Estado.

3.3 As estratégias de publicização do problema: os jejuns de Dom Cappio

No sertão nordestino, religião e política caminham, na maioria das vezes, de mãos dadas: a atuação de entidades para formação de base política da população local, principalmente rural, é histórica. Na medida em que a teologia da libertação tem como fundamento filosófico e social o compromisso com os oprimidos, no sentido de transformar a sociedade, no que tange o aspecto ecológico, Leonardo Boff (1999) entende que o compromisso dos oprimidos e de seus aliados está em colaborar para o nascimento de uma nova sociedade, na qual deverá haver a superação da exploração do

ser humano e a espoliação da Terra, o que, para o autor, revela uma força política da dimensão-cuidado.

Sendo assim, estabelece-se um diálogo entre as premissas filosóficas da teologia da libertação e o ambientalismo. Nesse aspecto, o religioso Frei Luiz Flávio Cappio, conhecido como Dom Cappio, exerceu um papel fundamental como ator social com relação ao projeto de transposição do rio São Francisco. Unindo o seu conhecimento sobre a população da Bacia do rio São Francisco com uma visão ecológica sobre o mesmo rio, Frei Luiz conseguiu tornar públicas as contradições do projeto. Ao colocar a sua vida em risco pela vida do rio São Francisco, ele dá voz ao oprimido, que, nesse caso, não é um ser humano, mas um rio, que, mais que um simples acidente geográfico, é responsável pela vida de milhares de outros oprimidos, explorados e expropriados pela sociedade capitalista.

Em nossa perspectiva, Frei Luiz é um dos atores sociais mais relevantes na luta em defesa do rio São Francisco, em primeiro lugar porque teve papel fundamental em tornar público no âmbito nacional e internacional a existência do projeto de transposição, a existência de posicionamentos contrários a essa obra e fundamentalmente suas contradições. O franciscano nascido em Guaratinguetá, interior de São Paulo, encontrou desde jovem a sua vocação ao engajar-se na Pastoral do Mundo do Trabalho em 1973, na época em que Dom Paulo Evaristo [Arns] assumia a Arquidiocese de São Paulo. É nesse momento que se depara pela primeira vez com a realidade dos imigrantes nordestinos e suas condições de vida:

Trabalhando com o operariado na periferia paulistana, constatei que uma boa parte daquele povo provinha do Nordeste e vivia numa situação de penúria, de grande sofrimento e marginalização. Esses nordestinos me diziam que haviam se transferido para São Paulo a fim de melhorar de vida. Pensei, então: como não deveria ser terrível a situação no semi-árido? Isso fez com que me sentisse atraído pelo Nordeste e o que me levou para lá no início de 1974. Desde aquele tempo passei a atuar como missionário franciscano e, ultimamente, como bispo na diocese de Barra. (CAPPIO, 2006: 269).

Frei Luiz passa a dedicar a sua vida à população ribeirinha do rio São Francisco, assim como ao próprio rio quando se muda para Barra, município no interior da Bahia, localizado na região do Médio São Francisco²⁶⁵:

²⁶⁵ Em 1997, é ordenado bispo da Diocese de Barra (BA), que compreende 11 municípios somando uma área de 43 mil quilômetros quadrados e uma população em torno 250 mil habitantes. Informações extraídas da Entrevista de Dom Luiz Flávio Cappio (CAPPIO 2006).

As carências do povo do Nordeste e sua grandeza humana me cativaram. Além disso, fiz desse povo o meu povo, efetuando uma comunhão, um profundo casamento de 32 anos²⁶⁶. E, se depender de mim, morrerei por lá. Em relação ao Rio São Francisco, ele foi uma descoberta que aconteceu ao longo de minha vida, porque até então ele, para mim, era apenas um acidente geográfico – como o Tietê, ou o Paraíba do Sul, onde aprendi a nadar. Fui entendendo que era mais do que isso – é a condição de vida de toda uma população. Um rio que nasce no sudoeste de Minas Gerais, muito perto do Rio Grande (afluente do Paraná), mas, que, ao contrário de seus semelhantes, ao invés de seguir para o Centro-Sul, faz uma curva e se encaminha para o Nordeste. Sempre digo que ele imita o santo de seu nome – nasce rico e entrega toda sua riqueza aos pobres (CAPPIO, 2006: 274).

Para aprofundar seus conhecimentos sobre o rio e sua população, no início da década de 1990, Frei Luiz decide percorrer toda a margem do rio São Francisco (da nascente à foz) numa peregrinação, a fim de fazer uma caminhada de diálogo e celebração sobre o rio: “Em primeiro lugar, foi resposta a um clamor do rio, da vida que o anima. Resposta a uma situação-limite, onde o rio da unidade nacional é ameaçado em sua condição de gerador da vida para milhões de brasileiros” (CAPPIO; MARTINS; KIRCHNER, 1995: 13).

Todavia, sua peregrinação também teve o objetivo de estabelecer um diálogo com a população ribeirinha sobre o papel e a capacidade que essa população tem para cuidar do rio:

Quando percebemos o valor do rio e como seu povo é o primeiro a cuidar dele – quase como guardiães –, identifiquei a necessidade de estabelecer um diálogo com a comunidade ribeirinha, justamente com o objetivo de mostrar que aquele rio é muito importante. Usando não a linguagem técnica do ecologista e do geógrafo, mas uma linguagem religiosa, que é a do povo simples do sertão. Falamos a eles que o rio é um presente de Deus para vida de todos. E que, antes de colocar o povo nessa região, Deus colocou o rio. Essa linguagem mística o povo entende (CAPPIO, 2006: 275).

Além de estabelecer este diálogo com os ribeirinhos, Frei Luiz também queria realizar, ao longo de sua caminhada, um diagnóstico sobre o rio, no sentido de identificar as principais causas da destruição que o rio vem sofrendo

[...] porque observamos como o rio está morrendo. Nosso objetivo último era dizermos para os ribeirinhos que eles são os zeladores do rio e que tinham de assumir essa missão, já que nenhum estranho cuidaria disso. Dávamos exemplos concretos e simples de cuidados com as árvores – plantamos mais de um milhão de mudas – e de como não poluir o rio (CAPPIO, 2006: 275).

²⁶⁶ Esta entrevista foi realizada em 2006, portanto Frei Luiz vive em Barra há 42 anos.

Nesse sentido, ao despertar na população local o sentimento de capacidade de cuidar do rio de onde elas vivem, despertou-se também uma visão crítica sobre a nossa civilização, no sentido que Leonardo Boff (1999) entende por civilização agonizante, mas que, simultaneamente, aguça um princípio inspirador de um novo paradigma de convivialidade.

Essa peregrinação, que foi preparada durante dois anos, iniciou-se no dia 04 de outubro de 1992, data comemorativa do “descobrimento” do rio São Francisco, ocorrido em 1501, e também aniversário de Frei Luiz. Após um mês de caminhada, já conseguiam descrever o que significaria a peregrinação:

Há um mês iniciamos nossa peregrinação. Hoje, olhamos para trás e vemos que o traçado de nosso caminhar já toma forma, já se delinea mais claramente. Mas a cada passo, o novo interfere, impede rotinas, propõe desafios. Tentamos tecer os fios de uma convivência franciscanamente fraterna: Frei Luiz Flávio Cappio²⁶⁷, Irmã Conceição Tanajura Menezes²⁶⁸, Orlando Rosa de Araújo²⁶⁹ e Adriano Martins²⁷⁰ (CAPPIO; MARTINS; KIRCHNER, 1995: 13).

Durante um ano, os peregrinos percorreram comunidades às margens do rio São Francisco, estabelecendo uma relação de cumplicidade com o rio. O livro *Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte* (Cappio; Martins; Kirchner, 1995) conta, por meio de relatos de viagem e cartas, detalhes sobre as condições de vida da população ribeirinha do São Francisco, assim como a situação já degradante do rio e a sensibilidade e envolvimento que Frei Luiz possui com o São Francisco. Entendemos que Frei Luiz, além de exercer um papel fundamental para as comunidades do seu município, possui também um conhecimento e comprometimento ecológico impressionante a respeito da Bacia do rio São Francisco. Portanto, fica claro que o seu engajamento político com relação à transposição do rio São Francisco não foi algo surgido no calor dos fatos, e sim o reflexo de um trabalho de longa data, tendo essa peregrinação como um marco, em que Frei Luiz e os outros peregrinos puderam ver com seus próprios olhos o quanto o rio São Francisco já se encontrava ameaçado de extinção:

²⁶⁷ Um dos peregrinos do rio São Francisco, Frei Luiz Flávio Cappio, OFM, na época da peregrinação tinha 48 anos, padre franciscano da Província Franciscana da Imaculada Conceição – SP, desde a década de 1970 trabalhando como missionário na Diocese de Barra (BA).

²⁶⁸ A irmã Conceição Tanajura Menezes tinha 53 anos na época da peregrinação, educadora e religiosa das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição – BA, trabalhou durante muitos anos em comunidades de inserção no Vale do São Francisco.

²⁶⁹ Orlando Rosa de Araújo, tinha 24 anos, lavrador, sindicalista e animador em comunidades em Brotas de Macaúbas, BA.

²⁷⁰ Adriano dos Santos Martins, tinha 28 anos, ativista ecológico e um dos coordenadores da Associação Pra Barca Andar, voluntário na paróquia de Gentio do Ouro-BA.

A peregrinação foi uma manifestação de amor e gratidão ao Rio São Francisco, um diálogo sobre as causas de sua morte e um convite a todos os beiraderos, para que cada um faça a sua parte pela vida do Rio. Nós peregrinos somos também beneficiários do Rio São Francisco, atuando na área da diocese de Barra, BA. Nisso também a decisão de dedicar um ano de nossa vida a este corpo-a-corpo com a população ribeirinha. Percorremos junto com a imagem de São Francisco Peregrino, 350 localidades em 97 municípios ribeirinhos. Neste ano de trabalho voluntário contamos com a colaboração solidária de diversas dioceses, paróquias, grupos ecológicos, entidades populares e pessoas de boa vontade. Tentamos ser fiéis ao espírito franciscano que nos move, aceitando apenas a hospedagem e alimentação nas comunidades visitadas. Sem meio de transporte próprio, nossos deslocamentos foram feitos de várias formas: caminhadas a pé, caronas em barcas, carros, caminhões, tratores. As atividades desenvolvidas foram muitas: 737 celebrações, 464 encontros com estudantes, da pré-escola à universidade, 296 encontros com grupos específicos (crianças, jovens, sindicatos, grupos ecológicos, colônias de pescadores, tribos indígenas), 46 encontros com câmaras de vereadores, 35 encontros com prefeituras municipais, 15 encontros com empresas, várias entrevistas para 38 emissoras de rádio, 15 canais de televisão e 45 jornais. Durante este ano lançamos uma semente, acreditando que a peregrinação não se encerra no dia 04 de outubro, mas continua em cada ação concreta pela vida do Rio (CAPPIO; MARTINS; KIRCHNER, 1995: 82-83).

Ao conhecer o contexto em que vive a população do Vale do São Francisco, Frei Luiz pôde identificar que a situação de morte do Vale é também parte de uma crise global, e que a destruição da natureza é parte da contradição do sistema capitalista em que vivemos, “onde o sonho do desenvolvimento sem limites gerou o subdesenvolvimento para a imensa maioria dos povos e onde o sonho da dominação sobre a natureza gerou a sua rebelião, ameaçando a vida em toda a Terra. Depende de nós um futuro de vida ou de morte” (CAPPIO; MARTINS; KIRCHNER, 1995: 82-83).

Nesse sentido, compreendemos que o grupo também estabelece uma relação com o rio São Francisco no seu aspecto ecológico. Na década de 1990, período em que o movimento ambientalista começa a surgir no Brasil, a consciência de que os avanços do sistema capitalista geram uma sociedade ecologicamente destrutiva é presente na reflexão citada acima. Nesse aspecto, Frei Luiz é também um sujeito importante no cenário ambiental brasileiro, seu conhecimento sobre os problemas sociais e ambientais do Vale do São Francisco são a chave principal do seu engajamento político e da atitude corajosa e radical de fazer dois jejuns em defesa de um rio. O primeiro deles aconteceu no ano de 2005 e o segundo, no ano de 2007.

Sempre dizemos: “Rio São Francisco vivo, povo vivo; Rio São Francisco doente e morto, população doente e morta”. Aí entra um dado ecológico que é

refletido numa intenção social e antropológica: um rio com toda sua riqueza passa a ser importante na vida de um povo e na sua maneira de se organizar. Alguém me perguntou: “Você é um ecologista?”. Respondi: “Não, sou um pastor de gente, alguém que tem amor ao povo daquela região”. No entanto, descobri que esse amor passa pela preocupação de que eles tenham uma vida digna, cidadã, em plenitude. E isso passa pelo Rio São Francisco (CAPPIO, 2006: 274).

Para Frei Luiz, essa viagem se tornou um marco para a história do rio São Francisco e do seu povo:

Constatamos as inúmeras iniciativas que o povo começou a ter em relação a seu rio. Hoje podemos observar, da nascente à foz, um povo sensibilizado pela vida do rio – adultos, adolescentes, crianças, prefeituras, escolas, zona rural, meios de comunicação etc. Percorremos todas as comunidades ribeirinhas, pois, se na viagem gastamos um ano, a preparamos durante dois anos (CAPPIO, 2006: 276).

No ano em que o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, aprovou o projeto de transposição do rio São Francisco, mesmo diante do descontentamento de grande parte da sociedade, Frei Luiz decidiu fazer um jejum (greve de fome), que durou 11 dias. Nesse período, esteve hospedado na Igreja de São Sebastião²⁷¹, no município de Cabrobó (PE). A pequena Igreja pertencia à propriedade de D. Isaura Pereira da Silva e seu esposo, o Sr. Lídio Pereira da Silva²⁷². Em conversa realizada em janeiro de 2014, durante trabalho de campo, D. Isaura relatou²⁷³ o diálogo que teve com Dom Cappio quando este iniciava o seu jejum:

Disse que fazia uma greve de fome e que tinha pensado muito para tomar aquela decisão e explicou que, se morresse, queria ser enterrado às margens do rio São Francisco, que tinha mandado uma carta ao Lula e esperava a resposta. Foram 11 dias de Jejum, ele não comia, só bebia água. Tinha hora que olhava ele e não parecia que tava vivo, e eu saía e chorava.

Em uma conversa com Frei Luiz, em novembro de 2013, na cidade de Floresta, ocasião em que ele realizou uma caminhada de benção à adutora d’água que liga o rio São Francisco à Serra Talhada – passando por municípios do sertão do Pajeú, região com problemas no acesso à água –, Frei Luiz contou um pouco da sua decisão em fazer o jejum. Em primeiro lugar, disse que a decisão foi solitária e que viveu com a sombra da morte a todo momento, desde a decisão até a finalização do jejum. Contudo, apesar

²⁷¹ Ver fotografia 38 em Apêndice 04.

²⁷² Sr. Lídio é uma pessoa muito conhecida e respeitada na região, atualmente não vive mais na zona rural, vive num bairro da periferia de Cabrobó, em sua casa recebe as pessoas enfermas e faz benzeções e rezas para ajudá-las.

²⁷³ Apesar desse diálogo ter se realizado de forma informal, a Sra. Isaura, autorizou-me a anotar nossa conversa e utilizá-las nesta tese.

do sofrimento, tinha a convicção de que a sua vida era apenas uma vida diante da grandeza da existência daquele rio e da população que dele vive. Na entrevista abaixo, podemos compreender melhor a sua posição:

Esse ano de 2005 foi o mais difícil da minha vida, já que convivi com a morte 24 horas por dia. Meu documento anunciando a greve de fome foi assinado no domingo de Páscoa, no final de março. Isso porque o início das obras da transposição estava previsto para abril. Porém, aconteceu que, justamente naqueles dias, estourou a denúncia da corrupção em Brasília. Então, todos se voltaram durante meses para esse problema. Em fins de setembro as questões em Brasília se amenizaram e, quando ocorreu o plebiscito em torno da venda de armas, percebi que era o momento de realizar o gesto contra a transposição do São Francisco. Assim, desde o início do ano até o final de setembro, convivi com o espectro da morte ao meu lado, e isso é doloroso e cruel. Foi uma experiência dura e exigente. Por outro lado, foi rica, pois foi vivida dentro de um espírito de muita fé. Acredito que, se não fosse a fé que me alimenta, eu não teria suportado. No dia seguinte, quando tomou conhecimento da minha luta, sem pensar muito, o presidente Lula comentou: “Ah, e se agora pegar moda de todo mundo fazer greve de fome diante de um problema qualquer...”. Em nossa conversa, no Palácio do Planalto, comentei com ele: “Olha, presidente, essa moda não pega. É cruel e desumana” (CAPPIO, 2006: 279).

Frei Luiz iniciou seu jejum no dia 26 de setembro de 2005. Ao iniciar seu protesto contra a obra da transposição, escreveu uma carta ao Presidente Lula, na qual justificava sua decisão em fazer uma greve de fome e dizia ser contrário à transposição porque considerava prioritária a revitalização do rio e as ações governamentais para o desenvolvimento da região baseado na convivência com o semiárido:

Senhor Presidente, Paz e Bem! Quem lhe escreve é Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM, bispo diocesano de Barra, na Bahia. Tive a oportunidade de conhecê-lo por ocasião da passagem do senhor por Bom Jesus da Lapa, na Caravana da Cidadania pelo São Francisco, em 1994. Isto aconteceu pouco tempo depois que fizemos uma Peregrinação pelo Rio São Francisco, da nascente à foz, com o objetivo de conscientizar o povo ribeirinho sobre a importância do rio para a vida de todos e a necessidade de preservá-lo. Fui-lhe apresentado por meu professor de teologia, Frei Leonardo Boff. Sempre fui seu admirador. Particpei ativamente em todas as campanhas eleitorais do PT, alimentando o sonho de ver o povo no poder. Desde que o Governo Fernando Henrique apresentou a proposta de transposição do Rio São Francisco, fomos críticos acirrados deste projeto. Desde então acentuamos a necessidade urgente de revitalização do rio e das ações que garantam o verdadeiro desenvolvimento para as populações pobres do nordeste: uma política de convivência com o semi-árido para todos, próximos e distantes do rio. Esperávamos do senhor um apoio maior em favor da vida do rio e do seu povo. Esperávamos que, diante de tantos e consistentes questionamentos de ordem política, ambiental, econômica e jurídica, o governo revisse sua disposição de levar a cabo este projeto que carece de verdade e de transparência. Quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto. Em meu gesto não existe nenhuma atitude anti-Lula neste momento delicado da vida nacional. Pelo contrário. Quem sabe seja uma maneira extrema de ajudá-lo a entender pelo coração aquilo que a razão não

alcança. Tenha certeza, é um profundo testemunho de amor à vida. Minha vida está em suas mãos. Receba minha saudação fraterna e amiga, Dom Frei Luiz Cappio, OFM.²⁷⁴

O jejum de Frei Luiz repercutiu em apoio de diversos movimentos sociais. Além de somarem à bandeira da revitalização do rio São Francisco, também fizeram críticas ao projeto de transposição. Durante o IV Congresso da Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo, a CLOC, em outubro de 2005, foi elaborada uma carta ao presidente Lula, em que os movimentos declaravam todo o apoio e entusiasmo que tinham com relação ao governo Lula, por entenderem que esse governo seria comprometido com os trabalhadores, principalmente com os trabalhadores rurais, assim como com as comunidades tradicionais, ao valorizar a agricultura, os direitos tradicionais e a expectativa de alternativas ao modelo energético vigente baseado em grandes barragens, as quais expulsam milhares de camponeses de suas terras. Entretanto, após três anos de governo, contradições vieram à tona, o que causou decepção no meio popular e progressista da América Latina, especialmente com relação às críticas ao modelo de agricultura vigente. Os movimentos que lutam por um novo modelo de agricultura baseado na agroecologia decepcionaram-se com a liberação de uso de agrotóxicos e transgênicos:

Esta tristeza e decepção que sentimos, aprofundou com a notícia de que pretende levar adiante o projeto de transposição do Rio São Francisco. Nos indignamos ainda com a vossa falta de sensibilidade frente ao ato de fé, coragem, respeito e amor a vida do Bispo Dom Frei Luiz Cappio e dos quatro camponeses que ao disporem as suas vidas em nome do Rio e do povo do Rio, foram imensamente desrespeitados com o não cumprimento de acordo de suspensão das obras e aberturas de diálogo com as comunidades. Defendemos o direito dos povos a soberania e preservação dos recursos naturais. Por isso, é inaceitável que os governos de nossos países mercantilizem em nome do capital, do lucro e das transnacionais nossa terra, nossa água, os nossos recursos energéticos, as sementes e toda a nossa biodiversidade. O projeto de Transposição do Rio São Francisco poderá trazer para o governo Lula a responsabilidade de responder à história como o Governo que permitiu o saque de um dos bens mais preciosos da humanidade, a água. Nos colocamos terminantemente contrários à continuidade deste projeto por acreditarmos que não é um projeto de vida. Nos solidarizamos e apoiamos Dom Frei Luiz Cappio e os camponeses na sua luta em defesa do Rio São Francisco. Nós somamos a propostas da realização de um plebiscito sobre a transposição. Desejamos que esta determinação em fazer a transposição se transforme em vontade política de Revitalizar o Rio São Francisco, realizar uma ampla e integral reforma agrária e

²⁷⁴ GOVERNO Lula ignora greve de fome e dá prosseguimento à transposição do rio São Francisco. Boletim do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. Rio de Janeiro (RJ). 30 set. 2005. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/11142>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

atender as históricas reivindicações dos camponeses e das camponesas brasileiros²⁷⁵.

Outros movimentos sociais se organizaram durante a Assembleia Popular: Mutirão para um novo Brasil e entregaram uma Carta contra a Transposição do São Francisco ao então Ministro Jacques Wagner da Secretaria de Relações Institucionais e a José Graziano, na época Assessor Especial da Presidência da República. A carta assinada por diversas entidades e movimentos sociais contestou a forma como o projeto de transposição estava sendo conduzido pelo Governo Federal, destacando a ausência de debate sobre o projeto, questionando inclusive a própria Campanha Eleitoral, que tinha como um dos pontos a garantia do amplo debate e de novos estudos sobre o projeto, por ser um projeto complexo. Problematicaram ainda mais o fato do governo recusar as condições estabelecidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e da I Conferência Nacional do Meio Ambiente, que

aprovou uma moção de Repúdio e uma deliberação de proibição da transposição das águas do rio São Francisco. Igualmente com relação aos pareceres críticos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e do Centro de Estudos e Projetos do Nordeste – CEPEN, resultados de seminário ocorrido em Recife, em outubro de 2004.²⁷⁶

Outros aspectos levantados pela Carta dizem respeito à falta de transparência do projeto, de sua eficácia, a viabilidade ambiental, o custo financeiro e o custo social do projeto e os reais beneficiados:

²⁷⁵ Trecho da Carta escrita ao Presidente Lula durante o IV Congresso da Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo, no dia 12 de outubro de 2005. Subscrevem essa carta as seguintes organizações e movimentos sociais: CLOC – Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo; MOCASE – Movimiento Campesino de Santiago Del Estero (Argentina); UCP-COCITRA – Coordinadora de Organizaciones Campesinas, Indígenas y de Trabajadores Rurales de Argentina; Confederación Nacional Sindical Campesina y del Agro (Chile); ANAMURI – Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Chile); MCP - Movimiento Campesino Paraguay (Paraguay); MNCI - Movimiento Nacional Campesino Indígena (Argentina); Plataforma Rural (Chile); APENOC-Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba (Argentina); ANAP – Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (Cuba); CONAMUCA – Confederación Nacional de Mujeres Campesinas (República Dominicana); MPP/MPKP – Movimiento Campesino de Papay en Haiti; FNMCB “BS” – Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa”; CSCB – Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia; CSUTCB – Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia; FENSUAGRO – Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (Colômbia); ANUC – UR – Asociación Nacional de Usuarios Campesinos de Colombia; FENOCIN – Confederación de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (Ecuador); CCP Confederación Campesina del Peru; CANEZ - Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (Venezuela); CNA – Coordinador Nacional Agrario (Colômbia); FNCEZ – Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora (Venezuela); CIOAC – Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos Historica (México); CODUC - Coalición de Organizaciones Democráticas Urbanas y Campesinas (México); CCC – Central Campesina Cardenista (México); CNPA – Coordinadora Nacional Plan de Ayala (México); BAPO – Unión Nacional de Productores Beliceños (Belize).

²⁷⁶ Trecho da Carta escrita em 26 de outubro de 2005, durante a Assembleia Popular Mutirão para um novo Brasil.

A transposição se baseia em um modelo que prioriza o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, apontando para ações de privatização e comercialização da água. Mesmo sabendo de todos os possíveis e irreversíveis impactos sócio-ambientais, este governo fez a clara opção de atender aos interesses do grande capital – da grande indústria, como a de ferro e cimento, das empreiteiras, das corporações técnicas, do agronegócio, do hidronegócio, da carcinicultura e das novas oligarquias, os reais beneficiados. Como se já não bastassem os inúmeros outros mega-projetos de infra-estrutura, que continuam sendo tarefa do Estado, a despeito do discurso neoliberal de primazia da livre-iniciativa. Este projeto aumentará a concentração de renda e a desigualdade social, além de transformar a água em mercadoria, a ser vendida através de leilões, um dos mais rentáveis negócios contemporâneos, que neste caso vai se estabelecer com a CHESF / Água, empresa criada para gerenciar as águas transportadas. Apenas 26 m³/s serão para “matar a sede”, mas o projeto está dimensionado para muito mais.²⁷⁷

Além das críticas acima mencionadas, a Carta ofereceu propostas alternativas ao projeto de transposição:

As soluções para semi-árido e suas secas cíclicas e previsíveis não dependem de grandes projetos. Dependem do aproveitamento dos mananciais existentes e suficientes (de chuva, superfície, solo e subsolo), de uma gestão competente e democrática das águas acumuladas e de um verdadeiro Programa de Desenvolvimento Integrado Sustentável e Solidário que considere formas alternativas, eficientes e mais baratas de acesso a água, em conformidade com a grande variedade de situações geo-climáticas do semi-árido. As redes de organizações e movimentos sociais da sociedade civil abaixo-assinadas exigem: 1) Quanto ao Projeto de Transposição: 1.1. Que o governo federal paralise imediatamente o andamento do projeto de transposição do Rio São Francisco; 1.2. Que o povo do semi-árido, as populações ribeirinhas e as organizações sociais e profissionais que trabalham com e/ou estudam o tema sejam ouvidos e respeitados, fazendo, assim, parte do processo de decisão sobre o projeto; 1.3. Que um amplo e transparente debate sobre a transposição do Rio São Francisco e seus impactos seja realizado em todo o país, com efetiva participação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, comunidade acadêmica e das populações a serem atingidas pelo projeto. Queremos e temos o direito de saber os verdadeiros custos do projeto “irrigação indústria carcinicultura”. Quanto vai custar a água de irrigação? Quanto vai ser a quê? A que custo? Quem vai pagar? 2. Quanto à sustentabilidade hídrica do semi-árido brasileiro. 2.1. Construir malhas de distribuição sustentável das águas estocadas nos açudes do Nordeste Setentrional e das águas da Bacia do São Francisco, para abastecer a população realmente necessitada de água para consumo humano e dessedentação animal, porque tanto uma quanto outra região padecem da mesma necessidade; 2.2. Implementar o uso sustentável das águas subterrâneas no semi-árido; 2.3. Implementar uma minuciosa política de captação da água de chuva, baseada nas tecnologias sociais de eficácia comprovada, para consumo humano e produção agropecuária; 2.4. Por fim, não basta água, é preciso terra. É condição incontornável implementar uma reforma agrária inteligente e apropriada às condições do semi-árido. A quem vai servir e a que custo social e ambiental, a transposição das águas do Rio São Francisco?

²⁷⁷ Trecho da Carta escrita em 26 de outubro de 2005, durante a Assembleia Popular Mutirão para um novo Brasil. Disponível em: <http://www.alainet.org/pt/active/9614>. Acesso em 02 maio 2016.

Essa é uma pergunta indispensável e se o governo de Vossa Excelência a fizesse, honestamente, paralisaria já esse projeto! Essa atitude pode ser a oportunidade para o Governo Lula recuperar sua identidade e resgatar sua identidade e resgatar a autêntica esperança que acendeu no coração do povo brasileiro ao ser eleito. Águas para a vida e não para a morte!²⁷⁸

Frei Luiz fez questão de escrever uma carta aos nordestinos dos estados pertencentes às bacias receptoras das águas do projeto de transposição, ou seja: Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte:

Escrevemos essa carta para os nordestinos, especialmente nos estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte e mostramos a eles que eles são os primeiros iludidos e que estão sendo massa de manobra, usados. Afinal, quem não quer dar uma cuia para um pobrezinho? Essa é a propaganda que veicula “como podemos negar uma lata d’água? Eles precisam ser os primeiros conscientizados de que essa água não vai para eles. Pois se houvesse interesse de se dar água para os pobres, eles já teriam dado, especialmente por onde o rio

²⁷⁸ Esta Carta foi escrita em 26 de outubro de 2005, durante a Assembleia Popular Mutirão para um novo Brasil, e subscrita pelas seguintes entidades: ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos; ADITAL – Agência de Informação Tito de Alencar para América Latina; AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras; ANOTE – Agência de Notícias Esperança; Associação dos Geógrafos Brasileiros; CAMIC- Centro de Atendimento dos Migrantes e Indígenas da Cidade –Roraima; Campanha Brasileira contra a ALCA; Campanha pela Auditoria pela Dívida Externa; Cáritas Brasileira; Casa da Mulher 8 de março – Tocantins; CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz; CDDH-Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Roraima; CEBs- Comunidades Eclesiais de Base; CERIS-Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais; CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço; CIMI-Conselho Indigenista Missionário; CMP-Central de Movimentos Populares; CMP- SE; CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; CNL-Conselho Nacional de Leigos; CONIC-Conselho Nacional de Igrejas Cristãs; CPT – Comissão Pastoral da Terra; CRB-Conferência dos Religiosos do Brasil; ESPLAR-Centro de Pesquisa e Assessoria; FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; FASUBRA; Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul; Federação Nacional dos Metalúrgicos; FENAJUFE; FBOMA – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional; FAOR- Fórum da Amazônia Oriental; FENDH-Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos; Fórum de Mulheres de Santa Catarina; Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau-SC; Fórum Nacional de Mulheres Negras; Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo; Fórum Permanente de Defesa do São Francisco – Bahia; FUNAGUAS- Fundação Águas do Piauí; GEJA-Grupo Especial de Jovens e Adolescentes – Acre; Grito dos Excluídos/Continental; Grito dos Excluídos/Nacional; GTA-Grupo de Trabalho Amazônico; IBRADES-Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social; PACS- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; ITEREÍ-Refúgio Particular de Animais Nativos; JOC Brasil-Juventude Operária Católica; Liga Ambiental; MAB-Movimento dos Atingidos por Barragem; Marcha Mundial das Mulheres; MNDH- Movimento Nacional dos Direitos Humanos; MOPS/SE; Movimento Consulta Popular; Movimento Nós Existimos – Roraima; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; Mutirão de Superação de Miséria e da Fome da CNBB; PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul; Pastoral Afro-Brasileira; Pastoral Carcerária; Pastoral da AIDS; Pastoral da Criança; Pastoral da Juventude do Brasil; Pastoral da Mobilidade Urbana; Pastoral da Mulher Marginalizada; Pastoral da Pessoa Idosa; Pastoral da Saúde; Pastoral da Sobriedade; Pastoral do Menor; Pastoral do Povo de Rua; Pastoral dos Nômades; Pastoral dos Pescadores; Pastoral Indígena da Cidade – Roraima; Pastoral Operária Nacional; Pastoral Social da CNBB; Pastorais Sociais-Regional Santa Catarina; Rede Alerta contra o Deserto Verde; REPRIB-Rede Brasileira de Integração dos Povos; Rede Brasileira de Justiça Ambiental; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; REDEH-Rede de Desenvolvimento Humano; RITS-Rede de Informação do Terceiro Setor; Rede Economia e Feminismo, Rede Jubileu Sul / Brasil; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; SPM-Serviço Pastoral do Migrante; Sindicatos dos Advogados de São Paulo; Sindicato dos Bancários de Blumenau-SC; Secretaria de Relações Internacionais da CUT; Unafisco/Sindical São Paulo; UNE-União Nacional dos Estudantes; União Brasileira de Mulheres-Núcleo Chapecó/SC.

passa, pois aqui onde ele passa, na minha Diocese em Barra, que é vizinha de Juazeiro, você anda 100 metros do rio e o pessoal tem de andar com a lata d'água na cabeça porque não tem água em casa. Quem vai me dizer que esses pobres lá do nordeste setentrional vão ter água para beber? É uma propaganda falsa e eles conseguiram enxergar isso através do nosso papel de conscientização.²⁷⁹

O posicionamento crítico do Bispo em relação ao projeto de transposição também se fundamentou no argumento de que não houve verdadeiro diálogo com a sociedade brasileira. Frei Luiz relatou a conversa que teve com Lula, na qual reforçou essa questão:

o governo sempre colocou de lado a contribuição que veio da sociedade brasileira. Os senhores decidiram realizar esse projeto na contramão do desejo do cidadão brasileiro. Assim, dentro de nosso discernimento, somente um gesto desesperado poderia sensibilizar o governo. Por isso é que assumi esse grito, sem prever suas conseqüências e resultados (CAPPIO, 2006: 282).

Frei Luiz recebeu apoio de diversas pessoas e grupos. Dentre eles, cerca de 100 pessoas participaram de uma romaria a Cabrobó. Segundo a Folha de São Paulo, “O grupo foi recebido pelo religioso, que rezou uma missa. Apesar de ingerir apenas água, ele não apresenta sinais de fraqueza”²⁸⁰.

No nono dia de greve de fome de Frei Luiz, o Governo Federal decidiu suspender o início das obras da transposição do eixo norte do projeto, no município de Cabrobó (PE):

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu atrasar o início da obra de transposição do rio São Francisco a fim de tentar negociar com o bispo de Barra (BA), Luiz Flávio Cappio, o fim de sua greve de fome, que completa nove dias. A decisão foi tomada em reunião ontem de Lula e seus principais ministros, na qual Cappio e a cúpula da Igreja Católica foram criticados, inclusive por Lula. Irresponsável e autoritário foram adjetivos usados por ministros na reunião sobre a conduta do bispo. A ideia é dizer a Cappio que, apesar da iminente concessão da licença ambiental do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para começar a obra, o governo gostaria de discutir o projeto com ele – tanto que a suspenderia temporariamente. A licença deve sair nesta semana.²⁸¹

Embora a atitude tomada por Frei Luiz tenha repercutido em apoio de diversas entidades, como apresentamos, a comunidade religiosa esteve um pouco dividida:

²⁷⁹ RELIGIOSO diz que nordeste setentrional está sendo enganado. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

²⁸⁰ BISPO em greve de fome recebe carta de Lula. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 01 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110200521.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

²⁸¹ LULA atrasa obra para negociar com bispo. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 05 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200528.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

O posicionamento da Confederação Nacional dos bispos do Brasil CNBB, quanto à greve de fome, ora favorável, ora contrária, não entristeceu o religioso que afirmou ser natural as pessoas terem pensamentos contrários aos seus. “Isso é natural numa sociedade de pessoas, as pessoas têm opiniões diferentes”.²⁸²

No dia seguinte, a imprensa nacional noticiou que o Presidente Lula só começaria as obras depois de convencer Dom Cappio de que esta seria a melhor decisão. Dessa forma,

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechou ontem um acordo com o bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, para que o religioso encerre hoje a greve de fome que iniciou há dez dias, em protesto contra o projeto. Cappio aceitou um convite para se encontrar com Lula em Brasília em data que será definida hoje, quando o ministro Jaques Wagner (Relações Institucionais) e o representante do papa Bento 16 no Brasil, o núncio apostólico Lorenzo Baldisseri, o encontrarão em Cabrobó (PE). No entanto, o porta-voz de dom Luiz Cappio, Adriano Martins, negou que exista "qualquer tipo de acordo" com o governo: "O bispo nem sabe o que o Jaques Wagner vai propor amanhã [hoje]". Para o porta-voz, a notícia do acordo "é contra-informação para tentar esvaziar as ações dos movimentos populares". "Se houver uma proposta que atenta às reivindicações do bispo, ele encerra a greve de fome", afirmou Martins. "Mas não há nenhum acordo preestabelecido com ele."²⁸³

O presidente Lula também enviou uma carta a Frei Luiz. De acordo com informações dos jornais, destaca-se um dos tópicos tratados em que Lula declarava: “as obras do projeto ainda não começaram e o que está em andamento é a revitalização do rio”²⁸⁴.

Detalhadamente, a carta do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, entregue pelo ministro Jacques Wagner ao bispo, abordava quatro pontos de negociação:

prolongamento do diálogo, prioridade de revitalização e saneamento do rio São Francisco, empenho na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê liberação de R\$ 350 milhões anuais para a revitalização do rio, e também a proposta de uma audiência de dom Luiz Cappio com o presidente Lula em Brasília.²⁸⁵

Todas as negociações do governo foram feitas por intermédio de Jacques Wagner que levou uma segunda carta de Lula a Frei Luiz, na conversa que decidiria o

²⁸² BISPO diz que nordeste setentrional está sendo enganado. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

²⁸³ LULA faz acordo para encerrar greve de fome. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 06 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200528.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

²⁸⁴ BISPO em greve de fome recebe carta de Lula. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 01 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110200521.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

²⁸⁵ DOM Cappio cobrará de Lula revitalização de rio **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 07 dez. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

fim da greve do Frei. Em entrevista à Revista Estudos Avançados no ano de 2006, Frei Luiz descreve este momento:

Quando o Jacques Wagner chegou a Cabrobó levando uma segunda carta do presidente Lula, disse a ele: “Ministro, não estou satisfeito com o teor dessa carta, por isso permaneço sem me alimentar”. Foram cinco horas e meia de discussão. Ele com todas as suas energias renovadas e eu com onze dias de jejum. No entanto, era ainda capaz de discernir o que era melhor ou não. Enfim, cheguei a um acordo, sendo fiel ao que me foi pedido, ou seja, que me mantivesse aberto a todas as possibilidades para que minha vida não fosse tolhida. Fiquei satisfeito quando o ministro Wagner disse que não sealaria mais em transposição a fim de abrirmos um grande diálogo. O resultado transcendeu as minhas expectativas, porque no início também eu estava sendo autoritário. Contudo, tive a capacidade de me abrir para o diálogo. Tanto é que isso me levou a interromper o jejum, abrindo esse diálogo em que participaria a nação brasileira, deixando de ser apenas um problema meu, para se tornar um problema nacional (CAPPIO, 2006: 280).

Portanto, a greve de fome que durou 11 dias foi finalizada após a negociação de 5 horas entre Frei Luiz e Jacques Wagner. Essa reunião aconteceu de portas fechadas, e o conteúdo desse diálogo não foi revelado por completo. Entretanto, Frei Luiz e o representante do governo assinaram um termo firmando um acordo em que o governo se comprometia em reabrir o debate sobre a transposição com a sociedade e também garantia investimentos na revitalização do rio.

Frei Luiz, em declaração aos jornais da região de Cabrobó, disse que, quando decidiu fazer a greve de fome, acreditava que não seria preciso chegar até às últimas consequências, pois vivia numa país de pessoas civilizadas:

Eu tinha certeza absolutíssima que isso não ia acontecer, não estamos mais na idade média, onde se tinha de derramar sangue para que as coisas acontecessem”. Ele disse também que a visita do Núncio apostólico não o intimidou a interromper a greve e que durante os dias em que esteve em Cabrobó, no serão pernambucano, as orações, as mensagens solidárias e a fé o alimentavam. [...] Frei Luiz diz que a luta contra a transposição ganha outras proporções e que ele conseguiu parte do que ele queria, que era chamar a atenção das autoridades e da sociedade brasileira para o assunto. “Eu agora digo especialmente aos movimentos sociais que coloquem isso na pauta de suas prioridades. Nós tínhamos passado muito tempo ultimamente só com os olhos voltados para os escândalos de mensalão e CPIs e nunca mais ninguém tinha falado sobre o rio São Francisco, e em transposição. Era um assunto morto, que aliás era muito simpático ao governo, para que eles pudessem fazer tudo quietinho, sem que ninguém percebesse. Agora, de repente isso voltou a pauta de discussões e se tornou manchete, por quê? Porque isso é um assunto importante e deve ser debatido”, falou²⁸⁶

²⁸⁶ LUTA contra a transposição ganha ato público em Juazeiro. Petrolina (PE). **Gazeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

Foi também o Ministro das Relações Internacionais, Jacques Wagner, quem anunciou o fim do jejum de Frei Luiz. Apesar do desfecho positivo, surgiram opiniões diferentes a respeito do compromisso que o governo estabeleceu:

O presidente da Comissão Pastoral da Terra Dom Tomás Balduino, diz que vê a proposta do governo com muita preocupação. “Não significa mudança no projeto, mas apenas uma espécie de arapuca e eles possam continuar a mesma coisa. A gente sabe que o poder político e econômico dificilmente se desdobram. Dom Balduino comentou também ações como a da juíza Cynthia Lopes, da 14ª Vara da Justiça Federal, que na noite da última quarta-feira (05) concedeu uma liminar suspendendo a licença prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para início das obras da transposição. “Houve muita irregularidade desde o começo das audiências até agora e isto precisa ser contestado judicialmente”²⁸⁷.

O próprio Frei Luiz, declarou que a sua decisão de finalizar a greve não seria um ato definitivo, pois, caso o governo não viesse a cumprir aquilo que foi acordado, ele voltaria à greve de fome:

Frei Luiz falou que as cinco horas de negociação com o ministro Jacques Wagner, das relações institucionais, foram difíceis, mas ainda assim ele ameaça retornar a fazer a greve, caso o acordo não seja respeitado. A proposta do governo de interromper as obras de transposição agradou o religioso, mas ele não esconde que a carta enviada do presidente Lula a ele, não dava margens seguras a isso. “A segunda proposta do Governo ainda estava muito vaga e dava margens a muitas interpretações distorcidas, e eu então comentei com o ministro que aquilo deveria ser colocado em conceitos muito claros, definidos, pois assim como estava não podia ser. A nossa grande conquista foi de que nada vai se fazer enquanto realmente não se levar a sério um processo de participação, verdadeiro e transparente da discussão e não apenas a respeito da transposição, mas de outras alternativas que sejam convenientes para a convivência com o semi-árido dentro de um espírito de desenvolvimento sustentável.”²⁸⁸

Nesse sentido, o que está em jogo é um desenvolvimento social que visa melhorar a qualidade da vida humana enquanto humana. Porém, para que haja esse desenvolvimento, é preciso respeitar valores universais como vida saudável, educação e, principalmente, a participação política pautada numa democracia social e participativa, e não apenas representativa, que garanta o respeito aos direitos humanos. (BOFF, 1999).

Por outro lado, o posicionamento político evidenciava o quanto a greve de fome de Frei Luiz tinha sido algo que preocupou do governo federal:

²⁸⁷ DOM Balduino diz que proposta de governo é Arapuca. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 07 dez. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁸⁸ LUTA contra a transposição ganha ato público em Juazeiro. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

O deputado Fernando Ferro (PT-PE), relator da proposta de emenda constitucional que cria um fundo de revitalização para a bacia do São Francisco, afirmou que o fim da greve de fome representa a vitória da negociação e do bom senso. Mas reconhece que uma mobilização “deste porte” causa desgaste ao governo. “Houve debate nesses dois anos sobre o projeto, mas parece que não foi suficiente”, disse.²⁸⁹

Para Frei Luiz, o ganho desta batalha foi positivo, pois

A gente abriu um amplo debate com a nação, com o povo, com a comunidade científica, as universidades as ONGs, enfim com todos aqueles que entendem do rio São Francisco e entendem a convivência com o semiárido. Quando eu me encontrar com o presidente não quero apenas fazer uma visita de cortesia, eu quero levar a ele algumas propostas concretas, algumas sugestões bem elaboradas, né? E isso não se faz do dia pra noite, o meu gesto não é um gesto político anti-Lula, de forma nenhuma, eu toda vida vesti a camisa dele, toda vida eu participei da luta ao lado dele, como militante e esse meu gesto é justamente estar ao lado dele e ajudá-lo a redescobrir as suas premissas, porque ele se propôs ser um presidente para os pobres e eu quero ajudá-lo a ser um presidente para os pobres. Então não é um protesto anti-Presidente Lula, pelo contrário, é um gesto de amizade e colaboração com o governo dele, pra que ele deixe de ser refém do capital o qual ele se tornou, e volte às suas premissas de ser um presidente para o povo.²⁹⁰

Após restituir a sua saúde, Frei Luiz iniciou um processo de diálogo com o Presidente Lula, no sentido de estabelecer com o governo propostas para que a revitalização do rio São Francisco acontecesse:

O Bispo da cidade de Barra (BA), Dom Luiz Cappio, prepara-se para cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o andamento das obras de revitalização do Rio São Francisco e a suspensão da transposição, até que sejam concluídos os estudos sobre a viabilidade ou não da transferência das águas do Velho Chico para outros rios da Região Nordeste. D. Cappio, juntamente com 50 especialistas de diversas áreas de estudo do rio participará nos próximos dias 14 e 15, em Brasília de um seminário para tratar do assunto. Defensor árduo da revitalização, o religioso denuncia que não apenas nas margens do Velho Chico, mas também de importantes afluentes na Bahia, como os rios Carinhonha e Grande, o desmatamento continua, causando uma série de prejuízos para o equilíbrio ecológico de toda a bacia.²⁹¹

Apesar da tentativa de diálogo, Frei Luiz decide retomar a greve de fome dois anos depois da primeira, dessa vez na Igreja São Francisco, no município de Sobradinho (BA), no dia 29 de novembro de 2007:

²⁸⁹ DOM Cappio cobrará de Lula revitalização de rio. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 07 dez. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

²⁹⁰ Depoimento extraído do filme Greve de fome do “Velho Chico”. La Mestiza Produções Audiovisuais, 2005. Disponível em três partes, nos seguintes links: Parte 1 - <https://www.youtube.com/watch?v=aLCOTycgEJk> Parte 2 - <https://www.youtube.com/watch?v=Mt4j30zLiQs> Parte 3- <https://www.youtube.com/watch?v=U5Yc89qgPx0>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

²⁹¹ DOM Cappio cobrará de Lula revitalização de rio. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 07 dez. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

Ele está na capela de São Francisco, a cerca de três quilômetros do rio. No local, ele fez sua última refeição, às 7h30: café, pão com manteiga e pedaços de melancia e melão. Desde então, bebe apenas água. Sua nova rotina incluirá a celebração de uma missa por dia, às 19h. O início do novo jejum ocorreu no mesmo instante em que representantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra) anunciavam em Brasília, o encaminhamento de uma carta assinada por Cappio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.²⁹²

O motivo de sua segunda greve é o fato de que o Governo Federal não cumpriu com os acordos firmados quando Frei Luiz aceitou finalizar a sua primeira greve. Embora seu ato tenha conseguido interromper o projeto e possibilitado a reabertura do debate pelo governo, a discussão não avançou e o governo retomou a obra, inclusive com a mão de obra do exército no mês de junho de 2007. São esses os motivos que levaram Frei Luiz a retomar a greve de fome, encaminhando novamente uma carta ao Presidente Lula:

Senhor Presidente, Paz e Bem! No dia 06/10/05, em Cabrobó – PE, assumimos juntos um compromisso: o de suspender o processo de Transposição de Águas do Rio São Francisco e iniciar um amplo diálogo, governo e sociedade civil brasileira, na busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável para todo o semi-árido. Diante disso suspendi o jejum e acreditei no pacto e no entendimento. Dois anos se passaram, o diálogo foi apenas iniciado e logo interrompido. Já existem propostas concretas para garantir o abastecimento de água para toda a população do semi-árido: as Ações previstas no Atlas do Nordeste e apresentadas pela Agência Nacional de Águas (ANA) e as ações desenvolvidas pela Articulação do Semi-Árido (ASA). No dia 22 de fevereiro de 2007 protocolei no Palácio do Planalto documento solicitando a reabertura e continuidade do diálogo, e que fosse verdadeiro, transparente e participativo. Sua resposta foi o início das obras de transposição pelo exército brasileiro. O Senhor não cumpriu sua palavra. O senhor não honrou nosso compromisso. Enganou a mim e a toda a sociedade brasileira. Uma nação só se constrói com um povo que seja sério, a partir de seus dirigentes. A dignidade e a honradez são requisitos indispensáveis para a cidadania. **Portanto, retomo o meu jejum e oração. E só será suspenso com a retirada do exército nas obras do eixo norte e do eixo leste e o arquivamento definitivo do Projeto de Transposição de águas do Rio São Francisco. Não existe outra alternativa.** Acredito que as forças interessadas no projeto usarão de todos os meios para desmoralizar nossa luta e confundir a opinião. Mas quando Jesus se dispôs a doar a vida, não teve medo da cruz. Aceitou ser crucificado, pois este seria o preço a ser pago. A vida do rio e do seu povo ou a morte de um cidadão brasileiro. “Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho”. Que o Deus da Vida seja penhor de Vida Plena. “O Brasil é uma terra de grandezas. Terá

²⁹² BISPO inicia nova greve de fome contra a transposição. **Boletim da Comissão Pastoral da Terra Nordeste II.** Recife (PE). 30 nov. 2007. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/691-bispo-inicia-nova-greve-de-fome-contra-transposicao> Acesso em 20 ago. 2016.

dirigentes com a mesma grandeza?” (Bourdoukan Georges in “Capitão Mouro”). **Dom Frei Luiz Cappio, OFM-Bispo Diocesano de Barra.**²⁹³

O segundo jejum de oração de Dom Luiz, como ele prefere chamar, contou novamente com o apoio de diversos cidadãos, organizações, entidades e movimentos sociais. Em dezembro de 2007, o MPA aderiu ao jejum de Frei Luiz e realizou um jejum solidário em Defesa de Dom Cappio:

Hoje [05/12] pela manhã, no pátio da Matriz São Francisco e em Ipameri em frente à Catedral, o Movimento dos pequenos Agricultores [MPA] estão realizando um movimento em função da transposição do Rio São Francisco. Durante todo o dia estarão fazendo um jejum solidário em defesa de Dom Cappio que desde novembro de 2007 retomou seu jejum, suas orações e, protesto contra a forma autoritária com que o governo federal impõe a obra de transposição do rio São Francisco.²⁹⁴

Como podemos constatar por meio do trecho da notícia a seguir, o Greenpeace também apoiou a causa em favor de Dom Cappio e do rio São Francisco:

o que o bispo Dom Cappio e as entidades como o Greenpeace mais criticam no projeto de transposição do rio São Francisco é o fato dele ser caro e ineficaz para combater a seca, atendendo, segundo a ONG, mais as demandas de cidades que já contam com o bom abastecimento de água. A alternativa mais econômica e eficaz seria a revitalização do rio, o uso de cisternas e microbarragens para atender os afetados pela seca, e o uso racional da água por todos na região.²⁹⁵

Como da primeira vez, Frei Luiz continuou mobilizando cidadãos, entidades, assim como movimentos sociais diversos. No dia 18 de dezembro de 2007, realizaram um protesto na Praça dos Três Poderes, na ocasião em que ocorria o julgamento do recurso do governo contra a liminar que paralisou a obra. Dentre os manifestantes, esteve presente a atriz Letícia Sabatella, que exerceu um papel importante ao apoiar a causa²⁹⁶, pois a sua imagem contribuiu para que a população brasileira tomasse conhecimento da questão. Ela não só de criticou a atuação do governo na negociação

²⁹³ LEIA a Carta de Dom Frei Luiz Cappio ao Presidente Lula. Boletim da Rema Brasil de 04 de outubro de 2007. Disponível em: <http://remabrasil.org:8080/virtual/r/remaatlantico.org/sul/Members/bosco/noticias/leia-a-carta-de-dom-frei-luiz-cappio-ao-presidente-lula/>. Acesso em 23 de agosto de 2016 (grifo do autor).

²⁹⁴ MPA realiza jejum solidário. Portal do Catalão Notícias. 05 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.catalaonoticias.com.br/natureza/mpa-realiza-jejum-solidario-,NDMyNQ.html>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

²⁹⁵ BISPO completa 10 dias de fome contra a transposição do rio São Francisco. **Revista Ambiente. Notícias.** Porto Alegre (RS). 07 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especiais/jsp/default.jsp?template=2095.dwt&newsID=a1701125.htm&tab=00052&order=datepublished&espid=21§ion=&subTab=04807>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

²⁹⁶ LETÍCIA Sabatella também realizou um vídeo para a Campanha Uma Vida pela Vida, que foi veiculado pela televisão, sendo importante para tornar pública a questão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1uPMmWLEa9A>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

com os movimentos contrários às obras da transposição do rio São Francisco, a atriz como também declarou que: “O governo não tem se mostrado democrático. As decisões têm vindo de cima para baixo”.²⁹⁷

Além da atriz, estiveram presentes 300 ribeirinhos, pescadores e quilombolas da Bacia do São Francisco, representantes da CNBB, do MST, integrantes do PSOL que protestaram contra a transposição do rio São Francisco e apoiavam Dom Cappio. Na ocasião, foi divulgada uma contraproposta ao governo:

Condicionando o fim do jejum à suspensão das obras e à retirada imediata de tropas do Exército de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco, para que sejam discutidas as alternativas ao déficit hídrico e o desenvolvimento ambiental sustentável do semi-árido e da bacia do São Francisco. [...] Para os manifestantes, a transposição tem com objetivo beneficiar o agronegócio, a indústria e as empreiteiras. Segundo eles, apenas 4% da água desviada do rio abastecerá a população rural pobre, enquanto 70% servirão à irrigação de grandes plantações de frutas e à criação de camarões. O restante – 26% – irá para as cidades e atividades industriais, incluindo uma siderúrgica no Ceará.²⁹⁸

Na ocasião, foram feitos diversos vídeos pela Campanha Uma vida pela Vida, em que atores, como Letícia Sabatella, estudiosos e políticos se posicionaram dando entrevistas em apoio aos motivos que levaram Frei Luiz a retomar o seu jejum. Um dos depoimentos mais relevantes foi feito pelo Senador Eduardo Suplicy, que, mesmo sendo do Partido dos Trabalhadores, mostrou-se crítico às atitudes do governo federal:

Quero transmitir sobretudo ao presidente Lula, a todos os Brasileiros, às autoridades, que considero importante que nós estejamos atentos aquilo que Dom Frei Bispo Flávio Cappio está nos dizendo a respeito da transposição das águas do rio São Francisco. Já em 2005 quando ele realizou a primeira greve de fome eu fiz um apelo da tribuna do Senado dizendo que seria importante que pudesse ser atendido o seu apelo para um debate mais aprofundado e na ocasião citei inclusive as palavras de um grande amigo do presidente Lula que comigo e com o presidente Lula esteve acompanhando na Caravana da Cidadania em diversas ocasiões que é o Prof. de Geografia Aziz Ab’Saber que considera importante ele que é um estudioso de toda a geografia brasileira e conhece muito bem os problemas e que tanto ensinou o presidente Lula, ele próprio considera que Dom Luiz Flávio Cappio tem razão ao alertar que seria melhor estar aproveitando bem as águas do rio São Francisco, limpando o rio e cuidando das populações em torno do rio São Francisco e fazendo todos os investimentos de melhoria do curso das águas e de alguma forma aproveitando-as melhor, mas de uma maneira inclusive a respeitar as populações ao longo do

²⁹⁷ LETÍCIA Sabatella critica ação de governo na transposição do São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 18 dez. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u356343.shtml>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

²⁹⁸ SÃO Francisco: mais fraco com greve de fome, Dom Cappio já não faz caminhadas. **Extra-globo.com**. Rio de Janeiro (RJ). 18 dez. 2007. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/sao-francisco-mais-fraco-com-greve-de-fome-dom-cappio-ja-nao-faz-caminhadas-638826.html>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

rio São Francisco e antes de realizar a obra de transposição, eu sei que são muitos aqueles que a defendem, que tem argumentos favoráveis, mas eu acho que caberia sim atender o apelo de Dom Luiz Flávio Cappio de um debate mais aprofundado, portanto, de suspender as obras até que este debate mais aprofundado traga luz sobre a questão qual melhor destinação das águas do rio São Francisco para o benefício de todo o povo do nordeste, do povo brasileiro.

²⁹⁹

Apesar das pressões dos movimentos sociais e da saúde de Frei Luiz já estar debilitada, ao mesmo tempo em que o governo apontava para um diálogo com o Bispo, o Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima defendia a decisão do governo em retomar as obras assim que as pendências jurídicas fossem resolvidas: “Sou leal ao governo. Por isso, só tem duas maneiras de a obra parar: se o presidente mandar ou se a Justiça determinar em caráter irrecorrível.”³⁰⁰

Ainda afirmou que, em diálogo com o presidente Lula, este declarou ter a mesma posição:

O presidente tem dito que é um homem que sempre aceitou negociar tudo, mas que nunca pôs a faca no pescoço de ninguém dizendo: Faz isso, senão eu faço aquilo. Ele está convencido de que o projeto é socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Por isso vai tocar a obra.

³⁰¹

Frei Luiz passou 24 dias em jejum e oração, do dia 27 de novembro a 19 de dezembro. Em 19 de dezembro, durante a missa realizada na Igreja São Francisco, Frei Luiz anunciou o fim da sua greve de fome em combate à transposição do rio São Francisco, por meio de uma carta lida por seu assessor, Adriano Martins:

Depois desses 24 dias encerro meu jejum, mas não a minha luta que é também de vocês, que é nossa. Precisamos ampliar o debate, espalhar a informação verdadeira, fazer crescer nossa mobilização. Até derrotarmos este projeto de morte e conquistarmos o verdadeiro desenvolvimento para o semi-árido e o São Francisco. É por vocês, que lutaram comigo e trilham o mesmo caminho que eu encerro meu jejum. Sei que conto com vocês e vocês contam comigo para

²⁹⁹ Extraída do Vídeo realizado pela Campanha Uma vida pela Vida, Eduardo Suplicy: apoio a Dom Frei Luiz Cappio. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UwEZRmYRuBw>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

³⁰⁰ SÃO Francisco: mais fraco com greve de fome, Dom Cappio já não faz caminhadas. Rio de Janeiro (RJ). **Extra-globo.com**. Rio de Janeiro (RJ). 18 dez. 2007. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/sao-francisco-mais-fraco-com-greve-de-fome-dom-cappio-ja-nao-faz-caminhadas-638826.html>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

³⁰¹ SÃO Francisco: mais fraco com greve de fome, Dom Cappio já não faz caminhadas. Rio de Janeiro (RJ). **Extra-globo.com**. Rio de Janeiro (RJ). 18 dez. 2007. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/sao-francisco-mais-fraco-com-greve-de-fome-dom-cappio-ja-nao-faz-caminhadas-638826.html>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

continuarmos nossa batalha para que todos tenham vida e tenham vida em abundância.³⁰²

Frei Luiz já estava muito debilitado, havia perdido 8 quilos desde o início do seu jejum, manteve-se apenas com água durante os 24 dias. A decisão de encerrar seu ato foi tomada após passar mal e ser levado para um hospital em Petrolina:

Quando desmaiou, Cappio chegou a ficar desacordado por 30 a 40 minutos. “Ele só voltou por ação médica, e demorou a recobrar as condições normais. Não conseguia falar, não conseguia abrir os olhos, só ouvia”, disse Rubem Siqueira, assessor da Comissão Pastoral da Terra, que o acompanha.³⁰³

Após as duas greves de fome de Frei Luiz, uma das questões que ficou clara para ele foi a possibilidade da democratização das águas no semiárido nordestino por meio da construção de adutoras, que inclusive é o projeto da Agência Nacional das Águas, o Atlas do Nordeste, no qual, através de adutoras, leva-se água para a população sem acesso ou com acesso precário à água. No ano de 2013, Frei Luiz relatou uma das conversas que teve com presidente Lula sobre a transposição:

A nossa conversa com o presidente foi: presidente o senhor tem duas opções, tem um projeto da transposição que beneficia as elites e tem o projeto da ANA que é um projeto pra levar água para quem precisa de água. Cabe ao senhor decidir pra quem o senhor quer levar água e infelizmente ele optou graças ao lobby riquíssimo da transposição, ele optou pela transposição e com isso, os projetos da ANA foram colocados em segundo plano. E agora diante dessa seca terrível que nós estamos vivendo, a toque de caixa estão fazendo adutora pra aqui, outra adutora pra lá, porque senão o povo morre de sede. Então para salvar a situação a toque de caixa as adutoras que se o dinheiro que foi gasto na transposição, no ralo da corrupção, se tivesse investido desde o começo nos projetos da ANA, hoje nós teríamos o nordeste inteiro abastecido de água, o povo com água e sem essa aberração que tá aí que não vai pra lugar nenhum (informação verbal).³⁰⁴

Frei Luiz acreditava que a transposição não seria concluída porque a própria tecnologia da obra foi desenvolvida para ser efetivada. No seu ponto de vista, um dos objetivos explícitos do projeto era ganhar as eleições de 2010. Na fala abaixo, Frei Luiz explica o porquê desta opinião:

³⁰² LEIA íntegra da carta em que bispo anuncia fim de greve de fome. **Jornal Globo**. Rio de Janeiro. 20 dez. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL235407-5601,00-LEIA+INTEGRA+DA+CARTA+EM+QUE+BISPO+ANUNCIA+FIM+DA+GREVE+DE+FOME.html>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

³⁰³ BISPO encerra greve de fome contra transposição. **Jornal Globo**. Rio de Janeiro (RJ). 20 dez. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL235364-5601,00-BISPO+ENCERRA+GREVE+DE+FOME+CONTRA+TRANSPOSICAO.html>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

³⁰⁴ Entrevista coletiva concedida por DIOCESE, Barra (BA) e Poder Local (Floresta). Entrevista nº 12. [novembro 2013]. Entrevistador Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Floresta (PE). 2013. 05 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 44'54''. Arquivo Pessoal.

se realmente houvesse por parte do governo interesse de que realmente a obra acontecesse, eles teriam começado pelas estações elevatórias, porque o rio tem que subir 300 e tantos metros, então as estações elevatórias. Mas as estações elevatórias elas não são, não aparecem, são coisas pequenas, então o que o governo precisava, o governo precisava de visibilidade da obra, então vamos começar pelo desmatamento e pelos canais, que dizem, não sei, eu nunca fui na lua, dizem que da lua dá pra vê, mas tudo bem [rs]. Eu nunca fui lá pra saber se é verdade. Pois bem, mas de avião eu já vi, realmente é visível. Então, começaram pelos canais, porque dá visibilidade à obra e não existe tanta tecnologia, desmatar e abrir os canais e forrar de cimento. O que que aconteceu? Abriam os canais, deram visibilidade à obra, não é? E não fizeram as estações elevatórias. E por não haver as estações elevatórias, não tinha água, então o que é que aconteceu? Rachou tudo, quebrou tudo e o mato tomou conta. E aquilo que sempre dizia, isso aqui é eleitoreiro, tanto é que até 2010 fizeram, a partir de 2010 pararam. Então, esse ano é de eleição, podem saber que vão mexer ali vão mexer lá, em lugares estratégicos e visíveis: por onde passa uma estrada, perto de uma grande cidade, com certeza vão mexer, porque é ano eleitoral (informação verbal)³⁰⁵.

Nesse sentido, para Frei Luiz, uma atitude coerente e nobre do governo federal seria reconhecer o erro desta obra:

A atitude mais nobre do governo hoje, que ele nunca vai fazer, seria reconhecer o erro e dizer olha erramos, vamos começar tudo de novo pela estrada certa, mas eles não vão fazer nunca isso, né. Porque isso aí é sempre de novo, uma massa de manobra pra conseguir, é eleitoreira. A finalidade eleitoreira foi comprovada que deu certo. É um crime ambiental essas obras, nesse momento a gente se sente periferia do mundo apoiando uma coisa dessas (informação verbal).³⁰⁶

Contudo, verifica-se que as duas greves de fome tiveram fundamental importância para que, além de tornar pública a questão da transposição, fosse garantido à sociedade civil o debate sobre a questão, ao menos por alguns momentos. Apesar do diálogo com o governo federal não ter sido efetivado exatamente como se pretendia, ao longo dos dois anos, entre a primeira e a segunda greve de fome, podemos observar algumas questões que foram importantes para a análise do cenário político em torno do projeto de transposição.

Em primeiro lugar, a primeira greve de fome de Dom Cappio, teve papel fundamental em tornar pública à sociedade brasileira a existência do projeto de transposição e de questionar o seu caráter salvacionista de que levaria água para 12

³⁰⁵ Entrevista coletiva concedida por DIOCESE, Barra (BA) e Poder Local (Floresta). Entrevista nº 12. [novembro 2013]. Entrevistador Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Floresta (PE). 2013. 05 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 44'54''. Arquivo Pessoal.

³⁰⁶ Entrevista coletiva concedida por DIOCESE, Barra (BA) e Poder Local (Floresta). Entrevista nº 12. [novembro 2013]. Entrevistador Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Floresta (PE). 2013. 05 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 44'54''. Arquivo Pessoal.

milhões de nordestinos que não possuíam tal recurso. Ora, um Frei Franciscano – que dedica a sua vida a auxiliar populações que sofrem com as mazelas da sociedade capitalista, as quais, embora vivam às margens de um grande rio, têm dificuldade no acesso à água –, ao tornar público que esse discurso salvacionista não é totalmente verdadeiro, realiza algo de extrema importância no cenário analisado, principalmente pelo impacto que a greve de fome teve na opinião pública, nacional e internacional.

Além disso, significou também a expectativa de estabelecer um diálogo com o governo federal, no qual as entidades e os movimentos sociais críticos à obra esclareceriam que esse posicionamento estava fundamentado em uma contraproposta com o Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Semiárido.

Segundo Suassuna (2010: 274), o ato de Frei Luiz

conseguiu interferir nas proposições do governo, mostrando a necessidade e a importância de se proceder ao diálogo, cujas conseqüências foram traduzidas na interrupção imediata das ações do projeto de transposição, na abertura de uma agenda para discussão de alternativas de convívio do nordestino com as secas e na priorização das ações de revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Seria um ato insensato do governo entrar em colisão com a igreja diante do atual cenário da política nacional.

A repercussão desse processo realmente significou colocar a problemática da transposição na agenda brasileira. A respeito dessa questão, Suassuna (2010: 274) afirmou: “não imaginávamos, em hipótese alguma, que em curto espaço de tempo iríamos percorrer diversas regiões do país debatendo o projeto, levando nossas ideias à esfera governamental e principalmente interagindo com diversos ministérios”.

Portanto, é evidente que essa repercussão, o diálogo e a publicização do problema só foram possíveis após a realização do jejum de Frei Luiz. Sendo assim, o Nordeste tem uma dívida de honra com esse religioso (SUASSUNA, 2010).

Até mesmo a imprensa nacional reconheceu o significado do ato de Frei Luiz, como podemos verificar na seguinte passagem:

O bispo de Barra (BA), Luiz Flávio Cappio, tem um mérito inegável: sua greve de fome reacendeu com força nunca antes vista o debate sobre a obra de transposição de parte das águas do rio São Francisco. A mídia já não estava dando bola a um assunto polêmico desde os tempos de Dom Pedro 2º. Ponto para Cappio.³⁰⁷

³⁰⁷ BISPO presta serviço ao país. São Paulo (SP). **Folha de São Paulo**. São Paulo (RJ). 07 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/pensata/ult511u231.shtml> Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Apesar do diálogo não ter avançado e Frei Luiz ter retomado seu jejum em 2007, tornou pública, mais uma vez, a limitação de diálogo que a população teve com o governo federal e, fundamentalmente, explicitou a fragilidade do discurso participativo, que, desde o início do anúncio do projeto de transposição, foi utilizado pelo governo federal como o diferencial entre a sua proposta e a proposta do governo anterior, no caso, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso como já exposto anteriormente.

Entendemos ainda que o ato de Frei Luiz foi fundamental para a luta dos movimentos sociais, tanto para o esclarecimento à população sobre quais eram as reais críticas ao projeto, inclusive para superar a dualidade que a mídia sempre colocou entre aqueles que necessitavam da água e, portanto, a favor, e os que doariam a água, vistos como egoístas por serem contrários. Tal dualidade estrategicamente esvaziava o debate político. Ademais, foi importante para mostrar à população os problemas ambientais que o rio tem sofrido há tantos anos. Esse cenário deixa claro que Frei Luiz foi um dos atores sociais fundamentais no debate sobre a transposição do rio São Francisco.

3.4 A população expropriada pela transposição do rio São Francisco: agricultores, indígenas, quilombolas.

Nas linhas seguintes, analisaremos a suposta participação no processo de debate sobre o projeto de transposição das comunidades locais envolvidas diretamente com a transposição do rio São Francisco. Entendemos que essas populações são expropriadas pelo grande capital, como já trabalhado na Introdução desta tese.

Demonstraremos como algumas dessas comunidades se organizaram com relação ao projeto de transposição, no sentido de debaterem e interferirem nas decisões governamentais a respeito do projeto de transposição. Para isso, utilizaremos depoimentos coletados durante o trabalho de campo.

Nos diversos municípios, vilarejos e comunidades às margens do rio São Francisco, encontram-se povos tradicionais, como indígenas, quilombolas, vazanteiros, pescadores e agricultores familiares. São justamente essas populações que possuem o maior interesse em debater a proposta de transposição. No entanto, elas não tiveram uma via direta de comunicação com o governo federal para debater seus posicionamentos. Para algumas dessas comunidades, o processo de luta foi e ainda tem

sido intenso. Em meio a essa diversidade, os indígenas foram os povos que estiveram diretamente envolvidos no processo de resistência à transposição do rio São Francisco.

De acordo com o Relatório de Denúncia, *Povos indígenas do nordeste impactados com a transposição do rio São Francisco*, a construção dos canais e do sistema de bombeamento da transposição passará pelos territórios do povo Truká (Eixo Norte)³⁰⁸, Tumbalalá (Eixo Norte)³⁰⁹ e Pipipã (Eixo Leste). Contudo, devido aos danos que provocará na vazão de águas do rio, afetará outros povos indígenas ribeirinhos da Bacia do São Francisco, como Tuxá, Xucuru-Kariri, Xocó, Kariri-Xocó; e outros próximos às margens, por exemplo os Pankararé, Pankararú, Kalangó, Geripankó, Kaxangó, Kalancó, Akoa, dentre outros. Além dessas etnias, ao final do Eixo Norte, no estado do Ceará, encontram-se indígenas da etnia Anacé, que também serão atingidos por esta obra.

Dessa forma,

emblematicamente, a transposição (eixo norte) começa e termina em território indígena: de Truká a Anacé, no Pecém, Ceará. Neste instalou-se, em total desrespeito aos índios, o Complexo Industrial e Portuário cujo eixo será a Companhia Siderúrgica do Pecém, formada pela sul-coreana Dongkuk Steel e a Vale. Com investimento de U\$6 bilhões e com apoio do BNDES produzirá 6 milhões de toneladas de placas de aço para exportação. Através do Canal da Integração, que liga o açude Castanhão ao Pecém, lá chegarão 1,7m³/s de água (SIQUEIRA, 2010: 18).

Os indígenas da etnia Truká³¹⁰ foram os mais envolvidos com a questão da transposição, pois o início do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco situa-se dentro de seu território. Mas este é apenas um dos problemas que gerou conflito de interesses com relação à transposição; outra questão é o fato de a maioria dos indígenas dessa etnia viver na Ilha de Assunção³¹¹, a maior Ilha do rio São Francisco, localizada entre as margens de Pernambuco e Bahia, abaixo do Eixo Norte da transposição. Dois problemas são apontados: se, ao finalizar a obra, for construída uma barragem em Pedra Branca, tal Ilha sofrerá um alagamento, comprometendo a permanência desse povo em

³⁰⁸ Ver Anexo n° 03, referente ao Mapa da Transposição em Território Truká.

³⁰⁹ Ver Anexo n° 04 referente ao Mapa da Transposição em Território Tumbalalá.

³¹⁰ O território Truká é um dos mais antigos, com mais de 300 anos de história registrada. Essa história se inicia com a chegada dos missionários Católicos para catequizar os índios que ali viviam, na Aldeia do Pambu e na Aldeia de Assunção. De acordo com relatos, a Aldeia de Assunção era muito numerosa, pois era um único território que ocupava Pernambuco e Bahia. Após um grande dilúvio, houve a separação das terras do lado de Pernambuco e o surgimento do rio Pequeno que separava continente de uma porção de terra que hoje é denominada Ilha de Assunção. Os índios foram expulsos de suas terras por perseguição e ordem da Casa da Torre e das Câmaras de Comarcas (SANTOS, J. et al, 2010).

³¹¹ Ver fotografia n. 39, 40 e 41 no Apêndice 04.

suas terras; em segundo lugar, a captação das águas do rio no eixo norte acarretará uma maior diminuição da disponibilidade de água e, conseqüentemente, da dinâmica do ecossistema local. Ao diminuir a vazante do rio, compromete-se a dinâmica da agricultura vazanteira e também a disponibilidade de peixe no rio.

A luta dos Trukás contra a transposição acontece desde 1993, ou seja, desde o anúncio de que este projeto seria realizado no governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com um dos líderes da etnia, o Cacique Neguinho Truká, na época, Lula foi um forte aliado contra o projeto de transposição, pois se colocava integralmente contra. Durante a entrevista de trabalho de campo realizada em maio de 2014, o Cacique relatou que

Esse projeto ele também tá dentro do território indígena, aí a barragem de Pedra Branca é quem vai servir como parede pra que a água chegue por gravidade em determinada altura do projeto. Tanto atinge os índios Truká daqui de Cabrobó, quanto os índios Tumbalalá da Bahia em Pedra Branca, e atinge os índios Truká em Orocó. Além de grande parte de alguns municípios que irão ficar totalmente inundados (informação verbal).³¹²

Conforme uma das lideranças dos indígenas Truká, o único momento em que a etnia dialogou diretamente com o governo sobre a transposição foi durante a reunião com Ciro Gomes na ilha no ano de 2005 e, nessa ocasião, o governo relacionou as políticas públicas reivindicadas pelos indígenas com a transposição (SANTOS; J. et al, 2010). Em outras palavras, o Ministério da Integração passou a relacionar as benfeitorias que são de direito da etnia como uma espécie de barganha, para que a etnia não se posicionasse contra a obra. Entretanto, segundo depoimentos de indígenas (SANTOS; J. et al, 2010: 10), a construção de estradas nas áreas indígenas seria realizada para garantir o escoamento da produção agrícola na Ilha de Assunção, mas não havia nenhuma relação com a transposição, era fruto de reivindicação antiga.

Entretanto, consoante Ivo Truká, a maioria dos indígenas Truká só ficou sabendo da obra da transposição quando as máquinas começaram a chegar ao canteiro de obra:

Nóis quando ficamos sabendo dessa transposição, que ia haver a transposição, nós povo truká, nós ribeirinhos, que não foi só o povo truká, mas sim vem outras pessoas, vem os Pipipãs, vem os índios Pankarás, vem os atingidos pelas barragens, vem o pessoal de outros seguimentos, de outras Ongs e vieram se aliar a nós povo Truká e nós fizemos um movimento ali na onde ele tá sendo feito ali o canal que é o Serrote do Gorgonha, né, o Tucutu como outros falam também. Então ali foi que começou a propagar e quando veio também o

³¹² Entrevista concedida por INDÍGENA (Truká), Liderança. Entrevista nº 24 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2014. 03 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 36'01''. Arquivo Pessoal.

exército pra tirá a gente de lá, aí sim aí se houve aquela propaganda. Mas até aí o povo, muita pouca gente sabia, tinha conhecimento disso tudo (informação verbal).³¹³

De acordo com o discurso oficial do Governo Federal, o início das obras se deu com a presença do exército, como estratégia de engenharia civil. Entretanto, a presença do exército é entendida pelos indígenas como uma estratégia para controlar o território e, ao mesmo tempo, garantir que a etnia não se manifestasse de maneira contrária à transposição. Para eles, essa estratégia do Estado significa uma invasão do território indígena. Além disso, a presença do exército no canteiro de obra tornou a área militarizada, e esse fato, contraditoriamente ao regime democrático, revela o caráter autoritário do projeto. A liderança indígena Tumbalalá deixa bem clara esta questão ao afirmar que:

O Lula de democrático não teve nada, porque se ele sentasse pra ouvir o povo e ele não botasse o exército, ele nunca tinha feito a transposição. Ele não tinha iniciado o canal, nem o eixo norte daqui de Cabrobó, nem o eixo leste de Floresta. Então a transposição só deu o pontapé porque trouxe o exército, quem era que ia enfrentar o exército brasileiro? (informação verbal).³¹⁴

Uma das lideranças dos indígenas da etnia Tumbalalá³¹⁵³¹⁶ nos relatou que a luta do povo indígena, de diversas etnias, está diretamente relacionada às consequências das grandes obras hídricas realizadas ao longo do curso do rio São Francisco. Essa situação ocorre pelo fato de que diversos povos estão sendo retirados de seus territórios por conta da construção de barragens. Ademais, destaca os obstáculos para a participação dos indígenas nas discussões:

De repente no governo Lula chega com as audiências públicas, audiências públicas que queriam consolidar a participação dos povos indígenas e chegavam de repente em lugares impróprios onde tinha abertura pra ir um ou dois

³¹³ Entrevista concedida por INDÍGENA (Truká), Representante. Entrevista nº 09 [outubro 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2014. 01 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 20'29. Arquivo Pessoal.

³¹⁴ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25'. Arquivo Pessoal.

³¹⁵ Os Tumbalalá fazem parte dos povos indígenas do Sertão do São Francisco marcados pela ação das missões religiosas nos séculos XVI e XVII. A terra indígena Tumbalalá possui várias aldeias e o povo se espalha nas localidades de: Ibozinho, Teixeira, Lagoa Vermelha, Pé de Areia, Cruzinha, Riacho São Francisco, Pambu, Missão Velha, Porto da Vila, Salgado, Mari, Foice, São Miguel, Cajueiro, Fernando, Jatobá, Pedra Branca, Projeto Pedra Branca, São Miguel, Maria Preta, Pau Preto, Bom Pastor, Camaratu, Escalavrado, Ibó, e ainda cidades como Cabrobó, Petrolina e Juazeiro. O povoado do Pambu é o primeiro aldeamento dos Tumbalalá onde tem registro do ano de 1600. Na divisa do Riacho da Divisa de Abaré e Curaçá, teve uma guerra entre índios e brancos, mas também entre índios e Missão Velha. Um lugar onde padres rezavam missa, depois dessas guerras toda essa região era Pambú. (Depoimento extraído da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Povos Indígenas do Nordeste. Tumbalalá, 2010).

³¹⁶ Ver imagens 42 e 43 em Apêndice 04.

representantes indígenas e na calada da noite. Foi o caso das audiências públicas de Salvador, a de Juazeiro da Bahia. A de Salvador por coincidência foi às vésperas de um carnaval no centro de convenção, então como é que o índio Tumbalalá, o índio Truká ia sair do aldeamento de Pambu ou de Cabrobó na Ilha de Assunção pra ir no Centro de Convenção de Salvador às vésperas de um carnaval, assistir uma audiência pública? (informação verbal)³¹⁷.

Apesar dessa dificuldade em participar das audiências públicas, devido à distância dos locais onde aconteceram e também das informações sobre as audiências terem sido disponibilizadas em datas muito próximas às dessas reuniões, os povos indígenas Tumbalalá e Truká conseguiram participar da audiência realizada em Salgueiro, no caso, a única audiência realizada próxima aos eixos da transposição e, portanto, próxima às comunidades envolvidas. Sobre esse fato, nossa entrevistada nos contou que

o povo Truká levou dois ônibus, com representantes, e os Tumbalalá nós levamos também, dois ônibus com os nossos representantes, eu estava lá, por sinal. Quando, na hora que foram ler o regulamento eles não deixavam claro que a nossa assinatura era uma forma de consulta prévia, mas nós temos índios que eles são bem sábios, então quando viram disseram: não ninguém vai assinar isso não! Porque estão fazendo essa audiência que a gente assine e eles vão ter um documento dizendo que houve uma consulta prévia, mas eles não estavam fazendo uma audiência eles estavam referendando (informação verbal)³¹⁸

Sobre a questão da participação em audiências públicas, uma das mais importantes articuladoras dos movimentos sociais na bacia do rio São Francisco, revelou-nos uma situação em que, quando o Governo Federal anunciou o projeto e a realização das audiências públicas, as entidades e movimentos sociais atuantes na Bacia do rio São Francisco, ainda não estavam preparados para debater esta questão. Além disso, a Articulação São Francisco ainda não estava consolidada. Então,

era mais no campo mesmo dos lugares onde a gente tava atuando, então se teve todo um processo de mobilização na bacia, sobretudo na bacia do rio São Francisco e os movimentos sociais que fazia esse debate, para discutir nas audiências o significado disso. Então era o momento de contestação com relação à transposição do rio São Francisco e aí se decidiu, o governo fez um chamamento das audiências públicas praticamente fora da bacia do rio São Francisco, né. Nos centros, em Salvador, em Recife, né. Fora da bacia do São

³¹⁷ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

³¹⁸ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

Francisco, então os movimentos sociais resolveram inviabilizar isso (informação verbal)³¹⁹.

É exatamente nesse contexto que ocorre a audiência realizada em Salvador, conforme relatado da representante dos indígenas da etnia Tumbalalá, em que houve a participação dos indígenas, pois algumas lideranças se organizaram rapidamente e foram com o objetivo de inviabilizar a audiência, por entenderem que não havia nenhum diálogo estabelecido, e sim um processo de legitimação por parte dos órgãos do Governo Federal:

nós fomos, fui eu Tumbalalá, Antonia Marinheiro também, mais outros indígenas que eu não tô lembrada, o Sandro Tuxá estava lá, neguinho Truká estava e quando nós chegamos tinha outros movimento, o movimento do rio São Francisco e eles disseram que só deixava entra os índios, que não deixavam os outros entrarem e tinha umas faixa, também não queriam deixar a gente entrar com umas faixas. O IBAMA estava presente, polícia federal e outras instituições e nós entramos e não deixamos acontecer a audiência de Salvador, porque não tinha uma representação, não era uma consulta prévia, eles queriam referendar pra consolidar ou pra dizer que tinha acontecido (informação verbal)³²⁰

A entrevistada também entende esse processo como algo não democrático e sim como uma estratégia para legitimar a transposição:

olha não é possível, juntamente com os indígenas com as comunidades tradicionais, olha não é possível mais a gente discutir ou ser consultado, porque na verdade essas audiências, elas não tinham o caráter de consulta, elas tinham o caráter de apresentar para a população isso, então efetivamente quem participava das audiências estava como que homologando essa aceitação desse projeto, né. Então o movimento social resolveu inviabilizar essas audiências públicas, olha não é possível a gente não tá sendo consultado, a gente tá ali só pra homologar isso, então não é possível mais fazer isso, então vamos fazer o debate na bacia do rio São Francisco e convocou a população né e o governo a discutir isso na bacia do rio São Francisco (informação verbal)³²¹.

Além dessa estratégia de impedimento da realização das audiências, os indígenas também buscaram canais de diálogo entre a população e os órgãos do governo federal,

³¹⁹ Entrevista concedida por INDÍGENAS, Assessora (APOINME). Entrevista nº 18 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Paulo Afonso (BA), 2014. 8 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'. Arquivo Pessoal.

³²⁰ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25'. Arquivo Pessoal.

³²¹ Entrevista concedida por INDÍGENAS, Assessora (APOINME). Entrevista nº 18 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Paulo Afonso (BA), 2014. 8 Arquivos AVCHD (.MTS) 1h15'. Arquivo Pessoal.

para tanto, algumas lideranças, pediram uma audiência pública na Ilha de Assunção. Essa audiência era fundamental, como podemos notar no depoimento abaixo:

pra contemplar o povo Truká e o povo Tumbalalá e alguém com intencionalidade botou na rádio e na TV Grande Rio de televisão dizendo que tinha sido cancelada, sem ter sido cancelada e quando foi logo na manhã, a polícia já estava na ponte sem deixar ninguém entrar nem sair na ilha, a polícia militar de Cabrobó, do estado de Pernambuco, então impediram que a audiência pública da ilha acontecesse, aí a partir daí com uma representante do Ministério da Integração nós pedimos uma audiência com o Ciro Gomes. (informação verbal)³²²

Um dos momentos mais significativos na luta dos indígenas contra a transposição aconteceu em junho de 2007, quando realizaram uma manifestação no canteiro de obras do eixo norte da transposição do rio São Francisco, no município de Cabrobó (PE). Segundo Siqueira (2010), o acampamento contra a transposição, em Cabrobó, serviu de estímulo para os Trukás e os Tumbalalás precipitarem uma antiga intenção de fazer “retomadas” de suas terras. Apesar de já terem sido constatadas por laudos antropológicos da FUNAI como pertencentes a essas duas etnias,

é evidente também a indisposição do governo federal em reconhecê-las integralmente, se os índios insistirem também nas áreas onde se constrói o eixo norte da transposição e a barragem de Pedra Branca. Se desistirem, talvez até facilite. Tentativas de cooptá-los não têm faltado e o que é direito – estrada asfaltada, prédio escolar etc. – vira moeda de troca (SIQUEIRA, 2010: 17).

Nossa entrevistada nos contou um pouco como foi esse momento:

logo após o São João, nós nos organizamos e marcamos um grande encontro no São João dos movimentos sociais e conseguimos 1500 pessoas, 1500 pessoas no canteiro de obras da transposição. Então nós passamos lá, se não me engano, 11 dias. Em onze dias veio o mandado de despejo aí nós desocupamos a área. Quando desocupou, o povo Truká fez uma ocupação do lado esquerdo de terra firme, porque os truká estão na ilha da assunção, mas esta área toda é do povo truká, os primeiros habitantes daqui foram os índios cariri e o povo Truká é desse povo, então essas terra toda são do povo Tumbalalá e do povo Truká. 2007, nós fizemos a ocupação com 1500 pessoas, os movimentos ficaram. Lula, em nenhum momento deu oportunidade de ouvir, de conversar, de ver que não era viável, que tinha outras alternativas para ter água para a convivência com o semiárido, mas o desejo dele era a transposição. Então em junho de 2007 o exército fez o canteiro de obras deles, foi quando a gente fez a ocupação desse

³²² Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

canal, passamos dez ou onze dias, saímos, fez a nova retomada do povo truká e nós fizemos a retomada do povo Tumbalalá (informação verbal)³²³.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) também participou da ocupação da área da transposição, em que questionava a transposição, ao mesmo tempo que reivindicava a paralisação das obras e o diálogo com a sociedade, e ainda apoiava a ação dos indígenas em defender o reconhecimento de suas terras. Essa manifestação teve repercussão nacional, como podemos verificar na notícia publicada pela Folha de São Paulo no dia 26 de junho de 2007:

A ocupação, segundo o movimento, é por tempo indeterminado. Participam do protesto, organizações sociais e movimentos populares, além de comunidades de Minas, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e Ceará. Os manifestantes exigem o arquivamento do projeto orçado em mais de R\$ 5 bilhões, além da implementação de alternativas e tecnologia apropriadas de convivência com o semi-árido³²⁴.

Diante da ocupação no canteiro de obras, o Governo Federal se manifestou através do então Ministro da Integração Nacional, Geddel que enviou um interlocutor para dialogar com os manifestantes. Além disso, “Segundo a assessoria do ministério, Geddel também acionou AGU (Advocacia Geral da União) para que tome as medidas legais cabíveis para a reintegração da área ocupada. A área é de propriedade do Ministério da Integração”³²⁵.

O Ministério da Integração afirmou que a área ocupada pelos indígenas é propriedade estatal. Entretanto, essa área está em processo demarcatório:

Eles não demarcam as terras indígenas do povo Tumbalalá porque querem fazer a barragem de Curaça, de Riacho Seco, que é no município de Curaça, que é um distrito. Então lá em Curaça tem Riacho seco, eles querem fazer uma barragem em Riacho Seco e outra em Pedra Branca. Pedra Branca é terra e território do povo Tumbalalá. É terra nossa, que fica no nosso território tradicional, então eles não demarcam a nossa terra, porque eles querem fazer isso. [...] Então eles

³²³ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

³²⁴ GEDDEL envia interlocutor para dialogar com manifestantes em Cabrobó. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 26 jun. 2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/06/307470-geddel-envia-interlocutor-para-dialogar-com-manifestantes-em-cabrobo.shtml>. Acesso em 10 fev. 2016.

³²⁵ GEDDEL envia interlocutor para dialogar com manifestantes em Cabrobó. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 26 jun. 2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/06/307470-geddel-envia-interlocutor-para-dialogar-com-manifestantes-em-cabrobo.shtml>. Acesso em 10 fev. 2016.

não vão demarcar a terra tumbalalá, o território tumbalalá, porque depois, como eles podem fazer se é terra indígena? (informação verbal)³²⁶

Apesar disso, a reintegração de posse foi acionada pelo Governo Federal no dia seguinte, em 27 de junho de 2007. O então Ministro da Integração Nacional, Geddel, declarou para a grande imprensa que: “Estou pronto para dialogar, mas sem renunciar o que diz a lei. A decisão política de fazer a obra é irreversível. A manifestação é natural, principalmente pelo tamanho de uma obra como essa. É natural numa democracia ir contra as decisões do governo”³²⁷.

Como podemos observar, as incongruências estão explícitas. A ênfase constante de que faz parte da democracia a existência de posicionamentos contrários ao governo e de que este está aberto ao diálogo com a população, mas que, ao mesmo tempo, o governo não voltará atrás da decisão de realização da obra da transposição é completamente contraditória e revela o caráter antidemocrático desse processo. Se fosse realmente democrático, a demanda dos movimentos sociais em paralisar a obra para dialogar teria sido considerada. Todavia, houve uma distorção do significado do que é democrático, e os movimentos sociais ficaram à mercê das decisões do governo, a maioria das quais eram autoritárias, tais como o processo de reintegração de posse de uma terra que o governo declarara pertencente ao Ministério da Integração, porém, na verdade, é uma terra em processo de reconhecimento indígena pelos órgãos responsáveis.

Os quilombolas

Além dos indígenas, a região também é habitada por populações tradicionais denominadas quilombolas³²⁸. Na área de influência do projeto de transposição, encontram-se 13 comunidades que se autodefinem como quilombolas. A maior parte dessas comunidades estão no município de Mirandiba (PE), sendo elas: Araçá, Caruru, Feijão Januário, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Serra do Talhado, Serra Verde e

³²⁶ Entrevista concedida por INDÍGENA (Tumbalalá), Liderança. Entrevista nº 10 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 49'25". Arquivo Pessoal.

³²⁷ PARA Geddel ocupação não atrasa a obra; ministério pede reintegração da área. São Paulo (SP). **Folha de São Paulo**. 27 jun. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/06/307656-para-geddel-ocupacao-nao-atrasa-obras-ministerio-pede-reintegracao-de-area.shtml>. Acesso em 10 fev. 2016.

³²⁸ Segundo dados do INCRA de 2015, existem 27 comunidades quilombolas registradas nos estados da bacia do rio São Francisco.

Queimadas. No município de Floresta (PE) e Carnaubeira da Penha, situa-se a comunidade Massapê. Já no município de Salgueiro, estão as comunidades de Conceição das Crioulas e Santana; entre Salgueiro e Terra Nova, está comunidade de Contendas. Todas essas comunidades juntas totalizam uma população de 1280 famílias, conforme dados do INCRA, e 1054, segundo dados do local, como podemos verificar no quadro abaixo, extraído do texto oficial do Projeto de Integração do Rio São Francisco e disponível na página oficial do Ministério da Integração Nacional:

Comunidades	Municípios	Famílias	
		Incra	Local
Massapê	Floresta/Carnaubeira da Penha	80	-
Araçá	Mirandiba	40	10
Caruru	Mirandiba	100	-
Feijão	Mirandiba	65	42
Januário	Mirandiba	5	5
Juazeiro Grande	Mirandiba	-	43
Pedra Branca	Mirandiba	80	30
Serra do Talhado	Mirandiba	-	20
Serra Verde	Mirandiba	50	-
Queimadas	Mirandiba	-	15
Conceição das Crioulas	Salgueiro	800	800
Santana	Salgueiro	-	47
Contendas	Terra Nova/Salgueiro	60	42
TOTAL		1.280	1.054

Quadro 03: Distribuição da população das comunidades quilombolas.

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional – Programa Básico Ambiental – PBA. Dados do Ministério Agrário e levantamento primário de 2005. Quadro elaborado pelo autor.

Uma das comunidades próxima ao Eixo Norte da transposição e que teve um papel importante no debate sobre a transposição é a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas³²⁹, situada no município de Salgueiro (PE). Ao entrevistar um

³²⁹ Este povoado é composto por 16 núcleos populacionais, em que vivem cerca de 750 famílias. A formação desse núcleo se deu no início de século XIX, quando chegaram à região seis crioulas que foram guiadas por um escravo fugitivo que se chamava Francisco José de Sá. Essa região já era ocupada pelos indígenas da etnia Atikum, que acabaram integrando essas mulheres ao convívio dos demais indígenas. Essas seis mulheres arrendaram uma área de seis léguas que, aos poucos, foram comprando com a renda

dos líderes da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas³³⁰, compreendemos que não foi estabelecido diálogo entre governo e essa comunidade sobre essa obra. Ademais, notamos que as informações sobre esse projeto ou foram feitas via meios de comunicação de massa – como a televisão, que fazia, de certa forma, uma espécie de propaganda sobre o projeto –, ou por pessoas que estavam engajadas, participando dos debates das comunidades, e que tiveram acesso à informação a partir dos movimentos sociais. Esses diferentes canais de “informação” estabelecem diferentes visões, como podemos observar no relato abaixo:

Olha assim o conhecimento das pessoas da comunidade que nem eu já tinha falado ele se dá mais através dos movimentos sociais ou através dos meios de comunicação e já o posicionamento ele já ele é um pouco diverso como em qualquer outro lugar se você tem pessoas que tem um nível maior de informação que já conseguiu (né?) saber de certa forma qual o principal objetivo da transposição, são pessoas que se coloca contra a transposição (né?) em virtude de ser uma obra que não vai atender as pessoas como população e como o governo divulga (né). E já quando são pessoas que participam menos de reuniões na comunidade né e que só vê as divulgações do governo são pessoas que se posicionam a favor da transposição (né?) embora não são pessoas pra sair daqui da comunidade ou pra ir pra outro lugar pra defender né assim, mais quando tem um debate, porque acham que a transposição ela vai sair né do rio e pelo percurso que ela vai todas as pessoas que estão ali vão ser atendidas né na verdade a gente sabe que não é dessa forma (informação verbal)³³¹.

Uma das formas de organização de debates para o conhecimento e conscientização dos povos quilombolas sobre a questão da transposição se deu por meio de discussões estabelecidas entre Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, representada por lideranças de algumas comunidades quilombolas do

do trabalho de plantação de algodão e fiação que realizavam. Parte da área comprada foi doada para a construção da Capela onde colocaram a imagem de Nossa Senhora da Conceição, trazida pelo escravo que as guiou. A comunidade foi fundada então como Conceição das Crioulas e destacou-se no cenário pernambucano como a comunidade quilombola que mais precocemente conseguiu se organizar na luta pelos direitos dos povos remanescentes de quilombolas. No ano 2000, a comunidade fundou a sua associação, a AQCC – Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (Informações extraídas da Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Disponível em: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_pe.html).

³³⁰ Essa associação tem o objetivo de promover o desenvolvimento da comunidade, fortalecer a sua organização política e sua identidade étnica e cultural, e lutar pela causa quilombola. Assim como num contexto de luta pela terra, lutar pela garantia de educação e saúde diferenciadas, lutar pelo fomento do desenvolvimento sustentável e a preservação dos costumes, tradições e história da comunidade. (Informações extraídas da Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Além da organização interna, a comunidade também é responsável pela articulação e organização das comunidades de povos quilombolas do estado de Pernambuco. Disponível em: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_pe.html).

³³¹ Entrevista concedida por QUILOMBOLA (Conceição das Crioulas), Representante. Entrevista nº 31 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 30'13''. Arquivo Pessoal.

estado, e a comunidade dos indígenas Truká, do município de Cabrobó (PE). O objetivo do estabelecimento desse diálogo, segundo o entrevistado, era compreender melhor a questão para além das informações passadas pelo meio de comunicação televisivo.

De acordo com nosso entrevistado, eles não conseguiram reunir todas as pessoas do território quilombola, mas grande parte das lideranças foram envolvidas nas discussões, com participações nos encontros da Comissão Estadual, também com outras organizações sociais³³², em que se debatia com mais frequência e, por conseguinte, deu mais embasamento sobre o assunto para a comunidade.

A partir desse momento, a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas organizou uma estratégia de conscientização em duas outras comunidades quilombolas da região: a Comunidade Santana e a Comunidade Quilombola de Contentas. Foi por meio da elaboração e aplicação de um projeto de formação no campo do audiovisual que os debates sobre a transposição do rio São Francisco e as consequências dessas obras para essas comunidades foram realizados e significaram uma estratégia importante no contexto de conflitos envolvendo essas comunidades e o empreendimento, como podemos verificar no depoimento abaixo:

a gente saiu com o encaminhamento de usar o projeto Tankalé³³³ que na língua Yorubá quer dizer “contar pra todo mundo”, de fazer trabalhos em comunidades que tava sendo impactada, ou seja, pela transposição ou que tem problemas com fazendeiros (né?). E aí optamos por fazer junto com o colega nosso do movimento que trabalha com audiovisual em Recife uma formação no município de Salgueiro mesmo (né?). Sendo que em duas comunidades ao mesmo tempo em uma que foi no quilombo de Contentas no município de Salgueiro e outro no Quilombo de Santana (né?) que foram trabalhos inclusive diversos porque a faixa etária de Contentas era pessoas de 12 à 17 anos e já de Santana era a diferença que já era a partir de 17 à 40 anos então assim até a visão já era um pouco diferenciada e a gente quando a gente tava fazendo a formação a gente nunca chega e já coloca a câmera e o computador na mão das pessoas que vão participar da formação a gente faz primeiro uma formação política né e aí dentro dessa formação a gente trabalha a questão do patrimônio

³³² Cabe ressaltar, nesse aspecto, que, segundo o entrevistado, apesar da comunidade ter tido conhecimento sobre o Comitê de Bacia do rio São Francisco, não houve qualquer tipo de comunicação do comitê no sentido de informar as comunidades quilombolas sobre o projeto de transposição, o que, para o entrevistado, se tivesse ocorrido, poderia facilitar a compreensão da comunidade sobre essa questão e contribuir para que pudessem fazer formação sobre o assunto, pois, na visão do entrevistado, as pessoas que participam desses espaços, como é o caso do Comitê, ficam mais empoderadas, com melhores opiniões para dialogar com as outras pessoas do mesmo segmento.

³³³ Projeto de formação para autorregistro audiovisual quilombola que teve início no ano de 2006 e promoveu mais de 20 oficinas de formação audiovisual para jovens quilombolas pernambucanos. As atividades foram realizadas articulando debates sobre história oral, memória coletiva, patrimônio cultural e direitos e, a partir dessas oficinas, buscou-se aprimorar as possibilidades de construção autônoma de um discurso quilombola em vídeo. As atividades são realizadas em parceria com a Produtora Crioulas Vídeo e o Instituto Nômades, contemplando as comunidades de Conceição de Crioulas, Santana e Contentas, todas pertencentes ao município de Salgueiro (PE).

material, imaterial é história oral [...] a gente conversa com as pessoas sobre primeiro olhar pra dentro né dizer assim pô se a gente tem isso e tem esses direitos ou temos essas culturas e muitas vezes a gente não valoriza isso né então a partir dessa formação eles perceberam que pra fazer um vídeo sobre a comunidade com essa oficina eles teriam que pegar algo que tava impactando né muito intensamente na comunidade e nesse caso era a transposição que através da transposição se tava impactando produção agrícola da comunidade tava impactando a questão de deslocamento das pessoas pra saírem da comunidade pra chegar na cidade até a questão da pastagem dos animais que ficavam no local, mas quando era pra se alimentar tinha que ir pra outro e aí todos esses elementos eles foram pegando e aí começaram a fazer as gravações que originou um vídeo que é chamado “O outro lado da transposição”³³⁴ que eles mostram como eles vivem na comunidade dentro do processo de construção do canal (informação verbal)³³⁵.

Esse trabalho foi importante para a comunidade estabelecer uma relação com a sua própria história, no processo de se autorretratar. Além disso, esse vídeo foi exibido no Rio de Janeiro, durante o Festival das Visões Periféricas, e, dessa forma, possibilitou que outras pessoas pudessem ver uma outra perspectiva sobre a transposição e não somente ter acesso à visão oficial sobre o projeto, estabelecendo assim um diálogo de democratização do conhecimento sobre a realidade dessas comunidades via organização social.

isso foi importante porque fez com que outras pessoas pudessem tá vendo também não só a visão governamental, através dos grandes meios de comunicação, mas através de um documentário feito pelas pessoas da própria comunidade. E até também pra despertar um debate dentro do município também, porque antes, todas as pessoas grande parte das pessoas do município nesse caso da cidade eram a favor da transposição porque não entendiam o processo (né?). A partir dessas discussões, desse vídeo acredito que outras pessoas já passaram à se não se posicionar contra, a entender que o modelo que tá de transposição ele não atende de fato a quem deveria atender (informação verbal).³³⁶

Verifica-se, portanto, no contexto acima exposto, que o acesso a informações sobre o projeto de transposição partiu da iniciativa das comunidades quilombolas e não de informações e consultas realizadas de forma institucional via Governo Federal. Para o entrevistado, a questão das consultas às populações tradicionais não foi atendida, embora o governo tenha estabelecido, através da Convenção 69, datada de 1998, que:

³³⁴ TANKALÉ. O outro lado da transposição. Quilombo de Santana (PE). Nov. 2009 Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6cgI3dwNCYE>

³³⁵ Entrevista concedida por QUILOMBOLA (Conceição das Crioulas), Representante. Entrevista nº 31 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 30'13''. Arquivo Pessoal.

³³⁶ Entrevista concedida por QUILOMBOLA (Conceição das Crioulas), Representante. Entrevista nº 31 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 30'13''. Arquivo Pessoal.

“tudo aquilo que impacta diretamente as comunidades, os povos e as comunidades tradicionais eles tem que ser consultado e pra que a comunidade possa se posicionar a favor ou a contra do que vai atingir diretamente”.³³⁷

Apesar disso, o entrevistado destaca que não houve diálogo entre o governo

e as comunidades quilombola em nenhum momento isso aconteceu (né?). Às vezes se realizava uma atividade em Recife que era distante das comunidades que estavam sendo impactadas então como que a comunidade vai se articular pra poder participar se a consulta ela tem que ser dentro do próprio território pra que as pessoas possam de fato se posicionar e tomar conhecimento disso (né?)? Então essas consultas elas não aconteceram de forma que atenda as nossas demandas as nossas especificidades (né?). Então pra gente, a gente não respalda esse modelo de consulta que foi feito (informação verbal).³³⁸

Representantes de outra comunidade quilombola, chamada Comunidade Quilombola Araçá³³⁹, que fica no município pernambucano de Mirandiba, relataram³⁴⁰ que não têm conhecimento aprofundado sobre a transposição do rio São Francisco e que também não sabem como esse projeto poderá contemplá-los:

Eu me lembro que uma vez, foi o ano passado, passou um pessoal aqui já tarde da noite, já umas oito hora mais ou menos. Eles passaram e perguntaram o que é que significava o CNT pra gente e a transposição do rio São Francisco, aí eu

³³⁷ Entrevista concedida por QUILOMBOLA (Conceição das Crioulas), Representante. Entrevista nº 31 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 30'13''. Arquivo Pessoal.

³³⁸ Entrevista concedida por QUILOMBOLA (Conceição das Crioulas), Representante. Entrevista nº 31 [jun. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas (PE), 2014. 4 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 30'13''. Arquivo Pessoal.

³³⁹ Esta comunidade está a cerca de 90 quilômetros de distância do rio São Francisco, o abastecimento de água desta comunidade se dá por meio de cisternas de captação de água de chuva que foram construídas pela comunidade com o apoio do IRPAA, entretanto quando não há chuva é feito o abastecimento por meio de caminhão pipa fornecido pela mesma instituição. De acordo com o depoimento da Sra. Francisca, moradora da comunidade e responsável por organizar esse abastecimento, são recebidos por mês 5 caminhões pipa para as 17 famílias que vivem na comunidade. Há ainda o abastecimento também por caminhão pipa realizado pelo exército. A comunidade tem uma conscientização em economizar na utilidade da água, pois, segundo depoimento, são muitas comunidades da região que demandam água ao IRPAA. Os moradores da comunidade são agricultores, que vivem da agricultura de subsistência, com o plantio de feijão, abóbora, mandioca e hortaliças, assim como animais de pequeno porte, como galinha e carneiro. A renda familiar também é adquirida através de serviços fora da comunidade.

³⁴⁰ Em maio de 2014, estive na comunidade Araçá situada na zona rural do município de Mirandiba, no estado de Pernambuco. Fui recebida por 12 moradores no Centro Comunitário da Comunidades, os quais são envolvidos na organização comunidade. Diferentemente das outras entrevistas realizadas com outros atores sociais, decidi, naquele momento, modificar a metodologia e realizar um diálogo coletivo em que, apesar de utilizar o questionário de costume, o debate acabou tendo uma dinâmica diferente, onde todos se engajaram. Dessa forma, muitas questões foram colocadas e, de forma coletiva, discutimos as temáticas. Acredito que, além de cumprir o objetivo que eu havia estabelecido para a pesquisa, essa reunião também foi significativa para a comunidade, pois foi um momento em que eles puderam dialogar e refletir sobre a problemática da transposição.

não sabe nem falar direito porque eu não sabia como é que ela ia favorecer nós aqui (informação verbal)³⁴¹.

Segundo depoimentos dos moradores da Comunidade Araçá, o Ministério da Integração Nacional realizou um seminário no município de Salgueiro (PE), em que esclareceram quais comunidades tradicionais seriam beneficiadas pelo projeto de transposição e quais não, bem como os motivos para que não houvesse esse benefício:

primeiro eles falaram que, quando a obra viesse, ia surgir até trabalho para as pessoas da comunidade para fazer a escavação pra essa água chegar aqui aí depois é que veio essa história de que nós estávamos muito distante, que tinha que atravessar um monte de comunidades e pra chegar até aqui era muito longe e também não sei se vocês lembram que corria até o risco até de alguém de cavar e torar ali o cano e desviar a água nossa que viria pra cá (informação verbal)³⁴².

Apesar do pouco conhecimento sobre a obra, evidenciado no depoimento de uma das moradoras – que afirmou desconhecer a finalidade dessa obra e que sabia apenas que o objetivo era beneficiar a população sem acesso à água –, os habitantes dessa comunidade têm a convicção de que a água da transposição não chegará para eles. Outro aspecto relevante é que essa comunidade nunca havia ouvido falar na existência de um comitê de bacia.

Contraditoriamente, o Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, que está incluído no projeto oficial de transposição, estabelece um Programa Básico Ambiental em que visa apoiar

o processo de reconhecimento e garantia territorial das comunidades que se autodefinem como quilombolas situadas na área de influência direta do empreendimento, através do estabelecimento de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o INCRA/MDA, com a alocação de recursos para identificação, delimitação e regularização fundiária dos territórios quilombolas. Promover o desenvolvimento destas comunidades, através da implantação de infra-estrutura de saneamento básico, educação, saúde, transportes etc (MIN [PBA17], 2017: 04).

Ademais, o programa define que as comunidades quilombolas do município de Mirandiba (PE) – Araçá, Feijão, Januário, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Serra do Talhado e Queimadas – serão beneficiadas com a construção de 40 cisternas de placas

³⁴¹ Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Representante. Entrevista Coletiva (Araçá) nº 32 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Araçá - Mirandiba (PE), 2014. 12 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 1h4'34". Arquivo pessoal.

³⁴² Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Representante. Entrevista Coletiva (Araçá) nº 32 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Araçá - Mirandiba (PE), 2014. 12 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 1h4'34". Arquivo pessoal.

com sistema de captação de chuvas no telhado e a construção de 150 banheiros com fossas sépticas e sumidouros. Esses benefícios estabelecidos no documento oficial do projeto de transposição no ano de 2005 não haviam sido concretizados até a realização das entrevistas com a comunidade em maio de 2014. De acordo com os moradores, funcionários do governo, representando o Projeto São Francisco, realizaram oficinas com a comunidade: “apicultura, beneficiamento de frutas nativas, mapeamento social”.

Além das oficinas citadas acima, o processo de capacitação se deu de acordo com as necessidades da comunidade, como está estabelecido no PBA17 do Projeto de Integração. Foi feita uma lista das oficinas que a população gostaria de receber e, a partir dela, foram oferecidas 11 ou 12 oficinas voltadas à questão agrícola, como por exemplo: oficinas de frutas nativas, horta, como trabalhar com a adubo orgânico, associativismo, etc. Cada oficina ocorreu durante um único dia. Mesmo assim, com relação à questão do abastecimento de água, não houve nenhum tipo de trabalho, algo contraditório, pois a comunidade não tem abastecimento de água suficiente para realizar a agricultura. A água da comunidade é suficiente apenas para abastecimento humano, enquanto, para a agricultura, é utilizada a água de “barragem, quando vem o inverno aí chove como tá cheia agora, aí a gente pega a oportunidade e enquanto tiver água vai, acabou a água pronto aí para. Aí quem tem um pocinho aí vai se virando”³⁴³.

Segundo uma das moradoras, durante essas oficinas, os moradores das comunidades levantavam a questão do abastecimento de água:

Foi levantado muita questão sobre a água porque é a principal necessidade da nossa comunidade e sempre a saída que tinha era poço mesmo. Não lembro de ser falado não que a gente ia ser contemplado com a água da transposição do rio. Vieram falar perguntar da história, se a comunidade era realmente quilombola, se tinha descendente de escravo, mas da transposição do rio mesmo não (informação verbal).³⁴⁴

Sobre o acesso a informações a respeito do projeto de transposição, foi relatado que a comunidade tinha o conhecimento através dos meios de comunicação, como a televisão:

A gente só soube alguma coisa assim através da transposição do rio porque quem veio foi o pessoal do Ministério da integração porque eles vinham até

³⁴³ Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Representante. Entrevista Coletiva (Araça) nº 32 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Araça - Mirandiba (PE), 2014. 12 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 1h4'34". Arquivo pessoal.

³⁴⁴ Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Representante. Entrevista Coletiva (Araça) nº 32 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Araça - Mirandiba (PE), 2014. 12 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 1h4'34". Arquivo pessoal.

com o símbolo do rio São Francisco nas roupa que eles vinham e no material também tinha o símbolo, o logotipo (informação verbal)³⁴⁵.

De acordo com os moradores, durante as oficinas, lhes foi entregue um questionário, o qual perguntava se eles queriam a transposição do rio São Francisco: “todo mundo respondeu que era bom, se vem pra cá, então venha, ninguém tem nada contra, contanto que venha, mesmo que não venha, mas abastecendo outras comunidades” (informação verbal)³⁴⁶

Apesar das oficinas realizadas pelo Programa Básico Ambiental, que consta no projeto oficial da transposição, em que está incluída a metodologia de participação da comunidade, o documento não evidencia às comunidades do sertão de Pernambuco o acesso à água do projeto de transposição. No subitem 17.7.2 Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, está previsto que as comunidades reconhecidas como quilombolas terão acesso à infraestrutura de abastecimento de água por meio de “cisternas, poços e redes de distribuição” (MIN [PBA17], 2017: 08).

Com relação ao acesso à água pelas comunidades, segundo documento oficial, a situação de cada comunidade se encontrava da seguinte forma:

- 1) Conceição das Crioulas vem lutando há anos pela construção de uma adutora que seria construída para a captação de água do rio São Francisco a partir do município de Belém do São Francisco, sendo que a comunidade é abastecida por cisternas de captação de água de chuva.
- 2) A comunidade de Contendas possui abastecimento de água por meio de uma adutora, que se origina no rio São Francisco e abastece parte dos moradores da cidade de Serrita.
- 3) A comunidade de Santana – não há informações oficiais sobre o abastecimento.
- 4) A comunidade do Feijão é abastecida por cisternas de água de chuva. Na ausência de água de chuva, a comunidade compra caminhões para o abastecimento.
- 5) A comunidade de Juazeiro Grande é abastecida por cisternas de captação de água de chuva. Essa comunidade organizou um fundo rotativo de cisternas, em que quase todas as casas possuem um reservatório. Mesmo com essa

³⁴⁵ Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Representante. Entrevista Coletiva (Araça) nº 32 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Araça - Mirandiba (PE), 2014. 12 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 1h4'34". Arquivo pessoal.

³⁴⁶ Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Representante. Entrevista Coletiva (Araça) nº 32 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Araça - Mirandiba (PE), 2014. 12 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 1h4'34". Arquivo pessoal.

organização, é necessária, em períodos de seca, a compra de caminhões pipa. Contam também com uma barragem e a existência de um poço, mas que possui água salobra.

- 6) Comunidade de Queimadas – utilizam apenas cisternas de captação e armazenamento de água de chuva.
- 7) Pedra Branca – abastecimento feito por cisternas, dois açudes e dois poços.
- 8) Araçá – abastecimento por cisternas, existência de um poço com água inapropriada para o consumo.
- 9) Serra do Talhado – uma cisterna para cada moradia, um poço com água de qualidade irregular.

A despeito da opinião favorável, a obra de transposição, justificada pela promessa de abastecimento das comunidades que não possuem disponibilidade hídrica regular, uma das moradoras da comunidade compreende que “essa transposição gasta muito e às vezes nem tem resultado, do mesmo jeito que tá sendo agora com a copa e o pessoal dos hospital sem atendimento [...] eu não entendo essa transposição às vezes passa em lugar deserto que não tem ninguém” (informação verbal).³⁴⁷ A representante indígena complementa que: “às vezes vai beneficiar a pessoa que já tem a água, enquanto nós que tá precisando, não sobra e não chega até aqui (informação verbal)³⁴⁸”.

Essa comunidade participa com dois representantes de um Comitê das comunidades quilombolas, espaço em que se organizam para reivindicar os benefícios garantidos por lei, visto que, muitas vezes, os moradores passam por dificuldades para recebê-los, pois a transação é mediada pelo poder público municipal.

A partir da observação de duas comunidades quilombolas – Conceição das Crioulas, que possui forte organização comunitária e política, enquanto Araçá ainda está em processo de organização comunitária –, compreendemos os limites da participação dos atores sociais nas questões que envolveram a transposição do rio São Francisco. Por sua vez, as lideranças da Comunidade de Conceição das Crioulas desenvolveram um trabalho dentro da própria comunidade e conseguiram reproduzi-lo para outras duas comunidades, além disso, estabeleceu um diálogo com indígenas que estavam fortemente organizados e claramente tinham posicionamento crítico à transposição. Já a

³⁴⁷ Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Representante. Entrevista Coletiva (Araça) nº 32 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Araça - Mirandiba (PE), 2014. 12 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 1h4'34". Arquivo pessoal.

³⁴⁸ Entrevista concedida por QUILOMBOLA, Representante. Entrevista Coletiva (Araça) nº 32 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Comunidade Araça - Mirandiba (PE), 2014. 12 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 1h4'34". Arquivo pessoal..

Comunidade de Araçá, por não possuir essa organização e muito menos uma via de acesso às informações para além das oficiais e midiáticas, continuam imersos às dúvidas e, muitas vezes, crenças pautadas em sentimento de esperança de receber água como a publicidade tanto divulgou e estimulou. Fica evidente esse aspecto quando observamos que, mesmo os moradores não tendo o conhecimento da localização geográfica desse rio em relação à comunidade, fizeram a seguinte colocação: “quem está distante, na verdade também quer compartilhar d’água, e eles pensam, eu entendo, eles pensam que vão ficar sem água”. Em outras palavras, é explícita a falta de informação e de debate dentro dessa comunidade.

Contudo, sobre o processo de participação, ao passo que as comunidades que possuem um maior conhecimento sobre o projeto posicionaram-se contrárias, inclusive não permitindo nenhum tipo de legitimação do projeto, o exemplo de Araçá, torna claro, que, quando não há conhecimento, não pode haver processo democrático verdadeiramente. O fato de o Ministério Público ter realizado, ao mesmo tempo, oficinas de capacitação para esses moradores e um questionário onde deveriam dizer se gostariam de ter a transposição ou não, mostra a ineficiência do processo de participação democrático da nossa sociedade e também a possibilidade de manipulação de opiniões com o intuito de legitimar o processo em questão.

Os agricultores

O projeto de transposição visa à indenização de terras e realização de benfeitorias, assim como o assentamento da população atingida ao longo das áreas de construção dos canais da transposição. Para tanto, encontram-se redigidos, no projeto de transposição, dois itens que estabelecem essas medidas. O primeiro deles é o programa de indenização de terras e benfeitorias, incluído no PBA07, que estabelece, para a implantação dos canais e reservatórios dos trechos 1 e 2 do Eixo Norte e o trecho 5 do eixo Leste, uma área de mais de 25 mil hectares de imóveis rurais, considerando faixas de 200 metros ao longo dos canais e 100 metros acima da cota máxima dos reservatórios, como áreas de desapropriação para a execução das obras. Com relação aos trabalhadores rurais dessa área, de acordo com a Parte C, item 7 – Projeto Básico Ambiental do documento oficial Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias do nordeste setentrional, publicado pelo Ministério da Integração no ano de 2005:

O Ministério da Integração, paralelamente ao desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental, promoveu o cadastramento para efeito de desapropriação dos imóveis e benfeitorias existentes nas faixas acima mencionadas para a chamada 1ª etapa do empreendimento (MIN [PBA07], 2017:01).

Segundo o Ministério da Integração, somam-se 1.889 propriedades rurais a serem atingidas diretamente na primeira etapa do projeto, que concerne à construção dos dois principais eixos (Norte e Leste), sendo 1.132 no Eixo Norte e 757 no Eixo Leste. O panorama em relação aos estados é o seguinte:

Pernambuco cederá a maior área ao projeto, 7.720 hectares, seguido do Ceará, 5.700ha e da Paraíba, este último com 5.550 hectares. Entre os municípios, neste particular, são os maiores atingidos São José de Piranhas na Paraíba, com cerca de 5.200 hectares, Salgueiro em Pernambuco, com pouco mais de 5.100, e Brejo Santo no Ceará (3.540ha). (MIN [PBA07], 2017: 02).

Ao mesmo tempo, o Ministério da Integração previu a execução do PBA07, que visava acompanhar o processo indenizatório e garantir o sucesso da implementação de forma justa com os direitos dos expropriados assegurados. Além disso, explicitava medidas como informação dos direitos e obrigações, garantia de preços justos nas avaliações e indenizações, para evitar a perda patrimonial por parte das famílias afetadas e, por fim, a realização de forma amigável do processo de indenizações atendendo aos interesses de ambas as partes (MIN [PBA07], 2017).

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Salgueiro (PE),

A princípio a gente entendia que era um projeto para beneficiar os agricultores familiares, mas após o início das obras chegando aqui na nossa cidade e passado por alguns trechos da nossa área rural, nós estamos entendendo que não é um projeto para beneficiar o agricultor familiar não. Ele vai beneficiar os grandes produtores rurais que tem condições financeiras de fazer investimentos e a grande preocupação em alguns momentos que a gente discute é que pode acontecer que os pequenos agricultores vendem suas propriedades por um valor que aparentemente para ele pode ser bom e que os compradores dessas propriedades vão ter os agricultores como seus empregados. Perder suas terras, achando que é uma vantagem, vender para alguém. Esse dinheiro vai acabar e esses proprietários vem fazer grandes investimentos com obras irrigadas, terão acesso a esta água do canal (informação verbal).³⁴⁹

Conforme uma agricultora do município de Salgueiro, encarregada de representar os moradores da localidade rural chamada Mulungu, onde está sendo

³⁴⁹ Entrevista concedida por SINDICATO, Trabalhadores Rurais (Representante). Entrevista nº 29 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 02 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 17'22". Arquivo Pessoal.

construído um dos reservatórios do Eixo Norte, o conhecimento sobre o projeto chegou à comunidade por meio de uma engenheira do Ministério da Integração, responsável por dialogar com os trabalhadores sobre o processo de indenização da área em que viviam e que deveria ser desapropriada, como podemos observar na citação abaixo:

Ela chegou lá na minha região procurando onde morava Maria Auxiliadora de Vasconcelos e eu esperta que sou, sei que não pode dar confiança, deixei ela se identificando. Disse: - Ela mora na região, por quê? Ela disse: -Ah é que eu sou engenheira do Ministério da Integração, aqui vai passar um projeto e esse projeto eu já tô passando pra ver as propriedades do povo pra gente fazer avaliações dos terrenos e eu quero uma pessoa que conheça a região e os moradores. Eu disse: - Pronto, se é Maria Auxiliadora, você tá falando com ela mesma. Ela disse: -Você pode me acompanhar para fazer esse trabalho. Eu disse: -Posso! Aí saímos na casa dos proprietários, ela identificando o nome do pessoal, encontrou todos, fazer a conversa né? Na próxima semana ela já veio pra fazer a avaliação dos terreno. Aí ela avaliou todos os terreno das pessoas com os próprios donos, os dono dizendo sua área de terra, o próprio terreno, tudo e ela fazendo a avaliação, aí encaminhou pro ministério, não foi um ano, chegou as avaliações (informação verbal)³⁵⁰.

Segundo a agricultora, a funcionária do Ministério entregou a cada um dos proprietários um laudo e uma documentação em que deveriam declarar que concordavam com a negociação sobre a indenização de suas terras. De acordo com seu depoimento, não houve pressão para que consentissem, mas a maior parte aceitou até mesmo aqueles que não tinham escritura da terra, ou seja, que eram posseiros. Ainda, segundo nossa entrevistada, o Incra esteve presente nas negociações e garantiu a medição correta dos terrenos e também que todos receberiam a indenização, inclusive aqueles que não tinham a documentação do terreno. A agricultora relatou que, no Sítio Mulungu, “eu não tenho como dizer que o ministério deixou as pessoas sem receber, na minha área. Agora não vou garantir lá fora, agora foi sofrido, foi muito mais de dois anos pra conseguir essa situação, pra receber” (informação verbal)³⁵¹.

O item seguinte do Projeto, que diz respeito às medidas compensatórias elaboradas pelo Ministério da Integração e que fazem parte do documento oficial do Projeto, refere-se ao PBA08 que é o Programa de Reassentamento das Populações. Esse

³⁵⁰ Entrevista concedida por AGRICULTORA (VPR Negreiros), Liderança. Entrevista nº30 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 5 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 41'21. Ver Arquivo Pessoal.

³⁵¹ Entrevista concedida por AGRICULTORA (VPR Negreiros), Liderança. Entrevista nº30 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 5 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 41'21. Arquivo Pessoal.

programa prevê o remanejamento ou a realocação³⁵² das populações diretamente atingidas pelo projeto de transposição, assim como o reassentamento dessa população.

Já o processo de reassentamento, consoante o Ministério da Integração, é o processo de deslocamento de grupos populacionais com o objetivo de minimizar efeitos negativos da realocação e garantir uma nova fase produtiva e/ou melhoras nas condições de vida dos assentados, ou, quando não for possível a melhora, assegurar a similaridade das condições em que os trabalhadores rurais se encontravam no que diz respeito à habitação, à organização social, às condições ambientais e à organização econômica.

Essas questões já foram colocadas em capítulo anterior³⁵³, mas cabe ressaltarmos que, os assentados entrevistados relataram diversos problemas nesse processo de assentamento realizado nas Vilas Produtivas Rurais (VPRs).

Entretanto, um dos temas relevantes para esse capítulo diz respeito à questão da participação dessas comunidades. Conforme documento oficial, o PBA08, programa integrado ao projeto de transposição, elaborou suas medidas pautado nas características socioeconômicas da área de acordo com as reivindicações e expectativas da população afetada, baseadas em Audiências Públicas.

Contraditoriamente, tanto os moradores entrevistados de duas VPRs, quanto a representante do Sindicato dos Trabalhadores rurais relataram que só tiveram conhecimento do projeto de transposição pelos meios de comunicação e posteriormente, no momento em que os funcionários do Ministério da Integração foram até a área em que moravam para explicar como seria a indenização e o reassentamento deles. Nenhum dos entrevistados teve conhecimento de alguma Audiência Pública nem sobre o projeto, nem sobre as medidas que seriam tomadas com relação aos moradores da área atingida.

Quando questionada sobre a realização de audiências públicas, a representante do Sindicato dos Trabalhadores rurais afirmou que: “Até que me provem o contrário, nós não tivemos conhecimento da realização, infelizmente! A gente teria que ter participado deste processo” (informação verbal)³⁵⁴.

³⁵² Segundo o Ministério da Integração, a realocação é o processo de retirada da população residente na faixa de obras do empreendimento para novas áreas, ou para áreas remanescentes das propriedades afetadas. Dessa forma, “quando existe a identificação da vontade de mudança da população com a necessidade de intervenção, governamental ou privada, o deslocamento é considerado ‘voluntário’ e, caso não ocorra o deslocamento, é considerado ‘involuntário’” (PBA08, 2005: 02).

³⁵³ Ver capítulo 1.

³⁵⁴ Entrevista concedida por SINDICATO, Trabalhadores Rurais (Representante). Entrevista nº 29 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 02 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 17’22”. Arquivo Pessoal.

Por outro lado, a nossa entrevistada, agricultora da VPR Negreiros, relatou que esteve presente numa audiência pública em Petrolina:

Eu lembro que tinha muitas pessoas contra, inclusive os Coelho de Petrolina, eram contra a transposição porque diz que o rio ia secar e tirar a água do rio e aquela coisa toda, os índio faziam protesto também, mas a grande maioria queria a transposição, a grande maioria porque o nordeste por questão de tanta seca e que o projeto em si é bonito como você conhece, né? E é tão bonito que você se ilude, é tão bonito que se ilude, e muita gente conhece aqui a vantagem de Petrolina, porque hoje Petrolina é a maior importadora (exportadora) de fruta do Brasil, aí muita gente da região como já conhece acredita que isso podia ser o mesmo caso da gente, que pode ser, se a água vir, poderá ser (informação verbal)³⁵⁵.

Completo, relatando sobre a expectativa da população da região: “Enquanto o pessoal lá da margem do rio tava lutando contra porque eles também vão sofrer algumas consequências, aqui a expectativa era que ia chegar. É porque foi assim que foi dito, né?”

Sobre a consulta à população com relação às necessidades na Vila Produtiva, afirmou que:

No dia mesmo que a gente foi receber as indenizações, avaliações do terreno, ela fazia pergunta: - vocês querem ficar no final do terreno de vocês ou querem ir pra agrovila? Quando a gente via o projeto, você sonhava em vê acontece e vim morar dentro da agrovila. Mas quem opinar por ficar no restante dos seus terreno, ela disse que o Ministério não se responsabilizava. Aí muitos que as indenizações foram mais ficaram no seu final de terra, porque o que ia receber ia fazer nova terras, e aqueles que a indenização foram poucas, opinaram pra vila, por que já ia receber a casa pronta, um terreno. Aí tamo nessa expectativa de uma vida melhor e se caso a água chegar vai ser uma expectativa de vida (informação verbal)³⁵⁶.

A representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro explica que, para o sindicato do seu município, a finalidade da transposição do rio São Francisco é levar água para o sertão, entretanto: “o que a gente não sabe é a finalidade de beneficiar esse público que a gente tem responsabilidade de defender, de defender seus direitos. E isso nós vamos defender até quando for possível para que os agricultores tenham acesso a essa água” (informação verbal)³⁵⁷.

³⁵⁵ Entrevista concedida por AGRICULTORA (VPR Negreiros), Liderança. Entrevista nº30 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 5 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 41’21. Arquivo Pessoal.

³⁵⁶ Entrevista concedida por AGRICULTORA (VPR Negreiros), Liderança. Entrevista nº30 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 5 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 41’21. Arquivo Pessoal.

Entrevista concedida por SINDICATO, Trabalhadores Rurais (Representante). Entrevista nº 29 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 02 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 17’22”. Arquivo Pessoal.

Além disso, a entrevistada questionou a falta de diálogo por parte do governo federal com a população rural da região, fazendo as seguintes indagações:

por que nós não somos convocados, comunicados pelas autoridades que ficam diretamente a frente desse projeto? Por que não somos convocados para participar do processo? Será que é porque sabem que o sindicato vai lutar para que o agricultor familiar tenha acesso a essa água? Então a gente vai pra cima. Com certeza (informação verbal)³⁵⁸.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do estado de Sergipe, que esteve diretamente ligado aos debates sobre a transposição junto a outros movimentos sociais e também associações, via Articulação do São Francisco, teve papel importante durante o período de mobilizações dos movimentos contra o início das obras da transposição. Esse grupo, sediado no município de Poço Redondo (SE), estabeleceu um diálogo com a população rural, no sentido de conscientização sobre o projeto de transposição, utilizando a arte. Foi realizando peças de teatro que jovens do MPA reuniam diversos agricultores da região e faziam trabalhos de debate sobre a questão da transposição. Rafaela, liderança do MPA, relatou que:

Falávamos da transposição nas peças de teatro porque feria muito o meio ambiente, mas não tínhamos ainda uma consciência política, crítica muito bem formada em torno do que esse projeto representava pra o povo. Sobretudo pro rio, pro povo do rio. [...] Antes só ouvimos falar em transposição, que transposição vai trazer desenvolvimento pra outras regiões era um pouco isso que a gente ouvia. Então quando a gente se aproximou da articulação do São Francisco Vivo, do debate da transposição nós também se aproximamos do MPA foi nesse momento aí que nós se engajando verdadeiramente na luta camponesa e usando sempre a arte a favor dessa nossa luta (informação verbal).³⁵⁹

Além da atuação do MPA em Sergipe e nos outros estados, a Cáritas também teve papel fundamental nesse processo, fundamentalmente no trabalho de dialogar com a população do campo sobre a existência desse projeto. Uma das lideranças da Cáritas no município de Poço Redondo (SE), em entrevista, expôs que, devido ao fato da Cáritas já fazer um trabalho relacionado à questão da preservação ambiental, principalmente com relação ao rio São Francisco, entenderam ser fundamental incorporarem ao trabalho da entidade a questão da transposição do rio São Francisco.

³⁵⁸ Entrevista concedida por SINDICATO, Trabalhadores Rurais (Representante). Entrevista nº 29 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 02 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 17'22". Arquivo Pessoal..

³⁵⁹ Entrevista concedida por SINDICATO, Trabalhadores Rurais (Representante). Entrevista nº 29 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Salgueiro (PE), 2014. 02 Arquivos Filme do QuickTime (.MOV) 17'22". Arquivo Pessoal..

A questão mais forte foi a questão da mobilização social dentro de cada município por setor, era assim, associações grupos, né. Grupos de mulheres, associações de trabalhadores rurais, associação, os grupo organizado né. E aí a gente caminhou junto, né. Dentro aqui de Poço Redondo até Propriá, em todo lugar. A gente passou mais de seis meses fazendo esse trabalho. A gente ia em cada localidade desses grupos, de associação ou grupos, né, que não era associação, a gente ia lá conversava, passa um dia dois conversando, discutindo a respeito da importância do rio São Francisco (informação verbal)³⁶⁰.

Apesar de recorrermos a uma amostra dos atores sociais envolvidos, foi possível depreender que todo o trabalho exercido pelas entidades e movimentos sociais envolvidos com os problemas da região da bacia do rio São Francisco pode demonstrar um crescente amadurecimento com relação ao entendimento do problema da transposição e, simultaneamente, o claro estabelecimento de diálogo entre essa população. Ao mesmo tempo em que a organização em torno dessa questão aconteceu de forma crescente e intensa, foram os movimentos sociais que, ao questionarem o projeto de transposição, dirigiram-se diretamente à sociedade brasileira, o que nos leva a compreender que esses movimentos exerceram papel fundamental nesse debate e na tentativa de exercer o direito democrático de participação nas decisões com relação à transposição.

Em outras palavras, podemos afirmar que, após esse diálogo entre os movimentos sociais e diversas entidades, as populações envolvidas passaram a ter consciência do que significa essa obra para eles:

A gente aqui no nosso município tem um entendimento claro do que é a transposição, a três quilômetros do rio aqui a gente tem gente sendo abastecida por carro pipa, nós continuamos, as pessoas que estavam no trecho aonde o canal vai passar foram desapropriadas e confinadas nas vilas produtivas e essas terras, os cinco quilômetros que ficam a margem do canal ninguém sabe quem vai ocupar. Por alto a gente sabe que isso irá servir somente para o agronegócio. Então, assim, o projeto de transposição no nosso pensamento ele jamais vai atingir aquilo que é veiculado nas redes sociais, é veiculado na mídia falada e escrita, televisionada, é uma mentira absurda. (informação verbal)³⁶¹

Embora não tenha havido impedimento ao andamento de aprovação e de execução da obra de transposição, houve um fortalecimento dos movimentos sociais em torno dessa questão e, sobretudo, da defesa do rio São Francisco. Tal conjuntura é

³⁶⁰ Entrevista concedida por CÁRITAS, Representante. Entrevista nº 20 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Poço Redondo (SE), 2014. 04 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 39'52". Arquivo pessoal.

³⁶¹ Entrevista concedida por INDÍGENA (Truká), Liderança. Entrevista nº 24 [maio 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2014. 03 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 36'01". Arquivo Pessoal.

relevante numa sociedade que possui limitações no exercício da democracia e tem um significado substancial para o processo de busca da criação e permanência de espaços de diálogo.

3.5 Considerações Finais

Neste capítulo, mostramos o processo de organização e as estratégias de luta pela participação dos movimentos sociais e entidades, assim como o estabelecimento de diálogo com relação ao projeto de transposição do rio São Francisco. Ademais, evidenciamos as limitações e dificuldades desses movimentos e da população envolvida em exercer o direito democrático de diálogo e, em última instância, a influência nas decisões sobre o projeto junto aos órgãos do governo federal.

Foram diversas as estratégias apontadas no texto, desde manifestações públicas, seminários, reuniões, formação de base junto à população ribeirinha, encaminhamento de denúncia junto ao ministério público, o jejum de Frei Luiz que exerceu papel fundamental no processo de publicização do problema, bem como ocupações no canteiro de obras da transposição. Todas essas estratégias revelam a dinâmica e o envolvimento da população e dos movimentos sociais ao se estabelecerem com relação com o projeto de transposição. Evidenciam também o diálogo com os diversos atores sociais envolvidos, quem, após atingirem o conhecimento adequado sobre a obra, também elaboraram alternativas em contraposição à proposta do governo.

Nesse sentido, cabe refletir sobre um aspecto de dependência dos movimentos sociais com a opinião pública. Segundo Gohn (2011), é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação para que possa discutir e debater o que os movimentos sociais demandam e, dessa forma, a ação coletiva possa atingir reconhecimento e a legitimidade social. Desse modo, toda a mobilização dos movimentos sociais, das entidades, ONGs, e fundamentalmente a exposição da vida de Frei Luiz, foram estratégias centrais para que o debate sobre a transposição atingisse o conhecimento da população e, com isso, a legitimidade e importância de ser debatida com toda a sociedade.

Além disso, todo esse movimento de luta pelo diálogo sobre o projeto demonstrou uma característica fundamental, especialmente no que se diz respeito à existência de movimentos sociais completamente envolvidos com o debate, embasando

a ideia defendida por Gohn (2010), de que os movimentos sociais, ao realizarem diagnósticos sobre a realidade social, também constroem propostas. Atuam ainda em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social e, podemos acrescentar, lutam pela inclusão política e criam as condições para o empoderamento da sociedade civil. Criam, portanto, sujeitos sociais e políticos.

Todo esse processo explicitado revela um amadurecimento na estrutura democrática via sociedade, em que a organização e o diálogo foram estabelecidos entre os pares. Entretanto, a dificuldade se instaurou quando esses atores buscaram o diálogo com as entidades governamentais, que, ao invés de fomentarem um diálogo democrático, impôs limitações aos setores envolvidos.

Nesse contexto, entendemos que as populações tradicionais têm resistido à transposição do rio São Francisco, percebida como um processo de espoliação pelas elites detentoras do capital, como um processo de avanço do capital sobre os seus territórios, conforme explica Martins (2009b: 25):

Assim como a violência do branco se manifesta na tentativa de desfigurá-las culturalmente, elas também têm indicado, em suas lutas, o que lhes é insuportável e indecifrável no que para muitas delas é uma nova situação, que é a situação de fronteira, criada pela expansão territorial do grande capital e da sociedade civilizada.

Sendo assim, de forma diversa ou com maior intensidade do que em outras sociedades capitalistas, na sociedade brasileira, o capital depende da mediação renda da terra para garantir a sua reprodução ampliada. Dessa maneira, recria mecanismos de acumulação primitiva, confisca terras e territórios, utilizando da violência com populações indígenas e também camponesas. Tal dinâmica existe, pois essa reprodução depende, em grande parte, da mobilização de meios violentos e especulativos para crescer em escala e, por conseguinte, para que “o capital possa reproduzir-se acima da taxa média de rentabilidade, com vantagem sem relação a outros investimentos cuja localização geográfica lhes permita reter parcelas maiores de mais-valia realizada” (MARTINS, 2009b: 26).

Ao mesmo tempo em que, na sociedade brasileira, a terra é uma mercadoria com características específicas, segundo Ariovaldo Humbelino Oliveira (2001: 199),

a terra na sociedade brasileira, é uma mercadoria toda especial. Muito mais do que reserva de valor, é reserva patrimonial. A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir, motivo pelo qual a maioria das terras deste país

mantém-se improdutivo. Mais do que isso, esta terra improdutivo é retida com a finalidade de constituir instrumentos a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente das elites às políticas do Estado.

Para Oliveira (2001), o capital tem acirrado os conflitos sociais no campo, utilizando inclusive a violência, os quais se constituem como marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação no Brasil; os povos indígenas foram os primeiros a conhecer esse processo. Desse modo, o território capitalista brasileiro constitui-se há mais de 500 anos em produto da conquista e destruição dos territórios indígenas.

O capital, segundo Oliveira (2001), atua como um rolo compressor que esmaga tudo para a manutenção da acumulação e de sua reprodução ampliada, ao passo que é numa lógica contrária a essa que devemos compreender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil.

A luta pela terra no Brasil não está vinculada somente ao MST, como destaca Ariovaldo Umbelino de Oliveira em seu trabalho “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária” (2001). Há, no campo brasileiro, um grande número de movimentos de luta, destacando a luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios, por exemplo, a luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a execução das grandes obras hídricas, como MAB, que nasceu do processo de luta dos camponeses contra as desapropriações das áreas atingidas por essas obras, assim como pelo valor irrisório para a remuneração dessas áreas desapropriadas.

Entretanto, “se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra” (OLIVEIRA, 2001: 197). Dessa forma, conforme o mesmo autor, a estratégia da ocupação de terra tornou-se um instrumento de ação na luta dos movimentos sociais pelo acesso à terra.

Concordamos com Nazareth Wanderley (2014: 41) ao afirmar que “o futuro dos camponeses brasileiros se inscreve num contexto particularmente complexo, marcado pelas escolhas da sociedade brasileira sobre a maneira como enfrentará alguns dos principais desafios, enquanto sociedade”. Essa perspectiva abrange a questão da preservação dos recursos naturais, os desafios tecnológicos com relação às exigências bioéticas, ambientais e sociais além da disputa de espaços produtivos entre a produção de alimentos e de matérias-primas para a geração de energia, das relações de produção e

das formas de produzir. Tudo isso somado à necessidade da eliminação da pobreza extrema e da consolidação de uma democracia no campo, em que se reconheçam como sujeitos de direito os trabalhadores que vivem no campo (WANDERLEY, 2014). Dessa forma, entendemos que a luta das comunidades e dos movimentos contrários ao projeto de transposição do rio São Francisco é um bom exemplo de desafio para a construção da democracia no Brasil.

CAPÍTULO IV: O (RE) ENCONTRO COM O RIO SÃO FRANCISCO: O NOVO CHICO

“Onde é que tá o capital do agronegócio? Está no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte”.
(Maria José Marinheiro, indígena da etnia Tumbalalá).

4.1 Introdução

Neste último capítulo da tese, dedicaremos-nos a realizar uma análise sobre os arranjos políticos em torno da transposição do rio São Francisco a partir da identificação do posicionamento dos atores políticos e de seus partidos. Para tanto, analisaremos os debates realizados no âmbito do Congresso Nacional e junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Além disso, traçaremos um panorama dos interesses dos políticos da região diretamente relacionados ao projeto de transposição.

Comprendemos que, nesse contexto, existe a concepção de um Novo Chico, um novo rio que passa a ter um significado diferente do atribuído ao Velho Chico; é o rio do desenvolvimento, da moderna engenhosidade do projeto de transposição, que, de certa forma, sustenta a ideia de um novo rio, ao qual é atribuído o caráter de algo que veio para superar a atrasada estrutura política e econômica da região. Esse aspecto é conferido por aqueles que defendem o projeto. Nesse sentido, faremos um mapeamento dos diversos atores sociais envolvidos com a política institucionalizada para demonstrar, ao longo deste texto, a quem o projeto de transposição interessa, em outras palavras, quem fomentou a sua aprovação junto aos órgãos governamentais.

No item 4.2, **O debate institucional: Audiência Pública na Câmara dos Deputados**, faremos uma análise do discurso do Ministro da Integração e do posicionamento dos atores que participaram dessa audiência pública, realizada no Congresso Nacional.

No item 4.3, **Sobre a aprovação do projeto no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos**, analisaremos a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na qual foi decidida a aprovação da recomendação hídrica de uso das águas do rio São Francisco para utilização externa à sua bacia.

No item seguinte, 4.4 **Das Velhas às Novas elites: a transposição do rio São Francisco e os interesses políticos na região nordestina**, em primeiro lugar, mostraremos o posicionamento dos políticos da região diretamente envolvida com o projeto de transposição e as contradições estabelecidas para, em seguida, tecermos uma

reflexão sobre os arranjos políticos estabelecidos pelo Ministro da Integração ao defender o projeto.

Finalmente, no item 4.5, faremos algumas considerações finais sobre este capítulo.

4.2 O debate institucional do Ministério da Integração: a Audiência Pública na Câmara dos Deputados

4.2.1 A exposição de Ciro Gomes

No ano de 2005, a Câmara dos Deputados, realizou uma Audiência Pública³⁶² – com a participação³⁶³ da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional³⁶⁴ –, cujo objetivo era debater o projeto de transposição com o então Ministro da Integração, Ciro Gomes.

³⁶² Na ocasião dessa Audiência Pública, a Comissão era composta pelos seguintes membros: Membros da Comissão: Maria Helena (PPS/RR) – no cargo de Presidente da Comissão, Átila Lins (PPS/AM) – no cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão, Júnior Betão (PL/AC) – no cargo de 2º Vice-Presidente, Severino Alves (PDT/BA) – no cargo de 3º Vice-Presidente. Os membros titulares: Agnaldo Muniz (PP/RR), Ann Pontes (PMDB/PA), Carlos Abicalil (PT/MT), Carlos Souza (PP/AM), Davi Alcolumbre (PFL/AP), Fernando Gonçalves (PTB/RJ), Henrique Afonso (PT/AC), Janete Capiberibe (PSB/AP), Lupercínio Ramos (PMDB/AM), Maria Helene (PPS/RR), Miguel de Souza (PL/RO), Natan Donadon (PMDB/RO), Perpétua Almeida (PCdoB/AC), Roberto Jefferson (PTB/RJ), Severino Alves (PDT/BA), Zé Geraldo (PT/AC), Zequinha Marinho (PSC/BA). Membros Suplentes: Anivaldo Vale (PSDB/PA), Anselmo (PT/RO), Astrúdal Bentes (PMDB/PA), Coronel Alves (PL/AP), Dr. Rodolfo Pereira (PDT/RR), Gervásio Oliveira (PMDB/AP), Hamilton Casara (PL/RO), Marcelo Castro (PMDB/PI), Marcos Abramo (PFL/SP), Nilson Mourão (PT/AC), Raimundo Santos (PL/PA), Suely Campessa (PP/RR), Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e Zenaldo Coutinho (PSDB/PA).

³⁶³ Estiveram presentes, o Marcelo Déda, à época prefeito de Aracaju-SE pelo Partido dos Trabalhadores; a Associação de Jovens Empresários do Estado do Ceará; e Inácio Arruda (Deputado Federal-PCdoB-CE).

³⁶⁴ No final da década de 1990, a partir da reivindicação de parlamentares dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, região denominada Amazônia Legal, foi criada a Comissão da Amazônia de Desenvolvimento Regional – CADR. A sua criação leva em consideração o artigo 43 da Constituição Federal de 1988 que prevê formas de desigualdades regionais. É com este objetivo que essa comissão foi criada, com o caráter de uma comissão permanente no parlamento para tratar de assuntos da região amazônica. Entretanto, no ano de 2004, considerando-se que esta comissão tratava de interesses de uma única região isoladamente foi proposta a criação de uma comissão que incorporasse outras regiões do país, com o intuito de promover a formulação de políticas públicas de desenvolvimento e integração das diversas regiões brasileiras. Dessa forma, a partir de 2004, essa comissão teve suas atribuições regimentais ampliadas e passou a ser denominada Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – CAINDR. Dentre as atribuições regimentais desta comissão, destacamos o desenvolvimento e integração de regiões, planos regionais de desenvolvimento econômico e social, incentivos regionais, planos nacionais e regionais de ordenação do território e de organização político-administrativa, assuntos de interesse federal nos municípios, estados e territórios e no Distrito Federal, sistema de nacional de defesa civil e política de combate às calamidades. (Informações extraídas da página oficial da Câmara Legislativa. Disponível em:

A Audiência Pública, Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional³⁶⁵, foi realizada no dia 04 de maio de 2005, ou seja, quatro meses após a aprovação do projeto de transposição pela Secretaria Nacional de Recursos Hídricos. Durante esta audiência, Ciro Gomes fez uma exposição sobre o Projeto de Transposição do rio São Francisco para o Poder Executivo Federal, com o intento de esclarecer as dúvidas dos participantes e, ao mesmo tempo, defender a viabilidade da obra.

Essa reunião foi solicitada pela à época deputada Maria Helena por entender que a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, por ser responsável por debates que envolvem o desenvolvimento e a integração de regiões, tem também o dever, enquanto colegiado, de tornar-se “foro indicado para as necessárias discussões, que clarificarão as intenções governamentais e os benefícios e problemas que incidirão sobre a região em termos sociais, econômicos e ambientais”.³⁶⁶

Outra argumentação para a realização dessa audiência é de que somente com a participação de diferentes segmentos da sociedade seria possível realizar o desenvolvimento sustentável:

[...] somente um debate amplo com a sociedade e seus representantes poderá trazer alternativas criativas e eficazes, capazes de mudarem positivamente a realidade vigente, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.³⁶⁷

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/conheca-a-comissao/apresentacao>).

³⁶⁵ Audiência Pública promovida pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional em atendimento ao Requerimento n.º 18/CINDRA do dia 07 de março de 2005, de autoria da Deputada Maria Helena, que solicita o pronunciamento do Ministro Ciro Gomes acerca da proposta do Poder Executivo que trata da Transposição do rio São Francisco, para discussão do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

³⁶⁶ HELENA, Deputada Maria. **[Requerimento número 18/2005 da CINDRA]** Brasília (DF), março de 2005. Presidente da Câmara dos Deputados. Brasília (DF). 02 folhas: Requerimento número 18/2005. Assunto: Solicitação para convidar o Ministro da Integração para se pronunciar acerca da Proposta do Poder Executivo que trata de transposição das águas do rio São Francisco. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ECD358EBA7DD73C83B0AF4BB143FEEC6.proposicoesWebExterno1?codteor=281295&filename=Tramitacao-REQ+18/2005+CINDRA. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

³⁶⁷ HELENA, Deputada Maria. **[Requerimento número 18/2005 da CINDRA]** Brasília (DF), março de 2005. Presidente da Câmara dos Deputados. Brasília (DF). 02 folhas: Requerimento número 18/2005. Assunto: Solicitação para convidar o Ministro da Integração para se pronunciar acerca da Proposta do Poder Executivo que trata de transposição das águas do rio São Francisco. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ECD358EBA7DD73C83B0AF4BB143FEEC6.proposicoesWebExterno1?codteor=281295&filename=Tramitacao-REQ+18/2005+CINDRA. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

Portanto, um dos pontos sublinhados nessa reunião foi a prioridade do governo federal em melhorar as condições de vida da população ribeirinha do São Francisco e daqueles que dependem do rio para a sobrevivência.

A Deputada Maria Helena, que, naquele período, presidia a Comissão, relata no documento final da audiência pública que:

Vimos neste debate a vontade do representante do Poder Executivo em levar adiante, com responsabilidade e seriedade este projeto. Percebemos ainda um profundo conhecimento do Ministro Ciro Gomes, que detalha o programa, na forma daqueles que se debruçam sobre a matéria (BRASIL, 2005: 09).

Não só o conhecimento a respeito do projeto de transposição por parte do Ministro da Integração é enfatizado, mas também o discurso democrático que foi estabelecido pelo Ministro: desde o início da sua fala durante a audiência pública, ele ressalta a importância do diálogo como imperativo da democracia, principalmente no caso da transposição do rio São Francisco, com a justificativa de ser uma questão complexa. Além disso, em sua fala inicial durante a audiência, Ciro Gomes assinala que tal questão é algo que desperta muita paixão, e que a integração de bacias, a revitalização do rio São Francisco e o transporte de suas águas para os Estados do Nordeste Setentrional é de extrema relevância, pois “a falta d’água é uma das causas ancestrais de sua concentração de miséria, a maior do Brasil” (BRASIL, 2005: 12).

O debate começou com uma ênfase nas condições socioeconômicas do semiárido nordestino, região onde, conforme destaca Ciro Gomes, concentram-se os piores indicadores de desenvolvimento humano do país. Apenas 3% dos recursos hídricos nacionais se encontram presentes no Nordeste brasileiro, sendo que, nesse cenário hídrico, o rio São Francisco concentra sozinho 70% de todas as águas que há nesse território. É preciso destacar ainda que o rio recolhe 75% de suas águas no estado de Minas Gerais.

O Nordeste Setentrional não tem nenhum rio importante perene. Todos correm 3 meses, 4 meses no máximo, depois secam naturalmente, todos os anos. É a carência dessa área que pretendemos, com o engenho humano, graças à **decisão política firme** do Presidente Lula e apoiados pela dádiva de Deus, suprir com as águas do São Francisco (BRASIL, 2005: 12, grifo nosso).

Dessa forma, Ciro Gomes segue o debate enfatizando a necessidade de garantir a segurança hídrica para a região, esclarecendo que o projeto se destina a influenciar de

forma imediata 45% da população não só do semiárido, mas de todo o nordeste, pois o projeto destina-se a abastecer especialmente as grandes cidades:

Nas pontas estão a cidade de Fortaleza, a possibilidade da área de influência da cidade de Recife e a cidade de Campina Grande, que já está em colapso – Fortaleza entrou em colapso completo, no ano de 1992. Este projeto foi, portanto, imaginado para garantir a segurança hídrica de 45% da população do Nordeste (BRASIL, 2005: 13).

Já no início de sua exposição sobre o projeto, o Ministro enfatizou a importância da revitalização do rio São Francisco como a primeira ação do projeto, que se faz necessária por conta de toda a agressão que o rio tem sofrido ao longo dos últimos 500 anos. Tais agressões vão desde a destruição das matas ciliares, assoreamento do leito do rio até a epidemia de esquistossomose presente na região do Baixo São Francisco e decorrente da falta de saneamento básico nos municípios ribeirinhos.

Referindo-se às diversas intervenções no rio São Francisco, mais precisamente na região do Baixo São Francisco, feitas por meio de construção de barragens de hidrelétricas para geração de energia, Ciro Gomes ressaltou que seria inimaginável o Nordeste brasileiro sem a cascata de barragens da CHESF. O Ministro da Integração tocou nessa questão pelo fato de que grande parte das críticas feitas contra a transposição do rio São Francisco estava relacionada à compreensão de que as barragens seriam as grandes responsáveis pelas modificações das características naturais do rio. Sobre tal questão afirmou:

Dizem que os pescadores – tradição relevante para a economia local – perderam sua atividade porque o rio, de Sobradinho para baixo, pelo fato de os nutrientes ficarem retidos na barragem, tornou-se pouco piscoso. Quem estava acostumado a pescar surubins de quase 1 metro de comprimento – não sei se existem nesse tamanho, não sou especialista em ictiofauna, nunca pesquei um surubim; mas há fotografias que dão a impressão de que sim – hoje já não os encontra (BRASIL, 2005: 14).

Além dessa questão, Ciro Gomes, também levou em consideração que, antes das barragens, o rio, no seu estado natural, passava por momentos de cheias em que muitas áreas eram alagadas e com isso os vazanteiros podiam cultivar arroz, principalmente na região do Baixo São Francisco, a qual chegou a ser a maior produtora de arroz do país. Entretanto, como afirmou o Ministro, essa realidade já não existe mais.

Ao se referir à questão do Baixo São Francisco, que, por ser a última região banhada pelo rio, recebe toda a poluição despejada no seu leito, além de sofrer com os

problemas gerados pelas diversas barragens construídas também em seu leito, **Ciro Gomes** destacou que:

Algumas legítimas lideranças dos Estados do Baixo São Francisco, especialmente de Sergipe, posicionam-se com muita paixão, com muito temor, contra este projeto, violentamente um traço cultural fortíssimo entre a gente nordestina, a solidariedade fraterna – que há muito mais entre os do povo que entre suas lideranças políticas – e, numa questão quase sagrada, a ponto de, ao se anteciparem nas críticas, primacialmente se obrigam a dizer que o nordestino não nega um copo d’água a um irmão, para a partir dessa frase, meramente retórica no caso, entrarem na discussão, de forma dramaticamente agressiva, pouco serena e pouco lúcida, fazendo mais graves coisas já por si muito graves. Mas há razões para isso, compreensíveis e respeitáveis (BRASIL, 2005: 14).

Todavia, ele reconheceu que as críticas feitas ao projeto de transposição eram legítimas, sendo elas de natureza ambiental, socioeconômica e até cultural. Tudo isso para dizer que: “a revitalização do rio São Francisco é daquilo que eu chamo – perdoe-me V. Exa. A expressão – de consenso oco daqueles que superficializam o debate no Brasil” (BRASIL, 2005: 15).

Em relação à revitalização do rio São Francisco, o Ministro afirmou que, quando o presidente Lula tomou posse, havia uma rubrica no Orçamento chamada Revitalização do São Francisco com dois milhões de reais e, a partir disso, o governo aperfeiçoou projetos para a revitalização. Ele declarou ainda que a revitalização do rio São Francisco custaria quatro bilhões e 500 milhões de reais. Ademais,

A LDO mencionava, sem ênfase, a revitalização do São Francisco como um projeto de 2 anos. Era isso o que havia. Todos, ribeirinhos ou não, manifestam-se favoravelmente à revitalização do São Francisco, e, na prática 85% do recurso estimado em nossos projetos, que estamos avaliando em perfeita sintonia com o **protagonismo do Comitê da Bacia do Rio São Francisco**, que é quem realmente entende deste ponto da agenda da revitalização, têm de ser aplicados em saneamento básico, em saneamento ambiental (BRASIL, 2005:15, grifo nosso).

Apesar da afirmação de **Ciro Gomes** de que o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco estava em perfeita sintonia protagonizando o diálogo com o Governo Federal, cabe ressaltarmos que, segundo o atual presidente do CBHSF, mesmo que o comitê tenha se envolvido além de suas fronteiras – mais de uma vez, em audiências com **Marina Silva** e **Ciro Gomes**, houve tentativas de abrir negociações sobre o projeto de transposição –, essas tentativas foram inúteis. Embora o presidente Lula tenha criado uma

Comissão Especial do Governo para intermediar o debate e os encaminhamentos da transposição, justiça se faça ao vice-presidente, porque no início ele realmente convidou o Comitê para participar deste processo, inexplicavelmente, porém, o vice-presidente deixou a comissão antes mesmo que tivesse apresentado resultados concretos, o que dá a entender que até o vice-presidente foi vítima das pressões dos mentores dessa obra (informação verbal)³⁶⁸.

Outra crítica levantada por Ciro Gomes diz respeito ao atendimento das chamadas populações difusas do Nordeste setentrional, uma vez que entidades questionavam a possibilidade do projeto atender a essa população e ainda apontavam outras formas de atendimento no abastecimento de água mais viáveis e menos onerosas, como é o caso dos projetos desenvolvidos pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)³⁶⁹. O Ministro entendeu que a crítica era honesta, mas a rebateu ao considerá-la descontextualizada:

A crítica procede, num ponto, mas está completamente fora de contexto. O projeto de integração de bacias, primeiro, não pretende ser uma resposta para 100% da população do Nordeste; segundo, não acaba com a seca. [...] a seca é como a neve: não se acaba, é um fenômeno cíclico que vai acontecer sempre. O que podemos e devemos fazer é nos equipar para com ela conviver. Este projeto equipa, sob o ponto de vista da segurança hídrica, 12 milhões dos 20 milhões de habitantes do semi-árido, mas não contempla as populações difusas, que são grandes, mas minoritárias (BRASIL, 2005:17).

Ele completou afirmando que o abastecimento de água para a população difusa já estava sendo realizado por meio da execução de outro projeto com a Articulação Semiárido Brasileiro, referindo-se ao projeto 1 milhão de cisternas³⁷⁰³⁷¹.

Ciro Gomes, durante a audiência aqui analisada, também comentou que:

ao redor do projeto do São Francisco, tão calorosamente discutido, não havia sequer uma iniciativa de natureza fundiária – e não por acaso. O problema do Nordeste não é só a falta d'água; decorre muito também de uma estrutura

³⁶⁸ Entrevista concedida por CBHSF, Presidente. Entrevista nº 01 [out. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maceió (AL), 2013. 1 Arquivo AVCHD (.MTS) 59'03". Arquivo Pessoal.

³⁶⁹ Ver referência explicativa na nota de rodapé nº. 231.

³⁷⁰ Ver referência explicativa na nota de rodapé nº. 232.

³⁷¹ É necessário contextualizar o PIMC, ou seja, o Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais, que segundo a Profa. Ghislaine Duqué (2008), esse programa é realizado por meio de várias etapas de experimentação, desde a formação dos pedreiros, das famílias, gestão, com financiamento do governo federal. Esse programa, além de visar ao abastecimento de água pra famílias rurais e, com isso, garantir a sobrevivência dessas famílias, também possui um caráter de transformação social, no sentido de estabelecer um relevante protagonismo dos camponeses, proporcionando o que Duqué (2008: 140) afirma ser uma “progressiva autonomia da população camponesa”. Não seria apenas distribuir água para esta população, mas também estabelecer formas de organização e luta para a permanência deste povo na terra.

fundiária oligárquica ainda renitente na política em pleno século XXI, o coronelismo e o clientelismo. Com a seca e o consequente colapso do abastecimento d'água, ainda é usual tradição em alguns lugares – felizmente isso está mudando – fazer do carro-pipa uma moeda de troca: trocam água pela alma daquela gente sofrida. O cabo eleitoral, subordinado ao coronel ou ao chefe local, escolhe a família que será ou não atendida pelo carro-pipa (BRASIL, 2005: 18).

Antes de fazer uma explanação sobre o projeto, Ciro Gomes observou que todo diálogo sobre tal questão sempre foi realizado com muita transparência e paciência, mesmo sofrendo diversas críticas, algumas consideradas por ele disparates, motivadas por interesses ora egoístas, ora pelo antagonismo fundiário. Ele ilustrou a situação dizendo:

Estamos declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, 5 quilômetros, 2,5 para cada lado das faixas de influência dos canais. Isso importa, eminente Deputada, em 350 mil hectares no meio da base rural mais conservadora do Nordeste brasileiro e não terá poucas consequências sócio-políticas, o que explica parte da irritação (BRASIL, 2005: 19).

Baseado em dados da ONU, o então ministro explicou que a Bacia do São Francisco tinha uma disponibilidade hídrica de 4,5 mil metros cúbicos por habitante/ano, enquanto a bacia do Nordeste Setentrional disponibilizava apenas 450 metros cúbicos por habitante/ano. Ainda com relação à disponibilidade hídrica do Nordeste setentrional, declarou que:

O Estado do Ceará é o menos vulnerável de todos porque tem uma política consistente de formação de recursos hídricos e de manejo, que tenho o privilégio de ter ajudado a formular, executada continuamente há 20 anos. O Estado do Ceará tem 17 bilhões de metros cúbicos de potencial de reservação. O último barramento, o Açude Castanhão, concluído pelo Presidente Lula, garante 5 bilhões de metros cúbicos d'água. O Governo do Estado, com o nosso apoio, está construindo um canal de integração que ligará esse barramento até Fortaleza, e daí o Porto do Pecém (BRASIL, 2005: 21).

A questão sobre a capacidade de o rio São Francisco sustentar esse projeto foi abordada por Ciro Gomes como algo de importância técnica e, por isso, para ele até mesmo os críticos ao projeto deveriam aceitar a sua aprovação. Ele afirmou que o governo teve a preocupação de debater o projeto com os governadores dos estados envolvidos e, nesse intento, encarregou o vice-presidente da República José Alencar para coordenar um grupo de trabalho interministerial, composto por ele e pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para discutir a ideia do projeto com todos os Estados, tanto da bacia doadora e também da bacia receptora.

Entretanto, alguns governadores reivindicaram um maior diálogo. Foi o caso do então governador do Sergipe, João Alves:

O governador João Alves, de Sergipe, afirmou que o Governo não conversou com ele. Isso não é verdade. Desculpem a veemência, mas isso tem de ser dito. Houve uma visita oficial do Vice-Presidente da República. Recebi S. Exa. na minha sala para dizer o que bem entendesse e desejasse nas vezes que desejasse, e essas foram 5. Além disso, mandamos pelo Ministério do Meio Ambiente/IBAMA um ofício, que tem número e aviso de recepção dado por S. Exa. e por todos os outros, pedindo críticas à nossa iniciativa. Até hoje não chegou nenhuma resposta, nem do Governador João Alves nem de nenhum outro (BRASIL, 2005: 23-24).

Em entrevista à Folha de São Paulo em 18 de setembro de 2005, João Alves, por sua vez, declarou que

O projeto de transposição do rio São Francisco, além de repleto de falhas técnicas, está imerso em ilegalidades, podendo provocar o maior desastre econômico, social e ecológico do Brasil. Além da falta do Relatório de Impacto Ambiental da bacia do rio, imprescindível à aprovação de qualquer projeto que afete o meio ambiente, a transposição agride a Lei de Recursos Hídricos por contrariar critérios e prioridades do Comitê de Bacias do rio, pactuado com Estados banhados pelo São Francisco. O plano afirma: "A prioridade da bacia são os usos internos, excetuando-se os casos de consumo humano e animal em situação de escassez comprovada" e "as prioridades de uso para fins produtivos ficam restritos aos usos internos", tudo ignorado pelo governo federal.³⁷²

Para João Alves³⁷³, a transposição é ilegal e socialmente injusta, além de politicamente desastrosa, por provocar a desunião entre os nordestinos, e tecnicamente não pode ser justificada, pois, para ele, existem outras soluções mais baratas e tecnicamente comprovada, como o projeto de convivência com o semiárido.

Segundo Ciro Gomes, o único estado que solicitou a realização de uma audiência pública foi o de Minas Gerais. Contudo, a audiência não pode ser realizada: primeiro, por impedimento, que acabou sendo derrubado com uma liminar do Supremo Tribunal Federal, e, depois, devido à presença de manifestantes.

Sobre o Comitê, Ciro Gomes afirmou que o Governo Federal de Lula foi responsável por torná-lo realidade, tendo em vista que, antes do seu governo, ele existia apenas no papel. Para tanto, o governo estabeleceu um diálogo, sobre o qual ele

³⁷² TRANSPOSIÇÃO Insensata. **Folha de São Paulo**. Tendência/Debates. São Paulo, domingo 18 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1809200508.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

³⁷³ TRANSPOSIÇÃO Insensata. **Folha de São Paulo**. Tendência/Debates: São Paulo, domingo 18 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1809200508.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

assinhalou que: “ainda que o Comitê da Bacia seja sede de uma crítica respeitável, achamos que temos de estabelecer uma interlocução honesta, séria e bem intencionada. Foi o que fizemos” (BRASIL, 2005: 24).

O Ministro ainda relatou que, em 2003, o Comitê solicitou que o governo não tomasse nenhuma iniciativa com relação ao Projeto de Transposição antes que fosse elaborado um Plano de Bacia. Para tanto, esclareceu que intervieria junto ao Presidente Lula para que o projeto fosse suspenso durante os seis meses solicitados pelo CBHSF. Após a conclusão da elaboração do Plano de Bacia, o CBHSF solicitou mais três meses para a sua avaliação. Tendo o governo concordado, 18 audiências públicas foram realizadas e o plano foi aperfeiçoado durante este período.

Como consta em documentação oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, no ano de 2004, o Plano Decenal foi aprovado em Reunião Plenária realizada em Juazeiro (BA). Entretanto, limitava a utilização da água para usos fora da bacia somente para abastecimento humano e dessedentação animal – conforme já foi discutido no Capítulo 2 desta tese, em que entendemos que esta foi uma estratégia para limitar o projeto de transposição do rio São Francisco, pois, de outra forma, não seria possível, visto que o Comitê não possui direito de deliberar sobre tal questão.

Ciro Gomes comentou que, pelo fato de o Comitê não ter atribuição de deliberar sobre a transposição, não sentenciou de forma positiva, nem negativa, porque

pela lei, não é sua atribuição. A atribuição é critério de outorga, enfim, é a constituinte, o legislativo do rio, ou seja, o Comitê da Bacia. Mas eles não deliberaram sobre o projeto. Estamos falando que eles deliberaram sobre o Plano de Bacia, fonte oficial dos números que vou esclarecer aqui e que não podem ser contestados sem outra responsável fonte oficial e qualificação técnica (BRASIL, 2005: 26).

Os números a que se refere Giro Gomes compreendem os cálculos sobre a vazão média do rio São Francisco que foi avaliada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco como de 2850 m³/s. Entretanto, segundo Giro Gomes, a crítica de que não seria seguro trabalhar com essa vazão média foi incorporada, sendo que, oficialmente, a vazão considerada seria de 1850m³/s.

Apontou também outra crítica que diz respeito ao seguinte questionamento:

Por que levar água do Rio São Francisco a uma distância de 1.000 quilômetros, para o Rio Grande de o Norte produzir camarão, para a Paraíba e o Ceará fazerem irrigação, se nós, a meia légua de distância do rio, na Bahia, temos 800 mil hectares irrigáveis e projetos como o Baixio de Irecê e do Rio Salitre, que se arrastam há 11 anos e não se concluem? Ou o Pontal, em Pernambuco, que se

arrasta há 9 anos e não se conclui? Enquanto há comunidades a cerca de 40 quilômetros da calha do rio sem abastecimento? (BRASIL, 2005: 27-28).

Ciro Gomes observou que, embora a crítica fosse justa, ela foi fundamentada numa reflexão egoísta, pois, em sua opinião, todos precisam trabalhar e produzir. Apesar disso, afirmou que a crítica foi incorporada pelas autoridades competentes ao estabelecerem na outorga do projeto que previa uma vazão de 63m³/s, desses 63m³/s foi definido que 26m³/s deveria ser destinado ao abastecimento humano. Sobre tal questão, *Ciro Gomes* sublinhou:

Como foi possível fazer isso sem comprometer a concepção de engenharia? Introduzimos uma concepção de desenho institucional, por isso o nome do projeto não é transposição, não é por carga simbólica, esse nome é errado por todos os argumentos. O projeto tem o nome agora de integração de bacias. Por quê? Porque agora vamos operar, de forma integrada, todo o sistema de recursos hídricos principais do Nordeste. Como? Bombeando o mínimo de segurança, 26 metros cúbicos por segundo, que é o necessário para abastecimento humano, de forma segura e incondicional, o que quer dizer 1,4% da vazão mínima do São Francisco na foz (BRASIL, 2005: 28-29).

Dessa forma, *Ciro Gomes* explicou que, ao incorporar as críticas feitas por ambientalistas e políticos, foram realizadas modificações no que diz respeito à vazão do rio a ser utilizada pelo projeto que, ao mesmo tempo, garantisse a segurança na execução da obra e também o benefício para as 12 milhões de pessoas que o projeto prevê. Tais modificações se deram da seguinte forma:

Em 1994, pretendia-se transpor 180 metros cúbicos por segundo. Em 2000, a ideia era transpor 63. Graças às mudanças que fizemos – e é uma alteração estrutural na concepção do projeto –, a vazão segura foi reduzida para 6 metros cúbicos, que representa 1,4% da vazão mínima anotada na foz (BRASIL, 2005: 31).

Além da modificação com relação ao estabelecimento da vazão, *Ciro Gomes* também destacou que, no projeto elaborado em 1994, não havia a previsão da revitalização do rio, sendo que, em 2000, estava previsto um projeto de revitalização para dois anos e que o projeto atual prevê 20 anos de revitalização com um investimento estimado de 4,5 bilhões de reais dos quais 621 milhões de reais são destinados ao saneamento básico das cidades ribeirinhas.

Afirmou inclusive que:

A revitalização do Rio das Velhas e a agenda das populações indígenas na Ilha de Assunção, na altura de Cabrobó, já começaram. O Exército brasileiro está lá fazendo projetos de estradas, providenciando o que eles precisam. E estamos

pagando os projetos de saneamento básico, coisa que a maioria das Prefeituras não tem (BRASIL, 2005: 31).

Sobre a questão das benfeitorias realizadas na Ilha de Assunção, território Truká, cabe lembrar o que já trabalhamos no capítulo anterior, o fato de que, para os indígenas, essas benfeitorias não se configuram em benfeitorias do projeto; elas são, na verdade, demandas já estabelecidas desde a retomada do território pelos indígenas na década de 1980. Além disso, diversos entrevistados relataram que o posicionamento do então Ministro, de dizer que estas benfeitorias seriam parte do projeto de transposição, configuraria, na realidade, uma estratégia de convencimento da população indígena de que o projeto traria benefícios para a comunidade. Entretanto, as lideranças indígenas entendem que esses benefícios não fazem parte do projeto de transposição, são de direito das comunidades indígenas.

Outra questão levantada pelo então Ministro foi a incorporação do uso difuso da água, afirmando que as comunidades rurais que vivem da agricultura familiar não vão pagar pelo uso dessa água e que uma ação fundiária foi incorporada ao projeto. Ao contrário das outras versões dos projetos, que privilegiariam a estrutura fundiária ao fortalecer as oligarquias locais, na versão em questão, foi implantado um programa de regularização fundiária para os pequenos produtores e a desapropriação de 2,5 quilômetros para cada lado dos canais.

Ciro Gomes tratou também do Programa de assentamento das comunidades atingidas ao longo do canal, ou seja, a implantação de Vilas Produtivas Rurais. Essa questão já foi abordada anteriormente neste trabalho, mas cabe ressaltarmos que, apesar da implantação dessas Vilas Produtivas, as famílias assentadas não possuem condições de exercerem suas atividades agrícolas, pois a água para abastecimento das vilas é para utilização apenas de abastecimento humano.

Por fim, o Ministro declarou que o projeto é basicamente simples do ponto de vista da engenharia e, com relação à sua gestão, a Agência Nacional das Águas outorga e integra o conselho gestor e apoia a gestão das bacias receptoras. O Ministério da Integração Nacional é o órgão federal responsável pela construção e, ao mesmo tempo, o concessionário. Acrescentou que “os Estados receberão, com as empresas gestoras de água – têm de ser construídas em todos os Estados, menos no Ceará, porque já existe –, contratos, lastreados por um banco, pois essa água será onerosa” (BRASIL, 2005: 36).

Além do estado do Ceará já possuir uma estrutura gestora estabelecida, vale salientar que o Governo Federal concluiu alguns dos açudes que serão receptores das águas transpostas do rio São Francisco como, por exemplo, o Castanhão.

4.2.2 O debate com os parlamentares

Após a explanação feita por Ciro Gomes, iniciou-se o debate entre os deputados e o então Ministro. Em primeiro lugar, a Deputada Maria Helena, que foi a solicitante dessa audiência, fez o seguinte questionamento:

V. Exa., gostaria de saber quais fundamentos levam o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco a continuar divulgando críticas à transposição. Além dos argumentos em que se baseia – a questão do impacto ambiental e a necessidade de levar adiante o plano de revitalização, que ele reivindica seja anterior à execução da transposição em si – há alguma consideração técnica que sustente a posição do Comitê? A idéia de revitalizar o rio paralelamente à execução do projeto de transposição não vai trazer prejuízos ambientais? O Ministro da Integração tem encontrado ressonância, nesse ponto, junto à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente? A busca desse consenso admite a implantação de projetos compensatórios nos Estados doadores? (BRASIL, 2005: 37).

O então Ministro da Integração iniciou sua resposta afirmando que o governo federal respeita muito o CBHSF e que inclusive estavam num processo de negociação com a entidade que representa a população da bacia do rio São Francisco. Para tanto, o Comitê construiu o Plano Decenal em conjunto com o Governo Federal, representado pela Agência Nacional das Águas e pelo Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, conforme já mencionado nesta tese, não é atribuição do Comitê deliberar sobre o projeto do rio São Francisco, sendo objeto de deliberação o “Plano de Bacia, os critérios de outorga, a hierarquia, os usos, dentro e fora” (BRASIL, 2005: 38).

Completo afirmando que, na primeira rodada de votação, o Comitê aprovou o plano da bacia e que, na segunda votação:

O Comitê, por unanimidade, aprovou os 26 metros cúbicos para uso fora da Bacia, embora tivesse extrapolado, porque deveria limitar-se a deliberar sobre os critérios de uso: 26 metros cúbicos de água para abastecimento humano e dessedentação animal. Aprovou, mas fez duas ressalvas. Primeira: que se demonstre a necessidade da água – acreditamos estar fazendo isso. Segunda: que se faça o projeto de revitalização – temos esse compromisso (BRASIL, 2005: 38).

Além disso, *Ciro Gomes* sublinhou que fazer a revitalização antes da transposição ou é um ato ingênuo de quem é a favor da revitalização, ou um sinal de desconhecimento do que é a revitalização na prática. Acrescentou que, para realizar a revitalização corretamente, serão necessários 20 anos, considerando a extensão do rio São Francisco e as dificuldades encontradas, como por exemplo, a exploração das matas ciliares do rio. Para finalizar, insistiu na relação indissociável entre a transposição e a revitalização:

Quero advertir aqueles que sinceramente estão preocupados com a revitalização: esta é a primeira vez na história brasileira que a agenda do Rio São Francisco, a sua revitalização, tomou centralidade na agenda nacional. Quero advertir que aqueles que lutam às vezes incautamente para inviabilizar esse projeto poderão estar inviabilizando a revitalização do rio (BRASIL, 2005:40).

O Deputado *João Fontes* também encaminhou uma questão ao Ministro, mas primeiramente esclareceu que não era aliado do Governador de Sergipe *João Alves Filho*; pelo contrário, fez campanha com o ex-Senador *José Eduardo Dutra*, diferente do Ministro *Ciro Gomes*, que recebeu apoio do Governador *João Alves*. Dessa forma, o deputado seguiu sua fala afirmando que existiam vários políticos – não somente o Governador *João Alves Filho*, mas também os Governadores *Souto* e *Aécio Neves* – que tinham pressa na execução desse projeto. Relatou ainda que estudou o plano de Governo do Ministro *Ciro Gomes* e que, no seu plano hídrico, objeto de campanha e elaborado por *João Alves Filho*, espantou-se com as argumentações utilizadas pelo Ministro a fim de defender a implantação do projeto de transposição. Também afirmou que estivera no palanque com o Presidente *Lula*, na qualidade de aliado de sua campanha³⁷⁴, e que, quando o Presidente *Fernando Henrique Cardoso* quis implantar o projeto de transposição, havia asseverado que a transposição se tratava de uma “obra que visa encher os bolsos dos empreiteiros, financiar campanhas políticas, levar água par aos latifundiários do Nordeste e para cultivadores de camarão do Rio Grande do Norte” (BRASIL, 2005: 42).

João Fontes também esclareceu que ele e o seu estado de Sergipe não eram contra o transporte de água a quem necessita, mas considerava que o rio São Francisco

³⁷⁴ De acordo com o Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores da eleição do ano de 2002, não consta nenhuma referência ao projeto de transposição do rio São Francisco. Fonte: PROGRAMA de Governo PT. Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável. Recursos Hídricos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Ago. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa-04-10.shtml>. Acesso em: 23 dez. 2016.

estava muito degradado, com a sua foz extremamente assoreada e com vazão reduzida por conta das hidrelétricas. Além disso, descreveu como foi o debate junto ao CBHSF:

Estive na reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e vi que esse projeto não foi aprovado pelo Comitê: Tivemos o cuidado de apenas registrar no relatório que o projeto poderia ser viável para abastecimento humano e dessedentação animal. Mas não é esse o objetivo do projeto (BRASIL, 2005: 42).

O Deputado continuou seu discurso apontando algumas contradições:

O discurso do Ministro, na sua essência, é verdadeiro: existe a indústria, o coronelismo da seca no Nordeste. Sabemos disso. Mas o remédio que querem aplicar nesse processo é totalmente contraditório, polêmico e precisa ser submetido à ampla discussão dentro do Congresso Nacional e com a sociedade, por meio de plebiscito. Apresentei a proposta de plebiscito, como o fez também o Deputado Luiz Carreira, da Bahia (BRASIL, 2005: 43-44).

Além de apontar a necessidade de um plebiscito para o projeto de transposição com a justificativa da efetivação da democracia, o deputado também problematizou o motivo da transposição no estado do Ceará:

No Ceará, a água não se destina ao consumo humano; destina-se ao plantio em várias áreas, para, como dizia Lula, produzir melão e para vender a hotéis dos Estados Unidos e da Europa. Os latifundiários serão beneficiários. E quem quer essa obra-prima? (BRASIL, 2005:44)

Outro Parlamentar que se manifestou foi o Deputado Miguel de Souza que declarou apoio ao projeto e fez algumas perguntas sobre o custo da obra, o tempo de execução e as medidas compensatórias para o projeto.

O Deputado Inácio Arruda também participou de forma entusiasmada, inclusive recordou que, em 1847, o Deputado Macedo, oriundo do município do Crato, no Ceará, defendera junto ao Imperador a integração da Bacia do São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional. Em seguida, expôs a sua opinião com relação ao processo de participação, afirmando que, apesar de, no Governo do FHC, ter-se discutido exaustivamente o projeto, faltou coragem para implantar o projeto e que diferentemente:

Lula chega ao Governo, recebe essa obra e diz: “Vamos ouvir a sociedade, vamos ouvir o Ceará, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais. Vamos ouvir todos e alterar o projeto, se for preciso”. E alterou o projeto, teve a coragem de mudar o projeto. Eu acho que não há mais abertura. Alterou (BRASIL, 2005: 46).

Inácio Arruda, na ocasião, era Deputado Federal pelo PCdoB pelo Ceará, também se posicionou favorável ao projeto de transposição:

Querem opor-se à obra porque ela vai ser conduzida por um Presidente popular, democrático, aberto, que não tem a mídia nacional a seu favor. Por isso querem impedir a obra? Apenas para fazer oposição política? Sinceramente, isso é contaminar uma obra importantíssima para a nossa Região com um debate meramente político e eleitoreiro, rasteiro, menor. Isso não ajuda a Região Nordeste nem o País a crescerem e se desenvolverem (BRASIL, 2005: 47).

Além da colocação acima citada, Inácio Arruda enfatizou que, apesar de ter sido oposição a Ciro Gomes e Tasso Jereissati, reconheceu que no Ceará foi realizado um trabalho muito sério em termos de gestão hídrica, mas que não foi o suficiente para o abastecimento hídrico, pois o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Piauí também precisavam de água.

Marcondes Gadelha, médico e político do estado da Paraíba, na ocasião Deputado Federal pelo PSC, também se posicionou de modo favorável ao projeto de transposição. O deputado afirmou que todos que defendem o projeto queriam que a população tomasse conhecimento, pois acreditava que, se a população conhecesse o projeto, certamente o apoiaria. Além disso, demonstra certa indignação pelo fato de o estado de Sergipe ser contra o projeto. Essa indignação decorre da compreensão de que Sergipe não enfrenta problemas de abastecimento hídrico e é o estado que menos contribui com o rio São Francisco, no sentido de que:

Sergipe contribui com apenas 0,4% na formação do Rio São Francisco, no entanto, dispõe da totalidade das águas do São Francisco, o que não acontece com Minas Gerais, Bahia ou Pernambuco. São águas totalmente descomprometidas, porque já passam pela última hidrelétrica, a de Xingó. São 2850 metros cúbicos por segundo, em média, mas vamos utilizar apenas a vazão firme, mínima, garantida, com 100%, na pior seca que poderia acontecer, que é de 1850 metros cúbicos por segundo (BRASIL, 2005: 49).

Além desse posicionamento, o Marcondes Gadelha afirmou ser necessário encontrar meios de debater o projeto com a população de Sergipe, para o diálogo não ficar somente no campo da representação política e “deixar o cidadão sem ter acesso ao conhecimento dessa matéria” (BRASIL, 2005: 50).

O Ministro Ciro Gomes rebateu alguns questionamentos feitos pelos parlamentares, com destaque à sua observação sobre o posicionamento contrário de Antonio Carlos Magalhães, que era Senador pelo PFL-Bahia, assim como Paulo Souto, na época Governador do estado de Pernambuco e que também se posicionou crítico ao projeto. Entretanto, levaria em consideração o projeto desde que fosse comprovada a

necessidade de água no Nordeste Setentrional, assim como se demonstrada a capacidade de oferta na Bacia do São Francisco e seu potencial econômico.

Cabe também salientar que Ciro Gomes ressaltou que Aécio Neves, na época Governador de Minas Gerais, posicionou-se a favor da revitalização do rio, já que 75% de suas águas vêm de Minas Gerais. Por último, assinalou que o Governador de Alagoas era contra, porém acabou mudando de opinião após conhecer o projeto.

Ele esclareceu que o gasto para a execução do projeto seria de 4,5 bilhões e que a execução da obra é muito simples, sendo composta de escavação, terraplanagem e revestimento. Portanto, esse cronograma poderia ser executado em 24 meses. Além disso, comentou que:

[...] o meu projeto de Presidência da República – se foi feito pelo Governador João Alves: diz-se que eu executaria o projeto de integração de bacias em 24 meses. Isso está dito no meu projeto de candidato à Presidência da República. Aliás, eu pretendia executá-lo em um ano, porque é perfeitamente possível (BRASIL, 2005: 55).

Outro questionamento que o Ministro da Integração enfatizou é relativo à questão da opinião popular, sobre a possibilidade de um plebiscito. Afirmou que apoiava a “ideia do plebiscito e da deliberação do Congresso Nacional”. Entretanto questionou:

Agora, quero saber a pertinência constitucional e legal de o Governo planejar uma obra de engenharia e submetê-la à deliberação do Congresso Nacional. Talvez o oposto seja verdadeiro: O Congresso Nacional pode, por meio de decreto legislativo, data máxima vênua, obstruir iniciativas do Executivo, mas o contrário não me parece possível. É necessária autorização do Congresso Nacional para duplicação de uma BR? Ao aprovar o Orçamento, o Congresso Nacional alocou 625 milhões de reais para o projeto neste ano, e o fez com transparência, com clareza. Mas nada contra, nada contra. Sou um democrata e compreendo e admiro essa prática. Sou parlamentarista, para complementar (BRASIL, 2005: 56).

Outra crítica rebatida por Ciro Gomes foi sobre a ideia de que o projeto teria uma finalidade eleitoreira, questão que ele considerou impossível, pois o governo começou a discutir o projeto no ano de 2003, “no primeiro momento do Governo Lula” (BRASIL, 2005: 60).

Outro parlamentar que se manifestou durante a audiência foi Betinho Rosado, na época Deputado Federal pelo PFL do estado do Rio Grande do Norte. Dentre as questões que colocou sobre a execução da obra, em primeiro lugar, ele perguntou se esta seria feita em duas etapas, e se o Rio Apodi estaria fora da primeira etapa.

Já Severino Alves, deputado pelo PMDB da Bahia, contrário à obra de transposição e a favor da revitalização do rio São Francisco, fez o seguinte questionamento:

[...] o apelo mais forte é o fato de levar água para o abastecimento ou o reabastecimento de populações. Se admitirmos que o rio esteja poluído, que tem problemas, como vamos levar água poluída? V. Exa. diria: não, mas lá na ponta vamos tratar a água (BRASIL, 2005: 63).

O parlamentar Lupércio Ramos, deputado filiado ao PMDB do estado do Amazonas, afirmou:

Preocupo-me com o futuro do País e até com a democracia, ao perceber que, na discussão de um projeto, a meu ver, importante para a estruturação de uma região tida sempre como empobrecida, o debate demagógico ou politiquero se sobreponha ao debate técnico, ecológico, social e econômico (BRASIL, 2005: 64).

José Rocha, deputado filiado ao PR da Bahia, evidencia sua discordância com relação ao projeto de transposição e enfatiza que “os companheiros da Bahia não atrelam a revitalização à transposição. Queremos a revitalização com ou sem a transposição” (BRASIL, 2005: 65).

Seu questionamento diz respeito ao grau de importância dado pelo governo ao projeto de transposição, em contraposição à importância dada à revitalização do rio. Para José Rocha, ao enfatizar que a transposição levaria 24 meses para ser executada e que uma revitalização do rio levaria 20, Ciro Gomes deixa claro que, para o governo, a transposição é mais importante que a revitalização do rio. Para enfatizar tal opinião, o deputado citado declarou:

Com referência aos dados citados por V. Exa. em sua palestra, discordamos da pressa da transposição em detrimento da revitalização. Esse fato está demonstrado nos dados do Acompanhamento da Execução Orçamentária da União. São 596 milhões, 574 mil e 283 reais para a integração de bacias hidrográficas, mas desses recursos apenas 14 milhões, 307 mil e 50 reais foram empenhados. Os dados são totalmente desfavoráveis à revitalização. São 68 milhões, mais ou menos 10% da integração e – pasmem todos que aqui estão- 6 mil reais, 757 reais empenhados para a revitalização (BRASIL, 2005: 66).

José Rocha também afirmou que se trata de uma opção política do governo, pois, na realidade, o que daria o tempo de execução de ambos os projetos seriam os recursos e que, se houvesse a mesma atenção para a revitalização, ela seria feita num tempo muito menor que 20 anos. Ademais, sublinhou que “se invertêssemos a relação de

recursos, não teríamos a revitalização em 20 anos, não, Sr. Ministro. Nós a teríamos em 4 ou 5 anos, no mês mo nível da transposição” (BRASIL, 2005: 66).

Na opinião de Antonio Cambraia³⁷⁵ – político cearense vinculado aos partidos PMDB e PSDB –, o projeto de transposição levará água para as pessoas que passam sede no Nordeste Setentrional sem agredir o meio ambiente. Além disso, para ele, as justificativas técnicas apresentadas por Ciro Gomes reforçam a segurança com relação ao projeto. Ademais, o deputado expôs que:

Sentimos que uma questão política envolve a discussão. Embora eu seja um Deputado que faz oposição ao Governo do qual o Ministro faz parte, tenho consciência da importância e viabilidade desse projeto que deve ser implementado sem prejuízos para os brasileiros, para os que moram à margem dos rios e para os grandes projetos de irrigação que se encontram na região. Pelo contrário, o projeto deve beneficiar 12 milhões de pessoas que precisam dele (BRASIL, 2005: 71).

Outro parlamentar presente na audiência e que se posicionou de forma favorável ao projeto de transposição foi Marcelo Castro, na época Deputado Federal filiado ao PMDB do Piauí. Ele não só declarou apoio ao projeto, bem como afirmou que todos os deputados da Bahia são contrários à transposição e que esse posicionamento é insensato, pois teoricamente esse projeto poderá salvar vidas.

Em debate, Fátima Bezerra³⁷⁶, deputada do Rio Grande do Norte, pelo PT, também defendeu o projeto e ressaltou que, apesar das insinuações de que o debate sobre a transposição não foi suficiente, ela tem convicção de que esse debate estava acontecendo de forma democrática. Nesse sentido, observou que:

Este debate já vem sendo feito no País há muito e agora, no Governo Lula, foi retomado da forma mais ampla possível. V. Exa. Lembrou que ainda em 2003 o Presidente confiou o início deste debate ao Vice-Presidente da República, e eu sou testemunha disso. O Vice-Presidente esteve e em todos os Estados. Houve um debate no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que está percorrendo as OABs e toda a região Nordeste por meio dos comitês estaduais que estão sendo criados (BRASIL, 2005: 75).

Fernando Ferro, parlamentar do PT do estado de Pernambuco, também apoiou o projeto e enfatizou que todo o debate sobre os interesses das empreiteiras é incoerente,

³⁷⁵ É um político cearense, além de ter sido deputado, também foi prefeito de Fortaleza na década de 1990 e Secretário de Turismo nos governos de Tasso Jereissati e Beni Veras.

³⁷⁶ Apesar de ser parlamentar do Rio Grande do Norte, um dos estados que será beneficiado com o projeto de transposição, afirmou que não é este o motivo que a fez apoiar o projeto, mas sim a certeza de que este projeto é sério, além disso, relatou que havia solicitado uma audiência do então Ministro Ciro Gomes com os políticos do seu estado para tirarem dúvidas sobre o projeto, pois a transposição entrará no Estado pelo Rio Piranhas-Açu e pelo Canal do Apodi, tem convicção de que este estado será um dos mais beneficiados pelo projeto.

pois o Estado não faz mais nada sem as empreiteiras, sendo que muitos dos parlamentares que questionam esse interesse também estão envolvidos com as empreiteiras. Além disso, sublinhou a existência do debate, mesmo diante da opinião contrária e da resistência de algumas pessoas. Nesse sentido, fez a seguinte declaração:

Alguns capangas interromperam audiências públicas. Ameaçaram fisicamente as pessoas para não participarem do debate. Contudo, quem pôde participar falou da necessidade do debate. Mesmo interrompendo audiências públicas, ainda falam aqui que não houve debate. Dizem até que um Deputado de Sergipe esteve cercado de capangas que queriam intimidar. Um representante do Ministério do Meio Ambiente se sentiu intimidado pela atitude desse Deputado, que, cercado por aqueles elementos, o ameaçou fisicamente (BRASIL, 2005: 78).

O Deputado Zé Geraldo (PT), do estado do Pará, afirmou que o projeto, além de ser economicamente grande, com discussões ambientais e muitas repercussões políticas, é viável e será a salvação da região do Nordeste Setentrional. Ademais, faz uma comparação com Belo Monte, dizendo que muitas pessoas têm medo das barragens, por causa de experiências ruins, mas que problemas como os gerados pela usina não acontecerão mais porque o projeto da transposição conta com a participação da população, tanto da área urbana quanto rural, configurando um novo momento.

Luiz Carreira, Deputado pelo PFL da Bahia, comentou que o governo tem dificuldades de aceitar o debate e discordou da declaração feita por Ciro Gomes de que o projeto de transposição é como outro qualquer, como a construção de uma rodovia. Para ele, o projeto de transposição é

um projeto de desenvolvimento regional importante não só para o Nordeste, mas para todo o País, porque vai consumir recursos significativos. Portanto, não é um projeto comum. A meu ver, esse projeto precisa ser discutido no Congresso Nacional, porque não se trata apenas de uma obra qualquer, da construção de uma barragem, ou de uma estrada. Ele irá promover o desenvolvimento de uma região. Além disso, é uma prioridade política do Governo Lula em relação ao Nordeste (BRASIL, 2005: 82).

Dentre os diversos questionamentos e críticas colocados por este parlamentar, destacamos três questões fundamentais. A primeira diz respeito à grande quantidade de recursos que o projeto aloca: 4,5 bilhões de reais em dois anos, isto é metade do orçamento público anual será destinado a um único projeto, logo, este é de interesse nacional. A segunda questão é, na realidade, uma crítica de que as transposições só deveriam acontecer após a otimização dos recursos hídricos de cada bacia, ponto de vista baseado na opinião do Governador Paulo Souto. A terceira questão diz respeito à

legitimidade do eixo leste, cujo objetivo é o abastecimento humano, diferente do eixo norte.

A parlamentar Ann Pontes (PMDB), do estado do Pará, também empreendeu algumas indagações. A primeira foi sobre a forma como a água seria retirada do rio São Francisco: se ocorreria forma ininterrupta, se a quantidade da água poderá ser aumentada e quem decidirá sobre esse aumento. A segunda pergunta dizia respeito ao custo da água, como seria sua distribuição para os usuários e qual a qualidade. Por último, indagou se haveria recursos para realizar tanto a transposição quanto a revitalização, ou se o governo teria que optar entre um ou outro.

Ciro Gomes, após afirmar que responderia algumas questões consideradas por ele fortes e pelas quais tem respeito, declarou que

O debate tomou muita qualidade para o meu aprendizado. A afirmação de que a transposição é a melhor do mundo não foi feita por mim. Posso afirmar, e vou repetir, que comparando com as outras, é a mais segura do planeta, de todas quantas eu pude conhecer. E não é por que estou envolvido no assunto ou porque a crítica melhorou muito o projeto. Não é nem mérito meu, a questão é física. É a única que transpõe menos que 2% (BRASIL, 2005: 91).

Também argumentou que a transposição não oferece risco por dois motivos: pela quantidade a ser transposta e também pela localização do ponto de captação, com a qual, segundo Ciro Gomes, não há problema, pois essa captação será feita no trajeto em que o rio é artificial. Acrescentou ainda que o projeto foi elaborado para tentar resolver a degradação do rio a partir da sua revitalização.

O Ministro retomou a argumentação em tom de justificativa, pontuando que todos os números citados por ele são baseados no Plano da Bacia, aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, entidade “controlada” pela sociedade civil.

Complementou refletindo sobre a necessidade de ponderar que, em algum momento entre 2025 ou 2030, será necessário o reforço hídrico da bacia com o objetivo de manter a vazão do rio, pois:

O Plano de Bacia esclarece que, para uma vazão mínima de 1850 metros na foz, com 100% segurança, 360 estão disponíveis para usos consuntivos, ou seja, para consumo. Se a história levantada é de 91 metros cúbicos por segundo, qualquer reforço à vazão do São Francisco que se faça hoje será uma impertinência antieconômica. Não abandonamos os estudos de reforço hídrico, trazendo água pelos Rios Sono e Preto do Tocantins até o Rio São Francisco. As barragens que

vão reforçar a regularização do Rio São Francisco estão em andamento. Vamos executar Berizal³⁷⁷ e Congonhas³⁷⁸ (BRASIL, 2005: 93).

Para responder à questão feita pela parlamentar Ann Pontes sobre o cronograma de execução do projeto, Ciro Gomes afirmou que:

Estamos determinados e cumprindo um cronograma – é a última pergunta de V. Exa. Não há juízos subjetivos de pressa ou lentidão. Há um plano feito em 2003, estamos hoje com 8 meses de atraso nesse plano, porque concedemos 6 meses de suspensão de todo o cronograma para o Comitê de Bacias fazer o plano e depois concedemos mais 2 meses para a validação do plano. Depois sofremos uns 45 dias de constrangimentos em função de liminares ou agressões físicas a funcionários públicos, porque fomos tentar fazer audiências públicas, convocadas em todos os Estados garantidas pela Justiça, mas fisicamente fomos impedidos por algumas pessoas que foram lá agredir funcionários públicos. E não foi agressão a minha pessoa; se fosse, ainda vá lá, porque sou duro, provocador, mas agrediram funcionários modestos do IBAMA que foram lá para representar o projeto oficialmente e receber oficialmente qualquer crítica. Enviamos ofícios – temos os números – para todos os Governadores de Estados, mas nenhum respondeu (BRASIL, 2005: 96).

Sobre a revitalização, o Ministro pontuou:

Estou procurando concentrar os recursos, talvez por isso não haja contingenciamento. A Fazenda não tem culpa, apenas queremos chamar um certo envolvimento do Comitê de Bacia. Não queremos fazer um programa de revitalização de cima para baixo, ainda que haja essa recusa, fundada na falsa noção de que aceitar o programa de revitalização é legitimar o projeto de integração. Há certa resistência nisso, que não queremos, então estou segurando. Não estamos perdendo tempo, porque estamos fazendo projetos. E isso está andando. Como posso fazer por convênio, não preciso licitar. Estou pagando a FUNCATE, que é uma instituição do INPE, para fazer os projetos de saneamento (BRASIL, 2005: 97).

Ciro Gomes defendeu que o projeto de transposição do rio São Francisco é a obra mais importante que pode ser feita no Nordeste:

O relatório do meio ambiente foi exposto na internet durante 8 meses. Nos últimos 8 meses, estive exposto na internet, além de termos enviado cópias e comunicado para todo o mundo ambientalista, como ONGs e quem desejasse fazer porque queremos acertar. Precisamos do apoio das pessoas. Não queremos vencer as pessoas, não queremos passar por cima delas. Queremos um consenso. Ideal, para mim, seria fazer uma grande celebração nacional ao redor

³⁷⁷ Esta barragem será construída na região do Alto rio Pardo, sua liberação ocorreu no dia 23 de novembro de 2015, pela Superintendência de Regularização Ambiental (SUPRAM-NORTE). Informações disponíveis em: <http://www.sedinor.mg.gov.br/ajuda/story/3857-liberadas-licencas-de-instalacao-das-barragens-de-berizal-e-congonhas>

³⁷⁸ Barragem que será construída nos municípios de Grão Mogol e Itacambira, autorizada pela Superintendência de Regularização Ambiental (SUPRAM-NORTE) no dia 23 de novembro de 2015. Informações disponíveis em: <http://www.sedinor.mg.gov.br/ajuda/story/3857-liberadas-licencas-de-instalacao-das-barragens-de-berizal-e-congonhas>

dessa providência, que não é mais nem menos do que uma providência que vai mexer com a vida de 12 milhões de pessoas. Não é mais: não vai acabar com a seca, não vai fazer milagre, mas também não é menos. É muita coisa. É a coisa mais importante que é possível se fazer no Nordeste de todas as ideias que circulam: nova SUDENE, irrigação. O mais importante e possível de se fazer no Nordeste, que trará impacto imediato na vida das pessoas (BRASIL, 2005: 105).

Ele afirmou que o Ministério de Integração preocupou-se em dialogar com os indígenas trukás e tumbalalás, conforme podemos observar na citação abaixo:

Os índios trukás e tumbalalás da Ilha de Assunção, confrontando a cidade de Cabrobó, em Pernambuco, têm uma agenda que vai de um centro cultural que querem construir a uma estrada para escoar o arroz que produzem lá, passando por apoio à pesca, à educação, etc. O projeto ambiental estudou todos esses aspectos. Eu os recebi pessoalmente. O Exército está na ilha, neste instante, fazendo os estudos de engenharia para a construção da estrada e do centro comunitário, constantes da agenda dos trukás e tumbalalás – do lado de Pernambuco, da ilha, e do lado da Bahia (BRASIL, 2005: 106).

Entretanto, como já exposto nesta tese, foram os indígenas truká e tumbalalá que solicitaram uma audiência com o então Ministro da Integração Ciro Gomes e, conforme depoimentos das lideranças, entendem que as benfeitorias para as aldeias são de direitos dos indígenas e, dessa forma, não possuem nenhuma relação com o projeto de transposição.

Outra declaração muito relevante feita por Ciro Gomes sobre o fato de projeto só ter benefícios ambientais:

Temos o estudo de qual será o impacto da poeira dos tratores na fase de construção; da provável quantidade de poeira que os tratores na fase de construção vão levantar e a possibilidade de alcance disso; de quais são as medidas mitigatórias que se tem de tomar para proteger a população. E isso não é favor, mas apenas a excelência que estamos buscando para fazer uma coisa direito, para respeitar todos os ângulos do assunto. Então, não há malefício. Nenhum malefício (BRASIL, 2005: 106).

Contraditoriamente, de acordo com depoimento de um de nossos entrevistados que desenvolve trabalho na Agrovila 06, no município de Floresta, ocorreram diversos conflitos em decorrência das obras da transposição pelo fato de não ter havido um estudo detalhado sobre os impactos da obra para a comunidade rural. Um dos maiores problemas ocorridos foi justamente sobre a poeira levantada pelos caminhões da obra de transposição, que podemos compreender a partir do seguinte relato:

Primeiro eles fizeram um acordo com os assentados para empregar 80 pessoas do assentamento e na verdade só deram ou empregaram 20, depois que aguariam ou molhariam a estrada pra não fazer poeira para as pessoas, e não

cumpriram até o fim, do meio pra frente não aguaram mais, é as casas, muitas casas racharam devido às detonações e não foram consertadas pela empresa, então tudo isso foi inflamando as pessoas e aí explodiu numa manifestação de paralisação da obra e daí a gente fechou mesmo, inclusive os carros da empresa que iam passando não só da empresa, mas todos os carros que era, estavam envolvidos na obra da transposição, iam passando a gente prendia, então houve um momento de tensão (Informação Verbal³⁷⁹).

Retomando a questão da participação no debate sobre o projeto, Ciro Gomes enfatiza que não houve atropelo institucional, pois, segundo ele, foi feito um apelo para se votar o projeto no Conselho Nacional de Recursos Hídricos³⁸⁰. Explica que “o Conselho é composto por 50 e tantas pessoas do Governo e da sociedade civil – empresários, trabalhadores, ONGs. Foi convocado com 15 dias de antecedência para uma reunião” (BRASIL, 2005: 107).

Ainda de acordo com seu relato, essa reunião foi impedida de acontecer por conta de uma liminar. Entretanto,

Cassamos a limiar. O Judiciário mais uma vez cassou. E já cassou 16 liminares que sempre impediram audiências que tinham a intenção de dar transparência e fortalecer a participação e o controle da sociedade no processo. Para nós, é a segurança de que precisamos de crítica para ver se os projetos estão corretos, se não vamos errar, se não estamos com números equivocados, se o projeto não tem defeito. O melhor é a inteligência do povo para dizer isso. Mas fisicamente não deixaram (BRASIL, 2005: 108).

Por fim, setenta e oito dias depois da primeira convocação, o Conselho se reuniu³⁸¹ e deliberou a favor da aprovação do projeto de transposição, tendo sido 36 votos a favor, 02 votos contra e 10 abstenções. Como consta na página oficial do Ministério da Integração, o CNRH aprovou um parecer³⁸² da Agência Nacional de Água onde constava que: “o Rio São Francisco tem água em quantidade suficiente para o

³⁷⁹ Entrevista concedida por DIOCESE, Floresta.. Entrevista nº 11 [nov. 2013]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Floresta (PE), 2013. 2 Arquivos Vídeo AVCHD (.MTS) 1h34'52" Arquivo Pessoal.

³⁸⁰ É presidido pelo Ministra do Meio Ambiente e composto por representantes de Ministérios e Secretarias Especiais da Presidência da República, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, usuários de recursos hídricos (irrigantes; indústrias; concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica; pescadores e usuários da água para lazer e turismo; prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e hidroviários), e por representantes de organizações civis de recursos hídricos (comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; organizações técnicas e de ensino e pesquisa, com interesse na área de recursos hídricos; e organizações não governamentais).

³⁸¹ No dia 17 de janeiro de 2005, ocorreu a XV Reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, esteve presente nesta reunião Marina Silva, que ocupava o cargo de Ministra do Meio Ambiente e também Presidente do CNRH. Foram também convidados o então Secretário da Agência Nacional das Águas, José Machado, e o Diretor-Presidente da ANEEL, que compuseram a mesa.

³⁸² Segundo análise do parecer aprovado pelo CNRH, conclui-se que “há disponibilidade hídrica hoje e em 2025, para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

Projeto de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional coordenado pelo Ministério da Integração Nacional”³⁸³.

Vimos, ao longo desta exposição, que é recorrente a afirmação de Ciro Gomes de que houve diálogo sobre o projeto e de que o governo agiu de forma democrática, não deixando de considerar nenhuma opinião e, portanto, estaria pronto para fazer a licitação da obra. Da mesma forma, Marina Silva, após a votação do CNRH, corroborou:

todo o processo que levou à aprovação da Nota Técnica 492 da Agência Nacional de Águas (ANA)³⁸⁴, de 23 de setembro de 2004, que atesta a viabilidade do projeto de integração, foi aberto, legítimo, democrático e participativo. Marina Silva destacou, também, que o Plano da Bacia do São Francisco foi elaborado no tempo recorde de seis meses, com total apoio do Comitê de Bacia Hidrográfica.³⁸⁵

Entretanto, como podemos observar no item subsequente, o fato de o Ministério da Integração ter submetido a análise – do parecer sobre viabilidade hídrica para o projeto de transposição – ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos não garante a legitimidade do projeto por parte da sociedade civil.

4.3. Sobre a aprovação do projeto no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

No âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, foi realizada uma reunião extraordinária em que a principal temática foi a apreciação e deliberação da capacidade hídrica do rio São Francisco para a efetuação do projeto de transposição das suas águas para o Nordeste setentrional.

³⁸³ Informações disponíveis em SÃO Francisco tem água para projeto de Integração, afirma CNRH. **Notícias Ministério do Meio Ambiente**. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/2337-sao-francisco-tem-agua-para-projeto-de-integracao-afirma-cnrh>.

³⁸⁴ ANA. Brasília (DF). Análise do pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. Nota Técnica nº 390/2005/SOC. 19 set. 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/NOTA+TECNICA+390+2005+ANA.pdf/2d62a46f-88c5-4bdc-956e-70610ac3247a>

³⁸⁵ SÃO Francisco tem água para projeto de Integração, afirma CNRH. **Notícias Ministério do Meio Ambiente**. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/2337-sao-francisco-tem-agua-para-projeto-de-integracao-afirma-cnrh>

Essa reunião aconteceu no dia 17 de janeiro de 2005 em Brasília, na sede do IBAMA. Estavam presentes, além dos membros titulares, a presidente do Conselho e também Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que, em seu pronunciamento inicial, destacou a importância da participação dos Comitês de Bacia Hidrográfica no cenário de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Ademais,

Neste contexto legal e institucional, disse, estaria a discussão pública sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Ressaltou que o histórico deste processo seria muito longo para que fixasse apenas nos acontecimentos mais recentes. Indicou que o Governo Federal teria atendido à solicitação feita pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBH-SF de que fosse elaborado e por ele aprovado um plano de recursos hídricos da bacia, como condição para qualquer encaminhamento relativo ao problema de interligação de bacias (CNRH, 2005b: 01).

A então Ministra do Meio Ambiente sublinhou que todo o processo de diálogo com o CBHSF, além de servir para fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, deveria ser deliberado apenas pelo Conselho da reunião em questão, por solicitação do Ministério da Integração, “sobre as iniciativas de aproveitamento de recursos hídricos do Projeto”. Afirmou ainda que sempre existiram e existirão opiniões diferentes, mas, em sua perspectiva, o importante era “a construção do ordenamento legal e institucional na área dos recursos hídricos, objetivando a superação das dificuldades dentro de cenários técnicos de princípios democráticos, o que estaria sendo conquistado a passos largos” (CNRH, 2005b: 01).

Antes da votação, solicitada em caráter de urgência, sobre a deliberação do aproveitamento hídrico do projeto de transposição, foi realizado um debate, com a exposição sobre os acontecimentos que envolvem o projeto e sobre as características do mesmo. Vale ressaltar que, Pedro Brito, representante do Ministério da Integração Nacional na ocasião como Ministro Interino, ao apresentar o histórico sobre o projeto, afirmou que

ele viabilizaria um suprimento hídrico para a área mais ocupada do Polígono das Secas, com 37% da população, atendendo às áreas de menor disponibilidade hídrica regional *per capita*, uma vez que os açudes estratégicos da região já constituídos não teriam a capacidade de aumento significativo da disponibilidade hídrica dos rios intermitentes, destacando a necessidade de otimizar a gestão da oferta hídrica com a redução das perdas operacionais dos açudes. Ressaltou que o rio São Francisco seria a fonte perene de grande volume mais próxima, propiciando assim menor investimento da sociedade, e

que estaria, inclusive, regularizado no ponto de captação, não carecendo de barragens para a consecução do Projeto, tampouco causando interferência na sua navegabilidade. Afirmou ainda que a transferência hídrica média pretendida entre as bacias seria relativamente modesta, de 2,5% da vazão regularizada do rio São Francisco, trazendo benefícios sociais e econômicos relevantes, não havendo outro projeto similar com abrangência no Nordeste (CNRH, 2005b: 02).

À sua última afirmação com relação à questão ambiental cabe destaque, pois, em nossa perspectiva, soa contraditório asseverar que o “projeto viabilizaria o desenvolvimento sustentável em áreas com potencial produtivo e competitividade econômica no que tange à inserção regional na economia moderna” (CNRHb, 2005: 02).

Como parte dos esclarecimentos, o especialista da ANA, Alan Vaz Lopez, foi convidado por José Machado, conselheiro do Ministério do Meio Ambiente, a apresentar a questão em discussão, ou seja, o que denominaram de “Disponibilidade hídrica do rio São Francisco para a realização do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. Nesse caso, o técnico defendeu a disponibilidade hídrica para o momento do debate, ou seja, 2005 e em 2025.

Em contrapartida ao debate, o então presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, José Carlos Carvalho, convidou o então Presidente da Câmara Técnica de Planos e Outorga do CBHSF, Marcelo Ásfora, para proferir uma palestra a respeito do assunto, na qual defendeu a seguinte ideia sobre o projeto:

Não atingiria a população rural, ou seja, o atendimento à população difusa por adutoras seria inviável tecnicamente e transferiria toda a demanda de abastecimento urbano dos municípios (oito e meio milhões de habitantes) para o rio São Francisco; desconsideraria os sistemas de abastecimento existentes (os municípios da região teriam oitenta e sete por cento de cobertura de abastecimento de água) e induziria a sub-utilização dos mananciais locais e a não viabilização de soluções comparativamente mais econômicas; não consideraria o planejamento e as prioridades definidas pelos Estados, impondo novas prioridades e obras não previstas nos planos plurianuais estaduais, bem como o modelo de desenvolvimento baseado no subsídio a atividades que demandariam muita água (CNRH, 2005b: 03).

Nesse aspecto, o posicionamento do conselheiro José Carlos Machado é bem claro, quando este pontua a importância do CNRH dar continuidade ao debate estabelecido no CBHSF, em contrapartida ao caráter de urgência da aprovação do projeto, pois compreende que “tratando-se do tema de interligação de bacias, o Comitê

reconheceria a existência de outros interesses que não estariam localizados na bacia e que também precisariam ser examinados” (CNRH, 2005b: 03).

Além das duas apresentações sobre a viabilidade hídrica do projeto de transposição, é relevante destacarmos o debate dos membros do Conselho que estavam presentes na reunião a fim de identificarmos os posicionamentos dos diversos setores e atores sociais sobre a questão.

Ninon Machado, conselheira desse órgão e representante das Organizações Não Governamentais, expôs certa preocupação após a leitura da documentação das apresentações com relação à utilização de forma indistinta dos termos transposição e interligação, mas comentou que, para ela, o debate se tratava da transposição do rio São Francisco, a qual foi inclusive criticada pelo Banco Mundial, devido à precariedade da qualidade do projeto. Ademais,

considerou crucial que, uma vez que no País, segundo a ANA, ter-se-ia setenta e quatro bacias transfronteiriças, esse precedente de se tratar dessa maneira uma questão tão séria, poderia trazer repercussões a curto, médio e longo prazo com os países vizinhos, pois, se essa questão estaria sendo tratada internamente dessa maneira, não se levando em consideração todo processo de construção da Política Nacional, qualquer outro país com quem compartilhamos águas, na medida da necessidade, poderia solicitar o mesmo tratamento, tendo em vista que não se poderia conduzir política nacional e internacional de modos diversos. Lembrou de situação semelhante vivida na construção da hidrelétrica de Itaipu, quando o Brasil teria adotado o princípio da contigüidade e que depois foi modificado quando da adoção do tratado de Brasília sobre a gestão dos recursos naturais a partir da bacia hidrografia que passou a ser referência no direito internacional por ser o primeiro tratado que incorporou o princípio da gestão por bacia hidrográfica. (CNRH, 2005b: 05).

Além do exposto acima, a representante das ONGs relatou que, como moradora do Rio de Janeiro, é beneficiária da transposição das águas do rio Guandú e tem consciência dos impactos que a transposição tem causado para todo o estado do Rio de Janeiro. Diante desse fato, afirmou que

como medida de precaução, entendia como pertinente um pedido de vistas da matéria, e clamou pelo processo decisório no âmbito do CNRH. Afirmou que não se sentiria confortável para decidir, considerando os contraditórios trazidos pelas exposições ocorridas nessa plenária. Lembrou que fora no plenário da reunião do CNRH do dia 29 de outubro passado que havia pedido que essa matéria fosse levada para debate nas câmaras técnicas, que não poderiam ser excluídas. Afirmou ainda que nos processos de discussão democráticos, os poderes constituídos, inclusive o Judiciário, podem e devem, quando necessário, proceder a revisões, pois esse alerta fora feito justamente para que se evitasse que o Judiciário fosse chamado a intervir na questão. Portanto, novamente pleiteou que houvesse uma câmara técnica ou um conjunto delas para analisar o projeto ora em discussão. Afirmou que não seria contra a transposição, pelo

contrário, desde que todo o desenvolvimento do Nordeste fosse feito com sustentabilidade. Concluiu pedindo vistas do processo, pois, em seu entendimento, não haveria mais regime de urgência para o pleito do Ministério da Integração Nacional (CNRH, 2005b: 09).

Outro ponto fundamental no debate foi o posicionamento de Ana Cacilda, presente como advogada da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do estado da Bahia³⁸⁶. Em sua participação, ressaltou que o Fórum de Defesa Permanente do Rio São Francisco reconhecia a importância e a competência do CNRH para apreciar a questão, uma vez que o art. 35 da Lei nº 9.433, 1997 lhe atribuía competência para analisar projetos como o em questão, assim como a possibilidade de recursos para decisões tomadas no âmbito dos comitês de bacia. Sobre essa questão, destacou que não houvera qualquer recurso, por parte do Governo Federal, com relação ao plano decenal aprovado pelo CBHSF, órgão que se constitui como: “um espaço privilegiado que possibilitaria a concretização dessa gestão descentralizada e participativa”. Sobre a apreciação do projeto, Ana Cacilda posicionou-se da seguinte forma:

declarou que a aprovação do Projeto na forma apresentada pelo Ministério da Integração Nacional, com previsão de usos para insumo de produção, para irrigação, para carcinicultura, seria um contraponto ao aprovado pelo CBH-SF e que, se isto ocorresse, estar-se-ia atropelando uma instância importantíssima do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (CNRH, 2005b: 04).

Além disso, pontuou alguns momentos em que esteve evidente o posicionamento contrário da sociedade civil:

nas audiências públicas realizadas pelo CBH-SF teriam ocorrido manifestações unânimes contrárias ao Projeto na forma em que ele se apresentava. Frisou também que na audiência pública recentemente realizada em Fortaleza - CE, a sociedade civil também teria se apresentado contrária a este projeto em sua forma proposta. Solicitou que se a Plenária do CNRH levasse em conta, para sua tomada de decisão, os resultados dessas consultas públicas. Por fim, chamou a atenção dos conselheiros para a questão indígena, afirmando que neste projeto seriam atingidas populações indígenas, que teriam seus direitos protegidos pela Constituição Federal – CF, de 1988. Concluiu dizendo ao plenário que o problema nas regiões potencialmente receptoras dessa obra da transposição seria muito mais de uma lógica da gestão dos recursos hídricos, com privilégios para a agricultura irrigada e a carcinicultura, e que, portanto, não havia previsão de que essas águas chegassem à população sedenta do Nordeste, sendo necessário, portanto, a abordagem de outros modelos de desenvolvimento e de convivência com o semi-árido (CNRH, 2005b: 04)

³⁸⁶ Instituição integrante do Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco.

Também lembrou que durante Conferência Nacional de Meio Ambiente³⁸⁷ – convocada com caráter deliberativo pelo Ministério do Meio Ambiente – foi aprovada uma moção de repúdio e uma deliberação de proibição da transposição de águas do rio São Francisco.

Outro setor presente durante a reunião foi o setor dos irrigantes, representado por José Cisino Menezes, que destacou a existência de muitas questões a serem discutidas no projeto proposto, principalmente a questão da operação das águas. Ele ainda

indicou que o projeto apresentado pelo Ministério da Integração Nacional admitia valores discutíveis de evaporação e infiltração, uma vez que no nordeste ocorreria uma evapotranspiração elevada e com isso, ao se transportar água por mais de 400 km, como no caso do Eixo Norte, deveria ser mais bem discutida, por exemplo, a perda considerada de apenas 7% por infiltração. Outro ponto relevante, prosseguiu, seria o preço do produto, uma vez que a inexistência de um mercado que compensasse sua venda não justificaria sua produção (CNRH, 2005b: 04).

A Promotora de Justiça do Estado da Bahia, Luciana Khoury destacou a existência de um conflito³⁸⁸ no uso das águas tramitando no CBHSF, ao mesmo tempo em que concordou com Ana Cacilda sobre a necessidade da anuência das comunidades indígenas afetadas, as quais não teriam sido ouvidas, afirmando que: “o §6º, art. 231, da CF-1988, preconizaria que todos os atos deliberados em terras indígenas seriam considerados nulos se não ocorresse essa apreciação prévia” (CNRH, 2005b:05).

A Promotora Luciana Khoury entregou à Secretária Executiva do CNRH um texto com recomendações, no qual solicitava que a deliberação sobre o projeto em questão somente ocorresse após as seguintes exigências:

autorização do Congresso Nacional; a oitiva das comunidades indígenas afetadas; a decisão do Procedimento Administrativo nº 01/2004, do CBHSF, referente ao conflito pelo uso das águas; a apreciação dos seus impactos ambientais pelo órgão licenciador; a apreciação no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH, para que houvesse um aprofundamento nas discussões sobre a deliberação e para a efetiva tutela ambiental dos recursos hídricos, pelas razões trazidas no corpo da recomendação e ainda para que, em qualquer tempo, fosse observada sua compatibilidade com as normas de recursos hídricos (CNRH, 2005b: 05).

Além disso, a promotora informou que o Projeto seria objeto de questionamento de uma ação civil pública intentada pelo Ministério Público Federal, Ministério Público

³⁸⁷ Sobre esta Conferência, ver Capítulo 03, item 3.2. “O projeto de transposição como catalisador de movimentos sociais: posicionamento político e suas estratégias políticas”.

³⁸⁸ Sobre este conflito, ver Capítulo 02, item 2.4.2. Sobre o processo Administrativo nº 001/2004.

do Estado da Bahia e todas as entidades da sociedade civil integrantes do Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco.

Outro conselheiro que apresentou posicionamento crítico à aprovação do projeto na ocasião dessa reunião foi Manfredo Pires Cardoso, do CERH-BA:

diante das controvérsias apresentadas nessa reunião do CNRH, seria leviandade dizer que teria sido possível uma visão perfeita do Projeto apresentado pelo Ministério da Integração Nacional. Disse acreditar que qualquer deliberação decidida nessa reunião seria uma violência aos segmentos ali representados e um retrocesso no processo democrático (CNRH, 2005b: 07).

O então Deputado Federal Jorge Khoury, que também ocupava a função de Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, esclareceu que o governo federal teria toda a legitimidade para decidir sobre os projetos que pretendia realizar no seu período de governo e, sendo assim, o Estado da Bahia não contestava a prioridade que o Ministério da Integração dava ao projeto de transposição. Entretanto, ressaltou que:

um projeto tão polêmico como este exigiria um cuidado maior. Portanto, reforçando a necessidade da discussão, propôs que o debate fosse encaminhado às câmaras técnicas do CNRH, acreditando que tal fato não se constituiria em uma dificuldade para o cronograma pretendido. Dessa forma, apelou aos conselheiros, seriam mais bem discutidos os números apresentados, contribuindo para que se tivesse uma proposta mais bem equacionada que pudesse atender toda a população não só do nordeste setentrional, mas também da própria bacia (CNRH, 2005b: 07).

Outro conselheiro que se posicionou de forma crítica à deliberação do projeto foi Francisco Carlos Castro Lahóz, do seguimento dos consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas. Ele informou que posteriormente à XV Reunião Extraordinária do Conselho, ocorrida no dia 30 de novembro de 2005, foi expedido um documento pelo Coordenador do Fórum dos Comitês e encaminhado à Ministra do Meio Ambiente e às demais autoridades, solicitando a retomada de “imediato diálogo e a busca de consenso à exaustão” que privilegiasse o processo de negociação e integridade características do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), em fase de implantação no país. O conselheiro apontou que:

a gestão de recursos hídricos significaria, acima de tudo, negociação e administração de conflitos. Disse entender que, embora o processo não tenha passado pelas Câmaras Técnicas do CNRH, o que daria segurança a essa Plenária, deveria ser aberta uma última tentativa de negociação, interrompendo essa reunião por uma hora, ou por alguns dias, procurando-se evitar que, ao final desse processo, existissem vencedores ou vencidos (CNRH, 2005b: 07).

É fundamental destacar a fala de José Carlos de Carvalho em relação ao fato de que a gestão de recursos hídricos seria, em sua natureza, um processo de gestão de conflitos, iniciada, no caso debatido, como a proposição de uma pactuação no âmbito da bacia, cuja mediação teria saído da esfera do CBHSF para se instalar na esfera do CNRH. Portanto, seria natural esperar que o Conselho estabelecesse

um processo de mediação de conflito, se abstendo de decidir de uma maneira extremamente rápida, que não permitiria a plenitude desse processo. Considerou ser extremamente importante que um empreendimento de um bilhão e quinhentos milhões de dólares pudesse ser executado sem que nenhuma dúvida pairasse em relação aos seus objetivos (CNRH, 2005b: 08).

O Deputado Augusto Bezerra afirmou que a população dos estados de Sergipe e Alagoas sofreriam ainda mais as consequências do processo de degradação do rio. Ele solicitou, então, uma reflexão aos conselheiros, pois

segundo ele, fora provado nessa reunião do CNRH que não haveria água para a efetivação do Projeto. Disse que nesse momento democrático seria importante lembrar que, conforme a Lei nº 9.433, de 1997, um plano de bacia definiria as prioridades de uso da água de uma bacia, o que já teria ocorrido no caso do CBH-SF, com a indicação do uso externo de suas águas apenas para o abastecimento humano e a dessedentação de animais, ficando o uso para produção restrito internamente. Destacou que o representante do Estado do Rio Grande do Norte dissera que a água que para lá fosse seria destinada para a criação de camarão e para a fruticultura, portanto, não para o abastecimento humano, e que dessa forma, essa questão legal precisaria ser considerada pela ANA quando da emissão da outorga para o Projeto. Por isso, ratificou seu pedido de reflexão aos conselheiros, considerando a seriedade do assunto e a desobediência à Lei por ele evidenciada (CNRH, 2005b: 10).

Outro conselheiro que manifestou desconforto com a deliberação em curso foi Maurício Garcia, representante do Ministério da Educação, que participara de diversas reuniões do CBHSF. Ele ressaltou

a responsabilidade dos conselheiros nesse processo deliberativo e apresentou uma proposta para análise da matéria: tendo em vista as afirmações trazidas nessa plenária sobre a exequibilidade do Eixo Leste e as manifestações contrárias ao Eixo Norte, porque não se conduzir a deliberação em separado para cada um deles. Concluiu dizendo que sua proposta deveria ser submetida à apreciação inicial do Ministério da Integração Nacional (CNRH, 2005b: 12).

A representante da indústria, Cristina Yuan, afirmou que a reunião estaria atropelando o histórico de construção da Política Nacional de Recursos Hídricos, pois

os conselheiros haviam recebido uma massa de informações que propiciaria um maior conhecimento do Projeto, mas que, ao mesmo tempo, puderam perceber a existência de muitas dúvidas e conflitos relacionados às informações e aos conceitos. Expôs sua concordância com a competência do CNRH para decidir sobre o Projeto, destacando, porém, sua composição de cinquenta por cento mais um de membros do governo federal, cujos representantes teriam sido responsáveis pela aprovação do requerimento de urgência para essa matéria e, conseqüentemente, pelo impedimento de sua análise pelas Câmaras Técnicas do Conselho. Disse ainda que, como representante das indústrias, participante desse processo de gestão participativa e descentralizada, tão bem defendido pelo governo federal, não poderia aceitar essa forma de encaminhamento. Tendo em vista a massa de informações recebida, expôs seu posicionamento contrário à deliberação sobre o Projeto nessa reunião do CNRH (CNRH, 2005b: 12).

A questão da importância do caráter democrático esteve presente em diversos pronunciamentos. Um dos conselheiros a destacar essa questão foi o representante das organizações de ensino e pesquisa, Francisco Assis de Souza Filho: “a discussão do Projeto em questão, independente do processo de aprovação em andamento no CNRH, deveria contribuir com o processo democrático brasileiro” (CNRH, 2005b: 13).

Compreendemos que houve algumas discordâncias com relação à deliberação em caráter de urgência sobre a viabilidade hídrica e conseqüentemente sobre a aprovação do projeto de transposição. Neste caso, alguns membros apontavam que seria necessário um maior debate a respeito do projeto, pois existiam ainda lacunas sobre a compreensão dele. Para tanto, alguns conselheiros solicitaram o encaminhamento para apreciação pelas câmaras técnicas, outros ainda questionavam a legitimidade do caráter de urgência para a realização da deliberação durante esta reunião. A esse respeito, a então Ministra do Meio Ambiente fez questão de esclarecer

o quão era importante a reunião que ali se realizava, certificando que em todas as colocações não havia sido negada a legitimidade do CNRH em deliberar sobre o tema. Disse que isso, por si só, já se constituiria num avanço do processo de gestão de recursos hídricos, na forma de gestão democrática, compartilhada e na determinação firme do MMA, responsável pela Política Nacional de Recursos Hídricos, em implementar as suas diretrizes de política ambiental. Enfatizou que nesse debate estariam presentes pelo menos três dessas diretrizes, sendo a primeira a do controle da participação social em espaços legítimos e democraticamente instituídos para isso, onde se situariam os vários Conselhos, inclusive este, que fora ampliado de 29 membros para 57, em atendimento a uma demanda da sociedade (CNRH, 2005b: 08).

Marina Silva também evidenciou, que os dois Ministérios envolvidos com a questão, ou seja, tanto o Ministério do Meio Ambiente, quanto o Ministério da Integração Nacional haviam realizado diálogo com o CBHSF, referindo-se ao processo de elaboração do Plano de Bacia:

foram envidados esforços no âmbito do MMA, com a participação de todos os atores, conforme mencionado pelo Sr. Marcelo Ásfora, em um processo aberto, democrático e participativo, buscando o melhor da competência estabelecida nesse país, para que se pudesse pensar e elaborar o Plano da Bacia do rio São Francisco, através do suporte técnico da ANA (CNRH, 2005b: 09).

Ela explicou o processo de diálogo no que se refere ao debate sobre o Plano de Bacia, relatando a concessão do prazo de seis meses para a elaboração e, posteriormente, a realização de duas reuniões, uma em Juazeiro (BA) e outra em Salvador (BA), nas quais, com a participação de diferentes setores da sociedade, pôde-se chegar à conclusão de que

não bastaria o seu Plano de Bacia, mas que seria preciso que fosse pensada uma estratégia maior para o semi-árido brasileiro. Para tanto, disse, levantando-se o conjunto de ações e as prioridades existentes por parte da sociedade, dos governos locais, dos governos estaduais, da União, verificou-se a possibilidade de se ter um programa de desenvolvimento para o semi-árido brasileiro, aquiescendo-se mais uma vez a uma sugestão do CBH-SF, no sentido de que deveria ser proposta uma estratégia mais ampla para o semi-árido, que se configuraria num programa de desenvolvimento sustentável para essa região tão importante do país (CNRH, 2005b: 09).

Marina Silva também declarou que acolhera a sugestão do CBHSF, o qual

indicava a necessidade de uma reunião específica para deliberar sobre a matéria. Isso feito, disse, foi providenciado no mês de novembro passado o agendamento de reunião conforme proposto, a qual, por decisão judicial, não se realizara. Avaliou que, portanto, estaria sendo agora realizada essa terceira tentativa de deliberar sobre a matéria (CNRH, 2005b: 10).

Além disso, sublinhou que fizera todo esse esforço em respeito ao Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e

porque acreditava na consolidação e no aperfeiçoamento do seu processo de implantação e também, pela sua absoluta certeza de que as contribuições e os esforços realizados pelos agentes governamentais ou não governamentais e do mundo acadêmico deveriam ser aqui acolhidos, contando com o relevo que se faria necessário para que não pairassem dúvidas quanto à legitimidade e ao caráter democrático do processo (CNRH, 2005b: 10).

Contudo, afirmou ter certeza de que esse processo acolheu as várias contribuições, logo, nesse caso, o “Conselho seria soberano para deliberar sobre aquilo que lhe é apresentado. Salientou que essa Presidência estaria encaminhando o processo de tramitação dessa matéria de acordo com a deliberação do Conselho, que seria soberano para tanto” (CNRH, 2005b: 10).

Apesar de Marina Silva ter sido, na ocasião, autoridade no Conselho como Presidente deste órgão e também Ministra do Meio Ambiente, portanto, a responsável pela assinatura de qualquer decisão tomada junto a essa instância institucional, não esteve presente até o final da reunião, ausentando-se, inclusive no momento de deliberação da proposta.

4.3.1. Sobre a votação: “deliberação sobre a proposta de Resolução que aprova o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

Estiveram presentes durante a votação 48 conselheiros votantes, o que se caracterizou quórum deliberativo do CNRH. O processo de votação foi definido como nominal a pedido de uma das conselheiras, Ninon Machado, que justificou da seguinte forma:

Antes de dar início ao processo de discussão e votação da deliberação, a Sra. Ninon Machado foi à tribuna e disse que, tendo em vista a gravidade do momento e o seu lado histórico, somado à responsabilidade pessoal de cada um dos conselheiros e também no sentido de salvaguardar futuras responsabilidades atribuídas aos votantes, solicitava à plenária que a votação se fizesse nominalmente, por entidade e por segmento (CNRH, 2005b: 13).

Não houve posicionamento contrário à proposta de voto declarado. Dessa forma duas propostas de emendas substitutivas à proposta de resolução exposta foram colocadas antes da votação. A primeira foi encaminhada pelo conselheiro Shelley Carneiro que propunha uma nova redação da seguinte forma:

Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico referente ao eixo leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério de Integração Nacional, para o abastecimento humano e a dessedentação animal, condicionado à implantação de amplo programa de desenvolvimento sustentável na totalidade do semi-árido brasileiro e da bacia hidrográfica do rio São Francisco, com prazos definidos, metas e recursos financeiros assegurados. Art. 2º A aprovação de que trata o artigo 1º dessa Resolução está condicionada à obtenção e cumprimento, pelo empreendedor, dos termos constantes do licenciamento ambiental e da outorga do direito de uso dos recursos hídricos, bem como de outras licenças, autorizações e exigências legais. Art. 3º Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação (CNRH, 2005b: 13).

Por sua vez, o segundo Conselheiro, Manfredo Cardoso, disse:

a forma proposta para a Resolução estaria levando o CNRH a romper com as normas institucionais que regeriam o sistema de recursos hídricos. Apresentou em seguida a seguinte proposta de redação para os artigos da proposta de

Resolução: “Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional. §1º O aproveitamento referido no caput estará condicionado ao atendimento das prioridades e critérios de outorga para usos externos constantes no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco. Art. 2º A aprovação de que trata o artigo 1º desta Resolução está condicionada à obtenção e ao cumprimento pelo empreendedor dos termos constantes do licenciamento ambiental e da outorga do direito de uso dos recursos hídricos, bem como de outras licenças, autorizações e exigências legais. Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação (CNRH, 2005b: 13-14).

Cabe ressaltarmos algumas indagações por parte dos participantes. A conselheira Patrícia Boson questionou a “ausência de referência à Resolução do CBH-SF que trata da questão, tendo em vista que o CNRH não poderia deliberar em contrário a uma decisão do Comitê”.

A Conselheira Shelley Carneiro, do CERH-MG, reforçou seu posicionamento de que “o aproveitamento hídrico do Projeto deveria estar condicionado à Nota Técnica apresentada pela ANA, fundamento daquilo que estaria sendo decidido, o que precisaria estar claro na deliberação do CNRH” (CNRH, 2005b: 14).

Como consta na Ata da Reunião, apesar de terem sido expostas cinco propostas de emendas, das quais duas foram apresentadas pela Conselheira Patrícia Boson, uma por Shelley de Souza, uma por Manfredo Cardoso e outra por José Machado. A votação da deliberação apresentada pelo Ministério da Integração Nacional ocorreu sem prejuízo das emendas introduzidas.

Segundo documento oficial, após a conferência da presença de quórum deliberativo, houve a votação e foram contabilizados 36 (trinta e seis) votos favoráveis à aprovação da proposta de resolução apresentada pelo MMI, dois votos contrários e 10 abstenções. O procedimento aconteceu de forma nominal, conforme visualizaremos nos quadros a seguir, com os setores e seus respectivos votos.

Como podemos observar nas informações contidas no quadro abaixo, 27 votos são de Órgãos do Governo Federal, a maioria deles dos Ministérios e também Secretarias Especiais. Outros 06 votos são de Órgãos Estaduais que não pertencem à Bacia do rio São Francisco; é importante destacarmos o voto do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, todos beneficiários do projeto de transposição. Além dessas Secretarias, também votou a favor a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Piauí, que possui interesse na transposição por conta de uma hipótese de ampliação da transposição com a construção de um canal que

beneficiária esse estado. Cabe salientarmos os dois votos favoráveis das Concessionárias Autorizadas de Geração de Energia, que são vinculadas à CHESF, setor que se posicionou favorável à transposição junto ao CBHSF.

Votos Favoráveis	
n. Setores	Representantes
01 Ministério da Fazenda	Sr. Eugênio Messer Rybalowsky
02 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Sr. Gerson Ricardo Narciso
03 Ministério das Relações Exteriores	Sr. Bernardo Paranhos Velloso
04 Ministério dos Transportes	Sr. Luiz Eduardo Garcia
05 Ministério da Educação	Sr. Maurício Dutra Garcia
06 Ministério da Justiça	Sr. Carlos Eugênio Timo Brito
07 Ministério da Saúde	Sr. Johny Ferreira dos Santos
08 Ministério da Cultura	Sr. Aloísio Guapindaia
09 Ministério do Desenvolvimento Agrário	Sr. Márcio Hirata
10 Ministério das Cidades	Sra. Maria Carmem Germano Braga
11 Ministério da Integração Nacional	Sr. João Lúcio Farias de Oliveira
12 Ministério da Integração Nacional	Sr. Hypérides Pereira de Macedo
13 Ministério da Defesa	Sr. Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkies

14	Ministério da Defesa	Sr. José Antônio Prado da Silva
15	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Sr. Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos
16	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Sr. Demétrio Florentino de Toledo Filho
17	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Sr. Luiz Novaes de Almeida
18	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Sr. Antônio Eduardo Guimarães dos Reis
19	Ministério da Ciência e Tecnologia	Sr. Sanderson Alberto Medeiros Leitão
20	Ministério do Meio Ambiente	Sr. Júlio Thadeu Silva Kettelkut
21	Ministério do Meio Ambiente	Sr. José Machado
22	Ministério do Meio Ambiente	Sr. Weber de Avelar Silva
23	Ministério de Minas e Energia	Sr. Eduardo de Freitas Madeira
24	Ministério de Minas e Energia	Sr. Miguel Antônio Cedraz Nery
25	Ministério de Minas e Energia	Sr. Gualter de Carvalho Mendes
26	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	Sr. João Donato Scovo Filho
27	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres	Sra. Teresa Cristina Nascimento Sousa
28	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins	Sr. Lívio William Reis de Carvalho

29	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo	Sr. Ruy Brasil Assis
30	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Ceará	Sr. Ednardo Rodrigues
31	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba	Sr. Francisco Xavier Monteiro da Franca
32	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte	Sr. Josemá de Azevedo
33	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Piauí	Sr. Dalton Melo Macambira
34	Irrigantes	Sr. Jairo dos Santos Sousa
35	Concessionárias Autorizadas de Geração de Energia	Sr. Mozart Bandeira Arnaud
36	Concessionárias Autorizadas de Geração de Energia	Sr. José Eduardo Costanzo

Quadro 04: Demonstração dos Votos Favoráveis à aprovação da Recomendação de Disponibilidade Hídrica do rio São Francisco para bacias externas.

Fonte: Informações extraídas da Ata da XV Reunião Extraordinária do CNRH. Elaboração do quadro feita pela autora desta tese.

No quadro abaixo, observamos que os dois votos contrários são de membros que, durante a reunião, questionaram a legitimidade da votação acontecer durante essa reunião extraordinária sem haver um tempo para a reflexão e o debate sobre a questão. Como foi o caso de Shelley de Sousa Carneiro, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, estado contrário ao projeto de transposição.

Votos Contrários		
n.	Setores	Representantes
01	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	Sra. Shelley de Sousa Carneiro
02	Irrigantes	Sr. Wilson José Valentini

Quadro 05: Demonstração dos Votos Contrários à aprovação da Recomendação de Disponibilidade Hídrica do rio São Francisco para bacias externas.

Fonte: Informações extraídas da Ata da XV Reunião Extraordinária do CNRH. Elaboração do quadro feita pela autora desta tese.

No próximo quadro, podemos verificar que a maior parte das abstenções foi por parte dos representantes da sociedade civil ou usuários, somando-se 10 abstenções. Merecem destaque algumas justificativas feitas pelos conselheiros, as quais serão apresentadas nos parágrafos seguintes.

A conselheira Ninon Machado justificou sua abstenção pelo fato de compreender não ter havido o “atendimento às normas regimentais do CNRH, e não oitiva das câmaras técnicas competentes”. Ademais, destacou a necessidade de se repensar o CNRH, para o qual convocou todos os segmentos, além do Governo Federal, na busca do atendimento ao caráter nacional do CNRH. Observou que a condição de maioria do Governo Federal na composição do Conselho tornaria inviável qualquer tentativa de pacto no seu âmbito para a gestão dos recursos hídricos. Já o Conselheiro Nelson Pereira, da Indústria, justificou seu voto dizendo que, “tendo em vista as controvérsias geradas pelas informações técnicas apresentadas, entendia que o Projeto e a proposta de Resolução deveriam ser remetidos à apreciação das Câmaras Técnicas do CNRH, com posterior retorno a esse Plenário”. A Conselheira Cristina Yuan justificou sua opção pela abstenção por discordar do processo adotado para deliberação sobre o Projeto.

Abstenções		
n.	Setores	Representantes
01	Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Sr. Walder Suriani
02	Hidroviários	Sr. Hernani Goulart Fortuna
03	Indústria	Nelson Pereira dos Reis
04	Indústria	Sra. Maria Cristina Yuan
05	Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas	Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz
06	Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas	Sr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre

07	Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa	Sr. José Nilson Beserra Campos
08	Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa	Sra. Ingrid Illich Muller
09	Organizações Não Governamentais	Sra. Ninon Machado de Faria Leme Franco
10	Organizações Não Governamentais	Sr. Antônio Francisco Evangelista de Souza

Quadro 06: Demonstração das Abstenções à aprovação da Recomendação de Disponibilidade Hídrica do rio São Francisco para bacias externas.

Fonte: Dados extraídos da Ata da XV Reunião Extraordinária do CNRH. Quadro elaborado pela autora desta tese.

Analisando de forma precisa os votos acima, entendemos que a aprovação foi realizada por parte dos setores institucionais, ou seja, pelo poder público federal. Nesse sentido, entendemos que não é possível afirmar que houve uma participação igualitária e democrática. Podemos compreender melhor a situação ao observarmos o gráfico abaixo:

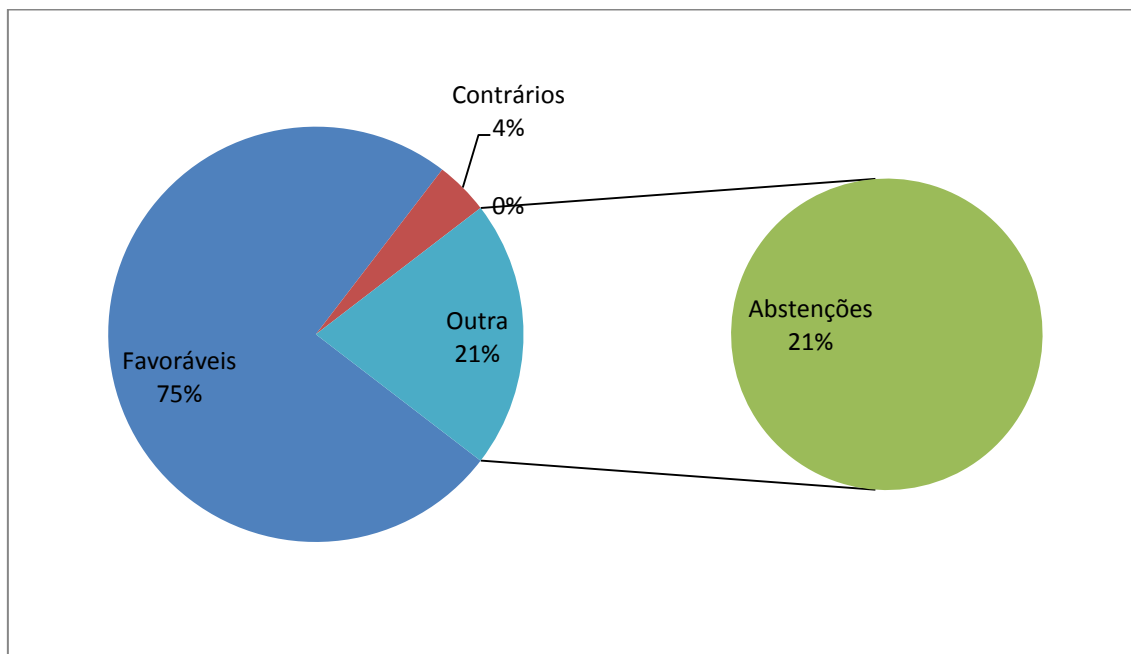


Gráfico 01. Distribuição dos votos por setores do CNRH

Fonte: Dados extraídos Ata da XV Reunião Extraordinária do CNRH. Elaboração da autora desta tese.

Como exposto no gráfico acima, 75% dos membros participantes dessa reunião extraordinária foram favoráveis à aprovação da recomendação de disponibilidade hídrica do rio São Francisco para o projeto de transposição, enquanto 04% foram contrários e 21% declararam abstenções com justificativa. Observando os dados da tabelas abaixo, compreendemos que, dos votos favoráveis, 97% são de responsabilidade de representantes do governo, a maioria deles do Governo Federal. Podemos notar que, com relação aos representantes da sociedade civil, a opinião estava dividida, apesar de apenas dois votarem contrários à aprovação da recomendação, os demais, ao absterem seus votos e justificá-los, demonstraram principalmente que havia a necessidade de um maior diálogo sobre a questão antes que esta fosse levada à votação junto ao CNRH.

Tabela 01: Porcentagem dos votos dos Representantes da Sociedade.

		VOTOS	PORCENTAGEM
SOCIEDADE	Favoráveis	09	45%
	Contrários	02	10%
	Abstenções	09	45%

Fonte: Dados da Ata da VX Reunião Extraordinária do CNRH. Elaboração da tabela feita pela autora da tese.

Tabela 02: Porcentagem dos votos dos Representantes do Governo

		VOTOS	PORCENTAGEM
GOVERNO	Favoráveis	36	97%
	Contrários	00	-
	Abstenções	01	3%

Fonte: Dados da Ata da VX Reunião Extraordinária do CNRH. Elaboração da tabela feita pela autora da tese.

Como já exposto, entendemos que todo o debate realizado durante essa reunião deixa claro que ainda existiam lacunas a serem debatidas: nem todos os envolvidos estavam satisfeitos com os esclarecimentos e não havia uma certeza confiável sobre a segurança e viabilidade deste projeto.

Embora a contagem dos votos mostrasse que a maioria dos conselheiros concordou com a aprovação do documento da ANA sobre a viabilidade hídrica do rio São Francisco para o projeto de transposição, podemos verificar que todos os votos de

apoio são de conselheiros vinculados a órgãos públicos governamentais. Os demais votos, contrários ou abstenções, são, em sua maioria, de conselheiros que representam a sociedade civil. Diante desse quadro, podemos compreender que não houve legitimidade da aprovação por parte da sociedade civil; essa legitimidade se deu exclusivamente por parte do governo federal.

4.4 Das Velhas às Novas elites: a transposição do rio São Francisco e os interesses políticos na região nordestina

O projeto de transposição do rio São Francisco envolveu diversos atores sociais como foi possível observar ao longo deste trabalho. No âmbito da política institucionalizada, podemos identificar os atores envolvidos, assim como seus interesses e as contradições presentes no debate em torno do projeto de transposição. Por um lado, verificamos a reivindicação de um diálogo mais amplo por parte de alguns atores e, por outro, o esforço em obter uma rápida legitimação da sociedade para a aprovação do projeto.

No âmbito dos atores sociais da região interessada, ou seja, com relação aos políticos dos estados nordestinos que estiveram envolvidos diretamente com a questão da transposição, podemos estabelecer um panorama geral com o objetivo de iniciarmos essa reflexão.

No quadro abaixo, encontram-se os posicionamentos dos dirigentes políticos dos estados envolvidos, isto é, indicamos o posicionamento de cada um dos governadores que exerciam tal posto à época do debate em torno do projeto de transposição, para, em seguida, analisarmos tais posicionamentos.

ESTADO	Governador	Partido	POSICIONAMENTO	
			Favorável	Contrário
ALAGOAS	Ronaldo Lessa	PDT	(obs) ³⁸⁹	
BAHIA	Paulo Souto	PFL		X
CEARÁ	Lúcio Alcântara	PSDB	X	
MINAS GERAIS	Aécio Neves	PSDB		X
PARAÍBA	Cássio Lima	PSDB	X	
PERNAMBUCO	Jarbas Vasconcelos	PMDB	(obs) ³⁹⁰	

³⁸⁹ Houve mudança no posicionamento.

RIO GRANDE DO NORTE	Freire e Wilma Faria	PPB/PSB	X
SERGIPE	João Alves Filho	PFL	X

Quadro 07: Posicionamento dos governos dos Estados envolvidos no projeto de transposição.
Fonte: Quadro elaborado pela autora desta tese.

Ronaldo Lessa foi governador de Alagoas filiado ao PDT e posicionava-se, inicialmente, contrário ao projeto de transposição, o que podemos identificar como um posicionamento coerente, já que o estado de Alagoas pertence à região do Baixo São Francisco. Juntamente com o estado de Sergipe, é acometido por graves problemas ambientais decorrentes principalmente do represamento das águas do rio São Francisco por parte de todas as hidrelétricas que foram construídas em seu curso. Entretanto, Ronaldo Lessa modificou sua opinião sobre o projeto, após uma negociação com o governo federal, como podemos observar na seguinte notícia³⁹¹: “Lessa agora condiciona o seu apoio à construção do Canal do Sertão Alagoano, que implica retirar água de um braço do São Francisco para abastecer projetos de irrigação e consumo humano”.

O Canal do Sertão não faz parte do projeto de transposição do rio São Francisco, pois a sua construção não está relacionada à estrutura do projeto de transposição, uma vez que não há nenhuma ligação entre os eixos norte e leste do projeto. O Canal do Sertão³⁹², portanto, é uma captação de água independente do projeto; trata-se da construção de um canal de captação de água do rio São Francisco, construído a partir do rio no município de Delmiro Gouveia (AL), percorrendo diversos municípios até Arapiraca (AL), como podemos observar na figura a seguir:

³⁹⁰ Houve mudança no posicionamento.

³⁹¹ ENTRE doadores e receptores, Nordeste se divide. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200502.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

³⁹² Quando concluída, a sua capacidade de captação será de até 32 m³/s e visa atender a 850 mil habitantes do sertão e agreste alagoano num trecho de 250 km de extensão.

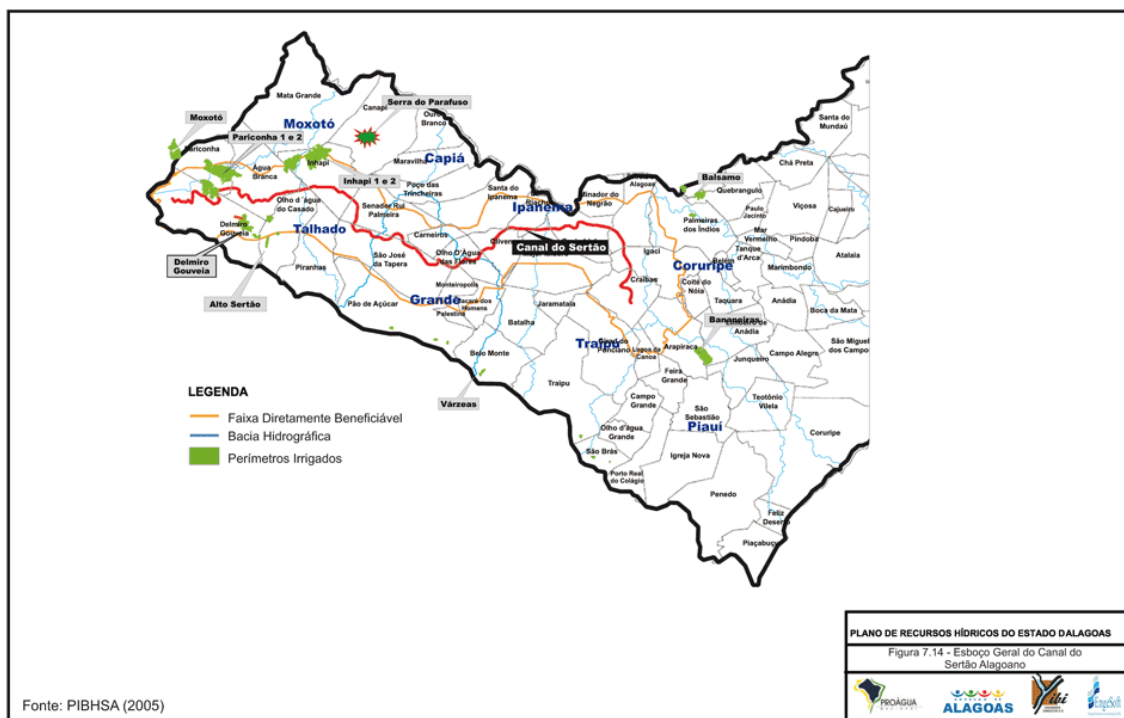


Figura 05: Esboço Geral do Canal do Sertão Alagoano

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos de Alagoas. Disponível em: <http://perh.semarh.al.gov.br/mapas/egcsa/egcsa.htm>

Tal obra é parte do Programa de Aceleração do Governo Federal (PAC) em conjunto com o Governo do Estado de Alagoas. Segundo Vieira et al. (2008), o objetivo da construção do canal do sertão alagoano é promover o desenvolvimento socioeconômico do Sertão e Agreste Alagoanos que abrange seis microrregiões, totalizando 42 municípios, onde será aumentada a disponibilidade dos recursos hídricos para serem utilizados em diversas atividades, tais como: abastecimento humano, dessedentação animal, agricultura irrigada, pecuária e aquicultura, agroindústria, mineração, turismo e lazer.

A negociação de Ronaldo Lessa foi concluída ainda em 2005, quando, no mês de novembro, o Governo Federal liberou R\$ 100 milhões para a construção do Canal do Sertão Alagoano após uma reunião do Governador com o Presidente Lula, como podemos observar na seguinte fala de Ronaldo Lessa, que foi noticiada por um jornal³⁹³ de Alagoas: “Não tenho motivo para duvidar do presidente, ele (Lula) foi muito atencioso e disse na minha vista que a obra do Canal do Sertão era prioridade”.

³⁹³ LESSA anuncia R\$100 milhões para o Canal do Sertão. **Alagoas 24 horas**. Maceió (AL), 29 de novembro de 2005. Disponível em: www.alagoas24horas.com.br/832049/lessa-anuncia-r-100-milhoes-para-o-canal-do-sertao/ Acesso em 10 de outubro de 2016.

Paulo Souto, que foi governador da Bahia pelo PFL, dividia a mesma opinião que Antônio Carlos Magalhães, político tradicionalmente influente no estado da Bahia. Ambos defendiam a ideia de que o projeto de transposição deveria passar por votação no Congresso. Segundo notícia da Agência do Senado, do dia 04 de outubro de 2005,

O senador argumentou que a transposição do Rio São Francisco precisa ser autorizada pelo Congresso Nacional, tendo em vista que, segundo ele, um dos pontos em que será captada a água do rio localiza-se a cem metros de uma reserva indígena. De acordo com a Constituição, no artigo 49, é competência exclusiva do Congresso “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.”³⁹⁴

Além da argumentação com relação à questão indígena, Antonio Carlos Magalhães também considerava a transposição “inútil e dispendiosa, servindo para beneficiar apenas aos empreiteiros que depois beneficiarão os aliados do governo com doações de campanha”³⁹⁵.

Coerente ao posicionamento político de seu partido (PFL), Paulo Souto, assim como ACM, posicionou-se contrário ao projeto de transposição. Em uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, ele afirmou que

a única forma de se legitimar a transposição do rio São Francisco seria por meio de um pacto entre os estados que formam a bacia – Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Sergipe – e os que seriam beneficiados com as águas – Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.³⁹⁶

Outra crítica feita pelo então governador da Bahia foi com relação ao preço da água da transposição, como podemos observar a seguir:

Essa água que vai ser utilizada vai custar cinco ou seis vezes mais do que a água que hoje é usada para a irrigação, diz ele, que também critica a oneração dos Estados: “Esses R\$ 4,5 bilhões (gasto previsto para a primeira fase das obras) são só para a infra-estrutura principal. Daí em diante, todos os investimentos deverão ser de responsabilidade dos governos estaduais. A pergunta é se os Estados terão condições efetivas de arcar com isso”³⁹⁷.

³⁹⁴ ACM diz que transposição do rio São Francisco precisa ser autorizada pelo Congresso. **Agência Senado.** Da Redação. Brasília, 04 out. 2005. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/10/04/acm-diz-que-transposicao-do-rio-sao-francisco-precisa-ser-autorizada-pelo-congresso>

³⁹⁵ ACM diz que transposição do rio São Francisco precisa ser autorizada pelo Congresso. **Agência Senado.** Da Redação. Brasília, 04 out. 2005. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/10/04/acm-diz-que-transposicao-do-rio-sao-francisco-precisa-ser-autorizada-pelo-congresso>

³⁹⁶ PAULO Souto condena atuação do Governo no São Francisco. **Câmara dos Deputados Notícias.** Brasília, 28 abr. 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/65367.html>

³⁹⁷ ENTRE doadores e receptores, Nordeste se divide. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 09 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200502.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

Nesse sentido, Paulo Souto permaneceu contrário à obra, dividindo com ACM a opinião de que, por envolver interesses de diversos estados, o projeto deveria ter sido votado no Congresso Nacional.

Já o Estado do Ceará, como um dos interessados no projeto de transposição por ser um dos estados a ser beneficiado pela obra, teve no seu dirigente de Estado, à época Lúcio Alcântara (PSDB), a defesa: “Com a conclusão do Canal da Integração, que terá 255 quilômetros de extensão, o Ceará passa a ser o primeiro Estado com condições de receber as águas provenientes da transposição do rio São Francisco, comemora”.³⁹⁸

Um fato relevante com relação ao governador do Ceará e à população deste estado, foi o lançamento de uma Carta aberta dos cearenses em defesa do projeto de transposição. Lúcio Alcântara assinou essa carta juntamente com políticos³⁹⁹ da região e também entidades da sociedade civil. Segundo notícias de um jornal da região, essa carta foi lançada durante a preparação para um ato político em defesa da transposição, como podemos observar neste trecho da carta: “Conclamamos os irmãos cearenses para que juntos empunhemos a bandeira da justiça social, fazendo com que as águas do São Francisco sejam levadas a quem mais precisa”⁴⁰⁰.

Aécio Neves, na época governador do estado de Minas Gerais, posicionou-se contrário à transposição, em debate no Programa Roda Viva⁴⁰¹. Ele declarou que o estado de Minas Gerais é um dos principais responsáveis pelo rio São Francisco, pelo fato de sua nascente estar nele e, por isso, a postura do seu governo era de cobrar do governo federal investimentos para a revitalização do rio. Com relação à transposição afirmou que é necessária a revitalização, para depois haver a possibilidade de discussão sobre o projeto:

Deveria o governo fazer um enorme esforço de garantia dos recursos para revitalização do rio São Francisco. Só a partir daí é possível discutir uma

³⁹⁸ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide o Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

³⁹⁹ O então deputado Marcos Cals do PSDB, Edinaldo Ximenes que era Secretário de Recursos Hídricos do Estado, Chico Lopes (PCdoB), que era deputado e coordenador do Comitê Cearense, o diretor geral do Departamento de Obras Contra as secas, Eudoro Santana e o coordenador Comitê Paraibano em Defesa do Projeto Chico Lopes (PSB), Gislaine Landim (PSB) integrante do comitê cearense, José Maria Pimenta (PL), Caetano Guedes (PSDB), Gilberto Rodrigues (PHS).

⁴⁰⁰ CARTA dos cearenses a favor da transposição. **Diário do Nordeste**. Fortaleza (CE), 28 de outubro de 2005. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/carta-dos-cearenses-a-favor-da-transposicao-1.358981> Acesso em 10 de outubro de 2016.

⁴⁰¹ DEBATE transposição do rio São Francisco: A questão antiga continua dividindo opiniões e gerando discussões acirradas. **Roda Viva**. 10/10/2005. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/158/entrevistados/debate_transposicao_do_rio_s_ao_francisco_2005.htm

eventual transposição, que ainda é extremamente polêmica entre os próprios ambientalistas, num clima de harmonia. Eu temo que a pressa em se fazer essa obra possa acabar inviabilizando a própria revitalização do rio.

Proveniente de outro estado a ser beneficiado pelo projeto, o então governador da Paraíba Cássio Cunha Lima (PSDB) anunciou que

Pretende convencer os governadores dos outros estados a manifestarem apoio político à integração de bacias. Cássio vai aconselhar seus colegas a evitarem polêmicas que minem o projeto. “Trata-se de uma questão crucial para a região, que não pode ser minada por polêmicas dispensáveis”, observou Cássio.⁴⁰²

De acordo com uma notícia do Jornal da Paraíba⁴⁰³, durante uma reunião com José Alencar, Cássio Lima afirmou que a situação política era extremamente favorável para que o projeto de transposição fosse aprovado, pelo fato do presidente Lula ser um nordestino e conhecer a realidade da região.

Jarbas Vasconcelos, que foi governador de Pernambuco, o único estado, ao mesmo tempo, doador e receptor das águas da transposição do rio São Francisco, aliou-se aos governadores dos demais estados receptores ao apoiar o projeto de transposição, após uma negociação com o Governo Federal. Tal negociação foi noticiada pela Folha de São Paulo⁴⁰⁴ no dia 09 de outubro de 2005:

Antes de referendar seu apoio às obras, Jarbas cobrou garantias do governo Lula. Em agosto foi assinado um termo de compromisso que pode resultar em custos adicionais de R\$ 1 bilhão à obra, ao incluir no projeto a construção do Ramal do Agreste – canal que levará água do eixo leste para a região do agreste pernambucano – e a execução do projeto do Canal do Sertão Pernambucano. O Ministério da Integração Nacional afirma que o projeto ainda não é definitivo, mas está em fase de estudos. O governo pernambucano, no entanto, dá a obra como certa.

A então governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Lima, outro estado beneficiário do projeto, também afirmou seu total apoio, assim como destacou a obra como muito importante para o desenvolvimento sustentável, como podemos verificar no seguinte depoimento: “Essa água irá para duas importantes bacias, a do Piranhas-Açu e

⁴⁰² TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide o Nordeste. **Gazeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴⁰³ JOSÉ Alencar entrega até o final do mês projeto de transposição. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa (PB), 07 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/> Acesso em 10 de outubro de 2016.

⁴⁰⁴ ENTRE doadores e receptores, Nordeste se divide. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200502.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

a do Apodi-Mossoró, que responde por mais de 50% dos recursos hídricos do nosso Estado”, comemora.⁴⁰⁵

Wilma Lima destacou a importância da transposição para o seu Estado porque fornecerá “28,7 milhões de metros cúbicos de água”⁴⁰⁶, que serão usados “tanto para o consumo humano quanto para irrigação e perenização de outros rios da região”⁴⁰⁷.

João Alves Filho, que foi governador de Sergipe pelo PFL, foi e ainda é um dos políticos mais críticos ao projeto de transposição:

o governo Lula está vendendo uma farsa à população. Antes diziam que iam resolver a questão da seca, agora mentem dizendo que vão usar a água para consumo humano e animal. Primeiro, não é este o motivo da transposição. Segundo, estão gastando de forma irresponsável.⁴⁰⁸

João Alves faz uma crítica tanto no sentido técnico quanto no econômico e social. Para ele,

o projeto de transposição do rio São Francisco, além de repleto de falhas técnicas, está imerso em ilegalidades, podendo provocar o maior desastre econômico, social e ecológico do Brasil. Além da falta do Relatório de Impacto Ambiental da bacia do rio, imprescindível à aprovação de qualquer projeto que afete o meio ambiente, a transposição agride a Lei de Recursos Hídricos por contrariar critérios e prioridades do Comitê de Bacias do rio, pactuado com Estados banhados pelo São Francisco.⁴⁰⁹

Durante uma audiência pública realizada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Antônio Carlos Magalhães e João Alves Filho partilharam a mesma opinião com relação ao projeto. Ambos criticaram a decisão do Ministro Ciro Gomes em levar adiante o projeto de transposição. Enquanto João Alves exemplificou⁴¹⁰ ao então Ministro os problemas em executar uma transposição, ao sugerir ao Ministro que conhecesse a transposição do mar Aral na Rússia, Antônio Carlos Magalhães afirmou:

⁴⁰⁵ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide o Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴⁰⁶ JOSÉ Alencar entrega até o final do mês projeto de transposição. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa (PB), 07 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/> Acesso em 10 de outubro de 2016.

⁴⁰⁷ JOSÉ Alencar entrega até o final do mês projeto de transposição. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa (PB), 07 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/> Acesso em 10 de outubro de 2016.

⁴⁰⁸ ENTRE doadores e receptores, Nordeste se divide. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200502.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

⁴⁰⁹ TRANSPOSIÇÃO Insensata. **Folha de São Paulo**. Tendência/Debates. São Paulo, domingo 18 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1809200508.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

⁴¹⁰ TRANSPOSIÇÃO Insensata. **Folha de São Paulo**. Tendência/Debates. São Paulo, domingo 18 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1809200508.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

“Discordo do Ministro Ciro Gomes, porque se o rio fosse revitalizado, no futuro longínquo, poderia se pensar na transposição. Mas não agora, que seria danoso”⁴¹¹.

Os governadores que se posicionaram contrários ao projeto de transposição defenderam a suspensão do projeto após a sua aprovação no ano de 2005. Em uma reunião realizada em Belo Horizonte, Paulo Souto (PFL), Aécio Neves (PSDB) e João Alves Filho (PFL) declararam que “ao não ouvir os estados, o projeto fere a Federação. Assim como o comitê da bacia do São Francisco, eles querem que o rio seja revitalizado antes do início das obras de transposição”⁴¹².

Ambos buscaram barrar o projeto por vias legais. Segundo notícia da Folha de São Paulo⁴¹³, o governador de Sergipe procurou um grupo de defensores do rio, que pediu apoio para uma série de ações, sendo que a primeira resultou em liminar suspendendo o processo de licença ambiental. Além dessa ação, outra questionou a competência da Agência Nacional de Águas para decidir sobre o uso dos recursos do rio, o que gerou um pedido de uma auditoria de gastos ao Tribunal de Contas da União.

Os governadores dos estados considerados receptores das águas do projeto de transposição posicionaram-se favoráveis à execução da obra. Tais estados são Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, sendo que o último possui uma característica diferente dos demais estados, pelo fato de ser, simultaneamente, receptor e doador das águas do rio São Francisco, como mencionamos anteriormente. A esse respeito, cabe destacar que há fortes divergências políticas no estado de Pernambuco, pois alguns políticos da região de Petrolina, como foi o caso do ex-senador Osvaldo Coelho (PFL)⁴¹⁴, mantiveram posicionamento crítico à obra desde a época do debate até os seus últimos dias, como podemos observar na seguinte fala:

Quanto à transposição, eu nunca vi uma obra tão insensata, tão inoportuna e tão errada, certo? O São Francisco tem o poder de irrigar um milhão de hectares, só tem irrigado 300 mil, certo? [...] Então, a transposição no meu entender foi um ato de despreparo do Ciro Gomes e despreparo maior do Presidente da

⁴¹¹ ACM critica projeto de transposição na OAB. **Correio do Brasil**. Rio de Janeiro. 02 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.correiodobrasil.com.br/acm-critica-projeto-de-transposicao-do-sao-francisco-na-oab/>. Acesso em 09 out. 2016.

⁴¹² ESTADOS querem suspender projeto de transposição. **Estado de Minas Gerais**. 16 de junho de 2005. Disponível em: <https://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/arquivo/estados-querem-suspender-projeto-de-transposicao/>.

⁴¹³ ENTRE doadores e receptores, Nordeste se divide. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200502.htm>. Acesso em 10 out. 2016.

⁴¹⁴ Este senador que era filiado ao PFL dedicou 40 anos de sua vida à política e à defesa da irrigação na região do Vale do São Francisco. Faleceu em 2015, no dia 01 de novembro. Em julho do mesmo ano, realizei uma longa entrevista em sua residência, ocasião em que fez questão de repetir diversas vezes que sempre foi contrário à obra de transposição.

República que queria fazer uma obra pro nordeste e não quis saber de nada. [...] E tá essa obra desafiadora aí e etc. Na época em que se discutia isso, um técnico sugeriu: não é por aí, se quer chegar no Ceará, sai de Carolina no Maranhão, pega água sobrando do Tocantins e traz pro Ceará, sai mais barato tudo. Mas naquele tempo a pressa era inimiga da perfeição e queriam fazer de qualquer maneira. Então, tá posta aí a obra, é uma obra que é um elefante branco, ninguém sabe quanto vai custar essa água. A água é cara, a energia é cara certo? O rio tá precisando de cuidado. Ele está sendo agredido, porque uma obra dessa agride, entendeu? E então nós estamos na contramão. Então se você me pergunta sobre a transposição, eu lhe digo que é uma coisa errada, tá certo? Insensata, tá certo? [...] O governo desrespeitou o Comitê de Bacia e passou para uma posição nacional, o interesse nacional. Pernambuco tem 80% dos municípios da região semiárida, então toda ela precisando de água de um fator sem o qual nada cresce. Então Pernambuco tem 80% de semiárido e a Bahia que tem outro 80% de semiárido, certo? Esses dois estados passaram a ser doadores da água quando eles tavam precisando de ser recebedores d'água. Tá certo? Então a primeira inconveniência para o Pernambuco é que Pernambuco não tinha potência para doar água, porque a água do São Francisco era insuficiente para os seus projetos de irrigação e para suas terras irrigáveis, tá certo? E aí arbitrariamente o governo federal transforma Pernambuco que devia ser recebedor de águas, em doador de águas. Então minha posição básica de ser contra é porque Pernambuco não podia ser doador, porque essa água ia pra lá, esse dinheiro ia pra lá e os nossos patrícios daqui ficavam miseravelmente na base do caminhão pipa, certo? (Informação verbal)⁴¹⁵

Oswaldo Coelho afirma ser um defensor da irrigação para o semiárido nordestino como a única forma de desenvolvimento para aquela região, enfatizando que o Vale do São Francisco deveria ser prioridade. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados declarou que:

A própria irrigação nunca foi devidamente estimulada. Basta dizer que apenas 1 em cada 3 hectares irrigados na bacia do São Francisco é de iniciativa pública. Isso significa que o Poder Público faz o canal, que é pago pelos usuários – não há nada a fundo perdido. A iniciativa nunca contou com linhas de crédito adequadas à produção irrigada. É por isso que, na exportação de frutas, nosso País participa com insignificantes 120 milhões de dólares em um mercado mundial de mais de 60 bilhões de dólares (COELHO, 2003).

Para o ex-senador, é preciso que o governo federal invista mais na agricultura irrigada do Vale do São Francisco, que, por já desenvolver essa economia, possui um grande potencial de expansão, para dinamizar a economia e desenvolver a região.

Ao contrário de Oswaldo Coelho, o ex-prefeito do município de Cabrobó, Eudes Caldas, posicionou-se favorável ao projeto de transposição. Para ele, seu envolvimento foi para:

⁴¹⁵ Entrevista concedida Ex-Senador da Região de Petrolina. Entrevista n. 38. [jul 2015]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Petrolina (PE), 2015. 03 Arquivos. Filme do QuickTime (.MOV) 44'44". Arquivo Pessoal.

fazer com que esse projeto viesse a beneficiar direta e indireta o município de Cabrobó. Direta a vinda das empresas do consórcio que era responsável pela parte da captação, da fase inicial, né. Com a vinda do consórcio pra se estabelecer aqui no município o seu escritório canteiro central da obra e aí geraria emprego né. Geraria renda no comércio como um impulso nas atividades econômicas, o crescimento da atividade econômica, bem como as contribuições tributárias que adviriam do pagamento das medições existentes da obra. Então a gente procurou efetivamente desenvolver nesses aspectos pra que essas coisas fossem viabilizadas e o município pudesse ser atendido de uma forma muito significativa pra mudança estrutural que haveria na cidade como de fato houve. (Informação verbal)⁴¹⁶

Como podemos notar, o diálogo com os políticos da região foi inicialmente realizado por meio de uma Comissão Especial coordenada por José de Alencar, que, na ocasião, ocupava o cargo de Vice-Presidente da República, como podemos verificar na citação abaixo:

Depois de uma reunião com o vice-presidente da República, José Alencar, a bancada nordestina saiu convicta de que o projeto de transposição de águas já deverá ter recursos previstos no Orçamento Geral da União do próximo ano. E que precisam ser aprofundados os estudos sobre os projetos, em especial o que leva água do Tocantins direto para o Piauí e de lá distribui para os estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Os detalhes desta proposta foram apresentados a Alencar, pelo técnico Ednardo Fernandez Cardoso, da empresa privada VBA, contratada em 2002 pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) para fazer o estudo.⁴¹⁷

Ainda no âmbito do debate político, podemos verificar o posicionamento de alguns parlamentares, como por exemplo, Roberto Pessoa, que foi deputado pelo PL do Ceará. Em entrevista ao jornal *Gazzeta do São Francisco*, em que foi consultado na ocasião da aprovação da outorga do uso das águas pela Agência Nacional das Águas, ele observou que, apesar da outorga limitar a quota de uso para os estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte de Pernambuco em “26,4 metros cúbicos por segundo. Há ainda um detalhe: a vazão pode ser aumentada e estendida ao uso animal, para irrigação e industrial, dependendo das condições hídricas do São Francisco”⁴¹⁸.

Essa questão levantada pelo parlamentar é de total centralidade no debate, já que, como vimos, a aprovação da outorga foi a questão principal na negociação por parte do CBHSF, que, ao limitar o uso externo das águas do São Francisco para fins

⁴¹⁶ Entrevista concedida por Ex-prefeito de Cabrobó. Entrevista n. 36 [2015]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2015. 02 Arquivos. Filme do QuickTime (.MOV) 24'33". Arquivo Pessoal.

⁴¹⁷ TRANSPOSIÇÃO Hídrica deverá ter recursos no orçamento de 2004. *Gazeta do São Francisco*. Petrolina (PE), 06 a 09 de julho de 2003.

⁴¹⁸ REVITALIZAR o Velho Chico é a prioridade. *Gazeta do São Francisco*. Petrolina (PE), 24 a 27 de janeiro de 2004. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

domésticos e dessedentação animal, visava, de certa forma, limitar a possibilidade de uma mercantilização desta água. Entretanto, a visão política sobre esta questão prevê a extensão dessa utilização a outros fins mercantis, como a irrigação, por exemplo.

Como já mencionado em outros momentos, o ex-vice-presidente José Alencar (PL), foi designado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para coordenar um Grupo de Trabalho sobre a transposição e, por meio desse espaço, estabelecer diálogo com os políticos interessados. Cabe ressaltar uma das reuniões que foi realizada por esse grupo com políticos da região, ocorrida em 22 de janeiro de 2004, 30 prefeitos e parlamentares federais e estaduais discutiram os impactos da transposição com José Alencar em Garanhuns (PE)⁴¹⁹. Na ocasião, José Alencar contou aos participantes

Estar contente porque pela primeira vez, um grupo de uma região com problemas de escassez de água participa das discussões. Ele lembrou que a execução do projeto não ocorrerá de um dia para o outro e esclareceu às lideranças de Pernambuco, que houve a preocupação de apontar as fontes dos recursos que serão aplicados na sua execução: BNDES, Plano Plurianual (PPA), financiamentos internos e externos e outras fontes que deverão somar cerca de US\$ 6,5 bilhões.⁴²⁰

Além disso, afirmou que “Existem recursos e o projeto é absolutamente viável. A previsão é de que após a aprovação dos órgãos ambientais, em três anos, a parte do Agreste de Pernambuco seja concluída”.⁴²¹

Outra Parlamentar que se destacou no debate sobre o projeto de transposição, devido seu posicionamento crítico, foi a então Senadora Heloísa Helena (PSOL):

O projeto desde o início não cumpre aquele que deveria ser seu principal propósito, que é o de “salvar o rio e beneficiar a população que dele serve”. Ela diz que o projeto é “propaganda enganosa do Governo, pois as águas serão

⁴¹⁹ Segundo informações da Gazzeta do São Francisco esta reunião foi organizada pelo parlamentar Armando Monteiro e estiveram presentes o líder do PTB na Câmara dos Deputados José Múcio Monteiro, o então Deputado Federal Raul Jungman e os deputados estaduais Marcantônio Dourado e Izaías Régis. Entre os prefeitos, estiveram presentes Marco Calado do município de Angelim (PE), José Daniel Brasileiro de Bom Conselho (PE), Zé da Luz de Caetés (PE), Maurílio Rodolfo Tenório de Souza do município de Capoeiras (PE), Silvino de Andrade Duarte de Garanhuns (PE), Antônio João Dourado de Lajedo (PE), Albino Bezerras de Vasconcelos de Venturosa (PE) e Padre Ivo de Jupi (PE). Todos os municípios estão situados no Agreste Pernambucano e configuram-se como receptores no projeto de transposição.

⁴²⁰ ARMANDO Monteiro leva vice-presidente a Garanhuns para tratar da transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 29 a 31 de outubro de 2003. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴²¹ ARMANDO Monteiro leva vice-presidente a Garanhuns para tratar da transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 29 a 31 de outubro de 2003. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

levadas para irrigar projetos de produção de frutas e cereais destinados à exportação e não para amenizar a fome dos nordestinos⁴²².

O então Deputado Fernando Ferro (PT-PE), apesar de ser um dos parlamentares que apoiou o projeto, também demonstrou alguns questionamentos: “O governo tem o interesse de apoiar a agricultura familiar. Mas isso não impede que haja interesse empresarial, já que esse é um projeto de grandes recursos. Será necessária a fiscalização do Governo”.⁴²³

O então senador Fernando Bezerra (PTB-RN), ex-ministro da Integração Nacional, foi um dos grandes entusiastas do projeto. Em depoimento ao Jornal *Gazzeta do São Francisco*⁴²⁴, evidenciou a sua satisfação na possibilidade do projeto tornar-se obra, como podemos observar “o projeto que será executado é o mesmo que deixei quando saí do Ministério. O que aconteceu foi uma ampliação. A transposição é muito importante para o Rio Grande do Norte, para o Nordeste e para o Brasil”.

Para Garibaldi Alves Filho, na época senador, o projeto de transposição é como um sonho e destaca o seu caráter salvacionista para o Nordeste: “Acredito nele (no projeto) e agora o sonho se tornará realidade. O projeto é redentor para todo o Nordeste, será reserva de água definitiva”⁴²⁵.

Mesmo não sendo beneficiário do projeto de transposição, o estado do Piauí foi um estado apoiador do projeto objetivando sua expansão para o beneficiamento por meio de uma nova adutora, no caso a Adutora Oeste que, se executada, favoreceria esse estado. Como podemos observar no posicionamento do Deputado Benedito de Carvalho Sá, do PPS do Piauí – mais conhecido como Deputado B. Sá –, que embora compreendesse que isso não aconteceria “da noite para o dia”, acreditava que ainda era possível integrar o Piauí ao projeto⁴²⁶.

Já para então governador do Maranhão José Reis Tavares (PTB), “a transposição é um projeto que vai servir para a criação de emprego e renda”⁴²⁷.

⁴²² TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide o Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴²³ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide o Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴²⁴ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE) 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴²⁵ TRANSPOSIÇÃO o do rio São Francisco ainda divide Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴²⁶ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

⁴²⁷ TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005.

De acordo com os posicionamentos acima mencionados, podemos compreender que os interesses dos parlamentares e políticos da região estão relacionados à apropriação dos benefícios da obra e também do acesso à água da transposição para os seus estados.

Como já demonstrado nos capítulos anteriores, os diversos atores sociais mostraram que o governo federal, juntamente com seus órgãos e atores interessados na aprovação do projeto de transposição, elaborou arranjos políticos que visavam à legitimação da aprovação do projeto em diversos espaços, como analisado no capítulo 2 desta tese. Além do CBHSF, há outros espaços e instrumentos de legitimação fundamentais, como por exemplo, os meios de comunicação. Coube aos instrumentos midiáticos e publicitários informar à sociedade a natureza e o objetivo dessa obra de grande envergadura econômica e política.

Nesse sentido, o governo utilizou meios de comunicação e publicidade não só para informar e esclarecer a sociedade sobre a obra, mas realizou também campanhas que acabaram gerando certa manipulação da opinião pública. A declaração abaixo descreve este processo:

O governo se aproveitou e investiu muito numa propaganda falsa no sul do país, eles devem ter o apoio da grande mídia, pra calar a televisão, na televisão só saia coisa que interessava a eles, é quando faziam entrevista, iam entrevistar quem? O Ministro, não iam entrevistar realmente quem era contra isso, então foi uma grande manipulação da mídia, da sociedade, dos movimentos sociais e um discurso falso. Eu fiz uma avaliação desses discursos, eles contrataram empresas de marketing, agência de publicidade para criar um marketing em torno disso. Essa coisa assim: “dar de beber a 12 milhões”, eles criaram frases fáceis, que saía constantemente no discurso oficial [...] de onde sai esse número? [...] e não é só isso, água de beber, água para matar a sede [...] mesmo a crítica, primeiro colocava isso e depois a crítica vinha em baixo, então é um processo muito desgastante (Informação verbal)⁴²⁸.

Segundo o ex-prefeito do município de Cabrobó, o Governo Federal não realizou nenhum tipo de consulta a respeito do projeto com relação à divulgação sobre o projeto feita por meio de publicações (panfletos explicativos)⁴²⁹ e convites para que as pessoas conhecessem o canteiro de obras, como podemos observar no depoimento abaixo:

⁴²⁸ Entrevista concedida por SECRETARIA EXECUTIVA, CBHSF nº 17 [jan. 2014]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Aracaju (BA), 2013. 1 Arquivo Vídeo AVCHD (.MTS) 1h16'23'' Arquivo Pessoal.

⁴²⁹ Imagens disponíveis no Anexo nº 02.

Consulta efetivamente, não houve, houve depois o Ministério, ele levou diversas publicações explicando como era a obra, convidou várias pessoas pra visitar lá o canteiro onde o exército que foi quem fez a parte inicial da captação da água e que levava várias pessoas para verem ela, como se processava. E na realidade a comunicação era o que foi, a comunicação escrita através de publicações tratando da obra, né, mostrando como seria, mostrando os benefícios, mas pra dizer assim que houve uma ação de comunicação mais efetiva, eu diria que não foi a contendo. Então, não deixa de ter deixado algumas dúvidas na mente das pessoas de como seria essa obra. Mas ao longo da execução, as pessoas foram observando que era um trabalho que poderia efetivamente beneficiar, chegar aos objetivos pelos quais ela estava sendo proposta, atender 12 milhões de nordestinos com água do São Francisco. (Informação verbal)⁴³⁰

O ex-prefeito ainda nos contou que os panfletos produzidos pelo Ministério da Integração eram encaminhados à prefeitura para que esta fizesse a distribuição à população. Além disso, relatou que, mesmo não tendo havido consulta prévia, durante o processo de execução da obra, os órgãos oficiais estabeleceram um diálogo com a prefeitura: “O Meio Ambiente, o próprio Ministério, se reunia sempre conosco pra discutir ações no processo de execução. Antes da obra, não houve, se houve foi muito pouca” (informação verbal)⁴³¹.

Como podemos observar, algumas questões norteiam os interesses dos políticos com relação à transposição do rio São Francisco. Os políticos da região, como no caso dos municípios por onde a obra passa, apoiam a obra por interesses de investimento no seu município, assim como decorrentes dessas possíveis melhoras assimilarem uma maior popularidade e, dessa forma, terem apoio político e votos da população, como foi o caso do prefeito de Cabrobó.

Devemos salientar o caso das regiões beneficiadas, as quais possuem interesses também pelo fato de angariarem recursos públicos e proporcionarem geração de empregos – na maioria temporários devido à presença da obra, mas também, com o acesso à água, mediante o desenvolvimento de setores específicos da economia, como a carnicultura, a agricultura de irrigação – e para exportação, como é o caso dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e principalmente o Ceará, cujo abastecimento de água é fundamental tanto para o desenvolvimento da economia exportadora das regiões abastecidas, quanto para o beneficiamento do abastecimento de água para a capital.

⁴³⁰ Entrevista concedida por Ex-prefeito de Cabrobó. Entrevista n. 36 [2015]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2015. 02 Arquivos. Filme do QuickTime (.MOV) 24'33". Arquivo Pessoal.

⁴³¹ Entrevista concedida por Ex-prefeito de Cabrobó. Entrevista n. 36 [2015]. Entrevistador: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Cabrobó (PE), 2015. 02 Arquivos. Filme do QuickTime (.MOV) 24'33". Arquivo Pessoal.

Vale ressaltar também os políticos contrários à obra por interesse de reserva de mercado, como é o caso dos políticos da região de Petrolina, estado de Pernambuco, que lideram uma parte importante da fruticultura de exportação no âmbito nacional e, nesse aspecto, estão em disputa direta com o estado do Ceará, no sentido de que, ao desenvolverem a agricultura exportadora nesse estado, estarão disputando mercado com a região de Petrolina. Um dos representantes é o ex-Senador Oswaldo Coelho, que, em diversos momentos da nossa entrevista, afirmou que a retirada de água daquela região prejudicaria a agricultura de irrigação já em desenvolvimento.

Há ainda aqueles que se opõem à transposição pelo fato de serem doadores, como o caso do estado da Bahia, em que a maioria dos políticos se colocam contrários à transposição com um discurso ambiental, salvacionista. Entretanto, são favoráveis à construção do canal oeste, que levaria água para regiões deste estado.

É necessária uma observação detalhada sobre esses arranjos, pois o discurso oficial replicado na grande mídia colocava em sintonia o posicionamento dos movimentos sociais e dos políticos envolvidos. Todavia, a opinião da sociedade civil é bem clara: não há interesses políticos por parte dos movimentos sociais. O questionamento em relação a esse projeto foi feito de maneira objetiva e séria: como já exposto em capítulo anterior, defendia-se a revitalização do rio e o abastecimento da população da bacia que não tem acesso permanente à água. Dessa forma, após essa demanda ser suprida, poderia ocorrer a doação de água para outras bacias, desde que para abastecimento humano e dessedentação animal, como foi definido no Plano Decenal elaborado pelo CBHSF.

Um dos políticos da região que merece destaque na nossa análise é Ciro Gomes, que liderou, junto ao Ministério da Integração Nacional, a aprovação do projeto de transposição e o início da execução de sua obra. Portanto, entendemos ser necessário compreendermos um pouco do seu percurso político para podermos fazer algumas reflexões a respeito dos arranjos políticos que tanto ele, quanto o Governo Federal estabeleceram para que o projeto pudesse ser aprovado.

4.4.1 Das velhas às novas elites empresariais: o CIC⁴³² e a transposição do rio São Francisco

⁴³² Centro Industrial do Ceará.

Ciro Gomes foi o maior defensor⁴³³ do projeto de transposição do rio São Francisco. Por um lado, essa defesa pode ser vista como consequência da sua função de Ministro da Integração, mas, por outro lado, devemos considerar o fato de que o projeto de transposição esteve presente na sua proposta de governo⁴³⁴ quando candidato à Presidência da República nas eleições de 2002, sendo que não fez parte da proposta de governo na candidatura do presidente Lula nessa mesma eleição. Por isso, defendemos a hipótese de que o projeto de transposição entra no plano de governo de Lula meses após a sua posse, justamente como um ajuste das colisões políticas no Nordeste, vindas principalmente da articulação de Ciro Gomes.

Portanto, ao assumir o Ministério da Integração, o projeto de transposição passa a ser a principal obra desse órgão. Nesse sentido, entendemos que, Ciro Gomes, por ser político de um dos estados mais interessados no projeto – o Ceará, um dos receptores das águas da transposição do rio São Francisco – a transposição significaria para esse político o estabelecimento de suas alianças políticas dentro e fora do estado do Ceará. Significa, dessa maneira, um acordo entre os atores sociais mais interessados na transposição do rio São Francisco, que seria principalmente o empresariado cearense, representado pelo Centro Industrial do Ceará.

A fim de compreendermos essa questão devemos entender o significado do CIC no cenário político regional e nacional e, para tanto, é necessário voltarmos à década de 1980, quando surge, no Ceará, uma elite empresarial e política de expressão nacional, um grupo liderado por Tasso Jereissati que se comprometia com a superação de práticas clientelistas em três estados do Nordeste: Bahia, Pernambuco e Ceará.

Esse grupo surgiu no início do século XX, quando a indústria do Ceará ainda se encontrava em início de desenvolvimento, e permaneceu, ao longo desse século, dependente institucionalmente da Federação das Indústrias do Ceará (FEIC). A ruptura com essa instituição aconteceu apenas em 1978 quando o grupo dos “jovens empresários” assumiram a direção do Centro e o desvinculou da FEIC (CAVALCANTI, 2008).

⁴³³ Essa questão foi analisada no item 4.4 deste capítulo, em que tratamos da Audiência com o então Ministro da Integração, solicitada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, realizada na Câmara dos Deputados no dia 04 de maio de 2005. Durante essa reunião, Ciro Gomes expôs e fez a defesa da proposta do projeto de transposição para o Poder Executivo.

⁴³⁴ Não tivemos acesso à proposta de governo de Ciro Gomes no ano de 2002. Entretanto, no Debate realizado na Câmara dos Deputados, analisado neste capítulo, ele afirma que o projeto de transposição era prioridade no seu plano de governo.

O surgimento desse grupo no cenário da política cearense pode significar, por um lado, o rompimento com a tradicional política oligárquica. A clássica literatura aponta o Ceará como um estado singular no que diz respeito a esta política, a qual Barreira (1996: 31) compreende como um caso paradigmático no contexto das práticas políticas. Para Barreira (1996), Carone (1970), Faoro (1975) e Oliveira (1993), os grupos oligárquicos, ou seja, os grupos coronelistas, dominaram a política do Ceará por quase um século e, conseqüentemente, “imprimiram mecanismos ao poder que deram contornos precisos a uma política baseada em relações clientelistas e fortemente calcada nos princípios de dependência e paternalismos” (BARREIRA, 1996: 31). Além disso, o autor expõe que história da política do Ceará foi construída por meio de pactos políticos e que esses pactos surgem da necessidade de se manter o *status quo* político e/ou derrotar forças políticas emergentes.

Segundo Barreira (1996: 32), a política cearense pode ser analisada em três ciclos de poder:

No início do século com as oligarquias dos Accioli, dos Rabelo e com o Padre Cícero. [...] A partir da década de 60 surge o poder dos três coronéis, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals. No final da década de 1980 chega ao poder central do estado o grupo de empresários organizados em torno do Centro Industrial do Ceará (CIC).

De acordo com o autor, (1996: 41) dois aspectos são fundamentais para compreendermos as transformações na política cearense ou rearranjo das elites locais: “a mudança nas relações de trabalho no meio rural que implica alteração no sistema de lealdade e dependência; e o novo lugar que a “política” passa a ocupar entre as novas elites empresárias”.

É nesse cenário que um novo quadro político local é formado: o grupo dos “jovens empresários”⁴³⁵ do CIC⁴³⁶ consolida-se como poder político no Ceará quando o PMDB assume o poder do Estado com a vitória nas eleições diretas de 1986, e Tasso Jereissati passa a ser o Governador do Estado do Ceará até 1991, tendo como sucessor no governo de 1991-1994 o jovem político Ciro Gomes, à época filiado ao PSDB.

⁴³⁵ Este grupo era composto por “jovens” empresários que constituíram o núcleo fundador do CIC. Estes jovens tinha a idade inferior a 40 anos, formação universitária e haviam assumido a administração de suas empresas familiares.

Tasso Jereissati e Ciro Gomes foram apoiados por esse grupo de empresários que dialogavam com intelectuais brasileiros. Ao promoverem a discussão sobre a realidade nordestina e brasileira, o CIC ocupou um importante papel como espaço de debates ao realizar reuniões com importantes intelectuais brasileiros, como Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, conhecedores tanto da economia quanto da política do Nordeste e do Brasil. Dessa forma, o grupo era também visto como o “grupo das mudanças”, uma vez que apoiavam tais políticos considerados, naquela época, como políticos de esquerda, pois eram vistos como alternativa ao clientelismo, à corrupção dos coronéis e também à inoperância da esquerda petista. As palavras de ordem de Tasso Jereissati eram “mudança”, “miséria” e “clientelismo”.

Conforme Cavalcanti (2008: 109),

O grupo desses jovens empresários era composto, de uma forma geral, pelos herdeiros naturais dos grupos empresariais familiares tradicionais locais e, diferentemente de seus patriarcas, cursaram faculdades de economia e administração de empresas em instituições do Centro-Sul do país, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), e estavam, portanto, no começo ainda de suas carreiras de empresários.

Segundo Gondim (1998), o modelo de gestão iniciado por Tasso Jereissati se caracterizava por uma proposta de modernização política que configura um novo paradigma nas relações entre Estado, economia e sociedade. O projeto político desse grupo é aceito pela sociedade por ter como meta moralizar a política e acabar com o atraso e a miséria. Apesar deste projeto não propor nenhuma alternativa ao sistema capitalista, ao fazer uma crítica às práticas políticas da região com propostas de mudança, na realidade, acabam camuflando os interesses antagônicos das classes sociais no processo de desenvolvimento capitalista da região. Dessa forma, os conflitos de classe não se dariam mais entre os trabalhadores e a burguesia, e sim entre o “povo”, que teria como porta-voz esse grupo de “jovens empresários”, contra os “coronéis”, os funcionários públicos “corporativistas”, que estariam representando “males universais”.

As mudanças estruturais ocorridas na economia e sociedade nordestinas desde a década de 1960 criaram condições necessárias, mas não suficientes, para a hegemonia de novas elites. Neste aspecto, cabe dizer novamente que somente no Ceará um novo grupo, com fortes vínculos com setores modernos da economia conseguiu manter-se no poder e adquirir influência nacional (GONDIM, 1998).

O CIC comprometeu-se não só com o estado do Ceará, bem como com a região e com o país com a formação rápida de uma classe política competente e forte capaz de

influenciar e até assumir o poder. Para isso, o CIC construiu uma identidade empresarial fundamentada na modernidade e na racionalidade, por meio de processos de combate à submissão dos coronéis na política e a ocupação de antigos espaços da velha burguesia industrial (BARREIRA, 1996).

Entretanto, essa nova elite cearense não rompe com a predominante postura autoritária, pois não permite qualquer crítica, seja por parte esquerda ou da direita, de funcionários públicos ou de “empresários”, da imprensa ou do Poder Judiciário. Contudo, esse aspecto não significa anular ou minimizar o alcance das mudanças ocorridas na política cearense com a chegada desses “jovens empresários” ao poder. Pelo contrário, é coerente considerar que o modelo de gestão implementado por Tasso Jereissati e por Ciro Gomes constitui um passo fundamental para a superação do clientelismo patrimonialista e, dessa forma, para a criação de um ambiente onde o exercício da cidadania fosse possível (GONDIM, 1998).

Outra grande questão com relação à presença do CIC no Ceará foi a construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, iniciada com a construção da Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP com grande potencial de expansão, pois possui localização geográfica privilegiada em relação aos mercados interno e externo.

Segundo dados do Governo do Ceará⁴³⁷, a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém tem o objetivo de fortalecer e dar sustentabilidade ao crescimento do Parque Industrial do Ceará e do Nordeste, o que possibilitará a expansão das atividades industriais integradas. Sua infraestrutura é dotada de um parque industrial metal-mecânico e petroquímico, com um terminal portuário moderno que possibilita operações portuárias eficientes com tarifas competitivas, acessos rodoviários e ferroviários livres e independentes de confinamentos provocados por centros urbanos. O objetivo principal do Complexo é dar condições propícias para o desenvolvimento econômico da região. O abastecimento de água do Pecém é por sistema adutor, ou seja, por diversos canais de ligação, inclusive com açudes, dentre os quais merece destaque o açude Castanhão, que faz parte do sistema de interligação do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco. De acordo com informações do Governo do Ceará⁴³⁸, a interligação com o Açude Castanhão está prevista na expansão futura do sistema e visa

⁴³⁷ Informações disponíveis na página oficial da Companhia de Integração Portuária do Ceará. Referente ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Disponível em <http://www2.cearaportos.ce.gov.br/complexo.asp>.

⁴³⁸ Informações disponíveis na página oficial da Companhia de Integração Portuária do Ceará. Referente ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Disponível em <http://www2.cearaportos.ce.gov.br/complexo.asp>

à integração com o Sistema Metropolitano de Fortaleza com a entrada em operação do Açude Castanhão.

O Porto do Pecém, principal equipamento de infraestrutura logística no Estado, tem recebido sucessivos investimentos voltados para o aumento de sua capacidade de operação com a pretensão de tornar-se um dos pontos de parada dos maiores cargueiros do mundo e um *hub* (centro de conexões) de contêineres do país. Nesse intento, recebeu cerca de R\$650 milhões oriundos do Tesouro do Estado e do BNDES. Para o atual Presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), de grande importância para a que o Complexo Portuário atinja essa dimensão, duas obras de infraestruturas são fundamentais: a Ferrovia Transnordestina e a transposição do rio São Francisco. Para ele, “essas obras precisam ser concluídas. Esses são os grandes eixos que a gente tem de solucionar no curso prazo”⁴³⁹.

Os setores interessados na concretização da transposição do rio São Francisco estão claramente relacionados a setores que defendem o desenvolvimento e o crescimento da agroindústria exportadora do Ceará – o fortalecimento e expansão da irrigação do interior do Ceará possibilitaria a expansão dessa produção para um mercado internacional e, nesse caso, o Porto do Pecém seria parte estratégica para consolidar esta relação econômica.

Todo esse processo de desenvolvimento explícito nos interesses deste empresariado significa o fortalecimento de uma nova fração de classe social – uma nova elite burguesa – que, ao fazer arranjos políticos em nível estadual, regional e federal, coloca-se como um novo sujeito na história brasileira. Esse contexto nos leva a compreender que essa é a classe que Ciro Gomes representa, e que, de fato, aprovou a transposição do rio São Francisco. Portanto, a transposição foi “aprovada” por esta nova fração de classe social, como expressão de um novo poder na região nordeste e talvez um novo poder nacional.

4.5 Considerações finais

Neste capítulo fizemos uma análise do debate sobre a transposição do rio São Francisco ocorrido durante uma audiência na Câmara dos Deputados, na qual Ciro

⁴³⁹ PORTO do Pecém se prepara para receber megacargueiros. **Porto e Navios Notícias**. 17 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/36155-porto-d-pecem-se-prepara-para-receber-megacargueiros>. Acesso em 02 janeiro de 2017.

Gomes, principal responsável pelo projeto de transposição do rio São Francisco, no cargo de Ministro da Integração, fez uma explanação sobre o projeto para os Parlamentares interessados, promovendo um debate sobre tal proposta. O que podemos notar é que, em relação aos parlamentares, havia muitos apoiadores ao projeto. Entretanto, ocorreram fortes conflitos entre a defesa de Ciro Gomes e os parlamentares vinculados aos estados da Bahia e de Sergipe. Uma das questões mais pontuadas foi a de que haveria a necessidade de um diálogo maior, de uma ampliação do debate tanto no campo político parlamentar, quanto em relação à sociedade civil. Apesar das críticas, Ciro Gomes defendeu que houve legitimidade da sociedade na aprovação do projeto, pois esta pôde participar por meio dos representantes nos debates dentro do Comitê de Bacia Hidrográficas do rio São Francisco, que, apesar de não possuir poder deliberativo, esteve à frente da elaboração e da aprovação do Plano Decenal. Outro fato que Ciro Gomes utilizou como justificativa e legitimidade do projeto foi com relação à aprovação da recomendação de sua viabilidade hídrica para usos externos que passou por debate e votação junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão, portanto, responsável pela aprovação do projeto de transposição. Para o então Ministro, o fato de no Conselho Nacional haver representantes da sociedade civil é prova de que existiu debate com a sociedade e, desse modo, todo o processo de aprovação do projeto se deu de forma democrática.

Contudo, ao tratarmos da reunião extraordinária do CNRH sobre a aprovação da viabilidade hídrica do São Francisco para usos externos a sua bacia, logo, da aprovação do projeto de transposição do rio São Francisco, percebe-se que, mesmo após a explanação sobre o projeto de transposição por parte do técnico do Ministério da Integração, seguido da contraposição do técnico do CBHSF, muitas críticas e dúvidas ainda pairavam no ar. A principal questão dessa reunião foi que não haveria legitimidade, embora houvesse quórum suficiente, para o encaminhamento da votação sobre uma questão tão complexa em uma única reunião. Apesar disso, o projeto foi levado à votação e aprovado com 36 votos favoráveis – dos quais 33 eram de órgãos do Governo Federal –, apesar dos 02 votos contrários e das 10 abstenções, a maioria delas justificadas no sentido já exposto de que não seria coerente levar a votação tal questão, após de uma única reunião de esclarecimentos e debates. A maioria dos conselheiros que se abstiveram gostariam que ocorressem outras reuniões para se debater tal questão.

Seguimos nossa análise mapeando os atores sociais pertencentes ao cenário político institucionalizado. Mostramos o posicionamento de cada um dos dirigentes dos

estados envolvidos diretamente com o projeto de transposição, ou seja, os governadores dos estados receptores das águas do rio São Francisco – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – e os governadores dos estados doadores das águas do rio São Francisco para o projeto de transposição – Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, que ocupa uma posição de doador e também receptor, pois parte do Eixo Norte também foi dimensionado para o abastecimento de parte do Sertão Pernambucano.

Apesar dos posicionamentos serem claramente definidos – os estados receptores como favoráveis ao projeto e os estados doadores, contrários –, algumas negociações foram realizadas para que certos posicionamentos fossem redefinidos. O estado de Pernambuco contava com o posicionamento contrário de políticos da região de Petrolina, como o Osvaldo Coelho, que, além de ser da bancada do governador da Bahia, ou seja, do PFL, também se opôs ao projeto por defender os interesses da sua região agroexportadora em contraposição à ameaça de surgimento de outra região que desenvolva a irrigação e produza frutas para exportação, o que configuraria como disputa de mercado. Todavia, o governador de Pernambuco apoiou o projeto, pois, em negociação direta com o governo federal, conseguiu a construção de um canal para o abastecimento de parte da região sertaneja de Pernambuco. Já o governador de Alagoas, apesar de se opor ao projeto no início do debate, após negociação com o governo federal que garantiu a construção do Canal do Sertão Alagoano, mudou de opinião e passou a apoiar tal projeto.

Diversos políticos da região também apoiaram os movimentos sociais, muitas vezes, tomando o discurso do movimento como seu próprio discurso. Embora a defesa pela revitalização seja algo que permeou todo o debate como o contraponto ao projeto de transposição, inclusive num sentido de utilizar a justificativa ambiental como contrária ao projeto, compreendemos que o que norteou os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo, foi um questionamento ao objetivo da obra, um questionamento com relação à necessidade urgente da revitalização do rio, enquanto, para muitos políticos, esse discurso esteve passível de mudança desde que uma adutora, ou um canal fosse oferecido para seu estado.

Por último, tratamos da questão da existência de uma nova fração de classe com poder em ascensão no Nordeste. Tal fração estaria ligada ao surgimento de um grupo de empresários no Ceará os quais apoiaram um grupo de políticos defensores da ideia de “mudança” no Nordeste a partir do combate ao clientelismo e ao coronelismo bem como da defesa da democracia. Explanamos sobre a importância do CIC, a sua relação

com o poder exercido por *Ciro Gomes* no Ceará e a existência do Porto de Pecém como instrumento para promoção do desenvolvimento desse Estado. Tal Porto está diretamente relacionado com a transposição do rio São Francisco como pudemos verificar no texto.

Por fim, compreendemos que, no campo político, institucionalizado houve um esforço para que a legitimação do projeto do rio São Francisco fosse vista como democrática. No entanto, há contradições sobre tal questão como observamos ao longo deste capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante mais de dois séculos, a possibilidade de transpor as águas do rio São Francisco esteve presente no imaginário político da região nordestina. Para alguns, essa proposta significaria a possibilidade de resolver de forma definitiva o problema da seca da região e, dessa maneira, romper com a indústria da seca. Já para outros, seria apenas mais uma proposta de interferência na região para a manutenção do beneficiamento de alguns grupos vinculados à mesma indústria da seca.

Para nós, as disputas em torno desse projeto não se dão de forma tão dicotômica. A falta de informação sobre o projeto, as opiniões divergentes entre atores sociais, muitas vezes pertencentes a grupos similares, em outras palavras, as opiniões divergentes entre atores da classe dominante nordestina e também entre atores sociais pertencentes à classe trabalhadora tornam a reflexão sobre tal questão mais complexa.

Entretanto, se compreendermos o que está em disputa, conseguiremos entender o porquê dessas aparentes contradições. Do ponto de vista ambiental, a transposição do rio São Francisco está vinculada às disputas por recursos naturais, nesse caso, à disputa pelo acesso à água, forjada num discurso de segurança hídrica, mas que, na verdade, significa a detenção desse bem nas mãos de alguns grupos empresariais, que controlarão o mercado dessa água, gerando, então, algo que podemos chamar de hidronegócio.

Ao mesmo tempo, o acesso a essa água significa a manutenção da agricultura de exportação. Por conseguinte, disputas entre latifundiários de diferentes regiões, principalmente dos estados da região envolvida, estabelecem-se entre aqueles que já se beneficiam da irrigação para a produção de frutas de exportação – e sentem-se ameaçados pela possibilidade de outros latifundiários serem favorecidos com a irrigação via transposição, criando, dessa forma, um mercado concorrente – e os latifundiários que não serão beneficiados pela obra, portanto, contrários ao projeto de transposição e que forjam um apoio à população da bacia, quando, na verdade, o que está em disputa é a fatia dessa obra que não lhes foi concedida; caso houvesse uma negociação, a opinião também mudaria.

Nesse imbróglio de falsos adversários, a população da região são-franciscana e da região setentrional tenta apropriar-se do debate, organizando-se em associações, em movimentos sociais, acreditando no direito do exercício da cidadania, afinal vivemos em um país em que a democracia é o regime vigente. Em meio a tantas opiniões forçadamente estabelecidas de forma maniqueísta pela mídia, de acordo com as quais

“quem nega a água ao irmão nordestino não tem coração”, surge um protagonista, que, no caso, é um rio há séculos utilizado pelos interesses do capital para o desenvolvimento capitalista. Todavia, nesse contexto, ele renasce como um novo rio, que, para alguns, pode sanar de vez com as mazelas sociais decorrentes da seca da região, já para outros, esse rio, exaurido como está, pode na realidade acelerar o seu processo de desaparecimento.

Outras questões podem deixar o nosso raciocínio mais complexo. Estamos abordando uma região que historicamente é vista como a mais miserável do país por consequência das suas recorrentes secas. Entendemos que as condições climáticas do semiárido nordestino não são favoráveis para que as condições de vida sejam tão prósperas como em outras regiões do país, mas compreendemos que as características climáticas dessa região são próprias dela, e seu povo, que vive há séculos ali, sabe bem como lidar com essa questão. Ademais, se não sabem tão bem, diversos projetos e iniciativas de organizações colaboram para que seja possível viver na região. Quem conhece o sertão nordestino tem consciência de que não são as condições climáticas, ou seja, a irregularidade pluviométrica da região, que impedem a existência de uma mesa farta de alimentos todos os dias na casa dos moradores. Só não há essa fartura de alimentos porque a estrutura social não permite. Tal estrutura está relacionada às desigualdades sociais da região que, apesar de serem intensificadas com os períodos de seca, esta não é a sua causa principal. Como já afirmava o mestre Celso Furtado (1998) e também Manoel Correa de Andrade (1985), o problema do sertão semiárido não “é a seca e sim a cerca”. O que está em jogo são os interesses da classe dominante latifundiária (tradicional ou moderna), nesse caso, dos “velhos” agricultores e dos “novos” empresários do agronegócio, em contraposição à classe trabalhadora. Em outras palavras, são disputas entre transformar o rio São Francisco em Novo Chico, ou enfrentar os antigos desafios do Velho Chico, os quais incluem deter a indústria da seca, levando em conta, todavia, a necessidade de romper com as cercas do latifúndio tradicional e do latifúndio moderno.

Diante de todo esse contexto, entendemos o processo de aprovação do projeto de transposição do rio São Francisco como um caso paradigmático sobre a democracia brasileira no século XXI. Como fundamento teórico para tal questão, compreendemos que a democracia brasileira é decorrente de especificidades de sua história social, política e econômica.

Tal constatação nos remete ao bojo da formação da sociedade brasileira. Segundo Francisco de Oliveira (1999: 59), ao nos debruçarmos sobre as obras de grandes intelectuais brasileiros como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Hollanda, Machado de Assis, Celso Furtado e finalmente Florestan Fernandes, notamos que essa formação se dá pautada num “processo complexo de violência, proibição da fala, privatização do público, interpretado por alguns como a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia [...]”.

Para o nosso trabalho, é importante ressaltarmos o pensamento de Celso Furtado, no sentido de que ocorre, no Brasil, uma revolução passiva que mudou radicalmente os termos da dominação de classe, no entanto manteve as antigas classes dominantes como aliadas de segundo plano. Nesse aspecto, Florestan Fernandes é fundamental para nossa compreensão de que a burguesia no Brasil não é revolucionária, pois não rompe com as bases do poder latifundiário e, ao mesmo tempo, submete-se aos imperativos das classes dominantes imperialistas, sendo assim, “a burguesia nacional havia realizado a passagem para a dominação econômica de classe sem qualquer ruptura revolucionária” (OLIVEIRA, 1999: 60).

Dessa forma, compreendemos o processo de disputa para a aprovação do projeto de transposição aqui analisado como reflexo de arranjos políticos estabelecidos, do modo como Celso Furtado nos explica. No entanto, nesse caso, a negociação advém do Partido dos Trabalhadores, que estabelece acordos com parte da classe dominante nordestina, configurando como um novo tipo de coronelismo moderno vinculado a interesses imperialistas. Observamos esse contexto de acordos à luz do pensamento de Florestan Fernandes, segundo o qual esses grupos estabelecem arranjos políticos de cima para baixo, sem considerar o interesse da classe trabalhadora.

Para tratarmos tal questão, no primeiro capítulo desta tese, demonstramos o caráter mercadológico que foi atribuído às águas do rio São Francisco, desde as primeiras Usinas Hidrelétricas construídas no seu leito a partir da década de 1950. Tais barragens permitiram o controle de suas águas e a constituição de um caráter artificial para o rio, principalmente para o Submédio e Baixo São Francisco, ou seja, após a Represa de Sobradinho. Tais empreendimentos, embora tenham promovido o desenvolvimento da região nordestina, provocaram intenso reordenamento espacial das populações tanto urbanas quanto rurais, o que é motivo de conflitos até os dias atuais.

A transposição do rio São Francisco relaciona-se diretamente com esses tipos de empreendimentos hídricos, uma vez que são obras, em primeira instância, vinculadas ao interesse econômico do grande capital, da indústria da construção civil, isto é, em primeiro plano, esses empreendimentos beneficiam as construtoras de capital nacional.

Entretanto, ao mesmo tempo que o caso da transposição do rio São Francisco carrega resquícios dessas grandes obras características do século XX, tem seu caráter marcado nas questões do século XXI, tendo em vista que o principal interesse está no caráter mercantil da natureza. As águas desse rio são consideradas elemento central para a segurança hídrica da região do Nordeste do Brasil. Porém, em nossa visão, essa garantia hídrica está diretamente vinculada a interesses privatizantes e não necessariamente ao abastecimento dos 12 milhões de habitantes do semiárido, ou seja, as águas do rio São Francisco são a garantia de um comércio das águas, transformadas exclusivamente em mercadoria. Desse modo, em vez de romper com a indústria da seca, fará a sua manutenção.

Nesse cenário de disputas e conflitos ambientais, cada vez mais os recursos da natureza são transformados em mercadoria tanto em nível nacional quanto internacional. É nesse contexto que o projeto de transposição está inserido. Portanto, o caráter mercadológico da água é fundamental para compreendermos os interesses que estiveram vinculados à “aprovação” deste projeto hídrico.

Em outras palavras, a ideia de segurança hídrica não está vinculada à segurança hídrica para o abastecimento da população da região, e sim a garantia de um comércio hídrico vinculado ao agronegócio e à indústria.

No segundo capítulo desta tese analisamos todo o processo de debate sobre o projeto de transposição no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Esse órgão foi de fundamental importância no sentido de constituir-se com o espaço público e, dessa forma, tornar possível o começo da gestão compartilhada das águas, numa tentativa de estruturar-se como democracia participativa.

O projeto de transposição delineou-se, em primeiro lugar, como temática que impulsionou a participação de atores sociais dentro do comitê, pois foi uma espécie de atrativo para que representantes da sociedade, de modo geral, fizessem parte deste espaço e, com isso, contribuíssem para a gestão compartilhada das águas. Nessa perspectiva, entendemos que o projeto incorpora um papel de catalisador de atores sociais dentro do comitê. Inclusive, verificamos que o percurso de debates e embates sobre o projeto de transposição se deu não somente no período que antecedeu a sua

aprovação, com a elaboração do Plano Decenal, mas também após a sua aprovação pelo CNRH, quando o Comitê, em conjunto com entidades da sociedade civil e movimentos sociais, travou uma luta contestatória a respeito do projeto. Apesar de todo o esforço de seus atores sociais, representados no Comitê com o intuito de ampliar o debate sobre o projeto para a sociedade e, dessa maneira, impedir que a sua aprovação fosse efetivada, os limites desse órgão enquanto espaço público importante para a democracia mostrou-se limitado, no momento em que o Governo Federal atribuiu o poder decisório ao CNRH, no qual prevaleceram os interesses institucionais.

Ao mesmo tempo que é um instrumento de conflitos e coalizão de forças políticas da classe dominante, no campo da defesa do projeto, ele é também um elemento de coalizão de atores sociais da sociedade civil, servindo como elemento aglutinador dos movimentos sociais dispersos na região, os quais se associam para combatê-lo.

Entretanto, mesmo se, na prática, a medida do CNRH não fosse muito distante do conteúdo da deliberação do CBHSF, a decisão foi altamente criticada pelos representantes dos grupos participantes do CBHSF, especialmente pelo fato de o CNRH emitir uma deliberação relevante sem ao menos tê-la discutido no âmbito das câmaras técnicas do conselho (MASCARENHAS, 2008: 151, apud LOUREIRO, TEIXEIRA, FERREIRA, 2013).

No terceiro capítulo desta tese, ao enfatizarmos a articulação dos movimentos sociais em torno da questão da transposição, demonstramos que o projeto de transposição, mais uma vez, constituiu-se como catalisador de atores sociais: foi a partir dessa questão que diversas entidades e movimentos sociais que estavam dispersos organizaram-se no sentido de estabelecer um diálogo para traçarem estratégias a fim de tomar para a sociedade o direito de dialogar sobre tal questão. É importante destacarmos o papel do jejum feito pelo Frei Luiz Cappio, pois, além de tornar o projeto de transposição conhecido pelo país, também conseguiu, por um período, estabelecer um diálogo com o Governo Federal, assim como suspender o início das obras da transposição. No entanto, todo seu esforço não impediu que o projeto fosse implementado, mas conseguiu mobilizar e conscientizar uma parcela significativa da sociedade brasileira que passou a olhar para os problemas do rio São Francisco, até então desconhecidos. Ademais, incorporou ao debate a importância da revitalização do rio como prerrogativa à transposição.

Nesse sentido, entendemos que os movimentos sociais ganham dimensão importante na nossa análise, uma vez que, com ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural, viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. De acordo com Gohn (2011), essas formas de organização adotam diferentes estratégias de atuação, as quais variam da simples denúncia, passando pela pressão direta como mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, mas também negociações e ainda por meio de pressão indireta. Desse modo, os movimentos sociais possuem um caráter fundamental no cenário analisado nesta tese.

Outro aspecto fundamental no que tange à importância da análise a partir da atuação dos movimentos sociais da contemporaneidade diz respeito ao movimento ambientalista que passou por um processo de politização nas últimas décadas de atuação. Esse fato torna-se bem evidente ao analisarmos a transposição do rio São Francisco. Nessa perspectiva, concordamos com Gohn (2011) ao afirmar que os movimentos ambientalistas também se articularam com movimentos populares, como foi o caso na região são-franciscana, em que a população lutou contra a transposição.

As experiências descritas pelos atores sociais nos fazem compreender que os conflitos de interesses em torno do projeto de transposição podem ser definidos como interesses de uso comum de um território que é responsável pela manutenção da sobrevivência da população trabalhadora da bacia do rio São Francisco. Assim, estamos trabalhando tal questão do ponto de vista da classe trabalhadora, que necessita da água do rio São Francisco para a sua reprodução enquanto classe social. Em outras palavras, os pescadores necessitam do rio para que possam exercer sua atividade e garantir a sobrevivência de sua família; os agricultores necessitam das águas do rio para exercerem suas atividades enquanto agricultores, ao terem água disponível para plantar e criar seus animais e, da mesma forma, alimentarem suas famílias; os indígenas precisam do rio para reproduzir sua existência material, a partir de sua atividade tanto como agricultores, quanto como pescadores. Ademais, o rio também exerce um papel fundamental no campo simbólico dessa população, por exemplo, a necessidade do rio como garantidor da existência da cultura dos indígenas e, conseqüentemente, para assegurar a sua reprodução e a perpetuação de sua existência enquanto etnia. Portanto, entendemos que há uma unidade entre esses trabalhadores, no sentido de que, ao defenderem a revitalização do rio São Francisco e fazerem críticas ao projeto de transposição, estão defendendo seus interesses enquanto classe trabalhadora.

No quarto e último capítulo, visitamos e refletimos sobre o debate institucional dos políticos no Congresso, o posicionamento dos políticos da região, a defesa do então Ministro Ciro Gomes e também as articulações políticas que foram estabelecidas para que o projeto se tornasse obra o mais rápido possível.

As disputas estabelecidas no campo político institucionalizado nos fazem considerar o fato de que é dado um novo significado ao rio São Francisco, estratégia para justificar o projeto de transposição. Para tanto, foi preciso criar uma outra imagem do rio, isto é, uma imagem que dissesse para a população brasileira que o rio da Integração Nacional agora passa a ser o rio do Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro, deixando para trás o “atraso” num sentido de apontar para um futuro com perspectivas no desenvolvimento daquela região. Em outros termos, partimos da concepção de que o rio São Francisco passa a ser resignificado com o intuito de sustentar os interesses daqueles que defendiam o projeto. De rio da Integração Nacional, de Velho Chico dos pescadores, o rio se transforma em Novo Chico, calcado em interesses neoliberais. Essa ideia é baseada na publicidade que o Governo Federal fez sobre o projeto, em que o Velho Chico seria o rio do atraso, das disputas entre coronéis da região. Ao contrário, o Novo Chico, o rio da transposição, seria o rio do desenvolvimento, o rio da salvação para a realidade da seca.

Entretanto, sabemos que, ao desconstruir a imagem do Velho Chico e substituí-lo pelo Novo Chico, desconstrói-se também a imagem do rio das populações ribeirinhas (indígenas, quilombolas, agricultores), da parte da sociedade que sobrevive do trabalho rural – seja a pesca ou a agricultura –, da parte da sociedade que produz alimentos para a sobrevivência de suas famílias e também para o abastecimento da região. Por sua vez, o Novo Chico, o da transposição, é o rio que deve ter suas águas para a produção de *commodities*, como produção de frutas para exportação, produção de alumínio para exportação, produção de camarão para exportação e, ao mesmo tempo, garantir a segurança hídrica das regiões metropolitanas. Esse Novo Chico não é mais o Velho Chico da indústria da seca dos coronéis, do clientelismo, esse novo Chico deverá ser o rio dos empresários da região, que se vinculam a políticos que defendem a democracia, mas que acabam utilizando a participação política como uma manobra para a legitimação de seus interesses privatizantes e monopolistas.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco exerceu papel fundamental para promover a participação da sociedade civil no debate sobre a transposição. De forma equitativa, membros de diversos setores da sociedade puderam

debater e argumentar seus pontos de vista a respeito do projeto durante as reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas pelo CBHSF.

Embora alguns estudos afirmem compreender que “o caso do PISF é ilustrativo do aperfeiçoamento de uma política pública por meio do debate democrático” (LOUREIRO; TEIXEIRA; FERREIRA, 2013: 32), entendemos que o posicionamento crítico da maioria dos membros do comitê foi, de certa forma, ignorado pelo Governo Federal. Apesar da busca por um diálogo direto entre a sociedade e o Governo Federal se dar também em outros espaços, constatamos que não houve possibilidade de participação efetiva da maior parte da sociedade, ou seja, não houve uma legitimação da aprovação do projeto pela sociedade civil, mas sim um arranjo político para o beneficiamento, sobretudo, do agronegócio.

As relações políticas estabelecidas pelas classes dominantes brasileiras costumam reproduzir fenômenos que atravessam o tempo e se reconfiguram em novos arranjos, de modo que sempre mantenham seus privilégios de classe. Manoel Correa de Andrade, em seu clássico livro *A Seca: realidade e mito*, escrito na década de 1980, aponta para o que verificamos atualmente: a seca não é de fato um problema de falta de água, mas, principalmente, consequência da má utilização da água disponível e de seu controle por alguns grupos em detrimento dos interesses e necessidades da sociedade, principalmente da classe trabalhadora. Portanto,

o flagelo das secas tem uma incidência mais acentuada em função de estruturas econômicas e sociais implantadas e mantidas em funções dos interesses dos grupos econômicos formados por fazendeiros e comerciantes da região, agora aliados a capitais do Sudeste e com influência sobre a atuação governamental (ANDRADE, 1985: 29).

Ainda segundo o autor supracitado, os problemas da região nordestina são decorrentes muito mais da ação do homem, da forma como se concebeu a sociedade, do que das características naturais da região. Ademais, afirma ser importante não confundir os interesses e aspirações do Nordeste com os interesses e aspirações da classe dominante que sempre se beneficiou do subdesenvolvimento.

Há quem acredite que a região é extremamente pobre em consequência das condições naturais e que a considere economicamente inviável. Há quem acredite que o Nordeste é um peso para a vida econômica na nação. Todas essas ideias são falsas e necessitam ser desmistificadas (ANDRADE, 1985: 27).

Além disso, para Andrade (1985), não são os tecnoburocratas que imaginam soluções convenientes para o povo, que resolvem os problemas da região. Para ele, é a própria população, intermediada por seus representantes de classe e das instituições da sociedade civil, que deve apontar os caminhos para resolver seus problemas.

O decorrer da nossa análise nos permite compreender que os atores sociais interessados na aprovação do projeto se utilizaram do discurso de segurança hídrica para justificar tal projeto. Entretanto, esse discurso esconde os interesses específicos de tal grupo, que necessita da apropriação das águas do rio São Francisco para garantir a manutenção de um mercado produtivo exportador. Nesse intento, lança mão de instrumentos característicos da política brasileira para tornar legítimo um projeto que não tem legitimidade, visto que a maioria da sociedade não aceitou o projeto como tal. Isso torna possível vislumbrarmos alguns dos reais limites da democracia no Brasil.

Portanto, o projeto de transposição só pôde ser aprovado como foi numa realidade como a nossa, carregada de incongruências: tanto o projeto de transposição, quanto a realidade brasileira carregam uma gama de contradições e complexidades próprias de nossa particularidade histórica, em que a democracia não se realiza de fato e, contrariando seus princípios, acaba sendo um dispositivo para a manutenção e legitimação dos interesses de grupos pertencentes à classe dominante.

Em outras palavras, demonstramos, nesta tese, os contrastes dos diversos posicionamentos, a fim de mostrar que a sociedade não queria esse projeto por entender ser algo que somente beneficiaria uma pequena parcela e também fortaleceria as relações de poder seculares, mantendo em prática um tipo de coronelismo moderno, baseado na estrutura da indústria da seca, mas reconfigurado como indústria da água. A diferença é que, se na original indústria da seca, o caminhão-pipa passa a ser moeda de troca para favores e angariar votos, na indústria da água, configura-se como poder, tendo em vista que a água não é apenas barganha para a dominação da população, a água ganha caráter de mercadoria, pois a transposição do rio São Francisco é feita para permitir que setores econômicos da sociedade tenham domínio sobre a água, a qual não será somente concentrada nas mãos de latifundiários, que acabam exercendo poder sobre seus subalternos; essa água vai beneficiar a produção de *royalties*, como por exemplo, a indústria da carcinicultura do Ceará e a exportação de frutas. Essa nova configuração política se dá num contexto político neoliberal, que possibilitou a constituição de uma nova indústria da seca, dessa vez fundamentada na mercantilização e na privatização da água no Nordeste.

Nesse complexo contexto, entendemos que o processo de privatização da água do São Francisco foi estabelecido desde a construção das barragens, passando pelos projetos de irrigação, sendo que o projeto de transposição estabelece a legitimação da cultura da mercantilização da água.

Uma das questões centrais colocadas pelos entrevistados nesta tese foi que o Governo do PT teria traído a população da bacia do São Francisco ao mudar o seu posicionamento e incorporar o projeto de transposição ao seu governo, mesmo tendo sido combatente a ele durante as campanhas eleitorais de 2002.

Essa mudança de ideia do governo Lula se deu num contexto em que, ao assumir a presidência da república, passou a ser definido como governo das conciliações, tendo como responsável o Ministro da Casa Civil. Chico de Oliveira (2006: 30) entende como um momento fundamental para compreendermos o caráter desse governo a reunião ocorrida no Novohotel, onde foi anunciado, na inflexão da “Carta ao Povo Brasileiro, um recado claro ao empresariado, às instituições ‘policiais’ do capital financeiro FMI, BIRD, BID e OMC, às grandes empresas e às grandes potências capitalistas: um governo Lula não romperia contratos”.

Nesse sentido, verificamos que muitas das contradições apontadas pelos atores sociais envolvidos com o processo de aprovação da transposição (que se sentiram traídos pelo governo Lula) são, na realidade, a expressão desse governo que aparentemente concilia os interesses da classe dominante aos interesses da classe trabalhadora. Todavia, como demonstra nossa pesquisa, os interesses do grande capital estão acima dos interesses da classe trabalhadora.

Observamos também que aqueles que defenderam a transposição do rio São Francisco estão vinculados a uma nova fração da classe dominante, ligada aos interesses de setores que produzem para

exportação, à fronteira de mais rápida expansão do capital, capitaneada pelo agronegócio, que segue em ascensão [...] As novas frentes de crescimento das exportações são quase todas de commodities, salvo os aviões produzidos pela Embraer e as exportações de automóveis. Mas na matriz de relações interindustriais, as commodities são de baixo valor agregado e têm pouca capacidade de estabelecer fortes relações integradoras em escala industrial e em escala nacional. A potencialidade de irrigar um processo de crescimento autossustentável não é muito ampla, o que quer dizer que como solda de amplos interesses as exportações têm raio limitado. E em geral, trata-se de ramos muito concentradores, como os do agronegócio, que se baseia em mão-de-obra desqualificada. (OLIVEIRA, 2006: 36).

É uma fração de classe moderna, que visa superar o clientelismo, a estrutura política baseada no latifúndio, advinda da indústria e ligada agronegócio exportador, mas que se configura de forma contraditória, pois, ao mesmo tempo que diz combater velhas práticas políticas pregando a democracia, utiliza-se de instrumentos que limitam a democracia para atingirem seus objetivos. Em outros termos, com base no pensamento de Florestan Fernandes (1981a), entendemos que todo o debate e os conflitos em torno da transposição são frutos de um arranjo político dentro da classe dominante, em contraposição aos interesses da classe trabalhadora, que, mesmo num modelo político democrático, fica fadada às ações da classe dominante, o que nos leva a entender que a democracia brasileira, na verdade, é uma democracia incompleta.

Essa nova fração da classe dominante moderna está ligada ao CIC do Nordeste, aos empresários modernos que se vinculam ao modelo agrário exportador e unem interesses comuns com as novas frações emergentes do sudeste representadas no PT (Lulista), num acordo nacional, ou arranjo pelo alto. É justamente esse complexo processo que viabilizou, depois de séculos, a aprovação do projeto de transposição do rio São Francisco.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- AB´SABER, A. “Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida”. In: **Estudos Avançados** 13 (36). São Paulo, 1999.
- ABERS, Rebecca. “Pensando politicamente a gestão da água”. In: ABERS, Rebecca Neaera (Org). **Água e política**. São Paulo: Annablume, 2010.
- ACSELRAD, H (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004 (b)
- ACSELRAD, Henri. “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental”. **Estudos Avançados**. 24.(68). São Paulo, 2010.
- ACSELRAD, Henri. “Meio Ambiente e justiça ambiental: estratégias e ação coletiva”. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, S. PÁDUA, J. A. (orgs) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume, 2004.
- ANDRADE, Manoel Correia de Andrade. **A SECA: Realidade e Mito**. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1985.
- ANDRADE, R. M. T. de. “Da Transposição das Águas do Rio São Francisco à Revitalização a Bacia: as várias visões de um Rio”. **Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco**. Report International Rivers Network. São Paulo, 2002.
- ARAUJO, José Theodomiro de. “Transposição de Águas do São Francisco para o Nordeste”. In: Araujo, José Theodomiro de. **O Velho Chico, uma paixão: uma coletânea de trabalhos sobre o Rio São Francisco**. Recife: Chesf, 2003.
- ARRAES, Esdra. “Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitâneas da Bahia e Pernambuco”. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 21. n. 2. p. 47-77. jul-dez. 2013.
- BARBAN, Wilma. “Fórum Mundial da água – Questões Fundamentais e muitas controvérsias”. In: **REDD, Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.1, n.2, jan/jul.2009.
- BARCA, Stefania. “Desigualdades ambientais: conflitos, discursos, movimentos”. Coimbra, PT: **e-cadernos –Centro de Estudos Sociais**, n. 17, 2012.
- BARREIRA, Cesar. “Os pactos na cena política Cearense: Passado e Presente”. **Revista Instituto Estudo Brasileiro**. SP, 40: 31-49, 1996.
- BEURET, Jean-Eudes. **La conduite de la concertation: pour la gestion de l'environnement et le partage des ressources**. Paris: L’Harmattan, 2006.

- BILLAUD, Jean-Paul. “A injunção da participação no campo ambiental ou a questão da incorporação dos “públicos” nos espaços de discussão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano e compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- BRANCO, Samuel Murgel. **Caatinga: A paisagem e o homem sertanejo**. São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAMELO FILHO, José Vieira. “A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu Vale”. **Revista do Departamento Geografia**, 17 (2005) 83-93.
- CAMPOS, J. N. B e STUDART, T. M. C. “Secas no Nordeste Brasil: origens, causas e soluções”. In: **Anais do IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas**. Foz do Iguaçu, 2001.
- CAPPIO, Dom Luiz Flávio Cappio. São Francisco, a razão e a loucura: entrevista. **Estudos Avançados**. [online]. 2006, vol.20, n.56, pp.271-292.
- CAPPIO, L. MARTINS, A , KIRCHNER, R. **Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte**. São Paulo: Vozes, 2000.
- CARDOSO, M. L. M. “Desafios e potencialidades dos comitês de bacias hidrográficas”. **Ciência. Cultura**. vol. 55 nº. 4 São Paulo Oct./Dec. 2003.
- CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel, 1970.
- CAVALCANTI, Emanuel Ramos. **DESIGUALDADE E SELETIVIDADE NO TERRITÓRIO CEARENSE: O ideário desenvolvimentista dos “governos das mudanças (1987-2007) na estruturação da rede urbana do Estado do Ceará**. Dissertação de Mestrado Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife, 2008.
- COELHO, Marco Antonio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.
- COELHO, Osvaldo. **Rio São Francisco: primeiro a irrigação do Vale**. Brasília: Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2003.

- CONTI, Laura. **Ecologia: Capital, trabalho e ambiente**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº47, março de 1997.
- CRUZ, Elizabeth Ferreira. A problemática da água no mundo: desafios para a luta feminista. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera. (orgs). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SDS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.
- CRUZ, Reginaldo. “Luta pela água, terra e vida no Rio São Francisco”. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- DAGNINO, E. “Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades”. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/Campinas: Unicamp, 2002.
- DAGNINO, Evelina. TATAGIBA, Luciana. “Movimentos sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira.” In: **Revue Internationale de Politique Comparée** 17(2), 2010.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, A. “Prefácio”. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, A. (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.
- DUQUE, G. “Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semi-Árido-ASA para o desenvolvimento sustentável”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 17, 133-140, 2008.
- EMPINOTTI, Vanessa L. E se eu não quiser participar? O caso da não participação nas eleições do Comitê de Bacia do rio São Francisco. **Ambiente & Sociedade**. Campinas: v.XIV, n.1, p. 195-211- jan.-jun. 2011.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileira**. Porto Alegre, Globo/São Paulo: Edusp, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. “O ambiente como questão sociológica: conflitos Ambientais em perspectiva”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n° 35, jan/abr 2014, p. 34-82.
- FONTES, Luiz Carlos da Silveira. **TRANSPOSIÇÃO: ÁGUA PARA TODOS OU ÁGUA PARA POCOS? Anatomia da maior fraude hídrica e conflito federativo de uso da água no Brasil**. In: ALVES FILHO, João (org). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- FURTADO, C. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado/Entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GENNARI, A. M; SILVA, A. C. A. B. “Globalização, nova pobreza e destruição ambiental na América Latina”. **XXVII Congreso de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología**: Buenos Aires, 2009. Publicado em: WWW.aacademica.org/000-062/582
- GODINHO, Alexandre Lima; GODINHO, Hugo Pereira. Introdução: “Breve visão do São Francisco”. In: GODINHO, Alexandre Lima; GODINHO, Hugo Pereira(Orgs). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco da Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. “Movimentos sociais na contemporaneidade”. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Ed. Loyola, 2010.
- GONÇALVES, Claudio Ubiratan; OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. “Rio São Francisco: as águas correm para o mercado”. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 29, n. 2, p. 113-125, jul./dez, 2009
- GONDIM, Linda M. P. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)**. Fortaleza: Editora Unijuí, 1998.
- GUIMARAES JR, João Abner. “O destino dos canais da transposição do rio São Francisco”: In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2010.

- HENKES, Silvana L. “A política, o direito e o desenvolvimento: um estudo sobre a transposição do rio São Francisco”. **Revista Direto GV 20**, São Paulo, 10 (02). p. 497-534. Jul – 2014.
- HERCULANO, Selene. “Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental”. **I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**. Fortaleza, 2006.
- IANNI, Octavio. **Karl Marx: sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.
- KHOURY, Jorge. “Contexto para uma transposição”. In: ALVES FILHO, João (org). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- KHOURY, Luciana. “Um atentado contra o Estado de Direito!” In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- LIMA, L. C. “Além das águas, a discussão no nordeste do Rio São Francisco”. In: **Revista do Departamento de Geografia**, 17 (2005). 94-100.
- LIMA, L. C. **Os Novos Espaços Seletivos no Campo**. Fortaleza, Ceará: EdUECE, 2011.
- LISBOA, Apolo Heringer. “A Caravana em Defesa do São Francisco e do Semi-árido contra a Transposição”. In: ALVES FILHO, João (org). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antonio C.; FERREIRA, Alberto. “Democracia e Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo: Conflitos e articulações de interesses no Projeto São Francisco”. **Texto para Discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: 2013.
- MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. Cia. Editora Nacional, Brasileira, v. 45, 4ª Ed., São Paulo, 1978.
- MAGALHÃES, P. C. A “Transposição das Águas do Rio São Francisco”. In: **Ciência Hoje**. Instituto Ciência Hoje (SBPC), nº 217, v. 37, julho, p. 40-52, 2005.
- MALVEZZI, Roberto. “Mercado de Águas”. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- MARTIN, Gabriela. “O Homem do Vale do São Francisco”, in **O rio São Francisco – a natureza e o homem**. 50 anos da CHESF, Salvador, 1998.
- MARTINEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2015.

- MARTINEZ-ALIER, Joan Martínez. “Conflictos ecológicos y justicia ambiental”. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**. España, N. 103, 2008. P. 11-27.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009 (b).
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo, Contexto, 2009 (a).
- MARTINS, Rodrigo Constante. Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVIII, n. 1 n p. 221-238 n jan.-mar. 2015
- MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MASCARENHAS, A C. M, **Conflito e Gestão de Águas: o caso da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco**. Brasília: CDS/UNB, 2008.
- MATOS, Eduardo Lima de. “Aspectos Jurídicos Controvertidos no Projeto de Transposição”. In: ALVES FILHO, João (org). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. “Governança da água e a gestão dos recursos hídricos: a formação de comitês de bacia no Brasil”. **DELOS. Revista Desarrollo Local Sustentible**. Vol. 5. N. 17 junho 2013.
- MELLO, Flavio Miguez de. “As barragens construídas pelo DNOCS”. In: MELLO, Flavio Miguez de. (coord). **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI : cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens** / [coordenador, supervisor, Flavio Miguez de Mello ; editor, Corrado Piasentin]. - Rio de Janeiro : CBDB, 2011.
- MÉSZÁROS, Stivan. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária”. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

- OLIVEIRA, Francisco. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. O momento Lênin. **Novos Estudos Cebrap**. N. 75. São Paulo. Jul 2006.
- PAOLI, Maria Célia. “Introdução”. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- PORTO, Marcelo Firpo; FINAMORE, Renan; FERREIRA, Hugo. “Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, N. 100, MAIO 2013.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. “Problemática Ambiental = Agenda Política. Espaço, território, classes sociais”. **Boletim Paulista de Geografia. Perspectiva Crítica**. n. 83. dez. 2005. p. 91-110.
- SAID, Magnólia. “Água no Semi-árido”. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- SANTOS, Danton Francisco dos. “Morto o “Velho Chico”, morto fica uma das fontes da vida!” In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- SANTOS, Juracy [et al]. **Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Tumbalalá**. Manaus, UEA Edições, 2010a.
- SANTOS, Juracy [et al]. **Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Truká**. Manaus, UEA Edições, 2010b.
- SANTOS, M. E. Et all. “Análise Comparativa do Significado da Participação nos Comitês das Bacias dos rios Paraguaçu e São Francisco”. In: **Anais do III Encontro da ANPPAS**, Brasília 2006.
- SARMENTO, Francisco Jácome. **Transposição do Rio São Francisco: realidade e obra a construir**. Brasília: Do autor, 2005.
- SASAHARA, Aline. “Um amigo que é o Rio”. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo. O. (2005), “Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais

- e a destruição dos monumentos fluviais”, in: SEVÁ FILHO (org.), **Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network.
- SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo. “A era final das grandes represas e transposições entre bacias fluviais: assumir e aliviar os passivos existentes, restringir e cancelar projetos.” In: **Conferência Encuentro por una Nueva Cultura Del Agua en America Latina. Sessão: Alternativas a lãs Estrategias de Grandes Obras Hidraulicas**. Fortaleza, Ceará, Brasil, 07 de dezembro de 2005 (mimeo).
- SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Revista Ciência e Cultura, temas e tendências**. SBPC, ano 60, v.3, p.44-50, jul./ set. 2008.
- SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo. O. “A questão ambiental e a tecnologia na luta ideológica”. In: **Revista do Rio de Janeiro: UERJ**, Ano IV, n. 4, 1997.
- SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. **O. Neo-desenvolvimentismo: máscara do imperialismo, ameaça à democracia**. Ibase, outubro de 2010.
- SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo. O. **Territórios-resistência do povo e regiões-alvo do capital: Notas sobre a espoliação e a luta política**. IFCH/UNICAMP, 2012. (mimeo).
- SHIVA, Vandana. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro**. São Paulo: Livros Radicais, 2006.
- SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. “Desigualdade Social e Meio Ambiente: a necessidade do reconhecimento da água como direito humano”. In: GENNARI, Adilson Marques; ALBUQUERQUE, Cristina Maria Pinto. **Políticas Públicas e desigualdades sociais: debates e práticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- SILVA, Paulo; BERNARDES, Alexandre. **Unidade de Conservação: Análise da fragilidade ambiental do Parque Nacional da Serra da Canastra – MG**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Usoderecursos/01.pdf>
- SIQUEIRA, Ruben. “Tramas da imagem, percursos de um Rio-Povo”. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: Silvamarts, 2010.

- SIQUEIRA, Virgílio. **À margem de um rio seco**. In: Cânticos de sol e chuva. Petrolina: Do autor, 2013.
- SOARES, Edmilson. “Seca no Nordeste e a transposição do rio São Francisco”. **Geografias**. Belo Horizonte, 01 de julho – 3 de dezembro de 2013. Vol. 9, nº 2, 2013.
- SUASSUNA, João. **Transposição do Rio São Francisco na perspectiva do Brasil real**. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.
- TELLES, Vera. “Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos” **Revista Polis**, n. 14, 1994.
- THÉ, Ana Paula Glinfskoi. “Um Rio para Rosa”. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. . Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- Thompson, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. In: **Lua Nova** [online]. 1999, n. 48, pp. 109-126.
- TOURAINÉ, Alain. O que é a democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal entendidos. **Lua Nova**. São Paulo. (17) jun. 1989.
- UNGER, Nancy Mangabeira. Da foz à nascente: o recado do rio. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- VASCONCELOS, Aurélio Alves de. “Usina Hidroelétrica de Angiquinho”. In: MELLO, Flavio Miguez de. (coord). **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI : cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens**. Rio de Janeiro : CBDB, 2011.
- VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. “Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas”. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR n. 19, p. 145-157, jan/jun 2009.
- VIEIRA, Leonardo Lopes de Azevedo; BARROS, Thaís Tonin de; PIMENTEL, Irene M. Chaves; FAIÃO, Daniel; PEDROSA, Valmir de Albuquerque. “A futura oferta de água pelo Canal do Sertão Alagoano”. In: **IX Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste**, Salvador, 2008.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “O campesinato brasileiro: uma história de resistência.” **Revista Economia e Sociologia Rural**. [online] 2014, vol. 52, suppl. 1, pp. 25-44.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EdUnb, 1988.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural Questões Metodológicas Emergentes**.

Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

ZELLHUBER, Andrea; SIQUEIRA, Ruben. Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização. **Caderno do CEAS**. N. 227, 2007.

ZINCLAR, João. “Luta pelo água: Um conflito de Classes”. ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as águas no Sertão**. Campinas-São Paulo: SILVAMARTS, 2010.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- AB´SABER, A. “Nordeste sertanejo: a região semiárida mais povoada do mundo”. In: **Estudos Avançados** 13 (35), 1999.
- ABERS, Rebecca Neaera (org.). **Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil**. São Paulo, SP: Annablume, 2010.
- ABERS, Rebecca Neaera. JORGE, Karina Dino (2005) Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? In: **Ambiente & Sociedade**. Vol VIII, nº 2, jul/dez 2005. pp. 1-26.
- ABERS, Rebecca Neaera. JORGE, Karina Dino (2005) Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? In: **Ambiente & Sociedade**. Vol VIII, nº 2, jul/dez 2005. pp. 1-26.
- ABREU, T. L. M. *O sistema Sobradinho no Contexto da Transposição do Rio São Francisco*. São Paulo: NACI/PUCSP .**Textos para Discussão: 23/2005**.
- ALVES FILHO, João. **Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- ANDRADE, M. C. O . **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Classes sociais e agricultura no nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1985.
- ANDRADE, R. M. T. de. “Quebrando o “Rio da unidade nacional: comunidades tradicionais na política do Rio São Francisco”. In: **Concursos de Monografias sobre Temas Brasileiros**. São Francisco: Consulado do Brasil, 2005.
- ANDRADE, R. M. T. de. “Um povo esquecido: projetos apagam a biodiversidade e o território tradicional no Rio São Francisco”. In *:<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/13.shtml>*. SBPC. Universidade de Campinas, 2005.
- ARAÚJO, M. L. C. Controle Ambiental e Participação Social. **Trabalhos para Discussão**, n 114/2001. FUNDAJ, Recife.
- BARBOSA, E. K. **O Projeto de Transposição do rio São Francisco e o Contexto das Políticas de Desenvolvimento para o Nordeste**. Rio de Janeiro, 2010. (Dissertação de Mestrado da Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – UFRJ)

- BARNAUD, Cécile. La participation, une légitimité en question. In : **Natures Sciences Sociétés** 21, 24-34 (2013).
- BEURET, Jean-Eudes. Petits arrangements entre acteurs... Les voies d'une gestion concertée de l'espace rural. In : **Natures Sciences Sociétés**, 1, 21-30 (1999).
- BEZERRA, E. **O Rio São Francisco: a polêmica da transposição**. Fortaleza: Série A Gráfica, 2002.
- BILLAUD, J.-P. **Marais poitevin: rencontre de la terre et de l'eau**, Paris, L'Harmattan, 1984.
- BOULETEL, M., LARCENEUX, A. & BARCZAK, A., **Gouvernance de l'eau. Intercommunalités et recomposition des territoires**. Dijon, EUD, 2010, 258 p
- BRASIL, D. R. **O mar virou Sertão: a transposição do rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana**. Brasília: CDS/UNB, 2011.
- CAPPIO, D. L. F. Transposição das águas do Rio São Francisco. São Paulo: **Estudos Avançados** 22 (63), 2008.
- CARVALHO, Marcos (org). **Vale do São Francisco, imagens e história**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 2008.
- CASTRO, C. N. *Transposição do Rio São Francisco: uma análise de oportunidade do projeto*. Rio de Janeiro: **IPEA: Texto para Discussão n. 1577**, fevereiro de 2011.
- CAÚLA, B. Q. e MOURA, G. B. "Aspectos ambientais e jurídicos da transposição do Rio São Francisco". In: **Anais do III Encontro da ANPPAS – 23 a 26 de maio de 2006**.
- CHRISTOFIDIS, D. **Olhares sobre a política de recursos hídricos no Brasil: o caso da bacia do rio São Francisco**. Brasília: CDS/UNB, 2001.
- CIRILO, José Almir (org.). **O uso sustentável dos recursos hídricos em regiões semi-áridas**. Recife, PE; Porto Alegre, RS: Editora Universitária da UFPE: Associação Brasileira de Recursos Hidricos, 2007.
- COLLARD, Anne-Laure; BURTE, Julien; PITON, Florence; JACOBI, Pedro Roberto; JAMIN, Jean-Yves. Accès à l'eau et clientélisme dans le Nordeste brésilien. In : **Natures Sciences Sociétés** 21. 35-44, 2013.
- COSTA, P. R. S. M. Et all. **Instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: articulação e poder**. In: VII CONNEPI. Palmas, 2012.
- COSTA, S. "La esfera pública y las mediaciones entre cultura y política: el caso de Brasil" In: **METAPOLÍTICA**, vol. 3, núm. 9, enero/marzo, 1999.
- COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. In: **Novos**

Estudos CEBRAP, nº47, março de 1997.

- DAGNINO, E. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, in **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización** (Daniel Mato, ed.). Caracas, Venezuela: FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DAGNINO, E. OLIVEIRA, A. PANFICHI, A. (orgs) **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra: Campinas, SP: Unicamp, 2006.
- DAGNINO, Evelina. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil em tiempos de globalización** (Daniel Mato, ed.) Caracas, Venezuela: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DUQUE, G. “A experiência de Sobradinho: problemas fundiários pelas grandes barragens”. **Cadernos CEAS**. n. 91 maio/junho, 1984.
- DUROUSSET, Eric; COHEN, Marianne. “Exclusion sociale et gestion des ressources hydriques : le double défi des politiques de developpement dans la zone semi-aride du Brésil”. In : **Natures Sciences et Sociétés**, 2, 17-30, 2000.
- GOMES, Alfredo Macedo. **Imaginário social da seca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Editora Massangana, 1998.
- HUBERT, Bernard; AUBERTIN, Catherine; BILLAUD, Jean-Paul. “Recherches participatives, recherches citoyennes...une clarification nécessaire”. In : **Natures Sciences Sociétés** 21, 1-2 (2013).
- JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida (org.). **Governança da água na América Latina e Europa: autores sociais, conflitos e territorialidade**. São Paulo, SP: Annablume, 2009.
- JORDÃO, Fred; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Água para o agreste**. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2010.
- KETTELHUT, J. T. S., Amore, L., Leeuwestein, J. M. “A experiência brasileira de implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas”. In: **Anais do Simpósio Internacional sobre Gestão de Recursos Hídricos**. Gramado, RS, outubro de 1998.
- LEAL, Alessandra Fonseca; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa (Orgs.) **Beira Vida Beira Rio: vida, comunidade e cultura no rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2013.

- LEVEAU, Philippe. «La gestion intégrée de l'eau dans l'histoire environnementale : savoirs traditionnels et pratiques modernes». In : **Natures Sciences Sociétés** 16, 173-175 (2008).
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- MARTINS, R. C. “Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo”. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 15, nº2, 2007.
- MARTINS, R. C. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15. jan/jun 2006.
- MAWAKDIYE, A “Canais da discórdia: transposição do rio São Francisco, uma ideia tão antiga quanto a polêmica”. São Paulo. **Problemas Brasileiros**, n. 368, p. 4-15, mar/abril 2005.
- MEDEIROS, F. J. e SOUZA, I. **A seca do Nordeste, um falso problema. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MELLO, C. C. do A. “O debate parlamentar sobre o projeto de transposição do rio São Francisco no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002)”. In: Alvarado Merino, Gina (org). **Gestão ambiental y conflito social em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- MENEZES, M. N. de. **As águas da disputa: um estudo da experiência do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco da Bahia**. Brasília: Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2009.
- MODERNELL, R. “O destino do velho Chico – O horizonte é incerto, mas a vida ainda pulsa cheia de cores ao longo do lendário rio São Francisco”. In: **Os caminhos da terra**. 2002.
- NEVEU, Catherine. “Démocratie participative et mouvements sociaux : entre domestication et ensauvagement” ? **Revue Participations**, 1-2001.
- OLIVEIRA, F. **Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PESSOA, D. **Espaço Rural e Pobreza no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Massangana, 1990.
- PESSOA, D. **Transposição do rio São Francisco: A dimensão sócio-econômica**. Recife, Editora Massangana / DNOS, 1989.

- PIERSON, D. **O Homem do Vale do São Francisco**. Tomo I e II. Rio de Janeiro, 1972.
- SANTOS, Antônio Gomes. **Pescando cidadania**. Maceió: Editora Q. Gráfica, 2010.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, F. J. **Transposição do Rio São Francisco: realidade e obra a construir**. Brasília: Do autor, 2005.
- SANTOS, M. E. Et al. Análise Comparativa do Significado da Participação nos Comitês das Bacias dos rios Paraguaçu e São Francisco. In: **Anais do III Encontro da ANPPAS**, Brasília 2006.
- SIGAUD, L. et al. **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais**. São Paulo: AIE/COPPE/Marco Zero/CNPq, 1988.
- SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. “A Transposição das Águas do Rio São Francisco: Interesses e Conflitos”. **XI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**: UFBA, 2011.
- SOLINIS, G. **Construire des gouvernances : entre citoyens, décideurs et scientifiques**, [Bruxelles], Ed. P.I.E -Peter Lang, 2005, 288 p
- SUASSUNA, J. “As águas do Nordeste e o projeto de Transposição do Rio São Francisco”. Recife: **Anais da Academia de Ciência Agrônoma**, vol. 3, p. 30-44, 2006.
- SUASSUNA, João. **Transposição das águas do Rio São Francisco para o abastecimento do Nordeste semiárido: solução ou problema?** Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/joão.html. Acessado em: 08 de março 2014.
- TELLES, Vera. Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. In: **Tempo Social**; Rev. Sociologia, USP, São Paulo, 2(1): 23-48, 1º semestre, 1990.
- VALE, D. C. A “Transposição das Águas do Rio São Francisco – uma revisão temática.” **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma**, Recife, vol. 3, p. 53-72, 2006.
- VALÊNCIO, Norma. **Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência**. São Carlos: RIMA, 2007.

- VIANA, C. **Conflitos socioambientais do Projeto de integração do rio São Francisco**. Brasília: CDS/UNB, 2005.
- VIEIRA, F. A Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil: democracia direta na gestão dos recursos hídricos? In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 11, p. 109 -121, outubro 2011.
- VILLALBA, Bruno. L'Écologie Politique face au délai et à la contraction démocratique. In : **Ecologie & politique**, 2010/2 N°40 (95 – 113).
- ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Développement et violence sociale dans le Brésil Rural : le cas des barrages hydroélectriques. In : **Ecologie & Politique**. 2008/1 N°35(133- 145).

DOCUMENTOS CITADOS:

ANA. Brasília (DF). Análise do pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. Nota Técnica nº 390/2005/SOC. 19 set. 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/NOTA+TECNICA+390+2005+ANA.pdf/2d62a46f-88c5-4bdc-956e-70610ac3247a>

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Brasília (DF). Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Audiência pública : Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Brasília (DF) **Projeto de Integração do Rio São Francisco.** Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/beneficios>. Acesso em: 18/01/2015.

CBHSF. Afogados da Ingazeira (PE). Ajuda Memória das XVII e XVIII Plenárias realizadas nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 2007. Material do acervo do CBHSF. CBHSF. Juazeiro (BA). Memória da III Reunião Plenária realizada no dia 28 de julho de 2004.

CBHSF. Rios perenes, efêmeros e intermitentes. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/rios-perenes-efemeros-e-intermitentes/> (20--).

CBHSF. Salvador (BA). Ata da V Reunião Plenária de Natureza Extraordinária realizada no dia 27 de outubro de 2004. Documentação fornecida pelo CBHSF. CBHSF. Salvador (BA). **Usos múltiplos na bacia hidrográfica do rio São Francisco - Políticas e prioridades.** Relatório Técnico. CBHSF, 2013. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/saladesituacao/ReducaoTemporaria/RelatoriosCHESF/2015/UsosMultiplosBaciaHidrograficaRioSaoFrancisco_Politicaprioridades.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

CNRH. Brasília (DF). **Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional.** RESOLUÇÃO Nº 47 de 17 DE JANEIRO DE 2005. (a).

CNRH. Brasília (DF). **Ata da XV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos realizada no dia 17 de janeiro de 2005.** p. (01-15). Disponível em: http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=177&Itemid=

CNRH. Brasília (DF). **Ata da XV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos realizada no dia 17 de janeiro de 2005** (b).

CODEVASF HOJE. “Rio São Francisco completa 506 anos de descobrimento”. Informativo Mensal, novembro de 2007.

HELENA, Deputada Maria. [Requerimento número 18/2005 da CINDRA] Brasília (DF), março de 2005. Presidente da Câmara dos Deputados. Brasília (DF). 02 folhas: Requerimento número 18/2005. Assunto: Solicitação para convidar o Ministro da Integração para se pronunciar acerca da Proposta do Poder Executivo que trata de transposição das águas do rio São Francisco. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ECD358EBA7DD73C83B0AF4BB143FEEC6.proposicoesWebExterno1?codteor=281295&filena me=Tramitacao-REQ+18/2005+CINDRA. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

ICMBIO. Parque nacional da serra da canastra. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertas-a-visitacao/198-parque-nacional-da-serra-da-canastra.html>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

IPHAN. Penedo (AL). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/110> **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.** Brasília (DF). Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Relatório de Impacto Ambiental. jul .2004

Ministério da Integração Nacional. **Projeto de integração do Rio São Francisco. PBA07.** Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA07.pdf/7645b1db-1dfb-466c-9acd-c84e29060b9e>. Acesso em 21 fev 2017.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Brasília (DF). Projeto de integração do Rio São Francisco. PBA17. Disponível em: <http://rladr.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA17.pdf/a0b1b1f8-6c7c-4451-bf2b-67a8aee194c7>. Acesso em 21 fev 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. [Ofício] 13 de março de 2008, Brasília (DF) [para] MACHADO, Antonio Thomaz Gonzaga da Matta (CBHSF) 03 folhas. Ofício nº127/2008/GM/MMA. Conflito pelo uso de águas na bacia do rio São Francisco.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. [Ofício] 13 de março de 2008, Brasília (DF) [para] MACHADO, Antonio Thomaz Gonzaga da Matta (CBHSF) 03 folhas. Ofício nº127/2008/GM/MMA. Conflito pelo uso de águas na bacia do rio São Francisco.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2016.

MMA. Deliberações – I Conferência. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/i-conferencia/deliberacoes>.

MMI. Brasília (DF). Projeto de Integração do Rio São Francisco. (20-). Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco>. Acesso em diversas datas desde o ano de 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Casa Civil). Brasília (DF). Decreto de junho de 2001. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2012/05/decreto-de-criacao-cbhsf1.pdf>

SBPC. Recife (PE). Workshop sobre a transposição de águas do rio São Francisco. Relatório das discussões. In: Encontro Internacional sobre transferência de águas entre grandes bacias hidrográficas. Out. 2004.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CBHSF.[Ofício] 10 de janeiro de 2008, Salvador (BA) [para] SILVA, Marina (Ministério do Meio Ambiente). Brasília (DF). 01 folha. Notificação Referente ao Processo nº 001/04 – Conflito de Uso de águas da Bacia do rio São Francisco.

TOMÁZ, Alzeni et al. Relatório de Denúncia. Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do rio São Francisco. APOIME, AATR, NECTAS/UNEB, CPP e CIMI, 20--. Disponível em http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1241549933_relatapoinmetransp.pdf. Acesso em: 01 fev. 2014

DOCUMENTOS CONSULTADOS:**Documentos referentes ao Processo. N. 001/2004. Referente ao Conflito de Uso instaurado pelo Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco:**

AATR-BA. [Carta]. 12 de setembro de 2004. Salvador (BA) [para] Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Solicitação de agilidade no processamento do procedimento 001/2004.

CBHSF. Salvador (BA). Informações para o processo administrativo n. 001/2004. 12 set. 2005. Folha n. 53.

CBHSF. [Carta] 13 jul. 2005. [para] à Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Encaminhamento para conhecimento e para a adoção de medidas com relação ao Processo de Conflito de Uso.

CBHSF. Salvador (BA). Relatório de Conflito de Uso. 10 de julho de 2005.

CBHSF. [Carta] 05 jul. 2005. [para] Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Informação sobre o processo iniciado em 27/10/2004 pelo Fórum Permanente de Defesa do São Francisco.

FÓRUM PERMANENTE DE DEFESA DO SÃO FRANCISCO. [Carta] Salvador (BA). 06 jun. 2005. [para] CBHSF. Carta de ratificação dos termos iniciais do Conflito de Uso das Águas suscitado pela entidade (Processo n. 001/04).

CBHSF. [Carta] Salvador (BA). 25 maio 2005. [para] Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco. Proc. 001/2004. Solicitação de ratificação do requerimento de instauração do processo.

CBHSF. Salvador (BA). Informações para o processo administrativo n. 001/2004. Folha 50. 06 de junho de 2005.

CBHSF. CT Plano, Programa e Projetos e CT Outorga e Cobrança. [Carta] Salvador (BA). 25 maio 2005. [para] Secretário Executivo do CBHSF. Processo administrativo suscitado pelo Fórum de Defesa do Rio São Francisco.

CBHSF. [Carta] Belo Horizonte (MG). 25 fev 2005. [para] Secretário Executivo do CBHSF, referente ao proc. N. 001/2004. Conflito de Uso.

CBHSF. [Ofício] Salvador (BA). 17 dez. 2004. [para] Secretário Executivo CBHSF. Referente ao Proc. N. 001/2004: Solicitação de providências com relação ao cumprimento do cronograma de atividades de análise das partes envolvidas no processo, proposto pelas Câmaras Técnicas do Comitê.

CBHSF . Secretaria Executiva. [Ofício 208/2004] Salvador (BA). 10 dez. 2004. [para] Presidente do CBHSF. Proc. 001/2004 – representação que suscitou o conflito de **uso das águas na bacia hidrográfica do rio São Francisco.**

CBHSF. Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos. Câmara Técnica de Outorga e Cobrança. [Carta]. Salvador (BA). [para] Secretaria Executiva do CBHSF. Encaminhamento de Cronograma Físico das Atividades para análise da representação que suscitou o conflito do uso das águas na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

CBHSF.[Carta] Salvador (BA). 18 nov. 2004. [para] Ministro de Estado da Integração Nacional Ciro Gomes. Encaminhamento da cópia do Processo CBH-SF n. 001/2004.

CBHSF.[Carta] Salvador (BA). 18 nov. 2004. [para] Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Encaminhamento da cópia do Processo CBH-SF n. 001/2004

CBHSF.[Carta] Salvador (BA). 18 nov. 2004. [para] Secretário Executivo do CNRH João Bosco Senra.. Encaminhamento da cópia do Processo CBH-SF n. 001/2004.

MMA. [Ofício n. 1023] Brasília (DF). 18 nov 2004. [para] Presidente do CBHSF José Carlos Carvalho. Processo CBH-SF n. 001/2004. Solicitação de cópia do processo.

CBHSF. [Requerimento] Salvador (BA). [para] Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, João Bosco Senra. Informação sobre a instauração do processo CBH-SF n. 001/2004.

CBHSF. [Ofício n. 226/06] Belo Horizonte/MG, 21 de agosto de 2006. [para] Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos.. Assunto: Solicitação de Parecer Técnico referente ao Processo n. 001/2004 – Conflito de Uso de Águas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CBHSF.[Ofício n. 225/06] da Presidência do Comitê, Belo Horizonte, 21 ago. 2006. [para] destinada à Câmara Técnica de Outorga e Cobrança. Solicitação de Parecer Técnico referente ao Processo n. 001/04 – Conflito de Uso de Águas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CBHSF. [Abaixo assinado] Afogados da Ingazeira. 11 dez. 2007. Solicitação da inclusão para deliberação e discussão na Pauta da XVII Plenária do CBHSF em caráter de urgência e relevância o tema Conjuntura da Transposição do Rio São Francisco e Processo Administrativo 001/2004.

CBHSF. [Ofício n. 438/2007]. Salvador, 05 out. 2007. SECEX/CBHSF [para] Desembargador Federal Souza Prudente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Sobre o procedimento administrativo n. 001/2004.

CBHSF. [Ofício Circular CBHSF/Secretaria]. Salvador (BA) 19 out.2004. [para] Membros do CBHSF. Convocação dos membros titulares a V Plenária do CBHSF, de natureza EXTRAORDINÁRIA, do dia 27 out. 2004, na cidade de Salvador-BA.

FÓRUM PERMANENTE DE DEFESA DO SÃO FRANCISCO. [Documento] 23 out. 2004. [para] Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. CONFLITO DE USO DAS ÁGUAS da Bacia do Rio São Francisco com base no artigo 38, inciso II da Lei n. 9433/97

CBHSF. [Deliberação CBHSF n.19]. Processo n. 001/2004., de 27 de outubro de 2004. Interessado: Fórum de Defesa do São Francisco.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. [Ofício n. 2443/CTUR6]. Processo: MAS 2004.34.00.046483-4/DF. Apelante: Ministério Público Federal. Apelado: União Federal. Brasília, 10 de setembro de 2007.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. [Apelação no Mandado de Segurança n. 2004.34.00.046483-4/DF]. Relator: Desembargador Federal Souza Prudente. Apelante: Ministério Público Federal. Procurador: Francisco Guilherme Vollstedet Bastos. Apelado: União Federal. 03 set. 2007.

MMA. [Ofício n. 2009/2007-DIPRO/IBAMA] Brasília (DF). 01 out. 2007. [para] presidente do CBHSF, informando a solicitação de informações feita pelo Desembargador.

CBHSF. [Ofício n. 460-CBHSF/SECEX]. [para] CPP-Articulação Popular Baixo São Francisco (Alzeni Thomaz). Resposta ao Abaixo-Assinado de solicitação de inclusão dos pescadores artesanais como parte autora do Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco para o Projeto de Transposição, recebido em 08 out. 2007.

FÓRUM PERMANENTE DE DEFESA DO SÃO FRANCISCO. [Carta] Juazeiro (BA). 26 set. 2007. [para] Diretoria Executiva e aos membros do CBHSF. Solicitação de inclusão dos pescadores como autores do processo Conflito de uso das águas do rio São Francisco para o projeto de transposição.

CBHSF. [Ofício n° 001/08] Salvador (BA) 10 jan. 2008. [para] Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Notificação referente ao Proc. n° 001/2004 – Conflito de Uso de Águas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CBHSF. [Ofício n° 001/08] Salvador (BA) 10 jan. 2008. [para] IBAMA. Notificação referente ao Proc. n° 001/2004 – Conflito de Uso de Águas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CBHSF. [Ofício n° 001/08] Salvador (BA) 10 jan. 2008. [para] MIN. Notificação referente ao Proc. n° 001/2004 – Conflito de Uso de Águas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CBHSF. [Termo de Arquivamento]. Belo Horizonte (MG). 08 fev. 2015. Processo Administrativo 001/2004. Conflito de Uso da Transposição. Interessado: Fórum Permanente de Defesa do São Francisco. Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2015.

Outros Assuntos:

CBHSF. Reunião da Diretoria Colegiada (reunião ordinária) - Memória Sintética de Reunião. 23/02/2005. Tópicos: 1) Informes da Presidência e da Secretaria Executiva; 2) Discussão e aprovação das Normas e procedimentos para o processo de renovação dos membros do CBHSF; 3) Aprovação, ad referendum, da Constituição da Câmara Técnica de Articulação Institucional; 4) Renovação do Convênio com a ANA; 5) Propostas de ações e projetos 2005, agência de bacia e criação das unidades regionais; 6) Avaliação do contexto referente ao Plano da Bacia, Programa de Revitalização e ao Projeto de Transposição e encaminhamentos; 7) Análise dos encaminhamentos do processo de conflito de usos suscitado pelo Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco.

CBHSF. [Ofício circular CBHSF/Secretaria]. 19 out. 2004. [para] Membros do CBHSF. Sobre a convocação dos membros titulares a IV Reunião Plenária do CBHSF, de natureza EXTRAORDINÁRIA, nos dias 26 e 27 de outubro de 2004. Finalidade da Plenária: apreciação, discussão e votação da *Deliberação sobre limites, prioridades e critérios de alocação e outorga para usos externos à bacia como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*. Documento de 19 de outubro de 2004.

CARAVANA EM DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO E DO SEMI-ÁRIDO. [Ofício n. 42/2007]. [carta] 28 set. 2007. [para] endereçada aos governadores Jacques Wagner, da Bahia e Marcelo Deda, de Sergipe. Exigências sobre a proposta de suspensão do eixo norte da Transposição. Esta carta foi assinada por representantes do Comitê e representantes dos movimentos sociais organizados na Caravana, que lutam em defesa do rio São Francisco.

ANA. Agência Nacional de Águas. [Nota Técnica n. 390/2005/SOC] de 19 de setembro de 2005. Análise do pedido de outorga de direito e uso de recursos hídricos para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Proc. n° 02501.000006/2001-51.

ANA. Agência Nacional de Águas. [Nota Técnica n°007/2005/SOC] de 14 de janeiro de 2005. Assunto: Subsídios à PGE sobre a Ação n°2005.33.00.000080, proposta pelo Ministério Público Federal do Estado da Bahia e Outros contra o Projeto de Integração do Rio São Francisco.

ATAS e Relatórios:

CNRH. Brasília (DF). **Ata da XV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos** realizada no dia 17 de janeiro de 2005 (b).

CBHSF. Pirapora (MG). **Ata da VI Reunião Plenária Ordinária** realizada no dia 16 de junho de 2005.

CBHSF. Pirapora (MG). **Ata da VII Reunião Plenária Ordinária** realizada no dia 17 de junho de 2005, realizada em Pirapora/MG. CBHSF. XV e XVI

CBHSF. **Ajuda Memória – XIII Plenária Extraordinária**. Alteração do Regime interno do CBHSF. 11 de abril de 2007 – Salvador/BA.

CBHSF. **Ajuda Memória – XIV Plenária Ordinária**. Fortalecimento Institucional do CBHSF: criação da Agência de Bacia do Rio São Francisco. 12 de abril de 2007. Salvador/Bahia.

CBHSF. **Ajuda Memória.XVII e XVIII Plenárias do CBHSF**. 10 a 12 de dezembro de 2007. Afogados da Ingazeira/PE.

CBHSF. **Ajuda Memória. XI Reunião Plenária Ordinária do CBHSF**, 07 de dezembro de 2006.

CBHSF. **Ata da Primeira Reunião Plenária Ordinária do CBHSF**. 11 de maio de 2003, São Roque de Minas/MG.

CBHSF. **Ata da Reunião de Posse do CBHSF**, dezembro de 2002. Brasília-DF.
CBHSF. **Ata da II Reunião Plenária do CBH São Francisco**. 01 de outubro de 2003. Penedo/AL.

CBHSF. **Ata da quinta Reunião Plenária, de natureza Extraordinária do CBHSF**. 27 de outubro de 2004. Salvador/BA.

CBHSF. **II Reunião Plenária do CBHSF**. Pendo/Alagoas. 01 a 04 de outubro de 2003.

CBHSF. **Relatório (memória) da III Reunião Plenária do CBHSF**. Juazeiro/ Bahia. 28, 29 e 30 de julho de 2004.

CBHSF. **Relatório (memória) da Abertura da III Reunião Plenária do CBHSF**. 28 de julho de 2004. Juazeiro/BA.

CBHSF. **Relatório da I Sessão Plenária da III Reunião Plenária do CBHSF**. Juazeiro/ Bahia. 28, 29 e 30 de julho de 2004.

CBHSF. Relatório da II Sessão Plenária da III Reunião Plenária do CBHSF. Juazeiro/ Bahia. 29 de julho de 2004.

CBHSF. Relatório da III Sessão Plenária da III Reunião Plenária do CBHSF. Juazeiro/ Bahia. 30 de julho de 2004.

CBHSF. Relatório da IV Sessão Plenária da III Reunião Plenária do CBHSF. Juazeiro/ Bahia. 30 de julho de 2004. Relatório da quarta Sessão Plenária.

CBHSF. ATA 6º Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos – CTPP. Salvador, de 19 de outubro de 2006.

CBHSF. Ata da Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança-CTOC. Salvador, 27 de novembro de 2006.

CBHSF. Ata da Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC. Salvador, 06 de novembro de 2006.

CBHSF. Síntese da Reunião da Diretoria Colegiada. Belo Horizonte, 25 de agosto de 2006.

CBHSF. ATA 4º Reunião Ordinária da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL. Salvador, 12 de junho de 2006.

CBHSF. ATA 3º Reunião Ordinária da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL. Salvador, 16 de fevereiro de 2006.

CBHSF. ATA 2º Reunião Ordinária da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL. Salvador, 02 de dezembro de 2005.

CBHSF. ATA 1º Reunião Ordinária Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL. Salvador, 29 de setembro de 2005.

Moções:

CBHSF. [Moção CBHSF n. 02] de 09 de dezembro de 2005. Aprovação da Moção que solicita a reavaliação da outorga e adoção de providências relativas à elaboração de estudos complementares, visando a real comprovação da disponibilidade hídrica nas bacias doadoras e receptoras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

CBHSF. [Moção CBHSF. n. 03] de 09 de dezembro de 2005. Aprovação da Moção encaminhada à Agência Nacional das Águas, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Ministério da Integração Nacional, solicitando a reavaliação da sustentabilidade hídrica contida no

Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica concedida pela ANA, e adoção de providências relativas à elaboração de estudos complementares, visando a real comprovação da potencialidade do aproveitamento hídrico ao longo das bacias hidrográficas receptoras e doadora.

Documentos da Articulação São Francisco:

ARTICULAÇÃO POPULAR PELA REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO. Sobradinho (BA). Relatório de Denúncia. “Aceleração do Crescimento” na Bacia do Rio São Francisco. O traçado de conflitos e injustiças sociais e ambientais. 16 out.2008. (14 páginas)

Documentos da Comissão Pastoral da Terra :

Registros de Conflito pela água – Rio São Francisco:

Durante o ano de 2005.

1. Alagoas: Porto Real do Colégio – Transposição do rio São Francisco – Data do Registro: 22/03/2005. Tipo de conflito: uso e preservação. Situação do conflito: Divergência.
2. Bahia: Bom Jesus da Lapa – Comunidade Remanescente de Quilombo Piranhas. Data do Registro: 08/09/2005. Envolvidos: 70 famílias. Tipo de Conflito: Apropriação particular. Situação do Conflito: Destruição e ou poluição.
3. Minas Gerais : Três Marias – Barragem Três Marias/Cia. Mineira de Metais. Data do Registro: 11/11/2005. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Destruição e/ou poluição.
4. Pernambuco: Cabrobó – Índios Truká. Data do Registro: 22/05/2005. Envolvidos: 700 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Diminuição do acesso à água.
5. Pernambuco: Cabrobó – Transposição do rio São Francisco. Data do Registro: 29/09/2005. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Divergência.

Durante o ano de 2006:

1. Minas Gerais: Três Marias. Votorantim-VM/Barragem Três Marias/CMM. Data do Registro: 28/03/2006. Envolvidos: 480 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açude. Situação do Conflito: Destruição e/ou poluição.
2. Sergipe: Amparo de São Francisco. Comunidade Quilombola Pontal dos Crioulos/Lagoa dos Campinhos. Data do Registro: 06/05/2006. Envolvidos: 120 famílias. Tipo de Conflito: Apropriação Particular. Situação do Conflito: Impedimento de acesso à água.
3. Sergipe: Brejo Grande. Povoado Samarém/Samarém. Data do Registro: 26/07/2006. Envolvidos: 70 famílias. Tipo de Conflito: Apropriação Particular. Situação do Conflito: Impedimento de acesso à água.

Durante o ano de 2007:

1. Alagoas: Delmiro Gouveia. Barragem da CHESF. Data do Registro: 19/03/2007. Envolvidos: 1800 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Impedimento de acesso à água.
2. Bahia: Rodelas/Glória/Paulo Afonso. Barragem de Itaparica. Data do Registro: 24/07/2007. Envolvidos: 700 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Não reassentamento.
3. Pirapora/Três Marias. Votorantim-VM/Barragem Três Marias/CMM/Cemig. Data do Registro: 30/03/2007. Envolvidos: 1500 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Destruição e/ou poluição.
4. Pirapora/Várzea da Palma/Ibiaí. Barra do Guaicui/Rio das Velhas/São Francisco. Data do Registro: 15/10/2007. Envolvidos: 120 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Destruição e/ou poluição.
5. Pernambuco: Cabrobó – Índios Truká/Tonho da Latinha. Data do Registro: 07/08/2007. Envolvidos: 500 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Desconstrução do histórico-cultural.
6. Pernambuco: Cabrobó – Transposição do Rio São Francisco. Data do Registro: 26/06/2007. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Divergência.
7. Pernambuco: Cabrobó – Transposição do Rio São Francisco. Data do Registro: 21/11/2007. Envolvidos: 1900 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Divergência.
8. Pernambuco: Petrolina. Data do Registro: 03/02/2007. Envolvidos: 700 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Impedimento de Acesso à água.

Durante o ano de 2008:

1. Bahia: Juazeiro – Área do Projeto de Irrigação Salitre. Data do Registro: 17/07/2008. Envolvidos: 312 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Uso e preservação. Diminuição do acesso à água.
2. Bahia: Rodela/Glória/Paulo Afonso – Barragem de Itaparica. Data do Registro: 09/11/2008. Envolvidos: 90 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Não cumprimento de procedimentos legais.
3. Bahia: Sento Sé/Jussara/Itaguaçu da Bahia/Xique-Xique – Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/24 Comunidades Atingidas. Data do Registro: 15/08/2008. Envolvidos: 873 famílias. Tipo de Conflito: Apropriação particular. Situação do Conflito: Ameaça de Expropriação.
4. Pernambuco: Petrolândia – Barragem de Itaparica/CHESF. Data do Registro: 02/10/2008. Envolvidos: 1800 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Reassentamento inadequado.

Durante o ano de 2009:

1. Bahia: Casa Nova - Mulungu. Data do Registro: 01/07/2009. Envolvidos: 30 famílias. Tipo de Conflito: Apropriação particular. Situação do Conflito: Impedimento de acesso à água.

Durante o ano de 2010:

1. Bahia: Curaça – Comunidade Cerca de Pedra/Ferrete/Sítio Poços/UHE Riacho Seco e Pedra Branca. Data do Registro: 06/02/2010. Envolvidos: 400 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Diminuição do acesso à água.
2. Bahia: Juazeiro– Área do Projeto de Irrigação Salitre. Data do Registro: 21/08/2010. Envolvidos: 312 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Diminuição do acesso à água.
3. Bahia: Rodelas/Glória/Paulo Afonso – Barragem de Itaparica. Data do Registro: 18/01/2010. Envolvidos: 780 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Não reassentamento.
4. Pernambuco: Cabrobó/Floresta/Betânia – Transposição do Rio São Francisco. Data do Registro: 19/10/2010. Envolvidos: 1020 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Divergência.
5. Pernambuco: Floresta – Assentamento Serra Negra. Data do Registro: 05/05/2010. Envolvidos: 700 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Falta de Projeto de reassentamento.

Durante o ano de 2011:

1. Pernambuco: Cabrobó – Comunidade Jatobá/Transposição do Rio São Francisco/PAC. Data do Registro: 22/02/2011. Envolvidos: 116 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Não cumprimento dos procedimentos legais.
2. Pernambuco: Petrolina – Fazenda Lagoa da Pedra. Data do Registro: 22/02/2011. Envolvidos: 103 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Impedimento de acesso à água.
3. Pernambuco: Petrolina – Comunidade Quilombola Cupira/ Barragem de Riacho Seco/PAC. Data do Registro: 22/02/2011. Envolvidos: 250 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Ameaça de Expropriação.

Durante o ano de 2012:

1. Bahia: Bom Jesus da Lapa – Quilombo Lagoa das Piranhas. Data do Registro: 05/11/2012. Envolvidos: 98 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Destruição e/ou poluição.
2. Pernambuco: Floresta – Assentamento Serra Negra. Data do Registro: 08/02/2012. Envolvidos: 700 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Falta de Reassentamento.

Durante o ano de 2013:

1. Alagoas: Penedo – Colônia de Pescadores Z-12/Transposição São Francisco. Data do Registro: 04/10/2013. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Diminuição do acesso à água.
2. Pernambuco: Orocó – Comunidade do Riacho Brígida/Transposição do Rio São Francisco. Data do Registro: 24/05/2013. Envolvidos: 300 famílias. Tipo de Conflito: Barragens e Açudes. Situação do Conflito: Impedimento de acesso à água.

Durante o ano de 2014:

1. Minas Gerais: Belo Horizonte – Colônia de Pescadores/Transposição do Rio São Francisco. Data do Registro: 30/11/2014. Envolvidos: 75 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Diminuição do acesso à água.
2. Pernambuco: Cabrobó – Índios Truká/Transposição do Rio São Francisco/PAC. Data do Registro: 14/03/2014. Envolvidos: 500 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Não cumprimento de procedimentos legais.
3. Pernambuco: Floresta – Índios Pipipã/Transposição do Rio São Francisco/PAC. Data do Registro: 14/03/2014. Envolvidos: 400 famílias. Tipo de Conflito: Uso e preservação. Situação do Conflito: Não cumprimento de procedimentos legais.

JORNAIS CITADOS:

ACM critica projeto de transposição na OAB. **Correio do Brasil**. Rio de Janeiro. 02 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.correiodobrasil.com.br/acm-critica-projeto-de-transposicao-do-sao-francisco-na-oab/>. Acesso em 09 out. 2016.

ACM diz que transposição do rio São Francisco precisa ser autorizada pelo Congresso. **Agência Senado**. Da Redação. Brasília, 04 out. 2005. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/10/04/acm-diz-que-transposicao-do-rio-sao-francisco-precisa-ser-autorizada-pelo-congresso>

ARMANDO Monteiro leva vice-presidente a Garanhuns para tratar da transposição. **Gazeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 29 a 31 de outubro de 2003. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

ARROCHO e gestão do governo mantêm projetos paralisados. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 19 out. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54552.shtml> Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

BARBOSA, Altair Sales. **O cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água**. [out. 2014)]. Entrevistador Gouveia, Marcelo. Goiania (GO): Jornal Opção, 2014. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>>. Acesso em: 05 de setembro de 2015.

BISPO completa 10 dias de fome contra a transposição do rio São Francisco. **Revista Ambiente. Notícias**. Porto Alegre (RS). 07 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especiais/jsp/default.jsp?template=2095.dwt&newsID=a1701125.htm&tab=00052&order=datepublished&espId=21§ion=&subTab=04807>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

BISPO diz que nordeste setentrional está sendo enganado. **Gazeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

BISPO em greve de fome recebe carta de Lula. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 01 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110200521.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

BISPO encerra greve de fome contra transposição. **Jornal Globo**. Rio de Janeiro (RJ). 20 dez. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL235364-5601,00-BISPO+ENCERRA+GREVE+DE+FOME+CONTRA+TRANSPOSICAO.html>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

BISPO inicia nova greve de fome contra a transposição. **Boletim da Comissão Pastoral da Terra Nordeste II**. Recife (PE). 30 nov. 2007. Disponível em:

<https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/691-bispo-inicia-nova-greve-de-fome-contra-transposicao> Acesso em 20 ago. 2016.

BISPO presta serviço ao país. São Paulo (SP). **Folha de São Paulo**. São Paulo (RJ). 07 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult511u231.shtml> Acesso em: 25 de agosto de 2016.

CARTA dos cearenses a favor da transposição. **Diário do Nordeste**. Fortaleza (CE), 28 de outubro de 2005. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/carta-dos-cearenses-a-favor-da-transposicao-1.358981> Acesso em 10 de outubro de 2016.

COMUNIDADE e Instituições Públicas discutem preservação e revitalização do Rio São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 20 a 22 de mar. 2004: Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

CONSELHO aprova exploração da água do rio São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 18 jan. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66728.shtml>. Acesso em 04 janeiro de 2015.

CONVÊNIO viabilizará Comitê da Bacia do São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11-17 nov. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

DEBATE transposição do rio São Francisco: A questão antiga continua dividindo opiniões e gerando discussões acirradas. **Roda Viva**. 10/10/2005. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/158/entrevistados/debate_transposicao_do_rio_sao_francisco_2005.htm

DECLARAÇÃO de Fernando Bezerra sobre a Transposição gera polêmica. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 18-21 jan. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

DOM Balduino diz que proposta de governo é Arapuca. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 07 dez. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

DOM Cappio cobrará de Lula revitalização de rio **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 07 dez. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

ENTIDADES entram com pedido de liminar contra a transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 23 a 25 out. 2004. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

ENTIDADES querem realização de audiência sobre a transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 20 jan. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

ENTRE doadores e receptores, Nordeste se divide. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200502.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

ESPECIALISTAS advertem que, da forma como está, a proposta vai atingir menos de 5% da área castigada pela seca. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 15 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

ESTADOS querem suspender projeto de transposição. **Estado de Minas Gerais**. 16 de junho de 2005. Disponível em: <https://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/arquivo/estados-querem-suspender-projeto-de-transposicao/>

FHC desiste de transpor o rio São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 jul. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u22865.shtml> Acesso em 03 de janeiro de 2015.

GEDDEL envia interlocutor para dialogar com manifestantes em Cabrobó. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 26 jun. 2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/06/307470-geddel-envia-interlocutor-para-dialogar-com-manifestantes-em-cabrobo.shtml>. Acesso em 10 fev. 2016.

GOVERNO Lula ignora greve de fome e dá prosseguimento à transposição do rio São Francisco. Boletim do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. Rio de Janeiro (RJ). 30 set. 2005. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/11142>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

GRITO de Manifestantes ecoa pelas margens do Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

IBAMA mantém audiência pública para licenciamento da transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 01-07 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

IMPLANTADO Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 10-16 jun. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

JOSÉ Alencar entrega até o final do mês projeto de transposição. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa (PB), 07 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/> Acesso em 10 de outubro de 2016.

JUAZEIRO sediará Seminário de Revitalização da Bacia do São Francisco. Petrolina (PE). **Gazzeta do São Francisco**. 21 a 22 de abr. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

LEIA a Carta de Dom Frei Luiz Cappio ao Presidente Lula. Boletim da Rema Brasil de 04 de outubro de 2007. Disponível em: <http://remabrasil.org:8080/virtual/r/remaatlantico.org/sul/Members/bosco/noticias/leia-a-carta-de-dom-frei-luiz-cappio-ao-presidente-lula/>. Acesso em 23 de agosto de 2016 (grifo do autor).

LEIA íntegra da carta em que bispo anuncia fim de greve de fome. **Jornal Globo**. Rio de Janeiro. 20 dez. 2007. Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL235407-5601,00-LEIA+INTEGRA+DA+CARTA+EM+QUE+BISPO+ANUNCIA+FIM+DA+GREVE+DE+FOME.html>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

LESSA anuncia R\$100 milhões para o Canal do Sertão. **Alagoas 24 horas**. Maceió (AL), 29 de novembro de 2005. Disponível em: www.alagoas24horas.com.br/832049/lessa-anuncia-r-100-milhoes-para-o-canal-do-sertao/ Acesso em 10 de outubro de 2016.

LETÍCIA Sabatella critica ação de governo na transposição do São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 18 dez. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u356343.shtml>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

LETÍCIA Sabatella também realizou um vídeo para a Campanha Uma Vida pela Vida, que foi veiculado pela televisão, sendo importante para tornar pública a questão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1uPMmWLEa9A>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

LULA atrasa obra para negociar com bispo. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 05 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200528.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

LULA é recebido com festa em terra natal. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 23 nov. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2311200207.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

LULA faz acordo para encerrar greve de fome. **Folha de São Paulo**. São Paulo (SP). 06 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200528.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

LULA quer garantir 40 litros d'água diários aos cidadãos. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 26 - 29 de jan. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

LUTA contra a transposição ganha ato público em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. de 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

MALVEZZI, Roberto (Gogó). O São Francisco já é um rio intermitente. **Ecodebate: Cidadania e Meio Ambiente**. Mangaratiba (RJ). 31 jul. 2014. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2014/07/31/o-sao-francisco-ja-e-um-rio-intermitente-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

MOVIMENTO tenta sensibilizar sociedade sobre criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 26 a 29 de maio de 2002. Edição 216. Página 05. Arquivo Pessoal.

MPA realiza jejum solidário. Portal do Catalão Notícias. 05 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.catalaonoticias.com.br/natureza/mpa-realiza-jejum-solidario-,NDMyNQ.html>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

MUDANÇA na SUDENE e Transposição já estão com data marcada para ocorrer. **Gazeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 13 jan. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

O BRASIL em chamas. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 23 out. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz2310200210.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2015

OPNIÃO. **Gazeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

PARA Geddel ocupação não atrasa a obra; ministério pede reintegração da área. São Paulo (SP). **Folha de São Paulo**. 27 jun. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/06/307656-para-geddel-ocupacao-nao-atrasa-obras-ministerio-pede-reintegracao-de-area.shtml>. Acesso em 10 fev. 2016.

PAULO Souto condena atuação do Governo no São Francisco. **Câmara dos Deputados Notícias**. Brasília, 28 abr. 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/65367.html>

PEDIDO de licença de projeto no rio São Francisco está parado no IBAMA. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u15236.shtml> Acesso em 03 de janeiro de 2015.

PETISTA afirma ter tido encontro entre amigos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 26 nov. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2611200209.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

PORTO do Pecém se prepara para receber megacargueiros. **Porto e Navios Notícias**. 17 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/36155-porto-d-pecem-se-prepara-para-receber-megacargueiros>. Acesso em 02 janeiro de 2017.

PPA prevê R\$36 bi de investimentos privados. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 04 set. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0409200316.htm>. Acesso em 03 de janeiro 2015.

PROGRAMA de Governo PT. Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável. Recursos Hídricos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Ago. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa-04-10.shtml>. Acesso em: 23 dez. 2016.

PROTESTO contra a transposição do rio São Francisco interdita ponte Presidente Dutra. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

PT pede moratória de transgênicos e descarta transpor o São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 06 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33305.shtml>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

RELIGIOSO diz que nordeste setentrional está sendo enganado. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

REVITALIZAÇÃO sem transposição: carta do seminário “Rio São Francisco – perspectivas de vida sustentável. **Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco**. 27 out. 2004. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Revitalizacao+sem+transposicao++carta+do+seminario++Rio+Sao+Francisco+++perspectivas+de+vida+sustent/4284> Acesso em 02 fev. 2015.

REVITALIZAR o Velho Chico é a prioridade. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 24 a 27 de janeiro de 2004. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

RODRIGUES, Vitório. Entrevista. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 13 a 16 de mar. 2004. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

SÃO Francisco tem água para projeto de Integração, afirma CNRH. **Notícias Ministério do Meio Ambiente**. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/2337-sao-francisco-tem-agua-para-projeto-de-integracao-afirma-cnrh>.

SÃO Francisco: mais fraco com greve de fome, Dom Cappio já não faz caminhadas. **Extra-globo.com**. Rio de Janeiro (RJ). 18 dez. 2007. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/sao-francisco-mais-fraco-com-greve-de-fome-dom-cappio-ja-nao-faz-caminhadas-638826.html>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

SINDICATOS querem audiência sobre transposição em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 20 jan. 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco ainda divide o Nordeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE), 26 de janeiro de 2005. Arquivo Pesquisa Hemerotécnica.

TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco é complexa, dizem peritos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 jul. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u22867.shtml> Acesso em: 02 de janeiro de 2015.

TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco volta a ser debatida pela população. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 18-29 mar. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

TRANSPOSIÇÃO Insensata. **Folha de São Paulo**. Tendência/Debates: São Paulo, domingo 18 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1809200508.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

TRANSPOSIÇÃO motiva protesto em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 15-21 abril 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

JORNAIS CONSULTADOS:

A QUEM serve a transposição? Aziz Ab'Saber. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 20 fev. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2002200522.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.

A TRANSPOSIÇÃO da truculência. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 21 dez. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2112200509.htm>

A TRANSPOSIÇÃO do Rio São Francisco (Valter Rocha). **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 13 - 16 de nov. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

A TRANSPOSIÇÃO, segundo Ciro. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 14 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1410200515.htm>

ABERTURA do Comitê contou com presença da Ministra Marina Silva. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 17 - 19 jul. 2004.

ÁGUAS do São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 20 fev. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2002200502.htm>

ANÁLISE do Ibama pode atrasar início de obras. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 18 jan. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1801200503.htm>

ATO reúne 700 pessoas a favor da transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 05 nov. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200524.htm>

AUDIÊNCIA sobre a transposição é cancelada. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 26 jan. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2601200517.htm>

BARQUEIROS são a favor, mas pedem revitalização. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 09 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200513.htm>

BIRD vê lacunas em projeto de transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 14 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200520.htm>

BISPO critica Lula e ameaça retomar protesto. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 27 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200529.htm>

BISPO critica Lula e pede resistência à transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 jun. 2007. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/06/308178-bispo-critica-lula-e-pede-resistencia-a-transposicao.shtml>

BISPO diz não aceitar pressão eleitoral. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1110200528.htm>

BISPO diz que "entrega a vida" se Lula não recuar de projeto. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 02 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0210200516.htm>

BISPO Dom Cappio encerra greve de fome. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 07 out. de 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

BISPO em jejum responsabiliza Lula; Planalto se declara aberto ao diálogo. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 04 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0410200520.htm>

BISPO exige que governo cumpra promessas. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 08 out. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0810200516.htm>

BISPO se reúne com Lula e ataca transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 16 dez. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1612200519.htm>

BISPO só dialoga com documento. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 06 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0610200525.htm>

CAPPIO diz que sua greve de fome teve como objetivo devolver Lula às origens de "homem dos pobres". **Folha de São Paulo**. São Paulo. 13 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1310200514.htm>

CIRO chama de egoístas estados que criticam transposição. **Câmara Notícias**. Portal da Câmara dos Deputados. Brasília (DF) 04 maio 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/65741.html>

CIRO defende transposição do São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 19 julho 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1907200501.htm>

CIRO distribui Integração entre apoiadores. **Folha de São Paulo**. Agência Folha. Fortaleza (CE). 30 set. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u53904.shtml>.

CIRO Gomes apresenta projeto de Integração do São Francisco. **Infonet Notícias de Sergipe**. Aracaju (SE). 22 maio 2005. Disponível em <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=34745&titulo=noticias>

CIRO Gomes defende a transposição em Cabrobó. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 04 jul. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

CIRO Gomes e Letícia Sabatella batem boca sobre transposição. **Estadão**. São Paulo. 14 fev. 2008. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ciro-gomes-e-leticia-sabatella-batem-boca-sobre-transposicao,124747>

CIRO Gomes encontra prefeitos nordestinos. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 16 - 19 de mar. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

CIRO Gomes volta a defender projeto de transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 02 - 04 jul. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

CNBB critica ministro por citar início imediato de transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 26 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2610200522.htm>

CNBB do Nordeste critica Cappio. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 06 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0610200530.htm>

COMEÇA a mobilização pela implantação do Comitê da Bacia do São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 26 - 28 maio 2002. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

COMITÊ aprova transposição do Rio São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 28 - 29 de out. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

COMITÊ da Bacia do São Francisco abre caminhos para gestão das águas. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 09 - 12 de jun. 2002. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

COMITÊ da Bacia do São Francisco realiza audiência pública sobre a transposição. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 23 - 25 out. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

DEBATE. A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO CONTRA. A quem serve a transposição? **Folha de São Paulo**. São Paulo. 20 fev. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2002200522.htm>

DECISÃO sobre obra em rio será política, afirma ministro. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 27 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200531.htm>

DECLARAÇÕES de Lula deixa Fernando Bezerra chateado. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 11 -17 nov. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

DIGO não à transposição (Celestino Gomes). **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 14 - 20 jan. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

DISCUSSÕES sobre transposição do Rio São Francisco devem continuar. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 17-19 jul. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

ENTIDADES apresentam proposta de revitalização para o Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 21 - 22 abr. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

ENTIDADES se unem em favor de bispo. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 05 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200530.htm>

ENTIDADES vão intensificar atos contra projeto. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 21 dez. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2112200633.htm>

ESPECIALISTAS questionam benefícios de obra. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 06 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0610200532.htm>

GOVERNADORES lançam frente pela transposição do rio São Francisco. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 03 jul. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u308945.shtml>

GOVERNO convence bispo a encerrar protesto. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 07 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0710200522.htm>

GOVERNO diz que projeto é auto- sustentável. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 06 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0610200534.htm>

GOVERNO não possui plano para combate à seca, diz professor. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 16 jan. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1601200514.htm>

GOVERNO prevê gastos de 6,5 bilhões (dólares) para a transposição das águas do rio São Francisco. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 05 set. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0509200327.htm>

GOVERNO quer levar água a 12 milhões de pessoas. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 09 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200507.htm>

GOVERNO tenta driblar ações contra obra no S. Francisco. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 07 nov. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0711200617.htm>

HELOISA Helena diz que “Transposição é uma fraude”. **Gazzeta do São Francisco.** Petrolina (PE). 04 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

IBAMA libera transposição, mas sob condições. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 30 abr. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3004200514.htm>

IBAMA pretende fazer consultas antes de decidir. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 17 fev. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1702200518.htm>

ÍNDIOS de 18 etnias voltam a ocupar área ao lado das obras de transposição. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 05 jul. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/07/309772-indios-de-18-etnias-voltam-a-ocupar-area-ao-lado-das-obras-de-transposicao.shtml>

INVASÃO contra a obra da transposição tem gerencia de empresa. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 01 jul. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/07/308615-invasao-contr-obra-de-transposicao-tem-gerencia-de-empresa.shtml>

JOSEPH Bandeira retribui a visita a Fernando Bezerra e discute projetos em comum. **Gazzeta do São Francisco.** Petrolina (PE). 10 - 16 jun. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

JUSTIÇA Federal determina reintegração de área ocupada em Cabrobó. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 29 jun. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u308377.shtml>

JUSTIÇA suspende licença para transposição. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 07 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0710200521.htm>

LICENÇA para transposição sai nesta semana. **Folha de São Paulo.** São Paulo, terça-feira, 04 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0410200519.htm>

LULA discursa como reeleito e promete luz a todos em 2008. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 02 maio 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0205200502.htm>

LULA promete verba para revitalização de rio. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 06 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0610200526.htm>

LULA quer garantir 40 litros d'água diários aos cidadãos. **Gazzeta do São Francisco.** Petrolina (PE). 26 - 29 jan. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

MANIFESTAÇÃO cancela última audiência **Folha de São Paulo.** São Paulo. 04 fev. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0402200521.htm>

MANIFESTANTES antitransposição iniciam desocupação de canteiro em Cabrobó. **Folha de São Paulo.** 04 jul. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/07/309396-manifestantes-antitransposicao-iniciam-desocupacao-de-canteiro-em-cabrobo.shtml>

MANIFESTANTES fazem enterro simbólico da transposição do rio São Francisco. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 27 jun. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u307798.shtml>

MANIFESTANTES mantêm ocupação em Cabrobó, novas caravanas chegam hoje. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 03 jul. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/07/309128-manifestantes-mantem-ocupacao-em-cabrobo-novas-caravanas-chegam-hoje.shtml>

MANIFESTANTES mantêm ocupação em obra de transposição do rio São Francisco. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 02 jul. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u308865.shtml>

MANIFESTANTES protestam contra transposição. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 15 out. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1510200435.htm>

META é iniciar projeto no São Francisco em novembro, apesar de liminar que impede Ibama de conceder licença. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 08 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0810200518.htm>

MOVIMENTOS protestam contra transposição do rio São Francisco. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 13 mar. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90232.shtml>

NÃO à transposição. Projeto é rejeitado na plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em Petrolina. **Gazzeta do São Francisco.** Petrolina (PE). 23 - 25 de out. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

NÃO transponham as minhas veias. **Gazzeta do São Francisco.** Petrolina (PE). 8 - 14 abr. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

O QUE significa e por que transpor as águas do Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco.** Petrolina (PE). 29 - 31 out. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

O VELHO Chico pede socorro – Luis Contreiras. **Gazzeta do São Francisco.** Petrolina (PE). 28 out.- 03 de nov. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

OBRA é complexa, dizem peritos. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 29 jul. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2907200111.htm>

OBRA é prioritária e reduz pobreza, afirma ministério. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 14 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200521.htm>

OBRA será iniciada "imediatamente", diz Ciro. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 25 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2510200515.htm>

OS contra da transposição. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 12 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1210200512.htm>

OS quatro Estados beneficiados vão ratear conta de R\$ 127 milhões por ano. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 09 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200506.htm>

PARA CPT, Lula será culpado por futuro do bispo. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 04 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0410200523.htm>

PARA opositores, projeto vai apenas "chover no molhado". **Folha de São Paulo.** São Paulo. 17 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1710200511.htm>

PARA secretário baiano, dados não convencem. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 02 set. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0209200405.htm>

PESCADORES são a favor de projeto com revitalização. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 17 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1710200513.htm>

PODER. Bispo critica Lula e pede resistência à transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 jun. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/06/308178-bispo-critica-lula-e-pede-resistencia-a-transposicao.shtml>

POLÍTICA revive projeto de tempos em tempos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 09 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200514.htm>

POPULAÇÃO descrê de obra no São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 13 mar. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1303200524.htm>

POPULAÇÃO reivindica acesso a água da adutora oeste. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 16 - 19 mar. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

POPULAÇÃO Ribeirinha se une em defesa do rio São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 15 -a 21 abr. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

PRESIDENTE da CNBB quer revitalização do Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 25 fev.- 2 mar. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

PRESIDENTE diz estar disposto a "abrir diálogo". **Folha de São Paulo**. São Paulo. 02 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0210200517.htm>

PRESIDENTE Lula defende exportação de frutas do Vale. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 16 - 19 mar. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

PRIMEIRAS indenizações por desapropriações já foram pagas pelo governo federal em dois municípios do Ceará Fortaleza é maior beneficiária da transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 23 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2310200525.htm>

PROJETO é "o mais seguro do mundo", afirma ministro. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 05 maio 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0505200531.htm>

PROTESTO ameaça última audiência. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 02 fev. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0202200515.htm>

PROTESTO contra a transposição marca aniversário do São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 04 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

PROTESTO contra transposição do rio São Francisco reúne 1 mil pessoas. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 22 mar. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68008.shtml> Acessado em 15/01/2014

REVITALIZAÇÃO é prioridade, diz Marco Maciel. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 28 out.- 03 de nov. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

REVITALIZAR o rio São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 08 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0810200507.htm>

RIO São Francisco e a "vida pela vida". **Folha de São Paulo**. São Paulo. 01 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0110200507.htm>

RIO São Francisco é tema de seminários em Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 20 - 22 mar. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

RIO São Francisco, uma questão de vida e (ou) morte. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 12 fev. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

RIO São Francisco, vida e morte nos 500 anos. Artigo Edson Duarte. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 28 out.- 03 nov. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

SEMINÁRIO discute em Juazeiro conservação do Velho Chico. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 14 - 20 de jul. 2002. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

STF derruba liminares que suspendiam transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 20 dez. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2012200618.htm>

STF recebe ações contra projeto de transposição. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 19 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1910200525.htm>

TRABALHADORES ocupam área de obras da transposição do São Francisco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 26 jun. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u307332.shtml>

TRANSPOSIÇÃO afeta fauna, indica pesquisa. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 06 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0610200533.htm>

TRANSPOSIÇÃO das águas do Rio São Francisco ganha mais tempo para ser debatida. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 17 - 19 jul. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

TRANSPOSIÇÃO das águas. Projeto não acaba com a seca, diz CPT. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 28 set. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2809200412.htm>

TRANSPOSIÇÃO divide governadores eleitos. São Paulo, terça-feira, 07 de novembro de 2006. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0711200619.htm>

TRANSPOSIÇÃO divide opinião de especialistas. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 05 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200533.htm>

TRANSPOSIÇÃO Hídrica deverá ter recursos no orçamento de 2004. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 06 - 09 jul. 2003. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

TRANSPOSIÇÃO volta a ser discutida na Câmara de Petrolina. Autoridades debatem transposição em audiência pública na Câmara de Petrolina. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 06 - 12 maio 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

TRANSPOSIÇÃO. A secretaria executiva do Comitê da Bacia do Rio São Francisco realiza no dia 22 mais uma consulta pública sobre o projeto de transposição das águas do São Francisco. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 02 - 03 de out. 2004. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

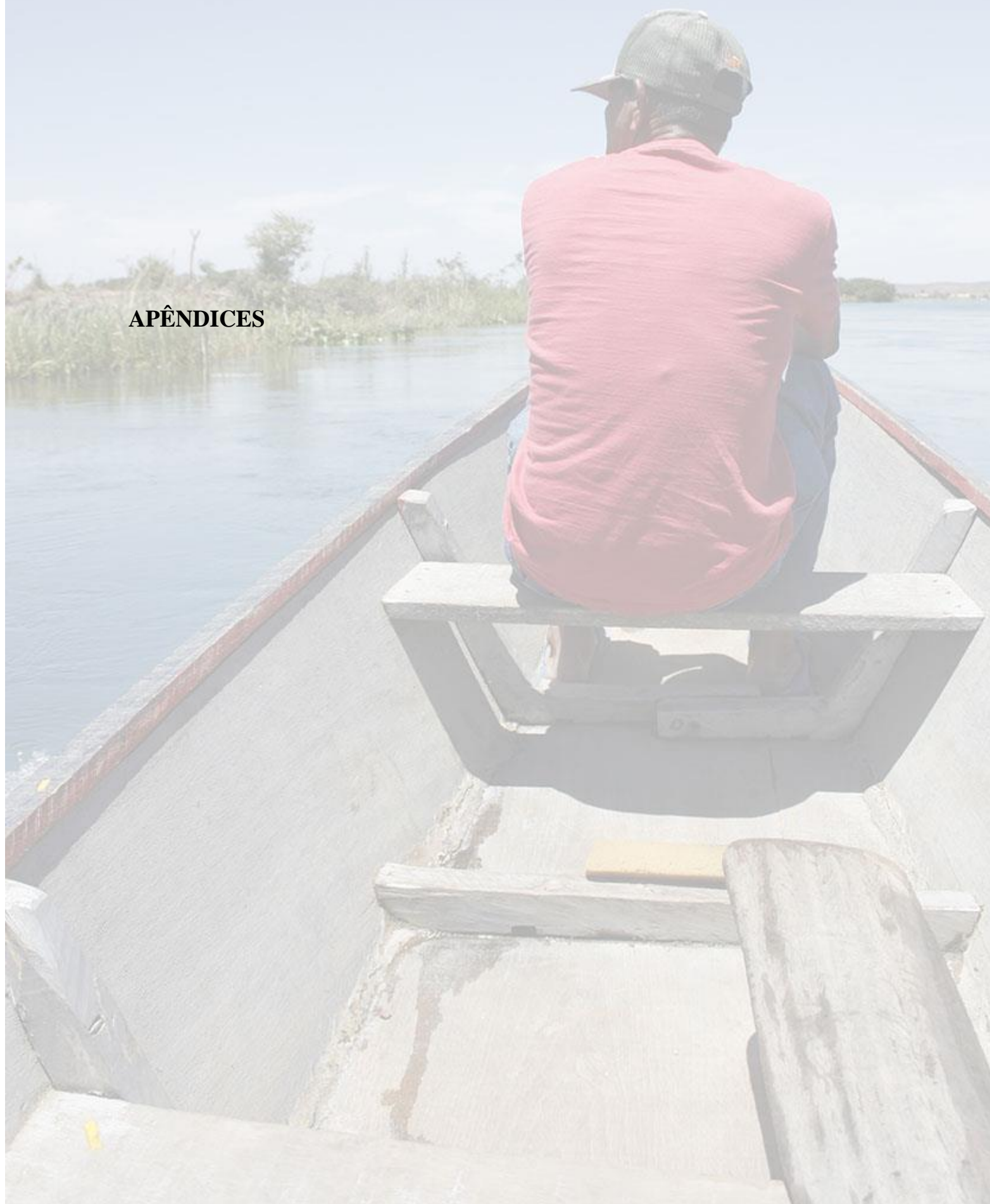
TRANSPOSIÇÃO: Ibama deve divulgar parecer amanhã. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 07 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

UMA fonte de vida pode secar. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 10 - 16 jun. 2001. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

VATICANO determinou fim do jejum, que acabou 2 dias depois. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 12 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1210200524.htm>

VELHO Chico: 504 anos e a transposição de “presente”. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina (PE). 04 out. 2005. Arquivo Pesquisa hemerotécnica.

APÊNDICES



APÊNDICE nº 01. RELATO DE VIAGEM

O rio que se fez Rio – relato de viagem de pesquisa de campo⁴⁴⁰

Antes era um rio, um simples acidente geográfico que rasga, desde o Sudeste sentido nordeste, significativa parte desta imensidão chamada Brasil. Este que fora rio, desde sua tímida nascente na serra da Canastra, adentra as Minas e também as Geraes, silenciosamente faz uma curva logo ali na terra dos Orixás, divisa com as terras dos Maracatus, para caudaloso, porém contido por engenhosas, mas por vezes violentas ações humanas, seguir o último terço de sua viagem, quase mil quilômetros, até jogar-se ao mar. Há quem diga que o rio, para alguns, faz-se Rio com erre maiúsculo e que, depois desse feito, de suas águas não se afastam mais.

Reconstruir uma história de conflitos, por meio da memória dos atores sociais envolvidos, é um grande desafio, sobretudo quando essa história se passou há mais de uma década. Por isso, a diversidade de atores entrevistados foi fundamental para compreendermos os fatos que compuseram a história de conflitos em torno da transposição do rio São Francisco e também os elementos da realidade que compõem o imaginário e o discurso desses atores.

Era final de outubro de 2013 quando cheguei em Maceió. Por e-mail, havia entrado em contato com dois representantes do CBHSF, os quais aceitaram gentilmente serem entrevistados. Durante um fim de tarde de domingo, encontrei-me num café de um dos Centros Comerciais de Maceió com o atual presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Essa conversa foi fundamental para iniciar a jornada de mapeamento dos atores sociais, pois, além de descrever um panorama geral sobre o diálogo interno do comitê, também me indicou algumas pessoas para serem entrevistadas. Dois dias depois, realizaria a segunda entrevista, na sede da Secretaria de Recursos Hídricos de Alagoas, onde passei algumas horas com o Secretário Executivo desse órgão. A escolha de iniciar o trabalho de campo com esses dois atores sociais foi certa, pois tive a oportunidade de colocar em prática a metodologia que havia escolhido a partir da reconstrução dos itinerários de negociação dos atores sociais para traçar o que Beuret (2006) chamou de “caminho efetivamente seguido em termos de

⁴⁴⁰ A descrição deste relato de viagem foi baseada nas experiências vividas durante as viagens de pesquisa de campo, registradas em Diário de Campo. Apesar do esforço para descrever de forma detalhada estas experiências, alguns episódios cotidianos não estão descritos neste relato, escolha feita para tornar o relato o mais significativo possível para esta tese de doutorado.

conteúdo e forma”, ou seja, a partir das indicações desses dois atores, foi possível dar início à construção do itinerário dos atores sociais envolvidos.

Entretanto, a aventura de adentrar a realidade do povo da Bacia do rio São Francisco só se iniciaria quando, no dia 23 de outubro de 2013, finalmente avistaria de dentro do avião, ao aproximarmos de Petrolina, a imensidão do rio São Francisco visto do alto. No momento em que ainda sobrevoávamos Petrolina e Juazeiro, antes do aterro, pude avistar um “mar” de água doce represada em Sobradinho. Tal encontro significaria o momento do início de uma etnografia um tanto ambiciosa e complexa. Com uma tabela de nomes de instituições e representantes no CBHSF, alguns contatos feitos, entrevistas pré-agendadas e com uma pressa um tanto positivista, iniciei a minha saga pelo Vale do São Francisco.

Mas me encontrei também com um ator “subjetivo”: me vi diante de um rio, que, para além de um acidente geográfico, constitui-se, no imaginário da população da bacia, como um rio com dimensão quase humana, dimensão quase divina. Tive a sorte de me deparar com a imensidão azul esverdeada e serpenteada do Velho Chico. Do alto do avião, a olho nu, podemos observar o contraste de um rio que serpenteia, parecendo dançar em meio a uma vegetação cinza, aparentemente morta. Na imensidão da *Floresta Branca*, na Caatinga, o rio banha esse imenso bioma, à primeira vista, “morto” durante a seca; suas águas compõem um desenho contrastante entre verdes plantações irrigadas, açudes e máquinas de irrigação. Contraditoriamente, em meio à *Floresta Branca*, pude avistar uma agroindústria de produção exportadora e, bem ao lado, de pequenas, médias e grandes propriedades, a caatinga seca – porém viva – que se mantém dessa forma à espera de águas vindas do céu azul anil, à espera de uma chuva, mesmo que branda, pois é o suficiente para transformar, quase de forma mágica, a paisagem cinza em verde exuberante e, assim, misturar-se a essa produção agroindustrial.

Tal imagem ficou na minha mente durante os 27 dias que estive no Vale do São Francisco pela primeira vez. Essa viagem de campo inicial foi fundamental para refletir sobre essa realidade e na condução do encontro com outros atores sociais. Logo no início, percebi que seria preciso seguir esse caminho com mais calma, sem muita pressa, para poder ouvir mais, observar mais e pensar sobre aquela realidade tão nova para mim. A princípio, eu havia planejado percorrer cerca de 900 km beira-rio, de Petrolina (PE) -Juazeiro (BA) até a foz do rio São Francisco, e passar por mais de 10 lugares, onde me encontraria com atores sociais. Já nos primeiros dias, diante de tanta complexidade, percebi que tal trajeto seria impossível, pois não seria somente coletar

entrevistas. Não se pode compreender tanta complexidade numa velocidade de produção industrial: é preciso abrir os olhos e os ouvidos, vivenciar a vida ribeirinha, a vida rural do sertanejo e se deixar levar por uma cultura única; viver e sentir o que é ser um homem do sertão; observar os conflitos que se encontram na sutileza do cotidiano; indignar-se com a existência de pessoas que vivem praticamente à margem do rio e não têm acesso a essa água; deparar-se com muitos caminhões pipa que retiram indiscriminadamente a água do rio, mesmo que poluída, e a levam para quilômetros dali, provavelmente para irrigar plantações pulverizadas com agrotóxicos e cultivadas por homens semiescravos, ou para abastecer famílias que não têm acesso a essa água, mas não de forma benevolente, e sim mercadológica ou com interesses políticos. É necessário ainda observar a velha dinâmica política (clientelista) que se mistura com a mais moderna política, pautada no discurso do direito e da democracia.

Ao chegar em Petrolina, fui recebida por um amigo que é professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o qual havia conhecido durante o III Seminário Nacional sobre o Semiárido, ocorrido na Universidade do Vale do Acaraú, em Sobral, interior do Ceará. Josemar também havia me ajudado a encontrar alguns dos entrevistados de Petrolina e Juazeiro, o que facilitou muito o andamento das entrevistas. No dia seguinte, logo pela manhã, fiz a travessia entre Juazeiro e Petrolina numa barca, uma espécie o ônibus fluvial, que diariamente cruza as duas margens, carregando trabalhadores, que vivem em uma das cidades e trabalham na outra. Apesar da relação vital entre as duas cidades, suas diferenças são vistas num primeiro olhar: Petrolina, principal cidade do sertão Pernambucano, transborda desenvolvimento baseado na produção agroexportadora; enquanto Juazeiro exhibe seus problemas sociais, mas, por outro lado, a terra natal de João Gilberto guarda em sua arquitetura a história daquela região.

Retornei de Petrolina, levada pela simpática barca que nos dá o privilégio de avistar dois monumentos construídos no leito do rio. Um deles, a Mãe d'água, fica mais próximo à margem de Pernambuco e contrasta com os edifícios construídos na moderna orla de Petrolina. O outro, mais perto da margem de Juazeiro, é o Nego d'água, que se integra na imagem ao fundo da Colônia dos Pescadores Z-60, onde vive um dos representantes do CBHSF e nosso entrevistado. À sua busca, apenas com a informação de que ele vivia ali, ao caminhar pelas estreitas ruas da colônia, entre pequenas casas tipicamente demarcadas no tempo, perguntei às mulheres que estavam à beira da porta de seus lares onde vivia o pescador que procurava. Gentilmente, uma senhora me

acompanhou até a casa dele, que estava adoecido e, mesmo assim, aceitou realizar a entrevista. Tivemos uma conversa de aproximadamente uma hora, em que me contou sobre a sua participação como suplente representando os pescadores do submédio, entre 2003-2005, no CBHSF e também desabafou a sua indignação e tristeza com a situação em que o Rio São Francisco se encontra. Ele, que é filho e neto de pescadores, me disse, com lágrimas nos olhos, que o Rio estava morrendo.

No dia seguinte, logo pela manhã, fui ao encontro do representante da Associação dos Barqueiros da Ilha do Rodeador, também representante do seu setor junto ao CBHSF; atualmente aposentado, dedica-se a essa associação. Contudo, no passado, trabalhou na construção da CHESF, conheceu a abundância de água que havia no rio São Francisco, mas relatou que, dia após dia, ele e seus colegas também barqueiros observavam a morte do rio. Após essa entrevista, decidi ir até a cidade de Sobradinho em busca da Associação de Sobradinho, que, segundo documentação do CBHSF, ocupava uma vaga na representação da sociedade civil junto ao CBHSF entre 2003 e 2005. Entretanto, não encontrei essa associação, porém, ao procurá-la, acabei chegando a outra associação que também esteve envolvida na luta contra a transposição. Consegui conversar com a secretária, que, por sua vez, contatou o coordenador, mas este se recusou a me receber, alegando que não tinha tempo.

Um pouco desapontada, caminhei pelas ruas sem direção certa, em busca da Colônia dos Pescadores. Após perguntar para algumas pessoas, achei a sede da Colônia, no entanto estava fechada. Nem mesmo o sol escaldante me deixou desanimar: quando vi duas moças passando por mim, imediatamente perguntei se conheciam as pessoas responsáveis pela colônia, e elas perguntaram o que me motivava. Após explicar o que buscava, uma delas logo me aconselhou a procurar a sua mãe, que era responsável pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e que saberia conversar sobre a transposição. Então, fui até a sua casa, que ficava ao lado do Sindicato. Um pouco desconfiada de início, conversou comigo apenas na porta de entrada. Após alguns minutos de conversa, convidou-me para entrar e tivemos um longo diálogo. O mais interessante dessa entrevista foi o relato sobre o trabalho feito pelo Sindicato no sentido de orientar os trabalhadores rurais que possuíam terras à margem do rio São Francisco ou às margens de canais a não venderem suas terras, pois existiam muitos latifundiários que pagavam um valor que os pequenos proprietários achavam alto – mas que na realidade não era – com o objetivo de aumentar as suas terras de produção agrícola irrigada e acabavam transformando esses trabalhadores em seus empregados.

Outra questão preocupante era o fato relatado de que a população, que vivia às margens da Represa de Sobradinho, tinha problemas de acesso à água, mesmo estando ao lado do terceiro maior lago artificial do mundo. A experiência de conhecer Sobradinho foi muito marcante: a imensidão de suas águas e o contraste social da cidade são assustadores. A cidade de Sobradinho foi estruturada em função da construção da Represa, entretanto criou-se, na ocasião das obras, uma periferia composta por pessoas de toda a parte, que foram para lá em busca de oportunidades, trabalhando em serviços indiretos e, atualmente, vivem num bairro sem infraestrutura e com problemas de acesso à água.

A viagem para Sobradinho aconteceu numa sexta-feira e, no fim de semana, decidi conhecer a Ilha do Rodeador, descansar, caminhar pela orla do rio e ter o prazer de assistir uma Congada na Igreja Matriz de Juazeiro. Assim, estaria pronta para iniciar a semana: na segunda-feira às 10h, fui até um dos escritórios do IRPAA para entrevistar o diretor da associação, que cedeu uma longa entrevista, contudo não quis ser filmado. Foi uma entrevista um pouco tensa, senti que ele tinha receio, pois era muito enfático nas suas defesas contra a transposição e no trabalho que realizava em defesa da vida no semiárido e do aproveitamento do potencial pluviométrico da região.

No período da tarde, fui até Petrolina para entrevistar um professor da UNEB, o qual também é membro do Movimento em defesa dos Povos Indígenas da Bacia do Rio São Francisco e da Articulação Popular do São Francisco e participou do processo de mapeamento dos povos tradicionais, que originou na cartografia desses povos. Ele sugeriu que eu conversasse com uma outra pessoa da Articulação que vive e atua na região de Paulo Afonso (BA). Também afirmou que um dos maiores problemas da transposição são as 250 mil pessoas que serão impactadas por essa obra em vários níveis. Com essa entrevista, finalizaria os dias entre Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), que me trouxeram muitas experiências, uma delas foi conhecer um poeta nascido na região do Araripe, que me alertou sobre o posicionamento contrário de vários políticos da região do Vale do São Francisco, os quais diziam apoiar a população ribeirinha na luta pela revitalização do rio, mas, na verdade, apenas estavam defendendo seu mercado exportador de frutas, com receio de que, na região que receberia as águas da transposição, se desenvolvesse o mesmo mercado produtor de frutas para exportação, prejudicando o já consolidado do Vale.

No dia seguinte, parti para Cabrobó. Era o momento mais temeroso para mim, o início de uma jornada de solidão, sem conhecer ninguém. Entrei no ônibus e me despedi

do gentil Josemar, que me acolheu na sua casa por cinco dias. Parti em direção à cidade do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco, a cidade famosa por conflitos e crimes supostamente relacionados ao tráfico de drogas, considerada a capital da produção de Cannabis do Sertão. Cabrobó, no meu imaginário, bem como no imaginário de muitas outras pessoas, era uma cidade perigosa. Apesar disso, a expectativa de ver pela primeira vez a obra da transposição era muito grande, mas, durante a viagem de cerca de 180 km, aproveitei para observar a caatinga.

Depois de cinco dias, já estava um pouco mais familiarizada a este bioma. No primeiro dia em que vi aquela vegetação cinza esbranquiçada pensei que fosse uma floresta que havia sofrido queimada, mas só depois descobri que ela é assim durante a seca: cinza, quase branca. A caatinga brasileira, bioma único no mundo, essa paisagem que era tão desconhecida para mim, agora me encantava cada vez mais. Enquanto filmava e fotografava pela janela do ônibus, a pessoa que estava sentada ao meu lado não se conteve e me perguntou se de onde eu vinha não tinha caatinga, pois havia observado que eu não parava de fotografá-la. Esse foi só o início de uma longa conversa, indagava-me o que eu estava fazendo ali, sozinha no meio do sertão a admirar a seca. Seu nome era Geresa, funcionária da prefeitura de Cabrobó, indicou-me um hotel e também conhecia a pessoa de quem eu estava à procura: forneceu-me o telefone e endereço da secretária da Colônia dos Pescadores de Cabrobó.

No dia seguinte, fui até o escritório da Colônia dos Pescadores, entretanto me surpreendi com uma jovem, Gabriela, que me disse que não poderia me dar nenhuma informação, pois a sua irmã, que hoje vivia em Recife, era quem havia participado das discussões sobre a transposição. Ao perguntar a ela sobre os indígenas, tanto ela quanto seu irmão, também presente no escritório, responderam que os indígenas não tinham nenhuma relação com a transposição, mas que havia um representante da Articulação Indígena capaz de fornecer alguma informação. Esse representante me recebeu gentilmente, tivemos uma longa conversa. No início, percebi um certo desconforto, porém, após seu relato compreendi, que ele havia passado por uma experiência negativa com algumas de pessoas do Rio de Janeiro que estiveram na Ilha de Assumpção (terra indígena Truká), identificando-se como pesquisadores da UFRJ. Todavia, a população indígena acabou descobrindo que estavam fazendo medições relacionadas à obra da transposição e que, na verdade, eram funcionários do Ministério da Integração se passando por pesquisadores, pois só assim teriam acesso à aldeia.

Após realizar essa entrevista, o pessoal da Colônia dos Pescadores me levou até a Ilha de Assumpção, onde pude entrevistar um indígena, que me ajudou no acesso ao canteiro de obras do Eixo Norte da transposição, distante aproximadamente 20 km da cidade de Cabrobó. Eu não conseguiria entrar no canteiro de obras sem autorização, então esse indígena, que também trabalha no CRAS Indígena na Ilha de Assunção, entrou em contato com o Secretário de Assistência Social, Sávio Angelim, e uma das suas assistentes sociais, Silvia Regina.

Os dois me receberam de forma solícita na secretaria e organizaram, juntamente com o Secretário Adjunto da Prefeitura, a minha visita à obra. Ainda em fase de construção, pude ver a estrutura das turbinas, parte do canal e observar que não existia ainda conexão entre o canal e o rio, mas, ao lado dessa área, havia quatro caminhões pipa. Tempos depois, entendi que aquela área é uma área indígena Truká em processo de reconhecimento de suas terras e, por isso, havia tantos conflitos nesta região.

Apesar de imaginar que minha estada em Cabrobó seria rápida, as circunstâncias me fizeram passar vários dias nessa cidade, pois muitos dos atores sociais que procurava estavam ali. Tive a oportunidade de passar alguns dias na zona rural, no meio da caatinga, numa comunidade rural chamada Jatobá, a cerca de 30 km da cidade, depois de conhecer um grupo de artistas que estavam realizando um projeto de produção de cinema na região. O coordenador desse projeto, Marcos Carvalho, convidou-me para passar alguns dias na zona rural, onde iriam realizar as filmagens de um curta metragem sobre a seca da região. Foi Dona Antonia, agricultora que vive com seus filhos, quem nos recebeu. Pude observar a dinâmica da vida sertaneja, em período de grande seca. Nessa propriedade, existiam duas cisternas de polietileno do programa um milhão de Cisternas. Entretanto, não havia conexões de canos vindos do telhado, e isso me chamou a atenção. Um dos filhos de dona Antonia explicou que receberam a cisterna pela Codevasf, mas não tiveram nenhuma explicação sobre como a utilizariam, além disso, eles achavam que a água de chuva não era boa para consumo humano. Passaram a usar essas cisternas para armazenar água vinda clandestinamente de uma das adutoras que fornecia água para a cidade de Salgueiro e passa a poucos quilômetros dali.

Ao retornar a Cabrobó, falei com uma das lideranças indígenas da etnia Tumbalalá, junto ao CBHSF. A maioria do seu povo vive na Bahia, no município de Ibó, que, segundo a entrevistada, sofreria muitos impactos ambientais caso a barragem de captação de água para o eixo norte da transposição fosse construída. Pude ir até a

Aldeia, de canoa, acompanhada pelo Sr. Antonio Lopes, mais conhecido como índio Tumbalalá, e naveguei pelo rio São Francisco. Conheci a aldeia e conversei com o Cacique Cícero, que me contou um pouco sobre a luta do seu povo e relatou sobre o desaparecimento de diversas espécies de peixes, em decorrência da impossibilidade de fazerem a piracema por conta das barragens construídas ao longo do rio. Afirmou que as audiências públicas sobre a transposição deveriam ter sido feitas onde o canal está sendo construído e declarou que o povo Tumbalalá é contra essa obra e que, para ele, não há democracia, pois seu povo não foi consultado.

Depois de alguns dias em Cabrobó, minha intenção era ir até Belém do São Francisco para conversar com os pescadores, mas algumas pessoas me disseram que não havia organização ali. Então resolvi seguir para Floresta, pois tinha data marcada para encontrar com Dom Cappio, que estaria lá para uma manifestação em apoio a uma adutora construída na região do Pajeú. Em Floresta, por indicação de Rubem Siqueira, fiz uma entrevista com um dos padres do município, responsável por acompanhar a população rural atingida pela construção do Eixo Leste da transposição. Após nossa conversa, marquei com um dos moradores de uma das comunidades rurais atingidas pela transposição. Entretanto, ele não compareceu na data marcada. No dia seguinte, encontrei-me com Dom Cappio, Rubem Siqueira e Adriano. Fui até a casa do Bispo, passei toda a manhã com eles, depois acompanhei Dom Cappio durante a reunião que realizou com o Secretário de Educação e Cultura da cidade. Depois dessa conversa, almoçamos todos juntos e pude conversar um pouco com Adriano que esteve com Dom Cappio durante a sua greve de fome em Cabrobó. Havia me programado para acompanhar Dom Cappio na comemoração de 20 anos da Romaria das Águas, que aconteceria entre Penedo (AL) e Piaçabuçu (AL). Infelizmente, precisei desistir dessa viagem, pois minha saúde não permitiu prosseguir. Assim terminava a minha primeira viagem de campo e, a partir dela, pude traçar a segunda viagem, pensando nos atores sociais que foram indicados após essa primeira experiência.

O primeiro retorno à pesquisa de campo

Para a segunda viagem de campo, decidi fazer o caminho inverso da primeira. A partir da foz do rio São Francisco, continuaria o percurso em busca dos atores sociais, dessa vez os que viviam na região hidrográfica do Baixo São Francisco. De São Paulo, fui de avião para Maceió e segui de ônibus para Penedo (AL), com entrevista agendada com o atual Secretário Executivo do CBHSF – Baixo São Francisco. Em Penedo,

também vive um dos principais representantes da pesca na região, um pescador, que, com mais de 80 anos, foi representante de sua categoria no CBHSF e atualmente dedica-se ao Movimento O PIRA-Filhos do Velho Chico⁴⁴¹. Pude entrevistá-lo e também caminhar às margens do rio São Francisco ouvindo suas enriquecedoras histórias de luta enquanto pescador. No Baixo São Francisco, estive ainda em Piaçabuçu (AL), onde fica a foz do rio. Nesse município encontrei-me com um representante da sociedade civil junto ao CBHSF, que coordena a ONG Canoa de Tolda⁴⁴². Visitei na sede da organização, que fica no município de Brejo Grande, do outro lado da margem do rio, no estado de Sergipe, e tive acesso a um riquíssimo acervo de documentos. De barco, fui até a foz do rio, o mais próximo que se pode chegar do encontro entre o Velho Chico e o Oceano Atlântico. Bem perto desse encontro de águas, estava um velho farol, que se encontrava coberto de água até um terço de sua estrutura, marcas de um passado recente, que remetem ao ano de 1998, quando uma comunidade de Pescadores chamada Cabeço foi tomada pelas águas do oceano, o que especialistas entendem como o avanço do mar dentro do rio, provável consequência da perda de força de suas águas devido à construção das barragens ao longo do seu leito.

Ao voltar para Penedo, deparei-me com a Festa de Bom Jesus dos Navegantes e uma manifestação realizada pelo grupo de jovens ligados à Igreja Católica, o JUFRA, que aproveitaram esse evento que atrai pessoas de toda a região para alertarem a população para a necessidade da revitalização do rio. Tive a oportunidade de acompanhar o grupo e realizar fotografias de registro desse momento. No dia seguinte, segui viagem para Aracaju, onde havia uma reunião marcada com outro entrevistado, dessa vez o ex-secretário executivo do CBHSF entre os anos de 2003 a 2005, ator social fundamental para a compreensão dos conflitos em torno da transposição, pois participou ativamente de todo o processo de discussão sobre o projeto.

De Aracajú, segui para a cidade de Poço Redondo (SE) à procura de Frei Enoque, indicado por Rubem Siqueira pelo fato de ter sido um dos representantes do poder local que havia votado contrário à transposição no CBHSF. Não o encontrei, pois estava em Salvador, mas tive acesso a seus contatos e segui para Paulo Afonso (BA) para ter com uma representante dos indígenas, vinculada à APOINME, a qual foi

⁴⁴¹ Movimento fundado em 4 de setembro de 2005, no município de Penedo – AL. <http://mefvc-opira.blogspot.fr/2011/11/o-pira-06-anos-de-luta-em-defesa-do.html>

⁴⁴² Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco. Canoa de Tolda, localizada no município de Brejo Grande, SE. <http://canoadetolda.org.br/>

fundamental para auxiliar no contato com lideranças indígenas durante uma reunião em Paulo Afonso.

Ainda retornei à Alagoas, dessa vez à procura de um ex-prefeito que esteve envolvido politicamente e de forma contrária à transposição. Fui até Piranhas (AL), sem sucesso, mas consegui seus contatos e tentei por e-mail e telefone marcar uma reunião, entretanto não houve resposta alguma. Ao voltar a Poço Redondo, pude me reunir com a coordenadora e mais dois integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Ainda em Poço Redondo, entrevistei uma figura importante para a cidade, o historiador e geógrafo Raimundo Eliete Cavalcanti, militante do PSTU. Ele indicou uma representante da Cáritas, que foi agente mobilizadora social na região, realizando um trabalho de conscientização sobre o projeto de transposição nas comunidades rurais de Sergipe. A tentativa de falar com Frei Enoque, religioso e político da região, mais uma vez foi frustrada: embora eu tivesse conseguido agendar uma entrevista, ele não compareceu e, quando o encontrei, depois de horas a sua espera, desculpou-se justificando que não teria tempo para conversarmos. Acredito ser importante relatar esse fato, pois obtive informações de que Frei Enoque havia mudado o posicionamento em relação à transposição e que atualmente não gostava de falar sobre o assunto.

De Poço Redondo, segui para Cabrobó, local que se configurou como uma espécie de apoio estratégico para a pesquisa, por contar com o apoio da assistente social Silvia Regina, conhecedora das relações e dinâmicas políticas da região. Em Cabrobó, contatei a representante do Conselho Popular de Petrolina, que tinha representação junto ao CBHSF, então segui para Petrolina para realizar essa entrevista. Além disso, procurei, por indicação de Eliana Sobrera do Ministério da Agricultura – Projeto Água para Todos, o ex-Secretário de Estado de Recursos Hídricos em Pernambuco. Certamente essa foi a entrevista mais difícil, já que desde o contato ele deixou claro que não teria nada para dizer. Apesar disso, realizamos uma conversa, na qual constatei sua opinião defensora da obra. Voltando para Cabrobó, consegui finalmente agendar uma entrevista com o Cacique dos indígenas Truká, por intermédio da representante da APOINME, que o certificou de que eu era uma pessoa de confiança. Ainda nessa estada em Cabrobó, fui até a Igreja onde D. Cappio fez sua greve de fome e também tive a oportunidade de conversar com o casal que era proprietário das terras onde está a Igreja e que esteve presente durante o jejum do Frei. Segui então para Serra Talhada e lá encontrei dois professores da UFPE que haviam sido representantes no CBHSF. Depois de mais de um mês de trabalho de campo, encerrava essa viagem.

A penúltima viagem de campo

Realizei a terceira viagem de campo nos meses de maio e junho de 2014. Nessa empreitada, a estratégia foi começar a viagem pela cidade onde está localizado o escritório do Ministério da Integração, que administra as obras da transposição. Em Salgueiro (PE), situada a cerca de 100km de Cabrobó (início de eixo norte) e também por volta de 100 km de Floresta (início do eixo leste), fui à procura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tendo em vista que, naquele município, existem comunidades rurais diretamente atingidas pela construção do eixo e remanejadas para Vilas Produtivas.

Realizei uma entrevista com a secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias de Salgueiro e também uma das responsáveis pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Após nossa conversa, ela sugeriu que eu entrevistasse uma moradora e líder da Vila Produtiva Rural Negreiros. Na região, pude ainda ir até a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas, onde tive a oportunidade de entrevistar uma das lideranças da Associação dessa comunidade.

Seguindo a estratégia de previamente mapear os atores sociais representados no Comitê, entrei em contato com a comunidade Quilombola de Araçá, em Mirandiba (PE). Consegui acesso a essa comunidade por intermédio de uma assistente social da cidade de Serra Talhada, fiz uma reunião com 12 pessoas da comunidade, a maioria mulheres. Os moradores dessa comunidade, situada entre os dois eixos da transposição, ouviram de representantes do MIN que não teriam acesso a essa água por estarem distantes dos eixos. Retornei a Cabrobó e conversei com agricultores da Vila Produtiva Rural Captação localizada a 3 km do rio São Francisco e a 500 metros do Eixo Norte da transposição. Além de entrevistar um casal de moradores, também pude observar a estrutura e as condições de vida dos moradores dessa vila, que, embora estivessem tão próximos ao rio, tinham acesso restrito à água, que era fornecida à comunidade por meio de caminhão pipa financiado pelo MIN. Estive também na comunidade de Manguinhas, também localizada em área muito próxima ao Eixo Norte.

A última entrevista dessa viagem de campo foi realizada em Recife. A intenção era ter contato com Mozart, funcionário da CHESF e membro do Comitê na época da polêmica com a transposição. Entretanto, Mozart indicou a sua suplente, uma funcionária da Divisão de Gestão de Recursos Hídricos da CHESF. E então, mais uma viagem de campo foi finalizada.

A última viagem de campo.

Muito tempo já havia se passado após a última viagem de campo: desde junho de 2014, estava distante do Vale do São Francisco, pois, no final de agosto, havia partido para a França para realizar o estágio de pesquisa de doutorado no exterior. Retornei ao Brasil no dia 31 de junho de 2015 e, seis dias depois, estava num voo a caminho de Petrolina (PE). Assim que cheguei a Petrolina, parti para Cabrobó (PE) com o objetivo de entrevistar os políticos da região. Já havia feito contato com um deles, o ex-prefeito de Cabrobó, que havia se colocado à disposição para ajudar-me a encontrar os demais políticos.

No entanto, a maioria dos políticos não pôde receber-me: um deles por estar com problemas graves de saúde e a ex-prefeita de Salgueiro, por estar em Recife de férias. Também tentei agendar uma entrevista com o ex-vice-prefeito de Floresta, o qual, em conversa por telefone, afirmou não poder contribuir para o meu trabalho, mas aceitou receber o questionário de entrevista por e-mail, com a proposta de avaliá-lo antes de responder se concederia a entrevista ou não. Porém não houve nenhum retorno.

Consegui entrevistar o ex-prefeito de Cabrobó, e, logo depois, seguir até Belém do São Francisco (PE), a fim de entrevistar o ex-prefeito que esteve em exercício durante o período de aprovação do projeto de transposição. Apesar de não haver relação direta daquele município com a transposição, entendi que seria interessante ouvir algum político local por se tratar de um município beira rio, entre Floresta e Cabrobó, ou seja, entre os dois municípios de onde saem os eixos da transposição. Nossa conversa não foi algo muito diferente do que já imaginava, pois declarou que o governo federal não estabeleceu nenhum tipo de diálogo com os políticos de Belém, provavelmente por entenderem que não havia uma relação direta com o projeto. Todavia, o ex-prefeito sugeriu que eu entrevistasse um importante político da região, o qual residia em Petrolina.

Tal político foi senador durante mais de 30 anos e, apesar de não exercer mais o cargo, exercia ainda muita influência política tanto na região de Petrolina, quanto no Congresso e Senado Nacionais. Gentilmente, o ex-prefeito de Belém telefonou para um dos assessores políticos do referido ex-Senador e uma reunião para a manhã do dia seguinte foi marcada. Às 5h da madrugada, parti para Petrolina. Fui recebida pelo ex-senador na sua residência. Logo na entrada, deparei-me com semelhantes cenas do clássico “Casa Grande e Senzala”, obra do Pernambucano Gilberto Freire – numa

versão mais contemporânea –, quatro pessoas em volta do gigante homem que, da sua confortável cadeira, dava ordens aos empregados da casa e também aos políticos pelo telefone celular que não parava de tocar. Precisei esperar alguns minutos, na verdade acredito que se passaram mais de meia hora para, finalmente, conversar com o tão requisitado político. Nossa conversa durou quase uma hora e a maior parte desse tempo foi para ouvi-lo contar o quanto a irrigação na região de Petrolina foi importante para o desenvolvimento da região. Sobre o projeto de transposição, ficou evidente o seu posicionamento contrário e sua opinião de que era preciso, em primeiro lugar, irrigar a Bacia do rio São Francisco com o intuito de expandir a indústria agroexportadora de frutas, tão próspera na região de Petrolina.

Embora tenha tentado entrevistar mais políticos da região, apenas essas três entrevistas aconteceram. Antes de finalizar o trabalho de campo desta pesquisa de doutorado, consegui, por meio de indicação de um dos funcionários da obra da transposição Eixo Norte, ir novamente ao canteiro de obras, onde pude observar a finalização da construção da Estação de bombeamento de água da transposição, que seria testada com a presença da Presidenta Dilma Roussef um mês depois.

Ao todo, foram quatro viagens de campo, que totalizaram 38 entrevistas com 53 atores sociais, a maioria moradores da bacia do rio São Francisco. Somaram-se às entrevistas muitas conversas, dias de observação dos lugares por onde passei e vivências do cotidiano, o que foi fundamental para compreender um pouco da dinâmica social, cultural e política que envolve a questão estudada. Além disso, o trabalho durante a pesquisa de campo também permitiu a redelimitação territorial do objeto de pesquisa. Nesse sentido, tomei consciência de que o espaço territorial está vinculado aos atores sociais presentes nas regiões do Submédio e Baixo São Francisco, pois, por serem as regiões diretamente afetadas pela obra, concentraram um maior número de atores sociais organizados em movimentos sociais, associações, Ongs etc., voltados à reivindicação de um diálogo democrático sobre o projeto de transposição então proposto.

A emergência desses tipos de processos pode advir desde atores oriundos de instituição externa, focada na implementação de um projeto ou para a regulação de um conflito, a uma liderança local que enseja defender uma causa. “É importante destacar que não são agentes que ignoram suas diferenças. Ao contrário, eles sabem que não se trata de diálogos entre iguais, mesmo que os queiram horizontais” (SIQUEIRA, 2009:23). Entendo que todo esse esforço e a estratégia de pesquisa resultou em algo

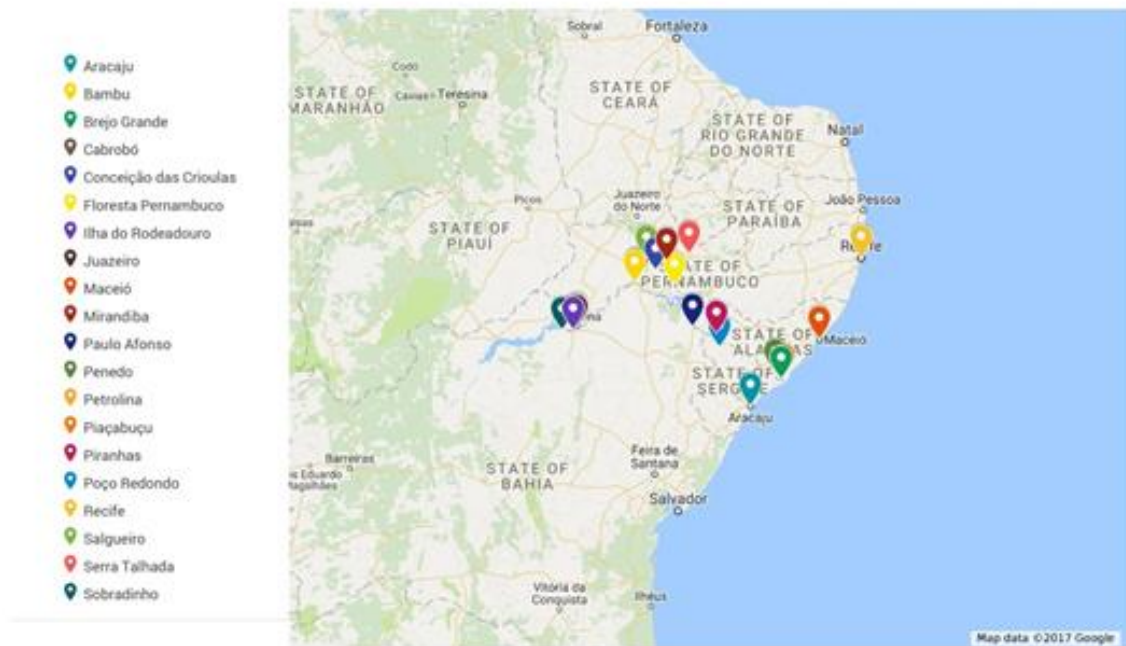
muito positivo para a pesquisa: o delineamento histórico, assim como a compreensão sobre os diversos discursos, pautados nos interesses políticos, privados, sociais, econômicos, ecológicos elucidaram de forma fundamental o problema estudado.

Compreendo ainda que partir das reflexões sobre as construções das ciências sociais, definidas por Bourdieu (1990) como construções de segundo grau, isto é, construções das construções feitas pelos atores na cena social, temos, por um lado, o conhecimento científico obtido mediante uma ruptura com as representações primeiras – chamadas “pré-noções” em Durkheim e “ideologia” em Marx – que conduz às causas inconscientes e, por outro, ele está em continuidade com o conhecimento de senso comum, já que não passa de uma “construção das construções”. Dessa forma o que está em jogo é a percepção do mundo social, a construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo. “Porém, dado que nós construímos o espaço social, sabemos que esses pontos de vista são, como a própria palavra diz, visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social” (BOURDIEU, 1990: 157).

Além disso, diante desse cenário complexo e novo, o (re)encontro com o Velho Chico, que só conhecia como um fio d’água em Minas Gerais, fez-me encontrar um Rio, Rio com letra maiúscula. Após esse reencontro, nascia o Rio São Francisco, que se tornou algo muito singular para mim. Durante os primeiros dias de trabalho de campo, vi-me diante de uma questão: porque muitas pessoas escrevem rio São Francisco utilizando o r maiúsculo quando se refere ao Velho Chico? Antes de conhecê-lo, pensava que era apenas um erro de ortografia cometido por algumas pessoas, mas, após alguns dias às suas margens, observando o cotidiano e a relação que as pessoas estabelecem com ele (desde muitas gerações), após algumas entrevistas e conversas informais, entendi, não de forma objetiva, mas de forma subjetiva, que o rio São Francisco é escrito com R (maiúsculo), por não ser apenas um acidente geográfico, por não conter nas suas margens e nas suas águas apenas diversidade ecológica. Esse Rio possui história, cultura, é feito de gente de carne e osso, de suas memórias advindas de muitas gerações, que preservam, ao longo dos tempos, práticas sociais, culturais, de luta pela sobrevivência desse povo que se confunde com as águas e a história desse Rio.

APÊNDICE n° 02. FIGURA COM INDICAÇÃO DOS LOCAIS DO TRABALHO DE CAMPO

Locais de realização das entrevistas de trabalho de campo



Fonte: Figura elaborada pela autora a partir da ferramenta my maps do google.

APÊNDICE nº 03 – QUADRO COM AS LISTA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS E A QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS.

n.	Entrevistas (setores)	Local da Entrevista	Total
01	FDA – Forum de Defesa Ambiental - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Maceió - Alagoas	01
02	Superintendência de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas.	Maceió - Alagoas	01
03	Colônia dos Pescadores de Juazeiro (BA)	Juazeiro - Bahia	01
04	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobradinho (BA).	Sobradinho - Bahia	01
05	IRPAA – Juazeiro – BA	Juazeiro - Bahia	01
06	Representante da Associação dos Barqueiros da Ilha do Rodeador – Juazeiro (BA)	Juazeiro - Bahia	01
07	Articulação São Francisco	Petrolina - Bahia	01
08	Assessor da Articulação Indígena – Cabrobó – PE	Cabrobó - Pernambuco	01
09	Indígena, agricultor e coordenador do CRAS Indígenas na Ilha de Assumpção no município de Cabrobó (PE)	Ilha de Assumpção – Cabrobó - PE	01
10	Liderança Indígena da Etnia Tumbalala	Cabrobó - PE	01
11	Diocese de Floresta (PE)	Floresta - PE	01
12	Diocese de Barra (BA)	Floresta - PE	01
13	Representante dos Pescadores de Penedo (AL)	Penedo - AL	01
14	Secretário de Meio Ambiente de Penedo (AL) e secretário executivo do CBHSF	Penedo – AL	01
15	Canoa de Tolda – ONG com	Brejo Grande – SE	01

	representação no CBHSF – Brejo Grande (SE)	Piaçabuçu – AL	
16	JUFRA – Juventude Franciscana – Penedo (AL)	Penedo – AL	01
17	Secretaria Executiva CBHSF	Aracaju – SE	01
18	APOIME	Paulo Afonso - BA	01
19	MPA	Poço Redondo - SE	03
20	Cáritas	Poço Redondo -SE	01
21	Indígena etnia Tuxá	Paulo Afonso – BA	01
22	Indígena etnia Truká-Tupã	Paulo Afonso - BA	01
23	Educação - UNEB	Paulo Afonso - BA	01
24	Indígena etnia Truká (liderança)	Ilha de Assunção - PE	01
25	CODEVASF/Secretaria de Recursos Hídricos de Pernambuco	Petrolina - PE	01
26	ONG Conselho Popular de Petrolina	Petrolina - PE	01
27	Educação – UFRPE_1 (CBHSF)	Serra Talhada - PE	01
28	Educação – UFRPE_2(CBHSF)	Serra Talhada - PE	01
29	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Salgueiro - PE	01
30	Vila Produtiva Rural Negreiros	Salgueiro - PE	01
31	Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas	Salgueiro - PE	01
32	Comunidade Quilombola Araçá	Mirandiba - PE	12
33	Comunidade Manguinhas	Cabrobó - PE	02
34	Vila Produtiva Rural Captação	Cabrobó - PE	02
35	CHESF (CBHSF)	Recife - PE	01
36	Político (ex-prefeito)	Cabrobó - PE	01
37	Político (ex-prefeito)	Belém do São Francisco - PE	01
38	Político (ex-senador)	Petrolina - PE	01

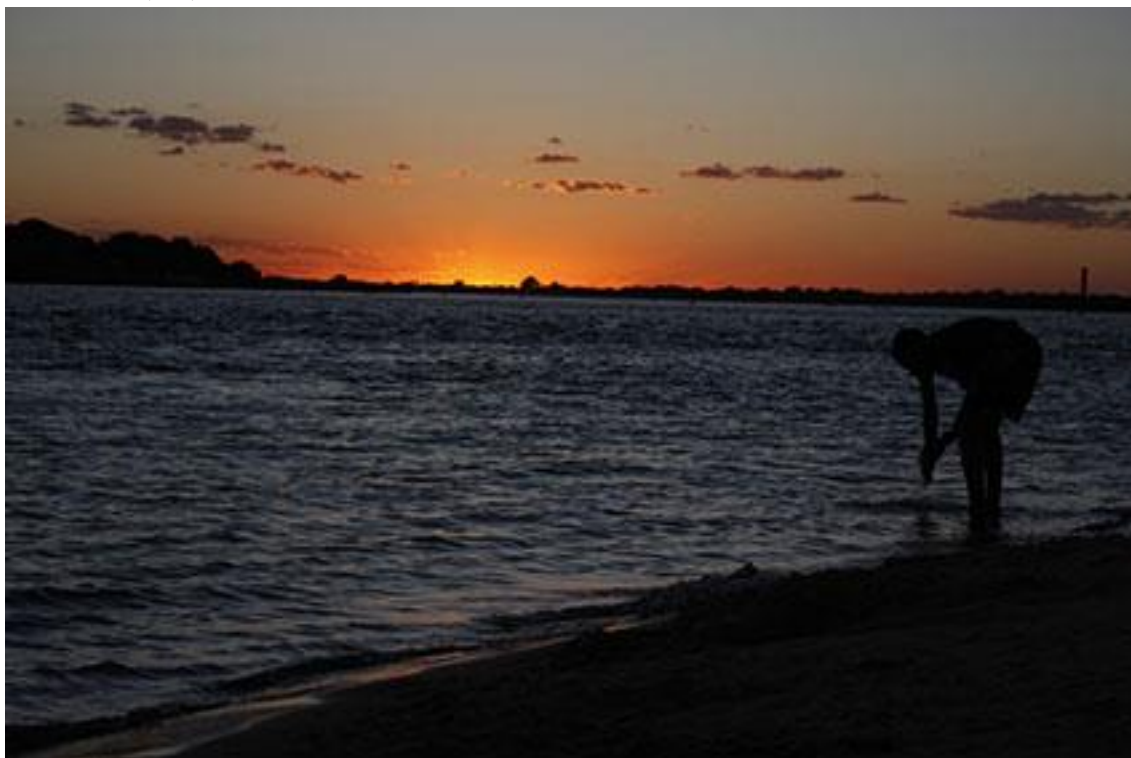
APÊNDICE n° 04. FOTOGRAFIAS REALIZADAS DURANTE AS VIAGENS DE TRABALHO DE CAMPO.

Fotografia 01: Imagem aérea do Rio São Francisco entre os municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 02: Imagem pôr do sol às margens do rio São Francisco. Ilha do Fogo - Petrolina (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 03: Imagem do rio São Francisco. Piranhas (AL).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jan. 2014.

Fotografia 04: Barco com a Imagem de Bom Jesus dos Navegantes. Festa de Bom Jesus dos Navegantes. Penedo (AL). Jan. 2014.



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jan. 2014.

Fotografia 05: Imagem de barcos de pesca artesanal. Piaçabuçu (AL).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jan. 2014.

Fotografia 06: Moradores lavando roupas no rio São Francisco. Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maio. 2014.

Fotografia 07: Imagem de Mãe d'água. Rio São Francisco entre Juazeiro (PE) e Petrolina (PE).



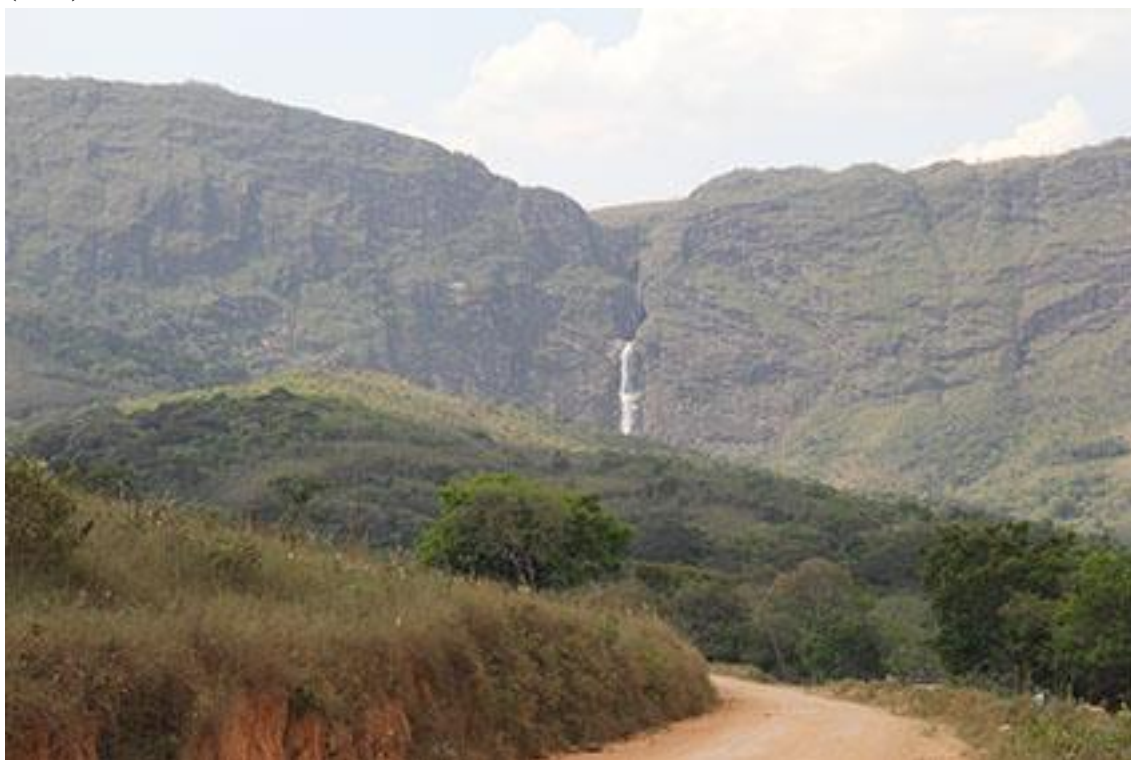
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Maio. 2014.

Fotografia 08: Imagem do Nego d'Água. Rio São Francisco. Juazeiro (BA).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 09: Imagem da Casca d'Anta. Parque Nacional da Serra da Canastra (MG).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jun. 2016.

Fotografia 10: Casca d'Anta. Parque Nacional da Serra da Canastra (MG).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jun. 2016.

Fotografia 11: Foz do rio São Francisco. Ao fundo encontro do rio com o mar. Piaçabuçu (AL)/Brejo Grande (SE).



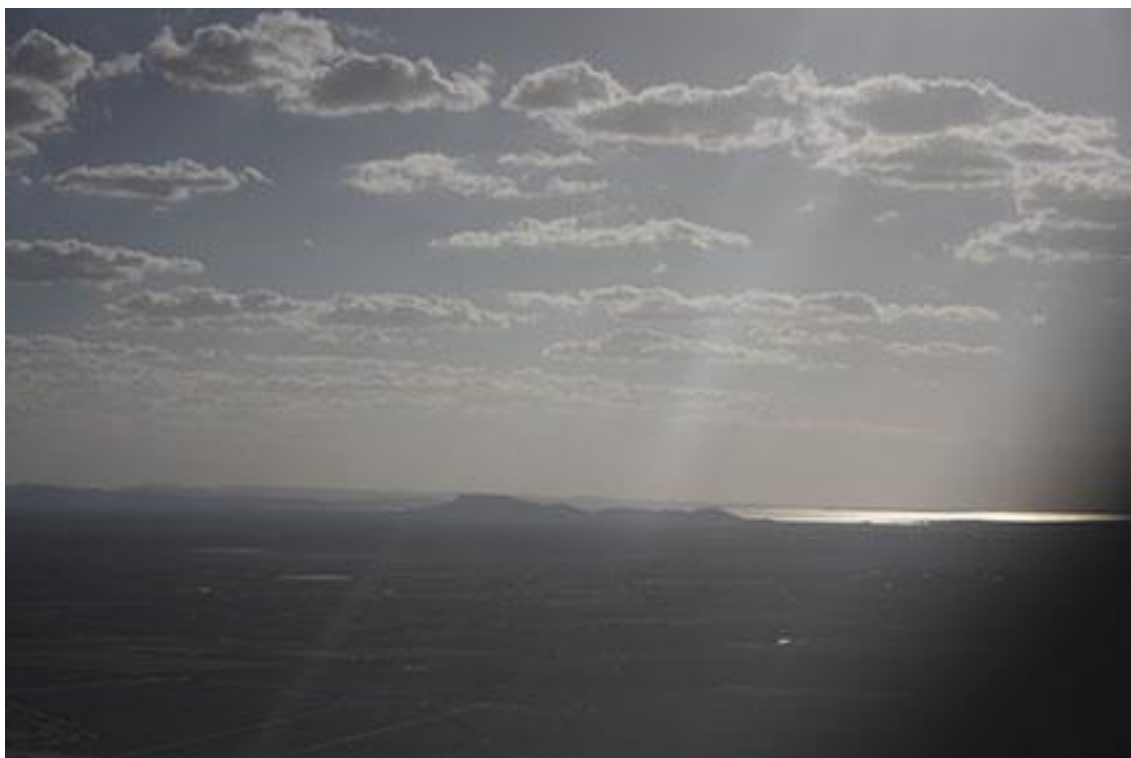
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Jan. 2014.

Fotografia 12: Farol do Povoado Cabeço que foi invadido pelas águas do mar e desapareceu em 1998.



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Jan. 2014.

Fotografia 13: Imagem aérea da Represa de Sobradinho (BA).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 14: Imagem da Represa de Sobradinho (BA).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 15: Imagem da caatinga em período de seca. Entre os municípios de Orocó (PE) e Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 16: Imagem do solo da caatinga, destaque para terreno arenoso com pedras aparentes. Estrada entre Juazeiro (BA) e Sobradinho (BA).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 17: Flora da caatinga: Coroa de Frade (*Melocactus bahiensis*).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 18: Imagem da Flor do Caroá (*Neoglaziovia variegata*) em período de seca. O caroá é uma fibra utilizada para a confecção de adornos indígenas, cestos, cordas, e diversas utilidade pelas comunidades indígenas e sertanejas. Comunidade do Jatobá, município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 19: Imagem do Xique-xique (*Pilocereus gounellei*), que é da família das cactáceas, utilizado pelos agricultores para alimentar os animais em período da seca no sertão. Comunidade Jatobá. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 20: Imagem da flora da caatinga em período de seca. Flor de Pinhão (*Jatropha mutabilis*, *Baill*) Comunidade do Jatobá, município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 21: Imagem da flora da caatinga: Mandacarú (*Cereus jamacaru*). Piranhas (AL).



Fonte: Arquivo pessoal. A autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 22: Fruto do Mandacaru (*Cereus jamacaru*). Utilizada para alimentação do sertanejo. Comunidade Manguinhas. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 23: Imagem da caatinga em período de chuva. Poço Redondo (SE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 24: Imagem da caatinga em período de chuva. Poço Redondo (SE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jan. 2014.

Fotografia 25: Imagem da caatinga em período de chuva. Poço Redondo (SE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jan. 2013.

Fotografia 26: Imagem da construção do Eixo Leste no município de Floresta (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jan. 2014.

Fotografia 27: Imagem Ponte Aqueduto do Eixo Leste. Município de Floresta (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 28: Imagem canal do Eixo Norte. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 29: Imagem canal do Eixo Norte. Trecho em construção. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 30: Imagem do trecho do início do canal Eixo Norte. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 31: Imagem canal do Eixo Norte, trecho 01 finalizado. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jul. 2015.

Fotografia 32: Imagem construção Usina de Bombeamento EB1. Eixo Norte. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 33: Imagem Usina de Bombeamento EB1. Eixo Norte. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Jul. 2015.

Fotografia 34: Imagem Usina de Bombeamento EBI-1 e canal do Eixo Norte após abertura do canal.



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. jul. 2015.

Fotografia 35: Imagem Vila Produtiva Rural Captação. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Jul. 2015.

Fotografia 36: Imagem Vila Produtiva Rural Captação.



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 37: Imagem caixa d'água para abastecimento da Vila Produtiva Rural Captação. Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Jul. 2015.

Fotografia 38: Igreja Católica de São Sebastião. Zona Rural do Município de Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 39: Ilha de Assunção. Comunidade Indígena Truká. Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 40: Imagem indígenas trukás. Plantação de bananas. Ilha de Assunção, Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 41: Imagem margem do rio São Francisco na Ilha de Assunção, Cabrobó (PE).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 42: Imagem indígena Tumbalalá. Comunidade do Pambu (BA).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

Fotografia 43: Imagem indígenas da etnia tumbalalá às margens do rio São Francisco. Pambu (BA).



Fonte: Arquivo pessoal. Autoria: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. Out. 2013.

ANEXOS

ANEXO nº 01. RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 17 DE JANEIRO DE 2005 – Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional.

(Publicado no DOU de 27/06/05)

Aprova o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; e

Considerando o estabelecido no art. 35, inciso III, da Lei nº 9.433, de 1997;

Considerando os benefícios do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional;

Considerando a carência hídrica da Região Nordeste Setentrional do Brasil; e

Considerando a existência de disponibilidade hídrica no Rio São Francisco para a realização do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conforme Nota Técnica nº 492/2004/SOC, de 23 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Águas -ANA, resolve:

Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional, nos termos da referida Nota Técnica nº 492/2004/SOC, de 23 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Águas-ANA.

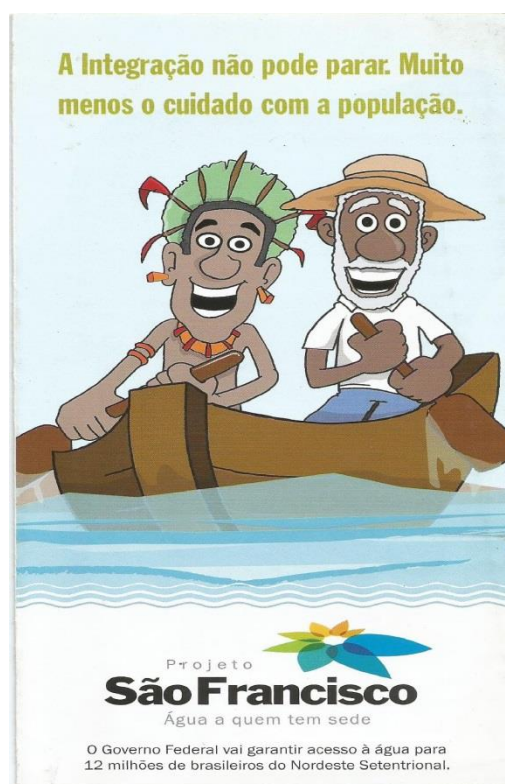
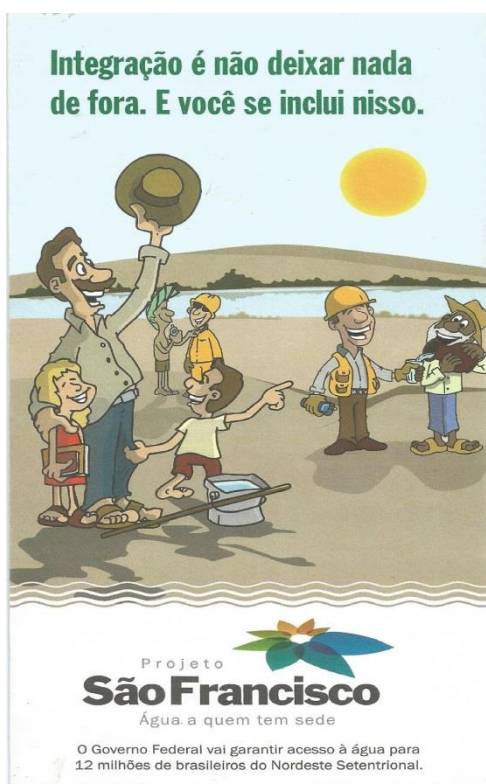
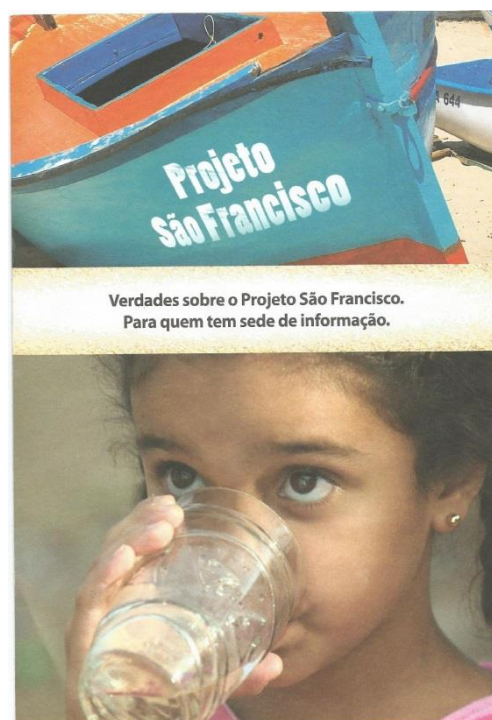
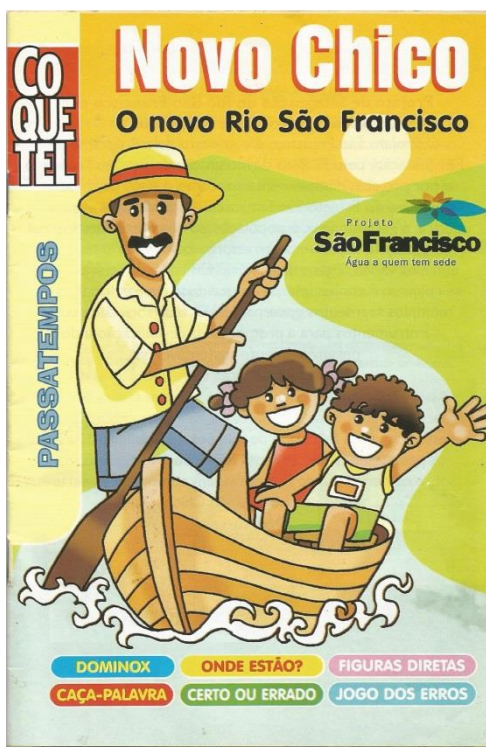
Art. 2º A aprovação de que trata o art. 1º desta Resolução, está condicionada à obtenção e cumprimento, pelo empreendedor, dos termos constantes do licenciamento ambiental e da outorga do direito de uso de recursos hídricos, bem como de outras licenças, autorizações e exigências legais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Presidente

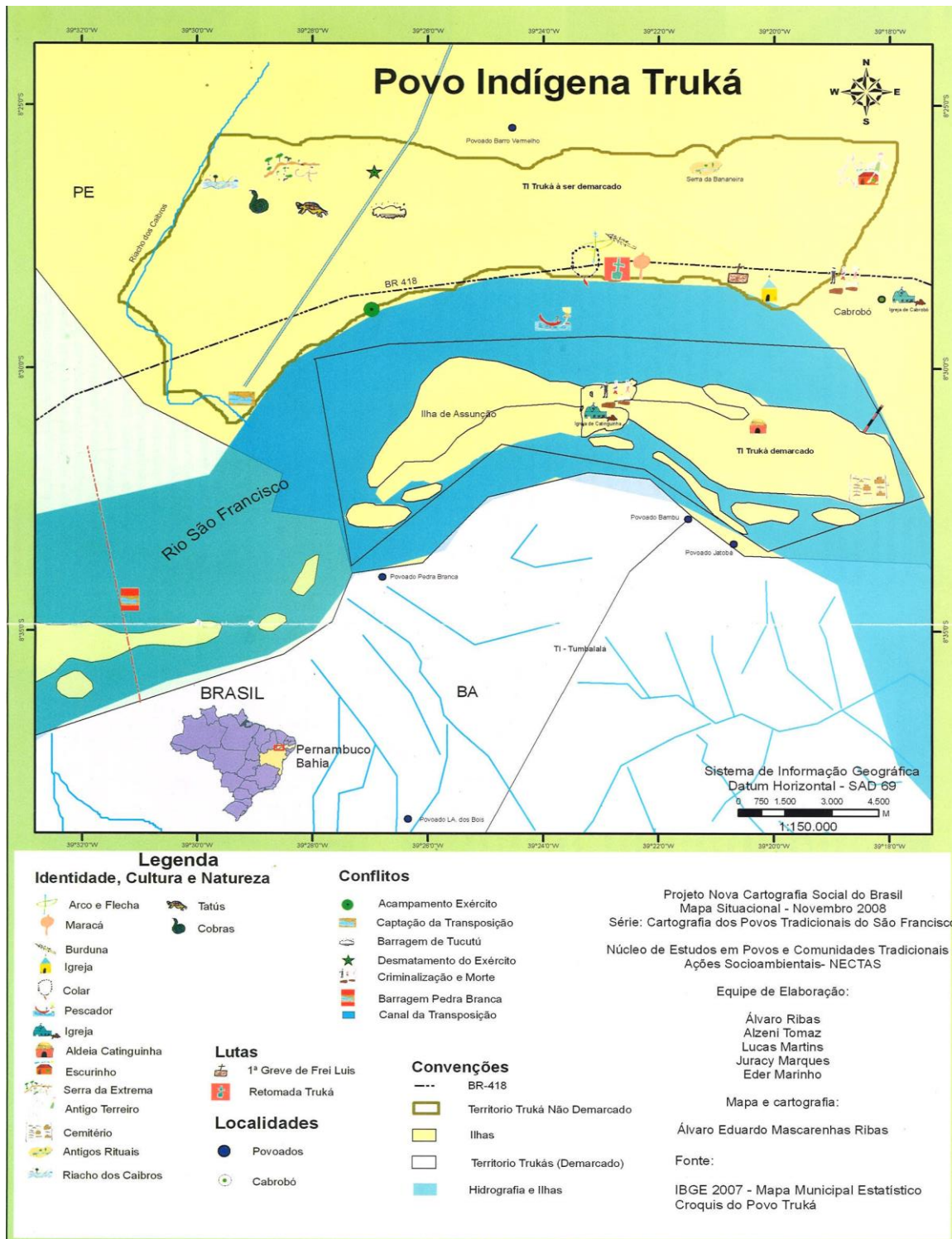
JOÃO BOSCO SENRA
Secretário-Executivo

ANEXO nº 02 – Propagandas do Projeto de Transposição.



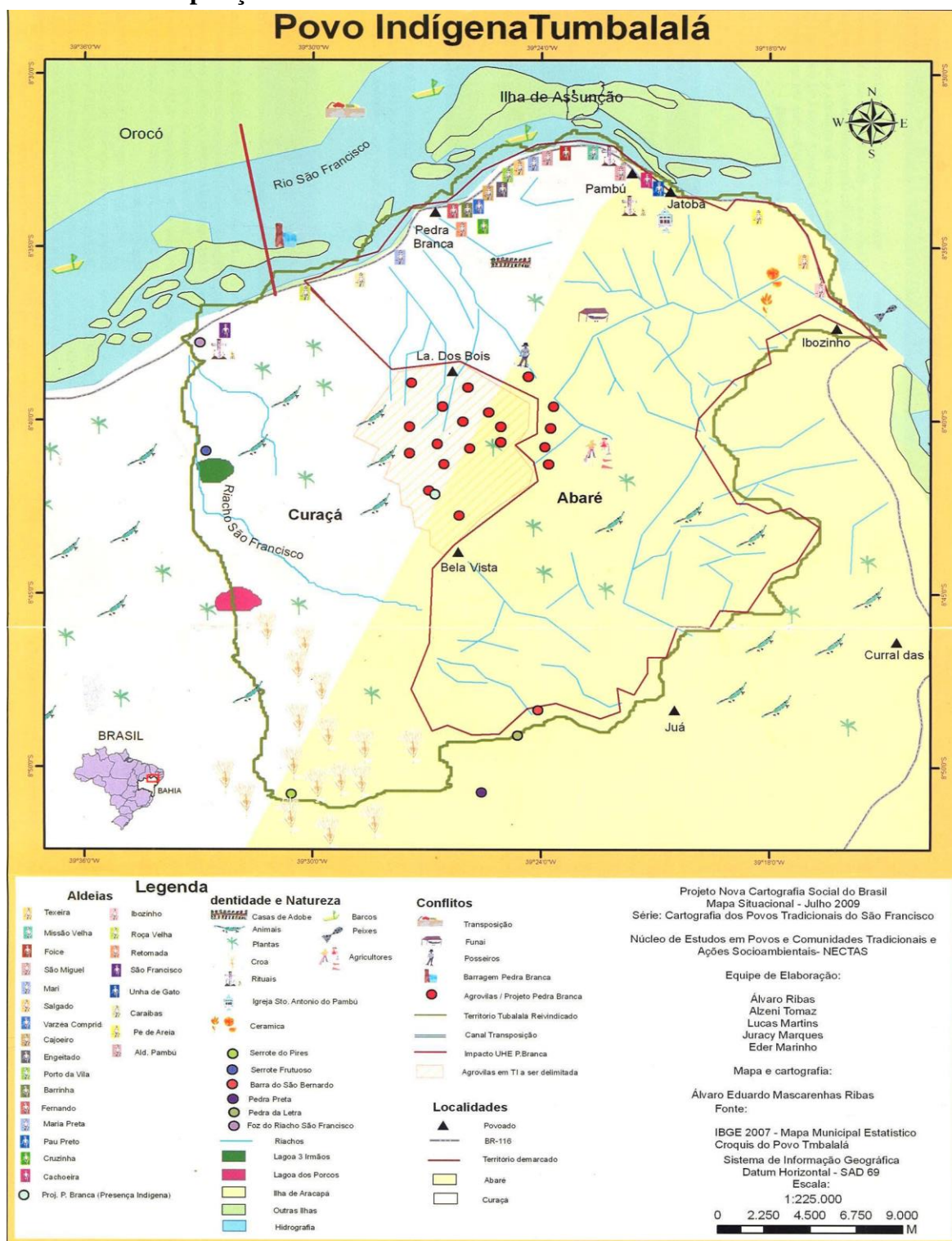
Fonte das imagens: Ministério da Integração Nacional. Panfletos de divulgação.

ANEXO n° 03 Mapa referente ao território indígena Truká e a identificação da área da transposição



Fonte: Nova Cartografia Social dos Povos e comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Truká. (Santos, et al, 2010b).

ANEXO n° 04. Mapa referente ao território indígena Tumbalalá e a identificação da área da transposição



Fonte: Nova Cartografia Social dos Povos e comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Truká. (SANTOS et al, 2010b).